REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2012

Planos de Acção Anual

Livro 2

"Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento"

Livro 2 Planos Anuais de Acção

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2012, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento de debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2012 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Diário da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental

Livro 2 Planos Anuais de Acção

Livro 3 Distritos

Livros 4a e 4b Itens Operacionais de Orçamento

Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento

Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 2 sobre *Planos Anuais de Acção* é um documento fundamental para a responsabilização do Governo perante o Parlamento Nacional e o povo de Timor-Leste. O Livro 2 detalha os objectivos, actividades, resultados esperados e informações de desempenho para ministérios operacionais e instituições estatais. Apresenta também estimativas orçamentais de fontes combinadas para o orçamento actual e para os anos futuros.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Agostinho Castro, através do correio electrónico acastro@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz adeus ao conflito e bem-vindo ao desenvolvimento, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2012.

Emília Pires
Ministra das Finanças

Índice

Presidente da República 3

Presidente da República 4

Parlamento Nacional 11

Gabinete do Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros 17

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros 31

Secretaria de Estado da Juventude e Desporto 39

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais 52

Secretaria de Estado da Política Energética 58

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego 63

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade 77

Ministério da Defesa e Segurança 88

Secretaria de Estado da Defesa 89

Força de Defesa de Timor Leste - FDTL 95

Secretário de Estado da Segurança 103

Policia Nacional de Timor Leste - PNTL 113

Ministério dos Negócios Estrangeiros 118

Ministério das Finanças 130

Ministério das Finanças - Todo o Governo 159

Ministério da Justiça 160

Ministério da Saúde 175

Ministério da Educação 182

Ministério da Educação - Universidade Nacional de Timor-Leste 194

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território 211

Ministério da Economia e Desenvolvimento 228

Ministério da Solidariedade Social 245

Ministério das Infra-Estruturas 265

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria 276

Ministério da Agricultura e Pescas 288
Tribunais 331
Procurador-Geral 336
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça 344
Radio – Televisão de Timor-Leste (RTTL) 349
Comissão Nacional de Eleições 353
Comissão Anti-Corrupção 358
Comissão da Função Pública 363
Perfil dos Funcionários Públicos, FDTL e PNTL 374

Presidente da República

A Presidência da República tem um Orçamento de 5,502 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da Independência Nacional, da Unidade do Estado e do regular funcionamento das Instituições Democráticas e o Comandante Supremo das Forças Armadas, de acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Prioridades:

A Presidência da República tem as seguintes prioridades para 2012:

Presidência aberta

O objectivo deste programa é promover a participação e o envolvimento da população na edificação do Estado Democrático, no desenvolvimento nacional, na promoção da paz e estabilidade, na defesa da soberania nacional, na promoção da cultura e consolidação dos valores primordiais da sociedade Timorense.

Durante o ano de 2011, o Presidente da República irá percorrer o País de forma a contactar directamente com a população, transmitir-lhe informações e esclarecimentos sobre o estado da Nação e auscultar os seus anseios e preocupações.

Relações internacionais

Com o objectivo de consolidar a soberania nacional, afirmar os princípios internacionais consagrados na Constituição e contribuir para a paz e estabilidade mundial. Este programa prevê uma diplomacia pró-activa do Presidente da República, como Chefe de Estado e Laureado do Prémio Nobel da Paz, que irá realizar e organizar conferências e diálogos a nível nacional, efectuar visitas de estado e de trabalho, participação em eventos regionais e internacionais, bem como receber visitas de Chefes de Estado e outras entidades no território nacional. Estes actos contribuem igualmente para uma mobilização internacional em cooperação para o desenvolvimento e cativar apoios para as causas defendidas por Timor-Leste como o Estado de Direito democrático e soberano.

Apoio técnico, administrativo, financeiro, patrimonial e documental à Presidência da República

É um programa que visa disponibilizar os apoios necessários para garantir o normal funcionamento da Presidência da República enquanto instituição, bem como garantir a implementação das atribuições do Chefe de Estado e dos programas estabelecidos. Prevê-se neste âmbito actividades como gestão corrente, manutenção de patrimónios, aquisição de bens e serviços, assessorias e outros apoios necessários.

Apoio administrativo e financeiro ao secretariado técnico pós CAVR

É um programa de gestão autónoma inscrito na Presidência da República que visa dar continuidade aos trabalhos de implementação das recomendações da CAVR.

Orçamento Fontes Combinadas

Presidência da República ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**5,796**	**6,271**	**5,502**	**5,722**	**5,951**	**6,189**	**6,436**
Recorrentes	**4,272**	**5,971**	**5,146**	**5,352**	**5,566**	**5,789**	**6,020**
Salários e Vencimentos	207	500	500	520	541	562	585
Bens e Serviços	4,065	5,471	4,646	4,832	5,025	5,226	5,435
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**1,524**	**300**	**356**	**370**	**385**	**400**	**416**
Capital Minor	676	300	356	370	385	400	416
Capital Desenvolvimento	849	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**-**	**226**	**157**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	-	226	157	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**5,796**	**6,271**	**5,728**	**5,879**	**5,951**	**6,189**	**6,436**
Recorrentes	4,272	5,971	5,372	5,509	5,566	5,789	6,020
Capital	1,524	300	356	370	385	400	416

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

OBJECTIVO GERAL: **Apoiar a implementação da politica de Sua Excelência o Presidente da República. (art.º. 74º. da CRDTL).**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Visitas e acreditações diplomáticas.	Reafirmar e promover a soberania nacional e intercâmbio internacional para paz e desenvolvimento.	35 Nações visitadas.	35 Nações visitadas.	Timor-Leste e no estrangeiro.	9%.	9%.	9%.	8%.
Cerimónias e Celebrações.	Organizar e enquadrar actividades cerimoniais e celebrações de dias de importância ao País.	Garantir a solenidade das actividades e dos dias nacionais.	Cerimónias e celebrações são efectuadas de acordo com os calendários cumprindo os padrões protocolares e de solenidade.	Timor-Leste e no estrangeiro.	25%.	25%.	25%.	25%.
Jornadas, estudos e análise de política Internacional.	Estabelecimento de um centro de documentação Produção de *dossiers* sobre países com quais Timor-Leste tem maior intercâmbio e interesse. Organização de sessões de debates e análise.	A instituição equipada com o conhecimento necessário para a elaboração de políticas e tomadas de decisões no âmbito das relações internacionais.	Existência de um centro de documentação para facilitar consulta. Existência de *dossiers* sobre todos os países de maior interesse e intercâmbio com Timor-Leste bem como de organizações internacionais de relevância política para Timor-Leste. Existência de um melhor entendimento entre os actores da política externa de Timor-Leste.	Timor-Leste e no estrangeiro.	25%.	25%.	25%.	25%.

Consolidação do Departamento de Assuntos Jurídicos e Constitucionais.	Definição da estrutura e das actividades do departamento e Organização de recursos.	Garantir a eficiência e a eficácia dos serviços da Presidência.	Departamento com estrutura e plano aprovado. Existência de recursos suficientes para funcionar de uma maneira mais eficiente e efectiva. Garantia de continuidade.	Palácio Presidencial.	15%.	35%.	25%.	25%.
Consolidação da operacionalização da guarda e segurança Presidencial.	Garantir a segurança pessoal do PR, da residência oficial do PR bem como, das instalações e bens da Presidência da República.	Consolidação do corpo de segurança para responder às necessidades de segurança da residência e das instalações da Presidência da República.	Segurança da residência bem como das instalações são garantidas durante 24 horas/dia.	Palácio Presidencial.	25%.	25%.	25%.	25%.
		Existência de meios para detecção prévia de potenciais ameaças e capacidade de prevenção de riscos.	Existência de meios para garantir uma resposta célere as necessidades de protecção da residência e das instalações da Presidência da República bem como de outros patrimónios a este ligado.	Palácio Presidencial.	25%.	25%.	25%.	25%.
Consolidação do novo Gabinete Integrado de Imprensa Presidencial.	Estrutura operacional para garantir a produção e disseminação de informação de cidadania e educação politica.	Informação pertinente aos diferentes segmentos destinatários, no país e no estrangeiro utilizando os meios possíveis, como rádio, revista e *internet*.	Dimensão e capacidade à altura das reais necessidades da instituição. Contribuir para um maior esclarecimento e sensibilização da opinião pública.	Palácio Presidencial.	15%.	35%.	35%.	15%.
Consolidação dos Serviços Políticos da Presidência da República.	Criar a capacidade para apoiar as prioridades políticas do Presidente da República	Existência de um serviço com meios e recursos para apoiar as prioridades políticas do Presidente da República, dos trabalhos do	Os serviços políticos respondem com eficiência e eficácia as prioridades políticas do PR. Capacidade para	Palácio Presidencial.	15%.	25%.	35%.	25%.

		Parlamento. Disponibilidade de *dossiers* sobre situação política Nacional, do Governo e da administração do Estado.	responder e providenciar orientações políticas no âmbito da defesa da paz, segurança e estabilidade nacional. Existência de estruturas, recursos e mecanismos para garantir a continuidade das actividades da Presidência.					
Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança (em articulação com a casa Militar).	Coordenar e harmonizar o processo de RDSS em articulação com as instituições da RDTL e as N.U. Responder às solicitações do Presidente da República.	Apoiar o Presidente nas suas funções de Presidente do Comité de Alto Nível para a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança.	Existência de estruturas, recursos e mecanismos para garantir a continuidade das actividades da Presidência.	Palácio Presidencial.	15%.	30%.	25%.	25%.
Iniciativas criativas para reconciliação nacional, paz e estabilidade.	Preparar *dossiers* e *briefings*. Convocar, preparar e secretariar as reuniões com a população. Promover o desenvolvimento de propostas e medidas para a redução das desigualdades entre zonas do país, a convergência da acção da sociedade civil com as políticas do Estado e participação das comunidades nas respostas para redução de desigualdades.	Reforço da coesão social e da unidade nacional. Responder às solicitações do Presidente da República relativamente a questões de reconciliação nacional, promoção da paz e estabilidade.	Institucionalização do diálogo como prática nacional. Organização de iniciativas para promover paz e estabilidade através de missivas culturais, desporto e arte. Apoio às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis com pequenas iniciativas que visam reduzir a assimetria social.	Palácio Presidencial e todos os Distritos de Timor-Leste.	25%.	25%.	35%.	15%.
Consolidação da Casa Militar da Presidência da República.	Efectuar visitas de estudo sobre modelos de casa militar. Curso de formação aos funcionários (M/H) da casa militar.	Criar capacidade para o exercício das competências do Presidente da República na área da Defesa e Segurança, incluindo	Frequentar acções de Formação. Capacidade para elaboração de legislações, diplomas legais e	Palácio Presidencial.	25%.	25%.	25%.	25%.

	Estabelecer procedimentos de actuação. Elaboração de legislações e diplomas legais. Criar capacidade na área da negociação de acordos internacionais, através da frequência de cursos, treinos e conferências. Elaborar uma base de dados com todos os acordos internacionais assinados nesta área. Estabelecer mecanismos de coordenação com o Governo.	as de Comandante Supremo.	análise de propostas bem como pareceres sobre diplomas para promulgação pelo PR. Preparar as negociações na área da Defesa e Segurança, através da elaboração de *briefings* em coordenação com o governo. Concertar com o Governo a negociação de acordos Capacitação no local de trabalho.					
Preparar as Reuniões do Conselho Superior de Defesa e Segurança.	Preparar *dossiers* e *briefings* sobre os assuntos a discutir no Conselho Superior de Defesa e Segurança Articular com o Secretariado dos Conselhos.	O Conselho Superior de Defesa e Segurança está em condições de aconselhar o Presidente da República, assim como estar capacitado para se pronunciar sobre assuntos abrangidos pelas suas competências.	Reunir todos os Conselheiros do Conselho Superior de Defesa e Segurança, de três em três meses como órgão de consulta do Presidente da República.	Palácio Presidencial.	25%.	25%.	25%.	25%.
Providenciar a Gestão Administrativa com maior eficiência e eficácia.	Apoiar, mobilizar e implementar técnica e administrativas de todas as actividades inerentes à Presidência da República, em termos financeiros, aprovisionamento, patrimoniais, Recursos Humanos, informática e documentação da Presidência da República. Capacitação dos Funcionários Públicos (M/H) da PR na área de Finanças, Administração e Logística.	Garantir o apoio e o bom funcionamento das instituições ou sectores existentes na Presidência da República para o alcance dos objectivos previamente planeados. Funcionários capacitados e com maior desempenho. Recrutamento de novos funcionários	Uma Administração desenvolvida que garante a execução das actividades da Presidência da República.	Presidência da República, nos Distritos e no estrangeiro.	25%.	25%.	25%.	25%.

	Recrutamento de novos funcionários (M/H) e compra de novos Equipamentos de IT e outros.	(M/H).						
Organiza e apoiar as actividades do STP-CAVR.	Administração e Manutenção Edifício Comarca Balide.	Para garantir o funcionamento das actividades.	Melhorar o funcionamento das actividades.	Secretariado Técnico Pós-CAVR.	25%.	25%.	25%.	25%.
Continuação da preparação das listas dos sobreviventes, caso o Ministério da Solidariedade Social precise.	**Apoiar os dados do Relatório Chega!**	MSS já tem os dados dos sobreviventes.	Para completar os dados como referência ao MSS e Educação cívica ao público.	Secretariado Técnico Pós-CAVR.	25%.	25%.	25%.	25%.
Continua a utilizar o Relatório Final CAVR Chega! ao público como a lição para promover os direitos humanos, prevenir violência, manter a Unidade Nacional.	Educação, Média e Publicação.	Realizar seminário a nível Nacional duas vezes, isto é no dia de entrega o Relatório Final, no dia mundial das mulheres, 6 sessões de *workshop* a nível distrital e filmagem ao público.	Manter o apoio material do Relatório Chega! para as organizações, Instituições Académicas ou grupos a desenvolver através do *workshop*.	Secretariado Técnico Pós-CAVR.	15%.	30%.	35%.	20%.
Criar sistema de catalogação sobre os livros históricos na biblioteca.	Arquivo do Centro de Documentação.	Garantir e baseando os títulos dos livros em ordem, *back-up* dos documentos electrónicos.	Assegurar o acesso aos pesquisadores e garantir as condições dos documentos para o futuro.	Secretariado Técnico Pós-CAVR.	25%.	25%.	25%.	25%.
Para garantir a qualidade do serviço.	Capacitação dos recursos humanos (M/H).	Ter melhor conhecimento nas áreas das Finanças, Administração, Socialização e Arquivo.	Promover a capacidade aos funcionários (M/H).	Secretariado Técnico Pós-CAVR.	10%.	50%.	30%.	30%.

Parlamento Nacional

O Parlamento Nacional tem um Orçamento de 13,707 milhões de dólares para o ano de 2012.

Papel

O Parlamento Nacional é o órgão de soberania da República Democrática de Timor-Leste, representativo de todos os cidadãos timorenses com poderes legislativos, de fiscalização e de decisão política.

Prioridades

As prioridades do Parlamento Nacional para 2012 envolvem acções de capacitação que permitam levar a cabo o exercício das suas competências constitucionais, nomeadamente a execução das suas funções de fiscalização, promoção da participação da sociedade civil nas actividades parlamentares e legislativas, tornando mais transparente o processo de decisão política e de fiscalização da acção governativa

Orçamento Fontes Combinadas

Parlamento Nacional ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**8,710**	**12,447**	**13,707**	**14,255**	**14,825**	**15,418**	**16,035**
Recorrentes	**7,521**	**11,736**	**9,187**	**9,554**	**9,936**	**10,334**	**10,747**
Salários e Vencimentos	3,339	3,896	4,095	4,259	4,429	4,606	4,791
Bens e Serviços	4,182	7,840	5,092	5,295	5,507	5,727	5,957
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**1,189**	**711**	**4,520**	**4,701**	**4,889**	**5,084**	**5,288**
Capital Minor	732	711	4,470	4,649	4,835	5,028	5,229
Capital Desenvolvimento	457	-	50	52	54	56	58
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**662**	**2,000**	**2,500**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	662	2,000	2,500	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**8,710**	**13,109**	**15,707**	**16,755**	**14,825**	**15,418**	**16,035**
Recorrentes	7,521	12,398	11,187	12,054	9,936	10,334	10,747
Capital	1,189	711	4,520	4,701	4,889	5,084	5,288

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO PARLAMENTO NACIONAL

OBJECTIVO GERAL 1: **Dotar o Parlamento Nacional de procedimentos conducentes a um desempenho mais efectivo e célere das suas funções de legislação e fiscalização.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
1.1. Criar todas as condições infra-estruturais necessárias ao bom funcionamento do Parlamento Nacional.	Construção do novo edifício de Parlamento Nacional.	Construção do novo edifício iniciado.	Iniciada a preparação do terreno.	Díli, Timor-Leste.				
			Trabalhos necessários em termos de estradas, electricidade e água concluídos antes do início da construção do edifício.					
			15% Do total dos trabalhos de construção do edifício concluídos.					
1.2. Dotar o Parlamento Nacional de um instrumento orientador da sua estratégia de desenvolvimento institucional.	Implementação do Plano Estratégico do Parlamento Nacional 2010-2014.	Discussão do Projecto e aprovação formal do Plano Estratégico e início da sua implementação.	Capacidade reforçada ao nível das funções legislativas; escrutínio mais efectivo da acção governamental; melhor diálogo entre Deputados e o público; e apoio à administração parlamentar.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL 2: **Assegurar a coordenação e direcção eficaz e eficiente dos trabalhos do Parlamento e do funcionamento dos seus órgãos e promover a melhoria do exercício das competências do Conselho de Administração.**								
2.1. Assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e exercer uma diplomacia parlamentar eficaz.	Participação das delegações parlamentares nas reuniões interparlamentares e viagens diplomáticas.	Reuniões interparlamentares e viagens diplomáticas.	Contactos e relações bilaterais reforçados.	Vários parlamentos no estrangeiro.	25%	50%	75%	100%

2.2. Garantir a correcta aplicação do novo Regimento do Parlamento Nacional.	Organização de sessões de debates e análise de propostas de leis.	As sessões plenárias funcionam com eficiência e eficácia.	Número de leis aprovadas.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
2.3. Exercer com eficácia o papel de Presidente do Conselho de Administração (CdA).	O CdA reúne-se mensalmente. O CdA recebe contas e relatórios do Secretariado.	Parlamento Nacional dotado dos meios, funcionários (M/H) e serviços de que necessita para desempenhar as suas funções.	Parlamento Nacional a funcionar de forma eficaz e Deputados capazes de desempenhar as suas funções.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL 3: **Defender os interesses dos seus constituintes eleitorais garantindo que as escolhas eleitorais são executadas através do trabalho do Parlamento e de debate público contínuo.**								
3.1. Melhoria do desempenho das Bancadas Parlamentares no cumprimento do seu papel, exercendo mais efectivamente os seus poderes constitucionais, legais e regimentares.	Representação, advocacia política e advocacia – iniciativa para legislação.	As Bancadas Parlamentares exerçam mais efectivamente os seus poderes constitucionais, legais e regimentares.	Número de resoluções submetidas; Número de Projectos de Lei; Número de instrumentos de fiscalização política utilizados.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL 4: **Contribuir para um escrutínio eficaz e competente das leis do Parlamento Nacional, e realizar uma efectiva fiscalização da acção do Governo e desempenhar com eficácia as suas funções de representação.**								
4.1. Assegurar uma melhoria qualitativa dos projectos e propostas de lei.	Audiências públicas, seminários e sessões de trabalho sobre propostas e projectos de lei.	Leis com matérias de interesse público submetidas a debate e modificação antes da aprovação pelo Parlamento.	- Número de audiências públicas sobre propostas e projectos de lei. -Número de seminários e sessões de trabalho sobre propostas de projectos de lei. -Número de projectos de lei aprovados pelo Parlamento.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
4.2. Melhorar a comunicação e a cooperação institucional com	Encontros e reuniões entre as Comissões e os Ministérios,	Realizar uma efectiva fiscalização da acção do	Número de reuniões de Comissões com Ministérios,	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%

os demais órgãos do Estado.	Secretarias de Estado e Direcções Nacionais.	Governo, para garantir transparência e prestação de contas.	Secretarias de Estado e outros órgãos do Estado.					
4.3. As Comissões funcionam como um dos canais de comunicação entre o Parlamento e a sociedade civil.	Sociedade Civil convidada para audiências públicas e sessões de trabalho / conferências (nacionais e internacionais).	Viabilizar a contribuição da mesma na feitura das leis e debates das políticas públicas e realizar uma efectiva fiscalização da acção do Governo.	- Número de audiências públicas. -Número de conferências (nacionais e internacionais).	Parlamento Nacional e 13 distritos.	25%	50%	75%	100%
4.4. Reforçar a capacidade dos Deputados através de seminários, palestras e visitas de estudo.	Actividades de capacitação e previstas no plano de actividades das Comissões são implementadas.	Desempenhar as funções com eficácia.	- Relatórios das visitas de estudo são discutidos nas Comissões e no Plenário. - Relatório anual das Comissões é produzido e divulgado. - Relatórios das visitas de fiscalização aos distritos.	13 Distritos. Parlamentos e instituições governamentais e organizações internacionais no estrangeiro.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL 5**: Prestar serviços de qualidade aos Deputados, Comissões parlamentares e outros órgãos do Parlamento Nacional.**								
5.1. Implementar e monitorizar a implementação do Plano Anual de Actividades do Secretariado-geral.	Conceber e executar mecanismo de monitorização e avaliação da execução do Plano Anual de Actividades do Secretariado-Geral.	Actividades instituídas e implementação iniciada.	- Coordenação. - Nº de relatórios de execução dos planos.	Parlamento Nacional.	25%	50%	75%	100%
	Cursos internos de formação e acções de formação prática prestados por assessores internacionais com assistência técnica do PNUD.	- Número de cursos de formação em liderança. - Número de acções de formação prática (por posição e por divisão).	Melhoria dos conhecimentos técnicos, competências profissionais e domínio dos preceitos da ética do Serviço Parlamentar.					
5.2. Capacitação e desenvolvimento	Visitas de estudo ao estrangeiro.	Número de visitas de estudo ao	Número de funcionários					

de carreiras para funcionários (M/H), com especial incidência nas qualificações de liderança e gestão.		estrangeiro (por área de competência técnica).	(M/H) admitidos e enviados a cursos de pós-graduação no exterior.					
	Programa de Cursos de Pós-graduação no exterior.	Programa iniciado e pelo menos 2 funcionários enviados para formação de pós-graduação.	Nº de funcionários (M/H) enviados para cursos de pós-graduação.					
OBJECTIVO GERAL 6 **: Elevar a sensibilidade, compreensão para a construção de consensos entre os membros do Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste e Deputados do Parlamento para promover a importância da abordagem integrada do género no Parlamento.**								
6.1. Sensibilizar e desenvolver a capacidade do GMPTL de modo a promover a abordagem integrada do género no Parlamento Nacional.	Sensibilização do público através de informação, campanhas nos media e consultas públicas.	Reforçar a organização e o funcionamento do GMPTL para promover a igualdade de géneros. Elevar a sensibilidade do público para a importância da igualdade de géneros.	Número de encontros regulares do GMPTL.	Parlamento Nacional e 13 distritos.	25%	50%	75%	100%
			Número de boletins da GMPTL produzidos e disseminados a nível nacional e regional.					
			Número de acções de capacitação para membros do GMPTL e Deputados sobre a abordagem integrada do género.					
			Número de actividades de celebração do dia internacional e do dia nacional das mulheres.					
	Visitas de estudo ao estrangeiro.	Melhorar o conhecimento das experiências de outros países e tirar vantagem das lições aprendidas.	Relatórios de visitas com recomendações.	Parlamentos, institutos de género e organizações internacionais no estrangeiro (Malásia, Austrália, Suíça e Tailândia).	25%	50%	75%	100%

OBJECTIVO GERAL **7: Assegurar com dignidade e eficácia as presidências da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), da Associação dos Secretários-Gerais dos Países de Língua Portuguesa (ASG-PLP)**								
7.1. Cumprir as responsabilidades internacionais inerentes à presidência da AP-CPLP e da ASG-PLP.	Planear e organizar a 3ª Reunião da AP-CPLP, XII Encontro da ASG-PLP e o 6º Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa.	Reuniões organizadas com sucesso e participação máxima dos países membros.	Evento organizado na data prevista e de acordo com o planeamento.	São Tome e Príncipe.				
OBJECTIVO GERAL 8**: Prestar assessoria e parecer ao Parlamento em relação à utilização do Fundo Petrolífero para financiamento do OGE, em obediência ao estatuído na Lei do Fundo Petrolífero.**								
8.1. Assegurar que os cidadãos timorenses (M/H) têm acesso à informação e participam nos assuntos relacionados com as suas necessidades e prioridades sobre a utilização do Fundo Petrolífero.	Encontros Regulares do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP). Documentação e informação disponível ao público sobre o Fundo Petrolífero.	Sensibilização e disseminação da informação e educação do público sobre o Fundo Petrolífero.	Documentos e relatórios sobre os pareceres elaborados pelo CCFP submetidos ao Parlamento Nacional e distribuídos ao público.	Parlamento Nacional e 13 distritos.	25%	50%	75%	100%

Gabinete do Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros

O Gabinete do Primeiro Ministro tem um Orçamento de 37,901 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Primeiro-Ministro como Chefe do Governo é o órgão de soberania responsável pela condução e execução da política geral do País e o órgão superior da Administração Pública.

Prioridades

Durante o ano de 2012, o Gabinete do Primeiro-Ministro irá continuar a ter como principal prioridade zelar pelo cumprimento dos objectivos e tarefas a que o Governo se propôs realizar, adoptando as medidas necessárias e coordenando os vários domínios da actividade governamental, que garantam a estabilidade e o desenvolvimento nacional, através das seguintes medidas principais:

Aumentar os programas de investimento nacionais de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Introduzindo medidas para que os objectivos do PED e, sobretudo, para que os projectos de infra-estruturas sejam implementados com qualidade e com eficácia e eficiência de custos, nomeadamente através da:

- Agência de Desenvolvimento Nacional – que garante a monitorização e a fiscalização eficaz e eficiente da qualidade dos projectos de capital de desenvolvimento e a sua respectiva implementação e execução. Inclui ainda a gestão profissional dos programas MDG Sucos e o PDD II.
- Conselho de Administração do Fundo das Infra-Estruturas (CAFI) – que assegura a boa gestão do fundo de financiamento dos investimentos em infra-estruturas.
- Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (CAFDCH) – que assegura a boa gestão do fundo de financiamento dos investimentos em recursos humanos.

Reformar a Gestão da Administração do Estado

Promovendo a melhoria, a eficácia, a responsabilização, o profissionalismo e a transparência do Governo e da Administração Pública em geral. Neste sentido, o Gabinete do Primeiro-Ministro irá coordenar e/ou articular a implementação de medidas, programas e políticas que na prática irão reformar a Gestão do Estado, nomeadamente através da:

- Comissão da Função Pública – que tem como missão melhorar o quadro de gestão da Função Pública e desenvolver a capacidade dos funcionários.
- Inspecção-Geral – melhorar a eficácia e eficiência da função da Inspecção do Estado para promover uma cultura de transparência e responsabilidade das funções da Administração Pública (Boa Governação).
- Assegurar um eficiente, efectivo e responsável aprovisionamento através da Comissão Nacional de Aprovisionamento – supervisionar os processos de aprovisionamento e

contratação pública, de forma a garantir um processo competitivo de aprovisionamento, com elevada qualidade e eficiência de custos.

Supervisionar e assegurar a estabilidade e segurança nacional.

Quer através da participação activa nas reformas que têm vindo a ser implementadas no Sector de Defesa e Segurança, quer através do Serviço Nacional de Inteligência, que tem como principal missão a produção de informações do Estado com eficácia, eficiência e transparência, que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa.

Orçamento Fontes Combinadas

Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros (CoM) ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**19,533**	**48,693**	**37,901**	**39,417**	**40,994**	**42,634**	**44,339**
Recorrentes	**18,433**	**19,401**	**18,773**	**19,524**	**20,305**	**21,117**	**21,962**
Salários e Vencimentos	653	950	1,417	1,474	1,533	1,594	1,658
Bens e Serviços	7,202	9,651	7,056	7,338	7,632	7,937	8,254
Transferências Públicas	10,578	8,800	10,300	10,712	11,140	11,586	12,050
Capital	**1,100**	**29,292**	**19,128**	**19,893**	**20,689**	**21,517**	**22,377**
Capital Minor	921	481	440	458	476	495	515
Capital Desenvolvimento	179	28,811	18,688	19,436	20,213	21,022	21,863
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**250**	**1,293**	**1,225**	**1,213**	**1,095**	**-**
Recorrentes	-	250	1,293	1,225	1,213	1,095	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**19,533**	**48,943**	**39,194**	**40,642**	**42,207**	**43,729**	**44,339**
Recorrentes	18,433	19,651	20,066	20,749	21,518	22,212	21,962
Capital	1,100	29,292	19,128	19,893	20,689	21,517	22,377

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

OBJECTIVO GERAL: **Manter os Gabinetes do Primeiro-Ministro e Vice Primeiro-Ministro a funcionar de forma eficiente e eficaz.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolver apoio administrativo, logístico e protocolar.	Desenvolver o sistema operacional de gestão financeira.	Estabelecer a liquidação das despesas e apresentação pontual das propostas de orçamento ao MdF.	Estabelecer um sistema de gestão de pagamento das contas e um plano fiscal efectivo e eficiente.	GPM e GVPM.	Estabelecimento do pagamento das despesas do GPM e GVPM e apresentação do relatório.	Entrega pontual da proposta de orçamento ao MdF baseado na programação nacional.	Estabelecimento de transferências e variação no orçamento.	Relatório final do orçamento para o ano fiscal de 2012.
			Coordenação directa e apoio da administração e serviços ao programa do GPM e GVPM.					
	Administração e Finanças.	Estabelecer suporte documental técnico, administrativo, patrimonial, informativo e gestão dos recursos humanos.	Estabelecer apoio técnico apropriado de acordo com as necessidades.	GPM e GVPM.	Apoio disponível a todos os serviços e programas definidos pelo GPM e GVPM.	Apoio disponível a todos os serviços e programas definidos pelo GPM e GVPM.	Apoio disponível a todos os serviços e programas definidos pelo GPM e GVPM.	Apoio disponível a todos os serviços e programas definidos pelo GPM e GVPM.
			Estabelecer o apoio documental.					
			Assegurar o funcionamento e as finanças da Administração.					
	Desenvolver a gestão logística e facilitar a operacionalidade do aprovisionamento.	Estabelecer um sistema de descentralização para obtenção, administração, aquisição e conservação de bens e propriedades e garantir o trabalho operacional para a compra de bens para o GPM e GVPM.	Garantir a boa operação do sistema e manter o inventário dos bens.	GPM e GVPM	Transparência na aquisição de bens e materiais.	Transparência na aquisição de bens e materiais.	Transparência na aquisição de bens e materiais.	Transparência na aquisição de bens e materiais.
			Actualização dos bens baseada nas regras estabelecidas, apoio e garantia de suporte documental para processos de compras.		Bens e propriedade do Estado devem ser inventariados e controlados.	Bens e propriedade do Estado devem ser inventariados e controlados.	Bens e propriedade do Estado devem ser inventariados e controlados.	Bens e propriedade do Estado devem ser inventariados e controlados.
	Actividades de apoio a visitas oficiais, cerimónias e celebrações (eventos) nacionais e deslocações ao estrangeiro.	Abordagem profissionalizada é prestada na organização de todas as visitas, cerimónias e eventos nacionais no País e deslocações oficiais nacionais e/ou internacionais.	Número de eventos organizados com sucesso.	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são organizados com sucesso e geridos profissionalmente.	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são organizados com sucesso e geridos profissionalmente.	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são organizados com sucesso e geridos profissionalmente.	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são organizados com sucesso geridos e profissionalmente.	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são organizados com sucesso e geridos profissionalmente.
			Deslocações aos distritos e subdistritos realizadas com sucesso.					
			Deslocações ao estrangeiro realizadas com sucesso.					
Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H).	Realizar formação na área de Gestão.	Funcionários (M/H) frequentaram a formação na área de gestão.	4 Funcionários capacitados (M/H).	Díli.	Uma pessoa formada.	2 Pessoas formadas.	Uma pessoa formada.	

	Realizar o curso de gestão de Arquivos e Base de dados.	Funcionários (M/H) capacitados em gestão de Arquivo e base de dados.	6 Funcionários (M/H) capacitados em gestão de Arquivo e base de dados.	Díli.	2 Funcionários formadas e executam as suas funções com profissionalismo.	2 Funcionários formadas e executam as suas funções com profissionalismo.	2 Funcionários formadas e executam as suas funções com profissionalismo.	
	Realizar o curso de Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	Os funcionários (M/H) elevam os seus conhecimentos na língua portuguesa e inglesa.	5 Funcionários (M/H) capacitados na língua portuguesa e inglesa.	Díli e Estrangeiro.	2 Funcionários certificados em língua inglesa.	2 Funcionários certificados em língua portuguesa.	1 Funcionário certificados em língua inglesa.	
Documentação, Arquivo e Informática.	Manter mecanismos de gestão e organização do património documental e arquivo, recorrendo às TIC e assegurar o tratamento da correspondência dirigida ao Gabinete Executivo do PM e VPM.	Gestão documental da correspondência entrada e saída.	Sistema de gestão documental mantido.	GPM e GVPM.	Arquivo organizado e de fácil consulta.	Arquivo organizado e de fácil consulta.	Arquivo organizado e de fácil consulta.	Arquivo organizado e de fácil consulta.
		Elaborar tabela de selecção de forma a reduzir o volume de documentos a conservar e valorizando o património documental.	Arquivo intermédio e histórico classificado e organizado, pronto a ser consultado.		Tratamento administrativo da correspondência modernizado e institucionalizado.	Tratamento administrativo da correspondência modernizado e institucionalizado.	Tratamento administrativo da correspondência modernizado e institucionalizado.	Tratamento administrativo da correspondência modernizado e institucionalizado.
		Assegurar o arquivo geral intermédio e histórico de todos os serviços.	Serviços de Informática a funcionar.					
			Tratamento administrativo da correspondência assegurada.					
Prestação de assessorias técnicas, de consulta e informação de natureza política, ou outra, ao Primeiro-Ministro e ao Vice Primeiro-Ministro	Realização de estudos, relatórios, pareceres e demais trabalhos de natureza técnica e política, considerados necessários pelo Primeiro-Ministro e Vice Primeiro-Ministro, para a eficaz execução dos seus cargos.	PM e VPM assessorados e aconselhados nas várias áreas técnico-jurídicas e políticas, transversais à governação e sectores de desenvolvimento.	Estudos, relatórios, pareceres, *briefings*, memorandos e outros documentos de natureza técnica, política e legal, realizados.	GPM e GVPM.	Actividade constante e de acordo com as necessidades.	Actividade constante e de acordo com as necessidades.	Actividade constante e de acordo com as necessidades.	Actividade constante e de acordo com as necessidades.
			Recolha, análise e compilação de informação diária relevante e transversal à governação.					
Promoção do Desporto a nível nacional.	Realização do torneio "Taça do Primeiro-Ministro Cup" para as Instituições do Governo, em coordenação com SEJD,CDTL e as federações.	Evento realizado com sucesso.	% das instituições do Governo envolvidas na actividade.	GPM.	Preparação do torneio	Evento realizado com sucesso.		
	Realização do Workshop sobre " Desenvolvimento Desportivo – Futebol"	*Workshop* realizado com sucesso	% das Associações, Clubes e Organizações da Sociedade Civil que participaram no	GPM.	100% *Workshop* realizado.			

	em coordenação com a SEJD e CDTL, associações, clubes e outras organizações da sociedade civil.		*Workshop*.					
Celebração dos Eventos Comemorativos Nacionais de 2012.	Celebração a 30 de Agosto do 1^{0} Centenário da revolta do Don Boa Ventura em Manufahi.	Implementação das actividades do 1^{0} Centenário da revolta de Dom Boa Ventura em Manufahi.	Implementação das actividades planeadas.	Manufahi.			Comemoração implementada 100%.	
	Celebração do 5^{0} Centenário do Descobrimento da ilha de Timor.	Implementação das actividades comemorativas da Celebração do 5^{0} Centenários do Descobrimento da ilha de Timor.	Implementação das actividades planeadas.	Oecússi.			Comemoração implementada 100%.	
OBJECTIVO GERAL: **Coordenação dos Assuntos Sociais com os Ministérios relevantes para melhoria das condições de vida das comunidades** (GVPM).								
Manter a linha de coordenação com os Ministérios relevantes, contribuindo para a solução de problemas sociais nas comunidades.	Receber representantes das comunidades para identificação de problemas e apresentação de soluções, em coordenação com os Ministérios e Instituições relevantes.	Problemas apresentados pelas comunidades reencaminhados para os Ministérios competentes.	Comunidade atendida não volta a apresentar o mesmo problema.	GVPM.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.
Gerir o Fundo da Sociedade Civil em articulação com o Assessoria da Sociedade Civil para a redução da Pobreza.	Financiar e monitorizar as actividades da Sociedade Civil que forem seleccionadas.	Proponentes das propostas seleccionados recebem o fundo da Sociedade Civil e realizam as suas actividades.	Número dos proponentes que recebe apoio financeiro e implementam actividades com sucesso.	Díli e 13 distritos.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.
Sensibilização, Prevenção e gestão de Desastres Naturais.	Conceder a informação e assistência directa às comunidades em coordenação com o Secretário de Estado relevante para a redução de Risco de Desastres Naturais.	Problemas das comunidades identificados e reencaminhados à entidade competente.	% das Comunidades livres das áreas de risco e problemas da emergência resolvidos.	Díli.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.

OBJECTIVO GERAL: **Promover uma cultura de Transparência e Responsabilidade na Execução das Funções da Administração Pública e Boa Governação** (IGE).								
Promover a execução das actividades na Administração Pública com a transparência, responsabilidade e também economia eficácia e efectividade.	Realizar Inspecções de Rotinas e Extraordinárias nas entidades públicas dependentes do Governo.	Cada Ministério e Secretariado de Estado, incluindo as suas Instituições dependentes, serão inspeccionados pela IGE (16 entidades públicas).	O número dos Relatórios Finais aprovados pelo Inspector-geral (16 relatórios).	Díli Timor-Leste.	Relatórios de 4 entidades inspeccionados.	Relatórios de 4 entidades inspeccionados.	Relatórios de 4 entidades inspeccionados.	Relatórios de 4 entidades inspeccionados.
		Apresentar as recomendações a cada Ministério e Secretariado de Estado inspeccionados, incluindo as suas Instituições dependentes para a implementação.	As recomendações apresentadas nos relatórios aprovados, para a implementação pelos Ministério e Secretariados de Estado, incluindo as suas Instituições dependentes.					
Promover a melhor gestão dos recursos financeiros do Estado.	Realização de Auditorias de Rotina e Extraordinárias nas entidades públicas dependentes do Governo.	Ministérios, Secretarias de Estados e instituição públicas auditadas.	O número dos Relatórios Finais aprovados pelo Inspector-geral (8 relatórios).	Díli Timor-Leste.	2 Relatórios de Auditoria.	2 Relatórios de Auditoria.	2 Relatórios de Auditoria.	2 Relatórios de Auditoria.
		Apresentação de Recomendações às entidades auditadas para respectiva implementação.	As recomendações apresentadas nos relatórios aprovados, para a implementação pelos Ministérios e Secretarias de Estado, incluindo as suas Instituições dependentes.					
Apurar a veracidade das alegações ou reclamações.	Realização de Investigações e Averiguações sobre as alegações ou reclamações.	A veracidade das alegações ou reclamações serão clarificadas.	O total ou número de alegações e reclamações investigadas ou averiguadas com a produção dos relatórios aprovados pelo IGE (Est. 16).	Díli Timor-Leste.	4 Relatórios de investigação e averiguação.	4 Relatórios de investigação e averiguação.	4 Relatórios de investigação e averiguação.	4 Relatórios de investigação e averiguação.
Promover a qualidade técnica dos Funcionários (M/H) na execução das suas funções de Inspecção, Auditoria e investigação administrativa.	Participação na formação e estágio em auditoria no Serviço Público em Portugal.	Experiência prática no terreno e aumento dos conhecimentos na área de Auditoria.	O número/total de 6 funcionários (M/H) técnicos que participam e concluem a formação e estágio.	Lisboa – Portugal.	3 Oficiais de IGE (2H/1M) participam nestes estudos.	3 Oficiais de IGE (2H/1) participam nestes estudos.		
	Formação teórica e prática em auditoria.	Obtenção de experiência prática no terreno e aumento das capacidades em Auditoria nos	O número/total de 16 funcionários técnicos que participam e concluem o treinamento e a prática	Jacarta – Indonésia.	8 Funcionários (4H/4M) técnicos participam nesta formação.	8 Funcionários (4H/4M) técnicos participam nesta formação.		

		serviços públicos.	de Auditoria.					
	Participação na Conferência Anual dos OECI da CPLP.	Obtenção de experiência e aumento dos conhecimentos em auditoria através de partilha de experiências com os países da CPLP e implementação do Manual de Controlo.	2 Oficiais de IGE irão participar nesta conferência.	Guiné-Bissau.				Duas participantes de IGE participarem nesta conferência.
	Realização de visitas de Estudo.	Realizar estudos comparativos nas Instituições relevantes na Malásia em Auditoria Geral.	5 Oficiais de IGE irão participar nestes estudos.	Malásia.	3 Oficiais de IGE (2H/1M) participam nestes estudos.			2 Oficiais de IGE (1H/1M) participam nestes estudos.
Disseminação de Informações.	Realização de seminários ou Workshop a nível nacional dirigidos aos inspectores dos Ministérios e Secretarias de Estado sobre a Importância do Controlo nas actividades Públicas e as Funções da Inspecção Geral do Estado.	*Workshop* ou seminários realizadas e o relatório final de workshop elaborado.	20 dos Inspectores dos Ministérios/Sec. do Estado participam neste Seminário/*Workshop.*	Díli, Timor-Leste.	10 Inspectores participam neste Seminário/ *workshop*.		10 Inspectores participam nesta Seminário/ *workshop*.	
Desenvolvimento dos equipamentos.	Compras de Bens e Equipamentos necessários.	Assegurar os equipamentos e bens necessários a fim de responder às necessidades dos serviços.	Equipamentos e bens disponíveis para todos os funcionários IGE.	Díli, Timor-Leste.	Preparação dos documentos e submissão para o processo de aprovisionamento.	Bens e equipamentos necessários comprados.		
Reforçar a Estrutura do IGE.	Recrutar novos funcionários de IGE para reforçar implementação das actividades do IGE.	A estrutura do IGE é mais forte para implementar as actividades conforme o previsto no plano.	20 Funcionários recrutados: -16 Funcionários públicos (8 H/8M) -2 Assessores nacionais (1 H/1M) -2 Assessores internacionais (1H/1M).	IGE, DÍLI.	Concurso público.	Funcionários recrutados e executam as funções no IGE.		
OBJECTIVO GERAL: **Promover o Sistema de Informações do Estado com Eficácia, Eficiência e Transparência** (SNI).								
Reforçar os serviços do SNI para melhor execução da sua missão.	Recrutamento de funcionários (M/H).	Estrutura do SNI mais organizada e funcional para maior eficiência na prestação de Informações.	25 Funcionários contratados (M:8 e H:17).	13 Distritos.	Recrutamento de 15 pessoas (M/H).	Pesquisa e investigação para instalação.	Recrutamento de 10 pessoas (M/H)	
	Implementação dos serviços de cada divisão.		Maior coordenação e serviços integrados por Divisão.		Aquisição do equipamento.		Instalação de equipamento de segurança.	

	Aquisição de materiais e outros equipamentos de segurança e observação.		Equipamentos adquiridos e/ou mantidos.					
Estabelecer a estrutura de cooperação.	Continuar a desenvolver a cooperação Bilateral, Regional e Multilateral.	Partilha de informação com agências bilaterais CPLP: SINFO, SIS/SIED/ABIN; ASIATICO: BIN, Tailandês, Coreia do Sul, Singapura, Japão, Israel; Austrália: ASIS, ASIO, DIMIA e Estado Unidos da América CIA/FBI e outros.						
	Assinatura de MoU com as Agências de Informação das Embaixadas acreditadas.	Partilha de informações com agência bilaterais como: Agência Brasileira da Cooperação (ABC) ABIN, ASIS, SIS/SIED, BIN, CIA/FBI.						
	Consolidação das relações institucionais entre PNTL (SIP, Imigração), SIM-F/FDTL, Serviço Alfandega, CAC, Procurador-geral da República, MNEC e outras instituições relevantes.	Partilha informações com; PNTL (SIP, Imigração), SIM-F/FDTL, Serviço Alfandega, CAC, Procurador-Geral da República, MNEC e outras instituições relevantes.						
	Identificar os tipos de ameaças à segurança nacional em todo o território.	Os tipos de ameaça à segurança nacional identificados. Realizados encontros trimestrais com instituições relevantes a fim de realizar avaliação sobre os tipos de ameaças.	Números dos encontros realizados.	SNI - Díli	25%. 1 Encontro realizado.	25%. 1 Encontro realizado.	25%. 1 Encontro realizado.	25%. 1 Encontro realizado.
Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H).	Curso de Análise de informação.	25 Funcionários formados em análise de informação.	22 Homens e 3 mulheres formados em análise de informação.	Díli, CPLP, Austrália e ASEAN.		10 Funcionários capacitados.	10 Funcionários capacitados.	5 Funcionários formados.
	Curso de informática e	6 Funcionários	5 Homens e 1 mulher	Díli, CPLP e	50%. 3	50%. 3		

	telecomunicações.	formados em informática, Telecomunicações e ameaças Cibernéticas.	formados.	Indonésia.	Funcionários participam na formação.	Funcionários participam na formação.		
	Curso de Terrorismo e Contra Terrorismo.	10 Funcionários formados em Terrorismo e contra terrorismo.	8 Homens e 2 mulheres capacitados.	Díli, CPLP, Austrália e ASEAN.		50%. 5 Funcionários participam na formação.	50%. 5 Funcionários participam na formação.	
	Curso sobre o conhecimento de drogas e psicotrópicos.	5 Funcionários formados na área de drogas e psicotrópicos.	4 Homens e 1 mulher capacitados.	Díli e ASEAN.		75%. 3 Funcionários participam na formação.	25%. 2 Funcionários formados.	
	Curso de Fotografia.	5 Funcionários formados em Fotografia.	3 Homens e 2 mulheres formados.	Díli, CPLP, Austrália e ASEAN.		75%. 3 Funcionários participaram na formação.	25%. 2 Funcionários participaram na formação.	
	Curso de Documentação e Arquivo.	5 Oficias do SNI capacitados.	4 Homens e 1 mulher.	Díli e CPLP.			75%. 3 Funcionários participaram na formação.	25%. 2 Funcionários participaram na formação.
	Curso de Liderança e protocolo.	10 Oficias capacitados na área de Liderança e Protocolo.	8 Homens e 2 Mulheres capacitados.	Díli.	50%. 5 Oficiais formados	50%.5 Oficiais frequentaram o curso.		
	Curso de Línguas.	25 Funcionários elevam os seus conhecimentos em Língua Portuguesa e língua inglesa.	22 Homens e 3 mulheres melhoram os seus conhecimentos em Língua portuguesa e língua inglesa.	Díli, CPLP e Austrália.		10 Funcionários capacitados.	10 Funcionários capacitados	5 Funcionários formados.
OBJECTIVO GERAL: **Reforçar a parceria entre o Governo e Organizações religiosas** (Assessoria Sociedade Civil).								
Apoiar os planos e actividades das organizações religiosas.	Preparar o MOU entre o Governo e 3 Dioceses.	Dioceses recebem apoios através do Fundo para a Sociedade Civil.	3 Dioceses com contrato assinado com o Governo. (Padres, madres e catequistas recebem apoio para o desempenho das suas actividades).	Dioceses Díli, Baucau e Maliana.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
	Preparar o MOU para o Projecto de reabilitação Mesij Annun Campo Alor.	Acordo assinado entre Governo e Comunidade muçulmana; Mesjid Annur Reabilitada.	Acordo assinado e actividades desenvolvidas pela comunidade Muçulmana e apoiadas pelo Governo.	Campo Alor Díli.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
	Preparar MOU para projecto de reabilitação da Igreja Evangélica Assembleia De Deus.	Acordo entre o Governo e a Comunidade Evangélica assinado. Igreja Evangélica Assembleia De Deus	Acordo assinado e actividades desenvolvidas pela comunidade Muçulmana e apoiadas pelo Governo.	Vila-Verde Díli.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			

		reabilitada.						
	Preparar MOU para o projecto de construção da Igreja no distrito de Viqueque.	Acordo entre o Governo e Comunidade cristã do distrito de Viqueque assinado. Igreja do Viqueque reconstruída e em boas condições.	Construção da Igreja de Viqueque finalizada.	Subdistrito de Viqueque.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
	Preparar MOU para o projecto de reabilitação Igreja no distrito de Ainaro.	Acordo entre o Governo e Comunidade cristão distrito Ainaro assinado. Igreja Ainaro reabilitada com boas condições.	Reabilitação igreja Ainaro finalizado.	Ainaro.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
	Preparar MOU para o projecto de reabilitação Igreja no Subdistrito de Osso.	Acordo entre o Governo e Comunidade cristão distrito Ainaro assinado. Igreja Osso reabilitada com boas condições.	Reabilitação igreja Osso finalizado.	Subdistrito de Osso, Distrito Viqueque.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
	Preparar MOU para o projecto de construção da Igreja do Suai - fase Final.	Acordo entre Governo e Diocese Maliana assinado.	Construção da Igreja do Suai concluída.	Suai.	100% Acordo assinado e fundo transferido.			
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecimento de parcerias entre o Governo e Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento nacional em todos os sectores** (Assessoria Sociedade Civil).								
Educação Cívica através das organizações da Sociedade Civil.	Receber e avaliar propostas de actividades relevantes à educação cívica.	30 Propostas seleccionadas. Programas de educação cívica implementados.	- 30 Organizações da Sociedade Civil recebem fundos. - Comunidades recebem programas de educação cívica (quantidade e localidade). - N.º de participantes (M/H) beneficiários.	13 Distritos.		50%.	50%.	
Apoiar as Universidades através das fundações.	Receber e avaliar propostas de Universidades e Ensino Superior.	Programas das universidades implementadas.	8 Organizações da Universidades e Ensino Superior assinaram o acordo.	Díli, Ermera e Baucau.	50%. Assinados os contratos com 4 universidades e o fundo transferido.	50%. Assinados os contratos com 4 universidades e transferido o fundo.		
Apoiar os Órfãos.	Projecto de apoio a órfãos.	Dar mais assistência aos grupos vulneráveis.	20 Orfanatos recebem apoio directo e indirecto.	13 Distritos.		50%	50%	

OBJECTIVO GERAL: **Apoio a Grupos das Comunidade para Combate à Pobreza** (Assessoria Sociedade Civil).								
Apoiar a Organização dos Grupos nas Comunidades para combate à pobreza.	Receber propostas de OSC e estabelecer MOUs para apoiar grupos de combate à pobreza.	50 Grupos das comunidades seleccionados.	50 Grupos receberam fundos públicos.	13 Distritos.	50%.	50%.		
		Programas e actividades de combate à pobreza implementados.	Actividades implementadas e respectivos dados sobre como contribuíram para reduzir a pobreza.					
OBJECTIVO GERAL: **Reforçar a Agência De Desenvolvimento Nacional** (ADN).								
Reforçar a estrutura da ADN.	Construção de 13 escritórios da ADN nos distritos.	13 Escritórios construídos e respectivas condições de serviços criadas.	13 Escritórios em boas condições para implementar as actividades da ADN.	13 Distritos.	2 Escritórios criados.	3 Escritórios criados.	4 Escritórios criados.	4 Escritórios criados.
	Recrutamento dos novos funcionários, técnicos e assessores (M/H).	Funcionários, Técnicos e Assessores recrutados a fim de completarem a estrutura da ADN.	52 Funcionários, 10 técnicos e 16 assessores (10 assessores internacionais e 6 assessores nacionais) recrutados (M/H).	Díli.	Preparados os termos da referência e em concurso público.	52 Funcionários e 10 Técnicos recrutados e assinados os contratos.	16 Assessores foram recrutados e assinaram o contrato.	
	Mecanismos de coordenação de serviços com o Ministério das Obras Públicas Indonésio para recrutamento dos novos técnicos indonésios, de acordo com os termos da referência estabelecidos.	Novos técnicos indonésios recrutados de acordo com os termos da referência estabelecidos.	9 Técnicos indonésios recrutados compostos por 5 homens e 4 Mulheres.	Díli e Indonésia.	9 Funcionários recrutados e assinaram o contrato.	-	-	-
Desenvolve Capacidade dos Recursos Humanos (M/H) da ADN.	Realização de formação sobre" Gestão Dos Projectos" para os técnicos.	A formação realizada com sucesso.	40 Técnicos participarem na formação (25 Homens e 15 Mulheres).	Díli.	A formação realizada com sucesso.			
Desenvolvimento dos edifícios e equipamentos.	Aquisição do mobiliário.	Assegurar os equipamentos necessários para responder às necessidades de serviço.	Números dos mobiliários requisitados.	Díli.	Preparação dos documentos e submissão para o processo de aprovisionamento.	Mobiliário adquirido.		
		Equipamentos disponíveis para todos os técnicos.						

Produzir e divulgar informações sobre as actividades da ADN através de brochuras e RTVTL		3000 Brochuras produzidas 1000 *posters* produzidos 2500 autocolantes produzidos.	% da população obterão informação sobre as actividades da ADN.	13 Distritos.	Produzidos e distribuídos: Brochuras 1.500, autocolantes2.250 e 500 *posters*. 1 Sessão da RTVTL realizada.	Produzidos e distribuídos: Brochuras 1.500, autocolantes 2.250 e 500 *posters*. 1 Sessão da RTVTL realizada.	1 Sessão da RTVTL realizada.	1 Sessão da RTVTL realizada.
Melhorar e consolidar a gestão do programa MDG Sucos.	Estabelecer uma comissão interministerial a nível nacional até distrital para gerir o Programa dos "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Sucos" (MDG Sucos).	A comissão estabelecida e as actividades são geridas com eficiência e eficácia.	A comissão desempenha com eficácia as suas funções.	13 Distritos.	Comissão interministerial criada e reúne as condições operacionais.	Comissão interministerial totalmente operacional.	Comissão interministerial totalmente operacional.	Comissão interministerial totalmente operacional.
	Estabelecer termos de Referência para a comissão interministerial do MDG's.	Termos de referência estabelecidos.	Serviços da comissão interministerial em total conformidade com o termos da referência aprovados.	Díli.	Termos da referência estabelecidos e aprovados.	-	-	-
Continuar a implementar o programa MDG dos sucos.	Criação de mapas dos sucos para identificar os sucos que já implementaram o programa dos MGD's e os que ainda não implementaram os MDG's.	Mapas dos sucos criados e os sucos identificados.	Número dos sucos identificados. Número dos sucos que implementaram os MDG's identificados. Número dos sucos que ainda não implementaram os MDG's identificados.	Díli.	Realizado o levantamento de dados.	Mapa dos sucos criado.		
Consolidar a coordenação com os ministérios relevantes para implementar o PDD2.	Gerir os projectos de construção civil de valor até USD 250.000 a empresas locais sediadas nos subdistritos (MDS Sucos).	Projectos de construção civil são geridos com eficácia e eficiência.	N.º e localização dos projectos a decorrer e respectiva gestão.	Díli.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.
	Realizar inspecção regular aos projectos do PDD II.	Realizada a inspecção aos projectos do PDD II por cada mês.	Números da inspecção realizadas.	13 Distritos.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.	Actividade constante.
	Produzir os relatórios trimestrais.	Produzidos relatórios trimestrais e anuais.	Números dos relatórios produzidos.	Díli.	Relatório do primeiro trimestre produzido.	Relatório dos primeiros 6 meses produzido.	Relatórios dos primeiros 9 meses produzido.	Relatório anual produzido.
	Assegurar pagamento para o PDD II.	Realizado o pagamento de 103 projectos incluídos no PDD II.	Números dos projectos que foram pagos.	Díli e restantes distritos.			73 Projectos concluídos e pagos.	30 Projectos concluídos e pagos.
Promover a melhor	Realizar a fiscalização	Realizadas	Número da fiscalização	Díli e restantes	Início da inspecção	Continua	Continua inspecção	Continua

gestão dos recursos financeiros da ADN.	e inspecção aos projectos do Governo para assegurar a qualidade.	inspecções e fiscalização aos projectos do Governo.	e monitorização realizadas.	distritos.	e fiscalização.	inspecção e fiscalização.	e fiscalização.	inspecção e fiscalização.
	Estabelecer guia para a fiscalização e Inspecção dos Projectos.	Guia para fiscalização e Inspecção estabelecida.	Número dos projectos inspeccionados e fiscalizados de acordo com o guia estabelecido.	Díli.	Guia para fiscalização e Inspecção estabelecido.	Realizada a inspecção e fiscalização aos projectos de acordo com guia.	Realizada a inspecção e fiscalização aos projectos de acordo com guia.	Realizada inspecção e fiscalização aos projectos de acordo com o guia.
	Realizar inspecções de rotina e extraordinárias aos projectos de PDD II.	Os projectos PDD II inspeccionados.	Números dos relatórios finais produzidos e aprovados.	Díli.	25%.início da actividade.	25% Continuação das actividades.	25% Continuação das actividades.	25% Continuação das actividades.
		Apresentação de recomendações para os projectos inspeccionados e a sua implementação.	Recomendações contidas nos relatórios apresentadas a cada projecto.					
	Desenvolver o guia para avaliação de novos projectos.	Guia desenvolvido e implementado.	Realizada a avaliação dos novos projectos de acordo com o guia estabelecido.	Díli.	Realizado encontro com instituições relevantes para discutir sobre o guia de avaliação para novos projectos.	Guia de avaliação para novos projectos aprovado e implementado.	Guia de avaliação para novos projectos em implementação.	Guia de avaliação para novos projectos em implementação.
OBJECTIVO GERAL: **Reforçar a Comissão Nacional de Aprovisionamento** (CNA).								
Reforçar a estrutura da CNA.	Recrutamento de novos funcionários, técnicos e assessores (M/H).	1 Especialista em aprovisionamento de infra-estruturas recrutado.	A CNA dá resposta atempada às solicitações de acordo com os regulamentos da sua criação: projectos revistos e processos de aprovisionamento iniciados.	Díli.	Recrutamentos efectuados.			
		2 Funcionários (M/H) administrativos recrutados.						
CNA a funcionar de forma íntegra e eficaz de acordo com a legislação aplicável em Timor-Leste.	Garantir a transparência e responsabilização dos projectos de infra-estruturas.	CNA em pleno funcionamento, podendo antecipar as actividades de aprovisionamento para o Fundo de Infra-estruturas do OGE 2012.	A equipa da CNA desempenha as suas funções, cumprindo a legislação aplicável para os projectos de capital de desenvolvimento.	Díli.	Os processos de aprovisionamento (prazos e rigor) continuam a melhorar com o tempo.	Os processos de aprovisionamento (prazos e rigor) continuam a melhorar com o tempo.	Os processos de aprovisionamento (prazos e rigor) continuam a melhorar com o tempo.	Os processos de aprovisionamento (prazos e rigor) continuam a melhorar com o tempo.
Reunir as condições logísticas necessárias e adequadas às funções da CNA.	Aquisição de equipamentos e veículos.	Equipamento adquirido para operacionalizar dados.	Dados provenientes dos contratos do Fundo das Infra-estruturas inseridos nos *Freebalance.*	Díli.	Tarefas de abertura de concurso, anúncios, avaliação e esclarecimentos a decorrerem com eficiência.	Tarefas de abertura de concurso, anúncios, avaliação e esclarecimentos a decorrerem com eficiência.	Tarefas de abertura de concurso, anúncios, avaliação e esclarecimentos a decorrerem com eficiência.	Tarefas de abertura de concurso, anúncios, avaliação e esclarecimentos a decorrerem com eficiência.
		Veículos adquiridos para visitas aos locais.	Actividades de aprovisionamento efectuadas					

			atempadamente.					
Desenvolver políticas, prestar assessoria e formação.	Desenvolver políticas, prestar assessoria e formação às linhas ministeriais e ao sector privado, sobre matérias de aprovisionamento.	CNA está totalmente operacional e presta assessoria e formação a outras instituições sobre os processos de aprovisionamento.	Sessões de formação às linhas ministeriais sobre planeamento do aprovisionamento.	Díli.		A CNA começa as sessões de formação às linhas ministeriais.	Continuação da formação e esclarecimentos.	Continuação da formação e esclarecimentos.

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros tem um Orçamento de 4,082 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, doravante designada por SECM, é o órgão central do Governo, integrado na Presidência do Conselho de Ministros, que tem por missão funções de apoio e consulta jurídica ao Conselho de Ministros e ao Primeiro-Ministro.

Compete à SECM:

- Coordenar o procedimento legislativo no seio do Governo, assegurando a coerência e a harmonia jurídica interna dos actos legislativos aprovados em Conselho de Ministros;
- Analisar e preparar os projectos de diplomas legais e regulamentares do Governo, em coordenação com os ministérios proponentes;
- Prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho de Ministros;
- Assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros;
- Responder, em colaboração com o ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade;
- Coordenar a implementação das decisões do Conselho de Ministros;
- Assegurar a publicação de legislação do Governo no Jornal da República;
- Representar o Conselho de Ministros e o Primeiro-Ministro, quando este assim o decida, nas comissões especialmente criadas;
- Assegurar as relações do Governo com o Parlamento Nacional e com as bancadas parlamentares;
- Garantir o cumprimento das regras e procedimentos do Conselho de Ministros;
- Traduzir ou acompanhar a tradução de diplomas legais ou outros documentos necessários à acção do Conselho de Ministros ou do Primeiro-Ministro;
- Porta-voz do Conselho de Ministros;

Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários na área da comunicação social em geral, bem como exercer a tutela sobre os órgãos de comunicação social do Estado.

Prioridades

Apoio Técnico-Administrativo ao Conselho de Ministros

Prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho de Ministros; Coordenar a implementação das decisões do Conselho de Ministros. Aperfeiçoamento e ajustamento dos serviços

administrativos, quer a nível de recursos humanos quer a nível de finanças, logística e património do Estado atribuído à Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.

Comunicação Social

- Protocolo com empresas de Comunicação Social para a distribuição de jornais nacionais (STL, Diário Nacional, Tempo Semanal e Timor Post);
- Página de responsabilidade do Governo nos jornais supracitados;
- Programa de rádio e televisão do Governo;
- Portal do Governo, criação de conteúdos, constituição e formação da equipa de back office;
- Formação de funcionários públicos através do Centro de Formação em Técnica de Comunicação.
- Centro de Rádios Comunitárias.

Apoio Jurídico/Assuntos Parlamentares

Coordenar o procedimento legislativo no seio do Governo, assegurando a coerência e a harmonia jurídica dos actos legislativos aprovados no Conselho de Ministros, incluindo:

- A análise e preparação de diplomas legais e regulamentares, em coordenação com os Ministérios proponentes, assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros;
- Responder em colaboração com o Ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade;
- Melhoria da comunicação entre o Parlamento Nacional e o Governo através do Gabinete de Assuntos Parlamentares.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**3,575**	**3,459**	**4,082**	**4,246**	**4,416**	**4,591**	**4,775**
Recorrentes	**3,450**	**3,372**	**4,038**	**4,200**	**4,368**	**4,542**	**4,724**
Salários e Vencimentos	264	306	316	329	342	355	370
Bens e Serviços	3,186	3,066	3,722	3,871	4,026	4,187	4,354
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**125**	**87**	**44**	**46**	**48**	**49**	**51**
Capital Minor	125	87	44	46	48	49	51
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**-**	**676**	**612**	**342**	**-**	**-**
Recorrentes	-	-	676	612	342	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**3,575**	**3,459**	**4,758**	**4,858**	**4,758**	**4,591**	**4,775**
Recorrentes	3,450	3,372	4,714	4,812	4,710	4,542	4,724
Capital	125	87	44	46	48	49	51

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO CONSELHO DE MINISTROS

OBJECTIVO GERAL: **Apoio ao Conselho de Ministros e Assistência Administrativa à SECM.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Garantir a eficiência do apoio às reuniões do CdM e das actividades administrativas da SECM.	Apoio ao CdM e assistência administrativa, contratação de assessores (M/H), manutenção do equipamento, gestão do aprovisionamento e gestão financeira.	Qualidade, celeridade e produtividade das reuniões do CdM e bom funcionamento da SECM.	Prestação de apoio técnico ao CdM.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
			3 Assessores (M/H) contratados.					
Criar as condições necessárias para as reuniões do CdM e garantir a eficiência das funções da SECM.	Realização das reuniões de CdM e implementação das decisões.	Reuniões de CdM realizadas, diplomas discutidos e aprovados e decisões implementadas.	N.º de reuniões, previsão de 60 reuniões.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	15 Reuniões realizadas.	15 Reuniões realizadas.	15 Reuniões realizadas.	15 Reuniões realizadas.
			Nº de diplomas discutidos, previsão 100.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25 Diplomas discutidos.	25 Diplomas discutidos.	25 Diplomas discutidos.	25 Diplomas discutidos.
			Nº de diplomas aprovados. Previsão de 60.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	15 Diplomas aprovados.	15 Diplomas aprovados.	15 Diplomas aprovados.	15 Diplomas aprovados.
Desenvolver um Sistema de Arquivo e Documentação.	Estruturação, gestão e conservação do Arquivo da SECM e garantir a inventariação, manutenção e preservação do património do Estado e dos contratos.	Organização do arquivo da SECM desde o I Governo Constitucional (incluindo a sua inventariação e conservação) para consulta do Estado e população (actual e vindoura).	N.º de documentos tratados (previsão de 10.000). Sistema de arquivo e documentação operacional. Relatório de Actividades Produzido.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	75%		
	Contratação de companhias para o alargamento e reabilitação do edifício da SECM.	Disponibilidade de espaço para o desempenho das tarefas dos funcionários de SECM.	Alargamento e reabilitação do edifício.					
	Aquisição de equipamentos de informática e outros equipamentos de escritório para o melhoramento das funções dos funcionários.	Garantir um bom desespinhamento com as disponibilidades dos equipamentos necessários.	Manutenção do gerador do Palácio do Governo. Compra dos equipamentos informáticos.					

OBJECTIVO GERAL: **Tradução de documentos do Governo para as línguas oficiais de acordo com a CRDTL.**								
Apoio directo na tradução e prestação de serviços linguísticos.	Tradução dos documentos submetidos ao CdM e assistência técnica para a apresentação de documentos nas línguas oficiais e tradução de documentos apresentados por entidades externas.	Constitucionalidade dos documentos oficiais.	N.º de documentos traduzidos. (Previsão de 500).	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	150 Documentos traduzidos.	150 Documentos traduzidos.	150 Documentos traduzidos.	150 Documentos traduzidos.
		Concordância terminológica a nível governamental.	N.º de documentos disseminados nas línguas oficiais. (Previsão de 200).		25%	25%	25%	25%
		Base de dados técnico-jurídica criada.	Padronização do tétum técnico-jurídico.		25%	25%	25%	25%
		Iniciar a padronização do tétum nas áreas técnicas e jurídicas.	Base de Dados.		25%	25%	25%	25%
		Prestar assessoria linguística nas revisões e traduções dos documentos, nomeadamente comunicados, diplomas legais, notícias das actividades do Governo.	Contratação de 1 assessor (M/H) nacional.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	Preparação termos de referência e em concurso público.	O assessor recrutado e executa a sua função no SECM.		
	Apetrechamento dos equipamentos do escritório.	Verificar os números de equipamentos necessitados para a sua utilização.	Compra de equipamentos informáticos e escritórios.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	50% Equipamentos adquiridos.	50% Equipamentos adquiridos.		
OBJECTIVO GERAL: **Disseminação de Informação sobre as actividades e programas do Governo.**								
Disseminação de Informação através de Comunicados de Imprensa e Portal do Governo.	Informar a sociedade sobre o trabalho desenvolvido pelo Governo.	Transmissão/disseminação e recepção de informação relevante.	N.º de documentos e informações disseminadas.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Promover e consolidar a imagem e comunicação do Governo.	Normalização do aspecto gráfico dos documentos e outros elementos das estruturas do Estado.	N.º de pedidos de informação e respostas enviadas.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Contratação de assessores (M/H).	População informada.	N.º de visitantes do Portal do Governo.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Receber opiniões e sugestões dos diferentes intervenientes da sociedade civil.	Desenvolvimento de massa crítica e participativa no processo político e de desenvolvimento nacional.	Estandardização dos documentos oficiais do Governo.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Receber opiniões e sugestões dos diferentes intervenientes da sociedade civil.	Contratação de 1 assessor (M/H) para maior eficácia na área da comunicação do Governo.	Participação da população no processo político e de desenvolvimento.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
Formação para Técnicos (M/H) de Comunicação.	Continuação dos cursos de formação para Técnicos de Comunicação dos	Técnicos/Funcionários Públicos formados em relações públicas para	Formandos que frequentam os cursos (M/H).	Secretaria de Estado de Conselho de	25%	25%	25%	25%

	Ministérios e Secretarias de Estado.	maior colaboração e cooperação, dentro e fora dos Ministérios, em Díli e nos Distritos.	(Previsão de 60 formandos)	Ministros.				
	Acções de especialização em comunicação social para os Membros do Governo.	Assistência na elaboração de materiais de comunicação escrita e oral, nas línguas oficiais, para a comunicação social e para as comunidades residentes nas áreas rurais.	N.º de Membros (M/H) do Governo que participam nas acções de especialização. (Previsão de 60).	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Contratação de Formadores (M/H) nacionais.	Técnicos, Funcionários Públicos e Membros do Governo com maiores conhecimentos na área da Comunicação Social para maior esclarecimento da população das actividades governamentais e sobre o processo de desenvolvimento.	48 Funcionários Públicos (M/H). 3 Formadores nacionais e 2 peritos contratados (M/H).	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
Continuidade do acordo com as empresas de comunicação social (STL, Diário e Timor Post) o *Press Club* (Tempo Semanal) para que toda a população tenha acesso à informação jornalística.	Permitir à população residente em Díli e nos distritos acesso à informação publicada nos jornais.	População em geral informada e entidades mais envolvidas nos projectos do Governo (maior adesão da população às iniciativas promovidas pelo Governo).	10.608 Exemplares de jornais distribuídos por todo o país, abrangido pelo Protocolo: o Tempo Semanal, Suara Timor Lorosae, Jornal Nacional Diário.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	2.652 Exemplares.	2.652 Exemplares.	2.652 Exemplares.	2.652 Exemplares.
	Ajuda financeira aos Jornais nacionais.	Jornais (imprensa escrita) beneficiados com este projecto, através da compra fixa de uma percentagem da tiragem.	N.º de Distritos com acesso aos jornais. Publicação semanal de uma página da responsabilidade do Governo.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	Jornais distribuídos em 13 distritos (442 sucos e 49 subdistritos).	Jornais distribuídos em 13 distritos (442 sucos e 49 subdistritos).	Jornais distribuídos em 13 distritos (442 sucos e 49 subdistritos).	Jornais distribuídos em 13 distritos (442 sucos e 49 subdistritos).
Manutenção do Programa de Rádio e Televisão.	Divulgar as actividades e projectos do Governo através de programas de rádio e televisão.	Canal de comunicação directa entre o Governo e a população.	População beneficiada com o Programa de Rádio e Televisão.	Estúdios da TVTL e RTTL.				
	Realização de programas modernos, dinâmicos e interactivos (perguntas e respostas, entre Governo e telespectadores).	População beneficiada com acesso à informação (nomeadamente aqueles que não sabem ler).	Número de ouvintes e telespectadores (M/H).	Estúdios da TVTL e RTTL.	25%	25%	25%	25%
		Esclarecimento de dúvidas à população através do programa interactivo de perguntas e respostas.	Número de chamadas telefónicas efectuadas (M/H).					

		Programas com duração de 20/25 minutos, consistindo em 3 partes: Noticiário (síntese da actividade governativa); Entrevista pré gravada a Membros do Governo ou do Estado; Perguntas e respostas dos ouvintes.	Número de programas produzidos (Previsão 48).		12 Programas realizados.	12 Programas realizados.	12 Programas realizados.	12 Programas realizados.
Divulgar as actividades e projectos do Governo através do Boletim Informativo.	Produção, publicação e disseminação do Boletim Informativo.	População em geral e sobretudo as populações nos distritos têm acesso a uma publicação regular, de leitura rápida, fácil e gratuita.	N.º de boletins produzidos e distribuídos. (Previsão 24).	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	6 Boletins produzidos.	6 Boletins produzidos.	6 Boletins produzidos.	6 Boletins produzidos.
			N.º de Distritos, Subdistritos, Aldeias e Sucos que recebem o Boletim.		13 Distritos (442 sucos e 49 Subdistritos).	Continuação.	Continuação.	Continuação.
Desenvolvimento e Apoio à Comunicação Social.	Desenvolver a Política Nacional para a Comunicação Social.	Evolução geral dos meios de comunicação social públicos e privados, através de incentivos à resolução de problemas identificados por meio de uma recolha de dados organizada pela SECM.	Projectos de regulamentação elaborados necessários na área da comunicação social.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	25%	25%	25%	25%
	Regulamentar a legislação aprovada em Parlamento Nacional na área da Comunicação Social.	Assegurar uma regulamentação clara, célere e consensual da legislação aprovada pelo PN na área da comunicação social, nomeadamente em matéria de direitos e deveres dos jornalistas e respectiva acreditação.	Preparar o Sistema de incentivos do Estado.		25%	25%	25%	25%
	Apoiar, por meio de cedência de terrenos, concessão de subsídios e mediação de acordos de cooperação com entidades estrangeiras a criação de Institutos Privados de Formação de Jornalistas que garantam a transmissão de conhecimentos técnicos, linguísticos, de cultura geral e de deontologia profissional.	Recursos humanos (M/H) formados e qualificados para o exercício da profissão jornalística.	Dinamizar a criação de um Instituto de Formação de Jornalistas.		25%	25%	25%	25%
Criação do Gabinete de Comunicação Social.	Definir as actividades a desenvolver, minimizando os custos relacionados com a concessão da ajuda ao	Promoção e difusão da língua portuguesa enquanto veículo quotidiano e enquanto	Rádio da CPLP criada.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.		1 (70%H /30%M).	1	1 (70%H /30%M)

	desenvolvimento, numa óptica de harmonização.	língua de trabalho de negócios.						
	Distribuição do jornal "Noticias da CPLP" através de mecanismos contratuais.		Programa de formação e capacitação de jornalistas (participação M/H).				1	2652
	Criação de uma Rádio CPLP.		Sala de leitura e fundo bibliográfico da CPLP criado.				2652	13 Distritos. (442 sucos e 49 Subdistritos).
Transmitir informação útil às comunidades através da publicação do Jornal *Haklaken.*	Produção, publicação e distribuição do Jornal *Haklaken.*	Produção e distribuição de 3.000 exemplares por trimestre.	12.000 Exemplares produzidos e distribuídos nos 13 distritos.	13 Distritos (Sociedade Civil e Escolas).	3.000 Exemplares.	3.000 Exemplares.	3.000 Exemplares.	3.000 Exemplares.
Informar a comunidade sobre as datas importantes do País.	Produção e distribuição do Calendário do GPM.	Produção e distribuição de 3.000 exemplares.	3.000 Calendários distribuídos pelo País e Comunidades mais informadas sobre as datas relevantes.	13 Distritos (Sociedade Civil e Escolas).	3.000 Produzidos e distribuídos na comunidade.			
OBJECTIVO GERAL: **Apoio Jurídico e coordenação do processo legislativo do Governo.**								
Apoio jurídico e coordenação do processo legislativo a nível de todo o Governo.	Simplificação e adaptação dos diplomas apresentados à realidade nacional de modo a que sejam compreendidos e úteis a todos os quadrantes da sociedade.	Produção e publicação de um conjunto de diplomas legislativos harmonizados e em concordância com a realidade nacional e de aplicação mais fácil.	108 Diplomas trabalhados.	Secretaria de Estado de Conselho de Ministros.	27 Diplomas produzidos e publicados.	27 Diplomas produzidos e publicados.	27 Diplomas produzidos e publicados.	27 Diplomas produzidos e publicados.
	Estimular uma maior coordenação e interacção entre todos os juristas que trabalham sobre a tutela do Governo.		60 Diplomas publicados em Jornal da República.		15 Publicações.	15 Publicações.	15 Publicações.	15 Publicações.
			Assistência técnico-jurídica prestada às demais Secretarias de Estado e Ministérios.					
			Serviços de contencioso da Presidência de Conselho de Ministros assegurada.					
			Resposta, em colaboração com o Ministério da Tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade.					
			Acções de uniformização e					

			harmonização dos conceitos jurídicos e da linguagem jurídica na tradução para tétum.					
OBJECTIVO GERAL: **Promoção das Rádios Comunitárias.**								
Promoção e monitorização das Rádios a nível comunitário.	Divulgar as actividades do Governo através da transmissão de programas da rádio da Comunidade. Garantir o melhoramento da transmissão para que a população estejam informadas.	População informada através de 9 Estações da Rádio Comunidade em 8 Distritos. Treinamentos e seminários sobre o melhoramento das actividades. Aquisição de equipamentos necessários para um bom funcionamento da rádio comunidade.	N.º de programas transmitidos. (Previsão de 60 programas). Local de transmissão. Comunidades envolvidas pelo projecto.	Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e Centro de Rádio Comunitária em Díli e Rádio Comunitária em 8 Distritos.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Promoção da relação e cooperação entre o Governo e o Parlamento Nacional.**								
Estimular uma maior coordenação entre o Governo e o Parlamento Nacional.	Recolher informações sobre assuntos parlamentares relevantes para os Membros do Governo e relatar as actividades relativas ao Conselho de Ministros aos Membros do Parlamento Nacional. Contratação de 1 assessor Internacional e 1 assessor nacional (M/H).	Tomar conhecimento dos assuntos discutidos na plenária e informar os Membros do Governo.	N.º de Reuniões. (Previsão de 150).	Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e Parlamento Nacional.	25%	25%	25%	25%
		Dar conhecimento aos Membros do Parlamento sobre as actividades do Governo.						
		Boa governação.	Informações recolhidas e transmitidas.					
		Maior coordenação e desempenho entre as funções executivas e legislativas.	Acções de coordenação e cooperação desenvolvidas entre os dois órgãos de soberania.					

Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto tem um Orçamento de 5,795 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) é o órgão central do Governo encarregue de executar, coordenar e avaliar a política definida e aprovada em Conselho de Ministros para a área da juventude e da educação física e desporto. Para tal, a SEJD tem as seguintes competências:

- Propor ao Governo orientações políticas para a SEJD e elaborar propostas de regulações necessárias na área da Juventude e Desporto;
- Promover e realizar uma coordenação com outras entidades relevantes para a área da juventude, sobretudo ao nível do desporto, das artes e da cultura;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e coordenação com outros órgãos do governo e da sociedade civil com responsabilidades semelhantes ou idênticas na implementação da política nacional para os jovens;
- Criar mecanismos de financiamento de apoio a projectos de jovens;
- Criar mecanismos de desenvolvimento de conhecimentos e promover a sua disseminação/publicação aos jovens através dos meios de comunicação social ou de outros meios de comunicação;
- Conduzir outras funções necessárias para cumprir com a missão da SEJD;
- Desempenhar outras tarefas de acordo com a lei.

Prioridades

- Fortalecer a coesão social, promover a liberdade de expressão e fortalecer a capacidade dos jovens.
- Desenvolver as infra-estruturas e instalações básicas de desporto e vocacionadas para os jovens, de modo a melhorar a qualidade e a participação destes no processo de Desenvolvimento Nacional.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**5,028**	**6,221**	**5,795**	**6,027**	**6,268**	**6,519**	**6,779**
Recorrentes	**4,626**	**5,178**	**4,251**	**4,421**	**4,598**	**4,782**	**4,973**
Salários e Vencimentos	347	373	465	484	503	523	544
Bens e Serviços	891	467	1,634	1,699	1,767	1,838	1,912
Transferências Públicas	3,389	4,338	2,152	2,238	2,328	2,421	2,518
Capital	**401**	**1,043**	**1,544**	**1,606**	**1,670**	**1,737**	**1,806**
Capital Minor	318	72	112	116	121	126	131
Capital Desenvolvimento	83	971	1,432	1,489	1,549	1,611	1,675
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**1,045**	**1,045**	**1,045**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	1,045	1,045	1,045	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**5,028**	**7,266**	**6,840**	**7,072**	**6,268**	**6,519**	**6,779**
Recorrentes	4,626	6,223	5,296	5,466	4,598	4,782	4,973
Capital	401	1,043	1,544	1,606	1,670	1,737	1,806

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E DESPORTO

Objectivo Geral: **Fortalecer a capacidade das organizações juvenis e desportivas, incentivar hábitos cívicos, estimular a criatividade artística e promover a coesão social para fortificar a paz e estabilidade nacional.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Promover a qualidade de liderança dos jovens (M/H) com atitudes e hábitos cívicos.	Formação de Cidadania.	Os jovens (M/H) adquirem atitudes e hábitos cívicos e 26 jovens formados podem continuar a dar formação de cidadania a outros jovens.	26 Jovens de ambos os sexos (M/H) capacitados para serem facilitadores e 460 adquirem conhecimentos cívicos.	Díli e 13 Distritos.	Proposta, TOR preparado e aprovado.	TOT realizado para 26 pessoas (M/H).	Fase 1: 230 pessoas (M/H) adquirem formação de cidadania.	Fase 2: 230 pessoas (M/H) formadas em cidadania.
	Formação de liderança para os jovens (M/H).	Elevar a participação das organizações juvenis no desenvolvimento local.	26 Jovens de ambos os sexos capacitados para serem facilitadores e 130 adquirem conhecimento sobre a gestão de liderança (com 40% da participação de raparigas).	Díli.	TOR e proposta preparados e aprovados.	Treinamento ToT realizado para 26 pessoas (M/H).	Treinamento de liderança para 130 jovens (M/H) realizado.	
		Associação Estudantil de Nível Secundário seleccionada com conhecimento suficiente para facilitar treinamento de qualidade.						
	Disseminação do Prémio Internacional para os jovens (M/H).	Os jovens (M/H) adquirem bom conhecimento sobre o Prémio Internacional dos jovens e decidem participar neste programa de prémio.	300 Jovens (M/H) participam na disseminação deste prémio.	8 Distritos.	Coordenação com Operador Independente realizada. Preparação do TOR e já tem proposta aprovada.	Fase 1: Disseminação realizada em 4 distritos.	Fase 2: Disseminação realizada em 4 distritos.	
	Parlamento “Foinsa’e Nian (PFN).	Fortalecer a capacidade dos membros do Parlamento “Foinsa’e” para fazerem debates de qualidade nas sessões parlamentares.	130 Membros (M/H) do PFN adquirem formação.	Díli.	ToR e módulo preparados.	Facilitador (M/H) recrutado.	Realizada a sessão parlamentar.	
		Representantes do PF têm conhecimento sobre o PF de outros países e podem partilhar a experiência do PF de TL com o PF de outros países.	40 Membros (M/H) do PFN adquirem conhecimentos sobre o andamento parlamentar.	UK, Camberra e Nova Iorque.	Negociação sobre a visita terminou e já foi aprovada.	20 Membros (M/H) do PFN participam no estudo comparativo em Nova Iorque.	20 Membros (M/H) do PFN participam no estudo comparativo em UK e Camberra.	

	Intercâmbio dos jovens (M/H) (Centenário da Revolta de Manufahi).	Aumentar o conhecimento dos jovens sobre a história, diversidade de cultura, socioeconómico, meio ambiente do distrito de Manufahi. Aumentar o sentido de nacionalismo e patriotismo com o compromisso para a estabilidade nacional e desenvolvimento.	414 Jovens de ambos os sexos de 13 distritos, sendo cada distrito representado por 24 jovens neste intercâmbio (50% sexo feminino).	Distrito Manufahi.	Coordenação e Observação realizada.	ToR e proposta preparados e aprovados.	Intercâmbio 2012 realizado.	
	Apoio às actividades do Escutismo.	Muitos jovens (M/H) adquirem conhecimentos e realizam actividades voluntariamente com a comunidade.	150 Jovens de ambos os sexos participam no intercâmbio de Escuteiros.	Díli.	Coordenação e discussão com os escuteiros sobre o Intercâmbio terminadas e observação sobre o sítio do Jambore realizado.	Proposta e ToR Aprovado.	Intercâmbio de Escuteiros realizado.	
	Celebração do Dia Mundial da Juventude 12 de Agosto.	Muitos jovens são sensíveis aos problemas mundiais que afectam directa ou indirectamente o desenvolvimento da vida dos jovens.	Jovens dos Distritos e sub-distritos, no mínimo 13.000 organizados e participam na celebração do Dia Mundial dos Jovens (35% sexo feminino).	13 Distritos.	Coordenação, preparação do ToR e propostas já foram realizadas.	Propostas e ToR aprovados.	Celebração do LIF realizado.	
	Celebração do Dia Nacional da Juventude 12 de Novembro.	Para continuar a elevar a consciência dos jovens sobre a luta de libertação do povo.	13.000 Jovens provenientes dos 65 sub-distritos participam na celebração do Dia Nacional dos Jovens (35% sexo feminino).	65 Subdistritos.	Coordenação com as instituições relevantes realizada, já tem ToR e proposta aprovada.	Proposta aprovada.		Celebração do dia Nacional da Juventude realizada.
Fortalecer capacidades de recursos humanos (M/H) para promover o desporto, a criatividade e o conhecimento sobre IT.	Formação para Coreógrafo.	10 Jovens (M/H) frequentam o curso de formação com sucesso e adquirem habilidade na área de coreografia.	Jovens artistas, 5 raparigas e 5 rapazes, adquirem conhecimento suficiente sobre a coreografia.	Indonésia.	ToR alugar para os participantes identificando e a proposta aprovada.	Formação realizada.		
	Formação na música de *corometan* (continuação).	Jovens de 40 Sucos frequentam a formação na música de *corometan* dentro do País.	280 Jovens (30% do sexo feminino) adquirem conhecimento sobre música *corometan*.	40 Sucos.	ToR e módulos preparados, participantes e lugar identificados.	Treinamento da 1ª fase para 93 jovens realizado.	Treinamento de 2ª fase para 93 jovens realizado.	Treinamento de 1ª fase para 94 jovens realizado.
	Formação de Música Moderna para os artistas.	Os jovens frequentam a formação com sucesso e adquirem	10 Jovens (40% femininos) do grupo de artistas participam	Díli.	ToR preparado, artistas participantes e treinador	Realiza Treinamento.		

		bom conhecimento e estimulam a criatividade na área de música moderna.	na formação.		identificados e proposta aprovada.			
	Formação de Jornalismo para os Jovens.	Os jovens adquirem conhecimentos básicos sobre o jornalismo.	65 Jovens de ambos os sexos provenientes dos sub-distritos frequentam a formação e adquirem conhecimentos sobre o jornalismo.	Díli, Baucau e Ainaro.	ToR e critérios preparados; participantes e treinador confirmado; matéria preparada.	25 Jovens de ambos os sexos adquirem formação jornalística.	20 Jovens de ambos os sexos adquirem formação jornalística.	20 Jovens de ambos os sexos adquirem formação jornalística
	Introdução de Nova Tecnologia para os jovens.	Os jovens têm interesse e conhecimento básico sobre Nova Tecnologia (IT).	65 Jovens de ambos os sexos provenientes dos 65 sub-distritos adquirem formação sobre Nova Tecnologia (IT).	4 Centros de Juventude (Manufahi, Bobonaro, Ermera e Baucau).	ToR e critérios preparados; participantes e treinadores confirmados; matéria preparada.	30 Jovens de ambos os sexos adquirem formação sobre nova tecnologia (IT).	35 Jovens de ambos os sexos adquirem nova tecnologia (IT).	
	Exposição de fotografias.	Todos os visitantes podem ter conhecimento sobre as actividades dos jovens e do desporto em Timor-Leste.	100 Fotografias dos jovens e do desporto seleccionados para participarem nesta exposição.	Brasil.	As fotografias de TL foram enviadas para Brasil e uma delegação de 3 pessoas que irão participar neste evento seleccionadas.	Exposição vai até 2014.	Exposição vai até 2014.	Exposição vai até 2014.
	Programa documentário para as actividades dos jovens (TV e Rádio).	Os jovens adquirem informação sobre as criatividades dos jovens através de Radio e Televisão.	Há programas de radio sobre criatividade dos jovens 15 episódios publicados no Rádio 5 dos quais já foram publicados no programa da TVTL nos 13 Distritos.	Díli e Distritos.	ToR e contrato preparados; parceiro confirmado e matéria identificada.	Produz programa rádio 5 episódios e publicados na Rádio e na TVTL.	Produz programa rádio 5 episódios e publicados na Rádio e na TVTL.	Produz programa rádio 5 episódios e publicados na Rádio e na TVTL.
	Treinamento para Treinadores Desportivos de nível Básico.	Há treinador com conhecimento suficiente para desenvolver os jovens na área do atletismo e artes marciais.	39 Treinadores (M/H) adquirem conhecimento suficiente para facilitar treinamento em atletismo e artes marciais.	Díli.	Finalização do módulo do treinamento no nível básico. Finalização do módulo de treinamento nível básico na área de Atletismo e Artes Marciais.	Treinamento para Treinadores básicos na área de Atletismo e Artes Marciais realizado e participantes provenientes dos 13 distritos, dos quais 4 são mulheres.	Treinamento para Treinadores básicos na área de Atletismo e Artes Marciais realizado e participantes provenientes dos 13 distritos, dos quais 4 são mulheres.	Treinamento para Treinadores básicos na área de Atletismo e Artes Marciais realizado e participantes provenientes dos 13 distritos, dos quais 4 são mulheres.
	Treinamento para Treinadores Desportivos de nível avançado.	Há treinadores com conhecimento suficiente para desenvolver o Atletismo e Artes Marciais de nível avançado entre a juventude.	39 Treinadores (12 femininos) com conhecimento suficiente para facilitar treinamento do Atletismo e de Artes Marciais.	Díli.	Finalização do módulo de treinamento de nível básico na área do Atletismo e Artes Marciais.	Treinamento para Treinadores de nível Básico na área de Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes deste treinamento	Treinamento para Treinadores de nível Básico na área de Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes deste treinamento	Treinamento para Treinadores de nível Básico na área de Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes deste treinamento

						provenientes de 13 Distritos dos quais 4 são mulheres.	provenientes de 13 Distritos dos quais 4 são mulheres.	provenientes de 13 Distritos dos quais 4 são mulheres.
	Curso de Massagista.	Há pessoas com conhecimento suficiente para tratar dos atletas.	Há 26 massagistas (M/H) nos 13 distritos (2 massagistas por distrito.	Díli.	Foram identificadas e seleccionadas potenciais pessoas e o módulo de treinamento finalizado para o treinamento de 13 pessoas por trimestre.	Curso de massagista realizado para 13 pessoas seleccionadas.	Curso de massagista realizado para 13 pessoas seleccionadas.	
	Capacitação de nível avançado para Professores de Educação Física e Desporto.	Professores que já frequentaram treinamento básico passam a frequentar treinamento avançado de "*National Qualification"*.	60 Professores (M/H) adquiriram formação avançada 6 vezes dentro de um ano.	Díli.	Tem acreditação de INDMO para formação de professores.	Formação de nível avançado 2 vezes realizada nos distritos de Baucau, Lospalos, Viqueque e Manatuto (total 20).	Formação de nível avançado 2 vezes realizado nos distritos de Díli, Aileu, Liquiça, Ermera e Oecússi (total 20).	Formação de nível avançado 2 vezes realizado nos distritos de Maliana, Suai, Ainaro e Same (total 20).
	Programa de Bacharelato.	Estudantes de Bacharelato na UNTL continuam a adquirir formação de qualidade.	30 Estudantes (10 de sexo feminino) recrutados para curso de Bacharelato para o ano de 2012 e há Docentes (M/H) de qualidade para administrar a formação.	Díli.	Proposta aprovada.	Realização suportada em 50%.	Realização suportada em 100%.	Relatório assegurado.
	Formação para jovens Treinadores.	Jovens habilitados e são treinadores de boa qualidade.	Há cooperação com 2 organizações internacionais e obtém-se 4 treinadores internacionais e 4 nacionais para darem treinamento aos 60 jovens (M/H).	Díli.	2 Organizações internacionais identificadas e identificados também treinadores internacionais e nacionais qualificados para dar formação aos jovens.	60 Jovens (18 de sexo feminino) já frequentaram o treinamento de futebol planeado para 6 meses.		Há avaliação para o treinamento administrado com recomendação concreta para o treinamento em 2012.
	Formação de Arbitragem.	Árbitros com conhecimento suficiente para desenvolver os jovens no Atletismo e Artes Marciais.	39 Árbitros (12 de sexo feminino) com conhecimento suficiente para facilitar o treinamento de arbitragem.		Finalização do módulo de treinamento de nível básico na área da Arbitragem.	Treinamento de arbitragem na área do Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes provenientes dos 13 distritos, 4 dos quais são mulheres.	Treinamento de arbitragem na área de Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes provenientes dos 13 distritos, 4 dos quais são mulheres.	Treinamento de arbitragem na área de Atletismo e Artes Marciais realizado. 13 Participantes provenientes dos 13 distritos, 4 dos quais mulheres.

	Capacitação dos Dirigentes Desportivos na área de Gestão Organizacional, Liderança e Gestão de eventos.	Há conhecimento suficiente para gerir, organizar e liderar organizações desportivas.	26 Federações.	Díli	Capacitação para 7 Federações.	Fase 1: Capacitação para 10 Federações realizada.	Fase 2: Capacitação para 9 Federações realizada.	Fase 3: Capacitação para 7 Federações realizada.
	Fundar a Escola de futebol em cooperação com a Fundação Real Madrid.	Elevar a participação dos jovens na área do desenvolvimento de habilidade futebolística e fomentar a cooperação com Real Madrid.	Existência de 3 Centros de Treinamento (Díli, Bobonaro e Baucau) e neles participam 150 crianças dos 6-14 anos de idade.	Distrito Díli, Bobonaro e Baucau.	Assinado MoU com Real Madrid e identificados os treinadores e registados os participantes.	Lançamento da Escola de Futebol e começam os treinos nos 3 distritos.		
	Formação para os Professores sobre Teste de Aptidão Física.	Elevar a capacidade e habilidade dos professores (M/H) sobre teste de aptidão física.	65 Professores (M/H) adquirem formação sobre como fazer o teste de aptidão física.	Díli.	Professores candidatos para participar no teste de aptidão física identificados, proposta aprovada e manual de treinamento preparado.	Actividade realizada.		
Elevar a prestação dos atletas e exibir a habilidade dos jovens no estrangeiro.	*Youth Olympic Games* (YOG).	Timor-Leste participa e melhora a sua prestação no YOG.	Equipa de futebol de sub-16 participa no treinamento intensivo no TC para elevar a prestação.	China.	Selecção da equipa de futebol sub-16 realizada e começam a internar-se no TC.	Realizado o suporte para a participação de Timor-Leste no YOG.		
	Participação de atletas nas Olimpíadas de Londres em 2012.	10 Atletas de atletismo, 3 oficiais e 2 membros do Governo participam na Olimpíadas de Londres.	Participação de Timor-Leste nas Olimpíadas de Londres está registada na classificação de 150.	Londres.	Há plano e gestão de preparação e treinamento a sério durante 5 meses.	Realizado o suporte da participação de Timor-Leste na Olimpíadas de Londres.		
	Apoio às Federações nos outros jogos internacionais.	2 Modalidades de desporto colectivo e 3 individuais participam e obtêm boa prestação neste evento internacional.	2 Modalidades colectivas e 3 individuais obtêm 4 medalhas neste evento internacional.	Nações estrangeiras.	Realizada a identificação da modalidade do desporto a competir neste evento internacional.		Realizado o suporte às 2 modalidades que vão participar neste evento internacional.	Realizado o suporte às outras 3 modalidade que vão participar neste evento internacional.
	Participação no ABG.	Há uma equipa de Voleibol de Praia de Timor-Leste a preparar para ABG.	Há duas equipas de Voleibol da Praia feminino e masculino (8 pessoas) de qualidade para participar no ABG.	Índia.	Há plano e gestão de preparação e treinamento intensivo durante 5 meses.	Concretizado o suporte à participação de Timor-Leste no ABG.		
	Participação no Jogo Escolar da CPLP em Portugal.	Elevar a prestação nos jogos da CPLP nas modalidades de futebol masculino e Ténis de campo	Modalidades de futebol e Ténis de campo suportados pela SEJD obtêm medalha de bronze	Portugal.	Há plano e gestão de preparação e treino intensivo durante 5 meses.	Realização do treino ocorre normalmente.	Realizado o suporte à participação de Timor-Leste em Lisboa.	

		feminino.	nos jogos da CPLP.					
	Participação *na Asean University Games* - Laos.	Elevar a prestação nas modalidades de desporto individual: Karaté, Taekondo, Silat, Kempo, Lawn Bol na *Asean University Games*-*Laos.*	Modalidades: Karaté, 5 pessoas Taikondo 5 pessoas, Silat 5 pessoas, Kempo 5 pessoas e Lawn Bol 9 pessoas e 5 pessoas da comissão obtêm 2 medalhas de bronze.	Laos.	Há plano e gestão da preparação e também os atletas seleccionados com boa qualidade.	Realização do treino ocorre normalmente.	Realização do treino ocorre normalmente.	Realizado o apoio à participação de Timor-Leste em Laos.
	Participação no Fórum Internacional de Prémio dos Jovens em Malta.	Demonstrar o compromisso do Governo da RDTL para promover a liderança e criatividade da juventude no desporto.	Delegações de Timor-Leste composta de 5 pessoas participam neste Fórum.	Malta.		Participação de Timor-Leste confirmada.		Delegação de Timor-Leste tem participado no Fórum Internacional de Prémio dos Jovens.
	Tocha da Paz; Maratona, Ritual Cultura, Festival de Desporto Escolar, Noite de Cultura, Marcha de *Drum Band* e Missa.	Há participação máxima dos jovens e comunidade no acompanhamento da Tocha da Paz à volta dos 13 Distritos conforme o itinerário determinado.	Atletas da maratona no total de 3,900 pessoas (M/H) dos 13 Distritos participam nesta actividade.	13 Distritos.	Comissão formada e coordenação terminada para realização deste evento.	Tocha da paz começa em Díli, segue para Manatuto, Baucau e Lospalos conforme o itinerário determinado.	Tocha da paz de Lospalos, Viqueque, Manufahi, Ainaro, Suai, Bobonaro, Ermera conforme o itinerário determinado.	Tocha da paz continua de Ermera, Aileu, Liquiça e termina em Oecússi conforme o itinerário marcado.
			Ritual Cultural com a participação de 650 pessoas (M/H) provenientes dos 13 Distritos.	13 Distritos.	Comissão formada para realizar este evento.	Esta equipa segue o itinerário marcado.	Actividades realizadas.	
			Atletas de 3 modalidades (basquetebol, voleibol e futebol) dos 13 Distritos no total de 468 equipas.					
			14 Equipas de banda musical moderna, música de "*kore-metan*" de 65 subdistritos, Danças dos 65 subdistritos participam na noite cultural.					
			13 Equipas de Drum *Band* participam na recepção da Tocha da Paz.					
			Missa em 13 sítios para a celebração da Tocha da Paz.					
	Concerto musical	Festival musical	13 Grupos musicais	Díli.	ToR esboçado e	Equipa	Actividade	

	trimestral.	ocorre com sucesso e há participação activa dos grupos musicais dos 13 distritos.	dos 13 distritos participam no Festival Musical.		proposta aprovada.	organizadora formada.	realizada.	
		Concerto musical no qual os jovens podem expressar-se livremente e divertir a comunidade.	5 Grupos de banda musical seniores e 5 grupos novos incluindo 4 artistas individuais e banda da SEJD desempenham a sua missão.	Díli.	ToR delineado e proposta aprovada.	Equipa da comissão organizadora formada.	Actividades realizadas.	
		Seminário: 40 pessoas participam neste seminário para elaborar o projecto de lei.	Há esboço da lei e protecção dos direitos de autor.	Díli.	ToR delineado e proposta aprovada.	Equipa organizadora formada.	Actividade realizada e o projecto de lei entregue ao SEJD.	
		Grupo de banda musical faz “open show” para diversão da comunidade.	20 Grupos de banda fazem exibição.	Díli.	ToR e proposta aprovados e actividade do primeiro período realizada.	Actividade do segundo período realizada.	Actividade do terceiro período realizada.	Actividade do quarto período realizada.
	Concurso do jornal de parede trimestral.	Desenvolve e promove a criatividade dos estudantes (M/H) do Ensino secundário para a vida jornalística.	90 Estudantes de ambos os sexos de 15 Ensinos Secundários em Díli participam nesta actividade.	Díli.	ToR e proposta aprovados e primeira actividade realizada.	Actividade do segundo período realizada.	Actividade do terceiro período realizada.	Actividades quarto período realizada.
	Desporto Escolar.	Jogos escolares realizados com participação activa dos estudantes (M/H) e as modalidades obtêm bons atletas para o futuro.	Jogos escolares ocorrem com sucesso e têm participação de 78 equipas com 1014 pessoas (M/H).	13 Distritos.	Preparação da equipa organizadora e plano de jogo escolar finalizado.	Desporto escolar realizado.		Relatório
	Campeonato Comunitária para a Paz.	Promover a fraternidade e garantir estabilidade.	50 Atletas de Boxe, 130 equipas de basquetebol 130 equipas de voleibol (M/H).	13 Distritos.	ToR e propostas aprovadas e equipa organizadora estabelecida.	Realizado o jogo comunitário em todos os distritos.		
	Festival Nacional do Desporto.	Promove e eleva a prestação dos atletas para competir nos jogos nacionais e internacionais.	Equipa FND para o desporto colectivo composta por 65 pessoas (futebol, basquetebol e voleibol) e 52 pessoas no atletismo (M/H).	13 Distritos.	Preparação da Equipa Organizadora e plano para jogo comunitário finalizados.			Realizado o jogo comunitário em todos os distritos.
	Capacitação da instituição de Artes Marciais ao serviço da comunidade.	Para reforçar a organização de Arte Marciais e promover o voluntarismo a fim de fortalecer a harmonia	15 Organizações de Arte Marciais formadas e capacitadas a fim de gerir as instituições.	Díli e restantes distritos.	ToR aprovado.	Terminada a aproximação e capacitação realizada.	.	Relatório final preparado e submetido.

		social.						
			1000 Membros (M/H) das artes marciais prestam os serviços voluntariamente à comunidade nos 13 distritos.	Díli e restantes distritos.	Serviços voluntariamente à comunidade realizada.	Serviços voluntariamente à comunidade realizada.	Serviços voluntariamente à comunidade realizada.	Relatório final preparado e submetido.
			15 Organizações de Arte Marciais realizaram reunião mensal a fim de compartilhar as informações e desenvolver a cooperação mutua nos 13 distritos.	Díli e restantes distritos.	3 Reuniões realizadas.	3 Reuniões realizadas.	3 Reuniões realizadas.	3 Reuniões realizadas.
	Dar apoio aos Centros de Treinamento de futebol juvenil.	Elevar a capacidade do Centro de Treinamento de Futebol juvenil para realizar o seu trabalho com capacidade.	Centro de Treinamento de futebol juvenil capacitado e tem responsabilidade para coordenar as actividades dos jovens.	Díli e Distritos.	Proposta do cento juvenil aprovada.	Avaliação e apoio terminados.		Relatório assegurado.
	Apoio de Fundos Operacionais às instituições desportivas.	Organizações desportivas funcionam bem e já têm estratégia para administrar as suas organizações por si próprias.	12 Organizações têm capacidade de gestão e liderança institucional.	Díli.	Organizações de desporto identificadas para obter suporte operacional da organização.	Realizado o apoio para organização de desporto.	Monitorização sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	
	Suporte de Fundos Operacionais para CDTL.	Elevar a capacidade do CDTL para desempenhar a sua função com qualidade e ajudar a reorganização das associações desportivas.	CDTL adquiriu capacidade de gerir a sua instituição e coordenar as actividades desportivas dentro do país e pode facilitar a reorganização das 13 associações desportivas.	Díli	Proposta CDTL aprovada.			Relatório CDTL assegurado.
	Criação e incentivação dos clubes.	Criar e fortificar clubes desportivos para fomentar a participação dos jovens nas actividades desportivas.	12 Clubes desportivos criados nos distritos e 6 em Díli.	Distritos.	Clubes identificados e propostas dos clubes aprovadas.	Actividades dos clubes realizadas.	Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório dos clubes assegurado.
	Ajuda e facilita a criação de Associação de	Fundar e fortalecer as associações de treinadores e de árbitros.	3 Associações de treinadores e 3 de árbitros têm apoio de capacitação	Díli	Associações de treinadores e de árbitros identificados e propostas	Actividades de associações de treinadores e de árbitros realizadas.	Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório da associação dos treinadores e de árbitros

	Treinadores e de Árbitros.		organizacional.		aprovadas.			assegurado.
	Apoio de Fundos Operacionais ao CNJTL.	Elevar a capacidade do CNJTL para desempenhar bem a sua função.	CNJTL tem capacidade e responsabilidade para coordenar actividades de promoção dos jovens no desporto.	Díli	Proposta do CNJTL aprovada.		Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório CNJTL assegurado.
	Facilitar capacitação institucional do Centro de Juventude.	Fomentar e fortalecer a participação dos jovens nas actividades dos jovens, arte e desporto.	13 Centros de Juventude obtêm fundos operacionais e equipamentos suficientes para realizar actividades para os jovens, arte e desporto.	13 Distritos	Proposta aprovada.		Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório do Centro de Juventude assegurado.
	Dar apoio às iniciativas de Artes Marciais e Artes Rituais.	Organização das Arte Marciais e Arte Ritual estruturadas a fim de desenvolver as suas respectivas organizações.	Existem 20 Organizações de Artes Marciais e Artes Rituais, com capacidade de gestão e Liderança Internacional.	Díli e Distritos.	Organizações de Artes Marciais e Artes Rituais identificadas para obterem apoios.	Avaliação sobre os apoios feita.		Realizada avaliação.
	Apoio às iniciativas dos jovens na área de Desporto e Arte.	Incentivar a participação dos jovens (M/H) nas actividades de arte e desporto.	30 Grupos de jovens (M/H obtêm apoio para realizar actividades da juventude, arte e desporto.	13 Distritos.	Proposta aprovada.		Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório assegurado.
	Facilitar o desenvolvimento de capacidade do grupo e organização de Arte.	Elevar a capacidade dos grupos das organizações de arte para promover a criatividade dos jovens.	6 Organizações de arte adquirem apoio e capacitação organizacional.	Díli e Distritos.	Proposta aprovada.		Avaliação sobre o apoio prestado e feita recomendação para futuros apoios.	Relatório assegurado.
	Apoio ao serviço de CRAM e Associações de organizações de Artes Marciais (AM).	Estrutura do SUB KRAM funciona efectivamente nos distritos para fortificar coordenação e prevenir conflitos. Há actividades da iniciativa da AM que beneficia a comunidade nos Distritos.	4 Distritos estabelecidos. Associações da AM fazem 2 actividades como sejam, retiro e plantação de árvores em que se envolvem as estruturas de organização da AM nos 10 Distritos.	Díli e 4 Distritos: Lospalos, Manatuto, Aileu e Manufahi.	ToR e propostas aprovadas e já têm coordenação com autoridade local. CRAM aprova a Proposta da Associação de artes marciais, procedimentos e mecanismos aprovados e feita a inauguração pela autoridade nacional.	Realizada Sub KRAM no distrito Lospalos e Manatuto. Realizado o apoio para realização as actividades Ainaro, Viqueque, Bobonaro, Lospalos e Manatuto.	Realizada Sub KRAM no distrito Aileu e Manufahi. Realizado o apoio para implementação as actividades no distrito; Baucau, Ermera, Liquiça Aileu e Manufahi.	Sub KRAM em funcionamento.
	Estabelecer a Autoridade do	Suporta e promove a participação dos	Existe o estatuto e procedimentos assim	Esboço do processo,	Procedimentos e mecanismos			

	Prémio Nacional da Juventude.	jovens para servir à comunidade, fortifica a liderança e sentido de voluntarismo.	como, os mecanismos institucionais para garantir a contabilidade do Prémio Nacional e acelerar o processo para Timor-Leste ser membro do Prémio Internacional da Juventude.	procedimentos e mecanismos institucionais e coordenação com as instituições relevantes já foram desenvolvidos.	aprovados e realizada a tomada de posse das autoridades Nacionais.			
Publicação e promoção de actividades da juventude e do desporto.	Publicação do Jornal Mensal "Lian Foinsa'e" (LF).	Promove actividades da juventude, arte e desporto para escolas, universidades, instituições Governamentais, centros de juventudes, centro de formação e público.	Existem 5,000 exemplares por mês ou seja 60,000 por ano.	Díli e Distritos.	Distribuídos 15,000 exemplares do jornal junto do público.	Distribuídos 15,000 exemplares do jornal junto do público.	Distribuídos 15,000 exemplares do jornal junto do público.	Distribuídos 15,000 exemplares do jornal junto do público.
	Publicação do Boletim Semanal Foinsa'e e Desporto (FD)	Funcionários da SEJD e Conselho de Ministros têm informação sobre actividades das Direcções da SEJD todas as semanas.	Existem 100 exemplares semanais, ou seja 4,800 exemplares por ano.	Díli.	Distribuídos 1,200 exemplares.	Distribuídos 1,200 exemplares.	Distribuídos 1,200 exemplares.	Distribuídos 1,200 exemplares.
	Publicação da Revista Trimestral e promoção das actividades da SEJD através de Brochuras *posters*, vídeos, *website*, etc.	Divulgar o sucesso do serviço da SEJD ao público nacional e internacional.	Existem 4,000 exemplares da Revista por trimestre, 500 cópias de Vídeo, 1000 exemplares. de brochuras, 500 *posters* e actualização do *website* em Tétum, Português, Indonésio e Inglês.	Nacional e Internacional.	Matéria de publicação identificada e preparada para produzir e distribuir.	50% Da matéria da publicação produzida e distribuída.	75% Da matéria da publicação produzida e distribuída.	100 Da matéria da publicação produzida e distribuída.
	Promoção das actividades de SEJD através da TVTL.	Elevar o conhecimento do público dos jovens sobre as actividades da SEJD.	Há 4 pacotes de publicações sobre as actividades da SEJD.	Díli e Distritos.	Há MoU com a TVTL e matéria de publicação identificada.	Publicados duas vezes os pacotes de actividades da SEJD na TVTL.	Publicados duas vezes os pacotes de actividades da SEJD na TVTL.	Publicados duas vezes os pacotes de aclividades na TVTL.
Desenvolver as infra-estruturas e facilidades básicas do desporto e da juventude para elevar a qualidade e participação dos jovens no Desenvolvimento Nacional.	Construção do Ginásio multifunção no Distrito de Díli.	Desenvolver o espaço para praticar desporto com qualidade e seguro e criar oportunidade para crescimento económico.	Há estádio de futebol com qualidade de capacidade para 15,000 espectadores.	Díli.	Processo de administração do concurso público em curso.	Finalizado o processo administração de concurso público da construção e assinado o contrato. Construção atinge 25%.	Projecto em construção atinge 75%.	Projecto em construção atinge 100% da 1ª fase.
	Construção do Estádio Nacional em Díli.		Para 35.000 Espectadores.	Díli.				

	Reabilitação da 3ª fase do Estádio Municipal de Díli.	Facilidade desportiva tem a qualidade a fim de assegurar a realização das actividades desporto.	Há boas pistas para atletismo para favorecer os atletas a atingirem alta prestação.	Díli.	Assinatura do contrato.	Processo de construção física atinge 75%.	Fim da construção 100% e pagamento 90%.	
	Construir o segundo edifício da SEJD.	Existem facilidades suficientes com boas condições para atender os serviços operacionais.	Há novo edifício da SEJD para 110 funcionários (segundo edifício).	Díli.	Processo de administração do concurso público em curso.	Início da construção.	Entrega do edifício e respectiva utilização.	Utilização do edifício.
	Apoio de equipamentos de música tradicional.	150 Sucos beneficiados com equipamentos musicais tradicionais.	150 Sucos receberam os equipamentos musicais tradicionais.	7 Distritos.	Equipamentos musicais tradicionais identificados e processo de aprovisionamento finalizado.	Equipamentos requisitados.	Equipamentos distribuídos.	
	Apoio de equipamentos para Bandas de Música.	Equipamentos para Bandas de Música comprados e distribuídos nos distritos.	5 Distritos receberam equipamentos musicais.	5 Distritos.	Equipamentos identificados e o processo de aprovisionamento finalizado.	Equipamentos comprados.	Equipamentos distribuídos.	
Desenvolve a política, diploma e procedimentos para promover o desenvolvimento da juventude e do desporto.	Diploma para o Estabelecimento do Prémio Nacional da juventude.	Há Diploma para garantir efectividade e eficiência para o Prémio da Juventude.	Já tem Diploma.	Díli	ToR preparado e aprovado.	Consultor começa a trabalhar.		
	Cria sistema de Registo e Acreditação dos clubes, Associações e Federações desportivas.	(CDTL) já tem sistema de registo e acreditação para os clubes e associações e sistema para desenvolver o manual para a preparação dos atletas, clubes e federações nos desportos competitivos.	Já tem o sistema eficiente para ser executado.	Díli	ToR preparado e aprovado.	Consultor começa a trabalhar.	Diploma aprovado e implementado.	
	Política Nacional da Juventude e do Desporto.	Política Nacional da Juventude que reflecte o contexto do desporto e da juventude.	Há novos documentos.	Díli	Esboço do estudo e proposta preparados e aprovados.	Consultor recrutado e começa a trabalhar.	Documentos PNJ e PND finalizado e apresentado ao CM.	PNJ e PND aprovado e Publicado no Jornal da Republica.
	Diploma do funcionamento do PFN.	Já tem diploma para garantir efectividade e eficiência no trabalho do PFN.	Já tem Diploma.	Díli	ToR preparado e aprovado.	Consultor recrutado e começa a trabalhar.	Diploma aprovado e implementado.	
	Diploma para escuteiros.	Já tem Diploma para garantir efectividade e eficiência no trabalho dos Escuteiros.	Já tem Diploma.	Díli	ToR preparado e aprovado.	Consultor recrutado e começa a trabalhar.	Diploma aprovado e implementado.	

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais tem um Orçamento de 6,319 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais é o órgão do Governo responsável por gerir o sector do petróleo e o sector da extracção mineira, bem como por supervisionar as suas actividades. É dos Recursos Naturais que provêm receitas importantes a nível de petróleo e gás, a partir do campo Bayu Undan no Mar de Timor. Timor-Leste irá ainda obter receitas adicionais a partir da produção de petróleo no campo de Kitan.

Prioridades

As prioridades da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais para 2012 estão em linha com as políticas e programas estabelecidos desde 2007 para um período de cinco anos. A prioridade número 1 diz respeito à continuação do desenvolvimento dos recursos humanos, como forma de melhorar a capacidade neste sector e de preparar o caminho para uma melhor administração e gestão do sector dos recursos naturais, a fim de possibilitar uma maior participação timorense no sector. Isto será feito através da provisão de bolsas de estudo no estrangeiro. Outra prioridade prende-se com os projectos de desenvolvimento em TASI MANE, tais como a Base de Fornecimentos e a identificação de terrenos para três projectos em Suai, Betano e Beaço.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**7,996**	**6,655**	**6,319**	**6,572**	**6,835**	**7,108**	**7,393**
Recorrentes	**7,805**	**6,509**	**6,244**	**6,494**	**6,754**	**7,024**	**7,305**
Salários e Vencimentos	197	220	247	257	267	278	289
Bens e Serviços	7,609	1,989	1,697	1,765	1,835	1,909	1,985
Transferências Públicas	-	4,300	4,300	4,472	4,651	4,837	5,030
Capital	**191**	**146**	**75**	**78**	**81**	**84**	**88**
Capital Minor	111	146	75	78	81	84	88
Capital Desenvolvimento	80	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**2,859**	**1,581**	**531**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	2,859	1,480	430	-	-	-
Capital	-	-	101	101	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**7,996**	**9,514**	**7,900**	**7,103**	**6,835**	**7,108**	**7,393**
Recorrentes	7,805	9,368	7,724	6,924	6,754	7,024	7,305
Capital	191	146	176	179	81	84	88

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS NATURAIS

OBJECTIVO GERAL: **Expansão do sector dos Minerais e Geologia incluindo o desenvolvimento dos Recursos Humanos (H/M) nestas áreas** (DNGRM).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Aumentar a capacidade dos funcionários da Direcção na área específica em que executam o seu serviço.	Treinos e cursos intensivos.	Criar uma equipa de trabalho com boa preparação e de boa qualidade.	N.º de funcionários formados (M/H) da Direcção de modo a que possam ser mais capazes e eficazes na execução do seu trabalho.	TL, Indonésia, Austrália, Tailândia, Coreia.	Ter uma equipa que assista o trabalho local bem preparada.	Formar uma equipa técnica na área de geologia com melhor preparação.	Formar uma equipa técnica na área mineral com mais experiência.	Formar uma equipa de trabalho com boa capacidade na área da Administração, Finanças e Logística.
Estabelecimento do "Laboratório de Geologia".	Recrutamento dos funcionários (M/H) e adquiridos os bens e equipamentos necessários ao futuro funcionamento do Laboratório de Geologia.	Preencher as lacunas identificadas para concluir o programa o "Mapa de Geologia de Timor-Leste".	Mais timorenses formados (número de H/M). Bom funcionamento do laboratório de Geologia.	Díli, Timor-Leste.	Ter uma equipa de funcionários e Assistentes locais em todo o território.	Ter uma equipa técnica bem preparada para por em funcionamento o Laboratório de Geologia.	Funcionamento do laboratório de Geologia.	Formar uma equipa de trabalho com os técnicos mais competentes e com bons equipamentos.
Apoiar os serviços do Sector dos Minerais.	Apresentar a Lei dos Minerais ao Governo e ao Público.	Ter a proposta de Lei dos Minerais aprovada em CM.	Monitorizadas as actividades extractivas de acordo com os regulamentos em vigor. Dados publicados e de acesso ao público.	Timor-Leste.	Publicar o mapa do potencial de minerais com informações mais detalhadas.	Estudo de preparação da actividade de exploração.	Dar a máxima contribuição à Nação através das actividades extractivas dos recursos minerais e dos materiais de construção.	Circular/ Publicitar a proposta de Lei dos Minerais junto do Governo e do Público.
	Monitorizar as actividades extractivas para ver se obedecem aos regulamentos em vigor.	Monitorizadas e inspeccionadas as actividades extractivas de acordo com os regulamentos em vigor e com as taxas aplicáveis.						
	Recolha de dados sobre os materiais de construção e identificação do potencial mineral existente em todo o território nacional.	Publicar os dados do potencial de Timor-Leste.						
	Difundir junto do público os dados obtidos relativos ao seu potencial em Timor-Leste.							
Apoiar o desenvolvimento do Sector da Geologia.	Elaborar o Mapa Geológico de Timor-Leste (integral) com informação mais detalhada.	Ter o novo Mapa de Geologia de Timor-Leste com informação mais detalhada.	Expansão do sector para poder ser efectivamente útil e mais capaz. Documentos publicados com	Timor-Leste.	Publicar o Mapa de Geologia da área do Distrito de Covalima.	Programa fazer o Mapa de Geologia em mais uma área/Distrito.	Publicar no *site* as actividades e programas de Geologia em curso em Timor-Leste.	Publicar o Mapa de Geologia de Timor-Leste com informação mais detalhada (duas ou três áreas por Distritos).
	Visita de estudo.							
	Preparar e publicar as informações relacionadas							

	com a Geologia geral e a Geologia de Timor para apresentar ao público.		informações sobre geologia geral e geologia de Timor-Leste.					
OBJECTIVO GERAL: **Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H) da SERN.**								
Reforçar o n.º de bolsas de estudo.	Atribuir aos cidadãos timorenses (M/H) mais bolsas de estudo na área dos recursos naturais.	Alcançar o número de 600 (M/H) estudantes apoiados e formados na área dos recursos naturais.	Já enviados 184 timorenses (H/M) para o estrangeiro para realizarem os seus estudos de Geologia, Geofísica e Petróleo.	Indonésia, Austrália, Portugal, Tailândia e Inglaterra.	-	-	-	Mais de 17 pessoas formadas na área dos Recursos Naturais.
OBJECTIVO GERAL: **Apoiar o programa Modelo de Transparência de Timor-Leste.**								
Apoiar o modelo de Transparência de Timor Leste (MTTL/EITI).	Prestar informação a toda a população e realizar *workshops* relativos ao sector dos minerais e do gás.	Assegurar o acesso do público às informações que dizem respeito ao desenvolvimento do sector petrolífero e mineral, em Timor-Leste (a riqueza não renovável), incluindo, a receita e despesa do sector devidamente desagregada.	Prestar informação e socializá-la nos 13 Distritos.	Distrito Suai, Same, Viqueque, Baucau, Lospalos, Maliana, Ermera, Liquiça, Aileu, Ainaro, Oecússi e Díli.	-	-	-	Informar a sociedade em geral sobre processo rendimento do petróleo e gás.
	Reuniões de conselhos EITI.	Timor-Leste é eleito como membro do conselho.	A presença de Timor-Leste é importante para cada reunião de conselhos.	4 Nações.				Timor Leste está incluído na decisão do processo EITI.
	Recrutamento de Auditor (M/H) para relatório EITI.	Para ter equivalências nas auditorias externas.	Produz um relatório de equivalência internacional.	Díli.				Produzir o relatório EITI.
	Terceiro Lançamento do Relatório EITI.	Informação e socialização à comunidade.	Nação cumpridora da gestão dos seus recursos naturais não renováveis.	Díli.				Informar a sociedade em geral sobre o relatório EITI.
OBJECTIVO GERAL: **Apoiar o processo de desenvolvimento da secção de aprovisionamento da SERN** (DNAF).								
Reforçar a unidade de aprovisionamento e aumentar o número de funcionários no departamento de forma a responder-	Treino de Especialidade na área da gestão do aprovisionamento e da gestão dos contratos.	Reforçar a capacidade do departamento para implementar grandes projectos, até 1 ou 2 milhões em valor.	Treino importante de modo a serem cobertas as necessidades dos grandes projectos, tais como: Suai-*Supply-Base,*	Pela DNAF em Díli, Indonésia (Bandung) e Austrália.			Concluir o plano visado incluindo treino concluído.	Até 31 de Dez. SERN constitui uma base interna de especialidades capaz de responder às necessidades na área do

se à quantidade e exigência dos projectos.			TL LNG, Petroquímica ou Refinaria.					aprovisionamento.
OBJECTIVO GERAL: **Acelerar o processo de desenvolvimento das Tecnologias de Informação (IT) na SERN** (DNAF).								
Desenvolver globalmente a área de IT com vista à adaptação aos sistemas tecnológicos.	Melhorar a capacidade nesta área muito importante: sistema e *server* "IT", *network*, *internet*, *software*, controlo de Vírus, Website, etc.	Formar 3 pessoas (M/H) de modo a estarem aptas a controlar este sistema - "IT" - que deve cumprir os *standards* mundiais.	N.º de pessoas treinadas (M/H) no sistema, mais: *network, internet, software,* control de Vírus, *Website,* etc.	Austrália, Indonésia e Malásia.			Até 30 de Setembro os 3 funcionários concluíram o curso na área referida.	Até 31 de Dezembro SERN 3 funcionários IT formados de acordo com termos internacionais.
OBJECTIVO GERAL: **Apoiar o Secretário de Estado a implementar a sua política e programa** (Gabinete do Secretário de Estado).								
Apoiar o Secretário de Estado a executar a sua política e programas.	Apoio efectivo ao Secretário de Estado através dos serviços de administração, tais como, correspondência e comunicação institucional.	O Secretário de Estado tem à sua disposição todo o apoio necessário para executar a sua política e programas.	O Gabinete funciona a tempo inteiro, sem falhas, apoiando com profissionalismo o Secretário de Estado.	Díli.	Apoio competente ao Secretário de Estado.	Apoio competente ao Secretário de Estado.	Apoio competente ao Secretário de Estado.	Apoio competente ao Secretário de Estado.
Coordenar a troca de informação entre os directores e assessores da Secretaria de Estado.	Efectuar a monitorização e estabelecer e manter uma comunicação clara com os Directores e Assessores da SERN, para assegurar a sua constante actualização relativamente aos serviços e politicas que estão a ser implementadas.	O Secretário de Estado tem conhecimento atempado e controla as mais importantes decisões tomadas no sector.	As decisões importantes são preparadas atempadamente e a sua aprovação pelo Secretário de Estado é concretizada em tempo oportuno.	Díli.	Secretário de Estado deve estar informado sobre todos os assuntos importantes.	Secretário de Estado deve estar informado sobre todos os assuntos importantes.	Secretário de Estado deve estar informado sobre todos os assuntos importantes.	Secretário de Estado deve estar informado sobre todos os assuntos importantes.
Apoiar os serviços realizados pela "Task Force" para o Pipeline" e as suas assessorias técnicas.	Materializar o apoio máximo aos serviços do "Pipeline Task Force" e às assessorias técnicas do Secretário de Estado.	Os serviços do "Pipeline Task Force" e a assessoria técnica do Secretário de Estado estão devidamente apoiados.	Resultados dos estudos estão finalizados antes do final do ano.	Timor-Leste e outros países.	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que se encontram neste momento a ser realizados.	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que se encontram neste momento a ser realizados.	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que se encontram neste momento a ser realizados.	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que se encontram neste momento a ser realizados.
OBJECTIVO GERAL: **Planear e Apoiar as Direcções e serviço da Secretaria de Estado na implementação da política e programa do Sector** (DN do Planeamento).								
Desenvolver a política petrolífera, particularmente, nos aspectos que fortaleçam os benefícios para Timor-Leste.	Continuação da monitorização das actividades petrolíferas, dentro e fora do País, para melhor apoiar o Secretário de Estado na elaboração de uma politica do petróleo eficiente e efectiva.	Estabelecer uma política do sector petrolífero relevante à orientação, regulação e supervisão das actividades petrolíferas.	Timor-Leste tem uma política para o sector de grande eficácia, e que tem em conta a realidade do país.	Díli, Timor-Leste.	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a	Secretário de Estado domina a totalidade da informação técnica, comercial e legal que está a ser obtida a partir dos estudos que	Antes do fim do ano recomendar à SERN uma política mais eficaz para o sector.

					se encontram neste momento a ser realizados.	partir dos estudos que se encontram neste momento a ser realizados.	se encontram neste momento a ser realizados.	
Reforma Institucional.	Apoiar a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP), a Companhia Nacional dos Petróleos (CNP) e o Instituto Petrolífero e da Geologia.	Para que esses órgãos e entidades sob a supervisão da SERN possam fazer um trabalho (mais) eficiente, transparente, mais responsável e com maior profissionalismo, particularmente, no âmbito da gestão dos recursos naturais.	Os trabalhos desses órgãos e entidades (SERN) ganham em eficiência e eficácia.					Os órgãos e entidades da SERN - ANP, CNP, IPG executam os seus trabalhos com o apoio máximo da SERN.
Apoiar o serviço da "*Task Force Pipeline"* e o projecto fábrica de *GNL e Refinaria.*	Estudo e pesquisa relativos à opção de Timor-Leste como base para o *Pipeline* e fábrica de GNL dedicados à plataforma do *Greater Sunrise*. Realizar estudos de viabilidade dos, Refinarias e Petroquímicas, em Betano.	Assegurar a recolha de dados técnicos e comerciais, e de todas as relevantes informações sobre os benefícios socioeconómicos para o País, que possam servir o Governo nas suas negociações com a companhia *Woodside* e outras partes interessadas no desenvolvimento da plataforma "Gás do Greater Sunrise".	A negociação do *Pipeline* e da Fábrica GNL em Timor-Leste terá o apoio desta Direcção.	Timor-Leste e outros países, quando necessário.				No fim do Ano, a No final do ano, a Pipeline Task-Force tem reunidos todos os estudos necessários à competente defesa do gasoduto para Timor-Leste, e também, refinaria em Betano (a serem implementados).
Apoiar os serviços da *Task-Force* com vista ao desenvolvimento da base de abastecimento do Suai.	Estabelecer a base de aprovisionamento de materiais ou equipamentos petrolíferos no Suai.	Estabelecer a base de aprovisionamento de equipamentos e materiais que apoiará a actividade de exploração petrolífera no Mar de Timor e assim reduzir a dependência do abastecimento da Austrália.	A execução do projecto para a Base de Apoio *(Supply-Base)*.	Díli, Suai.				Antes do fim do ano o projecto da Supply-Base terá finalizado.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Institucionais.	Estabelecer um plano integrado sobre o desenvolvimento dos recursos humanos e institucionais na área do petróleo e dos minerais incluindo formação para estabelecimento do futuro Instituto do Petróleo, Geologia e NOC. Estabelecer um mecanismo de apoio institucional à ANP.	Alcançar um plano completo e integrado do sector petrolífero e mineral para servir de base aos respectivos planos de acção e implementação das Direcções da SERN.	O Plano feito e disseminado junto dos vários serviços da SERN.	Díli, Timor-Leste	Assessor (M/H) recrutado para o efeito.	Elaborado o primeiro esboço do plano para submissão e apreciação pelos órgãos superiores da SERN.	Esboço é discutido por todos os serviços da SERN.	Plano feito e aprovado e pronto para ser implementado.
Realizar discussões e debates internos com vista à preparação do Plano de Actividades e respectivo Orçamento.	Realizar a discussão profunda sobre o plano anual da SERN antes da sua submissão orçamental.	Assegurar a alocação eficiente dos recursos da SERN.	Orçamento, de acordo com o plano de actividades traçado para o ano de 2012, é mais eficientemente utilizado.	Díli.				Orçamento, de acordo com o plano de actividades traçado para o ano de 2012.
Apoiar o Ministério da Educação (ME) no estabelecimento da Escola Politécnica de Petróleo no Suai.	Preparar os recursos humanos (M/H), sobretudo, o seu nível técnico para que no futuro possam desempenhar funções na indústria petrolífera.	Estabelecer a Escola Politécnica do Petróleo no Suai.	Ministério da Educação apoiado pela Direcção.	Díli, Suai, Timor-Leste.				Antes do fim do ano o plano do Politécnico pode avançar.

Secretaria de Estado da Política Energética

A Secretaria de Estado da Política Energética tem um Orçamento de 3,286 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado da Política Energética é responsável pelo desenho, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros sobre a Política de Energia. As principais competências são:

- Definir e propor as linhas orientadoras da política energética;
- Executar e assegurar a implementação da política aprovada pelo Governo nos termos da alínea anterior;
- Desenvolver o quadro legal e regulamentar das actividades relacionadas com os recursos energéticos;
- Promover o contacto com investidores internacionais no sentido de atrair investimento externo nas suas áreas de tutela;
- Regular, em coordenação com outros ministérios, operadores na área de produção de electricidade;
- Desenvolver estudos sobre a capacidade dos recursos energéticos e das energias alternativas;
- Manter um arquivo de informação sobre operações e recursos energéticos;
- Coordenar e promover a gestão e a modernização das infra-estruturas nas áreas de produção de electricidade;
- Assegurar a coordenação do sector energético e estimular a complementaridade entre os seus diversos modos, bem como a sua competitividade, em ordem a uma melhor satisfação dos utentes;

Os órgãos e serviços que se integram na Secretaria de Estado dos Recursos Naturais, são os definidos na respectiva lei orgânica

Prioridades

O Governo, através da SEPE, estabeleceu um conjunto de grandes linhas orientadoras para a política energética, aprovadas pelo Parlamento Nacional, que assentam sobretudo na procura de energias alternativas renováveis, para garantir a energia necessária ao consumo doméstico e industrial, tendo em conta a preservação do meio ambiente e prosseguindo com os seguintes principais objectivos:

- Reduzir a intensidade de dependência energética, minimizando o fluxo de importação, através da utilização de fontes de energia alternativas e renováveis, tais como: Hidroeléctricas, Biomassas, Biogases , Energia Solar, Turbinas, Energia cinética do vento e outras energias renováveis potencialmente abundantes no País.
- O estudo desenvolvido pelo Martífer, financiado pelo Estado, indica que Timor-Leste possui uma capacidade de 452 MW de Energias Renováveis.

Electrificação Rural

- Concluir a instalação de painéis solares nos Sucos já iniciados com o orçamento de 2008, 2009, 2010 e 2011. Perfazendo um total de 147 Sucos.
- Responder às propostas de novos Sucos com pedidos analisados, que não estarão vinculados à Rede Eléctrica Nacional (REN).
- Instalação de postes foto voltaicos de iluminação nos Largos de Aitara e Fatubesi. Proposta do Grupo G4 – Sta Filomena.
- Continuação do aproveitamento de recursos hídricos para abastecer/fornecer energia às populações que vivem em zonas isoladas. Construção duma Mini-Hídrica com capacidade de 10-20 KW.
- Construção de unidades de digestores de 10m3-20m3 para a produção de biogás para alimentar geradores de 1-2 kw, com vista a fornecer electricidade e energia às famílias nas áreas remotas e desenvolver a Agroenergia, nomeadamente a construção de duas centrais.
- Estabelecimento e melhoria do Parque Eólico de Makadadi em Ataúro com capacidade cumulativa de 1 Kw (actualmente fornece energia eléctrica para 17 famílias, faltam 30 famílias) para 6 kw.
- Continuação do apoio ao Centro de Refinaria para melhorar o processo de produção de biocombustíveis e estabelecimento dum Centro de Estudos e Pesquisa para melhoria das sementes, estabelecimento de quatro grandes centros de cultivo /'horta modelo" e distribuição de sementes. Aproveitamento do óleo produzido para estabelecimento da central eléctrica comunitária a Biodiesel nas áreas remotas, nomeadamente a construção de duas a quatro centrais, em Gruto, Same, outros locais que serão identificados. Actualmente temos um centro a iniciar no Suco Duyun, que está a fornecer energia eléctrica para 24 famílias.
- Estabelecimento do Centro de Biodiesel com matéria primária de coco, proposta do grupo Greg Henderson Fryerfuels. A ser estabelecido em Viqueque ou Iliomar.

Centrais Renováveis

Investimento do Estado: Instalação de um Parque Foto Voltaico em Ataúro com capacidade de 50-100 KW.

Investimento Privado:

- Instalação de um Parque Eólico de Lariguto com capacidade de 11 MW.
- Projecto Hidroeléctrico de Atsabe/Magapu 10 MW e Hidroeléctrico de Maliana/Bulobo 2 MW (investimento apresentado pela empresa JV Gur-Salala em discussão. Modelo BOO. Propõem um Acordo de Compra de Energia/PPA).
- Central Foto Voltaico de Oecússi (100-200 kW) [Central Híbrida] .

Institucionalização

- Formação de Recursos Humanos e Estabelecimento da Agência Nacional de Energias Renováveis;
- Elaboração de "Master Plan" de Energias Renováveis;
- Cursos de capacitação na área de energias renováveis (2 a 5 estudantes em Licenciatura e Mestrado);

- Intercâmbios e Visitas de Estudos Comparativos, Conferências Internacionais;
- Aprovação da Lei de Bases de Energias Renováveis;
- Aprovação da política nacional para o sector de energia.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado para a Política Energética ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**6,864**	**2,741**	**3,286**	**3,419**	**3,555**	**3,698**	**3,845**
Recorrentes	**6,766**	**2,681**	**2,556**	**2,659**	**2,765**	**2,876**	**2,991**
Salários e Vencimentos	152	181	181	188	196	204	212
Bens e Serviços	1,762	537	618	643	669	696	723
Transferências Públicas	4,852	1,963	1,757	1,827	1,900	1,976	2,055
Capital	**98**	**60**	**730**	**760**	**790**	**822**	**854**
Capital Minor	98	60	30	32	33	34	36
Capital Desenvolvimento	-	-	700	728	757	787	819
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**6,864**	**2,741**	**3,286**	**3,419**	**3,555**	**3,698**	**3,845**
Recorrentes	6,766	2,681	2,556	2,659	2,765	2,876	2,991
Capital	98	60	730	760	790	822	854

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DA ESTADO DA POLÍTICA ENERGÉTICA

OBJECTIVO GERAL: **Promover a melhoria de serviços públicos e de apoio ao Povo e melhorar a gestão Institucional.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Formação de Recursos Humanos. (M/H).	Cursos de capacitação na área das energias renováveis.	Os Funcionários (M/H) aumentam o conhecimento Técnico na área das energias renováveis.	2-5 Funcionários com Licenciatura e Mestrado.	Díli e Estrangeiro.	25% Início da actividade.	50% Implementação da actividade.	75% Implementação da actividade.	100% Implementação da actividade.
OBJECTIVO GERAL: **Entrada gradual das Energias Renováveis na rede eléctrica nacional, criação de emprego e melhoria da vida das comunidades.**								
Investimento nas áreas de exploração Hidroeléctrica.	Incentivar investimento de modelo BOO, para áreas de exploração de hidroeléctrica e linha de transporte a RTEE.	Produção de energia eléctrica com capacidade de 36,1 GWh/anual.	Uma unidade será vinculada à rede eléctrica nacional e abastecerá Atsabe.	Magapu – Atsabe.	Elaboração de MOU.	Acordos de investimento, envolvimento de linhas ministeriais.	Aprovação do investimento em Conselho de Ministros.	Execução.
		Produção de energia eléctrica com capacidade de 8,8GWh/anual.	Uma unidade para ser vinculada à rede eléctrica nacional e abastecerá Maliana.	Bulobo – Maliana.				
Investimento nas áreas de exploração de fontes eólicas, instalação de Parques Eólicos.	Incentivar investimento de modelo BOO ou Parceria Pública Privada para áreas de exploração eólica.	Produção de energia eléctrica com capacidade de 11MW.	Dois Parques Eólicos instalados.	Lariguto/Osso Laleia.				
OBJECTIVO GERAL: **Oferecer energia alternativa para as comunidades beneficiárias.**								
Desenvolver a exploração do Biogás tornando-o impulsionador de crescimento das pequenas indústrias/caseiras.	Construção de dois sistemas de 20 e 10 M³.	Produção de Biogás e transformação de prática de criação animal e produção económica.	300 Famílias estarão vinculadas ao sistema. Terão acesso a electricidade e energia a Biogás e desenvolvimento da indústria pecuária com orientação ao mercado.	Turiscai, Suco de Foholau, Beremana e outros por identificar.	Conclusão de documentos.	25%.	50%.	100%.
Desenvolvimento de Agro energia tornando-a numa das bases industriais do óleo vegetal (Biogás óleo).	Estabelecimento de dois Centros de Estudos, desenvolvimento de sementes, formação de agricultores especializados na área de cultivo das plantas oleaginosas.	Dois Centros operacionais, grupos de agricultores estabelecidos e formados para o desenvolvimento de cultivo e produção.	1000 Hectares cultivados.	Sítios por identificar.	Conclusão dos documentos.	25% Início da actividade.	50% Implementação da actividade.	100% Actividade concluída.
Exploração das fontes eólicas para a produção de energia eléctrica e respectivo desenvolvimento das	Estabelecimento de duas Centrais Eólicas.	Duas Centrais Eólica com capacidade de 2 e 4 kW.	32 Famílias.	Turiscai Foholau e Ataúro Makadade.	Conclusão dos documentos e execução do contrato com as	25%.	50%.	100%.

centrais eléctricas comunitárias.					comunidades beneficiárias.			
Exploração da energia Solar /Fotovoltaica para electrificação das famílias que vivem nas zonas remotas e dispersas.	Continuação da Instalação de sistemas de unidades solares.	1,228 Unidades instaladas.	1,228 Agregados familiares nas zonas remotas têm acesso a energia.	Os sítios por identificar.	Conclusão de documentos e execução do contrato com as comunidades beneficiárias.	300 Agregados tem acesso a energia.	600 Agregados tem acesso a energia.	328 Agregados tem acesso a energia.
Exploração das fontes hídricas para produção de energia eléctrica e estabelecimento de centrais eléctricas comunitárias	Desenvolvimento da míni hídrica construção de linhas de distribuição de eléctricas.	Um centro de Mini Hídrica com capacidade de 10 kW.	166 Agregados familiares beneficiados com o sistema de produção hídrica.	Sítio por identificar.	Conclusão dos documentos e execução do contrato com as comunidades beneficiárias.	25%.	50%.	100%.
Exploração de dados e execução de um *Master Plan* de Energia Renováveis.	Elaboração de um *Master Plan.*	Actualizar o *Master Plan*, o programa de implementação de energia renováveis.	Um *Master Plan* actualizado e preparado para o apoio de desenvolvimento de electrificação rural	Todo o território.	Conclusão dos documentos e feitura do contrato com Executador	25%. *Master Plan* em implementação	50%. *Master Plan* em implementação	100% *Master Plan* em implementação.
Assistência de gestão e manutenção.	Assistência e estabelecimento de Assembleia de Beneficiários, Comités de Gestão.	Assembleias de beneficiárias estabelecidas e elegidos Comités de Gestão.	Melhorada a gestão das Centrais Comunitárias a nível administrativo, financeiro e técnico.	Em todos os distritos onde estejam já implementados os programas de energia renovável.	Estatutos das Assembleias de beneficiários e comités de gestão concluídos.	30% Estabelecidos.	50%.	100%.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego tem um Orçamento de 22,255 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego – SEFOPE – é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas do trabalho, formação profissional e emprego. A SEFOPE é superiormente tutelada pelo Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego, que a superintende e por ela responde perante o Primeiro-Ministro, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação nas áreas do trabalho, da formação profissional e do emprego;
- Promover e regular a formação profissional;
- Incentivar a contratação de trabalhadores timorenses no exterior;
- Regulamentar e fiscalizar o trabalho de internacionais em Timor-Leste;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições legais em matéria do trabalho;
- Promover e fiscalizar a saúde, segurança e higiene no trabalho.

A SEFOPE, incumbida de tais atribuições, desenvolverá, neste quinto ano de governação, actividades relativas ao aperfeiçoamento de sua estrutura organizacional e governativa e à implementação do Programa do IV Governo Constitucional de Timor-Leste, através dos seguintes serviços da administração directa:

- Direcção-Geral;
- Direcção Nacional da Administração e Finanças;
- Direcção Nacional de Formação Profissional;
- Direcção Nacional do Emprego;
- Direcção Nacional da Relação do Trabalho;
- Inspecção-Geral do Trabalho - IGT (de acordo com o Decreto-Lei n.º 19/2010, 1 de Dezembro, que aprovou os Estatutos da Inspecção-Geral do Trabalho, Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho – DNIT – passou a ser a Inspecção-Geral do Trabalho, constituindo-se como um serviço público, na directa dependência do membro do Governo responsável pela área do Trabalho);

A atribuição das áreas do trabalho, emprego e formação profissional a uma Secretaria de Estado reflecte a vontade política em apoiar concretamente, e de forma incisiva, os esforços em relação ao desenvolvimento profissional dos recursos humanos, de forma a atender às necessidades do mercado de trabalho, promovendo o emprego como meio de combate à pobreza, e fazendo deles instrumentos capazes na participação do Plano de Desenvolvimento Nacional, previstos no programa do Governo.

Prioridades

Para o ano de 2012, com vista a definição do seu plano orçamental e do seu plano estratégico,

a SEFOPE considerou os planos e objectivos no Programa do IV Governo Constitucional, na Visão 20/20, o Estado da Nação e o Plano Estratégico de Desenvolvimento, tendo definido as seguintes prioridades:

- Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Fortificação Institucional da SEFOPE.
- Criação e Promoção do Emprego, através dos programas de Auto-Emprego, Emprego Temporário, Emprego de Timorenses no estrangeiro e implementação de outras medidas;
- Propor a política e elaborar a regulamentação, socialização e fiscalização do sistema do trabalho para reforço das Relações Laborais e Industriais.

Assim, atendendo às prioridades acima elencadas e ao resultado da experiência adquirida nos anos anteriores, inserem-se ainda na lista de prioridades da SEFOPE o seguinte:

Governação Institucional e Implementação de Programas sob a tutela da SEFOPE

- Consolidação e implementação dos programas da SEFOPE;
- Divulgação do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho;
- Recrutamento de novos funcionários para apoiar e reforçar os serviços da SEFOPE, a nível nacional e distrital;
- Capacitação dos Funcionários da SEFOPE através de programas de formação em Timor-Leste e no estrangeiro;
- Promover a sensibilização relativamente à igualdade do género nas áreas afectas à SEFOPE, bem como nos programas desenvolvidos pela mesma;
- Manutenção e melhoria das infra-estruturas da SEFOPE;
- Divulgação, reforço e implementação dos programas do Fundo do Emprego e Formação Profissional, FEFOP, nos termos do Decreto-Lei 29/2008 de 13 de Agosto e do Decreto-Lei n. 33/2009 de 26 de Novembro;
- Reforço e implementação dos serviços da SEFOPE nos Centros Regionais.

Formação Profissional

- Implementação dos programas de formação profissional;
- Reforço institucional aos fornecedores de formação profissional;
- Promoção de programas de formação profissional e formação em situação real de trabalho (on the Job training);
- Qualificação e certificação dos Centros de Formação Profissional nacionais, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra – INDMO (Decreto-Lei n. 8/2008 de 5 de Março e do Decreto-Lei n. 34/2009 de 26 de Novembro);
- Apoio financeiro aos Centros de Formação Profissional Qualificados em Timor-Leste;
- Atribuição de bolsas de estudos para os formadores dos Centros de Formação Profissional nacionais;
- Reforço institucional do Centro de Emprego e Formação Profissional em Tibar, nos termos do Decreto-Lei n. 4/2009 de 15 de Janeiro;
- Reforço institucional do Centro de Formação Profissional Brasil-Timor-Leste (ex-SENAI-Becora), nos termos do Acordo de Cooperação entre a RDTL e a República Federativa do Brasil.

Criação e Promoção do Emprego

- Desenvolvimento da Política de Emprego, através da implementação da Estratégia

Nacional para o Emprego;

- Desenvolvimento e implementação de programas de emprego no estrangeiro;
- Desenvolvimento e implementação de programas de promoção do auto-emprego;
- Desenvolvimento e implementação contínua de Programas de Mão-de-Obra Intensiva;
- Desenvolvimento de programas direccionados aos Serviços dos Centros de Emprego e Orientação Profissional da SEFOPE;
- Facilitação de estágios aos jovens timorenses.

Relação do Trabalho

- Participação efectiva da SEFOPE e dos parceiros da Tripartida na Conferência Internacional e na Conferência Regional Ásia-Pacífico dos Estados-Membros da OIT;
- Revisão e proposta da política laboral e ratificação das Convenções da OIT, conforme o planeado anteriormente;
- Apoio efectivo ao Secretariado do Conselho Nacional do Trabalho;
- Aprovação do Novo Código do Trabalho e desenvolvimento de sua regulamentação.

Inspecção do Trabalho

- Implementação dos serviços de Inspecção do Trabalho, através da Inspecção Geral do Trabalho, conforme o Decreto-Lei aprovado pelo Conselho de Ministros em 19 de Setembro de 2010;
- Desenvolvimento de programas para a formação específica dos Inspectores de Trabalho, em parceria com os países da CPLP e outras nações;
- Implementação do Programa Nacional para o Trabalho Digno, desenvolvido em parceria com a OIT.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**9,836**	**2,534**	**22,255**	**23,145**	**24,072**	**25,034**	**26,036**
Recorrentes	**9,656**	**2,355**	**22,173**	**23,060**	**23,983**	**24,942**	**25,940**
Salários e Vencimentos	653	773	926	963	1,002	1,042	1,083
Bens e Serviços	717	687	550	572	595	619	644
Transferências Públicas	8,285	895	20,697	21,525	22,386	23,282	24,213
Capital	**180**	**179**	**82**	**85**	**89**	**92**	**96**
Capital Minor	122	81	82	85	89	92	96
Capital Desenvolvimento	58	98	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**2,926**	**3,825**	**3,000**	**3,000**	**500**	**-**
Recorrentes	-	1,866	2,264	690	690	115	-
Capital	-	1,060	1,561	2,310	2,310	385	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**9,836**	**5,460**	**26,080**	**26,145**	**27,072**	**25,534**	**26,036**
Recorrentes	9,656	4,221	24,437	23,750	24,673	25,057	25,940
Capital	180	1,239	1,643	2,395	2,399	477	96

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento do um Sistema de Formação Profissional orientado para o mercado de trabalho e em estreita articulação com medidas activas de geração de emprego.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolvimento dos recursos humanos (M/H).	Identificar e registar os formadores (M/H) dos Centros Formação.	Pelo menos 50 formadores (M/H) registados.	- 50 Formadores irão compreender o papel geral do SEFOPE. - Manual serviço do DNAFOP.	SEFOPE.	25 Formadores registados.	25 Formadores registados.		
	Identificar potenciais parceiros para a capacitação de recursos humanos através de formação em serviço.	325 Potenciais parceiros identificados incluindo empresas, NGOs, Centros de Formação, Organizações religiosas e rede de mulheres.	- 325 Parceiros completam o seminário sobre o sistema de formação em serviço / OJT. -325 Parceiros informados sobre como contribuir para o desenvolvimento de recursos humanos (M/H) através de formação em serviço.	Díli e restantes distritos.	150 Parceiros completam o seminário sobre o sistema de formação em serviços.	150 Parceiros completam o seminário sobre o sistema de formação em serviços.	150 Parceiros completam o seminário sobre o sistema de formação em serviços.	
Capacitação dos jovens (M/H) na prática de serviço.	Promover o acesso de jovens (M/H) aos programas de formação em serviço (OJT) em sectores prioritários.	300 Jovens (M/H) participam na formação em serviço na área de soldadura, auto mecânica, construção, turismo e hotelaria, administração e finanças, e educação e formação.	- 50 Jovens (M/H) participam na formação em construção civil; -25 Jovens (M/H) participam na formação em auto mecânica. **-**25 Jovens (M/H) participam na formação em soldadura. **-**50 Jovens (M/H) participam na formação em administração. -50 Jovens (M/H) participam na formação na área de Guias Turísticos. **-**100 Jovens (M/H) participam na formação na área de hotelaria e restauração.	Díli e restantes distritos.	150 Jovens capacitados.		150 Jovens capacitados.	
	Promover o acesso de jovens a programas de experiência de serviço.	50 Jovens (M/H) participaram em programas de experiencia de serviço com duração mínima de 2 meses.	50 Jovens (M/H) com acesso a programas de experiência profissional em sectores industriais prioritários.	13 Distritos.	50 Jovens capacitados.			
	Promover o acesso de	100 Jovens (M/H)	100 Jovens (M/H)	13 Distritos.	100 Jovens			

	jovens a estágios profissionais.	participaram em estágios profissionais com a duração de três meses.	completam os seus estágios com sucesso.		participaram em estágios profissionais.			
Promover o reforço institucional dos centros de Formação Profissional.	Monitorizar e avaliar as actividades dos centros de formação.	25 Centros de formação monitorizados e avaliados.	25 Centros implementam actividades de formação durante 1 ano.	13 Distritos.		10 Centos monitorizadas e avaliados.	10 Centos monitorizadas e avaliados.	5 Centos monitorizadas e avaliados.
	Criar um sistema transparente de relatórios de formação envolvendo todos os Centros parceiros	Pelo menos 25 Centros produziram os seus relatórios de acordo com a metodologia da SEFOPE.	Relatórios financeiros são submetidos ao Ministério das Finanças.	13 Distritos.	5 Centos concluíram os relatórios finais.	5 Centos concluíram os relatórios finais.	5 Centos concluíram os relatórios finais.	10 Centos concluíram os relatórios finais.
Clientes dos centros de emprego e orientação profissional a procura de oportunidades de emprego, formação profissional ou auto-emprego registados e assistidos.	Desenvolvimento de serviços de aconselhamento e desenvolvimento de carreiras.	- Pelo menos 4,000 atendimentos nos Centros de emprego e orientação profissional. - Pelo menos 1,500 Jovens (M/H) com acesso a programas de promoção de auto-emprego.	- Mulheres e homens, com acesso a serviços de informação do mercado de trabalho, aconselhamento e referência. - Mulheres e homens com acesso a programas de promoção de auto-emprego; - Centros de Emprego e Orientação Profissional (CEOP) em pleno funcionamento.	13 Distritos.	1,000 Jovens têm acesso ao programa mão-de-obra.	1,500 Jovens têm acesso ao programa mão-de-obra.	1,000 Jovens têm acesso ao programa mão-de-obra.	500 Jovens têm acesso ao programa mão-de-obra.
Formação em língua Coreana para os candidatos (M/H) a emprego na Coreia do Sul realizada	Desenvolvimento de programas de Mão-de-obra para o Estrangeiro.	Pelo menos 1,800 candidatos (M/H) timorenses participaram na formação da língua Coreana e no exame EPS - TOPIK.	Pelo menos 1,000 trabalhadores (M/H) participaram no processo de recrutamento para trabalhar em empresas na Coreia do Sul.	Díli, Baucau, Bobonaro, Ainaro e Oecússi.	150 Jovens formados em língua coreana e recrutados.	350 Jovens formados em língua coreana e recrutados.	350 Jovens formados em língua coreana e recrutados.	150 Jovens formados em língua coreana e recrutados.
Criação de emprego através de actividades geradoras de rendimento.	Desenvolvimento e implementação de programas de promoção de auto-emprego.	Pelo menos 600 pessoas (M/H) participaram em cursos de formação empresarial, formação profissional e tiveram acesso ao capital necessário para começar o seu negócio.	Pelo menos 600 pessoas criaram ou melhoraram o próprio negócio (50% Mulheres e 50% homens).	13 Distritos.	100 Pessoas participaram na formação empresarial e formação profissional.	150 Pessoas participaram na formação empresarial e formação profissional.	200 Pessoas participaram na formação empresarial e formação profissional.	150 Pessoas participaram na formação empresarial e formação profissional.
Criação de oportunidades de	Desenvolvimento de programas e projectos de	Pelo menos 45 propostas de apoio	Pelo menos 12000 jovens e comunidades	13 Distritos.	10% das actividades	40% das actividades	40% das actividades	10% das actividades

emprego temporário (de curta duração) para os jovens e as comunidades.	Mão-de-obra Intensiva.	e 12.000 beneficiários (jovens e comunidades) para um total de 864,000 dias úteis de trabalho foram aprovadas e implementadas.	(mulheres: 30-40% e homens 60-70%) participaram em 571 projectos de emprego temporário.		implementadas.	implementadas.	implementadas.	implementadas.
Assegurar o funcionamento do FEFOP.	Registar propostas submetidas ao FEFOP e Organizar reuniões do Painel Central de Avaliação Técnico e do Conselho Administrativo FEFOP.	Reuniões do Painel Central de Avaliação Técnica e do Conselho Administrativo do FEFOP organizadas.	Pelo menos 36 reuniões organizadas.	Díli.	9 Reuniões realizadas com sucesso.	9 Reuniões realizadas com sucesso.	9 Reuniões realizadas com sucesso.	9 Reuniões realizadas com sucesso.
Responder às necessidades da indústria, emprego e formação profissional.	Conduzir uma análise do sector de Saúde e Serviços Humanos, assim como, Petróleo e Marítima para desenvolvimento de 2 novas subcomissões.	2 Relatórios de escopo aceitos pela CE.	Número de análises sectoriais e relatórios de escopo aceitos pela CE.	Díli e Distritos.		Uma análise sectorial realizada e um Relatório de Escopo finalizado.		Uma análise sectorial realizada e um Relatório de Escopo finalizado.
	2 Novas subcomissões estabelecidas de acordo com plano de prioridades do Timor-Leste: Saúde e Serviços Comunitários e Petróleo e Marítima estabelecido pelas subcomissões.	2 Novas subcomissões estabelecidas.	Número de novas subcomissões estabelecidas e a reunir regularmente.			Uma nova Subcomissão estabelecida (Petróleo e Marítima).		Uma nova Subcomissão estabelecida (Saúde e Desenvolvimento Comunitário).
	Seis (existentes subcomissões e 2 novas subcomissão reúnem regularmente por 12 meses para aprovar as competências e qualificações da indústria.	40 Reuniões são realizadas por 8 subcomissões para definir e aprovar as qualificações baseadas nas competências.	- Número de encontros realizados - Registos de encontros. - Número de minutas de encontros.		Realizados encontros mensais das 6 Subcomissões existentes.	Realizados encontros mensais das 6 Subcomissões existentes.	Realizados encontros mensais das 6 Subcomissões existentes.	Realizados encontros mensais das 6 Subcomissões existentes.
	Os grupos de trabalho na actual Subcomissão são estabelecidos para desenvolver novas normas de competências.	8 Grupos de trabalho criados dentro das subcomissões (seguido os princípios de igualdade de género).	8 Grupos de trabalho reúnem mensalmente durante o período estipulado.		2 Grupos de trabalho criados Dentro das 8 subcomissões de acordo com os princípios de igualdade de género.	2 Grupos de trabalho criados Dentro das 8 subcomissões de acordo com os princípios de igualdade de género.	2 Grupos de trabalho criados Dentro das 8 subcomissões de acordo com os princípios de igualdade de género.	2 Grupos de trabalho criados Dentro das 8 subcomissões de acordo com os princípios de igualdade de género.
Qualificações desenvolvidas estão registadas no quadro.	- Desenvolver Qualificações e guias de aprendizagem. - Realizar sessões de *feedback* e retroacção da indústria	- 20 Qualificações em todos os sectores da indústria e 8 estão registadas no quadro. -6 Sectores da	- Número de qualificações de desenvolvimento segue as orientações de qualificação do INDMO. - Os relatórios das reuniões e os registos	Díli.	5 Qualificações registadas.	5 Qualificações registadas. Realizada 2 sessões de avaliação da indústria.	5 Qualificações registadas. Realizada 2 sessões de avaliação da indústria.	5 Qualificações registadas. Realizada 2 sessões de avaliação da indústria.

		indústria dão *feedback.*	de alterações às qualificações são efectuados.					
Fornecedores de Formação Profissional são aprovados e podem fornecer as qualificações nacionais.	- Seminário sobre Acreditação. - Análise dos pedidos dos fornecedores de formação. - Confirmação da capacidade do fornecedor de formação.	10 Fornecedores de formação acreditados.	- Número de fornecedores de formação segue o processo de candidatura. - Os funcionários do INDMO seguem o processo de revisão.	Díli e Distritos.	4 Fornecedores de formação são acreditados.	4 Fornecedores de formação são acreditados.	4 Fornecedores de formação são acreditados.	
Qualificações Nacional de Formação Profissional são emitidas.	Modelos de Certificado concebidos. Regras sobre a emissão de certificados são desenvolvidas.	- 100% Graduados em TVET recebem certificados de qualificação nos sectores da indústria. - Manter um registo dos diplomas emitidos.	- Modelos de certificados e normas para a emissão de certificados são aprovados pela CE - Graduados em 6 sectores da indústria recebem certificados.	Díli e Distritos.		6 Qualificações dos sectores da indústria.	6 Qualificações dos sectores da indústria.	6 Qualificações dos sectores da indústria.
Monitorizar o desempenho de fornecedores de Formação credenciados.	Visitas ao provedor de formação de oficiais de acreditação e gerente de auditoria. Rever o grau de cumprimento dos padrões de acreditação pelos fornecedores de formação.	- 12 Fornecedores de Formação são fiscalizados. - 12 Fornecedores de Formação são auditados.	- 100% em conformidade com as normas de acreditação. - Número dos relatórios de cumprimento.	Díli e Distritos.		4 Fornecedores de formação monitorizados.	4 Fornecedores de formação monitorizados.	4 Fornecedores de formação monitorizados e 12 fornecedores de formação auditados.
Desenvolver base de dados para registo nacional de qualificações e de formação acreditadas.	Nova base de dados oficial desenvolve bases de dados para a qualificação e FF registados. Configura *website.*	20 Qualificações na base de dados, 10 Fornecedores de Formação registado no banco de dados.	Base de dados é mantida e actualizada.	Díli.	25% De actualização da base de dados.	Processo completo dados introduzidos.		Actualização dos dados.
	INDMO *website* com todas as orientações e regulamentos disponíveis para todos os usuários.	Todas as orientações do INDMO e regulamentos estarão disponíveis no *website.*	*Website* acessível.				Desenvolvimento do *website*.	*Website* registado.
Orientações do INDMO asseguram competência e qualificações para Timor-Leste.	Preparar as directrizes inclusivas.	Pessoas de diversas origens de educação entram na formação.	Pessoas de diversas origens de educação adquirem qualificações através da formação nacional.		Orientações produzidas e socializadas.			
Fornecedores de Formação disponíveis nas áreas rurais e remotas para assistência,	Disseminar informações sobre Formação através de visitas locais.	- Pessoas nas áreas rurais e remotas com acesso às informações através de centros	- Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a informação. -2 Fornecedores de formação submetem a aplicação para		Um fornecedor de formação nas áreas rurais e remotas para a acreditação e qualificação		Um fornecedor de formação nas áreas rurais e remotas para a acreditação e qualificação	

acreditação e qualificação nacional.		de emprego. -2 Fornecedores de formação disponíveis para dar assistência à acreditação e qualificação nacional.	acreditação.		nacional.		nacional.	
INDMO funciona de forma eficaz e com quadro legislativo.	Secretariado INDMO, Comissão executiva e subcomissões seguem os artigos de Decreto-lei nº. 8.	O papel do INDMO é igual ao órgão nacional que regula o processo e procedimentos transparentes dos fornecedores de formação.	Em curso os processos e procedimentos para aprovação da qualificação de competência básica e certificação de Fornecedores de formação.		Em curso.	Em curso.	Em curso.	Em curso.
OBJECTIVO GERAL: **Regulamentar e assegurar o funcionamento do sistema de Trabalho e o reforço das Relações Industriais e Promoção de Trabalho Digno.**								
Disseminação do Estatuto de Inspecção do Trabalho e Código do Trabalho.	Realizar seminários de divulgação do Estatuto de Inspecção do Trabalho e código do Trabalho.	Pelo menos 600 participantes (30% mulheres) com acesso à informação.	600 Participantes (30% mulheres) com acesso à informação.	6 Distritos.	Realizado seminário num distrito com 100 participantes.	Realizados seminários em 2 distritos com 200 participantes.	Realizados seminários em 2 distritos com 200 participantes.	Realizado seminário num distrito com 100 participantes.
Implementar a aplicação da Lei do Trabalho e das disposições das Convenções nº C182, nº C 29 da OIT e regra de inspecção do Trabalho nos locais de trabalho.	Realizar visita de inspecção do trabalho no domínio da promoção da melhoria das condições de trabalho nos locais de trabalho.	Pelo menos 500 estabelecimentos com 8,000 trabalhadores (M/H) em todos os sectores de actividades económicas inspeccionados e a usufruir dos seus direitos.	500 Estabelecimentos com 8,000 trabalhadores (M/H).	13 Distritos.	125 Estabelecimentos.	125 Estabelecimentos.	125 Estabelecimentos.	125 Estabelecimentos.
	Realizar visita de inspecção do trabalho no domínio do desenvolvimento da prevenção de riscos profissionais no trabalho.	Pelo menos 200 estabelecimentos com 2,000 trabalhadores (M/H) em todos os sectores de actividades económicas inspeccionados e a usufruir dos seus direitos.	100 Estabelecimentos com 1,000 trabalhadores (M/H).	13 Distritos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.
	Realizar visita de inspecção do trabalho no domínio da colocação, emprego e protecção do desemprego, migração e trabalho ilegal de estrangeiros.	Pelo menos nos 200 estabelecimentos com 2,000 trabalhadores (M/H) em todos os sectores de	100 Estabelecimentos com 1,000 trabalhadores (M/H).	13 Distritos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.	50 Estabelecimentos.

		actividades económicas inspeccionados e a usufruir dos seus direitos.						
	Monitorar e avaliar a implementação da lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.	100% das crianças e dos adolescentes (M/H) abaixo de 18 anos serão protegidos e terão os seus direitos respeitados.	Número de crianças e adolescentes (M/H).	13 Distritos.	25 % das crianças e adolescentes protegidos.	25 % das crianças e adolescentes protegidos.	25 % das crianças e adolescentes protegidos.	25 % das crianças e adolescentes protegidos.
Conceder as autorizações legalmente exigíveis no âmbito das relações de trabalho.	Emissão de parecer de visto de trabalho e visto de fixação de residência.	Todos os cidadãos estrangeiros (M/H) serão protegidos e terão os seus direitos respeitados.	Número de estrangeiros que adquirem parecer de visto do trabalho e visto de fixação de residência.	Díli – IGT.	25% Cidadãos estrangeiros registados.	25% Cidadãos estrangeiros registados.	25% Cidadãos estrangeiros registados.	25% Cidadãos estrangeiros registados.
Propor a política e elaborar a regulamentação do Código do Trabalho.	Propor a política de trabalho de cidadãos estrangeiros (M/H).	Elaboração do esboço de Decreto-Lei do trabalho migrante.	A ser aprovado pelo CoM.	Díli – SEFOPE.	Elaboração.	Consulta pública.	Revisão.	Submissão ao CdM.
	Propor a política de segurança e saúde no trabalho.	Elaboração de esboço de Decreto-Lei de segurança e saúde no trabalho.	A ser aprovado pelo CoM.	Díli – SEFOPE.	Elaboração.	Continuação.	Diálogo Tripartido.	Submissão ao CdM.
Protecção da Relação do Trabalho.	Recolha de dados nas Companhias.	800 Companhias e 7.000 Trabalhadores (M/H) abrangidos.	30 Companhias de cada distrito e maior número concentrado em Díli.	12 Distritos.	100 Companhias.	300 Companhias.	300 Companhias.	100 Companhias.
Prevenção de Disputas do Trabalho.	Seminário sobre a Relação do Trabalho e Socialização do novo Código Trabalho.	Pelo menos 1.300 pessoas (M/H).	100 Pessoas de cada distrito participam no seminário.	13 Distritos.	100 Pessoas de 1 distrito.	600 Pessoas de 6 distritos.	500 Pessoas de 5 distritos.	100 Pessoas de 1 distrito.
	Orientação para empresários e trabalhadores (M/H).	400 Companhias e 3.500 Trabalhadores (M/H) abrangidos.	20 Companhias de cada distrito e maior número concentrado em Díli.	12 Distritos.	100 Companhias.	100 Companhias.	100 Companhias.	100 Companhias.
	Coordenação de Serviços nos Centros Regionais e Distritais.	13 Distritos abrangidos.	Implementação do programa da SEFOPE em geral e da Direcção em especial.	12 Distritos.	2 Distritos.	5 Distritos.	5 Distritos.	1 Distrito.
Implementação do Novo Código Laboral de Timor-Leste para minimizar as disputas laborais através dos serviços da Comissão Nacional de Relações do	Disseminação de informação dos serviços da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Comissão Nacional do Salário Mínimo aos Funcionários da SEFOPE em 5 Regiões com 226 Funcionários (M/H).	Funcionários (M/H) da SEFOPE nas Regiões receberam informações sobre os serviços da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Comissão Nacional do Salário Mínimo.	Processo de registo de casos, Pré-arbitragem, Processo Arbitragem e Estrutura de SACNT, CNRT e CNSM.	Díli, Baucau, Ermera, Maliana, Same e Oecússi.	60 Pessoas (M/H).	60 Pessoas (M/H).	60 Pessoas (M/H).	60 Pessoas (M/H).

Trabalho e Comissão Nacional do Salário Mínimo.	Disseminação do Decreto-lei sobre Padrão Salário Mínimo Nacional.	150 Companhias e 200 trabalhadores já receberam informações do Decreto-lei sobre o Padrão de Salário Mínimo Nacional.	- Componentes e necessidade Mínimas de vida. - Padrão do Salário Mínimo Nacional.	Díli e Baucau.	Prepara o processo de Administração e Finanças.	75 Companhias e 100 trabalhadores.	75 Companhias e 100 trabalhadores.	
	Elaboração da directiva sobre Padrão do Salário Mínimo Regional.	Despacho da SEFOPE sobre Padrão do Salário Mínimo Regional estabelecido.	Salário Mínimo Regional estabelecido.	Díli.	CNT já debateu/ discutiu a recomendação.	CNT continuação do debate sobre a recomendação.	CNT determina o Salário Mínimo Nacional.	CNT publica a decisão sobre Salário Mínimo Nacional.
	Elabora recomendação da CNSM sobre o Salário Mínimo Regional para CNT	Recomendação sobre Salário Mínimo Regional elaborada.	Salário Mínimo nível Regional definido.	Díli.	CNSM fazem avaliação e análise sobre o resultado da pesquisa.	CNSM formula os componentes e necessidades.	CNSM já decidiu sobre Salário Mínimo Regional.	CNSM já recomendou acerca do Salário Mínimo Regional para o CNT.
	Regista e recolha de informações dos requerentes e requeridos através do Processo Pré-arbitragem.	10 Casos registados e CNRT informada.	Conclusão do contrato do serviço e pagamentos de salários efectuados.	Díli.	2 Casos.	3 Casos.	3 Casos.	2 Casos.
	Elabora Processo de Arbitragem para os casos de disputas laborais.	12 Casos encontram decisão final pelo CNRT.	Conclusão do contrato do serviço e pagamentos de salários efectuados.	Díli.	3 Casos resolvidos.	3 Casos resolvidos.	3 Casos resolvidos.	3 Casos resolvidos.
Promover a igualdade do Género nos programas da SEFOPE.	Formação em Igualdade do Género / Auditoria do Género em articulação com a SEPI.	25 Chefias das Direcções Nacionais, departamentos regionais da SEFOPE e incluindo fornecedores de formação (15H/10M).	Realizado o curso para os 5 Directores Nacionais 5 Directores regionais 12 chefe departamentos e 3 Directores dos fornecedores de formação.	Díli.		25 Pessoas formadas e capacitadas.		
	Formação em Orçamento do Género, em articulação com a SEPI.	30 Directores ao nível nacional e distrital.	Realiza formação em Orçamento do Género para 15 directores nacionais, e 15 directores ao nível distrital.	Díli.			30 Directores nacionais e directores distritais capacitados.	
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H) e fortificação institucional da SEFOPE.**								
Fortalecer e melhorar a capacidade específica dos Inspectores do Trabalho (M/H).	Executar as formações específicas dos Inspectores (M/H) do Trabalho em matéria de Segurança e saúde no trabalho.	15 Inspectores do trabalho (M/H) aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos nos seus serviços	Número de participantes (com 30% de participação das mulheres).	ITC-ILO Turim.	Preparação.	5 Pessoas.	5 Pessoas.	5 Pessoas.
	Administrar o curso de licenciatura em Direito.	5 Dos inspectores do trabalho serão	Número de participantes (M/H).	Díli, Indonésia e ITC-ILO Turim.	Preparação.	5 Pessoas.	Continuação.	Continuação.

		licenciados em Direito e aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos nos seus serviços.						
	Participar na Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (CIT-OIT) em Genebra.	2 Dos participantes (M/H) aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos nos seus serviços.	Número de participantes (M/H).	Genebra.		Preparação	2 Pessoas.	
	Formação para Mediadores e Conciliadores (M/H).	20 Pessoas (M/H) formadas na área de mediação e conciliação.	20 Pessoas (M/H) frequentam formação.	Díli Timor-Leste e Indonésia.	20 Pessoas.		10 Pessoas.	
	Estudo comparativo.	Viagem de estudos comparativos.	10 Pessoas (M/H) participam na viagem de estudo comparativo.	Malásia e Indonésia		5 Pessoas.	5 Pessoas.	
	Curso de informática e tecnologia.	12 Pessoas (M/H) formadas na área de informática e tecnologia.	12 Pessoas (M/H) frequentam formação.	Bandung Indonésia.			2 Pessoas.	
	Cursos de Línguas.	40 Pessoas (M/H) qualificadas.	68 Pessoas (M/H) frequentam formação em língua Portuguesa e Inglesa.	Díli.	Preparação.	20 Pessoas.	20 Pessoas.	
Fortificação dos serviços de gestão e administração dos Membros do Conselho, Comissões e Secretariado de Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho.	Fortalecer as capacidades dos Recursos Humanos (M/H) dos Membros do Conselho e das Comissões através da Formação e estudos comparativos.	4 Funcionários (M/H) atendem formação e estudos comparativos para melhorar os serviços e funções dos Membros do CN, CNRT e CNSM.	Área de serviços dos membros do CNT, CNRT e CNSM.	Malásia, Singapura, Indonésia.	Preparação do processo administrativo e finanças.	2 Pessoas.	1 Pessoa.	1 Pessoa.
	Formação sobre os serviços da SACNT.	Promover maior eficiência e eficácia dos serviços.	Processo técnico (processo Pré-arbitragem e processo arbitragem) e Curso de Língua Portuguesa e Inglesa.	Díli.	Preparação do processo administrativo e finanças e consulta sobre o formador (M/H).	5 Funcionários capacitados.	6 Funcionários capacitados.	
Expansão do sistema de informação do mercado de trabalho (SIMU-WEB).	Manutenção do sistema SIMU-WEB recolha e análise dos dados de cada CEOP tendo sempre em conta a igualdade do género.	Dados sobre o mercado de trabalho recolhidos e analisados.	Sistema SIMU-WEB instalado em todos os Distritos.	13 Distritos.	3 Distritos.	3 Distritos.	4 Distritos.	3 Distritos.
Melhoria da prestação de serviços da função	Cursos de Requalificação.	10 Funcionários frequentam o curso (6H/4 M).	1 Funcionário de Grau B; 3 funcionários de Grau C; 6 Funcionários	Díli.	Preparação.	3 Pessoas recrutadas.	4 Pessoas recrutadas.	3 Pessoas recrutadas.

pública.			de Grau D.					
	Curso de Gestão de Liderança.	10 Funcionários frequentam o curso (7H/3M).	4 Funcionários de Grau B; 3 funcionários de Grau C; 1 funcionário de Grau D.	Estrangeiro.		3 Pessoas.	3 Pessoas.	4 Pessoas.
	Curso Técnico de Secretariado.	15 Funcionários frequentam o curso (8 H/7 M).	15 Funcionários de Grau E.	Díli e estrangeiro.	Preparação	5 Pessoas.	5 Pessoas.	5 Pessoas.
	Curso de Gestão contabilidade.	5 Funcionários frequentam o curso (3H/2M).	5 Funcionários de Grau E.	Díli e estrangeiro.	Preparação	3 Pessoas.	2 Pessoas.	
	Curso formal na área de Direito.	4 Pessoas (1H/1M) Qualificadas.	4 Pessoas frequentam o curso na área de Direito.	Díli e estrangeiro.		4 Pessoas.		
	Formação para mediadores e conciliadores (M/H).	20 Pessoas (15H/5M) formadas na área mediação e conciliação.	20 Pessoas (M/H) frequentam a formação.	Estrangeiro.	Preparação	10 Pessoas.	10 Pessoas.	
	Apoio financeiro atribuído aos funcionários (M/H) em formação na Indonésia e em Timor-Leste.	4 Funcionários candidatos à Magistratura na Indonésia e 27 à licenciatura em Timor-Leste.	100% Apoiados os candidatos de magistratura e de licenciatura.	Díli e estrangeiro.				
Promover a igualdade do género nos programas da SEFOPE.	Formação em "orçamento do género" em articulação com a SEPI.	25 Chefias (M/H) das Direcções nacionais, departamentos regionais da SEFOPE incluindo fornecedores de formação (15H/10M).	Realizado o curso para os 5 Directores Nacionais 5 directores regionais 12 chefes de departamentos e 3 directores (M/H) dos fornecedores de formação.	Díli.		10 Pessoas.	15 Pessoas.	
Funcionários (M/H) do INDMO contratados pelo projecto de cooperação recebem o estatuto de servidores públicos.	Chefias apoiam o pedido de transferência dos salários do pessoal do projecto para os da função pública.	4 Funcionários (M/H) do INDMO têm acesso ao regime de carreira do serviço público.	Número de funcionários (M/H) transferidos para o serviço público.		4 Funcionários do INDMO transferidos para o serviço público.			

Apoiar o desenvolvimento profissional dos 4 oficiais (M/H) do programa para apoiar todas as actividades das subcomissões de indústria.	Dois Seminários de Desenvolvimento Profissional e uma formação com nível internacional para 6 pessoas (M/H) do secretariado da INDMO incluindo funcionários do programa e pessoal de apoio em Desenvolvimento dos padrões de competência, Pacote de qualificação e Pesquisa.	100% Dos Funcionários Públicos incluindo os funcionários (M/H) contratados apoiam os oficiais do programa.	- % Das actividades de desenvolvimento profissional concluída. - N.º de funcionários participantes (M/H). - N.º De acções de formação desenvolvidas. - N.º de reuniões realizadas SCI.	Díli e estrangeiro.	1 *Workshop* para o desenvolvimento profissional.			
Um agente recrutado para a Base de dados e *website* do INDMO.	Recrutar e seleccionar um oficial da base de dados (M/H).	Um oficial para a base de dados nomeado.	- Número de oficiais da base de dados a trabalhar com INDMO. - Base de dados do INDMO actualizada. - Funcionamento e actualização do *website*.		Nomeação do oficial da base de dados.			
Reforçar a gestão do INDMO e a capacidade da Comissão Executiva para exercer as suas funções.	- Desenvolver e implementar as políticas das principais actividades e das orientações necessárias - Organizar dois *workshops* de Desenvolvimento Profissional (DP) e uma viagem de estudo na região do Pacífico para dez membros (M/H) da Comissão Executiva e pessoal do secretariado.	100% Das políticas e directrizes aprovadas e em implementação. 3 *workshops* e/ou visitas de estudo realizadas.	- % de documentos e registos aprovadas e implementadas. - Número de seminários DP e visitas de estudo realizadas. - Número dos diplomas certificados pela Comissão Executiva - Número de resoluções tomadas pelo Comissão Executiva.	Díli e estrangeiro.	25% das Políticas desenvolvidas e aprovadas. *Workshop sobre* desenvolvimento profissional em matéria de governação concluído.	25% das Políticas desenvolvidas e aprovadas. *Workshop* sobre desenvolvimento profissional sobre Sistemas de formação concluído.	25% das Políticas desenvolvidas e aprovadas. Realizada viagem de Estudo na região do Pacifico para 10 membros da Comissão Executiva e pessoal do secretariado.	25% das Políticas desenvolvidas e aprovadas.
	Comissão Executiva reúne-se pelo menos uma vez por mês para realizar as suas principais actividades e registar diplomas.	Comissão Executiva reúne pelo menos (12) vezes ao longo do ano.	- Número de encontros. - Número de Relatórios completos.		Três reuniões mensais.	Três reuniões mensais.	Três reuniões mensais.	Três reuniões mensais.
Desenvolvimento das Infra-estruturas.	Melhorar o ambiente de trabalho para os funcionários e utentes (M/H).	Construção do novo edifício da SEFOPE.	Trabalhos de construção, reabilitação e manutenção concluídos com sucesso.	Díli.		50%	50%	
		Renovação das estruturas existentes da SEFOPE.		Díli.				
		Reabilitação do edifício de treinamento da língua Coreana.		Díli.		40%	60%	

		Construção do edifício do centro de treinamento regional de Same.		Same, Maubise.		40%	60%	
		Construção do edifício do centro de treinamento regional de Maliana.		Maliana.		40%	60%	
		Reabilitação do muro do centro de treinamento do SENAI em Becora.		Díli.		50%	50%	

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade tem um Orçamento de 1,271 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade (SEPI) tem por missão:

- Apoiar a elaboração da política global e sectorial, com incidência na promoção da igualdade de género e no fortalecimento, reconhecimento e valorização do papel da mulher timorense na sociedade;
- Elaborar propostas normativas, emitir pareceres e intervir, nos termos da lei, nos domínios transversais em todas as áreas relevantes à promoção da igualdade, estabelecendo mecanismos para a revisão de leis, políticas, orçamento e programas do Governo nas áreas sob a respectiva tutela;
- Coordenar, com os diversos ministérios, acções concertadas da promoção da igualdade e fortalecimento do papel da mulher timorense na sociedade;
- Promover a coordenação multi-sectorial no seio do Governo, através do mecanismo de Grupos de Trabalho Nacionais para o Género a fim de assegurar uma abordagem integrada de género em todos os processos de realização de políticas, nomeadamente planeamento, implementação e monitorização;
- Desenvolver parcerias e providenciar apoio a organizações de mulheres envolvidas na promoção e defesa da igualdade de género, assegurando mecanismos de consulta com a sociedade civil e organizações nacionais e internacionais;
- Promover acções de sensibilização e de informação da opinião pública e de adopção de boas práticas relativas à igualdade de género, à participação paritária na vida económica, social, cultural, política e familiar em colaboração com as entidades competentes e ao combate de discriminação e violência contra a mulher, com recurso aos meios de comunicação social e à edição de publicações ou outros meios considerados apropriados;
- Assegurar as modalidades de participação institucional e das organizações não-governamentais, que concorram para a realização das políticas de igualdade de género;
- Cooperar com organizações de âmbito comunitário, nacional e internacional e com os organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações internacionais relativas à igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional.

Prioridades

Desenvolvimento da capacidade institucional

- Capacitação dos Recursos Humanos da SEPI na área de Género;
- Desenvolvimento do Manual para a Abordagem Integrada de Género no Governo.

Advocacia às políticas e legislações sensíveis ao género nas instituições do Governo

- Capacitação dos funcionários/as da SEPI na área de advocacia, lobby e políticas;
- Desenvolvimento de uma estratégia para lobby e advocacia a fim de promover a formulação, aprovação das políticas e legislações sensíveis ao género.

Advocacia à abordagem integrada de género nas instituições do governo e outras agências do Estado

- Garantir a capacitação em Abordagem Integrada de Género e Capacitação Institucional nos Ministérios chave;
- Promover a descentralização através do fortalecimento do mecanismo de Pontos Focais de Género nos distritos.

Elevar o nível de conhecimento sobre género por parte do público em geral a nível central e local.

- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação;
- Desenvolvimento de uma estratégia para elevar o conhecimento em género nas escolas, instituições profissionais e vocacionais e outras instituições de formação.

Promover o fortalecimento económico das mulheres

Assegurar a sustentabilidade económica dos negócios dos grupos de mulheres beneficiários de apoio financeiro (através do programa de transferências públicas) para a promoção do auto-emprego e redução da pobreza, conjuntamente com programas de capacitação e acompanhamento das actividades apoiadas.

Orçamento Fontes Combinadas

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	985	1,130	1,271	1,323	1,375	1,431	1,488
Recorrentes	871	1,083	1,211	1,260	1,310	1,363	1,417
Salários e Vencimentos	187	205	274	285	296	308	320
Bens e Serviços	535	778	838	871	906	942	980
Transferências Públicas	150	100	100	104	108	112	117
Capital	114	47	60	63	65	68	71
Capital Minor	114	47	60	63	65	68	71
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	3,320	1,113	15	-	-	-
Recorrentes	-	3,320	1,113	15	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	985	4,450	2,384	1,338	1,375	1,431	1,488
Recorrentes	871	4,403	2,324	1,275	1,310	1,363	1,417
Capital	114	47	60	63	65	68	71

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE

OBJECTIVO GERAL 1: **Desenvolvimento da Capacidade Institucional.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
1.1 Reforçar a estrutura da SEPI.	Construção do novo edifício da SEPI.	A SEPI tem um edifício próprio para abarcar todos os seus funcionários e receber todas as organizações de mulheres, doadores e sociedade civil.	Existência de um edifício funcional que permita à SEPI desempenhar eficientemente as suas funções e que esteja de acordo com o plano original (planta arquitectónica).	Díli.	15%	30%	30%	25%
	Recrutamento de novos funcionários para reforçar os programas de implementação da abordagem integrada de género.	A estrutura da SEPI é mais forte para dar resposta às actividades crescentes.	1 Funcionário/a (N.7) para Inspector.	Díli.	100%			
			13 Funcionários/as (N.5) como pontos focais de Planeamento do mecanismo de grupos de trabalho de género a nível distrital (pelo menos 2 são mulheres).	Timor-Leste	100%			
	Revisão da Lei Orgânica (Departamentos de Recursos Humanos e de Legislação).	SEPI dispõe de uma estrutura mais completa e adequada à realidade das necessidades.	Primeira alteração da Lei Orgânica da SEPI aprovada no Conselho de Ministros.	Díli.	100%			
	Revisão do Diploma Ministerial (Departamentos de Recursos Humanos e Legislação) e respectiva tradução para Português.	O Diploma Ministerial da SEPI para criação de Departamentos é reajustado com a Primeira Alteração da Lei Orgânica.	Existência do novo Diploma Ministerial da SEPI para criação de Departamentos aprovado no Conselho de Ministros.	Díli	100%			
	Realização de um *workshop* para preparação do PAA e Orçamento 2013.	Cada Direcção dispõe de um PAA e orçamento de acordo com as reais necessidades para 2013.	1 *Workshop* realizado.	Díli.	1 *Workshop.*			
	Realização de 1 Retiro de *staff* para avaliação dos resultados e desafios.	Identificação de sucessos e dificuldades sentidas na implementação dos programas e actividades a decorrer em 2012.	1 Retiro (anual) realizado envolvendo 95% do *staff.*	Díli.				1 Retiro.
1.2 Capacitação dos Recursos Humanos.	Garantir formação dos/das funcionários/as da SEPI nas áreas de	SEPI dispõe de quadros mais capacitados em	1 Funcionário/a frequenta o curso de gestão de Recursos Humanos.	Portugal.	100%			

	gestão e liderança, Recursos humanos, Finanças, Media e Comunicação, na área Administrativa, em línguas (Português e Inglês), Liderança, áreas específicas da abordagem integrada de género, Monitorização e Avaliação, Pesquisa, Advocacia e Políticas e Legislação (Quer em Timor-Leste, quer no Estrangeiro).	todas os departamentos e mais ágeis para lidar com os desafios que as actividades assim o exigem.	3 Funcionários/as frequentam o curso de organização e gestão de documentação e arquivo, ETDA (2 M e 1 H).	Díli.		100%		
			1 Funcionário/a frequenta um Mestrado na área de Finanças Públicas.	Indonésia.	25%	25%	25%	25%
			2 Funcionários/as frequentam o curso de Técnicas de organização de eventos/protocolo (1 M e 1 H).	Indonésia.		100%		
			2 Funcionários/as continuam o curso de Mestrado em Género (1 H e 1 M).	Indonésia.	25%	25%	25%	25%
			2 Funcionário/a inicia o curso de Mestrado em Género e Desenvolvimento (1 M e 1 H).	Indonésia.	25%	25%	25%	25%
			Realização de 1 *workshop* para reciclagem e actualização de informação sobre estatutos da função pública e leis relevantes.	Díli.			100%	
			5 Funcionários/as frequentam o curso de Excel avançado e Access 2007 (3 M e 2 H).	Díli.			100%	
			10 Funcionários/as continuam o curso de Inglês (LELIS) e Português (INAP) (5 M e 5 H).	Díli.		50%	50%	
			2 Funcionários/as frequentam o curso de Português (1H; 1M).	Portugal.		100%		
			2 Funcionários/as frequentam o curso de Liderança (1H; 1M).	Indonésia.	100%			
			2 Funcionários/as frequentam um curso na área de Pesquisa e análise de dados (1 M e 1 H).	Indonésia.		100%		
			2 Funcionários/as de Legislação frequentam o curso de Português especializado em Legislação (1 M e 1 H).	Díli.		2 Funcionários/as.		

			1 Funcionário/a de Legislação frequenta o curso em conteúdos de Legislação e Género.	Tailândia.	1 Funcionário/a.			
	Preparação de metodologias eficazes para ajudar os funcionários/as do Departamento de Legislação a analisarem documentos legais e torná-los sensíveis ao género.	Os funcionários/as do Departamento de Legislação são capazes de avaliar as leis e políticas sob uma perspectiva de género.	Pelo menos 60% da legislação relevante produzida em Timor-Leste é analisada pela SEPI numa perspectiva de género.	Díli.	25%	25%	25%	25%
1.3 Conseguir mobilizar Apoios Financeiros e Recursos Humanos externos à SEPI.	Encontro com 40 representantes dos parceiros de desenvolvimento tais como, FNUAP, UNWomen, UNDP, Noruega, Irish Aid, Paz y Dezarollo, Espanha, França, AECID, JICA, FAO, Brasil, Portugal, etc.	Conseguir obter os apoios financeiros e técnicos necessários para pôr em prática muitas das actividades delineadas no Plano Estratégico 2010-15.	Manutenção do apoio dos doadores actuais e obtenção de pelo menos mais um doador e de mais apoio técnico para suportar as actividades da abordagem integrada de género.	Díli.	100%			
1.4 Aprendizagem por exposição com outras realidades de outros países.	Participação na Conferência Anual 6W (Commission on the Status of Women).	Ver a capacidade da SEPI reforçada via comparação com realidades de outros países e programas implementados na área da abordagem integrada de género.	SEPI foi exposta às várias experiências na implementação de programas de abordagem integrada de género e está apta para adaptar boas práticas em Timor Leste.	Estados Unidos da América.	100%			
OBJECTIVO GERAL 2: **Advocacia às políticas e legislações sensíveis ao género nas instituições do Governo.**								
2.1 Desenvolvimento de uma estratégia de *lobby* e advocacia para promover a formulação e aprovação de políticas e legislação sensíveis ao género.	Providenciar formações e briefings sobre o processo de abordagem integrada do género, sob uma perspectiva legal, aos Grupos de Trabalho de Género (PFG).	GTG fazem *lobby* nos Ministérios / Secretarias de Estado para o desenvolvimento de documentos legais sensíveis ao género.	Os GTG desenvolvem e implementam planos de trabalho para desenvolver o processo da abordagem integrada de género ao nível de políticas governamentais e legislação criada durante 2012.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Realização de estudos, pesquisa, compilação e preparação, prestação de apoio à formulação de leis/políticas sensíveis ao género.	Leis e políticas com a perspectiva de género.	8 Leis e políticas são analisados e comentados pela SEPI em termos de sensibilidade ao género.	Díli.	25%	25%	25%	25%

	Organização de pesquisas para ver o impacto do papel/actividades da SEPI na comunidade (em cooperação com o projecto de Espanha).	Relatório de pesquisa.	Uma pesquisa e respectivo relatório elaborados e lançados em 2012 no dia Nacional da Mulher.	5 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Abordagem de género nas escolas e integração no Ministério de Educação.	Assegurar integração de materiais de género e Direitos Humanos nos currículos.	4 Encontros de coordenação com o Monitorização e Avaliação para assegurar a elaboração de materiais nas áreas de género e Direitos Humanos nos currículos.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Reunião CPLP sobre evolução da situação da mulher nos países de língua Portuguesa.	Ter mais e melhor conhecimento na adopção de políticas sensíveis ao género e reforçar as boas relações entre os países de língua oficial Portuguesa.	Ter políticas implementadas, inspiradas na experiência dos PALOP, adaptadas à realidade de Timor-Leste.	A definir.	100%			
	Reunião Bilateral com Indonésia.	Melhorar a cooperação entre Timor-Leste e Indonésia nas áreas de Tráfico humano e igualdade de género.	Medidas tomadas, resultantes do acordo e troca de impressões, como forma a reduzir o tráfico humano entre os países envolvidos e contribuir para a igualdade através do combate à discriminação baseada no género.	Indonésia.		100%		
	Fórum Ásia Oriental sobre Família.	Partilha de experiências e boas práticas sobre a intervenção e programas de reabilitação que respondam a assuntos relacionados com a instituição Família.	Implementação de programas que respondam às questões de género integradas na instituição Família.	Brunei.			100%	
	Congresso sobre a Mulher na Política.	Aprendizagem sobre a participação da Mulher na Política.	Mais mulheres envolvidas na Política em Timor-Leste.	Bangladesh.				
2.2 Capacitação dos funcionários da SEPI na Advocacia, *Lobby* e políticas para a educação pública à igualdade de género.	Desenvolvimento de currículo e apoio ao estabelecimento do departamento de Género na UNTL.	Assegurar o estabelecimento do Departamento de Género e Desenvolvimento no currículo de Género na UNTL.	6 Encontros realizados com o intuito de analisar o estabelecimento do Departamento de Género na UNTL e desenvolver o currículo.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Prestação de apoio a	Assegurar a	Contribuir com ideias para os	Díli.	25%	25%	25%	25%

	integração de perspectiva de Género nas prioridades nacionais e parecer à implementação do Fundo dos MDG (MDG - Funds).	integração de género na política.	encontros de delineamento das Prioridades Nacionais e do Fundo de MDG, que integram a perspectiva do género.					
	Encontros regulares de coordenação com Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste (GMPTL) e Conselho Consultivo da SEPI.	Alcançar ideias e influenciar as leis e políticas sob a perspectiva de género.	Os superiores da SEPI têm ideias claras e estão aptos para influenciar as políticas e leis.	Díli.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL 3: **Advocacia a Abordagem Integrada de Género nas instituições do Governo e outras Agências do Estado.**								
3.1 Fortalecer a capacidade de AIG nas instituições e ministérios chave.	Desenvolvimento de materiais e Guia para Abordagem Integrada de Género (AIG), conjuntamente com o INAP, para serem usados em formações aos funcionários públicos.	Integração dos materiais sobre AIG no INAP para formações aos funcionários públicos.	Guia de AIG pode ser utilizado pelo grupo de trabalho de género dos Ministérios.	Díli.	50%	50%		
	Encontros trimestrais regulares com Grupos de Trabalho de Género (GTG) dos ministérios e sociedade civil (Suportado pela Irish Aid durante 2012).	Fortalecer coordenação entre SEPI e GTG dos ministérios e sociedade civil.	4 Encontros de coordenação com o GTG ao nível dos Ministérios e 4 encontros de coordenação com a sociedade civil para trocar informações e experiências.	Díli	25%	25%	25%	25%
	Fortalecer a liderança nas tomadas de decisões sobre género.	A liderança nas tomadas de decisões políticas já com a perspectiva de género; Colaboração com o ADB para a implementação de uma base de Dados e dados Estatísticos desagregados por sexo.	Uma conferência de AIG realizada para os membros do Governo (6 Ministérios/Secretarias de Estado são informados sobre a AIG e podem tomar decisões sensíveis ao género.	Díli.	25%	25%	25%	25%

	Coordenar, monitorizar e reportar relativamente ao Plano Nacional de Acção sobre a violência baseada no género e/ou suportar a finalização deste.	O Plano Nacional de Acção está finalizado e aprovado e a equipa da SEPI monitorizou devidamente a sua implementação.	O relatório sobre a implementação da LCVD, por parte do Governo, é realizado e submetido ao Parlamento (envolvendo monitorização nos 13 Distritos, Coordenação a nível central e elaboração do Relatório com auxílio de um consultor Internacional).	Timor-Leste.		33,30%	33,30%	33,30%
3.2 Promover a descentralização através do fortalecimento da rede do Grupo de Trabalho de Género ao nível Distrital (GTGD) e da Rede referal.	Encontros regulares trimestrais com Administradores distritais e GTGD (Suportado pela Irish Aid durante 2012).	Fortalecimento de coordenação e influências sobre a sensibilidade de género nos distritos.	Os GTG a nível Distrital e os Administradores de Distrito trocam experiências com o intuito de estreitar relações e auxiliar a implementação de programas de AIG.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Sensibilização da Lei contra a violência doméstica (LCVD) e mecanismo da sua implementação nos distritos.	Assegurar a implementação da LCVD no seio da comunidade.	6 Visitas aos Distritos de Oecússi, Manufahi, Viqueque, Lautem, Bobonaro e Covalima com o objectivo de sensibilizar as pessoas sobre o mecanismo de coordenação do LCVD (em cada encontro participarão cerca de 45 participantes).	Covalima, Manufahi, Viqueque, Lautem, Oecússi, Bobonaro.		33,30%	33,30%	33,30%
	Apoio técnico aos pontos focais distritais através de encontros regulares trimestrais e um encontro anual de coordenação a decorrer na SEPI.	Assegurar que a política de AIG é implementada com sucesso nos Distritos.	Os pontos focais estão informados e capacitados sobre os programas que deverão acompanhar e implementar ao nível dos respectivos Distritos.	Timor-Leste.	25%	25%	25%	25%
	Formação e socialização da LCVD à PNTL	Assegurar a implementação da LCVD no seio da comunidade.	2 Formações de capacitação sobre LCVD/VBG aos membros PNTL (30 - 35 membros PNTL 25 homens e 10 mulheres por cada Distrito).	Oecússi, Covalima, Lautem, Manufahi.		50%	100%	
OBJECTIVO GERAL 4: **Elevar o nível de conhecimento sobre género por parte do público em geral a nível central e local.**								
4.1 Elevar o conhecimento do público sobre as actividades da SEPI e sobre a abordagem integrada de género em particular.	Publicação do Boletim TA'ES.	Público em geral tem mais conhecimentos em género, actuando nas suas interacções sociais de acordo com os conhecimentos adquiridos.	4 Boletins "TA'ES" e *posters* produzidos e distribuídos por todo o território.	Timor-Leste.	1 Boletim.	1 Boletim.	1 Boletim.	1 Boletim.

Socialização e disseminação da LCVD aos Directores e Professores das Escolas Pré Secundárias e Secundárias.	Os Directores e Professores estão sensibilizados e terão um papel fulcral no desenvolvimento das crianças Timorenses quanto à importância ao combate à violência doméstica.	Os Directores e Professores dos Distritos de Díli, Manufahi, Covalima, Viqueque, Baucau estão sensibilizados quanto à importância ao combate à violência doméstica.	Díli, Manufahi, Covalima.	33%	66%	100%	
Formação de Formadores a nível distrital.	Ter formadores suficientes para sensibilizar o público em geral e ajudar a prevenir, de forma exponencial e eficaz, a violência baseada no género.	Covalima, Baucau, Ermera e Aileu têm uma média de 25 formadores capazes de sensibilizar o público em geral e a contribuir para a prevenção da violência baseada no género.	Baucau, Ermera.		50%	100%	
Produção de mais Material de Formação sobre Violência doméstica e qualquer outra baseada no género.	Existe material de formação suficiente sobre violência doméstica e qualquer outra baseada no género a ser utilizado pelos formadores da SEPI.	1000 Brochuras, 250 Módulos de Formação sobre a Lei contra a violência Doméstica.	Díli.	100%			
Publicação de brochuras sobre a missão e papel da SEPI, Sobre o compromisso de Díli, sobre violência doméstica (Prevenção e identificação da Violência Doméstica e Assistência às vítimas), sobre a orçamentação sensível ao género, sobre discriminação baseada no género e formas de a combater (CEDAW).	Público em geral está mais informado e desempenhará um papel mais activo no combate a qualquer discriminação baseada no género.	3 Brochuras produzidas. (1000 exemplares de cada).	Díli.		1500 Exemplares.	1500 Exemplares.	
Realização de Debate mensal através da TVTL e Rádio.	Público em geral é eficazmente sensibilizado pela importância de género.	Actualização do acordo com TVTL, TLMDC e RTL.	Díli.	3 Debates Televisivos.	3 Debates Televisivos.	3 Debates Televisivos.	3 Debates Televisivos.

	Pacote de programas com TVTL.	Público em geral é sensível sobre a importância da igualdade de género e informado sobre mudanças que ocorram em Timor-Leste sobre esta mesma temática.	4 Pacotes produzidos e divulgados.	Díli.	1 Pacote.			3 Pacotes.
	Programa de Rádio com TLMDC.	A população em geral e mulheres em particular são sensíveis ao género.	52 Programas divulgados semanalmente através da Rádio Comunidade.	Timor-Leste.	13 Programas.	13 Programas.	13 Programas.	13 Programas.
	Publicação do Relatório Anual.	O público em geral tem acesso à informação sobre o trabalho desenvolvido pela SEPI durante o ano transacto.	1 Relatório produzido.	Díli.		1 Relatório.		
	Produção do Relatório de cinco anos da existência da SEPI e evento de apresentação.	O público em geral está informado sobre as actividades que a SEPI desenvolveu durante os 5 anos de mandato.	1 Relatório produzido e 1 evento bem-sucedido a transmitir a mensagem da importância da instituição SEPI na advocacia da abordagem integrada de género em Timor-Leste.	Díli.	1 Relatório.	1 Evento realizado de apresentação do Relatório.		
	Disseminação e socialização de Observações finais do Comité da CEDAW e Início de recolha de dados e esboço do 2º e 3º Relatórios do Comité da CEDAW.	Informação sobre o progresso da implementação do CEDAW na comunidade.	A comunidade tem conhecimento dos direitos das mulheres a recolha de dados permite a elaboração dos relatórios periódicos da CEDAW.	Díli.	20%	40%	20%	20%
	Celebração do Dia Internacional da Mulher, do dia Nacional da Mulher, do dia Internacional da Mulher Rural e da Campanha dos 16 dias de Activismo contra a violência baseada no género.	Fortalecimento da advocacia e publicação dos progressos da SEPI e Mulheres de Timor-Leste durante o período do mandato do IV Governo Constitucional.	4 Celebrações elaboradas a nível Distrital e Nacional, acompanhadas com sessões educativas sobre o papel da mulher na sociedade Timorense e os malefícios derivados da discriminação baseada no género.	Díli.	25%			75%

4.2 Reforçar relações de cooperação entre TVTL, Rádio e Jornais para divulgação dos progressos realizados pela SEPI.	Desenvolvimento de relações de coordenação com os Media em Timor-Leste.	Os Media informam o público em geral sobre as mudanças da SEPI e contribuem para mudar as mentalidades sobre igualdade de género.	Os Media funcionam como instrumento eficaz na modificação de mentalidades do público em geral, contribuindo para a redução da desigualdade baseada no género.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Participação da Mulher na construção da Paz e Desenvolvimento.	Através das celebrações históricas de Timor-Leste, a mulher pode promover o seu papel participativo na construção da paz e desenvolvimento.	Envolvimento de representantes de mulheres dos 13 distritos na celebração do décimo aniversário da restauração de Independência de TL, a ser organizada pela SEPI, com o intuito de sensibilizar a população em geral para a importância da mulher no processo de desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.	Díli.		1 Evento.		
OBJECTIVO GERAL 5: **Promover o empoderamento económico das mulheres.**								
5.1 Assegurar a sustentabilidade económica dos negócios dos grupos de mulheres beneficiários de apoio financeiro (através do programa de transferências públicas) para a promoção do auto-emprego e redução da pobreza, conjuntamente com programas de capacitação e acompanhamento das actividades apoiadas.	Análise das propostas e atribuição dos fundos das transferências públicas a grupos de mulheres para a promoção de auto-emprego.	Um maior número de grupos de mulheres que beneficia dos apoios mantém uma actividade económica regular estável reduzindo o grau de dependência económica baseada no género.	Pelo menos 20 novos grupos e 10 grupos de mulheres com sucesso são beneficiários de apoio financeiro da SEPI.	Timor-Leste.	80%	20%		
	Em estreita colaboração com MED/IADE e SEFOPE providenciar formações aos grupos de mulheres beneficiários de apoio financeiro da SEPI.	60 Grupos recebem formações técnicas sobre as actividades que desenvolvem.	5 Formações em 5 actividades (tecelagem, produção animal, formação de formadores, *catering*, restauração).	Díli, Baucau, Ermera e Oecússi.		60%	20%	20%
	Monitorização e avaliação aos grupos beneficiários do fundo de transferências públicas (incluindo o grupo de culinária).	Avaliar o progresso dos grupos beneficiários do Fundo de Transferências Públicas.	Obtenção de dados relevantes para criação de indicadores que permitam auxiliar a tomada de decisão.	Timor-Leste.		50%		50%

Ministério da Defesa e Segurança

O Ministério da Defesa e Segurança, o qual é composto pela Secretaria de Estado da Defesa, F-FDTL, Secretaria de Estado da Segurança e PNTL, tem um Orçamento de 64,082 milhões de dólares para 2012.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Defesa e Segurança ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**53,773**	**52,173**	**64,082**	**66,646**	**69,312**	**72,084**	**74,968**
Recorrentes	**35,141**	**44,048**	**56,166**	**58,413**	**60,750**	**63,180**	**65,707**
Salários e Vencimentos	16,915	19,856	23,073	23,996	24,956	25,954	26,992
Bens e Serviços	18,225	23,867	31,113	32,358	33,652	34,998	36,398
Transferências Públicas	-	325	1,980	2,059	2,142	2,227	2,316
Capital	**18,632**	**8,125**	**7,916**	**8,233**	**8,562**	**8,904**	**9,261**
Capital Minor	6,703	6,181	4,298	4,470	4,649	4,835	5,028
Capital Desenvolvimento	11,929	1,944	3,618	3,763	3,913	4,070	4,233
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**25,818**	**33,495**	**1,732**	**927**	**-**	**-**
Recorrentes	-	25,818	33,484	1,732	927	-	-
Capital	-	-	11	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**53,773**	**77,991**	**97,577**	**68,378**	**70,239**	**72,084**	**74,968**
Recorrentes	35,141	69,866	89,650	60,145	61,677	63,180	65,707
Capital	18,632	8,125	7,927	8,233	8,562	8,904	9,261

Estes fundos vão ser alocados a cada instituição baseando-se nas necessidades em conformidade com as prioridades a implementar em 2012, tais como a seguir se enuncia:

Secretaria de Estado da Defesa

A Secretaria de Estado da Defesa tem um Orçamento de 2,163 milhões de dólares para 2012.

Papel

De acordo com a Lei Orgânica do IV Governo Constitucional, a Secretaria de Estado da Defesa tem uma competência delegada pelo Ministro da Defesa para gerir e supervisionar as actividades no sector da Defesa. A principal responsabilidade da Secretaria de Estado da Defesa consiste em desenvolver a Política Nacional de Defesa em linha com as directivas do Conselho de Ministros, de modo a proteger os interesses de Timor-Leste.

Prioridades

As prioridades da Secretaria de Estado da Defesa, contidas no Plano Anual de Acção para o ano fiscal de 2012 e que define actividades, resultados, alvos e indicadores, são as seguintes:

- Fortalecer a provisão de serviços na administração da Secretaria de Estado da Defesa, levando em conta o sistema integrado de segurança nacional, o comité de segurança interministerial e a gestão e administração do Centro de Crise, com directivas responsáveis e eficientes;
- Fortalecer a subordinação das F-FDTL à autoridade civil, de acordo com o Código de Conduta;
- Regular e desenvolver um sistema de apoio à legislação da defesa e o processo apropriado de tomada de decisões;
- Continuar a desenvolver a liderança nacional, com prioridade para o desenvolvimento de capacidade adicional e fortalecer o processo orçamental das F-FDTL;
- Continuar a melhorar os Recursos Humanos das F-FDTL através de disciplina estratégica, integrada, estrutural e técnica;
- Prestar formação para o desenvolvimento de recursos humanos com base no Plano Força 2020, como, por exemplo, programas e projectos de desenvolvimento referentes à mobilização e retenção de recursos, formação motivadora com compensação de emprego e estratégia de reconhecimento;
- Avaliar rapidamente o desempenho administrativo da Defesa Nacional das F-FDTL para controlar o progresso e os desenvolvimentos.

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento Institucional.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolvimento de infra-estruturas.	Jardinagem e cenário exterior (*land scope*).	Ter um Quartel Geral e Ministério da Defesa efectivo e funcional.	Novo QG – MoD concluído operacional.	SED, Díli.	25%	25%	25%	25%
	Instalação Eléctricas – alta tensão exterior.				25%	25%	25%	25%.
	Construção drenagem em torno do edifício do Ministério da Defesa e Quartel Geral das F-FDTL.				25%.	25%.	25%.	25%.
	Finalização da construção do muro em Fatuhada, MoD e QG FDTL.				25%.	25%.	25%.	25%.
Compra de equipamentos e materiais necessários às diversas actividades e/ou serviços.	Viaturas administrativas	Adquiridas as viaturas para maior eficácia dos serviços (viaturas conforme especificação). Conferir maior mobilidade aos serviços e à Secretaria de Estado da Defesa e Instituto de Defesa Nacional tendo em vista a manutenção dos níveis de prontidão.	Maior mobilização das Funcionários SED.	SED, Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Aquisição de Mobiliários. Aquisição de Equipamentos de Informática.	Adquiridos os equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das actividades. (conforme especificação).	Existência de equipamentos das NDI.	SED, Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
Melhorar o supervisionamento para apoiar o Estado, através do desenvolvimento da "conectividade institucional" para a Secretaria de Defesa	Projectos de regulamento e instruções ministeriais da Defesa Nacional do Direito.	Fortalecer a subordinação das F-FDTL ao poder civil e ao código de conduta. Fortalecer o desenvolvimento da	Reforçar a prestação de serviços e administração da Secretaria de Defesa com o Sistema Integrado de Segurança	SED, Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Projecto Modelo de Autoridade Marítima Nacional.							
	Projecto de Política de Defesa Nacional.							

com uma abordagem coerente da política, planeamento, desenvolvimento institucional e da capacidade.	Desenvolver Legislação e Política para a Segurança Marítima. Estudar e definir Grande/Importante Opções para Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional. Projecto de Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Projecto de Conceito Estratégico Militar. Reforçar a coordenação internacional para a diplomacia de defesa e cooperação na defesa. Conceber e gerir programas de assistência bilateral para a capacitação do pessoal civil. Projectar e desenvolver as F-FDTL e Treinamento Plano de Educação 2012-2015. Envolver-se Relações civis e militares e respectiva capacitação de exercícios com tropas estrangeiras no apoio das autoridades civis para prestar assistência humanitária.	legislação de defesa e sistemas de apoio e procedimentos para tomar decisões apropriadas. Continuar o desenvolvimento da liderança nacional e de propriedade através do desenvolvimento adicional da capacidade humana, reforçando o processo orçamental, contratação e gestão financeira.	Nacional, o Comité Interministerial sobre Segurança e do Centro Integrado de Gestão e Administração de Crises, com linhas eficazes de supervisão, governança e responsabilização.					
Desenvolver planos de defesa e estado de prontidão operacional com capacidade militar credível para alcançar os objectivos de defesa nacional e sustentar a confiança do povo e auto-estima das F-FDTL.	Implementação de Programas de Transformação da Defesa e Projectos de apoio à Força Plano de Desenvolvimento 2011-2015, em áreas prioritárias para a inteligência, comunicações, infra-estrutura, potencia de fogo, mobilidade, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos (M/H). Participar em Operações de Paz das Nações Unidas com parceiros de defesa. Institucionalização da disciplina regimental das F-FDTL e os sistemas de justiça. Compartilhar informações e	Aplicar Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (THRD) estratégicos baseados na Força 2020 dos Programas de Desenvolvimento e Projectos, com mobilização de recursos, retenção, treinamento, motivação de recompensa, e reconhecimento e estratégias de relações de empregado. Continuar a	Medir o desempenho de gestão de prontidão e facilidade da defesa nacional dos F-FDTL para controlar o progresso e impacto.	SED, Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.

	participação das F-FDTL em treinamento comum e operações com a PNTL nas áreas de Segurança Marítima, Sistema Integrado de Segurança Nacional e Gestão de Crises.	aperfeiçoar Gestão de Recursos Humanos da F-FDTL, através de uma integração de estratégias comportamentais, estruturais e técnicos.						
	Estabelecer banco de dados para a Defesa Transformação *Balanced Scorecard*.							
	Reforçar a capacidade funcional do Instituto de Defesa Nacional (NDI).							
Respeitar e honrar os Ex-Falintil.	Realizar a celebração nacional das Falintil no dia 20 de Agosto.	A cerimónia realizada com sucesso.	% Das Falintil participaram na cerimónia.	Díli e restantes distritos.		Inicio preparação para realização da cerimónia	A cerimónia realizada com sucesso.	
Criação do Instituto de Defesa Nacional.	Recrutar funcionários públicos (M/H) e assessores a fim de implementar as actividades do respectivo instituto.	Funcionários Públicos e assessores (M/H) recrutados.	10 Funcionários e 3 assessores (M/H) recrutados.	Díli – SED.	Preparação dos termos de referência e em concurso público.	Funcionários e assessores recrutados e assinados os contratos com SED.		
Informar o público sobre as actividades da SED.	Produzir e disseminar o Jornal da Defesa.	Jornal da Defesa produzido e disseminado junto ao público.	- Exemplares de Jornal da Defesa produzidos e Disseminados ao público. -% da comunidade que tem acesso a informação.	Díli – SED.	Levantamento de dados e recolha de informações.	Exemplares produzidos e disseminados ao público.	Levantamento de dados e recolha de informações.	Exemplares produzidos e disseminados ao público.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver o sistema de aprovisionamento SED e F-FDTL** (pela Direcção Nacional de Aprovisionamento SED e FDTL).								
Executar as normas relativamente aos procedimentos dos contractos de projectos de infra-estruturas e aquisição bens e serviços.	Desenvolver a sistema de Aprovisionamento descentralizado.	A implementação do plano de aprovisionamento em conformidade das regras estabelecidas.	Melhoramento da implementação do plano com eficaz e eficiente.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Organizar a implementação e execução dos projectos das F-FDTL e SED.			SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Avaliação da implementação dos projectos.			SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
OBJECTIVO GERAL: monitoriza das actividades SED e FDTL (pelo Gabinete Inspecção-geral da SED)								
Fiscalização e inspecção na SED e F-FDTL.	Fiscalização das actividades na Instituição SED e F-FDTL.	Minimizar os actos de má administração na SED e F-FDTL.	Melhorar os procedimentos da administração interna da SED e FDTL.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Monitorização dos projectos de desenvolvimento na Instituição das F-FDTL e	Garantir a boa qualidade e a boa gestão dos projectos	Melhorar os processos dos concursos públicos	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.

	SED.	na F-FDTL e SED.	e monitorização de projectos da SED e F-FDTL.					
	Fiscalização na execução de Orçamento atribuído à F-FDTL e SED.	Garantir que os gastos estejam de acordo com a lei do orçamento estabelecido.	Gerir o orçamento aprovado da SED e F-FDTL por forma a garantir a implementação das actividades.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
OBJECTIVO GERAL: **Formulação do orçamento SED e FDTL** (pela Direcção Nacional Administração e Finanças SED).								
Formulação do orçamento SED e F-FDTL.	Executar o orçamento anual atribuído à SED e F-FDTL.	A implementação de programas prioritários das F-FDTL e SED de acordo com as normas.	A implementação de programas prioritários das F-FDTL e SED são executados conforme as normas estabelecidas.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Desenvolver a gestão financeira adequada para as F-FDTL e SED.	Assegurar implementação execução orçamental FDTL e SED	Evitar o máximo possível casos de má administração e gestão financeira.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Preparar o relatório mensal, trimestral e anual.	O relatório mensal e trimestral da execução orçamental preparados atempadamente.	O resultado do relatório submetidos de acordo com os procedimentos existentes.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Elaborar o orçamento de 2013, em consulta com o QG das F-FDTL e SED.	Identificar os custos relacionados com as necessidades definidas para as F-FDTL e SED de acordo com os requisitos determinados.	Com o orçamento de 2013 adequado, permitirá às F-FDTL realizar as operações de manutenção da paz e formações de acordo com as exigências definidas pela SED.	SED.	25%.	25%	25%.	25%.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver um eficiente e eficaz sistema de gestão do património** (pela Direcção Nacional Património).								
Desenvolver o sistema de Gestão do Património SED e F-FDTL.	Inventariação e manutenção das viaturas e outros equipamentos das F-FDTL e SED.	Desenvolver o sistema de Património.	Melhorar o serviço de inventariação e manutenção das viaturas e outros equipamentos das F-FDTL e SED.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver um eficiente e eficaz sistema de Administração** (pela Direcção-geral).								
Desenvolver o sistema de Administração Geral na SED e F-	Desenvolver as capacidades dos funcionários (M/H) através de curso formal e	Assegurar as capacidades dos funcionários SED.	Melhorar as capacidades dos funcionários.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.

FDTL.	não-formal.							
	Capacitação linguística a 50 pessoas (M/H) em parceria com *Defence Cooperation Program (DCP)* e com o Instituto Camões.	Garantir a qualidade e boa gestão dos serviços na SED e F-FDTL.	Melhorar a capacidade do uso e domínio das línguas.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Desenvolver Gestão de serviços administração na SED e F-FDTL.	Criar uma boa gestão de serviços Administrativos SED e FDTL.	Melhorar serviços Administrativos					
	Recrutar novos funcionários (M/H) a fim de garantir os serviços administrativos.	Novos funcionários recrutados (M/H) e assinados os contratos com SED.	13 Funcionários (M/H) recrutados a fim de assegurar o funcionamento administrativo na respectiva direcção.	Díli –SED.	Preparação dos termos de referência e realização de concurso público.	Funcionários recrutados e desempenham as sua tarefas na SED.		
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver a política internacional da Defesa e capacitar os Recursos Humanos (M/H)** (pela Direcção Nacional PEPI)								
Assegurar as missões da Secretaria de Estado da Defesa (SED).	Colaborar e coordenar com as F-FDTL para efectuar treino de especialização no exterior ou no interior.	Pacote de formação que reflicta os padrões internacionais.	Elevar os conhecimentos dos funcionários e militares (M/H).	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Participação em todas as reuniões internacionais e/ou nacionais no âmbito da Defesa e Militar.	Participação nas reuniões regulares dos pontos focais de Secretariado Permanente nos Assuntos da Defesa (SPAD) em Lisboa.	Participar em actividades militares e/ou reuniões de alto nível da CPLP.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Efectuar vários cursos e treinamentos aos Militares e funcionários (M/H) da SED.	Elevar os conhecimentos dos funcionários e militares (M/H).	Nº. de funcionários (M/H) que concluem a formação com bom aproveitamento.	SED.	25%.	25%.	25%.	25%.

Força de Defesa de Timor Leste - FDTL

A Força de Defesa de Timor Leste (FDTL) tem um Orçamento de 26,580 milhões de dólares para 2012.

Papel

De acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, as Falintil – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) são responsáveis pela defesa militar da República Democrática de Timor-Leste.

As Forças Armadas são o garante da Independência Nacional e da soberania do Estado. Em virtude disto, a Secretaria de Estado da Defesa planeia criar e desenvolver as Forças de Defesa de Timor-Leste em linha com o Plano Nacional do IV Governo Constitucional de estabelecer uma Força profissional capaz de garantir segurança externa e de proteger todos os cidadãos de ameaças internas ou externas, com o objectivo máximo de defender a soberania de Timor-Leste segundo o artigo 46.º da Constituição da RDTL. A Política Nacional de Defesa define os seguintes objectivos para a Defesa Nacional:

- Garantir a protecção da soberania de Timor-Leste por via da preservação do território nacional.
- Contribuir para a paz, segurança e estabilidade a nível regional e internacional.
- Garantir uma força poderosa e profissional.
- Garantir a segurança dos cidadãos contra ameaças externas.
- Fortalecer a segurança externa.
- Fortalecer a segurança no mar.

Estas são as partes operacionais (tarefas) da Secretaria de Estado da Defesa para o desenvolvimento das Forças Armadas (F-FDTL) no ano fiscal de 2012. O programa prioritário no processo de implementação do ano fiscal de 2012 é o desenvolvimento das Forças Armadas (F-FDTL), abrangendo todos os seus componentes, tais como as Forças Terrestres (Infantaria), a Componente Naval e o Destacamento da Polícia Militar. É esperado que todos estes componentes conduzam as suas tarefas de forma profissional para o bem da Nação e do Povo de Timor-Leste.

Prioridades

O programa de investimento e a disciplina são partes importantes do Plano Estratégico das Falintil – Forças de Defesa de Timor-Leste, porém encontram-se ainda numa fase inicial, estrutural e operacional, precisando ser devidamente financiados pelo OGE no contexto das prioridades da Defesa Nacional. Deste modo, os programas propostos de acordo com os objectivos estratégicos da capacidade das F-FDTL, conforme identificados no Conceito de Envolvimento das F-FDTL, e que correspondem à configuração seguinte, são os desenvolvidos no plano para o ano fiscal de 2012:

- Provisão operacional para as forças armadas (despesas pessoais, operação e manutenção).
- Desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos.
- Desenvolvimento de recursos humanos.

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DAS FORÇAS ARMADAS (FALINTIL - FDTL)

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento das infra-estruturas e equipamentos das F-FDTL.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Assegurar a operacionalidade de todos os Serviços Militares da componente incluindo a melhoria das infra-estruturas.	Construção do edifício de Comando da Componente da Força Naval Ligeira (CFNL) das F-FDTL na Base Naval de HERA (BNH).	Ter um edifício de comando apropriado	Novo edifício de comando construído e pronto a ser utilizado.	Hera.	25%	25%	25%	25%
	Construção do Edifício de Comando da Componente e apoio aos serviços e da Componente incluindo promoção e treino.	Ter um edifício de comando apropriado.	Novo edifício de comando construído e pronto a ser utilizado.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
	Finalização da construção da Residência Naval com capacidade de alojamento para 320 militar na BNH.	Desenvolvidas as infra-estrutura de acordo o plano mestre asseguradas as melhores condições nos serviços	Iniciar a fase de construção de acordo com o plano mestre.	Hera.	25%	25%	25%	25%
	Re-apropriação de projectos em 2 postos de fronteira.	Desenvolvidas as infra-estruturas de acordo com o plano mestre e asseguradas as melhores condições nos serviços.	Iniciar a fase de construção de acordo com o plano mestre.	Posto TunuBibi e Posto Tilomar.	25% Início da construção.	50% Implementação do projecto.	75% Implementação do projecto.	100% Finalizado o projecto.
	Construção de alojamentos para 360 militares da Componente incluindo apoio aos serviços.	Ter acomodação para todos os militares da Componente.	Caserna integrada com casas de banhos e lavandaria construída e pronta a ser utilizada.	Metinaro e Baucau.	25%	25%	25%	25%
	Construção de depósitos de combustível (diesel, gasolina e lubrificantes).	Manter a autonomia dos combustíveis para fins operacionais.	Ter depósitos de 5 toneladas Diesel e 3 toneladas de Gasolina.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
	Perfuração de água potável para uso da Força.	Resolver o problema de limitação de água potável e manter uma reserva adequada de 40 toneladas.	Ter uma reserva adequada de 40 toneladas.	Metinaro e Baucau.	25%	25%	25%	25%
	Finalização da construção do Edifício da Policia Militar.	Desenvolvidas as infra-estruturas de acordo com o plano mestre e asseguradas as	Iniciar a fase de construção de acordo com o plano mestre.	Díli.	25%	25%	25%	25%

		melhores condições nos serviços.						
	Pista de obstáculo para treino de manutenção física.	Manter boa forma e nível físico dos militares.	Pista de obstáculo para treino físico.	Metinaro, Hera e Baucau.	25%	25%	25%	25%
Compra de equipamentos e materiais necessários às diversas actividades e/ou serviços.	Aquisição de Viaturas.	Adquiridas as viaturas e equipamentos para maior eficácia dos serviços (conforme a lista de especificação).	Maior mobilização das F-FDTL e maior rapidez actuação.		25%	25%	25%	25%
	Lanchas de Assalto Rápidas (LAR).				25%	25%	25%	25%
	Aquisição de mobiliários e equipamentos informáticos.				25%	25%	25%	25%
	Aquisição de sistemas de transmissões (TCF e TSF) Fax, VSAT, e outros meios de comunicações.	Aquisição conforme resultado da equipa de estudos.	Exigência de comunicações para ser determinada na actual CEMGFA (cuja revisão será completa em Outubro de 2011).		25%	25%	25%	25%
	Aquisição de novas armas para a Força.	Possuir armamento suficiente da força (conforme a lista de especificação).	Militares com novas armas.		25%	25%	25%	25%
	Aquisição e instalação de sistemas e tecnologias de informação (*hardware* e *software*) que suportem as actividades administrativas e operacionais.	Dotar as unidades com computadores, periféricos e o *software* necessário à execução eficiente das actividades administrativas e operacionais, com especial relevância para o CSOC e o COMAR, de acordo com os estudos em curso, no âmbito do PDF 2011-2015.	Escritórios devidamente equipados com sistemas IT.		25%	25%	25%	25%
	Equipamentos médicos.	Manter a clínica das F-FDTL com serviço prestado (conforme a lista de especificação).	Completar a clínica com serviço especializado.		25%	25%	25%	25%
	Outros equipamentos necessários.	Apoiar o desenvolvimento das actividades. (conforme a lista de especificação).	Providenciar às Forças os meios necessários para o bom desempeno das suas funções com eficiência e eficácia.		25%	25%	25%	25%

OBJECTIVO GERAL: **Prontidão operacional das F-FDTL.**								
Assegurar a Missões operacionais das F-FDTL.	Exercício Conjunto (nível Nacional).	Conduzir operações no âmbito de comando das operações conjuntas com PNTL e outros parceiros internacionais (150 Militares).	Conduzir missões operacionais para manter boas relações com as populações.	Timor-Leste.	25%	25%	25%	25%
	Exercícios Conjuntos e Combinados (nível Internacional)	Conduzir operações no âmbito de força conjuntas e combinadas (100 Militares).	Conduzir missões operacionais para manter boas relações com forças internacionais.	Estrangeiro e Nacional.	25%	25%	25%	25%
	Conduzir operações navais ao longo da zona marítima norte e sul.	Elevar o nível da prontidão da força e manter os meios navais operacionais e efectivos (150 pessoas).	Redução do número de pescas ilegais.	Timor-Leste.	25%	25%	25%	25%
	Efectuar operações CIMIC.	Manter eficácia da força na construção e desenvolvimento Nação.	Ter uma companhia de engenharia operacional.	Timor-Leste.	25%	25%	25%	25%
	Assegurar todas as necessidades operacionais das Forças Armadas.	Desenvolver os meios e condições militares adequados ao bom desempenho dos serviços e funções. (conforme necessidades básicas e de rotina das Forças Armadas).	Assegurada a motivação e a operacionalidade nos serviços para maior eficácia e efectividade.	Quartel Geral e SED.	25%	25%	25%	25%
	Participação nas reuniões internacionais no âmbito da Defesa e Militar.	Participação nas reuniões regulares dos pontos focais de Secretariado Permanente nos Assuntos da Defesa.	Participar em actividades militares e/ou reuniões de alto nível da CPLP. (CEMGFA).	Quartel Geral.	25%	25%	25%	25%
Disseminar as actividades das F-FDTL.	Produzir boletim das F-FDTL em cada seis meses.	3000 Boletins produzidos e disseminados junto do Público.	% Da comunidade que tem acesso a informação.	Díli.	Recolher as informações e levantamentos dos dados.	1500 Boletins produzidos e disseminados.	Recolher as informações e levantamentos dos dados.	1500 Boletins produzidos e disseminados.

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H).**								
Desenvolver os recursos Humanos (M/H) das F-FDTL.	Formação profissional (geral, técnica e complementar).	Efectuar curso de promoção de oficiais para elevar o nível de formação militar.	20 Oficiais superiores (M/H) de carreira formados.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso de promoção de oficiais superiores para elevar o nível de formação militar.	10 Oficiais (M/H) superiores de carreira formados.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso de promoção de capitães (conduzir a formação militar de novos recrutas).	34 Militares (M/H) formados.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso de formação de sargentos para elevar o nível de formação do militar.	20 Sargentos de carreira formados (M/H).	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso de formação de sargentos-ajudantes para elevar o nível de formação do militar.	10 Sargentos-ajudantes de carreira formados (M/H).	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso de formação de cabos para elevar o nível de formação do militar.	60 Cabos de especialidades formados (M/H).	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
	Realizar a promoção dos 425 membros das F-FDTL.	Efectuar a promoção dos Membros para elevar o nível de formação do militar (desde Cabo até Major).	425 Membros das F-FDTL promovidos (M/H).	Díli.	50% Preparação dos documentos para realizar a promoção.	Promoção realizada e 425 membros das F-FDTL promovidos.		
	Efectuar vários cursos para melhorar a proficiência dos militares e a capacidade operacional das F-FDTL, tendo em vista o desempenho dos cargos e os Padrões de Prontidão Operacional.	Assegurar Curso de Liderança para Oficiais (M/H).	4 Oficiais (EM e Componentes) com Certificação.	Estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar curso elementar de Operações de Apoio a Paz para elevar e adaptar militares	25 Militares formados (M/H).	Metinaro	25%	25%	25%	25%

		novas missões ambiente multinacional.						
		Assegurar a Formação de Instrutores de Operações de Apoio à Paz.	2 Oficiais Superiores Formados com certificação Internacional (ONU).	Centro de Instrução no Estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
		Garantir formação e treino (individual e colectivo) na área das Operações de Apoio à Paz.	2 Oficiais e 2 Sargentos com certificação Internacional (ONU) - 01 Secção/01 Pelotão.	Centro de Instrução no Estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
		Assegurar Curso de CIMIC ao nível operacional e táctico.	2 Oficiais e 2 Sargentos com certificação Internacional.	Centro de Instrução no Estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
		Efectuar Curso de "*Boarding*" para o Destacamento de Fuzileiros da CFNL (45 dias).	21 Militares (02 OF, 04 Sargentos e 16 Praças), conforme Relatório da Equipa da Marinha âmbito CTM/Projecto nº3 (Apoio CFNL).	Corpo de Fuzileiros de Portugal.	25%	25%	25%	25%
		Curso de Mecânico de Motores Fora de Borda para militares que operam os Botes e Lanchas Assalto Rápidas LAR (30 dias).	9 Militares (01 Sargento e 08 Praças) com Certificação.	Corpo de Fuzileiros de Portugal.	25%	25%	25%	25%
		Curso de Condução de Lanchas Assalto Rápidas LAR (30 dias).	4 Militares (2 Sargentos e 4 Praças) com Certificação.	Corpo de Fuzileiros de Portugal.	25%	25%	25%	25%
		Curso Básico de condução e manutenção de viaturas militares (5 dias).	20 Militares com certificação.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Curso de Conservação e Manutenção de Armamento (5 dias).	25 Militares.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Curso na área da Logística (balanço da unidade,	20 Militares.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%

		3 dias).						
		Curso Básico de Gestão e Administração (5 dias).	15 Militares.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
		Militares da CFT, CFNL, CAS frequentam Cursos, de acordo com as acções de Formação dos Programas de Cooperação Bilateral (AUST e PRT). Estas Acções são integradas no Plano de Formação das F-FDTL.	Efectuar cursos (elementar e complementar) de capacitação para elevar o nível de formação do militar.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
Educação Formal e Não Formal.	Membros das F-FDTL participam na formação de gestão pessoal, gestão financeira, gestão de equipamentos e material.	200 Membros da F-FDTL formados em gestão financeira, gestão de equipamentos e material.	Numero dos membros da F-FDTL formados e capacitados.	Estrangeiros	25%	25%	25%	25%
	Curso na área de SI/TIC durante 5 dias.	20 Membros da F-FDTL formados e capacitados.	Numero dos membros da F-FDTL formados e capacitados.	Metinaro	25%	25%	25%	25%
	Realizar o curso de Direito Humanos ou Género durante 5 dias.	30 Membros da F-FDTL participam na formação.	30 Membros das F-FDTL formados e capacitados.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Realizar o curso de Direito Internacional Humanitário.	30 Membros da F-FDTL participam na formação.	30 Membros das F-FDTL formados e capacitados.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Realizar o curso de contabilidade financeira durante 5 dias	25 Membros das Forças Armadas participam na formação.	25 Membros das F-FDTL formados e capacitados.	Metinaro.	25%	25%	25%	25%
Desenvolvimento das capacidades profissionais dos membros das F-FDTL.	Realizar a Formação profissional e Treino Operacional (nacional e/ou estrangeiro), de acordo com o Plano de Formação e Treino das F-FDTL	Membros das forças Armadas formados	Números das forças armadas formadas.	Nacional e estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
	Efectuar treino de especialização no exterior.	Elevar o nível profissionalismo da CFNL.	Efectivar os compromissos de acordos bilaterais para a promoção.	Nacional e estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
	Curso de Formação para especialidades da CFNL das	Criar e Desenvolver um sistema de	Ter a estrutura da ETNAV	Nacional e estrangeiro.	25%	25%	25%	25%

	F-FDTL.	ensino no âmbito da Escola Técnica Naval (ETNAV), tendo em vista a formação profissional dos sargentos e praças da CFNL, assegurando a certificação de qualificação adequada ao desempenho das funções próprias, sem prejuízo das competências especificas da CFET de supervisão de toda a formação das F-FDTL.	estabelecida para ministrar cursos nas áreas de: Operações, Armas e Electrónica, Propulsão e Energia, Administração e Logística, Comunicações e Sistemas de Informação, Limitação de Avarias, Socorros a Náufragos e Formação Geral.					

Secretário de Estado da Segurança

A Secretária de Estado da Segurança tem um Orçamento de 6,459 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Secretaria de Estado de Segurança, abreviadamente designada por SES, tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da Segurança Nacional, nomeadamente a segurança pública, a investigação criminal e a migração.

No âmbito da missão do MDS, e de acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei Nº. 31/2008 de 13 Agosto, referente à orgânica do MDS, a SES prossegue as seguintes atribuições:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Exercer a tutela sobre as forças polícias de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios policiais;
- Exercer a tutela sobre os serviços de migração;
- Fiscalizar a navegação marítima e aérea com fins civis;
- Velar pela segurança das pessoas e bens em caso de incêndios, inundações, desabamentos, terramotos e em todas as situações que as ponham em risco;
- Desenvolver programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros provocados pela acção humana, cimentando a solidariedade social;
- Estabelecer um mecanismo de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas por lei ou delegação de poderes.

Prioridades

- Meios de apoio (transportes, comunicação, equipamentos de segurança incluindo equipamentos diversos).
- Recursos Humanos e capacitação,
- Infra-estruturas (equipamentos electrónicos e mobiliários).

Meios de apoio:

- Para dar resposta atempada em caso de emergência e bom atendimento ao público;
- Reforçar a segurança nas áreas fronteiriças (Migração, UPF, Unidade Marítima e Interpol);
- Controlar e minimizar o tráfico humano;
- Minimizar crimes e violência contra a mulher;
- Área de Investigação Criminal;
- Protecção Civil e segurança Civil;
- Transportes para esquadras da PNTL, Bombeiros, e Migração;

Recursos Humanos e Capacitação:

Recursos Humanos

- Necessidade de novos recrutamentos para Protecção Civil e Bombeiros Grupo Intervenção;
- Necessidade de novos recrutamentos de funcionários para Serviços de Migração visto que esta é uma Direcção Civil e actualmente os serviços de atendimento são feitos por membros da PNTL já existentes.
- Novos recrutamentos de mediadores Nacionais e ponto vocal para DNPC.

Capacitação

- Necessidades de capacitação específica na área de segurança Interna (ex. Investigação, Inteligência, Migração, Segurança aos edifícios públicos, prevenção de conflitos, protecção civil e bombeiros);
- Formação contínua.
- Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Infra-estruturas

Em resposta ao plano estratégico 2011-2015 da SES que prevê a criação de condições mínimas para a Policia, Migração, DNSEP, incluindo os Bombeiros (Edifícios de serviço, quartéis, esquadras, casernas/bairros, postos de comunidades ou fronteiras).

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA								
PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA								
OBJECTIVO GERAL**: Assegurar a qualidade dos serviços e desenvolvimento do capital humano do Gabinete da Directora-Geral** (GDG).								
Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Reforçar os serviços administrativos da SES.	Assegurar as orientações gerais definidas no programa do Governo e da SES.	Realização dos serviços da SES com sucesso.	Boa prestação de serviços no atendimento.	Todo o território.	25%	25%	25%	25%
	Coordenação entre as Direcções tuteladas pela SES.	Ter boa coordenação diária e assegurar a realização dos serviços com sucesso.	Bom desempenho.		25%	25%	25%	25%
	Coordenação externa com os parceiros de desenvolvimento.	Para garantir a qualidade e continuidade do apoio.	Estreitar relações de cooperação.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Coordenação e harmonização do PAA e planos plurianuais da SES.	Ter um plano lógico.	Minimizar desperdícios.		25%	25%	25%	25%
Desenvolvimento institucional.	Criação do Gabinete de Apoio Jurídico.	Dar pareceres jurídicos ao SES e às instituições sob tutela.	Implementação e cumprimento das Leis e regulamentos em vigor.		50%	50%		
	Desenvolvimento do Gabinete da Media e Relações Públicas.	Fazer cobertura as actividades nas instituições da SES.	Divulgação de informações ao público.		50%	50%		
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a melhoria dos serviços do Gabinete de Inspecção e Auditoria** (GIA).								
Melhorar os serviços administrativos do GIA.	Concluir uma Diploma Ministerial aos serviços do GIA.	Ter GIA uma diploma Ministerial apropriado.	Aumento da eficácia e eficiência dos serviços administrativos e de controlo.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Assegurar o funcionamento da estrutura do GIA assente na Lei Orgânica n. 31/2008, Artigo 38.	Recrutamento de novos funcionários e Promoção do nível do funcionário.	Funcionários (M/H) recrutados e promovidos.	Funcionários (M/H) recrutados e promovidos.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Capacitação dos Funcionários (M/H) do GIA.	Formação aos funcionários (M/H do GIA na área da Inspecção e Auditoria, e legislação da função pública.	Ter conhecimento sobre auditoria e inspecção e legislação da função pública	Os serviços do GIA decorrem de acordo com o Diploma Ministerial aprovado, dando mostrar de maior eficiência dos serviços.	Inspecção-geral do estado.	25%	25%	25%	25%
Melhorar os serviços de controlo interno.	Inspecções de rotina e inspecções de trabalho.	Serviços de fiscalização, auditoria e disciplina baseando ao despacho do SES.	Assegurar o controlo interno no SES.	Todas Direcções tutelada no SES.	25%	25%	25%	25%

OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a qualidade do desenvolvimento institucional e humano da Direcção Nacional de Administração** (DNA).								
Reforçar os serviços da DNA.	Implementação na nova estrutura da DNA.	Melhoria no atendimento.	Bom desempenho e prestação de serviço.	Díli.		50%	50%	
	Assegurar a implementação das Normas e Procedimentos da DNA.	Tarefas distribuídas e o cumprimento dos mesmos	Garantir o bom funcionamento do serviço.			25%	25%	50%
Desenvolvimento do Capital Humano (M/H).	Formação nas áreas de: Liderança, Gestão Administrativa e Financeira Arquivo, Limpeza e Disseminação da Legislação da Função Pública.	Aumento do conhecimento e desempenho dos funcionários (M/H.	Minimizar as irregularidades disciplinares.			25%	25%	50%
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a qualidade de prestação dos serviços da Direcção Nacional de Finanças** (DNF).								
Preencher a Estrutura da DNF, Segundo o Decreto-lei no 31/2008, artigo 37 Lei orgânica MoDS.	Nomeação de três (3) chefes de secção (M/H).	Três chefes de secção (M/H) nomeados.	Estrutura será preenchida com funcionários já existente na DNF-SES.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Aquisição de equipamentos e matérias que a Direcção necessita.	Instalação de telefone fixo.	Para poder facilitar os serviços da administração.	Facilitar e melhorar os serviços da administração.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Fardamento dos Funcionários.	Aquisição de Uniformes.	Os Funcionários têm uniformes.	Motivar, melhorar o ambiente dos serviços.	Díli.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL**: Assegurar a qualidade do Desenvolvimento Institucional e Humano da Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários** (DNPCC).								
Recursos Humanos (M/H).	Promoção dos funcionários (M/H).	Funcionários promovidos (M/H).	Exercer as funções de serviço com eficiência e eficácia.	Díli.		50%	50%	
Desenvolvimento do Capital Humano.	Formação de formadores em *Peace Building.*	2 Homens e 2 mulheres têm conhecimento sobre criação de paz e amizade na comunidade e prevenir conflitos.	Minimizar distúrbios e instabilidade.	Japão.			50%	50%
	Formação na área de Prevenção de Conflitos.	2 Homens e 2 mulheres têm conhecimento na área de Prevenção de Conflitos.	Minimizar conflitos.	Japão.		50%	50%	
	Formação para Mediadores.	7 Homens e 6 mulheres têm conhecimento na área de mediação.	Minimizar conflitos.	Díli.		50%	50%	
	Seminários sobre ”*Peace Building”.*	20 Homens e 20 mulheres em cada distrito têm conhecimento sobre criação da paz e amizade nas aldeias e sucos.	Cultivar a tolerância na comunidade.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%

	Seminários sobre "Os valores da Vida".	Elevar o conhecimento sobre os valores da vida juntos dos jovens (M/H).	Valorizar a vida humana.	Díli.		50%		50%
	Disseminação sobre a implementação da Lei Contra Violência Doméstica e da CEDAW.	As populações de 4 regiões têm conhecimento sobre a implementação da Lei Contra Violência Doméstica e da CEDAW.	Todas populações conhecem e implementam a Lei Contra a Violência Doméstica e CEDAW nas suas vidas diárias com toda a responsabilidade.	4 Regiões.	25%	25%	25%	25%
Identificação dos conflitos.	Identificação das causas dos conflitos e respectiva análise e reporte.	Causas analisadas e respectiva mediação e solução.	Minimizar conflitos.	Todo o território.		50%	50%	
Monitorização do serviço.	Monitorização aos pontos focais nos 13 Distritos.	Averiguar a qualidade do serviço no terreno.	Dar suporte e motivação.	Todo o território.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL**: Assegurar a qualidade do desenvolvimento institucional e humano da Direcção Nacional de Aprovisionamento** (DNAP).								
Assegurar os processos.	Concurso público, Avaliação de documentos, Contratos, Monitorização e avaliação dos projectos físicos, Processos de pagamentos e Entrega de projectos.	Processos dos projectos submetidos com qualificação. Pagamentos realizados e cumprimento do horário acordado.	Boa qualidade dos processos.	Díli e distritos.	25%	25%	50%	
Recursos Humanos (M/H).	Nomeação dos Chefes de Secção (M/H).	Estrutura preenchida.	Eficiência dos serviços.	Díli.		100 %		
	Recrutamento (M/H).	Estrutura preenchida.				50%	50%	
Desenvolvimento do Capital Humano (M/H).	Formação contínua na área de aprovisionamento.	Aumento dos conhecimentos.	Bom desempenho.			25%	25%	50%
Facilidades de apoio.	Adquiridos meios de transporte.	Facilitar os serviços a nível nacional e monitorização no terreno.	Garantir a melhoria de serviço	Díli e distritos.		50%	50%	
	Adquiridos equipamentos electrónicos e de informática	Facilitar os serviços a nível nacional.				50%	50%	
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a qualidade do Desenvolvimento Institucional e Humano da Direcção Nacional de Protecção Civil** (DNPC).								
Preencher e reforçar as Estruturas da DNPC (Lei no. 31/2008 artigo 42 – Lei Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança).	Ajustamento do Estatuto Orgânico da DNPC.	Ter um estatuto próprio.	Servir de base para o desempenho das funções.	Díli.	50%	50%		
	Continuação da elaboração de normas técnicas sobre a prevenção e combate a incêndios, inundações, desabamentos terramotos e outros tipos de desastres.	Ter normas técnicas elaboradas.	Servir de orientação para as intervenções nos terrenos.		50%	50%		

	Elaboração dos Planos de Emergência para os diferentes tipos de desastres.	Ter Planos de Emergência elaborados.	Servir de orientação para as intervenções no terreno.		50%	50%		
	Continuação da elaboração e ajustamentos de Regulamentos internos, Normas e Procedimentos Operacionais para os Bombeiros.	Regulamentos, Normas e Procedimentos Operacionais elaborados.	Para operacionalidade e bom funcionamento do Serviço Nacional de Bombeiros.	Díli e distritos.	25%	25%	25%	25%
	Continuação do recrutamento de 36 funcionários para DNPC (M-10, H-26) e 34 novos Bombeiros para CB Viqueque 22 pessoas (M-4, H-18) e 12 pessoas para reforçar CB Baucau (M-6, H-6) e 28 pessoas grupo de bombeiros de primeira intervenção (M-6, H-22 e 5 pessoas substituição (M-3, H-2).	Ter os 33 funcionários da DNPC recrutados e 34 novos Bombeiros seleccionados para frequentarem uma formação base 3 meses no CFNBPC.	Preencher as estruturas da DNPC e do serviço Nacional de Bombeiros.		25%	50%	75%	100%
	Melhoria e ajustamento de níveis dos funcionários Públicos (M/H).	Melhoramento e ajustamento de níveis efectuados.	Para eficiência e eficácia dos serviços.		25%	50%	75%	100%
Desenvolvimento do Capital Humano.	Formação para 34 novos Bombeiros 22 para CB Viqueque e (M-4, H-18) e 12 pessoas para reforçar CB Baucau (M-6, H-6).	Ter 34 novos Bombeiros (M/H) formados nesta área de actuação.	Assegurar a prestação de serviços à comunidade área de Bombeiros.	Díli.	25%	50%	100%	
	Formação na área de Informática.	Ter funcionários (M/H) formados nesta área.	Para bom assegurar o bom funcionamento da Instituição.	Díli.		50%	50%	
	Formação formal a médio e longo prazo.	Ter recursos qualificados para o desempenho das funções.	Melhorar o atendimento ao público.	Díli.		100%		
	Formação e conhecimento em línguas Portuguesa e Inglesa.	Ter conhecimento em línguas Portuguesa e Inglesa.	Para melhor comunicação no desempenho das suas funções.	Díli.		100%		
	Curso de reconversão para 12 funcionários da DNPC e Bombeiros (M/H).	Curso de reconversão para 12 funcionários da DNPC e Bombeiros.	Melhorar o desempenho das suas funções conforme estipulado pela função pública.	Díli.		100%		
Coordenação, Supervisão e deslocações de serviço.	Coordenação dos trabalhos a nível Distrital Subdistrito e dos Sucos.	Ter os trabalhos coordenados.	Bom funcionamento dos trabalhos.	Regionais, Distritos e Subdistritos.	25%	50%	75%	100%
	Supervisão e Inspecção dos trabalhos.	Trabalhos da DNPC e Bombeiros supervisionados e	Assegurar a qualidade de serviços prestados ao público.	Regionais, Distritos e Subdistritos.	25%	50%	75%	100%

		inspeccionados.						
	Deslocações em missão de serviço de Díli para os Distritos e sub-distritos e dos Distritos para Díli.	Deslocações em missão de serviço efectuadas de Díli para Distritos e subdistritos para Díli.	Assegurar a realização dos serviços de Díli da DNPC e Bombeiros.	Díli, Distritos e subdistritos.	25%	50%	75%	100%
	Viagens ao Estrangeiro	Deslocação de 3 pessoas a Cabo Verde para participar na Assembleia-Geral da UBPLP.	Estreitar relações de cooperação entre países da CPLP.	Díli e Cabo Verde.				100%
Desenvolvimento Institucional incluindo a aquisição de Bens e Serviços.	Pagamento de encargos de instalação e comunicação para Chefias.	Encargos de instalação e comunicação para Chefias pagos.	Para assegurar o funcionamento dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Aquisição de combustíveis para veículos da DNPC e Bombeiros.	Combustíveis adquiridos.	Para facilitar as deslocações em serviço.	Díli, Distritos e subdistritos.	25%	50%	75%	100%
	Manutenção de veículos da DNPC e Bombeiros.	Manutenção de veículos efectuados.	Para garantir a operacionalidade de veículos.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Aquisição de material de escritório para a DNPC e Bombeiros.	Material de escritório adquiridos.	Para o bom funcionamento dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Aquisição de material e fornecimentos operacionais.	Material adquirido e Fornecimentos efectuados.	Para garantir a eficiência dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Aquisição de combustíveis para geradores.	Combustíveis para geradores adquiridos.	Para garantir a energia eléctrica nas instalações da DNPC e Bombeiros	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Serviços Operacionais.	Serviços operacionais efectuados.	Para garantir o bom funcionamento dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
	Manutenção dos Edifícios do Quartel do CB Oecússi e Edifício Central da DNPC Díli (2ª fase).	Edifícios reabilitados.	Para o bom funcionamento dos serviços.	Oecússi e Díli.	25%	50%	75%	100%
	Manutenção de tanque e melhoramento de perfuração de água, para CB Díli.	Construção de tanque e perfuração de água efectuados.	Para assegurar o abastecimento de água ao Quartel.	Díli.	25%	50%	75%	100%
	Manutenção de Equipamentos.	Equipamentos reparados.	Para eficiência dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
Aquisição de meios de transporte.	Aquisição de 1 Viatura Médio (ATM) para Bombeiros.	Veículos para Bombeiros adquiridos.	Para apoiar os trabalhos dos Bombeiros.	CB Suai.	25%	50%	100%	
	Aquisição de 1 Viatura PSL para Bombeiros.	Viatura para Bombeiros adquiridos.	Para apoiar os trabalhos dos Bombeiros.	CB Suai.	25%	50%	100%	

	Aquisição de 2 Viaturas Ligeiras (Auto Comando).	Veículos para Bombeiros adquiridos.	Para apoiar os trabalhos dos Bombeiros	CB Suai e Centro Operacional da DNPC.	25%	50%	100%	
	Aquisição de 1 Motorizada para os Bombeiros de Suai.	Motorizadas adquiridas.	Para facilitar o funcionamento dos serviços de Bombeiros.	CB Suai.	25%	50%	100%	
	Aquisição de Equipamentos Informáticos e outros diversos.	Equipamentos Informáticos adquiridos.	Para facilitar o funcionamento dos serviços	Díli e Distritos.	25%	50%	100%	
	Aquisição de mobiliário.	Mobiliários adquiridos.	Para apoiar o funcionamento dos serviços.	Díli e Distritos.	25%	50%	100%	
	Aquisição de 1 Gerador (médio).	Gerador adquirido.	Para assegurar a energia eléctrica no CB Suai	CB Suai.		50%	100%	
Construção de infra-estruturas.	Construção do Quartel de Bombeiros Manufahi/Same.	Edifício para Quartel construído.	Para funcionamento do CB de Manufahi/Same.	Same Vila.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a qualidade do Desenvolvimento Institucional da Direcção Nacional de Segurança de Estado e Património** (DNSEP).								
Elaboração de Estatuto, Normas e procedimentos.	Ter Estatuto próprio.	Servir de base para o bom desempenho das funções.	Bom funcionamento dos serviços.	Todo o território.	50%	50%		
Coordenação, Supervisão e Inspecção.	Deslocação em missão de serviços.	Ter os trabalhos coordenados.	Bom funcionamento e prestação de serviço.		25%	25%	25%	25%
	Deslocação de Supervisão e inspecção.	Serviços supervisionados e inspeccionados.	Assegurar a qualidade e o cumprimento.		25%	25%	25%	25%
Desenvolvimento de infra-estruturas.	Construção edifícios nos distritos.	Ter edifício e espaço próprio para serviço.	Bom funcionamento e ambiente.	Viqueque, Covalima, Manufahi e Manatuto.		25%	25%	50%
	Construção de dormitório para guardas do sexo feminino.	Ter dormitório próprio.	Assegurar o bem-estar das guardas.	Díli.		25%	25%	50%
OBJECTIVO GERAL**: Assegurar a qualidade do Desenvolvimento Institucional dos Serviços de Migração** (SM).								
Reforçar os Serviços Administrativos e Operacionais.	Recrutamento de Funcionários (M/H) administrativos para A Carreira de Migração.	Funcionários recrutados para preenchimento de vagas para a Policia civil durante a transição.	Cumprimento da Orgânica nº. 31/2008.	Todo o território.		50%	50%	
	Destacamento de Adidos de Migração no exterior.	Controlo migratório de entrada ao pais e estreitar relações de serviço.	Minimizar crime e instabilidade no país.	Jacarta, Singapura e Austrália.		50%	50%	
Desenvolvimento do Capital Humano.	Formação Específica: Disseminação do Estatuto Pessoal do Serviço Migração.	Conhecimento na área e prestação de atendimento ao público.	Bom desempenho das funções.	Díli.		25%	25%	50%

	Disseminação sobre a Lei de Imigração e Asilo - LIA (revisão).		Bom atendimento e prestação de serviços.	Díli.		25%	25%	50%
	Curso básico sobre o SGF (Sistema de Gestão de Fronteiras).	Conhecimento na área de SGF.		Todo o território (postos de atendimento migratório).		50%	50%	
	Curso de Instrutores de Migração (M/H).	Ter Instrutores (M/H). de Migração formados na área.		Díli.		100 %		
	Curso de actualização sobre Manuel Operativo e de Treinamento (Intermédio).	Formadores (M/H) na área de actuação.		Díli.		25%	25%	50%
	Formação sobre Liderança e Gestão para Cargos de Direcção e Chefia (M/H).	Aumento de conhecimento nas áreas.		Díli.		100%		
	Trafico Humano e Contrabando.		Minimizar falsificações de documentos.	Tailândia.		25%	25%	50%
	Detecção de Fraude Documental.		Minimizar falsificação de documentos.	Austrália.		25%	25%	50%
	Curso de TOT área Migração.	Ter Instrutores (M/H). próprios.	Bom desempenho das funções.	Díli.		25%	25%	50%
	IT área Migração.			Indonésia		50 %	50 %	
	Formação Normal: Seminários sobre a Lei de Imigração e Asilo (LIA).	Introdução aos universitários e Sociedade Civil.	Assegurar o conhecimento da LIA.	Díli.		25%	25%	50%
	Seminário no âmbito do Processo de Bali.	Conhecimento de novas decisões e recomendações.	Intercâmbio de informações.	Indonésia		50 %		50%
	Reconversão Profissional dos agentes de Migração (M/H).	Obter conhecimento adequado com o grau/nível.	Para melhor desempenho das suas funções.	Díli.		25%	25%	50%
	Estágio Básico aos novos funcionários (M/H) na Carreira de Migração.	Obter conhecimento adequado na área de actuação.				25%	25%	50%
Coordenação, Supervisão Inspecção e deslocação de serviço Facilidades de apoio.	Deslocação de Coordenação, Supervisão.	Bom andamento de serviço.	Assegurar a boa prestação de serviço ao público.	Todo o território (Postos de serviço).	25 %	25%	25%	25%
	Inspecção de serviço.	Controlo do movimento migratório.	Minimizar a irregularidade do uso de vistos.	Todo o território.	25 %	25%	25%	25%
	Equipamentos informáticos, de escritório, equipamentos operacionais, comunicação e outros diversos de apoio incluindo viaturas, geradores e uniformes.	Para apoio dos serviços administrativos e operacionais.	Facilitar os serviços do dia-a-dia.	Todo o território.		50%	50%	

Desenvolvimento das Infra-estruturas.	Construção de novos postos de atendimento.	Assegurar o bom atendimento na entrada e saída do país.	Bom ambiente e boa prestação de serviços.	Oecússi		25%	25%	50%
	Construção de casernas.	Assegurar a boa acomodação aos agentes de migração.				50%	50%	
	Reabilitação do Centro de Pesquisas e Planeamento Migratório (CPPM).	Posse de sala apropriada.		Díli.		50%	50%	
	Expansão da Sala do SGF,	Assegurar o bom atendimento,				50%	50%	

Policia Nacional de Timor Leste - PNTL

A Policia Nacional de Timor Leste tem um Orçamento de 19,934 milhões de dólares para 2012.

Papel

Assegurar o desenvolvimento de capital humano e a melhoria de prestação de serviços para manter a confiança pública. A garantia da Segurança Pública através de novas medidas concretas no âmbito do controlo dos actos violentos e crimes que causam sofrimento físico e morte, gestão das delimitações fronteiriças, criação de mecanismos de coordenação e cooperação entre segurança civil e militar, prevenção de conflitos e o desenvolvimento das capacidades organizacionais e institucionais.

Prioridades

- Continuação da política de reforma da Instituição da Polícia Nacional de Timor-Leste.
- Desenvolvimento da Gestão e Controlo nas áreas das delimitações fronteiriças.
- Desenvolvimento do programa de pós-conflitos na Comunidade em Sociedade.
- Desenvolvimento do Capital Humano da Unidade Especial Integrada.

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e reforçar a Instituição da PNTL para assegurara legalidade Democrática e garantir segurança interna a todos os cidadãos (M/H) conforme o artigo 1 do Decreto-lei Nº. 18/2009 e artigo 147,1 da Constituição da RDTL.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolver a Ordem Pública.	Manter os serviços de rotina operacionais.	A comunidade sente-se em segurança para livremente fazer as suas actividades.	Para assegurar a confiança da comunidade.	13 Distritos.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Identificar os lugares de risco e os tipos de crimes.	Lugares em risco e os tipos de crimes identificados.	- Números dos lugares em risco identificados. - Número dos tipos de crimes identificados.	13 Distritos.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Assegurar a segurança interna durante o processo de realização de Eleição presidencial e Parlamentar incluindo as celebrações dos eventos importantes.	Segurança interna durante o processo das eleições e celebração os eventos importantes assegurada.	A participação máxima da comunidade nas Eleições e celebrações eventos importantes.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
Desenvolver a Legislação.	Estabelecer uma equipa de serviços para preparar o esboço do regulamento interno aos comandos operação nacional e UEP.	O Esboço do Regimento interno dos Comandos Distritais preparado.	Regras e procedimentos para orientar comandos distritais.	Nacional.	50% Início da actividade.	50% Esboço do regimento finalizado.		
	Estabelecimento do novo NOP para instituição PNTL.	Estabelecer uma equipa para debater sobre o novo NOP e a sua respectiva implementação.	Regras e procedimentos para orientar a polícia finalizados e implementados.	Nacional.	50% da equipa estabelecida a para debater o novo NOP.	50% Novo NOP finalizado e implementado na instituição da PNTL.		
Desenvolver as capacidades dos Recursos Humanos (M/H).	Recrutamento e Formação básicos de 250 pessoas (220M/30H).	Completar o número de pessoas definidas para instituição PNTL.	250 Membros da polícia recrutados.	13 Distritos.	Em concurso público.	250 Membros da polícia recrutados e executam as suas tarefas na instituição PNTL.		
	Realizar a Promoção de divisa aos membros da PNTL.	Os membros da PNTL elevam as suas divisas.	Implementação do Regime de Promoções.					
	Capacidade de Liderança aos Oficiais (SESPIN) PTIK	Membros da Policia elevar os conhecimentos em liderança.	2 Membros da polícia (M/H) capacitados em liderança.	Indonésia.	Preparação documentos.	2 Pessoa s formadas e executam as sua funções de acordo com os		

						termos referências.		
	Cursos de Especialidade para os Polícias Especiais (BOP, COE, CSP).	Membros do BOP, COE, CSP elevam o conhecimento na área dos serviços especiais.	15 Membros do BOP, COE e CSP (M/H) capacitados na área de especialidade.	Indonésia e Portugal.	Preparação de documentos.	10 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	5 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	
	Curso avançado em diversas áreas como: crime cibernético, narcotráfico e lavagem de dinheiro.	Membros da polícia aumentam os seus conhecimentos em crime cibernético, narcotráfico e lavagem de dinheiro.	6 Membros (M/H) da polícia elevam os seus conhecimentos e desempenham as suas funções de acordo com os seus termos de referência.	Banguecoque e Indonésia.	Preparação de documentos.	4 Pessoas formados.	2 Pessoas formados.	
	Curso de Direito.	Melhorar as capacidades dos membros da PNTL na aplicação das leis.	50 Membros (M/H) da PNTL atendem a formação de Direito.	Díli	Início da formação.	Continuação da formação	Continuação da formação	Continuação da formação
	Realização de formação sobre Preparação do Plano de Acção Anual.	Realizada a formação sobre preparação do Plano de Acção Anual dirigidos aos pontos focais (M/H) do orçamento e planeamento distritais.	35 Pontos focais (M/H) do orçamento e planeamento distritais participam na formação.	Díli.	Formação realizada com sucesso e 35 pontos focais formados.			
	Formação de Administração.	Melhorar as capacidades dos membros (M/H) da PNTL sobretudo na aplicação dos serviços administrativos de acordo com normas e procedimentos da administração.	25 Membros da polícia (M/H) participam na formação.	Nacional.	Preparação dos documentos.	10 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	10 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	5 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.
	Formação avançada na área de IT para oficiais de informação (M/H).	Oficias de IT tem bons conhecimentos na área de Informática.	5 Membros (M/H) da PNTL participam na formação.	Indonésia e Malásia.	Preparação dos documentos.	3 Membros da polícia formados.	2 Membros da polícia formados.	
	Formação na área de navegação dirigida à polícia marítima (M/H).	Polícia marítima (M/H) tem bons conhecimentos na área de navegação.	5 Membros da polícia marítima participam na formação.	Indonésia	Preparação dos documentos.	3 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	2 Policias formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.	

	Formação na área de electricidade dirigida à polícia marítima (M/H).	Polícia marítima (M/H) tem bons conhecimentos na área de electricidade.	4 Membros da polícia marítima participam na formação.	Indonésia.	Preparação dos documentos.	4 Membros da Policia marítima formados e executam as suas funções de acordo com os termos referências.		
Desenvolvimento de infra-estruturas.	Continua a Construção do bairro da polícia em Bairro Pité.	Cria condições adequadas para a UFP.	A construção prevista de 10 casas.	Díli, Bairro Pité.	Início do projecto.	Continuação do projecto	Continuação do projecto	Conclusão do projecto.
	Nova construção do edifício do Quartel Geral da PNTL.	Cria condições adequadas para os serviços no Quartel Geral da PNTL.	A construção prevista de uma casa (projecto multianual).	Díli.		Início da construção.	Continuação do projecto.	Continuação do projecto.
	Nova construção do edifício da Quartel Distrital.	Cria condições adequadas nos distritos.	Cria condições adequadas.	Distrito Baucau, Lautem.		Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
	Construção do Bairro da polícia Distrital.	Cria condições adequadas nos Distritos,	Cria condições adequadas para os membros da Polícia distrital.	Distrito Aileu, Ermera, Liquiça, Manufahi no Oecússi.		Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
	Nova construção do edifício da UMP.	Construção do edifício da UMP finalizado e em boa condição.	Cria condições adequadas.	Maliana, Atabae.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
	Construção Bairro da policia UPF	Cria condições adequadas para a UPF.	Construção estimada de 90 casas: 30 casas no distrito de suai, 30 casas no distrito de Bobonaro e 30 casas no distrito Oecússi.	Companhia UPF no Distrito de Covalima, Bobonaro e Oecússi.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	30 Casas no distrito de Suai construídas.	30 Casas no distrito de Bobonaro construídas.	30 Casas no distrito de Oecússi construídas.
	Construção de residências para os oficiais superiores da PNTL do comado geral e bairro da Policia.	Cria condições adequadas para os oficiais superiores.	Construção prevista de 5 casas.	Díli, Fomento.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
	Construção da carreira de Tiro.	Há um espaço para apropriado para realizar treino de tiro.	A continuidade da formação aos membros da PNTL.	Distrito de Liquiça.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
	Construção de Casernas para os formadores da PNTL em 5 distritos.	Projecto de construção finalizado e casernas em boas condições.	Cria condições adequadas para os formadores da	Díli.	Preparação dos documentos e submete para o	Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.

			PNTL.		processo de aprovisionamento.			
	Construção do pólo de formação da classe de sargentos.	Condições mais favoráveis.	Engloba-se em 15 pacotes de construção.	Distrito de Lautem.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Início da construção.	Continuação do projecto.	Conclusão do projecto.
Desenvolvimento dos edifícios e equipamentos.	Aquisição de veículos e motorizadas para o comando geral e comando distrital.	Assegurar veículos e motorizadas para respondes às necessidades de serviço no terreno.	Veículos e motorizadas disponíveis para todos as componentes da PNTL.	Comando nacional e 13 comados distritais.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Veículos e motorizadas requisitados e distribuídos para comando nacional incluindo 13 comando distritais.		
	Aquisição dos equipamentos escritórios para comando geral e comando distritais.	Assegurar os equipamentos necessários para responder às necessidades de serviço no terreno.	Serviços administrativos eficazes.	Comando nacional e 13 comados distritais.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Os equipamentos necessários requisitados e distribuídos para o comando nacional e 13 comandos distritais.		
	Aquisição dos equipamentos técnicos informáticos e comunicações.	Assegurar os equipamentos técnicos a fim de responder às necessidades nos serviços.	Serviços administrativos eficazes.	Comando nacional e 13 comados distritais.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Os equipamentos necessários requisitados e distribuídos para o comando nacional e 13 comandos distritais.		
Desenvolvimentos dos equipamentos de segurança.	Aquisição de equipamentos de segurança para o Comando Geral e comandos distritais.	Assegurar os equipamentos de segurança a fim de responder às necessidades de serviços no terreno.	Números dos equipamentos requisitados.	Comando nacional e 13 comados distritais.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Os equipamentos de segurança requisitados e distribuídos para o comando nacional e 13 comandos distritais.		
	Compras de equipamentos de mergulho para a unidade marítima	Assegurar os equipamentos de mergulhar às actividades da polícia unidade marítima	Números dos equipamentos requisitados.	PNTL.	Preparação dos documentos e submete para o processo de aprovisionamento.	Os equipamentos comprados e utilizados pela unidade marítima.		

Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem um Orçamento de 20,511 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Ministério dos Negócios Estrangeiros é um órgão da estrutura do IV Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste, que tem por missão estabelecer a política externa da Nação. Este Ministério é o órgão principal do Governo responsável, entre outros, pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da diplomacia e cooperação internacional, dos assuntos consulares e da promoção e defesa dos interesses dos timorenses no exterior.

Prioridades

Na execução das funções acima designadas o Ministério estipulou como suas prioridades para o ano de 2012, o seguinte:

- **Desenvolvimento Recursos Humanos:**

  Relacionado com o Desenvolvimento de Recursos Humanos, o esforço nesse sentido já remonta dos anos anteriores. Este ano, com o recrutamento que se pretende efectuar para as 72 vagas, hão-de perfazer os 199 postos de funcionários de Estado permanentes previstos para o ano de 2012, e, mais as conversões dos funcionários temporários em funcionários permanentes cuja cerimónia de posse será realizada no próximo dia 1 de Julho. Pretende-se também iniciar neste ano a construção do Centro de Estudos Diplomáticos. Este centro que será um centro de excelência para os funcionários diplomáticos, tem por objectivo elevar os seus níveis de conhecimento e capacidade e formá-los nas áreas de cursos básicos e intermédios da diplomacia, conhecimento das línguas e política externa da nação para que estejam aptos para executarem as suas funções diplomáticas nas várias embaixadas e representações de Timor-Leste no estrangeiro. Este centro também terá as facilidades de administrar cursos de longa distância e biblioteca que permitirá aos funcionários realizarem as pesquisas relacionadas com os serviços relevantes do Ministério. É também plano do Ministério na área de desenvolvimento dos recursos humanos, enviar para o exterior, em colaboração com as nações amigas, os funcionários para os cursos de mestrado em várias áreas e continuar os estudos formais e cursos relevantes as funções do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- **Prestação de Serviços Públicos em vários sectores, incluindo, o sistema de Aprovisionamento, verificação e outros:**

  Actualmente, está-se a verificar o sistema administrativo que vigora no Ministério. Pretende-se que no ano de 2012 seja estipulado um sistema administrativo uniforme para todo o Ministério e, para esse fim, serão necessários recorrer aos serviços dos peritos nessa área, para que possam ser implementadas consoante o programa estipulado. Pretende-se ainda que os serviços consulares nas missões diplomáticas estejam focadas em prestar os seus serviços aos cidadãos timorenses e estrangeiros que pretendem obter informações sobre oportunidades de investimento em Timor-

Leste. Na melhoria de serviços públicos das embaixadas e missões diplomáticas deseja-se igualmente que haja possibilidade dos agentes diplomáticos timorenses no estrangeiro visitarem e prestarem os auxílios necessários aos cidadãos timorenses menos afortunados que estão a cumprir as suas penas no estrangeiro.

- A **Integração regional na ASEAN** é também uma prioridade do Ministério, porque a adesão de Timor-Leste a esta organização regional é um esforço comum a todos os líderes timorenses. Para demonstrar essa firmeza de intenção Timor-Leste deve esforçar-se desde já a ter a sua Embaixada em todas as nações que compõem essa organização.
- **Negociação sobre a Fronteira.** Timor-Leste e a Indonésia, por intermédio da Comissão Conjunta, concordaram em finalizar as negociações sobre a fronteira terrestre em 2011 e iniciar as negociações sobre a fronteira marítima em 2012. Por esse motivo, o MNE envidará os seus esforços para que nessas negociações seja respeitada a independência e integridade territorial de Timor-Leste em conformidade com os tratados internacionais existentes.
- Que o **sistema de aprovisionamento** seja implementado em conformidade com as regras estipuladas pelo Ministério das Finanças e para que seja reforçada a sua instituição, promover a transparência e responsabilidade nesta área são aconselhados a envolvência dos Directores Nacionais nesse processo.
- **Comemorações -** Depois do estabelecimento das Missões Diplomáticas no estrangeiro, nunca se tive a possibilidade de realizar as comemorações dos Dias Nacionais, por o orçamento ser muito restrito. Por isso, em 2012, na ocasião da comemoração do 10º Aniversário da Independência da RDTL, já se orçamentou verbas para financiar as actividades de comemoração desse dia, e, que esse evento seja ao mesmo tempo, uma forma de promoção de Timor-Leste no estrangeiro.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério dos Negócios Estrangeiros ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**12,798**	**18,653**	**20,511**	**21,332**	**22,185**	**23,072**	**23,995**
Recorrentes	**11,529**	**17,748**	**20,048**	**20,850**	**21,684**	**22,551**	**23,453**
Salários e Vencimentos	536	10,514	7,965	8,284	8,615	8,960	9,318
Bens e Serviços	10,993	6,034	11,583	12,046	12,528	13,029	13,551
Transferências Públicas	-	1,200	500	520	541	562	585
Capital	**1,268**	**905**	**463**	**482**	**501**	**521**	**542**
Capital Minor	838	905	463	482	501	521	542
Capital Desenvolvimento	430	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**239**	**48**	**48**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	239	48	48	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**12,798**	**18,892**	**20,559**	**21,380**	**22,185**	**23,072**	**23,995**
Recorrentes	11,529	17,987	20,096	20,898	21,684	22,551	23,453
Capital	1,268	905	463	482	501	521	542

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO DOS MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

OBJECTIVO GERAL: **Ter um quadro de funcionários (H/M) profissionais e qualificados no MNE.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H).	Promoção de alguns funcionários existentes (M/H) para a carreira diplomática e administrativa (número de mulheres idêntico ao dos homens).	15% de funcionários diplomatas e administrativos (M/H).	Perfil e desempenho dos recursos humanos identificados (nº. e grau).	Díli.	Preparação dos termos de referência concluída.	Início de implementação do concurso.		
	Formação de iniciação para os novos funcionários e formação contínua para todos os funcionários (M/H). Incidir na capacitação para o uso das línguas portuguesa e inglesa.	100% dos novos funcionários (M/H) devem frequentar formação de iniciação. 20% dos funcionários (M/H) existentes devem frequentar a formação contínua.	Nº. de novos funcionários que atendem ao programa de iniciação. Nº. de funcionários existentes que frequentam cursos nas áreas da diplomacia, administração das Missões e gestão consular, línguas e tecnologias de informação.	Díli e Países estrangeiros devidamente enquadrados.	Material para formação de iniciação identificado.	Programa de formação de iniciação finalizado; 5% dos funcionários existentes em formação contínua.	Programa de formação de iniciação realizado; 5% dos funcionários existentes em formação contínua.	Programa de formação de iniciação concluído; 10% dos funcionários existentes em formação contínua.
	Palestras públicas sobre temas de interesse comum, sobretudo na área multilateral e integração regional (ONU, ASEAN e CPLP).	Aumentar o conhecimento dos funcionários (M/H).	Nº. de palestras públicas efectuadas; Nº. de participantes (M/H).	Díli.	1 Palestra pública concluída.	2 Palestras públicas concluídas.	2 Palestras públicas concluídas.	1 Palestra pública concluída.
OBJECTIVO GERAL: **Ter uma instituição inteiramente funcional e um ambiente de trabalho harmonioso.**								
Desenvolvimento da capacidade Institucional do Ministério.	Criação dos manuais de directrizes administrativas e operacionais e elaboração de um manual de comunicação institucional.	Finalização dos procedimentos financeiros.	Nº. das áreas identificadas nos procedimentos financeiros. % Completa dos procedimentos.	Díli.	25% Dos procedimentos completos.	50% Dos procedimentos concluídos; conclusão do manual da comunicação institucional.	100% Dos procedimentos concluídos./	1 Sessão informativa sobre os procedimentos concluída; Transmissão das instruções às missões; Adaptações dos procedimentos e dos ficheiros.
	Melhorar a organização dos documentos e do sistema do arquivo.	Continuar a consolidar a organização dos documentos e sistema do arquivo.	% Da conclusão da organização dos documentos existentes e arquivos.	Díli.	50% Da revisão referente à organização dos documentos e	100% Da revisão referente à organização dos documentos e arquivos	Concluída a organização dos documentos e do sistema do arquivo;	

			Consolidação da organização dos documentos e do sistema do arquivo. Nº. de funcionários formados nesta temática (M/H.		arquivos completa.	completa.	Finalizada a Acção de Formação dirigida aos funcionários (M/H) sobre a organização dos documentos e arquivo.	
	Manutenção do Património já com assessoria de um especialista nesta área	Manutenção dos bens imóveis. Reparação e plano de substituição, bem como, a base dos dados do património do Ministério.	Plano de aquisição anual finalizado. Manutenção periódica do património. Actualizar dados do património do Ministério.	Díli e missões.	Documentos de aquisição para 2012 finalizados; Manutenção periódica realizada.	Aquisição de equipamentos informáticos, etc.; Manutenção periódica realizada; Actualizar dados do património do Ministério.	Manutenção periódica realizada; Plano de aquisição e manutenção para 2012 concluído.	Manutenção periódica realizada.
	Melhoria do serviço de informática, tecnologia e comunicação.	Segurança na troca de informações na sede e missões e entre estas e a sede por cifra.	Continuação da revisão e da melhoria do sistema informático das missões; Avaliação das futuras necessidades e sua implicação nos recursos.	Díli, Jacarta e Camberra.	Revisão do sistema de informática das missões em Jacarta e Camberra.	Submissão da recomendação para melhorar o sistema informático das missões.	Avaliação das futuras necessidades e sua implicação nos recursos; Estabelecida *a cifra (Virtual private network),* entre sede e missões em Jacarta e Camberra.	Instalação de *software* de codificação para troca de mensagens secretas (mensagens criptadas) entre sede e missões encerrada.
	Melhoria ou substituição do *Software* instalado.	Garantir a instalação dos *Software* em conformidade com as necessidades do Ministério e caso necessário remodelar completamente o sistema informático.	Definição de *software* padronizado para os servidores; N.ºs. de *Software* instalados.	Díli e missões.	Avaliar pacote do *Software* Padrão para todos os computadores; Definir *software* para os servidores.	Cálculo do custo; Aquisição e instalação do *software*; Formação dos funcionários (M/H).	Concluída a aquisição do *software* para servidores.	Concluída a instalação do *software* para servidores.
OBJECTIVO GERAL: **Melhoria dos serviços fornecidos pelo Ministério de acordo com a Lei Orgânica.**								
Reforçar o acompanhamento e a responsabilidade sobre demarcação das fronteiras terrestres e disseminação do relatório final da CVA.	Acompanhamento e responsabilidade sobre assuntos de demarcação das fronteiras terrestres e continuação da disseminação do relatório final da Comissão de Verdade e Amizade (CVA) pela DGRE/DNAB.	Acompanhamento e responsabilidade sobre assuntos de demarcação das fronteiras terrestres e CVA pela DGRE/DNAB.	Nº. de reuniões interministeriais para esclarecer os papéis e responsabilidades de cada Ministério; DGRE/DNAB assume a responsabilidade.	Díli.	Avaliar o enquadramento legal; Informar DGRE/DNAB sobre os processos.	1 Reunião interministerial para esclarecer os papéis e responsabilidades de cada Ministério; Acompanhar a DGRE/DNAB.	DGRE/DNAB assume a responsabilidade.	

Reforçar as funções da Direcção Nacional dos Assuntos Bilaterais.	Encontros bilaterais e inspecção do terreno para finalizar a demarcação de fronteira terrestre.	Finalização da demarcação de fronteira terrestre entre Timor-Leste e Indonésia.	Nº de reuniões das diferentes Subcomissões Técnicas; Nº de inspecções realizadas ao terreno; Nº de marcos e sinais de fronteiras instalados.	Díli, Covalima, Oecússi, Suai e Indonésia.	Encontro preparatório interministerial concluído; 3 Inspecções unilaterais realizadas ao terreno.	3 Inspecções unilaterais realizadas ao terreno; Encontro técnico bilateral realizado.	3 Inspecções unilaterais realizadas ao terreno; 30 Marcos de fronteiros instalados.	20 Sinais de fronteira instalados.
	Encontros bilaterais e programas nacionais para dar seguimento às recomendações do CVA.	Implementação das recomendações do CVA entre Timor-Leste e Indonésia.	Nº das recomendações implementadas; Nº de reuniões interministeriais realizadas para acompanhar as recomendações da CVA; Nº de consultas e reuniões técnicas bilaterais realizadas.	Díli e Indonésia.	Reunião interministerial preparatória realizada.	Encontro Bilateral com Indonésia.	Programa nacional para implementar as recomendações da CVA.	Reunião interministerial preparatória realizada; Encontro Bilateral com Indonésia.
Reforçar as relações bilaterais e multilaterais de Timor-Leste.	Compilar e avaliar todos os acordos bilaterais e multilaterais, além de avaliar a sua aplicação e implicação; aprofundar o *dossier* referente a ASEAN e preparar atempadamente a Presidência da CPLP em 2014.	Gestão efectiva dos acordos bilaterais e multilaterais já assinados; Não adiar mais a edição de um livro de compilação de acordos bilaterais e multilaterais e criação de uma lista anexada com tabela de signatário e contribuição compulsória e voluntária.	Nº dos acordos bilaterais e multilaterais colectados e depositados; Nº dos acordos bilaterais e multilaterais avaliados.	Díli.	Coordenação interministerial e investigação para compilar os acordos iniciados.	25% Do acordo colectado e compilado.	50% Do acordo colectado e compilado.	25% Dos acordos avaliados.
	Consolidar e expandir relações bilaterais de TL.	Fortalecimento das relações bilaterais de Timor-Leste com países estratégicos; Ter em atenção a celebração dos eventos históricos dos países amigos; Promover a celebração dos 500 Anos da chegada dos portugueses a TL e celebração dos 100 Anos de	Nº de visitas de alto nível (de estado, oficial e de trabalho) de dirigentes de Timor-Leste realizadas aos diferentes países; Nº de visitas de dignitários estrangeiros a Timor-Leste; Nº de reuniões de comissões mistas	Díli e estrangeiro.	Visitas oficiais e dar seguimento aos seus resultados; Encontros técnicos sobre os assuntos bilaterais com países parceiros. Nº. de eventos celebrados por	Visitas oficiais e dar seguimento aos seus resultados; Encontros técnicos sobre os assuntos bilaterais com países parceiros. Nº. de eventos celebrados por TL	Visitas oficiais e dar seguimento aos seus resultados; Encontros técnicos sobre os assuntos bilaterais com países parceiros.	Visitas oficiais e dar seguimento aos seus resultados; Encontros técnicos sobre os assuntos bilaterais com países parceiros. Nº. de eventos

		Revolução de Manufahi contra o regime português; Promoção de TL aos países amigos e estratégicos através de celebrações de eventos históricos, culturais, etc., pelo MNE e pelas missões diplomáticas de TL no estrangeiro.	ministeriais realizadas com diferentes países; Nº de reuniões bilaterais com diferentes países; Nº de acordos bilaterais concluídos. N°. de eventos levados a cabo para promover TL no estrangeiro; N°. de membros do Governo, Chefes das missões e funcionários de alto nível que participam nas celebrações.	Estrangeiro.	TL no estrangeiro para promover o país; N°. de membros do Governo, Chefes das missões e funcionários de alto nível que participam nas celebrações.	no estrangeiro para promover o país; N°. de membros do Governo, Chefes das missões e funcionários de alto nível que participam nas celebrações.	N°. de eventos celebrados por TL no estrangeiro para promover o país; N°. de membros do Governo, Chefes das missões e funcionários de alto nível que participam nas celebrações.	celebrados por TL no estrangeiro para promover o país; N°. de membros do Governo, Chefes das missões e funcionários de alto nível que participam nas celebrações.
	Estudar com os funcionários do Departamento dos Assuntos Jurídicos do MNE os procedimentos de negociação, assinatura, depósito e implementação de Acordos; Criar uma *checklist* deste procedimento.	Existência de uma *checklist* disponível em todas as instituições do Estado e do Governo com competência nos acordos internacionais.	Ideia estabelecida sobre estudo; Reunião com os funcionários do Departamento dos Assuntos Jurídicos do MNE, por convocar.	Díli.		Trocar ideias sobre estudo com Divisão dos Assuntos Legais, MNE	Estudar a *checklist*	Realização de estudo e conclusão da *checklist.*
Reforçar as relações regionais.	Reformulação da política em relação a ASEAN.	Finalização política na preparação da adesão de Timor-Leste na ASEAN.	Clareza do resultado esperado; Definir substância da política em relação à ASEAN; % Do projecto completo; Nº de encontros para consultas.	Díli.		Definida a política em relação à ASEAN; Reuniões e consultas realizados.	Aprovação da política.	Disseminação da política.
	Continuar a coordenar e organizar a funcionalidade do Secretariado Nacional da ASEAN.	O Secretariado Nacional da ASEAN existe para coordenar, a partir de Díli, as actividades em relação à ASEAN.	Estrutura organizacional da Secretaria dentro do MNE definida; Localização actual da Secretaria definida e já funcional; Nº de pontos focais para a ASEAN, nos diferentes ministérios atribuídos.	Díli.	Estrutura organizacional da Secretaria dentro do MNE definida.	Localização actual da Secretaria definida e já funcional; Pontos focais para a ASEAN identificados nos diferentes Ministérios.	Coordenação das actividades da ASEAN.	Coordenação das actividades da ASEAN.
	Participação activa de TL em	Cumprimento das	Nº de reuniões,	Díli e Estrangeiro.	Participação em	Participação em	Participação em	Participação em

	encontros e eventos regionais.	obrigações de Timor-Leste nas organizações regionais de que é membro.	seminários ou *workshops* necessários e frequentados tais como PIF/ACP-EU, SwPDF, ASEAN, ARF; Actualização regular sobre a participação do Ministro e do CdM de Timor-Leste em organizações regionais.		encontros regionais; Relatório regular ao Ministro e ao CdM.	encontros regionais; Relatório regular ao Ministro e ao CdM.	encontros regionais; Relatório regular ao Ministro e ao CdM.	encontros regionais; Relatório regular ao Ministro e ao CdM.
Melhorar prestação de serviços protocolares.	Prestação de serviços às missões diplomáticas e seus agentes acreditados a TL.	Prestação de serviços às missões diplomáticas e seus agentes acreditados a Timor-Leste.	Nº de pedidos de isenção das Embaixadas; Nº de contactos regulares com as missões relativos às suas actividades ou interesses; Nº de contactos regulares com as autoridades locais relacionados com a protecção das embaixadas.	Díli.	Tratar pedidos de isenção das Embaixadas; Efectuar contactos regulares com as autoridades locais relacionadas com a protecção das embaixadas.	Tratar pedidos de isenção das Embaixadas; Efectuar contactos regulares com as autoridades locais relacionadas com a protecção das embaixadas.	Tratar pedidos de isenção das Embaixadas; Efectuar contactos regulares com as autoridades locais relacionadas com a protecção das embaixadas.	Tratar pedidos de isenção das Embaixadas; Efectuar contactos regulares com as autoridades locais relacionadas com a protecção das embaixadas.
	Coordenar e organizar cerimónias e visitas; Colaboração na área do protocolo nas cerimónias do Estado e sobretudo no X Aniversário da Independência, em Maio de 2012.	Cerimónias, atribuições de vistos e disponibilização de instalações de *lounge VIP.*	Nº de cerimónias organizadas com sucesso; Nº de vistos atribuídos a dignitários e figuras oficiais; Nº de dignitários assistidos no *Lounge VIP* do aeroporto internacional Nicolau Lobato.	Díli.	Organizar cerimónias e visitas; Atender aos pedidos de vistos diplomáticos e/ou oficiais; Facilitar a passagem dos dignitários na sala VIP do aeroporto internacional Nicolau Lobato.	Organizar cerimónias e visitas; Atender aos pedidos de vistos diplomáticos e/ou oficiais; Facilitar a passagem dos dignitários na sala VIP do aeroporto internacional Nicolau Lobato.	Organizar cerimónias e visitas; Atender aos pedidos de vistos diplomáticos e/ou oficiais; Facilitar a passagem dos dignitários na sala VIP do aeroporto internacional Nicolau Lobato.	Organizar cerimónias e visitas; Atender aos pedidos de vistos diplomáticos e/ou oficiais; Facilitar a passagem dos dignitários na sala VIP do aeroporto internacional Nicolau Lobato.
Regulamento Consular.	Finalizado o esboço, pelo que só resta apresentar para aprovação do CdM; Divulgação informativa sobre o referido regulamento.	Aprovação do Regulamento Consular pelo CdM; Regulamento Consular é implementado de acordo com a Convenção de Viena sobre	Esboço do Regulamento Consular concluído e aprovado; Regulamento Consular é implementado pelo MNE e Missões Diplomáticas de TL	MNE, Embaixadas e Consulados de TL no exterior.	Finalização do esboço e submissão ao CdM.	Divulgação informativa e implementação do regulamento.	Implementação do regulamento.	Avaliação da implementação.

		Relações Consulares.	no exterior; Divulgação do referido regulamento.					
Tabela de Emolumentos Consulares.	Concluir a pesquisa e a recolha de informações; Inserir na Tabela os emolumentos sobre as taxas de emissão de vistos e passaportes; Submissão ao Assuntos Jurídicos para o seu estudo e análise.	Aprovação da Tabela de Emolumentos Consulares pelo CdM; Implementação da tabela.	Esboço da Tabela de Emolumentos Consulares concluído e aprovado; Tabela de Emolumentos Consulares é implementada pelo MNE e Missões Diplomáticas de TL no exterior.	MNE, Consulados e Secções Consulares de TL no exterior.	Elaboração do 1º esboço; Consultas com o Ministério das Finanças e outros Ministérios relevantes.	Finalização do esboço e submissão ao CdM; Divulgação informativa.	Implementação da referida Tabela de Emolumentos Consulares.	Avaliação.
Melhoria de coordenação interministerial em relação a gestão migratória.	Intensificação das reuniões trimestrais interministeriais do Grupo Operacional da Migração/GOM, liderada pela DAC,MNE; Organizar reuniões do Conselho Coordenador da Política Migratória (COPM) nível Ministerial 2 vezes; Prestar funções de secretariado às reuniões do GOM e do COPM.	Manter boa comunicação e coordenação interministerial em relação a gestão migratória; Emissão e revisão periódica das políticas de gestão migratória pelo COPM; Avaliação integrada interministerial sobre a implementação e impactos das políticas de gestão migratória.	Nº de participantes (M/H) dos membros do GOM nas Reuniões trimestrais; Nº de participantes (M/H) dos membros do COPM (ao nível de ministros) nas reuniões semestrais do COPM.	Timor-Leste.	Realização da reunião do GOM.	Realização da reunião do GOM; Reunião do COPM.	Realização da reunião do GOM.	Realização da reunião do GOM; Reunião do COPM.
Legislação e Programa de Acção Nacional em relação ao Combate do Tráfico Humano (TH).	Organizar reuniões e *workshops* inter agências em cooperação com IOM para finalizar o Plano Nacional de Acção e legislação em relação ao combate do TH.	Combater e minimizar actividades de tráfico humano em TL; Disseminação informativa sobre o Plano de Acção Nacional e legislação em relação ao combate do TH.	% De participação de agências e instituições relevantes nessas reuniões e *workshop*s; % De disseminação sobre o Plano de Acção Nacional e legislação em relação ao combate do TH.	Díli e todo o território de TL.	Submissão ao CdM.	Divulgação informativa sobre o referido PNA e a Legislação.	Implementação do referido PNC e legislação pelas Instituições e agências competentes.	Avaliação.
Protecção e Assistência Consular.	Continuar o atendimento de protecção consular aos nacionais timorenses residentes no exterior; Melhorar a coordenação com	Prestar informação e protecção consular aos nacionais timorenses	Nº de cidadãos/ãs nacionais timorenses residentes no exterior com	MNE, Consulados e Secções Consulares de TL no exterior, Ministérios relevantes.	Melhoramento de prestação consular aos nacionais timorenses	Verba alocada.	Avaliação dos serviços implementados.	

	os postos consulados de TL Ministérios Monitorização da implementação dos Passes de Fronteiras.	residentes no exterior; Melhorar a prestação de protecção consular; Orçamento atribuído para a protecção consular.	protecção consular; Apoio necessário concedido pelos serviços consulares aos cidadãos timorenses residentes no exterior; Cidadãos/ãs não cumpridores são inseridos na lista negra para efeitos de interdição de emissão de passe de fronteira.		residentes no exterior de acordo com a LO do MNE e Convenção de Viena sobre Relações Consulares.			
Inscrição consular e instalação de base de dados.	Finalizar o registo e inscrição consular e instalação de base dados electrónicos nas Embaixadas e Consulados de TL no exterior para facilitar a votação nas próximas eleições; Nomeação de assistentes consulares e formá-los como pontos focais das Embaixadas e Consulados.	Implementado o registo consular centralizado em Díli com os dados recolhidos em todas as missões no exterior; Instalação da base de dados electrónica junto das Embaixadas e Consulados; Base de dados criada e executada com êxito.	Nº De nacionais timorenses registados através da inscrição consular; Base de dados electrónicos instalada e uniformizada (réplicas da base de dados central).	MNE/Embaixadas e Consulados.	Reactualização e realização de registo consular pelas Embaixadas e Consulados de TL no exterior; Desenvolver a base de dados electrónica.	Submissão de relatórios sobre o total de registo dos nacionais timorenses residentes no exterior pelas Embaixadas e Consulados para DAC, MNE.		
Atendimento de visto aos estrangeiros no exterior.	Preparação dos Consulados e Secções Consulares para a implementação; Preparação do sistema de requerimentos por correio electrónico; Divulgação do referido Decreto de Lei e da Lista Verde.	Nacionais de países não autorizados com acesso à requisição de vistos por correio electrónico. Emissão de vistos aos estrangeiros Intensificar o controlo de emissão de vistos aos países em risco.	Nº de vistos autorizados via correio electrónico; Nº de vistos emitidos pelos Adidos de Migração e/ou Assistentes Consulares; % De orçamento atribuído para a construção de balcões de atendimento, equipamentos de serviços e de segurança, e manutenção de equipamentos e edifícios.	Cupão, Denpasar e Pequim.	Implementação de emissão de vistos em Cupão e Denpasar.	Preparação da Secção Consular da Embaixada de TL em Pequim para a implementação de emissão de vistos.	Implementação da emissão de vistos em Pequim.	Avaliação de serviços de emissão de vistos.
Manual de Formação e Manual Operativo Consulares.	Fazer pesquisas e sondagens de referências de outros países;	Publicação da II Edição do Manual de Formação	Pesquisas e estudo de referências de outros países;	MNE.	Pesquisas e sondagens de referências	Revisão dos Manuais.	Finalização dos Manuais.	Distribuição dos Manuais.

	Revisão do Manual de Treino e Elaboração do Manual Operativo Consular; Distribuição dos Manuais Consulares e Compêndios de Legislação.	(Normas de Procedimento); Elaboração da I Edição do Manual Operativo Consular (descrições funcionais).	Estudo sobre as actividades diárias desta Divisão.		concluída.			
Digitalização de passaportes.	Criação do sistema de emissão de passaporte digital nas Embaixadas e Consulados Coordenação com o Ministério da Justiça sobre a criação do sistema de emissão passaportes digitais.	Emissão de passaportes digitais para nacionais timorenses residentes no estrangeiro com sucesso; Facilitar a aquisição de passaportes pelos nacionais timorenses que vivem no exterior.	Nº de passaportes emitidos pelas Embaixadas e Consulados; Nº de RH de serviços consulares formados nesta área.	Relevantes Embaixadas e Consulados de TL no exterior.	Criação do sistema de emissão de passaporte digital nas Embaixadas e Consulados relevantes.	Formação de RH nesta área.		Emissão dos passaportes digitais.
Melhorar a prestação de serviços na área jurídica e legal.	Processo de ratificação e assinatura de convenções e tratados internacionais.	Prestação de serviços jurídicos no processo interno de ratificação e assinatura de convenções e tratados internacionais.	Nº de convenções e tratados internacionais ratificados; Procedimentos internos para a adesão; Nº de convenções propostas à assinatura de Timor-Leste.	Díli.	Emitir opiniões jurídicas sobre os tratados internacionais.	Emitir opiniões jurídicas sobre tratados internacionais; Dar seguimento no processo interno para adesão.	Emitir opiniões jurídicas sobre tratados internacionais; Dar seguimento no processo interno para adesão.	Emitir opiniões jurídicas sobre tratados internacionais; Dar seguimento no processo interno para adesão.
	Acompanhar o processo de negociação dos acordos bilaterais.	Prestação de assistência técnica e jurídica para a celebração de acordos bilaterais e acompanhamento de acordos bilaterais já assinados.	Nº de acordos bilaterais em processo de negociação; Nº de acordos bilaterais celebrados; Nº de acordos bilaterais já assinados e que aguardam processamento interno para entrar em vigor; Fase de homologação dos acordos bilaterais assinados.	Díli.	Emitir opiniões jurídicas e acompanhar o processo de negociação dos acordos bilaterais.	Emitir opiniões jurídicas e acompanhar o processo de negociação dos acordos bilaterais.	Emitir opiniões jurídicas e acompanhar o processo de negociação dos acordos bilaterais.	Emitir opiniões jurídicas e acompanhar o processo de negociação dos acordos bilaterais.
Promover interesses de TL por meios da '*soft diplomacy'*.	Apoio para estabelecimento da Embaixada Saharawi em TL .	Apoio financeiro para estabelecimento da Embaixada	A Embaixada Saharawi formalmente estabelecido em	Díli.	Fase exploratória do estabelecimento da Embaixada.	A Embaixada Saharawi formalmente estabelecida;	Apoio financeiro para operação da Embaixada Saharawi em TL.	Apoio financeiro para operação da Embaixada Saharawi em TL.

		Saharawi em TL.	TL; Quantia da ajuda financeiros em trimestres.			Apoio financeiro para operação da Embaixada Saharawi em TL .		
Melhorar a promoção e prestação de serviços na área 'diplomacia pública'.	Coordenação com outras agências do Governo para promoção de TL nos eventos internacionais e projecção de TL como destino de turismo e de investimento estrangeiro.	Existência da informação sobre TL para âmbito do investimento e turismo; Influenciar a opinião pública sobre o interesse nacional de TL.	Nº encontro interministeriais realizados sobre promoção de TL; Esclarecimento sobre acordos bilaterais e regionais relacionados com a concessão da taxa da importação livre para TL .	Díli e estrangeiro.	Coordenação interministerial iniciada.	Materiais para promoção produzidos.	Disseminação da informação.	Disseminação da informação e avaliação do programa.
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar os serviços prestados pelas missões de Timor-Leste no estrangeiro.**								
Capacitação das Missões de Timor-Leste no estrangeiro.	Continuação da representação de TL em países vizinhos e estratégicos; Promoção e defesa dos interesses nacionais de TL no âmbito das relações bilaterais, regionais e multilaterais.	Continuar a fortalecer as relações bilaterais, regionais e multilaterais por meio da rede de missões de TL no estrangeiro.	Nº de reuniões periódicas realizadas por missões com as autoridades dos países de acolhimento; Nº de visitas dos líderes de TL aos países vizinhos e estratégicos e vice-versa; Nº de cidades amigas que estabelecem relação com cidades deTL (geminação); Nº de relatórios regulares e pontuais enviados pelas Missões; Nº de sessões com a participação de Timor-Leste na sede da ONU em Nova Iorque; Nº de participações em sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Direitos Humanos; Nº de resoluções	Missões da RDTL no estrangeiro.	Reuniões regulares com autoridades locais; Representação de TL nas celebrações e eventos nacionais; Relatório regular das actividades submetido à Sede; Visitas oficiais ao estrangeiro pelos Líderes Timorenses.	Reuniões regulares com autoridades locais; Representação de TL nas celebrações e eventos nacionais; Relatório regular das actividades submetido à Sede; Visitas oficiais ao estrangeiro pelos Líderes Timorenses.	Reuniões regulares com autoridades locais; Representação de TL nas celebrações e eventos nacionais; Relatório regular das actividades submetido à Sede; Visitas oficiais ao estrangeiro pelos Líderes Timorenses.	Reuniões regulares com autoridades locais; Representação de TL nas celebrações e eventos nacionais; Relatório regular das actividades submetido à Sede; Visitas oficiais ao estrangeiro pelos Líderes Timorenses.

			apoiadas por Timor-Leste.					
	Promoção da cooperação, comércio e investimento.	Atrair assistência técnica e investimento para Timor-Leste.	Nº de reuniões regulares com empresas, para possíveis investimentos; Nº de bolsas concedidas aos timorenses a partir dos países de acolhimento; Nº de trabalhadores timorenses convidados e empregues em diferentes países; Nº de possíveis investidores a visitar Timor-Leste; Nº de exposições e feiras com a participação de Timor-Leste; Nº de memorandos de entendimento sobre cooperação técnica e investimento assinados; Nº de sessões de informação ou promoção de investimentos e turismo em Timor-Leste.	Missões da RDTL no estrangeiro	Possíveis investidores identificados; Reuniões regulares com empresas; Facilidade nos contactos entre empresários Timorenses com empresários estrangeiros; Facilitação dos contactos para possíveis investidores com as autoridades Timorenses.	Possíveis investidores identificados; Reuniões regulares com empresas; Facilidade nos contactos entre empresários Timorenses com empresários estrangeiros; Facilitação dos contactos para possíveis investidores com as autoridades Timorenses.	Possíveis investidores identificados; Reuniões regulares com empresas; Facilidade nos contactos entre empresários Timorenses com empresários estrangeiros; Facilitação dos contactos para possíveis investidores com as autoridades Timorenses.	Possíveis investidores identificados; Reuniões regulares com empresas; Facilidade nos contactos entre empresários Timorenses com empresários estrangeiros; Facilitação dos contactos para possíveis investidores com as autoridades Timorenses.
	Alargamento dos serviços consulares e protocolares.	Melhorar a qualidade de prestação dos serviços consulares aos Timorenses no exterior e dos serviços de protocolo a dignitários Timorenses.	Nº de timorenses assistidos no exterior; Nº de passaportes emitidos; Nº de timorenses registados em cada missão; Nº de personalidades timorenses assistidas pelas missões.	Missões da RDTL no estrangeiro.	Prestação de serviços consulares e protocolares para quem necessite.	Prestação de serviços consulares e protocolares para quem necessite.	Prestação de serviços consulares e protocolares para quem necessite.	Prestação de serviços consulares e protocolares para quem necessite.

Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças tem um Orçamento de 15,701 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Ministério das Finanças é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas de planeamento e monitorização anual, do orçamento e das finanças, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor a política macroeconómica, as políticas monetárias e cambiais em colaboração com o banco central;
- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários em matéria de receitas tributárias e não tributárias, enquadramento orçamental, aprovisionamento, contabilidade pública, finanças públicas, auditoria e controlo da tesouraria do Estado, emissão e gestão da dívida pública;
- Administrar o fundo petrolífero de Timor-Leste;
- Trabalhar em cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, na coordenação das relações entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento;
- Gerir a dívida pública externa, as participações do Estado e assistência externa, cabendo-lhe a coordenação e definição das vertentes financeiras e fiscal;
- Gerir o património do Estado, sem prejuízo das atribuições do Ministério da Justiça em matéria de património imobiliário;
- Elaborar e publicar as estatísticas oficiais;
- Assumir a responsabilidade pela implementação do orçamento afectado através do Orçamento Geral do Estado;
- Promover a regulamentação necessária e exercer o controlo financeiro sobre as despesas do Orçamento Geral do Estado que sejam atribuídas aos demais ministérios, no âmbito da prossecução de uma política de maior autonomia financeira dos serviços;
- Velar pela boa gestão dos financiamentos efectuados através do Orçamento Geral do Estado, por parte dos órgãos da administração indirecta do Estado e dos órgãos de governação local, através auditorias e acompanhamento;
- Administrar e promover assistência técnica internacional no domínio da assessoria técnica aos órgãos do Estado, com exclusão das áreas de formação dos recursos humanos;
- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 13/ 2009, de 25 Fevereiro, aprova a seguinte estrutura:

1. Gabinete da Ministra das Finanças;
2. Gabinete do Vice-Ministro das Finanças;
3. Direcção Geral das Finanças do Estado que supervisiona os seguintes Direcções Nacionais:
    - Direcção Nacional do Orçamento;
    - Direcção Nacional de Tesouro;
    - Direcção Nacional de Aprovisionamento;
    - Direcção Nacional do Património de Estado; e,
    - Direcção Nacional de Agências Autónomas.
4. Direcção Geral de Receitas e Alfândegas que supervisiona os seguintes Direcções Nacionais:
    - Direcção Nacional de Alfândegas;
    - Direcção Nacional de Impostos Domésticos; e,
    - Direcção Nacional de Impostos do Fundo Petrolífero.
5. Direcção Geral de Análise e Pesquisa que supervisiona os seguintes Direcções Nacionais:
    - Direcção Nacional de Macroeconómica;
    - Direcção Nacional do Fundo Petrolífero; e,
    - Direcção Nacional de Estatística.
6. Direcção Geral dos Serviços Corporativos:
    - Departamento de Apoio Financeiro;
    - Departamento de Recursos Humanos;
    - Departamento de Administração Geral;
    - Departamento de Tecnologia Informática; e,
    - Unidade Jurídica
7. Direcção Nacional de Eficácia da Assistência Externa supervisionado directamente pela Ministra e pelo Vice-Ministro das Finanças.

A atribuição das áreas de trabalho reflecte uma vontade política do Ministério das Finanças em apoiar muito concretamente e de uma forma incisiva os esforços em relação ao desenvolvimento técnico e profissional dos recursos humanos como instrumentos na participação e responsabilização no desenvolvimento nacional, particularmente vinculados no programa do IV Governo Constitucional. Desde o ano de 2009, o Ministério das Finanças começou a implementar a nova Política de Descentralização de Aprovisionamento que permitiram aos ministérios para que estes possam gerir os seus orçamentos e realizarem o aprovisionamento de montante inferior a 1 milhão de dólares americanos.

Prioridades

Para o último ano de Governação do IV Governo Constitucional o Ministério das Finanças estabeleceu as seguintes prioridades com objectivos específicos para ser implementados, nomeadamente:

- Fortalecer a análise da posição fiscal e da construção de envelopes fiscais, em colaboração com a Direcção de Macroeconomia, DGPAR.
- Melhorar a análise económica das submissões orçamentais e dos seus resultados e iniciativas propostas.
- Produzir o Orçamento Geral do Estado para 2013.
- Executar o Orçamento.
- Criar uma Direcção Nacional de Sistemas de Informações de Gestão Financeira.
- Estabelecer um Gabinete de Auditoria.
- Estabelecer o quadro político, leis e regulações para as APAs.
- Estabelecer sistemas e procedimentos de trabalho para a DNAPA.
- Fortalecer processos de recepção e inspecção, identificação, registo e verificação de todos os activos do Estado.
- Melhorar a monitorização, supervisão e assistência aos ministérios operacionais no processo de implementação da gestão descentralizada de activos.
- Formar os vários ministérios e instituições nos procedimentos e regulações sobre gestão de activos.
- Procedimentos e regulações eficientes e efectivos a respeito do controlo do uso de veículos do Estado.
- Melhorar os processos de identificação, classificação, recolha e alienação de activos.
- Alterar o decreto-lei à luz da comissão de aprovisionamento, da descentralização do aprovisionamento para os distritos e sub-distritos e de outros desenvolvimentos.
- Actualizar os manuais relativos a aprovisionamento electrónico.
- Registar contribuintes e manter um registo actualizado de contribuintes.
- Recolher de declarações fiscais e cobrar impostos.
- Conduzir auditorias e outras actividades de conformidade para garantir que os contribuintes estão a cumprir a lei.
- Recolher informações e dados para uma avaliação de risco relativamente ao nível de cumprimento voluntário das leis fiscais.
- Melhorar a cobrança de impostos a partir dos direitos de importação, imposto sobre o consumo e imposto sobre vendas.
- Melhorar o controlo, movimentação e circulação de bens internacionais.
- Melhorar a protecção comunitária contra bens ilegais e contra o tráfico ilegal de drogas e armas.
- Melhorar a facilitação do comércio.
- Manter a promoção e facilitação do investimento interno e externo.
- Avaliar e Cobrar Impostos Petrolíferos.
- Monitorizar e auditar contribuintes petrolíferos.
- Emitir decisões públicas e privadas (incluindo Directivas de Utilização).
- Conseguir interligação com outros intervenientes da indústria.

- Fornecer análise útil de políticas para ajudar a tomada de decisões nos departamentos do MF.
- Informar melhor o processo orçamental através de actividades macroeconómicas.
- Melhorar os resultados analíticos relativos à estrutura fiscal e a taxas óptimas em termos económicos.
- Melhorar a capacidade para fazer projecções e estimativas de diversas variáveis económicas.
- Melhorar a monitorização, análise e projecção de receitas.
- Lei sobre Estatística nova e reforçada para Timor-Leste.
- Gabinete nacional competente e sustentável de estatística.
- Um programa de trabalho estatístico alargado, com produção regular das estatísticas mais prioritárias.
- Fortalecer o papel dos gabinetes distritais.
- Estabelecer sentimento de pertença nacional em relação à Riqueza Petrolífera e ao cálculo do RSE.
- Coordenar de forma efectiva e eficaz com instituições estatais e intervenientes relevantes em relação à gestão do Fundo Petrolífero e a outras questões petrolíferas.
- Iniciar os trabalhos para a implementação da nova Lei do FP.
- Compreender a situação social, económica e demográfica do país e dos vários sectores, bem como as alterações ao longo do tempo.
- Apoiar o Ministério das Finanças na tomada de decisões por via da análise de propostas de investimento público e privado.
- Melhorar a capacidade do Departamento de Serviços de Apoio Financeiros relativamente a: (a) Preparação de orçamento para o MF; (b) Execução orçamental para o MF; (c) Gestão de fluxo de dinheiro para o MF; (d) Processamento de pagamentos referentes a bens, serviços e obras para o MF; (e) Desembolso de fundos para subsídios de deslocação ao MF; e (f) Apoio à Gestão Financeira no MF.
- Melhorar a capacidade do Departamento de Administração Geral relativamente a: (a) Aprovisionamento de bens e serviços; (b) Apoio logístico ao MF; (c) Gestão de correspondência e manutenção de registos; (d) Gestão de activos; e (e) Serviços de tradução.
- Melhorar a capacidade do Departamento de Gestão de Recursos Humanos relativamente a: (a) Recrutamento e colocação de funcionários; (b) Gestão de desempenho; (c) Formação e capacitação; (d) Registos de pessoal e reporte; e (e) Administração de recursos humanos.
- Melhorar a capacidade da Unidade de Auditoria Interna relativamente a: (a) Identificação de riscos a nível de GFP; (b) Recomendação de estratégias para gerir e mitigar riscos; (c) Planear e organizar auditorias internas; e (d) Monitorização da implementação da recomendação de auditoria.
- Melhorar a capacidade do Departamento de Informática relativamente a: (a) Administração de bases de dados; (b) Gestão de aplicações; (c) Gestão do portal electrónico / conteúdos do portal; (d) Administração de sistemas; (e) Administração de rede; (f) Balcão de apoio; e (g) Gestão informática.

- Melhorar a capacidade da Unidade Legal relativamente a: (a) Coordenação e supervisão de assistência legal a Direcções do Ministério; (b) Redacção de leis e documentos legislativos dentro da competência do Ministério das Finanças; (c) Emissão de pareceres legais sobre matérias emergentes; (d) Emissão de pareceres sobre disputas contratuais; e (e) Relatório sobre actividades legais no MF.
- Melhorar a capacidade da Unidade de Apoio ao Gabinete da Ministra relativamente a: (a) Relações públicas e comunicações corporativas; (b) Gestão de Planos Ministeriais (PED, estratégico e anuais); (c) Apoio ao Gabinete da Ministra e da Vice Ministra; e (d) Reporte governamental regular.
- Melhorar a capacidade da Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda relativamente a: (a) Gestão de reporte sobre ajuda externa e actividades de apoio por parte de parceiros de desenvolvimento; (b) Apoio aos esforços de planeamento do Governo; (c) Manutenção de uma base de dados abrangente sobre programas de assistência e apoio por parte de parceiros de desenvolvimento; (d) Provisão de apoio de secretariado à RDTL em áreas relevantes; e (e) Apoio à participação de Timor-Leste em fóruns internacionais (g7+, Diálogo Internacional sobre Construção de Paz e Construção de Estado, WP-EFF)

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério das Finanças ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**25,812**	**13,851**	**15,701**	**16,328**	**16,981**	**17,660**	**18,368**
Recorrentes	**14,587**	**10,244**	**13,270**	**13,800**	**14,352**	**14,926**	**15,524**
Salários e Vencimentos	2,464	2,938	3,345	3,479	3,618	3,763	3,913
Bens e Serviços	12,123	7,306	9,925	10,321	10,734	11,164	11,610
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**11,225**	**3,607**	**2,431**	**2,528**	**2,629**	**2,734**	**2,844**
Capital Minor	838	1,707	1,512	1,572	1,635	1,700	1,768
Capital Desenvolvimento	10,387	1,900	919	956	994	1,034	1,075
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**36,130**	**4,979**	**1,458**	**348**	**-**	**-**
Recorrentes	-	36,130	4,904	1,403	313	-	-
Capital	-	-	75	55	35	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**25,812**	**49,981**	**20,680**	**17,786**	**17,329**	**17,660**	**18,368**
Recorrentes	14,587	46,374	18,174	15,203	14,665	14,926	15,524
Capital	11,225	3,607	2,506	2,583	2,664	2,734	2,844

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO								
Fortalecer a análise da posição fiscal e da construção de envelopes fiscais, em colaboração com a Direcção de Macroeconomia, DGPAR.	Melhorar a metodologia para a preparação de envelopes fiscais e preparar a análise fiscal básica para os orçamentos relativos a 2013 e anos futuros.	Posição fiscal capaz de informar os agregados orçamentais e o quadro macroeconómico a médio prazo.	Análise fiscal abrangente concluída antes do planeamento orçamental.	Díli.	Estimativas iniciais e esboço de posição fiscal produzidos para o planeamento orçamental, em estreita coordenação com a Direcção de Macroeconomia – DGPAR.	Posição fiscal apresentada ao Conselho de Ministros para consideração e aprovação.	Metodologia de envelope fiscal revista a fim de ser melhorada.	
	Garantia rigorosa da conformidade com os envelopes fiscais estabelecidos segundo o Orçamento do Estado para 2012.	Melhor disciplina orçamental.	Conformidade com os envelopes fiscais.	Díli.	Número e qualidade da monitorização concreta da conformidade orçamental relativamente aos envelopes fiscais emitidos pela DNO durante este trimestre.	Número e qualidade da monitorização concreta da conformidade orçamental relativamente aos envelopes fiscais emitidos pela DNO durante este trimestre.	Número e qualidade da monitorização concreta da conformidade orçamental relativamente aos envelopes fiscais emitidos pela DNO durante este trimestre.	Número e qualidade da monitorização concreta da conformidade orçamental relativamente aos envelopes fiscais emitidos pela DNO durante este trimestre.
Melhorar a análise económica das submissões orçamentais e dos seus resultados e iniciativos propostos.	Garantir que as submissões relativas ao Orçamento para 2013 são apresentadas de forma adequada à análise económica.	Melhor alinhamento de resultados e iniciativas com as prioridades do governo e com o PED.	Estrutura de submissões orçamentais clara e possível de ser gerida.	Díli.	Análise orçamental preparada e submetida para aprovação.	Sessões de trabalho de orientação orçamental referentes ao Orçamento para 2013 conduzidas para todos os interessados.		
Produzir o Orçamento Geral do Estado para 2013.	Produzir e disseminar a Circular Orçamental.	Ministérios operacionais compreendem claramente o que lhes é pedido.	Ministérios operacionais satisfeitos com as explicações.	Díli.	Redigir Circular Orçamental.	Circular Orçamental e envelopes fiscais finalizados.	Orçamento final consolidado para 2013 aprovado e submetido ao Parlamento Nacional para deliberação.	Monitorização das alterações e ajustes recomendados ao Orçamento para 2013. Apoio técnico prestado ao Governo na defesa do Orçamento para 2013 nas deliberações do

								Parlamento Nacional.
	Apoiar o Comité de Revisão do Orçamento (CRO).	Decisões orçamentais bem informadas.	Membros do CRO com acesso a todos os materiais relevantes.	Díli.		Sessões informativas do CRO conduzidas e serviços de secretariado prestados ao CRO.		
	Desenvolver e imprimir Orçamento para 2012 final para disseminação e rascunho dos livros orçamentais para 2013 para deliberações no PN.	Intervenientes informados.	Parlamento e Publico sabem o que está no Orçamento.	Díli.	Rever e imprimir documentos relativos ao orçamento final para 2012 para disseminação / distribuição.		Finalizar e imprimir esboço de documentos relativos ao orçamento para 2013 para deliberação por parte do Parlamento Nacional.	
DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO								
Executar o Orçamento.	Fazer pagamentos atempados relativamente à provisão da documentação necessária a partir dos Ministérios Produzir relatórios trimestrais.	100% Concluído, de acordo com as aprovações devidas.	Melhorar a capacidade dos funcionários (M/H) do Tesouro, de modo a prestar assistência a todos os Ministérios e aos intervenientes da RDTL.	Díli, ministérios operacionais.	Número e qualidade do trabalho de monitorização realizado em relação à execução orçamental durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de monitorização realizado em relação à execução orçamental durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de monitorização realizado em relação à execução orçamental durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de monitorização realizado em relação à execução orçamental durante o trimestre.
Criar uma Direcção Nacional de Sistemas de Informações de Gestão Financeira.	Estabelecer uma Direcção Nacional de SIGF. Preparar alterações necessárias à lei orgânica.	Direcção Nacional de SIGF preenchida e a funcionar. Análise de necessidades de formação concluída.	Integração de SIGF. Necessidades de formação identificadas.	Díli, ministérios operacionais e pilotos em 2 distritos Ministérios operacionais.	Requisição de funcionários (M/H) na Direcção do SIGF na DGSC.	Identificar funcionários (M/H) adequados.	Nomear funcionários (M/H).	Ter uma Direcção Nacional do SIGF totalmente funcional.
Estabelecer um Gabinete de Auditoria.	Analisar a estrutura legal e as regulações contidas, com o intuito de melhorar a eficácia e a efectividade das funções de auditoria interna.	Necessidades de formação analisadas. Instrumentos de trabalho garantindo produtividade.	Auditores (M/H) recrutados. Estabelecimento de regime de carreira para auditores.	Tesouro.	Avaliar e rever os requisitos exactos.	Apresentar solicitação à DGSC relativamente a recrutamento.	Acordar com a DGSC uma proposta a ser enviada à Comissão da Função Pública.	Submeter o programa de carreira à Comissão da Função Pública.
	Preparar alterações necessárias ao diploma ministerial.	Regulações relativas ao Tesouro analisadas.		Tesouro.	Preparar a nomeação do Assessor (M/H).	Nomear o Assessor (M/H).	Rever e redigir regulações sobre auditoria interna.	Finalizar regulações.

	Preparar documentação sobre procedimentos de intervenção do Tesouro.	Processos operacionais do Tesouro documentados.	Processos integrados no SIIGF e traduzidos para tétum.	Tesouro.	Iniciar o trabalho.	Rever e iniciar o trabalho na elaboração de regulações.	Finalizar regulações.	Traduzir para tétum.
DIRECÇÃO NACIONAL DE AGÊNCIAS PÚBLICAS AUTÓNOMAS								
Estabelecer o quadro político, leis e regulações para as APAs.	Definir objectivos para a governação das APAs, em consulta com as APAs.	Quadro de responsabilidades das APAs definido.	Política elaborada, regulações promulgadas Política e regulações disseminadas e aceites pelas APAs.	Díli.	Especificações redigidas.	Concurso emitido (caso apropriado).	Sessões informativas sobre propostas ao Conselho de Ministros.	Novo esquema de governação estabelecido.
	Desenvolver quadro político e regulador.	Quadro regulador claro para as APAs.	Política elaborada, regulações promulgadas Política e regulações disseminadas e aceites pelas APAs.	Díli.	Especificações redigidas.	Concurso emitido (caso apropriado).	Sessões informativas sobre quadro político e regulador ao Conselho de Ministros.	Novo quadro político e regulador estabelecido.
Estabelecer sistemas e procedimentos de trabalho para a DNAPA.	Definir, desenvolver e implementar procedimentos, sistemas e objectivos.	Sistemas, controlos internos, processos e procedimentos essenciais estabelecidos.	Procedimentos e sistemas para a DNAPA implementados.	Díli.	Especificações redigidas.	Concurso emitido (caso apropriado).	Sessões informativas sobre quadro político e regulador ao Conselho de Ministros.	Novos procedimentos e sistemas estabelecidos.
DIRECÇÃO NACIONAL DE GESTÃO DE ACTIVOS DO ESTADO								
Fortalecer processos de recepção e inspecção, identificação, registo e verificação de todos os activos do Estado.	Analisar e actualizar sistemas e processos de recepção, classificação e monitorização de activos.	Registo actualizado, preciso e fiável de dados de activos para localização de detalhes sobre activos.	Activos governamentais identificados e registados.	Díli e Distritos.	Número e qualidade do trabalho de actualização feito pela Direcção de Gestão de Activos a respeito do registo de dados de activos durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de actualização feito pela Direcção de Gestão de Activos a respeito do registo de dados de activos durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de actualização feito pela Direcção de Gestão de Activos a respeito do registo de dados de activos durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho de actualização feito pela Direcção de Gestão de Activos a respeito do registo de dados de activos durante o trimestre.
	Formar funcionários de ministérios operacionais no uso do sistema *FreeBalance* para gestão de activos.	Módulos de formação modificados e melhores processos de aprendizagem.	Agentes logísticos e de dados formados e efectivos no uso do sistema *FreeBalance*	Díli.	Organizar programa de formação no *FreeBalance*.	Implementar módulos de formação.	Número e qualidade da formação no sistema *FreeBalance* prestada pela Gestão de Activos durante o trimestre.	Número e qualidade da formação no sistema *FreeBalance* prestada pela Gestão de Activos durante o trimestre.

Melhorar a monitorização, supervisão e assistência aos ministérios operacionais no processo de implementação da gestão descentralizada de activos.	Melhorar o uso do sistema *FreeBalance* conforme aplicado à gestão de activos.	Melhor abordagem de provisão de formação implementada.	Agentes (M/H) de dados formados.	Díli.	Implementar módulos com agentes de dados.	Implementar módulos em ministérios operacionais e instituições.	Número e qualidade da formação no sistema *FreeBalance* prestada pela Gestão de Activos durante o trimestre.	Número e qualidade da formação no sistema *FreeBalance* prestada pela Gestão de Activos durante o trimestre.
	Melhorar o desempenho por parte de ministérios operacionais e instituições.	Ministérios operacionais compreendem os procedimentos e regulações relativos a gestão de activos.	Activos do Estado bem monitorizados e geridos.	Díli e Distritos.	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre com vista a melhorar a compreensão e o desempenho dos ministérios operacionais e instituições estatais a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre com vista a melhorar a compreensão e o desempenho dos ministérios operacionais e instituições estatais a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre com vista a melhorar a compreensão e o desempenho dos ministérios operacionais e instituições estatais a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre com vista a melhorar a compreensão e o desempenho dos ministérios operacionais e instituições estatais a respeito da gestão de activos.
Formar os vários ministérios e instituições nos procedimentos e regulações sobre gestão de activos.	Conduzir cursos de gestão de pessoal e gestão administrativa. Analisar e emendar regras e regulações. Atribuir veículos do Estado.	Melhorar as relações de trabalho entre funcionários (M/H) administrativos.	Registo actualizado de dados de activos.	Díli e Regiões.	Número e qualidade da formação feita pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão e o desempenho dos seus funcionários (M/H) a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade da formação feita pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão e o desempenho dos seus funcionários (M/H) a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade da formação feita pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão e o desempenho dos seus funcionários (M/H) a respeito da gestão de activos.	Número e qualidade da formação feita pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão e o desempenho dos seus funcionários (M/H) a respeito da gestão de activos.
Procedimentos e regulações eficientes e efectivos a respeito do controlo do uso de veículos do Estado.	Melhorar a compreensão dos requisitos legais para a gestão de activos.	Utentes de veículos cumprem com as regulações.	Funcionamento dos veículos monitorizado.	Díli e Distritos.	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão dos requisitos legais a	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão dos requisitos legais a	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão dos requisitos legais a	Número e qualidade das intervenções feitas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre para melhorar a compreensão dos requisitos legais a respeito da gestão de activos.

					respeito da gestão de activos.	respeito da gestão de activos.	respeito da gestão de activos.	
	Estabelecer NOPs para funcionamento e manutenção de veículos Formar pessoal de transportes	Minimizar avarias de veículos e conseguir a melhor utilização a um custo económico.	Veículos do Estado mantidos.	Díli.	Número de veículos estatais mantidos e / ou tornados operacionais pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.	Número de veículos estatais mantidos e / ou tornados operacionais pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.	Número de veículos estatais mantidos e / ou tornados operacionais pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.	Número de veículos estatais mantidos e / ou tornados operacionais pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.
Melhorar os processos de identificação, classificação, recolha e alienação de activos.	Analisar e actualizar a documentação referente à alienação de activos.		Documentação sobre alienação actualizada. Activos excedentários alienados de forma eficiente.	Díli e Centro Regional.	Frequência e qualidade das revisões efectuadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre a respeito de alienação de activos.	Frequência e qualidade das revisões efectuadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre a respeito de alienação de activos.	Frequência e qualidade das revisões efectuadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre a respeito de alienação de activos.	Frequência e qualidade das revisões efectuadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre a respeito de alienação de activos.
	Recrutar, formar e destacar funcionários (M/H) adicionais em coordenação com a DGSC-MF.	Recrutar funcionários (M/H) técnicos.	Activos excedentários para alienação identificados e classificados.	Díli e Centro Regional.	TDR desenvolvidos e endossados à DGSC para recrutamento.	Processo de recrutamento de funcionários (M/H) realizado através da DGSC-MF.	Número e qualidade das acções de formação realizadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.	Número e qualidade das acções de formação realizadas pela Direcção de Gestão de Activos durante o trimestre.
DIRECÇÃO NACIONAL DE APROVISIONAMENTO								
Alterar o decreto-lei à luz da comissão de aprovisionamento, da descentralização do aprovisionamento para os distritos e sub-distritos e de outros desenvolvimentos.	Alterar o decreto-lei à luz dos desenvolvimentos recentes, nomeadamente a criação da comissão de aprovisionamento, a descentralização do aprovisionamento para os distritos e sub-distritos e outros desenvolvimentos institucionais	Várias alterações institucionais ao nível do aprovisionamento, incluindo as novas entidades (CA, ADN) novos programas com incidência nos distritos (PDD) e descentralização aos ministérios operacionais.	Decreto-lei e regulações associadas redigidos, aprovados, orientados através do Parlamento Nacional e disseminados com sucesso.	Díli.	Consultas sobre a nova lei geral concluídas.	Formação prestada sobre a implementação da nova lei.	Continuação da implementação da lei.	Consultas sobre a nova lei geral concluídas.
	Alterar as regras / lei sobre a monitorização de processos de aprovisionamento e contribuir para alterações a nível de distrito / sub-	A DGFE irá supervisionar a redacção da lei geral de aprovisionamento.	Decreto-lei e regulações associadas redigidos, aprovados,	Díli.	Lei promulgada.	Lei promulgada.		

	distritos.		orientados através do Parlamento Nacional e disseminados com sucesso.					
	Gerir a introdução e a implementação da lei numa base de todo o governo.	Quadro de aprovisionamento reforçado de acordo com os padrões de boas práticas internacionais.	Decreto-lei e regulações associadas redigidos, aprovados, orientados através do Parlamento Nacional e disseminados com sucesso.					
Actualizar os manuais relativos a aprovisionamento electrónico.	Desenvolver manuais e materiais de apoio ao utilizador no que se refere a aprovisionamento electrónico nos ministérios operacionais.	Capacidade a nível de aprovisionamento em todo o governo melhorada, com destaque para as qualificações em termos de módulos de aprovisionamento e gestão de contratos e portal de aprovisionamento electrónico.	Documentação relevante preparada, aceite e utilizada.	Díli.	Materiais desenvolvidos em apoio ao plano aprovado de formação em aprovisionamento.	Implementação do plano de formação em aprovisionamento e módulos CM. Portal electrónico de aprovisionamento.	Continuação da provisão de formação aprovada segundo o plano.	Continuação da provisão de formação aprovada segundo o plano.
DIRECÇÃO-GERAL DE RECEITAS E ALFÂNDEGAS								
DIRECÇÃO NACIONAL DE IMPOSTOS DOMÉSTICOS								
Registar contribuintes (M/H) e manter um registo actualizado de contribuintes.	Analisar o registo de contribuintes e garantir que as informações aos contribuintes são correctas e actualizadas, bem como que os registos em duplicado são eliminados.	Registo de contribuinte actual e preciso.	Registo precisa de contribuintes que garanta: - Incidência em clientes “de boa-fé”. - Fornecimento de informações precisas à administração sobre o perfil de registos.	Díli.	Registo de contribuintes limpo e detalhes precisos de números de identificação fiscal capturados no SIGTAS.	Números de identificação fiscal precisos capturados no SIGTAS.	Número e qualidade do trabalho efectuado no SIGTAS durante o trimestre.	Número e qualidade do trabalho efectuado no SIGTAS durante o trimestre.
	Melhorar o SIGTAS de forma a fornecer relatórios de informações administrativas para monitorizar as actividades de registo.	Alterações necessárias identificadas e SIGTAS melhorado.		Díli.	Alterações no SIGTAS identificadas.	Alterações no SIGTAS implementadas.	Número de alterações realizadas pela DNID no SIGTAS durante o trimestre.	Número de alterações realizadas pela DNID no SIGTAS durante o trimestre.
	Continuar a melhorar o uso de dados de terceiros para detectar contribuintes não registados.	Registo de Contribuintes completo com todas as empresas na “rede fiscal”.	Identificação e rectificação de situações de contribuintes não registados.	Díli.	Dados de terceiros recolhidos e examinados.	Número de dados de terceiros recolhidos e examinados pela DNID durante o trimestre.	Número de dados de terceiros recolhidos e examinados pela DNID durante o trimestre.	Número de dados de terceiros recolhidos e examinados pela DNID durante o trimestre.

Recolha de declarações fiscais e cobrar impostos.	Desenvolver um Programa de Execução de Cobranças.	Programa de Execução de Cobranças Anuais desenvolvido e documentado.	Desempenho a nível de cobrança melhorado.	Díli.	Programa de execução desenvolvido e documentado.			
	Identificar e implementar alterações ao SIGTAS para garantir apoio pleno à execução de cobranças.	Alterações necessárias identificadas e SIGTAS melhorado.	Desempenho a nível de cobrança melhorado.	Díli.	Alterações no SIGTAS identificadas.	Alterações no SIGTAS implementadas.	Número de alterações realizadas pela DNID no SIGTAS durante o trimestre.	Número de alterações realizadas pela DNID no SIGTAS durante o trimestre.
	Simplificar declarações fiscais e instruções – anualmente.	Simplificar declarações fiscais e instruções.	Desempenho a nível de cobrança melhorado.	Díli.	-	-	-	Formulários fiscais simplificados implementados.
Conduzir auditorias e outras actividades de conformidade para garantir que os contribuintes (M/H) estão a cumprir a lei.	Realizar todos os anos um projecto visando os contribuintes que não apresentem declarações.	Projecto anual visando os contribuintes que não apresentem declarações realizado, com resultados reportados.	Os funcionários (M/H) de Auditoria terão melhor conhecimento das leis fiscais, e também dos processos e procedimentos.	Díli.	Projecto implementado.	-	-	-
	Conduzir sessões de trabalho de formação em auditoria, em conjunto com a OJT.	Programa de formação em auditoria desenvolvido e disponível Módulos de formação produzidos.		Díli.	Sessões de trabalho e OJT conduzidas e realizadas.	Número de sessões de trabalho e OJT conduzidas e realizadas.	Número de sessões de trabalho e OJT conduzidas e realizadas.	Sessões de trabalho e OJT conduzidas e realizadas.
	Melhorar a interligação entre sistemas informáticos do MF (SIGTAS, ASYCUDA, FREEBALANCE) de forma a melhorar as actividades de avaliação de riscos.	Melhorada a identificação de contribuintes incumpridores.		Díli.	Melhorias realizadas aos sistemas.	Número e qualidade das melhorias feitas ao sistema durante o trimestre.	Número e qualidade das melhorias feitas ao sistema durante o trimestre.	Número e qualidade das melhorias feitas ao sistema durante o trimestre.
Recolher informações e dados para uma avaliação de risco relativamente ao nível de cumprimento voluntário das leis fiscais.	Desenvolver cooperação interinstitucional a nível de partilha de dados. Desenvolver método e técnica de recolha de dados e informações. Desenvolver cooperação com outras autoridades. Desenvolver um Manual de Investigação que descreva as acções a seguir aquando da detecção de fraudes fiscais.	Cooperação a nível de partilha de dados através de ligação com outras instituições / intervenientes. Dados e informações disponíveis. Informações disponíveis a partir de outras autoridades.	A identificação de contribuintes incumpridores será melhorada.	Díli.	Ligação com ministérios e partes externas estabelecida sobre avaliação de risco	Número e qualidade das interacções com ministérios e partes externas durante o trimestre sobre avaliação de risco.	Número e qualidade das interacções com ministérios e partes externas durante o trimestre sobre avaliação de risco.	Número e qualidade das interacções com ministérios e partes externas durante o trimestre sobre avaliação de risco.
		Manual de	A identificação de	Díli.	Esboço de	Manual	Número e	Número e

		Investigação produzido	contribuintes incumpridores será melhorada.		Manual desenvolvido e aprovado.	implementado e disseminado.	qualidade de actividades de disseminação conduzidas durante o trimestre.	qualidade de actividades de disseminação conduzidas durante o trimestre.
DIRECÇÃO NACIONAL DE ALFÂNDEGAS								
Melhorar a cobrança de impostos a partir dos direitos de importação, imposto sobre o consumo e imposto sobre vendas.	Avaliação e reconciliações de impostos cobrados com o BNU, Banco Central de Timor-Leste, Tesouro.	Reconciliação com o Tesouro, nco Central de Timor-Leste, BNU e ASYCUDA.	Cobrança de impostos aumentada.	Timor-Leste.	Reconciliar alvo: 2 meses.	Reconciliar alvo: 7 meses.	Reconciliar alvo: semanal.	100% de conformidade.
	Implementação da Fase II do Plano de Trabalho do ASYCUDA.	Implementação da Fase II e estabelecimento de um relatório automático no ASYCUDA para monitorizar a libertação rápida de pagamentos.		Timor-Leste.	30% dos bens libertados rapidamente são pagos de forma atempada.	50% dos bens libertados rapidamente são pagos de forma atempada.	75% dos bens libertados rapidamente são pagos de forma atempada.	100% dos bens libertados rapidamente são pagos de forma atempada.
	Libertação rápida dos bens cujos direitos sejam pagos atempadamente.	Dados de avaliação estabelecidos. Base de dados criada e mantida.		Timor-Leste.	50% Desenvolvidos.	75% Desenvolvidos.	100% Estabelecidos.	Implementação e uso plenos.
	Conseguir um tempo médio de avaliação de 48 horas.	Programa de supervisão implementado para monitorizar o tempo com vista a reduzi-lo a 48 horas.		Timor-Leste.	Tempo de avaliação reduzido para 72 horas.	Tempo de avaliação reduzido para 60 horas.	Tempo de avaliação reduzido para 48 horas.	Tempo médio de avaliação de 48 horas.
	Estabelecer regime de auditoria pós-desembargo (APD.	Perfil de risco estratégico desenvolvido para a alfândega. Módulo automático concebido para a avaliação do impacto das regras de selectividade e dos perfis de risco.		Timor-Leste.	Concepção de indicadores de risco.	Formação de funcionários (M/H) para utilizarem o novo perfil de risco. Uso do novo perfil de risco.	Acelerar o processo de desembargo de comerciantes legítimos em 15%.	Perfil estratégico de risco totalmente desenvolvido e implementado.
		Plano de auditoria para 2012 desenvolvido.		Timor-Leste.	-	Iniciada.	Plano de auditoria e plano de manuais implementados a 50%.	Plano de auditoria implementado a 100%.
	Implementar reformas a nível de Despachantes Aduaneiros.	Reformar os Despachantes Aduaneiros,		Timor-Leste.	-	-	-	Implementação de reformas à associação de

		incluindo requisitos rigorosos de certificação de despachantes, formação e código de conduta dentro da indústria. Estabelecimento de uma associação de despachantes.						despachantes estabelecida.
Melhorar o controlo, movimentação e circulação de bens internacionais.	Estabelecer unidade marítima de alfândega.	Unidade marítima de alfândega em funcionamento	Melhor controlo de bens.	Díli.	Iniciada a 10%.	Estabelecimento da Unidade Marítima da Alfândega concluído.	Unidade Marítima da Alfândega operacional.	Número e qualidade das actividades de rotina conduzidas pela Unidade Marítima durante o trimestre.
Melhorar a protecção comunitária contra bens ilegais e contra o tráfico ilegal de drogas e armas.	Coordenação de sistema entre divisões relevantes da alfândega.	Módulo de selectividade estabelecido Inserção regular de novos perfis de risco no sistema.	Procedimentos integrados desenvolvidos para o processamento de bens em pontos de entrada	Timor-Leste.	-	Melhoria da inspecção de bens.	Redução do tempo de desembargo em 25%.	Totalmente implementada.
		Coordenação melhorada nos postos fronteiriços integrados. Reuniões regulares estabelecidas entre instituições fronteiriças.		Timor-Leste.	Reunião regular estabelecida entre agências fronteiriças.	Procedimentos integrados totalmente desenvolvidos.	Procedimentos integrados testados.	Procedimentos integrados implementados.
Melhorar a facilitação do comércio.	Estabelecer o portal electrónico da alfândega.	Estabelecer o portal e formar agentes aduaneiros na sua manutenção.	Informações aduaneiras publicadas no portal electrónico.	Timor-Leste.	Contratar consultor (M/H).	Desenvolver portal electrónico	Portal electrónico operacional.	Informações aduaneiras publicadas no portal electrónico.
	Fortalecer laços com a comunidade internacional.	Aumentar o número de MDEs com países vizinhos.	MDEs com países vizinhos.	Timor-Leste.	Continuação das negociações.	Continuação das negociações.	Conclusão das negociações com parceiros do MDE	MDE assinado.
	Implementar Fase II do plano de trabalho do ASYCUDA.	Implementar módulo de manifesto.	Módulo de manifesto implementado.	Díli.	Partilha electrónica de informações estabelecida.	Manifesto de carga submetido antes da chegada ao Porto de Díli.	Módulo de manifesto operacional para todas as principais companhias.	Operacional.
	Estabelecer o balcão de apoio da alfândega.	Balcão de apoio a funcionar de forma efectiva com efeitos notados nos relatórios de	Balcão de apoio totalmente implementado.	Timor-Leste.	Iniciada.	Orientação atempada a clientes.	Orientação atempada a clientes.	Balcão de ajuda totalmente implementado.

		percepção.						
	Preparar directivas processuais aduaneiras para despachantes, importadores, exportadores e outros agentes empresariais.	Directivas de procedimentos concluídas e disponíveis no portal electrónico.	Directivas de procedimentos aduaneiros implementadas Utilização de sistema ASYCUDA e de tecnologia de raio-X.	Timor-Leste.	Directivas de procedimentos produzidas.	Número e qualidade das sessões de trabalho conduzidas para despachantes aduaneiros e importadores / exportadores durante o trimestre.	Número e qualidade das sessões de trabalho conduzidas para despachantes aduaneiros e importadores / exportadores durante o trimestre.	Número e qualidade das sessões de trabalho conduzidas para despachantes aduaneiros e importadores / exportadores durante o trimestre.
Manter a promoção e facilitação do investimento interno e externo.	Introduzir o código aduaneiro consolidado.	Código introduzido.	Código aduaneiro consolidado operacional.	Timor-Leste.	Código aduaneiro consolidado aprovado pelo Parlamento.	Sessão de trabalho conduzida para intervenientes privados e funcionários aduaneiros.	Sessão de trabalho conduzida para intervenientes privados e funcionários aduaneiros.	Código aduaneiro consolidado introduzido.
	Coordenar com os Departamentos de Saúde e de Quarentena.	Obter acesso ao laboratório. Negociações de MDE com a Indonésia a fim de aceder a instalações de laboratório.	Acesso ao laboratório conseguido.	Díli.	50% Iniciados.	Acesso ao laboratório conseguido.	Operacional.	Operacional.
DIRECÇÃO NACIONAL DE IMPOSTOS PETROLÍFEROS								
Avaliar e Cobrar Impostos Petrolíferos.	Desenvolver Directivas de Utilização para todos os formulários fiscais, incluindo: - Actualização de panfletos, - Actualização de informações no portal electrónico; - Endosso de mapa de serviços de contribuintes e trabalho na sua implementação.	Concepção e publicação de Directivas de Utilização para funcionários e contribuintes petrolíferos.	Redução no número de inquéritos e do tempo gasto pelos funcionários da DNIP para responderem	Timor-Leste.	Formar equipa.	Elaborar mapa.	Discussão sobre a proposta de mapa.	Finalizar.
		Portal electrónico com informações abrangentes e actualizadas e campanhas públicas realizadas.		Timor-Leste e países estrangeiros.	Redigir propostas.	Analisar.	Campanha / exposição itinerante.	Campanha / exposição itinerante.
		Mapa de serviços de contribuintes endossados e implementado.		Timor-Leste.	Redigir propostas.	Analisar.	Analisar.	Finalizar.
		Relatórios Trimestrais e Anuais preparados detalhando as concretizações		Timor-Leste e países estrangeiros.	Reporte trimestral.	Reporte trimestral.	Reporte trimestral.	Reporte trimestral.

		segundo o plano.						
Monitorizar e auditar contribuintes petrolíferos.	Melhorar os conhecimentos em termos de auditorias.	Recrutar 2 auditores fiscais internacionais (M/H).	Actividade de auditoria clara e efectiva.	Timor-Leste.	Recrutar.	Desenvolver programa de auditoria.	Implementar.	Implementar.
		Empregar 3 consultores (M/H) nacionais com experiência em petróleo e gás.		Timor-Leste.	Recrutar.	Desenvolver programa de auditoria.	Implementar.	Implementar.
		Formação fiscal para os consultores (M/H) nacionais por parte dos assessores internacionais.	Conhecimentos dos funcionários locais aumentados.	Timor-Leste e países estrangeiros.	Número e qualidade das acções de formação fiscal conduzidas durante o trimestre.	Número e qualidade das acções de formação fiscal conduzidas durante o trimestre.	Número e qualidade das acções de formação fiscal conduzidas durante o trimestre.	Número e qualidade das acções de formação fiscal conduzidas durante o trimestre.
		Desenvolver matriz de auditoria para resolução de itens fiscais disputados com contribuintes.	Avaliações emitidas.	Timor-Leste e países estrangeiros.	Número e qualidade das avaliações fiscais efectuadas durante o trimestre.	Número e qualidade das avaliações fiscais efectuadas durante o trimestre.	Número e qualidade das avaliações fiscais efectuadas durante o trimestre.	Número e qualidade das avaliações fiscais efectuadas durante o trimestre.
		Desenvolver uma matriz preventiva de informações para detecção de tentativas de fraude / evasão fiscal.	Fraudes / evasões fiscais reduzidas.	Timor-Leste e países estrangeiros.	Equipa estabelecida.	Matriz concebida e implementada.	Número e qualidade de acções de detecção de fugas fiscais implementadas durante o trimestre.	Número e qualidade de acções de detecção de fugas fiscais implementadas durante o trimestre.
Emitir decisões públicas e privadas (incluindo Directivas de Utilização).	Adquirir *software* de investigação fiscal. Identificar áreas problemáticas de leis fiscais que necessitem de decisões públicas. Formar pessoal (M/H) nacional.	Função de declarações electrónicas no SIGTAS instalada e operacional.	Dados e interpretações fiáveis e atempados.	Timor-Leste.	Dados revistos.	Número e qualidade dos dados revistos durante o trimestre.	Número e qualidade dos dados revistos durante o trimestre.	Número e qualidade dos dados revistos e finalizados durante o trimestre.
		Identificação de áreas “controversas” de leis fiscais requerendo esclarecimentos.		Timor-Leste e países estrangeiros.	Leis fiscais revistas.	Número e qualidade das discussões fiscais realizadas durante o trimestre.	Número e qualidade das discussões fiscais realizadas durante o trimestre.	Número e qualidade das discussões fiscais realizadas durante o trimestre.
		Plano de formação redigido e implementado.		Timor-Leste.	Estabelecer módulo de formação.	Número e qualidade da formação implementada durante o trimestre.	Número e qualidade da formação implementada durante o trimestre.	Número e qualidade da formação implementada durante o trimestre.
		Emissão de decisões públicas em todas as		Díli.	Número e qualidade de decisões públicas	Número e qualidade de decisões públicas	Número e qualidade de decisões públicas	Número e qualidade de decisões públicas

		matérias pendentes.			sobre questões pendentes emitidas durante o trimestre.	sobre questões pendentes emitidas durante o trimestre.	sobre questões pendentes emitidas durante o trimestre.	sobre questões pendentes emitidas durante o trimestre.
Conseguir interligação com outros intervenientes da indústria.	Cooperação a nível de informações por via de ligação com outras instituições / intervenientes.	Melhores informações e cooperação com intervenientes da indústria.	Minimizar tentativas de fuga fiscal.	Timor-Leste e países estrangeiros.	Desenvolver perfil de risco.	Discussão interna.	Contacto com instituições relevantes iniciado.	Número e qualidade do trabalho de ligação com outras instituições intervenientes realizado durante o trimestre.
DIRECÇÃO-GERAL DE ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO POLÍTICA								
DIRECÇÃO NACIONAL DE MACROECONOMIA								
Fornecer análise útil de políticas para ajudar a tomada de decisões nos departamentos do MF.	Estabelecer necessidades do MF em termos de recomendações políticas, estudos económicos e análise de dados.	Documento produzido, detalhando necessidades de outros departamentos e a forma como a DNME pode dar resposta a essas necessidades.	Maior número de documentos políticos ou estudos económicos de alta qualidade submetidos à Ministra e a Direcções relevantes	MF Díli.	Reuniões realizadas com outras direcções.	Continuar reuniões e redigir detalhes de todas as necessidades e sobreposições.	Iniciar a produção de resultados para responder especificamente às necessidades de outras DNs.	Continuação da produção de resultados para DNs.
	Garantir dados de boa qualidade para facilitar a formação de relatórios e análises precisos e sólidos.	Mais dados recolhidos e apresentados de forma amiga do utilizador e uniformizada.		MF Díli.	Identificar lacunas ao nível de disponibilidade de dados e questões com a apresentação destes dados.	Localização dos dados em falta e apresentação dos mesmos de modo uniformizado.	Continuação das tarefas do 1.º e 2.º trimestre e melhoria da disponibilidade de dados.	Continuação das tarefas do 1.º e 2.º trimestre e melhoria da disponibilidade de dados.
	Pôr funcionários capacitados a trabalhar juntamente com funcionários que requerem formação na análise de dados, a fim de produzir resultados.	Resultados produzidos de forma conjunta, fazendo uso de dados precisos e com fontes claras.		MF Díli	Funcionários nacionais fazem uma contribuição significativa para a análise e formação recebidas quando necessário	Funcionários nacionais capazes de assumir a liderança na concepção de resultados	Resultados produzidos com contribuição nacional significativa Funcionários menos aptos revelam melhorias ao nível da compreensão e da contribuição prestada	Resultados produzidos com contribuição nacional significativa Funcionários menos aptos revelam melhorias ao nível da compreensão e da contribuição prestada
Informar melhor o processo orçamental através de actividades macroeconómicas.	Alinhar a análise da Direcção com contribuições que beneficiem e enriqueçam o trabalho da Direcção do Orçamento.	Análise de dados e outros resultados úteis a fluírem da DNME para a Direcção do Orçamento.	Análise e recomendações da DNME reflectidas de forma clara na concepção do orçamento.	MF Díli.	Estabelecer necessidades da direcção do orçamento.	Análise de dados para Direcção Nacional do Orçamento.	Análise de dados para Direcção Nacional do Orçamento.	Análise de dados para Direcção Nacional do Orçamento.

	Aumentar a cooperação com a Direcção do Orçamento durante o processo orçamental para garantir que todos os seus resultados são consistentes com a análise económica da nossa Direcção.	Ausência de dados inconsistentes entre as duas direcções e um orçamento concebido para reflectir as condições macroeconómicas.		MF Díli.	Conceber plano de acção sobre como moldar o trabalho da DNME para ajudar a Direcção do Orçamento.	Implementação de plano de acção.	Panorama Económico enviado pela DNME à Direcção Nacional do Orçamento.	Reuniões realizadas e mais diálogo entre as duas partes.
Melhorar os resultados analíticos relativos à estrutura fiscal e a taxas óptimas em termos económicos.	Aumentar a cooperação com a DGRA para garantir a condução contínua de uma análise holística em relação à concepção de tributação óptima.	Documento produzido dando um retrato holístico do actual cenário de tributação em Timor-Leste e recomendações para acção futura.	Documentos bem informados e enviados pela DNME à DGRA dentro dos prazos estabelecidos a nível interna.	MF Díli.	Formação de grupo de trabalho envolvendo as duas partes sobre tributação	Grupo de trabalho sobre tributação prepara documento sobre tributação em Timor-Leste	Grupo de trabalho sobre tributação prepara documento sobre tributação em Timor-Leste	Documento sobre tributação em Timor-Leste concluído
	Estabelecer comités de trabalho conjuntos com a DGRA e outros conforme necessário para garantir que a política tributária e outras questões transversais são geridas de forma lógica e prática a nível económico.	Grupo de trabalho conjunta estabelecido entre a DGRA e a DNME para garantir que as questões transversais são resolvidas de forma eficiente.		MF Díli.	Grupo de trabalho conjunto entre DGRA e DNME estabelecido.	Procedimentos e processos do grupo de trabalho concebidos e implementados.	Grupo de trabalho com reuniões regulares.	Grupo de trabalho começa a lidar efectivamente com questões transversais.
Melhorar a capacidade para fazer projecções e estimativas de diversas variáveis económicas.	Melhorar a capacidade dos funcionários para utilizar dados e tendências passadas para prever resultados futuros, envolvendo uma combinação de contratação de candidatos qualificados e de provisão de formação e capacitação aos funcionários actuais.	Os funcionários nacionais farão projecções e estimativas numa base contínua, sem apoio permanente dos funcionários internacionais.	Estimativas de PIB e fluxos de receitas projectadas produzidas por funcionários nacionais e outras variáveis como a inflação previstas e publicadas, juntamente com pressupostos sólidos.	Díli.	Formação em projecções e estimativas.	Funcionários nacionais trabalham com dados para fazerem previsões e estimativas sobre o PIB e receitas, recebendo formação prática quando necessário.	Funcionários nacionais trabalham com dados para fazerem previsões e estimativas sobre o PIB e receitas, recebendo formação prática quando necessário.	Projecções do PIB e de receitas finalizadas pelos funcionários nacionais (para 2013 e anos seguintes).
Melhorar a monitorização, análise e projecção de receitas.	Alargar o modelo de receitas para incluir variáveis de impulsionadores de receitas e melhorar a análise de desempenho de diferentes instituições de receitas.	Melhor monitorização de receitas, permitindo esforços mais incisivos para melhorar receitas domésticas e uma melhor projecção de receitas que possibilite ao Tesouro melhorar a gestão de dinheiro.	Provisão de valores de receitas, históricos e actuais e de projecções para um reporte económico relevante Actualização contínua destas projecções a fim de melhorar a gestão fiscal e de dinheiro.	Díli.	Bases de dados compiladas relativamente a impulsionadores de receitas para cada item de receitas.	Início da análise do desempenho de receitas histórico e actual.	Componente histórico concluído e projecção sólida relativa às receitas para 2012 disponibilizada.	Resultados da análise de receitas usados para produzir relatório abrangente sobre melhorias visadas a nível de receitas.
DIRECÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA								
Lei sobre Estatística	Consultar intervenientes /	Intervenientes	Nova Lei sobre	MF Díli.	Consulta com os			

nova e reforçada para Timor-Leste.	redigir nova lei.	compreendem a Lei sobre Estatística.	Estatística estabelecida.		intervenientes.			
	Aprovar nova lei.	Pronta para implementação.		MF Díli.		Implementação.	Implementação.	
	Formar funcionários na nova lei e nas suas obrigações.	Gabinetes estatísticos compreendem e implementam a nova lei.		MF Díli.		Formação para os funcionários de estatística a respeito da implementação da lei.		
	Realizar seminários públicos / outras promoções referentes à nova lei.	Compreensão da nova lei.		MF Díli.	Apresentação da nova lei ao público.		Nova lei preparada.	
Gabinete nacional componente e sustentável de estatística.	Aprender com gabinetes nacionais geminados no que se refere a todos os aspectos das estatísticas oficiais.	Implantação de 10 estatísticas principais.	Gabinete nacional independente de estatística ate 2015.	MF Díli.		Explicar aos intervenientes os 10 postos principais sobre estatística.		
	Estabelecer registo de prestação efectiva de plano de trabalho.	Trabalho relativo a um programa e um plano.		MF Díli.		Implementação do plano de trabalho.	Implementação do plano de trabalho.	
	Cria capacidade administrativa dos funcionários.	Partilha de conhecimento de acordo com padrões internacionais e conforme medido por planos de projectos individuais.		MF Díli.		Realizada.	Realizada.	
	Gabinete nacional independente de estatística estabelecida.	Mais poder para organizar a actividade estatística.		MF Díli.			Melhorar a capacidade de gestão.	
Um programa de trabalho estatístico alargado, com produção regular das estatísticas mais prioritárias.	Compilar / disseminar estatísticas regulares sobre população residente estimada.	Inserção e compilação de dados finalizadas.	Estatísticas mais prioritárias produzidas de acordo com os padrões de frequência, prontidão e qualidade acordados.		Finalizada.	Finalizada.	Finalizada.	Finalizada.
	Compilar / disseminar contas nacionais regulares.	Recolha de dados a partir de outra instituição finalizada.			Recolher, compilar e editar.	Finalizada.	Finalizada.	
	Conduzir / disseminar estatísticas sobre rendimentos e despesas das famílias.	Produção de dados relativos a contas nacionais e de novos dados sobre pobreza.		MF Díli.	Recrutamento e formação para trabalhadores no terreno.	Actividade no terreno e processamento de dados.	Actividade no terreno e processamento de dados.	Actividade no terreno e processamento de dados.
	Compilar / disseminar estatísticas sobre actividades empresariais regulares.	Produção de dados relativos a contas nacionais.		MF Díli.	Recrutamento e formação para trabalhadores no terreno.	Trabalho no terreno para o estudo de actividades empresariais.	Publicação do Resultado.	Disseminação.

	Compilar / disseminar estatísticas sobre produção agrícola regular.	Produção de dados relativos a contas nacionais.		MF Díli.	Desenvolver o questionário com o Ministro da Agricultura.	Trabalho no terreno.	Trabalho no terreno.	Disseminação.
	Estabelecer um sistema de estatísticas distritais.	Provisão de dados de distrito para utilizadores e trabalho relativo ao sistema.		MF Díli.	Estabelecer sistema estatístico no distrito.	Implementação.	Implementação.	Implementação.
Reforçar o papel dos escritórios distritais.	Estabelecer o papel / modo de operação para Gabinetes de Distrito	Gabinetes de Distrito compreendem o Programa de Trabalho de Estatística.	Gabinetes de Distrito a trabalharem de forma efectiva.	MF Díli.		Estabelecimento do papel e do modo de operação.	Implementação.	Implementação.
	Recrutar e formar funcionários (M/H).	Melhorar os conhecimentos e qualificações dos participantes na análise de inferências de dados.		MF Díli.	Recrutamento de funcionários (M/H) no distrito.	Formação básica em estatística.	Formação em estatística avançada.	
	Estabelecer programas de trabalho para Gabinetes de Distrito.	Gabinetes de distrito a trabalharem de forma efectiva no que se refere aos Padrões Internacionais.		MF Díli.	Estabelecer programa de trabalho para gabinetes de distrito.	Implementação do programa.	Implementação do programa.	Implementação do programa.
	Monitorização / avaliação / adaptação permanentes.	Controlar a actividade estatística.		MF Díli.		Monitorização da actividade.	Monitorização da actividade.	Monitorização da actividade.
DIRECÇÃO NACIONAL DO FUNDO PETROLÍFERO								
Estabelecer sentimento de pertença nacional em relação à Riqueza Petrolífera e ao cálculo do RSE.	Uniformizar o processo de estimativa da Riqueza Petrolífera e de cálculo do RSE.	Procedimentos detalhados num Manual de RSE.	DNFP capaz de estimar a Riqueza Petrolífera de forma fiável e independente.	MF Díli.	Primeiro esboço produzido.	Primeiro esboço produzido.		
	Transferir conhecimentos para funcionários e consultores locais.	Provisão de assistência técnica por parte do FMI.		MF Díli.	Trabalho de preparação realizado pela DNFP, incluindo actualizações para 2011.	Trabalho de preparação realizado pela DNFP, incluindo actualizações para 2011.	DNFP encarregue de calcular o RSE sob a supervisão do FMI.	DNFP actualiza Manual de RSE.
	Fazer ligação com partes relevantes de modo a entender o desenvolvimento recente no sector petrolífero.	Estabelecer e acordar procedimentos com a SERN/ANP a fim de serem incluídos no Manual de RSE.		MF Díli.	Conversações preliminares com a ANP sobre perspectivas.	Conversações com a ANP e com operadores sobre a provisão de pacotes de dados para cálculo do RSE.		

Coordenar de forma efectiva e eficaz com instituições estatais e intervenientes relevantes em relação à gestão do Fundo Petrolífero e a outras questões petrolíferas.	Mapear actividades e informações necessárias relativamente a instituições estatais relevantes.	Reuniões de rotina / comunicações com a ABP e a SERN / ANP.	Partes relevantes contribuem para a gestão prudente do FP e promovem a transparência e a responsabilização.		Comunicação frequente com a ABP. Consideração da inclusão em procedimentos formais (em ligação com reuniões do CAI). Comunicação atempada com a SERN/ANP (relativamente a cálculos do RSE).			
	Apoiar e participar activamente em discussões, sessões de trabalho / seminários, análises, estudos, etc.	Conduzir uma sessão de trabalho / seminário e contribuir para outras iniciativas caso seja possível.		MF Díli.			Sessão de trabalho / seminário organizado pela DNFP	
	Produzir e disseminar informações sobre gestão do FP e sector petrolífero.	Relatórios parlamentares, apresentações (por parte da Ministra e da DNFP) e artigos.		MF Díli.	Contribuir activamente para apresentações e materiais para meios de comunicação social e para a sociedade civil.	Relatório anual do FP relativo a 2011.	Orçamento para 2013.	Contribuir activamente para apresentações e materiais para meios de comunicação social e para a sociedade civil.
Iniciar os trabalhos para a implementação da nova Lei do FP.	Contribuir para e monitorizar o desenvolvimento e implementação de novos mandatos de gestão do FP.	Investimentos mais diversificados, retornos superiores ao esperado e ajustados consoante o risco (Uso da Towers Watson no que se refere a análises que possam ser solicitadas pelo Governo em relação à futura política de investimento do FP).	Lei do FP implementada.	Díli.	Redigir regulações para a Lei do FP, incluindo a reorganização da MA.	Implementação da MA.	Implementação da MA.	Implementação da MA.
SECRETARIADO DOS ODMs								
Compreender a situação social, económica e demográfica do país e dos vários sectores, bem como as alterações ao longo do tempo.	Preparar o relatório dos ODMs em Timor-Leste para o AF de 2012.	Produção do relatório dos ODMs em Timor-Leste para o AF de 2012. Apresentação (pelo Presidente da República) na Cimeira dos ODMs em Nova Iorque. Disseminação do Relatório.	Reunião regular com o Comité de Orientação dos ODMs. Dar seguimento a reunião com os pontos focais referentes aos ODMs dos ministérios relevantes.	Díli.	Apresentação de indicadores dos ODMs de Timor-Leste ao Comité de Orientação dos ODMs.	Apresentação do 1.º esboço de relatório ao Comité de Orientação dos ODMs.	Apresentação de relatório final Aprovação por parte do Comité dos ODMs e do Conselho de Ministros Apresentação na Cimeira dos ODMs em Nova Iorque.	Disseminação de relatório a todos os intervenientes.
MICROECONOMIA								
Apoiar o Ministério das Finanças na tomada de decisões	Recolher dados sobre investimento no sector público e privado a nível	Dados completos e actualizados sobre investimento a nível	Dados disponíveis e fiáveis sobre investimentos.	13 Distritos.	Dados de investimento a nível internacional e local actualizados no final de cada trimestre.			

por via da análise de propostas de investimento público e privado.	internacional e local.	internacional e local.						
	Preparar pareceres e recomendações relativamente a investimentos no sector público e privado a nível internacional e local.	Propostas de investimento submetidas e a aguardarem aprovação.	Pareceres e recomendações submetidos e aprovados.	13 Distritos.	Todas as propostas de investimento submetidas durante o trimestre são analisadas e endossadas para acção.			
	Seguir para a 3ª fase do programa de DLI (estudo de diagnóstico) *.	Proposta de estudo de diagnóstico preparada e apresentada.	Estudo de diagnóstico concluído, aprovado e implementado.	13 Distritos.	Negociações com a DLI sobre a 3ª fase do programa concluídas.	Acordo com a DLI assinado.		Implementação do estudo de diagnóstico.
DIRECÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS CORPORATIVOS								
Departamento de Serviços de Apoio Financeiros								
Melhorar a capacidade do Departamento de Serviços de Apoio Financeiros relativamente a: -Preparação de orçamento para o MF; - Execução orçamental para o MF; - Gestão de fluxo de dinheiro para o MF; - Processamento de pagamentos referentes a bens, serviços e obras para o MF; - Desembolso de fundos para subsídios de deslocação ao MF; -Apoio à Gestão Financeira no MF.	Coordenação adequada durante a preparação dos Planos Anuais de Acção e da submissão orçamental do MF.	Preparar directivas internas para PAAs e preparação orçamental e garantir disseminação junto de funcionários relevantes do MF.	PAAs e orçamento submetidos atempadamente e com boa qualidade.	Díli.	Finalização das directivas.	Disseminação a até 50% das entidades do MF.	Disseminação a até 100% das entidades do MF.	
	Orçamento do MF bem executado, monitorizado, analisado e reportado.	Definir procedimentos padrão e formato de reporte. Garantir que os funcionários do departamento a trabalharem nesta função têm uma boa formação.	Relatório sobre execução orçamental trimestral com boa qualidade a nível de análise.	Díli.	Finalização dos procedimentos padrão e do formato de reporte.	Implementação e reporte.	Implementação e reporte.	Implementação e reporte.
	Gestão adequada do fluxo de dinheiro dos fundos do MF afectados através do Orçamento Geral do Estado (OGE).	Conceber sistemas amigos do utilizador. Garantir que os funcionários estão bem formados para as suas tarefas.	Fluxo de dinheiro gerido de forma apropriada.	Díli.	Sistema preparado e utilizado.	Sistema revisto e utilizado.	Sistema utilizado de forma correcta.	Sistema utilizado de forma correcta.
Departamento de Administração-geral								
Melhorar a capacidade do Departamento de Administração Geral relativamente a: - Aprovisionamento de bens e serviços; - Apoio logístico ao MF;	Melhorar o aprovisionamento de bens, serviços e obras.	Nomear Gestor de Contratos. Implementar sistema de gestão de contratos.	Bom plano de aprovisionamento para a provisão de bens. Boa gestão de contratos.	Díli.	Gestor de contratos recrutado / nomeado.	Manual e legislação processual analisados.	Manual e legislação processual aprovados.	Implementada.
	Garantir apoio logístico ao MF.	Clarificar regras e regulações de	Esquemas de manutenção	Díli.	Concepção e mapa de	Concurso continuado.	Implementada.	Monitorização e retenção.

- Gestão de correspondência e manutenção de registos; - Gestão de activos; - Serviços de tradução.		manutenção Monitorizar a aplicação por parte de utilizadores Introduzir novos sistemas de armazenamento.	estabelecidos e implementados. Armazenamento seguro.		trabalhos aprovados.			
	Garantir gestão apropriada da correspondência do gabinete e da manutenção de registos.	Melhores sistemas de gestão de correspondência e registos.	Regras e procedimentos implementados.	Díli.	Sistema e procedimentos preparados.	Sistema e procedimentos disseminados.	Metade dos funcionários administrativos inseridos.	Totalidade dos funcionários administrativos inseridos.
	Garantir a gestão de activos (móveis e imóveis) do MF.	Conduzir formação para funcionários essenciais de gestão de activos. Melhor monitorização e adesão aos sistemas. Adjudicação de limpeza e manutenção de instalações do MF.	Adesão a regras e procedimentos sobre provisão de bens de consumo e gestão de bens móveis e imóveis.		Formação identificada Sistema e procedimentos preparados TDR preparados para contrato de limpeza.	Formação identificada Sistema e procedimentos preparados Espaço de gabinete identificado.	3 Funcionários participam na formação Assinatura de Contrato de Limpeza.	
	Gerir serviços de tradução.	Qualificações da pessoal existente melhorada. Sistema de revisão implementado. Padrões de tradução estabelecidos.	Traduções são precisas. Traduções são concluídas dentro dos prazos.		Identificação de necessidades de formação Identificação de instituição de revisão.	Funcionários formados TDR preparados para contrato de revisão.	Novos funcionários (M/H) recrutados.	Funcionários (M/H) formados.
Departamento de Gestão de Recursos Humanos (M/H).								
Melhorar a capacidade do Departamento de Gestão de Recursos Humanos relativamente a: - Recrutamento e colocação de funcionários (M/H); - Gestão de desempenho; - Formação e capacitação; - Registos de pessoal e reporte; - Administração de recursos humanos.	Todos os funcionários do MF têm deveres e responsabilidades bem definidos.	Directivas para preparação de descrições de cargos finalizadas e distribuídas às DNs. Registo de todas as descrições de cargos aprovadas estabelecido no Departamento de RH.	Cada funcionário tem uma descrição de cargo aprovada para a sua posição.	Díli.	Continuar programa a partir de 2011.	Concluir descrições de cargos para todos os funcionários do MF.		
	Cada DG tem um plano de preenchimento de RH efectivo para dar resposta às necessidades de trabalho actuais e projectadas.	Procedimentos para planeamento de RH desenvolvidos. Mapas de pessoal actualizados.	Planeamento de funcionários reflectido no Plano Estratégico e no Plano Anual para cada DN / DG.	Díli.	Testar planeamento de funcionários em 1 DG.	Implementar em DGs.	Implementar em DGs.	Implementar em DGs.

		Prioridades de recrutamento identificadas segundo as prioridades do Plano Estratégico. Necessidades de formação dos funcionários identificadas segundo perfis de competência.						
	Estabelecer um Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) para coordenar a provisão dos programas de formação e desenvolvimento pessoal para todos os funcionários envolvidos na GFP.	Organizar instalações de formação, logística, etc. Recrutar formadores, Coordenar provisão de actividades de formação e de desenvolvimento. Monitorizar e avaliar actividades de formação.	Programas essenciais de formação conduzidos de acordo com os planos anuais de formação para cada DG.	Díli.	Apetrechar CDP. Iniciar formação de funcionários do CDP.	Prestar actividades de formação e desenvolvimento.	Prestar actividades de formação e desenvolvimento.	Prestar actividades de formação e desenvolvimento.
	Organizar e conduzir um programa anual de actividades de formação e desenvolvimento de acordo com prioridades de capacitação identificadas no Plano Estratégico para o MF.	Formação e desenvolvimento providenciados em conformidade com o plano anual de formação.		Díli.	Analisar o programa de formação para 2011 Finalizar o programa para 2012.	Prestar programas de formação.	Prestar programas de formação.	Prestar programas de formação.
	Desempenho dos funcionários gerido de acordo com critérios de desempenho claros.	Código de Práticas Administrativas (CPA) estabelecido através do MF. Desempenho dos funcionários avaliado segundo os deveres e responsabilidades nas suas descrições de cargos.	Gestores avaliam devidamente todos os funcionários sob o seu controlo.	Díli.	Funcionários em posições administrativas avaliados de acordo com o CPA e os critérios nas descrições de cargos.	Conduzir avaliações em relação a todos os funcionários.	Conduzir avaliações em relação a todos os funcionários.	Conduzir avaliações em relação a todos os funcionários.
	Todas as DGs e DNs têm acesso a dados precisos e actualizados sobre os seus funcionários.	Identificar necessidades de utilizadores do SIRH. Desenvolver	Registos de funcionários precisos, actualizados e relevantes de	Díli	Identificar necessidades dos utilizadores em termos de informações.	Identificar opções de provisão do SIRH.	Desenvolver solução.	Recolher e limpar dados. Testar aplicação.

		plataforma de SIRH. Integrar e consolidar dados relativos a RH numa base de dados para ser usada por DGs e DNs. Desenvolver directivas, manuais e sistemas de apoio a utilizadores.	acordo com o planeamento de pessoal a nível da DG.					
Unidade de Auditoria Interna								
Melhorar a capacidade da Unidade de Auditoria Interna relativamente a: - Identificação de riscos a nível de GFP; - Recomendação de estratégias para gerir e mitigar riscos; - Planear e organizar auditorias internas; - Monitorização da implementação da recomendação de auditoria.	Identificar riscos na gestão de finanças públicas no ministério e recomendar estratégias para gerir e mitigar riscos.	Preparar estratégia de preenchimento de funcionários. Identificar principais categorias de risco. Acordar estrutura e panorama de NOPs de AI. Preparar plano de desenvolvimento para a Unidade de AI.	Relatório sobre riscos produzido anualmente. Estratégias de gestão de riscos desenvolvidas regularmente.	Díli.	Analisar estratégia de preenchimento.	Redigir NOPs.		
	Planear e organizar auditorias internas, incluindo emissão de relatórios de auditoria e recomendação de acções correctivas.	Preparar plano de desenvolvimento de funcionários. Acordar calendário para 2012. Conduzir as auditorias segundo o calendário aprovado.	Calendário de AI para 2012. Relatórios de AI.	Díli.	Analisar o plano de desenvolvimento de funcionários.	Desenvolver programa de AI.	Iniciar programa de AI.	Continuar programa de AI.
	Monitorização da implementação de recomendações de AI.	Seguimento de acordo com resultados aprovados de relatórios.	Monitorização de relatórios.	Díli.	Conforme necessário.	Conforme necessário.	Conforme necessário.	Conforme necessário.
Departamento de Informática								
Melhorar a capacidade do Departamento de Informática relativamente a: - Administração de bases de dados; - Gestão de aplicações; - Gestão do portal	Melhorar a administração, desenvolvimento e reporte a nível de bases de dados.	Formação e certificação Oracle e MCDBA ou equivalente. Funcionários frequentam programas em ciências informáticas.	Resultados de manutenção preventiva.	Indonésia.	Continuar programa iniciado em 2011.	Concluir.		

electrónico / conteúdos do portal; - Administração de sistemas; - Administração de rede; - Balcão de apoio; - Gestão informática.	Fortalecer a capacidade para gerir e manter aplicações críticas de missões do MF.	Formação informal e a curto prazo: certificação MCSC ou equivalente. Elementos seleccionados para frequentar o programa de pós-graduação em Engenheira de *Software*.	Funcionários certificados com MCSD. Atribuição de pós-graduação. Resultados de manutenção referentes ao SIGTAS.	Indonésia.	Iniciar.	Continuar.	Continuar.	Concluir.
	Melhorar a gestão do portal electrónico / conteúdos do portal.	Certificação em criação de portais electrónicos / multimédia / gestão de conteúdos, CIW.	CIW Certificado.	Indonésia.	Concluir programa.			
	Melhorar a administração dos sistemas.	Formação informal e a curto prazo e certificação em: MCITP,Linuz+. Frequência de programas de licenciatura em gestão e administração de sistemas. Nomear administrador de sistemas.	MCITP certificado. Titular de licenciatura em ciências informáticas.	Indonésia.	Iniciar.	Continuar.	Continuar.	Concluir.
	Aumentar o tempo de funcionamento do sistema informático do Ministério e melhorar a gestão de rede,	Formação informal e a curto prazo e certificação: MCTS. Frequentar programas universitários de pós-graduação em engenheira de redes. Nomear posição de administrador de Rede.	MCTS certificado. Titular de pós-graduação universitária. Administrador de rede nomeado.	Indonésia.	Iniciar.	Continuar.	Continuar.	Concluir.
	Melhorar a provisão de apoio e soluções aceitáveis para utilizadores de primeiro nível.	Certificação informática em A+, Net+, MCP, MCTS, CCNA ou CCNP. Posição de balcão de apoio criada.	A+, Net+, MCP, MCTS, CCNA e CCNP certificados. Balcão de apoio estabelecido.	Indonésia e Díli.	Iniciar a criação do balcão de apoio.	Continuar.	Concluir.	

	Melhorar a coordenação de todas as principais funções informáticas.	Formação informal e a curto prazo e certificação: CCNA, MCTS. Frequentar programas universitários de pós-graduação em ciências informáticas, com especialização em gestão informática. Nomear posição de chefe informático.	CCNA e MCTS certificados. A+, Net, MCP, MCTS, CCNA ou CCNP acreditados.	Indonésia e Díli.	Continuar.	Continuar.	Continuar.	Concluir.
Unidade Legal								
Melhorar a capacidade da Unidade Legal relativamente a: - Coordenação e supervisão de assistência legal a Direcções do Ministério; - Redacção de leis e documentos legislativos dentro da competência do Ministério das Finanças; - Emissão de pareceres legais sobre matérias emergentes; - Emissão de pareceres sobre disputas contratuais; - Relatório sobre actividades legais no MF.	Melhorar a coordenação de questões legais no MF.	Desenvolvimento de procedimentos da unidade Legal (pareceres internos e externos). Educação de unidades de MF. Estabelecimento de painel legal. Introdução de sistema informático de gestão de documentos.	Procedimentos aprovados. 80% dos funcionários superiores informados a respeita dos procedimentos . Estabelecimento de painel legal para pareceres externos.	MF Díli.	Continuar desenvolvimento de procedimentos. Estudar o sistema de gestão de documentos.	Finalizar a composição do painel.		Concluir procedimentos operacionais.
	Fortalecer os funcionários legais.	Aumentar as garantias, tendo advogado seniores a rever o trabalho de advogado subalterno. Alargar base de qualificação dos funcionários nacionais (programas de desenvolvimento pessoal).	Emprego de funcionários legais adicionados (Graduados da UNTL). Conclusão da análise de colunas em termos de qualificação. Curso de formação identificados.	MF Díli.	Em curso.	Em curso.	Em curso.	Em curso.
UNIDADE DE APOIO AO GABINETE DA MINISTRA								
Melhorar a capacidade da	Estabelecer um sistema corporativo para a	Desenvolvimento de NOPs para	Plano Estratégico reflecte as	MF Díli.	Continuar a partir de 2011	Monitorizar PAA.	Monitorizar PAA.	Monitorizar PAA.

Unidade de Apoio ao Gabinete da Ministra relativamente a: - Relações públicas e comunicações corporativas; - Gestão de Planos Ministeriais (PED, estratégico e anuais); - Apoio ao Gabinete da Ministra e do Vice Ministro; - Reporte governamental regular.	monitorização, avaliação e actualização dos planos dos Ministérios e das ligações ao PED.	processo de planeamento no seio do MF. Nomear e formar gestor de planeamento e pontos focais nos gabinetes das DGs. Desenvolver e actualizar planos de acordos com o calendário acordado e requisitos da RDTL. Provisão de apoio em relação ao progresso da monitorização e avaliação contra todos os planos do MF.	prioridades da RDTL e MF. Todos os programas segundo o PAAs estão ligados a função essencial ou a melhoria importantes no plano estratégico.		Monitorizar PAA.			Analisar o Plano Estratégico do MF.
	Estabelecer um sistema de relações públicas e comunicação corporativa para dar resposta às expectativas de comunicação dos intervenientes	Estratégia de comunicação preparada. Programas e comunicações MF de forma regular realizadas. Funcionários identificados a partir de CS e descrições de cargos preparadas.	Estratégia de comunicação e relações públicas estabelecida (2011). Programas e e realizações do MF actualizados regularmente em todos os meios de comunicação social (televisão, rádios, Jornais e sítios electrónicos).	MF Díli.	Analisar estratégia.	Implementar.	Implementar.	Implementar.
DIRECÇÃO NACIONAL DE EFICÁCIA DA AJUDA								
Melhorar a capacidade da Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda relativamente a: - Gestão de reporte sobre ajuda externa e actividades de apoio por parte de parceiros de desenvolvimento; - Apoio aos esforços	Fortalecer a liderança e a Direcção em geral.	Politica de ajuda para Timor-Leste aprovado., Integração de trabalho nas outras areias de MF e do Governo. Recrutamento de novos funcionários Formação e Visitas	DNEA preenchida por funcionários competentes e motivados.	MF Díli	Actividades de rotina em curso. Formação e outras realizadas.	Actividades de rotina em curso. Formação e outras realizadas.	Actividades de rotina em curso. Formação e outras realizadas.	Actividades de rotina em curso. Formação e outras realizadas.

de planeamento do Governo; + Manutenção de uma base de dados abrangente sobre programas de assistência e apoio por parte de parceiros de desenvolvimento; - Provisão de apoio de secretariado à RDTL em áreas relevantes; - Apoio à participação de Timor-Leste em fóruns internacionais (g7+, Diálogo Internacional sobre Construção de Paz e Construção de Estados, WP-EFF).		de estudos disponibilizadas aos funcionários actuais. Estágio e intercâmbios oferecidos aos universitários.						
	Fortalecer política, ferramentas e sistemas.	Política de ajuda para Timor-Leste produzido e útil. Relatório mais regulares produzidos. Uso efectivo de AIMS por parte de parceiras de desenvolvimento e do governo. Instalações concluídas para apoio o trabalho de gabinete.	Timor-Leste tem política clara sobre ajuda e apoio a parceiros de desenvolvimento.	MF Díli	25% de actividades de rotina realizadas.	50% de actividades de rotina realizadas.	75% de actividades de rotina realizadas.	100% de actividades de rotina realizadas.
	Melhorar o envolvimento com intervenientes externos.	Maior disponibilidade de informações de desempenho em relação a todas as necessidades. Relatório de conferencia/evento produzidos e colocados no portal electrónico do MF no prazo de 4 semanas após a conferencia/evento em gestão. Fortalecimento continuado do apoio à ministra das Finanças em eventos internacionais para disseminar a declaração de Díli.	DNEA é o ponto focal reconhecido para todas as actividades relacionadas com parceiros de desenvolvimento e ajuda em Timor-Leste	Díli e internacional.	25% de preparação para actividades e outras conferências.	50% de preparação para actividades e outras conferências.	75% de preparação para actividades e outras conferências.	100% de preparação para actividades e outras conferências.

Ministério das Finanças - Todo o Governo

O Ministério das Finanças tem um Orçamento de 246,995 milhões de dólares para 2012.

Orçamento Fontes Combinadas

Dotações para todo o Governo ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**59,643**	**64,761**	**246,995**	**48,874**	**50,830**	**52,863**	**54,977**
Recorrentes	**57,405**	**59,053**	**38,434**	**39,971**	**41,570**	**43,233**	**44,962**
Salários e Vencimentos	-	50	2,050	2,132	2,217	2,306	2,398
Bens e Serviços	54,781	56,003	30,826	32,059	33,341	34,675	36,062
Transferências Públicas	2,624	3,000	5,558	5,780	6,012	6,252	6,502
Capital	**2,238**	**5,708**	**208,561**	**8,903**	**9,260**	**9,630**	**10,015**
Capital Minor	105	2,664	5,393	5,609	5,833	6,066	6,309
Capital Desenvolvimento	2,133	3,044	203,168	3,295	3,427	3,564	3,706
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**59,643**	**64,761**	**246,995**	**48,874**	**50,830**	**52,863**	**54,977**
Recorrentes	57,405	59,053	38,434	39,971	41,570	43,233	44,962
Capital	2,238	5,708	208,561	8,903	9,260	9,630	10,015

Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça tem um Orçamento de 6,428 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Ministério da Justiça é o organismo responsável pela concepção, implementação e coordenação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da Justiça e do Direito. Compete ainda ao Ministério da Justiça, no âmbito das suas atribuições, assegurar as relações do Governo com os Tribunais, o Ministério Público, os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como com os demais agentes na área da Justiça, designadamente com a entidade representativa dos advogados.

Prioridades

- Implementação da Instituição Superior de Controlo de Timor-Leste (Câmara de Contas);
- Implementação de uma Polícia de Investigação Criminal, altamente especializada e de cariz científico;
- Continuação da informatização dos Registos e Notariado, tendo em vista a implementação da reforma do Registo Comercial e do Registo Predial, tendo em vista implementar a lei de terras.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Justiça ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**11,191**	**7,969**	**6,428**	**6,686**	**6,952**	**7,230**	**7,520**
Recorrentes	**7,122**	**7,302**	**6,240**	**6,490**	**6,749**	**7,019**	**7,300**
Salários e Vencimentos	2,497	2,513	2,885	3,000	3,120	3,245	3,375
Bens e Serviços	4,625	4,789	3,355	3,489	3,629	3,774	3,925
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**4,068**	**667**	**188**	**196**	**203**	**211**	**220**
Capital Minor	1,466	667	188	196	203	211	220
Capital Desenvolvimento	2,602	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**5,204**	**9,039**	**7,133**	**1,232**	**1,232**	**-**
Recorrentes	-	5,204	9,039	7,133	1,232	1,232	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**11,191**	**13,173**	**15,467**	**13,819**	**8,184**	**8,462**	**7,520**
Recorrentes	7,122	12,506	15,279	13,623	7,981	8,251	7,300
Capital	4,068	667	188	196	203	211	220

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

OBJECTIVO GERAL: **Reforçar a coordenação estratégica no âmbito do Sector da Justiça, melhorar o planeamento anual e assegurar a monitorização sistemática da implementação das políticas e da execução do orçamento do Ministério da Justiça** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégias 1.1. e 1.2.).*

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Consolidar Conselho de Coordenação (CC) como órgão de orientação estratégica do sector e de supervisão da implementação do Plano Estratégico.	Estruturar as reuniões do CC com agendas claras e orientadas.	Coordenação estratégica do sector assegurada.	2 Reuniões por ano realizadas (actas reuniões).	GMJ/GDG, Díli.		1ª. Reunião realizada.		2ª. Reunião realizada.
	Realizar Fórum de Diálogo sobre o Sistema de Justiça.	Monitorização do sector assegurada	2 Encontros por ano realizados (actas encontros).	GMJ/GDG, Díli.		1º Encontro realizado.		2º Encontro realizado.
Assegurar as orientações gerais dos serviços de acordo c/ o programa do Governo e do MJ.	Realizar as reuniões do Conselho Consultivo do Ministério da Justiça.	Coordenação das actividades das Direcções Nacionais assegurada.	4 Reuniões por ano realizadas (actas reuniões)	GDG, Díli.	1ª Reunião realizada.	2ª Reunião realizada.	3ª Reunião realizada.	4ª Reunião realizada.
Mapear a distribuição geográfica das instituições e funções do sector.	Realizar o mapeamento geográfico do sector da justiça.	Acesso à justiça assegurado em todos os distritos.	Proposta de Mapeamento geográfico concluída.	GDG, Díli.	Recolha dados estatísticos população distritos.	Realização do 1º. *Workshop.*	Elaboração do mapeamento.	Realização do 2º. *Workshop* para apresentação da proposta de mapeamento.
Planeamento e execução das actividades e do orçamento melhorada no MJ.	Elaborar o Plano Anual de Acção do MJ para 2013.	PAA elaborado e alinhado com o Plano Estratégico do Sector Justiça.	PAA elaborado e submetido ao Gabinete do PM.	DNAF, Díli.		PAA elaborado e submetido ao Gabinete PM.	PAA Aprovado (e ajustado ao orçamento aprovado).	
	Elaborar os Relatórios de execução física, com base no PAA.	4 Relatórios trimestrais elaborados.	Nr. Relatórios elaborados e submetidos.	DNAF, Díli.	Relatório IV Trimestre 2012 submetido.	Relatório I Trimestre 2013 submetido.	Relatório II Trimestre 2013 submetido.	Relatório III Trimestre 2013 submetido.
	Preparar a Proposta Anual de Orçamento do MJ para 2013.	Proposta de orçamento de acordo com PAA 2013 e programas prioritários.	Proposta de orçamento elaborada e submetida MF. Orçamento comparado com ano anterior.	DNAF, Díli.		Proposta de Orçamento elaborada e submetida ao MF.	Revisão da proposta pela CRO.	Orçamento aprovado.
	Assegurar e monitorizar a execução orçamental.	Informação periódica disponível (12 relatórios financeiros). 80% Orçamento executado.	Nr. Relatórios financeiros apresentados e respectiva taxa de execução orçamental.	DNAF, Díli.	3 Relatórios financeiros. 20% Orçamento executado.	6 Relatórios financeiros. 40% Orçamento executado.	9 Relatórios financeiros; 60% Orçamento executado.	12 Relatórios financeiros. 80% Orçamento executado.
Financiamento Nacional dos Projectos de	Garantir a comparticipação nacional conforme previsto nos Protocolos e Acordos	Actividades previstas no âmbito dos acordos realizadas.	Nr. e identificação das actividades realizadas .	GMJ/DNAF, Díli.	Actividades realizadas no âmbito dos	Actividades realizadas no âmbito dos acordos.	Actividades realizadas no âmbito dos	Actividades realizadas no âmbito dos

Cooperação assegurado.	de Cooperação celebrados (Portugal, Brasil, PNUD, Macau, etc.).				acordos.		acordos.	acordos.
OBJECTIVO GERAL: **Implementar, reforçar e desconcentrar os Serviços dos Registos e Notariado, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados ao público e garantir a segurança dos actos jurídicos extrajudiciais** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 2.3.).*								
Assegurar a produção e emissão de Passaportes e de Passes de Fronteira.	Produzir e emitir Passaportes e Passes Fronteira de acordo com modelos aprovados, incluindo a introdução do *Micro Chip.*	Emissão de passaportes assegurada de acordo com os pedidos.	Nr. Passaportes e passes de fronteira emitidos (30,000 emitidos).	DNRN, Díli e Oecússi.	Emissão passaportes assegurada (25%).	Emissão passaportes assegurada (50%).	Emissão passaportes assegurada (75%).	Emissão passaportes assegurada (100%).
Assegurar o Registo de Nascimento dos 0-5 anos de idade.	Realizar o registo das crianças <5 anos em todos os distritos.	90% de todas as crianças <5 anos registadas (95% em 2013).	% Crianças <5 anos registadas (M/F).	DNRN e Unicef.	87% Crianças <5 anos registadas.	88% Crianças <5 anos registadas.	89% Crianças <5 anos registadas.	90% Crianças <5 anos registadas.
Assegurar os Actos de Registo Civil e Públicos, a Identificação Civil e o Registo Criminal.	Adquirir livros, impressos e brochuras necessários aos actos de registo e emissão das certidões.	Actos de registo assegurados de forma contínua.	Nr. Actos registo / certidões emitidas (50,000 actos).	DNRN, Díli e distritos.	Preparação documentos.	Início procedimento aquisição.	Adjudicação e entrega dos impressos.	
Implementação e divulgação de leis.	Realizar acções de divulgação das leis dos RN, nos Distritos e Sub-distritos.	Comunidades com maior conhecimento s/ leis nacionalidade, registo civil, notariado.	Nr. Acções realizadas, distritos, e nr. Participantes (M/H).	DNRN, Díli e distritos.	Produção de brochuras informativas.	1 Acção realizada.	2 Acções realizadas.	3 Acções realizadas.
OBJECTIVO GERAL: **Determinar a situação jurídica de todos os Lotes de Terra em Timor-Leste e assegurar a disponibilidade dos serviços em todo o País** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 2.4).*								
Melhor entendimento pela população dos mecanismos e das consequências da aplicação da Lei de Terras.	Realizar acções de divulgação junto da população sobre a Lei de Terras.	Acções divulgação realizadas em todas as áreas prioritárias, incluindo grupos vulneráveis como as mulheres.	Nr. Acções de divulgação realizadas / áreas.	Todo o território nacional	Nr. acções de divulgação de leis de terras.	Nr. acções de divulgação de leis de terras.	Nr. acções de divulgação de leis de terras.	Nr. acções de divulgação de leis de terras.
Primeiros Títulos de propriedade atribuídos no âmbito da Lei de Terras.	Emitir os títulos de propriedade *(transitoriamente pela DNTPSC c/base Dec.-Lei).*	1,000 Títulos de propriedade emitidos (M/F).	Nr. de títulos emitidos.	DNTPSC, áreas prioritárias 2012	Nr. de títulos de propriedade emitidos.	Nr. de títulos de propriedade emitidos.	Nr. de títulos de propriedade emitidos.	Nr. de títulos de propriedade emitidos.
Resolução dos casos conflitos de terras e propriedades.	Realizar mediação dos casos conflitos de terras e propriedades.	400 Casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.	Nr. dos casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.	DNTPSC 13 Distritos	Nr. dos casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.	Nr. dos casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.	Nr. dos casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.	Nr. dos casos conflitos de terras e propriedades resolvidos.
Aceleração do Levantamento Cadastral.	Realizar o levantamento cadastral.	30,000 Parcelas cadastradas.	Nr. de parcelas cadastradas.	DNTPSC, áreas prioritárias 2012	Nr. de parcelas cadastradas.	Nr. de parcelas cadastradas.	Nr. de parcelas cadastradas.	Nr. de parcelas cadastradas.
Gestão do património imobiliário do	Numeração de propriedades de Estado	15,000 Propriedades do Estado numeradas.	Nr. de propriedades do Estado numerado.	DNTPSC, 13 Distritos	Nr.. de propriedades do Estado	Nr.. de propriedades do Estado numerado.	Nr.. de propriedades do Estado	Nr.. de propriedades do Estado

Estado melhorada.					numerado.		numerado.	numerado.
	Regularização propriedades de Estado e renovação de contratos de arrendamento.	250 Propriedades do Estado regularizadas; 140 contratos renovados.	Nr. de Contratos de arrendamento aprovados e renovados.	DNTPSC, 13 Distritos	Nr. Contratos arrendamento aprovados e renovados.	Nr. Contratos arrendamento aprovados e renovados.	Nr. de Contratos de arrendamento aprovados e renovados.	Nr. de Contratos de arrendamento aprovados e renovados.
OBJECTIVO GERAL: **Implementar a Câmara de Contas de Timor-Leste** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégia 3.1, objectivo 3.1.2).*								
Concluir o enquadramento legislativo e regulamentar da Câmara de Contas.	Elaboração, aprovação e implementação dos Regulamentos internos.	Actividades da Câmara de Contas regulamentadas.	Regulamentos internos aprovados.	Díli.	Estatuto Pessoal aprovado em CM.	Regulamentos internos aprovados.	Actividades a decorrer de acordo com os regulamentos.	Cont.
Formar e Capacitar os futuros auditores da Câmara de Contas.	Estágio Probatório do 1º grupo de auditores, monitorizado por 2 auditores internos.	1º Grupo de auditores capacitado para iniciar funções (integração na carreira).	8 Formandos concluem estágio c/ aproveitamento (M/F).	Díli.	Início estágio 1º grupo auditores.	Cont. Estágio.	Cont. Estágio.	Conclusão estágio 1º grupo de auditores.
	Conclusão do Curso de Formação Inicial do 2º grupo de auditores e início do estágio probatório monitorizado por 2 auditores internos.	2º Grupo de auditores capacitado para iniciar o estágio probatório	8 Formandos concluem o curso de formação inicial e iniciam estágio (M/F).	Portugal e Díli.	Conclusão do Curso de Formação Inicial 2º grupo.	Início do estágio probatório do 2º grupo.	Cont. Estágio.	Cont.estágio.
Formar e Capacitar os Juízes Nacionais para exercer funções na Câmara de Contas.	Formação específica dos juízes nacionais da Câmara de Contas.	Melhorar a capacidade técnica dos juízes nacionais	Acção de formação realizada.	Portugal.			Acção de formação realizada.	
	Recrutamento de um juiz internacional (monitor/formador).	Apoio técnico judicial e formação *on job* assegurada	1 Juiz internacional contratado.	Díli.	Contrato realizado.	Apoio técnico assegurado.	Cont.	Cont.
OBJECTIVO GERAL: **Implementar a Polícia de Investigação Criminal de Timor-Leste** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégia 4.1., objectivo 4.1.1.)*								
Formar e capacitar os futuros investigadores criminais.	Curso de Formação de Investigadores Estagiários.	Capacitação dos formandos para o início do Estágio profissional.	Conclusão do curso formação c/aproveitamento de 58 formandos (M/F).	Portugal (EPJ-Escola Polícia Judiciária) e Díli.	Início do Curso em Janeiro.	Continuação do Curso.	Conclusão do Curso em Julho; início do Estágio em Agosto.	Continuação do Estágio (termo previsto Fevereiro de 2013).
	Curso de Formação de Investigadores-Chefes.	Capacitação dos formandos para o início do Estágio profissional.	Conclusão da formação com aproveitamento de 10 formandos (M/F).	Portugal (EPJ) e Díli.			Início do Curso em Agosto e conclusão em Setembro.	Início do Estágio em Outubro.
Formar e capacitar os futuros Especialistas do Laboratório de Polícia.	Formação em Estágio de Especialistas de Laboratório.	Capacitação dos estagiários para o exercício da função.	Frequência da Formação em estágio por 15 formandos (M/F).	Dili (CFJ) e Portugal (Laboratório de Polícia Científica da PJ).	Início da Formação Preparatória (Língua Portuguesa) em Janeiro.	Conclusão da Formação Preparatória; início da Formação em Portugal (Maio).	Conclusão da formação em Portugal (Julho); cont. do estágio monitorizado em Díli (Agosto).	Continuação da Formação em estágio em Díli (termo previsto Fevereiro 2013).
Formar e capacitar Médicos em Medicina Legal.	Curso de Formação em Medicina Legal.	Capacitação dos Médicos em todas áreas da Medicina Legal (incl. Tanatologia e	Conclusão da Formação com aproveitamento de 3 Médicos (M/F).	Portugal (Instituto de Medicina Legal de Coimbra ou Porto).	Continuação da Formação em Portugal (início Out. 2011).	Continuação da Formação em Portugal.	Conclusão da Formação em Setembro/Out.	

		Sexologia forense).						
Assistência técnica permanente ao processo de implementação PIC.	Assegurar apoio técnico aos cargos de Direcção no processo de implementação da PIC.	Apoio técnico especializado assegurado.	Cumprimento contrato assistência técnica.	Díli.	Apoio técnico assegurado	Apoio técnico assegurado	Apoio técnico assegurado	Apoio técnico assegurado
Instalar e equipar a Investigação Criminal.	Aquisição de equipamentos de polícia (70 pistolas *glock*, 10 *shotguns*; munições; 30 coletes à prova de bala e 70 pares de algemas), incluindo equipamentos para recolha de vestígios biológicos.	PIC equipada com equipamentos adequados ao exercício da função.	Nr. Equipamentos adquiridos e entregues.	Díli.	Início do processo de aquisição de equipamentos.	Processo concluído (entrega equipamentos).		
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar a capacidade dos Serviços Prisionais para assegurar a segurança nos estabelecimentos prisionais, o cumprimento das normas de detenção e a reintegração dos reclusos na sociedade** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 4.4.).*								
Melhorar o fornecimento da alimentação dos reclusos e guardas prisionais.	Garantir o fornecimento de uma dieta alimentar equilibrada e o fardamento de reclusos e guardas prisionais.	Reclusos e Guardas Prisionais bem alimentados e fardados.	Nr. de refeições fornecidas; nr. fardas adquiridas.	DNSPRS, Díli, e EP Becora e Gleno.	Nr. refeições fornecidas.	Nr. refeições fornecidas.	Nr. refeições fornecidas.	Nr. refeições fornecidas.
Melhorar os procedimentos logísticos e de gestão.	Assegurar o pagamento atempado dos consumos e a manutenção dos equipamentos.	Funcionalidade dos serviços e equipamentos garantida.	Taxa execução orçamental.	DNSPRS, Díli, e EP Becora e Gleno.		Relatório execução 1º trimestre.	Relatório execução 2º trimestre.	Relatório execução 3º trimestre.
Acompanhar o funcionamento dos Estabelecimentos Prisionais (EP).	Monitorizar as actividades quotidianas administrativas e de segurança nos EP.	Segurança e funcionamento normal dos EP assegurada.	Nr. Relatórios elaborados pelos departamentos.	DNSPRS, Díli, e EP Becora e Gleno.	Relatórios elaborados por trimestre.	Relatórios elaborados por trimestre.	Relatórios elaborados por trimestre.	Relatórios elaborados por trimestre.
Assegurar a escolta de reclusos nas deslocações a tribunal.	Escoltar, em condições adequadas de segurança, os reclusos nas deslocações a tribunal.	Garantir que todos os reclusos notificados estão presentes em tribunal.	100% Notificações cumpridas em segurança.	Tribunais.	25% das notificações cumpridas.	50% das notificações cumpridas.	75% das notificações cumpridas.	100% das notificações cumpridas.
Melhorar os Serviços de Saúde aos Reclusos.	Realizar exames e testes diagnósticos (*check-up*) e prestar apoio e aconselhamento aos reclusos com perturbações mentais .	Prevenção e tratamento de doenças assegurada.	Nr. Reclusos que realizaram *check-up*; nr. reclusos c/ perturb.mentais encaminhados.	EP Becora e Gleno.	Assistência médica assegurada.	Assistência médica assegurada.	Assistência médica assegurada.	Assistência médica assegurada.
OBJECTIVO GERAL:"**Implementar o Plano Estratégico para os Serviços de Reinserção Social** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 4.4., objectivo 4.4.3.).*								
Implementar metodologias de "gestão de casos" no acompanhamento de reclusos.	Elaborar e implementar Planos Individuais de Acompanhamento (PIA) de reclusos.	100% Jovens reclusos (<21 anos) com PIA; 100% Reclusos em MSI c/PIA; 30% dos restantes reclusos.	Nr. PIA elaborados e % de cobertura pelos 3 grupos de reclusos.	DNSPRS, Díli e Estabelecimentos Prisionais de Becora e Gleno.			100% Jovens reclusos com PIA.	100% Reclusos em medidas segurança e internamento; 30% restantes reclusos.
Consolidar o trabalho em rede para a Reinserção Social.	Estabelecer e/ou rever protocolos de cooperação com instituições públicas e privadas.	5 Protocolos celebrados e/ou revistos.	Nr. Protocolos celebrados e/ou revistos.	DNSPRS e parceiros da rede, Díli e Baucau.		1 Protocolo.	3 Protocolos.	5 Protocolos.
Implementar o	Elaborar relatórios para a	Assessoria aos	Nr. Relatórios	DNSPRS, Díli e			25% dos	50% dos

''Manual de Procedimentos de Reinserção Social em meio prisional.	liberdade condicional (a ½ e 5/6 da pena), de acordo com os novos procedimentos.	tribunais s/ Liberdade Condicional melhorada.	produzidos de acordo c/novos procedimentos (50%).	Estabelecimentos Prisionais de Becora e Gleno.			relatórios produzidos de acordo novos procedimentos.	relatórios produzidos de acordo novos procedimentos.
Promover a reeducação e profissionalização dos reclusos.	Realizar dois cursos de alfabetização.	80 Reclusos que passam a saber ler e escrever.	Reduzir a taxa de analfabetismo dos reclusos em 50% e nr. de reclusos a ler e escrever / total (F/M).	EP Becora e Gleno.	40 Reclusos.		40 Reclusos.	
	Organizar acções de formação na área da informática.	60 Reclusos com competências no uso do computador.	Nr. Reclusos que participaram com aproveitamento (M/F).	EP Becora e Gleno.	15 Reclusos.	15 Reclusos.	15 Reclusos.	15 Reclusos.
	Promover seminários de divulgação de leis aos reclusos.	200 Reclusos com melhor conhecimento s s/leis.	Nr. Reclusos que participaram nos seminários (M/F).	EP Becora e Gleno.	50 Reclusos.	50 Reclusos.	50 Reclusos.	50 Reclusos.
	Realizar cursos vocacionais de Tais, Alfaiate, *Rotan*, Pedreiro, Carpinteiro e Costura.	90 Reclusos adquirem competências profissionais.	Nr. Reclusos que participaram com bom resultado (M/F).	EP Becora e Gleno.		45 Reclusos.		45 Reclusos.
OBJECTIVO GERAL: **Completar o Quadro Legal do Sistema de Justiça** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 5.1.).*								
Redacção e revisão de leis assegurada.	Elaborar o Projecto de Lei de Droga.	Projecto de Lei de Droga finalizado.	Redacção final apresentada à MJ.	DNAJL, Díli.	Pesquisa e redacção do projecto lei.	Redacção inicial concluída.	Consulta pública.	Revisão, redacção final e apres. à MJ.
	Elaborar o Projecto de Lei da Mediação e Arbitragem.	Projecto de Lei da Mediação e Arbitragem finalizado.	Redacção final apresentada à MJ.	DNAJL, Díli.	Pesquisa e redacção do projecto lei.	Redacção inicial concluída.	Consulta pública.	Revisão, redacção final e apres. à MJ.
	Elaborar o Regulamento Geral e Disciplinar os Estabelecimentos Prisionais (EP).	Projecto de Regulamento aprovado.	Regulamento aprovado.	DNSPRS, Díli.	Finalização da Redacção do Regulamento.	Apresentação e consulta.	Aprovação do Regulamento em CM.	
Conclusão da legislação que regula as actividades dos Registos e Notariado.	Elaborar e/ou aprovar projectos de diploma e regulamentos.	C.R. Predial e C.R. Civil aprovados em CM; 1º *draft* do C.R. Automóvel elaborado.	Diplomas aprovados em CM; regulamentos elaborados.	DNRN, Díli.	C.R.Predial e C.R.Civil aprovados.	Início elaboração do C.R. Automóvel.		
Conclusão e aprovação da legislação de suporte à Lei de Terras.	Elaborar e/ou finalizar os diplomas legislativos que complementam a Lei de Terras.	4 Diplomas legislativos aprovados (Definição das áreas urbanas e rurais; Regimes inscrição de perito de avaliação e de árbitro, Tributação Património Imob.).	Nº de leis aprovadas.	DNTPSC, Díli.	3 Diplomas finalizados.	3 Diplomas Aprovados em CM.	Discussão da Lei de Tributação do Património com o MF e sua finalização.	Envio da Lei de Tributação do Património Imobiliário, ao PN para aprovação.

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver uma Metodologia Nacional para Rever e Redigir Legislação** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégia 5.2.).*								
DNAJL a funcionar como autoridade privilegiada para consulta e reforma legislativa no âmbito da Justiça e Direito.	Manter um corpo de juristas timorenses especializados em redacção legislativa .	Manutenção de 10 assessores jurídicos nacional a exercer funções técnico-jurídicas nas Direcções Nacionais do MJ.	Renovação dos contratados, com base na avaliação dos respectivos DN.	DNAJL /Outras DN, Díli.		10 Contratos renovados.		
	Tradução de Leis do português para o Tétum.	3 Traduções de Leis finalizadas.	Tradução de leis assegurada.	DNAJL / Díli.	Tradução de leis iniciada.			Tradução de leis concluídas.
	Compilação de Legislação relevante e divulgação de leis.	Efectuada a compilação finalizado e divulgação.	Número de diplomas legais compilados / divulgados.	DNAJL/Díli.	Preparação.	Início de compilação/divulgação.	Cont. de compilação / divulgação.	Compilação de diplomas legais `/ divulgação finalizado.
	Elaborar o Manual de Introdução ao Direito e à Legística.	Projecto de manual finalizado.	Manual aprovado	DNAJL, Díli.	Pesquisa e redacção do manual.	Redacção inicial concluída.	Revisão.	Apresentação e aprovação.
Harmonização do ordenamento jurídico e análise de questões jurídicas.	Elaboração de pareceres jurídicos sobre projectos de diplomas legais e quaisquer outras matérias submetidas à DNAJL.	100% dos pedidos de parecer respondidos.	Nr. Pedidos / Nr. de pareceres elaborados.	DNAJL/Díli.	100% dos pedidos entrados no 1º trimestre respondidos.	100% dos pedidos entrados no 2º trimestre respondidos.	100% dos pedidos entrados no 3º trimestre respondidos.	100% dos pedidos entrados no 4º trimestre respondidos.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e implementar as Políticas de Recursos Humanos (M/F) necessárias para atrair profissionais mais qualificados e motivados, identificar e preencher as posições com as pessoas certas e assegurar uma adequada gestão dos recursos humanos no Ministério da Justiça** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégias 6.1. a 6.3.).*								
Implementar o Departamento de Reinserção Social da DNSPRS .	Recrutar 5 novos funcionários para implementar serviços de reinserção social.	Recrutamento de 5 funcionários / Técnicos de Reinserção Social.	Nr. Funcionários recrutados (M/F).	DNSPRS e CFP, Díli.	Preparar doc. e enviar à CFP.	Processo de recrutamento e selecção (CFP).	Conclusão do proc.de recrut. e selecção.	Início de funções dos novos funcionários.
Quadros de Pessoal do TI actuais e futuros revistos e preenchidos.	Promover o processo de recrutamento de pessoal de IT ao abrigo da Resolução do Governo Nr.14/2011, de 11/5.	31 Funcionários p/apoiar as DN do MJ.	Nr. Funcionários TI recrutados (M/F).	DNTI, Direcções Nacionais e Instituições da Justiça.	Cont. do processo de recrutamento iniciado em 2011.	Conclusão do processo de recrutamento.		
Reforço do pessoal do CFJ para fazer face ao aumento dos cursos formação.	Recrutar 10 novos funcionários para o Centro de Formação Jurídica (CFJ).	Recrutamento de 10 funcionários.	Nr. Funcionários recrutados (M/F).	DNDHC, Díli.	Pedido de recrutamento enviado à CFP.	Início do processo de recrutamento.	Processo de recrutamento em curso.	20 Funcionários recrutados.
Fortalecimento administrativo e institucional da Defensoria Pública (DP) assegurado.	Recrutamento de 23 funcionários de acordo com o mapa pessoal da DP submetido à Comissão da Função Pública (13 DL 27/09 e 10 novos).	Maior adequação do quadro de pessoal da DP ao volume de atribuições existentes.	23 Funcionários recrutados (M/F).	4 Distritos Judiciais (Díli, Baucau, Suai e Oecússi).	Pedido de recrutamento enviado à CFP.	Início do processo de recrutamento.	Processo de recrutamento em curso.	23 Funcionários recrutados.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver um Programa de Qualificação para os trabalhadores do sector da Justiça, que potencie a sua emancipação através da aquisição dos conhecimentos e desenvolvimento das competências requeridas pelas Instituições para desempenharem os seus mandatos** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 7.1.)*								
Aumento do número e melhoria da qualidade dos	Continuação do 4º curso de formação da carreira de magistrados e defensores	80% dos formandos aptos a iniciar o estágio	Nr. Formandos que iniciam a fase de estágio (M/H).	CFJ, Díli.	Cont. fase teórica do curso.	Cont. fase teórica do curso.	80% Formandos terminam com aproveitamento	Continuação do estágio.

juízes, procuradores, defensores públicos, advogados e oficiais da justiça.	públicos.	(nr. total de formandos até 45).					a fase teórica e inicial a fase de estágio.	
	Iniciar o 5º curso de formação da carreira de magistrados e defensores públicos.	Até 40 formandos iniciam o 5º curso de formação.	Nr. Formandos aptos a iniciar curso formação (M/H).	CFJ, Díli.	Início da selecção e recrutamento dos formandos.	Processo de selecção e recrutamento concluído.	Inicio curso (fase teórica).	Cont. curso (fase teórica).
	Continuar o 1º curso de formação para advogados privados.	80% Formandos aptos a iniciar funções como advogado estagiário (total formandos 14).	Nr. Formandos aprovados no exame de agregação (M/H).	CFJ, Díli.	Cont. do estágio profissional.	Cont. do estágio profissional.	80% Formandos aprovados nos exames de agregação.	
	Continuar o 2º curso de formação para advogados privados.	Até 66 formandos participam no 2º curso formação advogados privados.	Nr. Formandos a frequentar o II curso (3 turmas) (M/H).	CFJ, Díli.	Cont. formação teórica.	Cont. formação teórica.	1ª. e 2ª. turmas do II Curso terminam formação teórica e iniciam estágio.	Cont. estágio (1ª. e 2ª. turma); Cont. teoria do 3ª. turma (até Fev.2013).
	Iniciar o 3º curso de formação para advogados privados.	Até 40 formandos iniciam o 3º curso formação advogados privados.	Nr. Formandos admitidos ao 3º. curso (M/H).	CFJ, Díli.	Início do processo de selecção e recrutamento de formandos.	Conclusão da selecção e recrutamento de formandos.	Início da fase teórica do curso de formação.	Cont. da fase teórica do curso de formação.
	2º Curso de formação inicial para a carreira de oficial de justiça.	Até 40 formandos iniciam curso de formação para oficiais de justiça	Nr. de oficiais de justiça que participaram da formação inicial (M/H).	CFJ, Díli.	Selecção e recrutamento dos candidatos a oficial da justiça.	Conclusão do processo de selecção e recrutamento.	Início do curso de formação (teoria).	Cont. do curso (teoria).
Aumento do número de melhoria da qualidade dos juristas e funcionários que exercem funções jurídicas no Ministério da Justiça e noutras instituições públicas.	Continuar o 1º curso de formação de Conservadores e Notários.	Pelo menos 80% formandos (9) iniciam estágio em funções (total formandos 11).	Nr. Formandos aprovados na formação (M/H).	CFJ, Díli.	Cont. da fase teórica do curso.	80% Formandos terminam a fase teórica e iniciam o estágio prof.	Cont. do estágio supervisionado em funções.	Cont. do estágio supervisionado em funções.
	Continuar o 2º curso de formação para assessores jurídicos (Parlamento Nacional, Gab. do PR e PDHJ).	Até 30 assessores a frequentar curso de formação.	Nr. Formandos que frequentam a formação (M/H).	CFJ, Díli.	Início da fase teórica da formação.	Cont. fase teórica da formação.	Cont. fase teórica da formação.	Cont. fase teórica da formação.
	3º Curso de formação para assessores jurídicos e redactores legislativos.	Até 20 assessores a frequentar o curso de formação.	Nr. Formandos que frequentam a formação (M/H).	CFJ, Díli.	Início processo de selecção e recrutamento formandos.	Conclusão do processo de selecção.	Início do curso (fase teórica).	Cont. do curso (fase teórica).
	Estágio Profissional dos formandos do 1º curso de formação de Tradutores.	Pelo menos 80% dos tradutores (11) que frequentaram o curso (14) aptos a iniciar funções.	Nr. Tradutores estagiários aptos a iniciar funções no MJ e Tribunais (M/H).	CFJ, Díli.	Conclusão do Curso e início do Estágio em funções monitorizado.	Cont. estágio profissional.	Conclusão do estágio profissional.	
	Formação complementares para os profissionais formados pelo CFJ.	Até 90 profissionais (magistrados, defensores, notários, advogados e tradutores).	Nr. Acções realizadas e nr. de participantes (M/H).	CFJ, Díli ou noutras instituições parceiras.	Até 20 pessoas participam de formações complementares.	Até 40 pessoas participam de formações complementares.	Até 70 pessoas participam de formações complementares.	Até 90 pessoas participam de formações complementares.

Formação contínua e extensiva nas Línguas Oficiais assegurada a todos os profissionais e funcionários do sector da Justiça.	Assegurar a continuidade e reforço do corpo de docentes de Língua Portuguesa e Tétum técnico-jurídico.	Política de Línguas implementada no sector através dos cursos ministrados pelo CFJ.	Aumento do nr. de professores (+2).	CFJ, Díli.	Formação nas Línguas Oficiais assegurada em todos os cursos.	Formação nas Línguas Oficiais assegurada em todos os cursos.	Formação nas Línguas Oficiais assegurada em todos os cursos.	Formação nas Línguas Oficiais assegurada em todos os cursos.
Formação especializada dos Recursos Humanos dos Registos e Notariado.	Organizar formação para o pessoal auxiliar na área do Registo Civil, Identificação Civil e Criminal e Notariado.	Pessoal auxiliar formado.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNRN, Díli.	Planos curriculares elaborados.		Realização da formação.	
	Organizar formação para o pessoal auxiliar em Português e Tétum.	Pessoal auxiliar formado em Línguas Oficiais.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNRN/CFJ, Díli.	Formação.			
	Organizar formação em Novas Tecnologias de Informação.	4 Funcionários formados no sistema *online* de passaporte e passes de fronteira.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNRN, Díli.	Preparação.	Formação.		
Formação específica na área da gestão de terras e cadastro.	Formação de mediadores aos funcionários DNTPSC.	13 Funcionários de distritos participam na formação.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNTPSC, Díli.		Formação concluída.		
	Formação Cadastral aos funcionários DNTPSC.	36 Funcionários de distritos participam na formação.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNTPSC, Díli.			Formação concluída.	
	Formação sobre base de dados (património imobiliário do Estado).	2 Pessoas, durante 3 meses.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNTPSC, Díli.		Formação concluída.		
Formação dos funcionários da DNTPSC em línguas e em gestão.	Organizar cursos de formação em Inglês, Português e de Gestão.	10 Funcionários frequentam Português; 5 Funcionários frequentam curso Inglês; 13 Funcionários frequentam Gestão.	Nr. Funcionários que frequentaram a formação (M/H).	DNTPSC, Díli.			Curso de formação em gestão concluído.	Curso de Português e de Inglês concluído.
Promover a formação dos guardas prisionais.	Realizar cursos de formação em Direitos Humanos, Segurança no transporte de reclusos, etc.	105 Guardas prisionais formados.	Nr. Guardas que frequentaram com aproveitamento.	Centro Formação Penitenciária, EP Becora.	Preparação da formação.	35 Guardas.	35 Guardas.	35 Guardas.
Implementar o Departamento de Reinserção Social.	Formar os profissionais em técnicas de intervenção em Reinserção Social.	5 Profissionais formados (no mínimo uma mulher).	Nr. Formandos que concluem a formação c/aproveitamento (M/H).	DNSPRS, Díli.	Cont. do programa de formação iniciado 2011 (fase prática).	Cont. da formação (fase prática).	Cont. da formação (fase prática).	Conclusão do programa de formação.
Formação em Redacção Legislativa.	Formar um corpo de técnicos timorenses especializados em Redacção Legislativa.	5 Técnicos formados em língua portuguesa e redacção legislativa.	Nr. Formandos que concluíram a formação com aproveitamento	DNAJL, Díli, Portugal e Japão.	Preparativos para o envio dos técnicos para formação.	Início da formação dos técnicos.	Cont. da Formação.	Conclusão da formação.

			(M/H).					
Elevar a visão e a capacidade dos Inspectores e dos técnicos de Inspecção e Auditoria do GIA.	Participar em Programas de estudos comparativos em inspecção e auditoria	Inspectores e Subinspectores com visão e capacidade melhorada.	Programas/estudos realizados e nr. de participantes (M/H).	Portugal e Brasil.	Programas de estudos comparativos finalizado e aprovado.	Programa de estudos em Portugal realizado.	-	Programa de estudos no Brasil realizado.
	Formação especializada em inspecção e auditoria.	Técnicos de inspecção e auditoria com capacidade aumentada.	2 Acções de formação específicas; nr. de funcionários participaram na formação (M/H).	Portugal e Timor-Leste.	Programa de formação finalizado e aprovado.	Primeira formação na área de inspecção realizado em Portugal.	Segunda formação na área de auditoria realizado em Díli.	Continuação da formação.
	Bolsa de estudo para programa de mestrado para os técnicos do GIA.	Técnicos de inspecção e auditoria com capacidade aumentada.	2 Técnicos do GIA concluem os seus estudos e são graduados.	UNIGA, Malang Indonésia.	Continuação dos estudos.	Pesquisa e preparação da tese.	Exame (teses).	Graduação.
Programa de Intercâmbio e Capacitação Profissional com o Brasil.	Treinamento e capacitação através de Intercâmbio com a Defensoria Pública do Brasil.	Aperfeiçoamento técnico-institucional e obtenção de novos conhecimentos em disciplinas jurídicas.	6 Defensores Públicos capacitados após 2 meses de treinamento no Brasil.	Brasil.	Definição de agenda e datas para a realização de Missão de Estudos.	Conclusão primeiro grupo de 3 Defensores (50% da Missão de Estudos).		Conclusão do Segundo grupo de 3 Defensores Públicos (100% da Missão de Estudos concluída.
Capacidade dos funcionários da CNDC aumentada.	Formar e desenvolver a capacidade do secretariado da CNDC.	Treinamento dos funcionários realizado.	Nr. Funcionários que atenderam formação (M/H).	CNDC, Díli.	Treinamento iniciado.		Treinamento concluído.	
OBJECTIVO GERAL: **Promover uma Cultura de Serviço Público, através da aplicação dos princípios da boa governação, transparência, conduta ética e combate às práticas ilegais e de corrupção** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 7.3.).*								
Gabinete de Inspecção e Auditoria (GIA) do MJ reforçado.	Rever e aprovar o Estatuto Orgânico do GIA.	Estrutura orgânica e competências do GIA definidas.	Diploma Ministerial aprovado MJ.	GIA, Díli.	Revisão do Estatuto finalizado.	Estatuto da GIA aprovado.		
	Elaborar o Manual de Procedimentos de Inspecção e Auditoria e o Código de Conduta, para inspectores e auditores.	Inspectores e auditores orientados no exercício das suas funções.	Manual e Procedimento e Código Conduta elaborado.	GIA, Díli.	Manual de Procedimentos elaborado.	Código Conduta aprovado.		
Divulgar o papel do GIA junto dos funcionários do MJ.	Disseminar e socializar o estatuto e as competências do GIA no âmbito do MJ	Aumentar o conhecimento dos funcionários do MJ sobre o papel do GIA.	5 *Workshops* realizados; nr. de funcionários participantes (M/H).	GIA, Díli e 4 regiões.	Programa de *workshops* elaborado e aprovado.	1 *Workshop* realizado em Díli.	1 *Workshop* realizado em 2 Regiões (Baucau e Maubisse).	1 *Workshop* realizado em 2 regiões (Oecússi e Bobonaro)
Contribuir para melhorar o funcionamento dos Órgãos e Serviços do MJ e assegurar uma boa utilização dos recursos afectos ao MJ.	Realizar inspecções de rotina e auditorias internas às DN e aos serviços distritais (Registos e Notariado, Terras e Propriedades e Prisões).	Pelo menos 5 inspecções/auditorias realizadas.	Nr. de Relatórios de Inspecção e Auditoria submetidos ao Superior Hierárquico.	GIA, Díli e distritos.	Plano de inspecções / auditorias elaborado e aprovado pela MJ.	Uma inspecção /auditoria realizada e relatório submetido	Três inspecções / auditorias realizadas e relatório submetido.	Cinco inspecções / auditorias realizada e relatório submetido.
Instruir processos	Instruir proc. de inquérito e	Pelo menos 2	Nr. de processos	GIA, Díli e	Identificação de	1 Investigação	1 Investigação	

de natureza disciplinar e executar outras acções extraordinárias.	realizar acções de investigação às deficiências do sistema de controlo interno, irregularidades ou outros erros identificados.	inquéritos ou investigações realizadas	disciplinares instruídos; Relatórios submetidos ao Superior Hierárquico.	distritos.	casos de irregularidades submetido ao Inspector para a deliberação de Instauração.	realizada, e relatório resultado de investigação submetido a Inspector.	realizada, e relatório resultado de investigação submetido a Inspector.	
Monitorar a implementação das recomendações.	Realizar acções de seguimento *(follow-up)* aos serviços auditados ou inspeccionados.	Recomendações implementadas.	Números de acções realizadas.	GIA. Díli e 12 distritos.		2 ou 3 ofícios de seguimento enviado ao Superior Hierárquico.	2 ou 3 ofícios de seguimento enviado ao Superior Hierárquico.	1 ou 2 ofícios de seguimento enviado ao Superior Hierárquico.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar que os Serviços e as Instituições do Sector da Justiça têm infra-estruturas, equipamentos e meios logísticos e tecnológicos adequados para prestarem os respectivos serviços, a nível central e distrital** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégias 9.1.).*								
Assegurar que os Órgãos e Serviços do Ministério da Justiça têm instalações modernas e funcionais.	Concluir a construção do novo edifício do Ministério da Justiça.	90% da construção executada de acordo c/projecto aprovado.	Taxa de execução da obra (c/ base relatórios da fiscalização).	MJ/DNAF, Díli.	60% da obra executada.	70% da obra executada.	80% da obra executada.	90% da obra executada.
Dotar a Polícia de Investigação Criminal de instalações adequadas ao seu funcionamento.	Assegurar a construção e fiscalização da obra do edifício da Investigação Criminal, incluindo Laboratório.	50% da construção executada de acordo c/projecto aprovado.	Taxa de execução da obra (c/ base relatórios da fiscalização).	MJ/DNAF, Díli.	20% da obra executada.	30% da obra executada.	40% da obra executada.	50% da obra executada.
Construção do edifício do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e TSAFC (incluindo a Câmara de Contas).	Iniciar a Construção do edifício e assegurar a fiscalização da obra.	Instalações adequadas para o funcionamento do STJ e TSAFC.	40% da obra executada.	MJ/Tribunais, Díli.	Início da construção do edifício.	Construção do edifício em curso (15%).	Construção do edifício em curso (30%).	Construção do edifício em curso (40%).
Construção dos novos Edifícios para a Defensoria Pública e para a futura Ordem dos Advogados de TL .	Iniciar a Construção dos Edifícios destinados à Defensoria Pública e Ordem dos Advogados.	Instalações adequadas para o funcionamento da DP e futura OA.	30% da obra executada.	MJ/DP, Díli.	Adjudicação do contrato de construção.	Início da construção do edifício.	Construção do edifício em curso (10%).	Construção do edifício em curso (30%).
Serviços da DNTPSC desconcentrados nos 13 distritos.	Construir 12 edifícios distritais da DNTPSC.	Edifícios concluídos.	Data e % conclusão das obras.	DNTPSC, DNAF, em todos os distritos, excepto Bobonaro.		Início do processo concurso.	Adjudicação e início da construção.	Conclusão da construção.
Instalar a Comissão Cadastral e o Fundo Financeiro Imobiliário (FFI).	Reabilitar o edifício da DNTPSC de Balide.	Edifício da DNTPSC de Balide reabilitado.	Data da conclusão da reabilitação.	DNTPSC, DNAF, Díli.	Início das obras de reabilitação.	Conclusão das obras de reabilitação.	Comissão instalada.	
Construir novos Estabelecimentos Prisionais (EP).	Efectuar levantamento de necessidades tendo em vista a construção de novos EP	Aumentar a capacidade prisional.	BoQ completo.	EP Baucau.	Levantamento de dados.	Elaboração de especificações técnicas.		

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e manter Sistemas de Gestão e Informação que permitam prestar serviços de justiça de uma forma mais rápida, segura, eficaz acessível para os cidadãos** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 10.2).*								
Capacidade de planeamento e de execução das actividades e do orçamento de TI melhorada no sector e no MJ.	Criar uma Direcção Nacional de Tecnologia e Informática (DNTI), para centralizar e melhorar os serviços de TI, incluindo a coordenação das actividades executas no âmbito acordos cooperação.	Gestão e planeamento de actividades de TI em toda a Justiça melhorados; Actividades previstas no âmbito dos acordos realizadas.	Direcção criada e funcional; Nr. e identificação das actividades realizadas.	DNTI, Díli.	Proposta de criação da DNTI aprovada em CM e actividades realizadas conforme acordos.	Início da implementação e actividades realizadas conforme acordos.	Cont.da implementação e actividades realizadas conforme acordos.	Direcção funcional e actividades realizadas conforme acordos.
Sistemas, serviços e infra-estruturas de TI melhoradas.	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração do novo Sistema de Gestão de Casos na Defensoria Pública, nos Tribunais e nas Prisões.	Sistema de Gestão de Casos funcional na DP e Tribunais de Díli e distritos judiciais e integrado com outras instituições da Justiça.	Nr. de casos entrados e mapas estatísticos.	DNTI, DP e Tribunais, Díli, Baucau, Suai e Oecússi, DNTPSC, Díli e Prisões de Becora e Gleno.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.
	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração dos Sistemas do Registos Civil e Comercial existentes.	Sistema de Registo Civil funcional em Díli, distritos e sucos.	Nr. de BI, Registos de Nascimento aumentados e disponíveis a todos cidadãos (M/H).	DNTI, DNRN Díli.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.	Sistema implantado e em execução.
Sistemas, serviços e infra-estruturas de TI melhoradas.	Apoiar a instalação, desenvolvimento e administração dos Novos Sistemas do Registos Predial e de Terras, incluindo migração de dados do Projecto "*Ita Nia Rai*".	Sistema de Registo Predial e de Terras funcional em Díli.	Número de propriedades, terras incluídos no sistema no MJ.	DNTI, DNTP Díli.	Termos de Referência definidos e concurso público aberto.	Mapeamento de processos e migração de dados do Projecto "*Ita Nia Rai*".	Desenvolvimento do Sistema.	Desenvolvimento do Sistema.
Rede Comunicação distrital dos edifícios dos Serviços de RN, Terras e Propriedades e Defensoria Publica, completa.	Instalar a rede comunicação / acesso à internet nos escritórios dos Registos e Notariado nos Distritos.	8 Edifícios distritais com rede instalada.	Nr. Edifícios com rede instalada e números de pontos de rede instalados.	DNTI, Lospalos, Viqueque, Aileu, Liquiça, Manatuto Manufahi, Ainaro e Ermera.	Documento de concurso elaborado e lançado ao público.	Companhias contratadas.	Redes em instalação nos distritos.	Instalações concluídas.
	Instalar a rede comunicação estruturada no escritório de Terras e Propriedades Nacional.	Edifício DNTP com rede instalada.	Nr. de pontos de rede instalados.	DNTI, DNTP Díli (Edifício Nacional).	Documento de concurso elaborado e lançado ao público.	Companhias contratadas.	Redes em instalação nos distritos.	Instalações concluídas.
	Instalar a rede comunicação na Defensoria Pública e na Prisão de Becora.	Defensoria Publica e EP Becora com rede instalada.	Nr. de pontos de rede instalados.	DNTI, Defensoria Publica Baucau, EP Becora.	Documento de concurso elaborado e lançado ao público.	Companhias contratadas.	Redes em instalação nos distritos.	Instalações concluídas.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar que é providenciada assistência jurídica adequada, oportuna e eficaz aos cidadãos (M/H) em todo o país, em particular aos mais desfavorecidos e vulneráveis** *(Plano Estratégico para o Sector da Justiça, estratégia 11.2.).*								
Assistência Judicial	Assegurar a representação	Defesa do direito dos	Actuação judicial	DP, Díli, Baucau,	Actuação em	Actuação em 1250	Actuação em	Actuação em

Gratuita assegurada.	judicial, especialmente através de plantões diários junto aos Tribunais, Centros de Detenção e Prisões, incluindo mulheres vítimas de violência doméstica e outras formas de discriminação.	assistidos em sede criminal ou civil implementada no âmbito judicial.	em cerca de 2500 proc. judiciais civis e criminais no T. de Recurso, nos 4 Tribunais Distritais, Centros de Detenção e 2 Prisões Nacionais.	Suai e Oecússi.	625 Processos Judiciais.	Processos Judiciais.	1875 Processos Judiciais.	2500 Processos Judiciais.
Assistência Extrajudicial Gratuita assegurada.	Realizar Plantões diários de atendimento ao público e Mediações.	Orientação Jurídica da População e solução dos conflitos pela via extrajudicial.	Cerca de 3000 famílias atendidas por ano.	DP, 13 Distritos.	750 Famílias atendidas.	1500 Famílias atendidas.	2250 Famílias atendidas.	3000 Famílias atendidas.
Papel da Defensoria Pública enquanto mecanismo estatal de Acesso à Justiça divulgado.	Produzir e Distribuir Brochuras sobre o papel da Defensoria Pública, incluindo o seu respectivo papel nos casos de Violência Doméstica.	Informação à população sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública.	6000 Brochuras Produzidas e distribuídas.	13 Distritos.	6000 Brochuras Produzidas e 1,500 distribuídas.	3000 Brochuras distribuídas.	4500 Brochuras distribuídas.	6000 Brochuras distribuídas.
	Realização de Seminários e *Workshops*.	Conscientização da População sobre seus direitos e mecanismos para defendê-los.	1 Seminário Nacional para 200 pessoas e 3 *Workshops* distritais para 100 pessoas cada (M/F).	*Workshop* em Liquiça, Ermera, Aileu e Manatuto.	1 *Workshop* para 100 pessoas em Liquiça.	1 *Workshop* para 100 pessoas em Ermera.	1 *Workshop* para 100 pessoas em Aileu.	1 *Workshop* para 100 pessoas em Manatuto.
Serviços prestados pela Defensoria Pública desconcentrados.	Realizar o Atendimento itinerante a cada 2 meses em comunidades onde não haja unidade da DP.	Orientação Jurídica e solução de conflitos em comunidades onde não haja unidade da DP instalada.	Comunidades de 6 Distritos não cobertas pelo sistema judicial formal atendidas.	6 Distritos.	Atendimento à Comunidade de 1 Distrito.	Atendimento à Comunidades de 3 Distritos.	Atendimento à Comunidades de 5 Distritos.	Atendimento à Comunidades de 6 Distrito.
OBJECTIVO GERAL: **Aumentar os níveis de consciencialização legal dos cidadãos (M/H) através de campanhas de divulgação e educação pública, com ênfase nos direitos dos grupos mais vulneráveis** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégia 11.4).*								
Educar os cidadãos sobre as leis em vigor em TL e sobre o sistema de Justiça.	Realizar acções de divulgação nos distritos.	7 Distritos; 2100 participantes (300 por distrito).	Nr. Distritos e nr. de participantes (M/F).	DNDHC, Manufahi, Bobonaro, Baucau, Aileu, Ainaro, Covalima, Ermera.	Preparação.	Acções realizadas em 2 distritos (600 partic.).	Acções realizadas em 4 distritos (1200 part.).	Acções realizadas em 7 distritos (2100 part.).
Divulgar ao público as actividades no sector da Justiça.	Produzir a revista do MJ e outras publicações.	2000 Exemplares Revista e Leis.	Nr. Exemplares de cada livro produzidos.	DNDHC, Díli.	Preparação documentos.	Processo aprovisionamento.	Impressão.	Exemplares finalizados e distribuídos.
OBJECTIVO GERAL: **Promover os direitos de Cidadania e o respeito pelas leis e Direitos Humanos em Timor-Leste** *(Plano Estratégico do Sector da Justiça, estratégia 13.3).*								
Posição TL na comunidade Internacional reforçada através do cumprimento das obrigações das Convenções Internacional	Relatório Direitos Humanos, Relatório do Direito Civil Política (ICCPR), (CRC) e contributos para o Relatório CEDAW 2013	Consultação Pública á nível regional, nacional e Distritais que foi elaborado pelos relatórios	Posição TL. Forte no nível Internacional como membros das Nações Unidas	DNDHC, Díli e 7 Distritos identificados		ICCPR CAT CRC.	ICCPR CAT CRC.	ICCPR CAT CRC.

Direitos Humanos, Civil e Política.								
Aumentar a consciência do povo de Timor-Leste sobre importância da paz e os direitos humanos .	Organizar a comemoração do dia de Tortura (26 de Junho) e do Dia dos Direitos Humanos (10 de Dezembro)	500 Participantes participam na comemoração.	Nr. Participantes (M/F).	DNDHC, Distrito de Covalima e Viqueque.		Comemoração 26 Junho realizada.		Comemoração 10 Dezembro realizada.
Comunidade Internacional reconhece sobre os andamentos da situação do Direitos Humanos em TL.	Participar nas Reuniões dos Direitos Humanos nos canais Internacionais.	Apresentação dos Relatórios e das outras nações e TL como estado membro da ONU.	Nr. de Apresentações realizadas.	DNDHC, Nova Iorque, Genebra, Malásia, Tailândia, Japão Indonésia, Austrália e Singapura.	Depende das reuniões dos alto níveis Internacionais.	Agenda e convite, Reunião alto nível.	Agenda e convite, Reunião alto nível.	Agenda e convite, Reunião Alto nível
Plano de Acção para Promover a Política dos Direitos Humanos em Timor Leste.	Apresentar as prioridades nacionais do desenvolvimento nacional relacionado c/ a implementação dos Direitos Humanos em TL.	Apresentar a Politica de Implementação das convenções Internacionais que o governo TL ratificou.	Nr. de Apresentações realizadas.	DNDHC, Timor-Leste.	Nacionais alto níveis.			
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a protecção da Criança e a salvaguarda dos seus Direitos Fundamentais** *(Plano Estratégico do Sector Justiça estratégia 13.1).*								
Comissão Nacional dos Direitos da Criança (CNDC) com a capacidade reforçada para preencher o mandato.	Promover os encontros periódicos do Conselho Consultivo.	Conselho Consultivo operacional.	Acta dos encontros.	CNDC, Díli.	I encontro.	II encontro.	III encontro.	IV encontro.
	Estabelecer ponto focal nos distritos para apoiar as informações sobre os direitos da criança.	Pontos focais estabelecidos em 13 Distritos.	Nr. Regiões / Distritos.	CNDC, Díli e Distritos.	Ponto focal na Região I.	Ponto focal na Região II.	Ponto focal na Região III.	Ponto focal na Região IV e V.
Promoção de uma Cultura para a implementação dos direitos da criança em todo o território, com base na Conv. da ONU s/ Direitos da Criança e na Constituição RDTL.	Disseminar as questões das crianças e advocacia.	2 Equipas de socialização (2 equipas em cada região).	Equipas criadas/ regiões.	CNDC, Díli e Distritos.	Região I e II socialização.	Região III, e IV socialização.	Região V socialização.	Relatório.
	Lançar a Campanha Anti violência (Pais, adultos, colegas das crianças), incluindo ref. à protecção das crianças por força dos artigos 2º e 3º da Lei de Violência Doméstica.	Redução dos casos de violência contra as crianças.	Nr. Regiões/ distritos.	CNDC, Díli e Distritos.	Região I e II campanha.	Região III campanha.	Região IV, campanha.	Região V, campanha.
	Recolher dados sobre os problemas das crianças para o desenvolvimento de uma base de dados.	2 Equipas para estudo e pesquisa de dados constituídas.	Nr. Equipas constituídas/ distritos abrangidos pela recolha.	CNDC, Díli e Distritos.	2 Equipas.	2 Equipas.	2 Equipas.	2 Equipas.
	Promover acções de consciencialização aos pais sobre os direitos da criança.	Acções de socialização realizadas em 5 região.	Nr. Regiões/ distritos.	CNDC, Díli e Distritos.	Região I e II socialização.	Região III socialização.	Região IV, socialização.	Região V, socialização.
	Promover uma Consulta, investigação e pesquisa	Resultados da consulta (Relatório).	Nr. Regiões/ distritos.	CNDC, Díli e Distritos.	Região I e II consulta.	Região III consulta.	Região IV, consulta.	Região V, consulta.

	sobre assuntos críticos das crianças.							
	Apoiar e participar nas Comemorações do Dia Mundial da Criança e na celebração da Convenção dos Direitos das Crianças.	2 Comemorações realizadas (Dia Mundial Criança 1 Junho e Dia Mundial da CDC).	Comemorações realizadas/ distritos.	CNDC, Díli e Distritos.	Preparativos para o Dia Mundial das crianças.	Festejos realizados com criança nos distritos.	Preparativos/ a celebração da Convenção DC.	Celebração realizada.
	Dar contribuição para o relatório periódico sobre a Convenção dos Direitos da Criança.	Todas as partes relevantes consultadas.	Partes consultadas e contributos recolhidos.	CNDC, Díli.			Preparação da consulta.	Recolha dos contributos.

Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde tem um Orçamento de 44,408 de dólares milhões para 2012.

Papel

O Ministério da Saúde é o órgão central do Governo responsável pela concepção, regulamentação, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da saúde e das actividades farmacêuticas. Ao Ministério da Saúde compete, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Garantir o acesso aos cuidados de saúde de todos os cidadãos;
- Coordenar as actividades relativas ao controlo epidemiológico;
- Efectuar o controlo sanitário dos produtos com influência na saúde humana;
- Promover a formação dos profissionais de saúde;
- Contribuir para o sucesso na assistência humanitária, promoção da paz, segurança e desenvolvimento socioeconómico, através de mecanismos de coordenação e de colaboração com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Prioridades

O Plano Estratégico Nacional da Saúde 2011-2030 delineou as prioridades do sector da saúde a curto, médio e longo prazo. O Plano Acção Anual para 2012 tem em consideração as estratégias propostas a curto prazo, necessárias à prossecução dos resultados imediatos, no âmbito do desenvolvimento integrado do País. Assim, as principais acções prioritárias do Ministério da Saúde para 2012 visam o seguinte:

- Melhorar a qualidade de prestação dos serviços de saúde primários e hospitalares em todos os estabelecimentos de saúde do País, incluindo ao mesmo tempo os Serviços laboratoriais e Serviços Integrados de Saúde Comunitária ou SISCa;
- Fortalecer a estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do sector da saúde, dando prioridade à formação técnica de profissionais de saúde no País e no estrangeiro;
- Fortalecer os Serviços de Apoio ao sector da saúde nas áreas de suporte logístico e a gestão financeira em todos os serviços de administração directa e indirecta do Ministério da Saúde;
- Desenvolvimento de infra-estruturas físicas e móveis em todos os níveis sanitários.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Saúde ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**34,448**	**38,198**	**44,408**	**46,184**	**48,032**	**49,953**	**51,951**
Recorrentes	**29,002**	**36,390**	**42,458**	**44,156**	**45,923**	**47,760**	**49,670**
Salários e Vencimentos	9,818	11,063	16,133	16,778	17,449	18,147	18,873
Bens e Serviços	18,730	14,982	17,261	17,951	18,670	19,416	20,193
Transferências Públicas	453	10,345	9,064	9,427	9,804	10,196	10,604
Capital	**5,446**	**1,808**	**1,950**	**2,028**	**2,109**	**2,193**	**2,281**
Capital Minor	1,400	1,758	1,950	2,028	2,109	2,193	2,281
Capital Desenvolvimento	4,046	50	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**16,940**	**16,822**	**12,695**	**7,658**	**11,394**	**-**
Recorrentes	-	15,861	16,782	12,685	7,658	11,394	-
Capital	-	1,079	40	10	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**34,448**	**55,138**	**61,230**	**58,879**	**55,690**	**61,347**	**51,951**
Recorrentes	29,002	52,251	59,240	56,841	53,581	59,154	49,670
Capital	5,446	2,887	1,990	2,038	2,109	2,193	2,281

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a boa prestação dos serviços de saúde na área dos cuidados de saúde primária e serviços hospitalares.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Aumentar o acesso e melhorar a qualidade de prestação de Serviços de Saúde na área de cuidado de Saúde Primaria.	Prestar os serviços de Saúde relacionados com programas de Saúde Maternal dentro da comunidade.	60% Mulheres grávidas terão acesso para cuidados de ante Natal, e 60% pós parto poderá ser assistido pelo pessoal de Saúde treinado	Percentagem dos cuidados de ante natal e percentagem pós natal assistido pelo pessoal de Saúde.	13 Distritos.	25 % das Mulheres grávidas assistidos pelos profissionais da saúde	25 % das Mulheres grávidas assistidos pelos profissionais da saúde	25 % das Mulheres grávidas assistidos pelos profissionais da saúde	25 % das Mulheres grávidas assistidos pelos profissionais da saúde
	Prestar os serviços de Saúde, relacionados com programas de Saúde infantil (imunização e IMCI) - Gestão Integrada da Doença de Crianças.	80% de crianças com menos de 5 anos terão acesso à imunização de sarampo.	Percentagem de crianças com menus de 5 anos com acesso à vacinação do sarampo.	13 Distritos.	20% Das crianças com menos de 5 anos vacinadas.	20% Das crianças com menos de 5 anos vacinadas.	20% Das crianças com menos de 5 anos vacinadas.	20% Das crianças com menos de 5 anos vacinadas.
	idem com programas de nutrição, para crianças, e mulheres grávidas.	40% das crianças e mulheres grávidas têm acesso ao programa de nutrição.		13 Distritos.	10% Crianças e Mulheres grávidas assistidos com programas de nutrição.	10% Crianças e Mulheres grávidas assistidos com programas de nutrição.	10% Crianças e Mulheres grávidas assistidos com programas de nutrição.	10% Crianças e Mulheres grávidas assistidos com programas de nutrição.
	Prestar programas de saúde relacionados com doenças não contagiosas como programa de Saúde de olhos, Saúde Dental, Saúde Mental, doenças degenerativas, e Saúde para idosos.	13 Distritos prestam programas relacionados com doenças não contagiosas como programa de Saúde de olhos, Saúde Dental, Saúde Mental, doenças degenerativas, e Saúde para idosos.		13 Distritos.	3 Distritos implementam Programas relacionados com Saúde de Olhos, Dental, Mental, Doença Degenerativos e Saúde dos Idosos implementados em todos os distritos.	3 Distritos implementam Programas relacionados com Saúde de Olhos, Dental, Mental, Doenças Degenerativos e Saúde dos Idosos implementados em todos os distritos.	3 Distritos implementam Programas relacionados com Saúde de Olhos, Dental, Mental, Doenças Degenerativos e Saúde dos Idosos implementados em todos os distritos.	4 Distritos implementam Programas relacionados com Saúde de Olhos, Dental, Mental, Doenças Degenerativos e Saúde dos Idosos implementados em todos os distritos.
	Prestar programa de Saúde Ambiental, Vigilância Sanitária para garantir um ambiente saudável.	13 Distritos prestam programas de Saúde Ambiental, Vigilância Sanitária para garantir um ambiente Saudável.		13 Distritos.	3 Distritos implementam os programas de Saúde Ambiental, e Vigilância Sanitária.	3 Distritos implementam os programas de Saúde Ambiental, e Vigilância Sanitária.	3 Distritos implementam os programas de Saúde Ambiental, e Vigilância Sanitária.	4 Distritos implementam os programas de Saúde Ambiental, e Vigilância Sanitária.
	Compras de medicamentos para cuidados de Saúde	Taxa *Stock out* dos medicamentos nas facilidades de	Percentagem *Stock out* dos medicamentos nas	13 Distritos.	Taxa *Stock out* de medicamentos nas facilidades de	Taxa *Stock out* de medicamentos nas facilidades de	Taxa *Stock out* de medicamentos nas facilidades de	Taxa *Stock out* de medicamentos nas facilidades de

	primária (Centro de Saúde de Saúde Posto Sanitário).	cuidados de Saúde primária poderão reduzir menos 5%.	facilidades de cuidados de Saúde primária.		Saúde Primaria reduzidos menos 5%.	Saúde Primaria reduzidos menos 5%.	Saúde Primaria reduzidos menos 5%.	Saúde Primaria reduzidos menos 5%.
	Melhorar o Sistema de Informação de Saúde, monitorização, e avaliação para garantir a política baseada nas evidências.	Todas as facilidades de Saúde preparam relatório estatístico com qualidade.	Número das facilidades de saúde com bom funcionamento do sistema de informação.	13 Distritos.	Todos os Distritos implementam um Sistema de Informação de Saúde adequado seguindo a um protocolo.	Todos os Distritos implementam um Sistema de Informação de Saúde adequado seguindo a um protocolo.	Todos os Distritos implementam um Sistema de Informação de Saúde adequado seguindo a um protocolo.	Todos os Distritos implementam um Sistema de Informação de Saúde adequado seguindo a um protocolo.
	Estabelecer Memorandos de Entendimento com Instituições de privadas de Saúde e Organizações Não-governamentais para prestar os serviços de Saúde à população.	As Instituições Privadas de Saúde e ONG assinam o Memorandos de Entendimento o MdS para prestar os serviços de Saúde nas áreas rurais.	Número das Instituições Privadas e ONG que assinaram o Memorandos com MdS.	13 Distritos.	3 Distritos contemplados por um MoU com Instituições ou NGO.	3 Distritos contemplados por um MoU com Instituições ou NGO.	3 Distritos contemplados por um MoU com Instituições ou NGO.	3 Distritos contemplados por um MoU com Instituições ou NGO.
	Fortificar o serviço de apoio para gestão de finanças, aprovisionamento logística e gestão do património do estado para todas as instituições de saúde.	Todas as instituições de Saúde obtêm uma boa forma de gestão colectiva.	Número das instituições que implementam o padrão de gestão colectiva.	13 Distritos.	3 Distritos com boa administração e gestão de Finanças Aprovisionamento e Logística.	3 Distritos com boa administração e gestão de Finanças Aprovisionamento e Logística.	3 Distritos com boa administração e gestão de Finanças Aprovisionamento e Logística.	3 Distritos com boa administração e gestão de Finanças Aprovisionamento e Logística.
	Fornecimento e implementação da política, estratégias e regulamento de saúde para todas as instituições de Saúde.	Política, estratégias e Regulamentos da Saúde implementadas.	Número das Facilidades da Saúde que receberam e implementaram as Políticas, Estratégias e regulamentos.	13 Distritos.	3 Distritos implementam as Políticas, Estratégias e regulamentos da Saúde.	3 Distritos implementam as Políticas, Estratégias e regulamentos da Saúde.	3 Distritos implementam as Políticas, Estratégias e regulamentos da Saúde.	3 Distritos implementam as Políticas, Estratégias e regulamentos da Saúde.
Garantir o acesso e melhorar a qualidade de prestação de Serviços de Saúde na área de cuidados Secundários e encaminhamento.	Manter os Serviços especializados no Hospital Nacional de Díli e nos 5 Hospitais Regionais.	Recrutamento e continuação dos contratos com 7 médicos especialistas Internacionais no Hospital Nacional, e 5 Médicos Internacionais para cada Hospital Regional sendo no total 27 médicos Internacionais.	Número de médicos internacionais que prestam serviços no Hospital Nacional e Hospital Regionais.	6 Hospitais.	Número dos Médicos Contratados para os Hospitais Referidos continua a garantir uma prestação de serviço mais especializado.	Número dos Médicos Contratados para os Hospitais Referidos continua a garantir uma prestação de serviço mais especializado.	Número dos Médicos Contratados para os Hospitais Referidos continua a garantir uma prestação de serviço mais especializado.	Número dos Médicos Contratados para os Hospitais Referidos continua a garantir uma prestação de serviço mais especializado.
	Compra de equipamentos médicos e reparação desses	Mais 75% de Equipamentos Médicos poderão	Percentagem dos equipamentos médicos que	6 Hospitais.	25% Dos Equipamentos Médicos	50% Dos Equipamentos Médicos	75% Dos Equipamentos Médicos	

	equipamentos nos Hospital.	funcionar no Hospital Nacional e Regional.	funcionam no Hospital Nacional e Regional.		funcionam no hospital Nacional e Regionais.	funcionam no hospital Nacional e Regionais.	funcionam no hospital Nacional e Regionais.	
	Compra de medicamentos essenciais e outros fornecimentos médicos para garantir o bom funcionamento dos serviços Hospitalares.	Taxa *Stock Out* de medicamentos em todos os Hospitais poderão reduzir menos de 10%.	Percentagem *Stock Out* dos medicamentos nos Hospitais.	6 Hospitais.	Taxa de *Stock Out* de medicamentos em todos os Hospitais poderá reduzir menos de 10%.	Taxa de *Stock Out* de medicamentos em todos os Hospitais poderá reduzir menos de 10%.	Taxa de *Stock Out* de medicamentos em todos os Hospitais poderá reduzir menos de 10%.	Taxa de *Stock Out* de medicamentos em todos os Hospitais poderá reduzir menos de 10%.
	Desenvolver o padrão operacional procedimento (SOP) serviços Hospitalares.	Padrão operacional procedimento (SOP) para os serviços Hospitalares implementado em todos os hospitais.	Número SOP desenvolvido	6 Hospitais.		Preparação e consultas para o desenvolvimento do padrão .	Padrão operacional procedimento (SOP) serviços Hospitalares já desenvolvidos.	Padrão operacional procedimento (SOP) serviços Hospitalares implementados.
	Manter fornecimento da comida para os doentes e serviços nos Hospitais.	Para acelerar o processo de rápida recuperação dos doentes	ALOS (Average Length of Stay no Hospital).	6 Hospitais.	6 Hospitais minimizam os dias de baixas no Hospital.	6 Hospitais minimizam os dias de baixas no Hospital.	6 Hospitais minimizam os dias de baixas no Hospital.	6 Hospitais minimizam os dias de baixas no Hospital.
	Compra de Ambulância para suporte dos serviços de encaminhamento dos Distritos e da comunidade que visita os Hospitais.	Reduzir taxa de mortalidade hospitalar (GOR) menos de 45/1000.	Percentagem *Gross Death Rate* Hospitalar.	13 Distritos.		Preparar todos os documentos relacionados com a compra de ambulâncias.	Realizar a compra de ambulâncias.	Ambulâncias em operações.
	Implementar padrões e garantir a qualidade dos serviços do laboratório em todas as facilidades de saúde.	Qualidade dos serviços do Laboratório assegurada.	Número das Instalações de laboratórios que implementam os padrões e garantem a qualidades dos serviços.	13 Distritos.	3 Distritos implementam os padrões e garantem a qualidade dos serviços.	3 Distritos implementam os padrões e garantem a qualidade dos serviços.	3 Distritos implementam os padrões e garantem a qualidade dos serviços.	4 Distritos implementam os padrões e garantem a qualidade dos serviços.
	Adquirir e distribuir medicamentos e outros fornecimentos médicos para todas facilidades da Saúde.	Todas as facilidades de Saúde obtêm medicamentos e outros fornecimentos médicos.	Número de Facilidades de Saúde que receberam medicamentos e fornecimentos médicos.	13 Distritos.	3 Distritos têm medicamentos e outros equipamentos médicos suficientes.	3 Distritos têm medicamentos e outros equipamentos médicos suficientes.	3 Distritos têm medicamentos e outros equipamentos médicos suficientes.	4 Distritos têm medicamentos e outros equipamentos médicos suficientes.
	Fazer serviços de encaminhamento dos doentes para o estrangeiro.	Reduz taxa mortalidade netto Hospitalar (NDR) menos 25/1000.	Percentagem NDR Hospitalar.	13 Distritos.	Taxa de mortalidade reduzida menos de 25/1000.	Taxa de mortalidade reduzida menos de 25/1000.	Taxa de mortalidade reduzida menos de 25/1000.	Taxa de mortalidade reduzida menos de 25/1000.
OBJECTIVO GERAL: **Acelerar o desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H) no sector da saúde.**								
Para garantir a melhoria das prestações de	Fazer " *Upgrading training* para novos	Profissional de saúde que obteve	Número de profissionais de	Díli, Instituto Nacional de Saúde.	Treino para novos	-	-	Treino para novos profissionais da

serviços em todas as facilidades da Saúde por meio de capacitações dos profissionais da Saúde.	conhecimentos clínicos dos profissionais de Saúde (M/H).	treinamento contínuo no Instituto Nacional de Saúde.	saúde que obteve treinamento contínuo.		profissionais da saúde continua com *Upgrading ou Refreshment Training*.			saúde continua com *Upgrading ou Refreshment Training*.
	Cooperação contínua com Governo Cuba relacionado com a presença da Brigada Médico Cubana (BMC).	Menos de 200 pessoas da BMC identificadas de acordo com a Especialização para prestar os serviços de Saúde em Timor-Leste.	Número da BMC que prestam os serviços em Timor Leste.	Díli, Ministério da Saúde.	Número de BMC reduzido.	Número de BMC reduzido.	Número de BMC reduzido.	Número de BMC reduzido.
	Recrutamento de Especialistas de Saúde Pública para suportar a Gestão de Saúde no estabelecimento do sistema Nacional de Saúde.	6 Áreas identificadas para recrutamento de Especialistas de Saúde Pública: Jurídica, Saúde, Plano e Finanças, Recursos Humanos, Sistema de Informação e Hospitalar.	Número de Assistência Técnica recrutada.	Díli, Ministério da Saúde.	Preparação dos documentos para realização do Recrutamento dos Especialistas.	-	Especialistas referidos foram recrutados.	-
	Implementação da Lei de Regime de Carreira Especial para profissionais de Saúde e salários para funcionários da Saúde.	100 % Das instituições da Saúde implementam a Carreira Especial para profissionais de Saúde e salários para funcionários da Saúde.		Díli, Ministério da Saúde.	Todas as Instituições de Saúde implementam o Regime de Carreira Especial para profissionais de Saúde e salário para funcionários da Saúde.	Todas as Instituições de Saúde implementam o Regime de Carreira Especial para profissionais de Saúde e salário para funcionários da Saúde.	Todas as Instituições de Saúde implementam o Regime de Carreira Especial para profissionais de Saúde e salário para funcionários da Saúde.	Todas as Instituições de Saúde implementam o Regime de Carreira Especial para profissionais de Saúde e salário para funcionários da Saúde.
Para acelerar a produção do número de profissionais de Saúde através da criação de bolsas de estudo.	Suporta p funcionamento da Faculdade de Ciências da Saúde da UNTL.	Números de bolseiros da UNTL aumentam.		Díli – UNTL.		Profissionais da Saúde adquiridos	Profissionais da Saúde adquiridos	Profissionais da Saúde adquiridos
	Continuação do fornecimento de bolsa de estudo para estudantes de medicina, enfermagem e outros técnicos dentro e fora do país.	Número de bolseiros para os estudantes da medicina e enfermagem aumentam.		Díli e Estrangeiro.	Pessoal da Saúde continua com Bolsas de Estudo.	Pessoal da Saúde continua com Bolsas de Estudo.	Pessoal da Saúde continua com Bolsas de Estudo.	Pessoal da Saúde continua com Bolsas de Estudo.
	Nomeação de médico geral e enfermeiros que continuam os estudos no estrangeiro.	Número de médicos de medicina geral e enfermeiros aumenta.		Estrangeiro.	Número dos profissionais da Saúde aumenta.	Número dos profissionais da Saúde aumenta.	Número dos profissionais da Saúde aumenta.	Número dos profissionais da Saúde aumenta.

	Nomeação de Formadores da Saúde para aumentar o conhecimento académico.	Número dos formadores de saúde aumenta.		Díli.		Programa que visa o aumento do conhecimento dos Formadores da Saúde continua.		
OBJECTIVO GERAL: **Construir e manter as infra-estruturas básicas da saúde.**								
Construção das infra-estruturas básicas de saúde para a comunidade.	Construção de novos Postos de Saúde nas áreas remotas.	Postos de Saúde construídos para facilitar o acesso dos serviços de Saúde para a comunidade.	Número dos Postos de Saúde construídos	Díli e restantes Distritos.			Número dos Postos de Saúde aumenta.	Número dos Postos de Saúde aumenta.
	Construir novo centro Saúde, Clínica e Maternidade nos subdistritos.	Centros de Saúde construídos nos subdistritos.	Número dos Centros de Saúde, Clínica e Maternidade construídos nos subdistritos.	Díli e restantes Distritos.			Número dos Postos de Saúde aumenta.	Número dos Postos de Saúde aumenta.
	Construção de novos armazéns de medicamentos nos Distritos.	Armazéns de medicamentos construídos nos Distritos.	Número de Armazéns de medicamentos construídos.	Díli e restantes Distritos.			Armazéns de medicamentos aumentam de número.	Armazéns de medicamentos aumentam de número.
	Construção dos Edifícios de Saúde nos Distritos.	Edifícios de Saúde construídos	Número dos Edifícios construídos.	Díli e restantes Distritos.			Novos Edifícios da Saúde nos Distritos aumentam.	Novos Edifícios da Saúde nos Distritos aumentam.

Ministério da Educação

O Orçamento alocado ao Ministério da Educação é de 86,635 milhões de dólares incluindo da Universidade de Timor Leste (UNTL) para 2012.

Papel

O Ministério da Educação aprovou a sua Lei Orgânica através do Decreto-Lei n.º 22/2010 de 9 de Dezembro, sendo o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas da Educação.

As suas atribuições, órgãos e os serviços que compõem o Ministério da Educação são os definidos na sua lei orgânica.
Durante o ano de 2011 iniciou-se a implementação do Plano Estratégico do Ministério da Educação, com especial relevância para a implementação do regime de carreira, a formação de professores, a aprovação dos currículos e a continuação do programa do ensino recorrente. Existe uma clara aposta do IV Governo Constitucional na melhoria da qualidade do ensino com base em requisitos mínimos de habilitações literárias para os professores assim como de um conjunto de competências necessárias ao exercício da profissão. O INFORDEPE é a entidade responsável pela formação de professores e será determinante na formação dos mesmos. Esta aposta clara na formação de professores terá três vertentes principais:

- A formação contínua de professores (no qual se inclui o bacharelato acelerado).
- O programa de formação inicial de professores nos Distritos, e
- O curso de mestrado para professores.

O objectivo da realização do bacharelato acelerado será a de realizar num período transitório, a formação a professores, através de um sistema composto por módulos que permitirá que seja dada formação a cada um dos professores nos três diferentes níveis do regime de carreira transitória, que após conclusão desta formação, passarão para o regime de carreira definitivo de professor.
A formação inicial de professores nos Distritos terá como objectivo, a substituição de professores actuais do quadro permanente que se irão reformar em breve por atingirem a idade de reforma. Será ministrada ao nível do Distrito, usando as instalações quer do Instituto, quer das escolas de referência.
Os cursos de mestrados para professores, terão como objectivo a formação de professores em estudos superiores especializados que após a conclusão dos mesmos, serão o futuro corpo docente do INFORDEPE.
Outra das prioridades do Ministério para 2012, é o da continuação da implementação do currículo do segundo e do terceiro ciclo.
No ano de 2012, continuará a disseminação dos currículos e a compra de livros para todos os níveis de ensino, sendo necessário adquirir livros para o 7.º, 8.º ano, 10.º ano e repor livros do 1.º ao 6.º ano. Vão também iniciar-se a compra de livros para a constituição das bibliotecas escolares em cada uma das escolas básicas centrais.

Prioridades

A presente submissão orçamental foi elaborada tendo em conta as prioridades estratégicas do IV Governo Constitucional nas seguintes áreas:

- **Infra-estruturas básicas**
  O Ministério da Educação necessitará de investir na construção e manutenção do parque escolar aos mais diferentes níveis de ensino, desde o ensino Pré-primário, até ao ensino superior e politécnico. Este investimento será feito através da construção de escolas em todo País de forma equitativa tendo sido factor de ponderação na tomada de decisão da proposta de construção, a sua localização, os factores de cariz regional, social, de proximidade e de relevância para uma rede escolar mais eficiente de forma a captar e manter os alunos na escola.
- **Produção local e segurança alimentar**
  O Ministério da Educação em 2012 irá prosseguir com o programa de merenda escolar para os 307.497 alunos do ensino básico.
- **Desenvolvimento rápido na capacitação de Recursos Humanos**
  A formação inicial de professores, a realização do bacharelato acelerado, do curso de mestrado para professores e a atribuição de novas bolsas de estudo são as grandes prioridades a realizar em 2012.
- **Prestação descentralizada de serviços**
  Com a aprovação do diploma referente à reorganização das escolas básicas através da criação dos agrupamentos de escolas básicas, em 2011 reorganizou-se totalmente a gestão escolar, passando agora cada uma das escolas existentes a estar agregada às 202 escola básica centrais e a uma estrutura de gestão administrativa, pedagógica e académica de forma a dar a melhor resposta às necessidades do ensino através de uma política de proximidade, resultando por isso uma melhor adequação das decisões tomadas em prol de uma educação de qualidade.Com o plano de formação inicial a 1,000 estudantes, obrigará que o Ministério da Educação, descentralize as suas operações ao nível do Distrito, servindo-se quer das instalações do Instituto quer das Escolas de referência, evitando assim, a centralidade da capital do País.
- **Boa Governação**
  Irão ser reforçadas em 2012, medidas de melhoria de boa governação que incidirão sobre o aprovisionamento, a administração financeira, a inspecção pedagógica, curricular, monitorização da implementação do plano estratégico e a coordenação com os doadores. A par destas medidas, continuará igualmente em 2012, a monitorização da execução orçamental de todos os serviços pertencentes ao Ministério da Educação de forma a verificar que a realização das despesas obedeceu ao principio da economia, eficiência e eficácia e que e estas despesas foram efectuadas em actividades que estavam planeadas e que contribuem efectivamente para alcançar os objectivos inicialmente estabelecidos.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Educação e Cultura ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**68,332**	**70,139**	**86,635**	**90,101**	**93,704**	**97,453**	**101,351**
Recorrentes	**57,193**	**65,569**	**82,919**	**86,236**	**89,685**	**93,273**	**97,004**
Salários e Vencimentos	34,627	42,579	51,832	53,905	56,061	58,304	60,636
Bens e Serviços	16,723	22,990	31,087	32,330	33,624	34,969	36,367
Transferências Públicas	5,843	-	-	-	-	-	-
Capital	**11,139**	**4,570**	**3,716**	**3,865**	**4,019**	**4,180**	**4,347**
Capital Minor	4,170	3,920	3,716	3,865	4,019	4,180	4,347
Capital Desenvolvimento	6,969	650	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**11,000**	**29,575**	**23,964**	**6,323**	**5,810**	**-**
Recorrentes	-	11,000	28,589	22,978	6,323	5,810	-
Capital	-	-	986	986	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**68,332**	**81,139**	**116,210**	**114,065**	**100,027**	**103,263**	**101,351**
Recorrentes	57,193	76,569	111,508	109,214	96,008	99,083	97,004
Capital	11,139	4,570	4,702	4,851	4,019	4,180	4,347

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OBJECTIVO GERAL 1: **Início do projecto de criação de uma rede de Educação Pré-Escolar. Educação Pré-escolar (EPE) de qualidade para todas as crianças de 3-5 anos de idade no médio prazo.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
1.1. Número suficiente de salas de aula está disponível nas áreas geográficas. **1.2. Desenvolver e implementar um novo currículo.** **1.3. Um sistema de acreditação para o EPE.**	Reabilitação e adaptação de salas de aula. Construção de novas salas, Equipar as salas de aula com móveis e materiais de instrução. Revisar, actualizar e testar o currículo com padrões nacionais.	50 Salas remodeladas, 10 salas novas (mobiliário incluído); 50 Novos professores contratados (60% novos professores e 40% professoras). Elaboração e aprovação das OP para a EPE. Rascunho do novo currículo sensível ao género. Rascunho do novo sistema de acreditação escolar para EPE	10 Novas salas habilitadas, 50 remodeladas com capacidade para 180 alunos. Documento de Currículo aprovado pelo Ministro. Documento de acreditação aprovado.	DNEPE, IFU, IFODEPE/DNRH / Díli e Baucau.	Procedimentos e critérios de contratação, recrutamento de 271 novos educadores (M/H), desenvolver acordos com instituições privadas.	Início da construção, conclusão das reabilitações, formação intensiva e contratação dos novos educadores de infância (M/H).	Em construção, educadores realizam o seu trabalho nas salas, implementação das OP na EPE e monitorização.	Novas salas de aula concluídas, monitorização e avaliação aos 271 professores (M/H).
OBJECTIVO GERAL 2: **Todos os meninos e meninas têm acesso a Ensino Básico (EB) de qualidade e tendencialmente gratuito em 2015.**								
2.1. Continuação da criação das infra-estruturas de EB para garantir o dever constitucional de ensino básico universal. **2.2. Um currículo relevante e localizado é desenvolvido, implementado e monitorado até 2015.** **2.3. Um novo sistema de administração escolar.**	Construção de novas escolas básicas, e filiais. Estudos para definir outras medidas para conseguir matricular todas as crianças. Novo currículo desenvolvido para 1º, 2º e 3º ciclo. Produção dos livros e materiais de apoio aos professores e alunos do 1º, 2º e 3º ciclo. Formações específicas por disciplinas, inicial, e intensivo aos professores em serviço. Começada a introdução faseada do novo sistema de administração escolar. Manuais desenvolvidos.	8 Núcleos (108 salas para 3,200 alunos novos + reabilitação + equipamento). Bacharelato de 2 anos para as competências pedagógicas e técnico-científicas. 2.000 metod de EB + 300 áreas esp.+ 2.500 Livros de português, 160,000 livros de aluno para o 1º, 2º e 3º Ciclo; 4,000 Livros e Guias de Professor, gestão e administração escolar para directores e	8 Núcleos de escolas construídas, reabilitadas e equipadas, regulamentação aprovada, n.º final de inscritos como % do número necessário (M/H). Conteúdo dos livros aprovado. Número de livros efectivamente distribuídos. Nº de escolas habilitadas para implementar novo sistema.	PDD II – Distrito AND em coordenação com IFU –ME /DNEB/IFODEPE / DNCAE/ DNRH/Same, Baucau, Maliana e Oecússi/ DNC/ IG. Todas as Regiões.	Procedimentos de contratação, preparação do programa do Bacharelato de formação inicial, distribuição de 2000 livros para as EB, formação aos 100 directores e adjuntos, monitorização e inspecção para 100 escolas e preparação dos sistemas de arquivo e gestão das Bibliotecas.	Início da construção dos projectos, realização do Bacharelato de formação inicial, distribuição de 1000 livros, formação aos 100 directores e adjuntos, monitorização e inspecção para 100 EB, formação dos quadros das 50 Escolas Básicas para gerir as Bibliotecas.	Em construção, realização do Bacharelato de formação inicial, 1/3 dos professores, 50 directores e adjuntos, distribuição de 1000 livros, monitorização e inspecção para 50 EB. Construção e preparação dos projectos da 2a fase, 50 Bibliotecas escolares em funcionamento.	Projectos concluídos e Relatório final, Formação para 1/3 dos professores, monitorização e avaliação e relatório de execução.

	Implementação do programa de criação de capacidade para todo o sistema de adm escolar. Expansão do sistema de Escolas Referência.	directores adjuntos, Formação de formadores, quadros das EB.						
OBJECTIVO GERAL 3: **Introduzir uma reforma profunda nas condições e na qualidade da Educação Secundária Geral e Técnico Profissional.**								
3.1. Currículos relevantes desenvolvidos, implementados e monitorados para o ESG/ESTV. **3.2. Um plano de desenvolvimento de infra-estruturas é desenvolvido e implementado.**	Elaboração do Plano Curricular do ESG e ESTV. Estimação dos custos de expansão do sistema de ESTV. Novo currículo para ESG terminado. Novos padrões de qualidade para formação de professores de ESG em serviço.	Aprovação do Plano Curricular do ESG. Desenhado o programa de Formação Intensiva. Plano de desenvolvimento de ESG e ESTV.	Documento de aprovação do Plano Curricular, Conteúdo dos livros de ESG definidos e aprovados. Plano de desenvolvimento aprovado.	DNESG/DNESTV/ INFODEPE PDD II – Distrito – ADN em coordenação com IFU-ME. Todas as Regiões.	Distribuição de 60,000 livros para 1º e 2º ano das escolas do ESG, elaboração dos Programas Curriculares, programas de formação de Professores.	Distribuição de 60,000 livros para 1º e 2º ano das escolas do ESG, programas Curriculares aprovados, aprovação dos programas de formação de Professores.	Distribuição de 60,000 livros para 1º e 2º ano das escolas do ESG, Relatório Final, procedimentos de produção e distribuição dos livros e formação intensiva dos Professores.	Formação Intensiva concluída. Relatório Final monitorização e avaliação.
OBJECTIVO GERAL 4: **Consolidar o estabelecimento de um sistema completo e integrado no sistema de Educação Superior.**								
4.1. Um sistema de administração de alta qualidade para garantir a coordenação eficiente de todas as intervenções do governo no ETS. **4.2. Qualidade de ETS melhorada por meio de estabelecimento de um sistema regulatório de garantia de qualidade até 2012.** **4.3. Aumento de abrangências do ETS pelo estabelecimento de um sistema politécnico eficiente.** **4.4. Aumento de participação de estudantes e da conclusão do ETS**	Implementação do programa de acreditação, programas de formação contínua em exercício. Sistema de bolsas de estudos para aumentar a formação inicial de professores, e especialmente de participantes do interior do país. Desenvolver o currículo que será aplicado pelo sistema politécnico. Implementar o programa de desenvolvimento de Institutos Politécnicos em Timor-Leste. Estabelecer sistema de integração da informação do ES no SIGE.	% Das instituições acreditadas, 600 Bolseiros do interior seleccionados para entrar nos cursos de professores (200 homens e 400 mulheres), 15 Professores e 3 gestores formados. Elaboração dos Programas Curriculares. Melhoria nos resultados dos estudantes do ES. 230 Bolsas Internacionais (155 actuais + 75 novas). Extensão de Bolsa Internacional a 200 finalistas no estrangeiro e 500 bolsas universitárias internas (200 homens e 300 mulheres).	N.º de Instituições acreditadas e certificadas no final do ano. Documentos dos Programas utilizados. Número de participantes como % do total, número de Bolseiros inscritos (M/H). Número de formados como % do total (M/H). Currículo formalmente aprovado. N.º de bolseiros como % da matrícula final (M/H), aumento da matrícula de novos alunos (M/H) de ETS com respeito ao ano anterior. Dados do SIGE disponíveis.	DNETS/NCAAA/IFU.	Proposta do orçamento. Formação para 5 docentes, 18 formandos, revisão dos Programas Curriculares, seminário sobre a colecção dos dados, contratação do desenho técnico e dos cadernos de encargos do Campus Universitário de Hera.	Proposta de orçamento às instituições acreditadas. Formação para 5 docentes e 600 Bolsas adjudicadas. Aprovação dos Programas Curriculares, Projecto técnico em curso e libertação dos terrenos.	Implementação nas 11 instituições acreditadas. Formação para 5 docentes. Monitorização dos bolseiros, implementação curricular e continuação de formação.	Monitorização, Avaliação e Relatório final.

OBJECTIVO GERAL 5: **Erradicar completamente o analfabetismo em todas as idades da população e completar a introdução do Programa Nacional de Equivalência.**								
5.1. Aumentar a capacidade do programa de alfabetização básica em 327 sucos. **5.2. Implementando um novo currículo relevante do Programa de Equivalência.** **5.3. Fortalecimento institucional da DNER.** **5.4. Desenvolver o programa de equivalência.**	Coordenar e monitorizar o desempenho da implementação do programa de Equivalência para o Nível I, Inclusão do Programa Nacional de Equivalência no sistema de educação formal. Desenhar e implementar plano desenvolvimento da capacidade para e modernizar as infra-estruturas da DNER.	89.000 Pessoas participam nos programas "Sim Eu Posso" e 10.880 no programa "Alfanamor", 3,200 participantes no PNE (50% de homens e 50% de mulheres). Aprovada a inclusão do PNE no sistema da educação formal. Capacitação DNERe 67 Professores formados. Infra-estruturas reabilitadas da DNER.	N.º de graduados no programa alfabetização como % do total. Documentos de inclusão doPNE dentro da educação formal. % de realização dos objectivos do PE da DNER (número de beneficiários).	DNER. DNCAE. DNRH. IFU.	Curso para 30,000 novos alunos no programa de "Sim Eu Posso e 5,260 novos programa de "Alfanamor". Curso de Equivalência aos 1,600 alunos. Preparar novo currículo do curso equivalência.	Curso de programa "Sim Eu Posso" para 30,000 alunos e "Alfanamor" com 5,260 alunos, de equivalência aos 39.900 alunos. Preparação do currículo para PNE.	Continuação do curso de programa "Sim Eu Posso" para 30.000 alunos e "Alfanamor" com 5,260 alunos, curso de equivalência aos 1,600 alunos. Implementação de currículo. Formação em gestão e administração.	Continuação do curso de programa "Sim Eu Posso" para 30.000 alunos e "Alfanamor". Continuação do curso de equivalência.
OBJECTIVO GERAL 6: Implementar uma Política de Inclusão Social para Assegurar que a Educação é para Todos.								
6.1. Conseguir o equilíbrio de género em todas as áreas da educação até 2015. **6.2. Aumento de NER de crianças com necessidade especiais no EB.** **6.3. Desenvolvimento da implantação de políticas e medidas de promoção dos direitos a educação aos grupos socialmente marginalizados.**	Assegurar a efectividade e coordenar a adequada implementação dos principais programas de IS (Concessões Públicas, Alimentação Escolar, outros). Administração e comunicação do programa de bolsas de estudo sobretudo para os professores de sexo feminino. Desenhar e implementar uma política de uso de línguas na educação.	327,036 Alunos (291,837 EB + 36,199 ES) recebem concessões públicas tradicionais (M/H). 291,837 Alunos do EB recebem o programa de alimentação escolar, 291,837 alunos do EB, 300 Bolsas Internas para mulheres em Educação Superior, 400 Bolsas de estudo para mulheres.	% De execução dos diferentes programas (M/H). Reporte de monitorização sobre a qualidade de execução dos programas de Inclusão Social. Número de bolsas de estudo atribuídas (M/H). % Mulheres na matrícula e que terminam com sucesso o programa escolar. % De mulheres que participam nas bolsas de ETS no estrangeiro. Política aprovada pelo CdM. Plano implementado em 2011-2015.	DGSC/DNPETI/ DNRH/DNASE/ DNRH.	327,036 Alunos (291,837 EB + 36,199 ES) recebem concessões públicas tradicionais; 291,837 Alunos participam do Programa de alimentação escolar (M/H).	327,036 Alunos (291,837 EB + 36,199 ES) recebem concessões públicas tradicionais; 291,837 Alunos participam do programa de alimentação escolar (M/H).	327,036 Alunos (291,837 EB + 36,199 ES) recebem concessões públicas tradicionais; 291,837 Alunos participam do programa de alimentação escolar (M/H). .	Continuação da implementação. Monitorização e Avaliação do programa.

OBJECTIVO GERAL 7: **Fortalecimento dos serviços centrais e regionais do Ministério no âmbito da implementação das políticas de educação.**								
7.1. Promoção da excelência de ensino e melhoria de profissionalismo dos professores (M/H). **7.2. Sistema de formação em serviços ágeis e relevantes para capacitar todos os professores (M/H) nos padrões mínimos determinados.** **7.3. Desenvolvimento de um sistema que garanta às instituições um mercado com número suficiente de professores qualificados.**	Desenvolver um sistema de qualidade de ensino. Desenvolver procedimentos de gestão de RH, incluindo procedimentos disciplinares para professores e educadores acusados de violência e/ou assédio físico e/ou sexual. Medidas rigorosas para garantir que todos professores sejam contratados. Formações de: bacharelato nocturno aos 250 professores, bacharelato acelerado para 35 formadores e áreas específicas (conteúdos curriculares), áreas gerais, agentes de adm, estatística e metodologia de pesquisa. Estabelecimento de curso de Licenciatura para 140 professores. Reabilitação e nova construção de salas de aula no INFORDEPE, bolsas de estudo para Mestrado nas Universidades da CPLP e reabilitação de laboratório.	Decreto-lei sobre avaliação do desempenho dos professores. Desenvolver um sistema intensivo e subsídio para motivar os professores a ensinar nas áreas remotas, programas prioritários. Desenvolver um sistema de incentivo e subsídio para motivar os professores qualificados. Professores formados em: Baucau 120, Díli 120, Same 90, Maliana 120 e Oecússi 60, Turmas das disciplinas no centro de INFORDEPE em Díli: Biol 35 alunos, Mat 35 alunos, L Port 35 alunos e Hist e Geografia 35 alunos (M/H). Reabilitação de salas de aula para o curso de bacharelato, 2 mestrados para cada área de educação. Pesquisas elaborada de acordo com normas científicas. Apresentar o resultado de M&A, condição física do Edifício de laboratório.	Promulgação decreto-lei, incentivo e subsídio incluído no orçamento.	INFORDEPE/DNRH.	Análise funcional. Termos de Referência e Recrutamento. Planeamento da formação. Procedimentos e elaboração do *design*. Ordenar a libertação de terras e a construção.	Produção e implementação legislativas. Elaboração dos desenhos e início da construção.	Produção e implementação legislativas. Capacitação dos serviços, *design*, demolição dos edifícios do ME e construção.	Produção e implementação legislativas. Elaboração e preparação dos procedimentos.

OBJECTIVO GERAL 8: **Garantir que até 2012 as funções da administração geral sejam reforçadas a fim de proporcionar uma capacidade de gestão dos processos estratégicos e administrativos necessários para alcançar os objectivos do PE.**								
8.1. O Ministério será capaz de supervisionar e controlar a implementação do PE. **8.2. DGs do ME serão capazes de controlar e administrar as funções básicas.** **8.3. Conhecimento e competências básicas para as chefias do ME.**	Coord. e supervisão de equipas de implantação do PE. Criação e implantação de política Tolerância Zero contra a corrupção. Definição e implantação de sistemas adm, controle e processos nos DGs,. Plano de trabalho desenvolvido para supervisionar o desempenho dos funcionários de ME (M/H).	O desempenho das equipas de PE coordenado e supervisionado. Coordenação dos doadores sobre os programas prioritários. Uma política de Tolerância zero contra corrupção, sistema de administração e controle nas DGs definidos.	Controla da implementação do PE, conhecimento das competências básicas para as chefias do ME.	Gabinete do Ministro Gabinete do Vice Ministro DGSC DGAEIDC.	-	-	-	-
OBJECTIVO GERAL 9: **Todos os sistemas e procedimentos necessários para uma gestão efectiva dos Recursos Humanos (M/H) desenvolvidos e implementados até 2012.**								
9.1. Estabelecimento e implementação das políticas da Direcção Nacional de Recursos Humanos.	Desenvolver e implementar Politicas e procedimentos de RH num Sistema Integrado de Gestão de Informação.	Manuais das políticas e procedimentos. Regime de Carreira dos professores, sistema de colocação e mobilidade, sistema de avaliação de desempenho e programa de formação de não docentes (M/H).	Número de sistemas e procedimentos efectivamente implementados.	DNRH, DRs e Escritórios nacionais.	Preparação do manual de recenseamento e implementação do Estatuto da Carreira Docente.	Realização de recenseamento para os funcionários e Disseminação do Estatuto da Carreira.	Continuação de recenseamento e disseminação do Estatuto da Carreira Docente e demais competências.	Monitorização e avaliação.
OBJECTIVO GERAL 10: **Assegurar a capacidade das Direcções Regionais para poder executar as competências próprias, dos serviços centrais e o Plano Estratégico.**								
10.1. Desenhar e implementar um programa de fortalecimento das DRs e reabilitação das instalações físicas dos escritórios do ME Regionais e Distritais.	Implementar os sistemas e procedimentos para a execução orçamental descentralizada. Estabelecimento das instalações físicas dos escritórios do ME Regionais e estruturas distritais.	Criação de sistemas de execução orçamental e apoio à gestão escolar e capacitação de 30 funcionários (M/H). Construção, reabilitação das DRs e criação das estruturas distritais.	Números de sistemas e procedimentos efectivamente implementados. Formações concluídas e construção habilitada para uso a partir do AF 2012.	DRs e Escritórios Nacionais e IFU – ME.	Avaliação de necessidades de equipamentos, assistência técnica e formação.	Formação de assistência técnica.	Formação de assistência técnica e projectos concluídos.	Monitorização, avaliação e projectos concluídos.
OBJECTIVO GERAL 11: **O Ministério desenvolve o uso das TICs e Sistemas de Informação para realizar uma gestão eficiente a nível nacional e regional.**								

11.1. Desenvolver as infra-estruturas e serviços básicos de TICs. **11.2. Expandir a abrangência e qualidade do SIGE em todas as áreas educacionais.** **11.3. Capacitar o pessoal e melhorar o acesso da informação de SIGE.**	Conexão da sede com as DRs, Institutos e outras construções na rede LAN e respectiva formação de funcionários (M/H). Expansão de SIGE para todos os níveis do ensino. Integração de sistemas GIS no SIGE.	7 Edifícios conectados com LAN do ME, 50 Escolas Básicas conectadas com a rede LAN e prestação de serviços de educação. Aumentar a função de trabalho para nível do EPE, /ETS /ES /ER.	Serviços funcionando correctamente. N.º de pessoas formadas em computação básica (M/H). Dados de SIGE.	DNPETI/DR/DD Gab. do Vice Ministro.	Identificar as instituições e escolas básicas para realizar as instalações e programas de formação.	Implementação de instalações para os edifícios e escritórios regionais e escolas básicas.	Continuação de implementação de instalações, programas e continuação de formação.	Continuação de implementação de instalações e relatório final.
OBJECTIVO GERAL 12: **Produção de Planos de qualidade baseados em evidência a nível escolar efectivamente integrados com o orçamento nacional.**								
12.1. As Direcções têm a capacidade necessária para realizar os seus deveres e assegurar a implementação dos Programas Prioritários seguindo o PE do ME, Um sistema de gestão financeira transparente e qualidade.	Desenhar planos para 202 núcleos de EB. Monitorizar a execução do PE e preparação de estudos para avaliar os programas principais do ME. Desenhar um sistema de adm por resultado de *input*, *output* e *outcome*, monitorização da execução do orçamento.	Planos aprovados pelo Ministério, Sistemas de Administração por resultados e estudos de avaliação.	Acções do plano adequadamente executado em 2012 e orçamentadas para 2013.	DGSC, DNPETI, DR, DD.	Início da implementação dos 202 estabelecimentos integrados no Ensino Básico.	Planos detalhados para cada agrupamento de Escolas.	Continuação do plano.	Monitorização e avaliação.
OBJECTIVO GERAL 13: **Desenvolver um sistema sectorial de coordenação da cooperação internacional (swap).**								
13.1. Desenvolver e monitorizar a implementação de um plano harmonizado e alinhado de cooperação internacional.	Implementar mecanismos de monitorização, sistemas de controlo da eficácia e preparar novos projectos de cooperação internacional.	12 Grupos de monitorização mensal do PE. Realização de *workshops* e monitorização de alto nível. Organizar a RAC.	Acções de monitorização adequadamente executadas.	DGSC / Gabinete Jurídico.	Consolidação do plano de fontes combinadas.	Rever o plano harmonizado das fontes combinadas.	Monitorização da implementação.	Relatório final.
OBJECTIVO GERAL 14: **Melhorar a qualidade da educação através da fiscalização, averiguação e monitorização a todas as escolas, Escritório Nacional, Regional e Distrital em todo o território.**								
14.1. Melhorar os mecanismos dispositivos e estruturas de supervisão do sistema educativo e intensificar a capacitação dos	Fiscalização, averiguação ao nível nacional, núcleos de inspecção locais e formação intensiva. Melhoria das condições logísticas de trabalho, ao nível Nacional e distrital, da Inspecção-geral do ME.	Todas as escolas e escritórios na C.Reg. e Distritais serão inspeccionados. Inspectores (M/H) serão treinados e capacitados.	Inspeccionadas as escolas e os escritórios incluindo 17 dos funcionários da GIGE, 12 Superintendentes e 65 Inspectores Escolares.	IG / Ministério da Educação, 5 Regiões e 13 Distritos/ GIGE.	Região II e V (Díli, Liquiça e 13 Distritos. Elaboração e aprovação do plano de formação.	Região I Baucau, Lautém Manatuto e Viqueque, 17 dos funcionários GIGE.	Região III Aileu, Ainaro e Manufahi. Formação aos 17 dos funcionários GIGE e 5 Inspectores Regionais.	Região IV Bobonaro, Covalima e Ermera.

Inspectores Nac/ Reg/Super e Inspectores Escolares.								
OBJECTIVO GERAL 15: **Promover a qualidade da Educação, para alunos, professores e população em geral (M/H) através do Projecto TV Educação, da Rádio *Sapientia* e da Assessoria de Imprensa.**								
15.1. Desenvolver a produção e realização de conteúdos do projecto de TV e rádio, e garantir a sua gestão. Sistema de Emissão Nacional e área de assessoria da imprensa. Melhoria da prestação dos serviços de protocolares e informações do ME.	Adm e gestão dos Estúdios de TV e de Rádio. Conteúdos de formação para prof e alunos de educação cívica e população (M/H). Assistência técnica e finalizar a operacionalização dos estúdios e garantir a capacidade técnica de gravação.	Produzir conteúdos educacionais incluindo Zero Tolerância à Corrupção e Violência. Facilitar a operacionalidade técnica de gravação. Adquirir, montar e manter um sistema de emissão nacional. Serviços protocolares funcionam bem.	Garantir a emissão de 8 Programas de TV, 4 de Rádio. Implementação de Currículo Escolar e conteúdos de formação de Professores. Qualidade dos serviços de protocolares.	Gabinete de Protocolo e Media (GPM).	Emissão de 6 Programas (4 TV e 2 Rádio). Planeamento e aprovação da formação.	Início da formação. Capacitação no uso dos equipamentos e produção da publicação do ME.	Emissão de 12 Programas (8 TV e 4 Rádio) e continuação da formação.	Relatórios finais.
OBJECTIVO GERAL 16: **Até 2015, Elevar a qualidade dos serviços de Aprovisionamento**								
16.1. Sistema efectivos de serviços de administração para a DNA.	Desenvolver um sistema apropriado de aprovisionamento.	Sistema aprovisionamento desenvolvido e implementado.	Qualidade dos serviços de aprovisionamento.	DGSC, DNA.	-	-	-	-
OBJECTIVO GERAL 17: **O sector da cultura tem a capacidade para desenvolver e implementar prioridades definidas pelo Governo.**								
Política Nacional da Cultura na área do Património Cultural.	Contratação de um assessor internacional (M/H).	Um assessor int. (M/H) contratado para apoiar a Política Nacional de Cultura.	Implementação da Política Nacional para a Cultura.	DNPC ME, Díli.	Concurso e processo de contratação; início de actividade.	Em actividade.	Em actividade.	Em actividade.
Sistematização da informação relativa ao património cultural de Timor-Leste.	Manutenção e actualização da base de dados do património cultural e sua colocação *on-line.*	A base de dados do património cultural é mantida e estará *online*, permitindo divulgar a cultura de Timor-Leste nacional e internacional.	Manutenção da base de dados realizada; base de dados colocada *online*	DNPC; Díli.	Contratação do serviço.	Manutenção da base de dados e preparação do módulo *online*.	Manutenção da base de dados e lançamento oficial do módulo *online*	Manutenção da base de dados.
Apoio à recuperação das culturas tradicionais de Timor-Leste como conteúdos do futuro Museu Nacional.	Levantamento das casas sagradas e tradicionais do distrito de Oecússi.	Utilização da informação recolhida para apoio ao projecto do futuro Museu nacional, incluindo a publicação do catálogo.	Levantamentos inseridos em base de dados e catálogo publicado (1000 exemplares).	DNPC; Oecússi e Díli.	Planeamento do trabalho, em conjunto com o responsável da cultura do distrito de Oecússi.	Trabalho de campo realizado.	Inserção da informação recolhida; preparação dos materiais para publicação.	Catálogo publicado.

Enquadramento legal, gestão e protecção das pinturas rupestres de Tutuala, visando a sua futura classificação como Património Mundial da UNESCO.	Acções de socialização em Lautém, produção de brochuras e materiais informativos.	Sensibilização das comunidades locais sobre a importância nacional e mundial das pinturas rupestres.	2 Seminários realizados e respectivos materiais produzidos.	DNPC; Díli e Lautém; Darwin.	Produção de materiais e realização de um *workshop.*	Produção de materiais e realização de um *workshop*	Realização de seminário, preparação do livro sobre o património de Tutuala em tétum, português e fataluko.	Realização de seminário, publicação e distribuição do livro referido.
Sensibilização sobre a importância do património cultural nas escolas.	Dar a conhecer o património cultural do país nas escolas de 6 distritos.	Alunos das escolas do país sensibilizados sobre a importância do património cultural.	Exposição móvel realizada em 6 distritos.	DNPC; Díli e 6 distritos.	Preparação dos documentos.	Exposição móvel em 2 distritos.	Exposição móvel em 2 distritos.	Exposição móvel em 2 distritos.
Política Nacional da Cultura na área da futura Biblioteca Nacional.	Contratação de um assessor internacional (M/H).	O assessor internacional apoia a Direcção na implementação da política nacional para a cultura e futura Biblioteca Nacional.	Um assessor internacional contratado e a trabalhar.	Direcção Nacional de Museus e Biblioteca; Ministério da Educação, Díli.	Concurso e processo de contratação; início de actividade.	Em actividade.	Em actividade.	Em actividade.
Preservação e protecção de materiais etnográficos com valor histórico e etnográficos únicos no país.	Aquisição de objectos etnográficos e sua inclusão na Colecção do futuro Museu Nacional.	A Colecção do futuro Museu Nacional é enriquecida com objectos de valor histórico e patrimonial.	Objectos etnográficos adquiridos e integrados na Colecção do futuro Museu Nacional.	DNMB; Díli.	Preparação dos documentos para aquisição dos materiais.	Aquisição dos materiais.	Aquisição dos materiais.	Aquisição dos materiais.
Colaboração com o Queensland College of Arts, GriffithUniversity, Austrália, no desenvolvimento de futura Escola de Artes e Indústrias Criativas de Timor-Leste.	Realização de 6 seminários, produção de materiais de apoio aos seminários, e publicação dos resultados finais sobre a forma de livro (6 x 1.000).	Primeira fase da Escola de Artes desenvolvida, envolvendo 25 alunos (M/H) que se tornarão os futuros professores de professores de artes.	25 Alunos (M/H) formados e que serão envolvidos na segunda fase do projecto, em 2013; 6 seminários realizados e materiais publicados (6 x 1.000).	DNACICC; Díli.	Aquisição de materiais e equipamentos; realização de 1 *workshop* e publicação dos resultados.	Realização de 2 *workshops* e publicação dos resultados.	Realização de 2 *workshops* e publicação dos resultados.	Realização de 1 *workshop* e publicação dos resultados.
Valorização do Hino Nacional de Timor-Leste como elemento de criação de paz, estabilidade e identidade nacional do país.	DVD com o Hino Nacional e formação para professores do PE, EB das Escolas Privadas,ESG/ESTV.	Após asserem formados, os professores ensinam o Hino Nacional nas escolas de todo o país.	Cópia de 500 DVDs e formação do Hino Nacional para 200 professores (M/H).	DNACICC; Díli e 13 distritos.	Preparação do orçamento.	Produção e distribuição dos DVDs.	Formação nas escolas.	Formação nas escolas.
Reforço do processo de identidade nacional	Levantamento da história oral e sua publicação em 4 livros (4000	Disponibilização de livros de história oral nas escolas,	História oral levantada, 4 livros (4000 exemplares)	4 Distritos (levantamentos); Díli (produção dos livros)	Levantamento de história oral, tradução e produção	Levantamento de história oral, tradução e	Levantamento de história oral, tradução e	Levantamento de história oral, tradução e

e da literacia nas duas línguas oficiais através da recolha e publicação da história oral.	exemplares) e sua distribuição.	como forma de aumentar a literacia nas línguas oficiais e preservar a cultura oral do país.	produzidos, traduzidos para tétum e português, e distribuídos.	e todos os distritos (distribuição).	de 1 livro (1000 exemplares) e sua distribuição.	produção de 1 livro (1000 exemplares) e sua distribuição.	produção de 1 livro (1000 exemplares) e sua distribuição.	produção de 1 livro (1000 exemplares) e sua distribuição.
Cooperação técnica na área da animação sociocultural e artística com a Escola de Instrutores de Arte de Cuba.	Um instrutor de arte proveniente de Cuba; tradução e impressão de manuais.	Os responsáveis da cultura em todos os distritos aumentam a sua capacidade de gerir e desenvolver acções na área da cultura a nível local.	Um instrutor de arte cubano; manuais de apoio traduzidos e impressos; relatórios de actividades.	DNACICC; Díli e todos os distritos.	Recepção do instrutor de arte; aquisição dos materiais e equipamentos; início de formação.	Acções de formação nos distritos.	Acções de formação nos distritos.	Acções de formação nos distritos; entrega de relatórios finais de actividades.

Ministério da Educação - Universidade Nacional de Timor-Leste

A Universidade Nacional de Timor-Leste tem um Orçamento de 9,802 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Decreto-Lei nº16/2010 de 12 de Outubro confere inteiros poderes à UNTL para evoluir como uma Instituição de Ensino Superior, nacional e de alto nível de Timor-Leste. Este diploma confere à UNTL autonomia estatutária para conduzir transacções científicas, educacionais, administrativas, financeiras, disciplinarias e de propriedade, sujeitas às fronteiras delimitadas pelas leis do Estado. Para além disso, autoriza a UNTL a possuir a sua própria identidade e missão, criar estruturas e operações, conceber e fornecer serviços de ensino e investigação, preparar políticas de recrutamento, gerir assuntos económicos e financeiros, e beneficiar dos poderes finais e transicionais pelo Reitor e sob as Directivas do Conselho Geral, Conselho de Administração e Conselho Disciplinar.

Adicionalmente, este estatuto permite à UNTL conferir Graduações e Títulos aos estudantes que atinjam critérios de avaliação, e desenvolver independentemente relações internacionais com outros países e organismos educativos, para educação mútua e interesses de investigação mútuos, para criar o seu próprio mecanismo interno de auto-avaliação, Tutela e Supervisão, e candidatar-se à Acreditação Nacional e Internacional. A Universidade, nos termos deste Decreto-Lei, pode criar a sua própria identidade, através do design e aplicação do seu Lema, Símbolo, Bandeira, Hino, Cerimónias e vestes Académicas, e celebrar o Dia da UNTL.

Em paralelo com a sua Visão e Missão, a UNTL irá criar Centros e Excelência, para promover as Línguas Nacionais [INL] e criar o Centro Nacional de Investigação Científica [CNIC], estabelecer e reforçar várias faculdades e departamentos como necessário, incluindo o Instituto de Medicina e Ciências da Saúde e o Instituto de Engenharia e Tecnologia.

Prioridades

- Criar linhas principais para políticas fortes para a UNTL, a par com o estatuto da UNTL, incluindo os estatutos a nível das Faculdades.
- Estabelecer o Regime de Carreiras para o Pessoal Académico, para aumentar as suas qualificações e criar um clima de motivação que estimule o talento.
- Introduzir o Código de Conduta no Campus, para o pessoal Académico e Administrativo, e para os Estudantes, a fim de garantir o profissionalismo e o decoro no campus.
- Introduzir os Procedimentos Disciplinares de modo a assegurar as boas práticas de governação na UNTL.

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA UNTL

OBJECTIVO GERAL: **Tornar a UNTL no Centro de Excelência em Educação Superior no país e que, através de forma inovadora, se desenvolvam as melhores práticas de ensino, com espírito colaborativo e mantendo sempre os interesses chave de Timor-Leste** (pela Reitoria da UNTL).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Garantir educação de qualidade, pesquisa e serviços estendidos a todos os estudantes da UNTL.	Política da UNTL.	Mecanismo de implementação reforçado de acordo os estatutos da UNTL.	Manual de Política da UNTL - preparado e difundido.	UNTL e todos os seus campus.	Março.			
Desenvolver uma excelente qualidade de ensino em todas as faculdades.	Estabelecer um Regime de Carreira na UNTL.	Pessoal académico (M/H) bem qualificado e motivado.	Regime de carreira colocado em prática e difundido.	UNTL e todos os seus campus.		Junho.		
Melhoria da imagem da UNTL como uma instituição de bons padrões.	Implementar um Código de Conduta de Boas Práticas no campus.	Profissionalismo melhorado e boas práticas no campus universitário.	Código de Conduta do campus preparado e difundido.	UNTL e todos os seus campus.			Setembro.	
Estabelecer práticas de boa liderança para uma administração transparente e responsável.	Procedimentos disciplinares para pessoal docente, pessoal administrativo e estudantes.	Disciplina melhorada e transparência na UNTL.	Procedimento disciplinar estabelecido e comunicado a todos.	UNTL e todos os seus campus.				Dezembro.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar os serviços eficientes e efectivos para toda a administração-geral da UNTL** (pela Administração-geral).								
Assegurar suporte para a implementação do plano estratégico e sistema M&E.	Identificação e planeamento dos Pontos Focais em todos os departamentos e realizar a sua capacitação.	Reforçar o planeamento de competências na UNTL.	Pontos Focais (M/H) capacitados.	UNTL.	Março.	Em progresso.	Em progresso.	Em progresso.
Assegurar o efectivo e eficiente funcionamento e desenvolvimento dos Serviços Académicos de Suporte para todos os estudantes de todos os departamentos da UNTL.	Preparar necessidades básicas a fim de assegurar o processo de aprendizagem de estudantes e docentes (M/H).	Reforço das facilidades de aprendizagem nas salas de aulas.	Salas de aula com mobiliário e material didáctico fornecido.	Todas as faculdades e departamentos.	Março.			
	Fornecimento de recursos de laboratório para todos os departamentos.	Estruturas de laboratórios reforçadas.	Fornecimento de recursos de laboratórios a todos os departamentos.	Todos os departamentos.		Junho.		
Assegurar e desenvolver o funcionamento eficaz e eficiente do sistema da Biblioteca para alunos da UNTL, professores, pesquisadores e público (M/H).	Reforço dos recursos da biblioteca Capacitação de funcionários da biblioteca (49 M/H).	Um melhor acesso dos recursos da biblioteca a alunos, professores, pesquisadores e público (M/H).	Todos os equipamentos fornecidos para a biblioteca de acordo com os planos.	7 Bibliotecas.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

Garantir o acesso efectivo à informação pública, e também criar um sistema de Gestão e suporte às Tecnologias de Informação e Comunicação de acordo com o funcionamento da UNTL.	Estabelecimento do *website* da UNTL.	Acesso ao *website* por todos os utilizadores (M/H).	Lançado o *website* da UNTL.	Instalação do *website.*	Março.	Em progresso.	Em progresso.	Em progresso.
	Base de dados integrada da UNTL.	Acesso à base de dados por parte de estudantes, docentes e funcionários (M/H).	Base de dados operacionalizada.	Edifício principal da UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Serviços efectivos de TI em todos os departamentos (PC, internet, antivírus, backup, data segurança, LAN, WAN, UPS etc.)	Acesso a equipamento de TI por todos os departamentos.	Serviços de IT expandidos a todos os departamentos.	Toda a UNTL.	Março.	Junho.	Setembro	Dezembro.
Assegurar a sólida capacidade dos Recursos Humanos (M/H) e criar e manter um sistema adequado em todos os níveis da UNTL.	Implementação do Regime de Carreira do Pessoal Docente (M/H).	Melhoria do desempenho do Pessoal Docente (M/H).	Regime de Carreira implementado.	Pessoal Docente.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Melhoria da Cultura de trabalho – Cartas de Valorização por bom desempenho para professores e funcionários (M/H).	Melhoria da Cultura de Trabalho.	Linhas orientadoras do programa de valorização de funcionários (M/H) preparadas e implementadas.	A todo o Pessoal Docente e administrativo (M/H).	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Criar e garantir um sistema de trabalho de administração efectivo e eficiente para o melhor funcionamento do trabalho na UNTL.	Realizar eventos para as comemorações - felicitações, aniversários, festas, eventos nacionais, Dias de Natal etc.	Motivação dos funcionários.	Calendário de eventos preparado	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Assegurar transparência, responsabilidade e fornecer qualidade no sistema de aquisições para projectos e trabalho na UNTL.	Sistema de Base de Dados de aquisições a ser desenvolvido e implementado.	Processo de compra responsável e transparente.	Linhas orientadoras desenvolvidas e implementadas.	UNTL.		Junho.		
Assegurar o funcionamento do processo de Finanças e desenvolver um sistema efectivo e eficiente de suporte aos programas da UNTL.	Desenvolvimento das capacidades dos funcionários (M/H) envolvidos em processos financeiros.	Desenvolvimento da capacidade dos funcionários (M/H).	Participação de funcionários (M/H) em *workshops* e cursos em gestão financeira.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Base de Dados de Finanças a ser desenvolvida e implementada.	Processo de finanças responsável e transparente.	Base de Dados operacional.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Assegurar a continuidade e sustentação de equipamentos e desenvolvimento de sistema de logística eficaz e eficiente da	Inventariação e gestão do sistema SOP incluindo o seu desenvolvimento e implementação.	Salvaguardar activos da UNTL.	Manual de Sistemas de Gestão de Inventário elaborado e executado.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Sistema de Manutenção de Activos a ser	Salvaguarda dos Activos da UNTL.	Procedimento de Manutenção	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

UNTL.	desenvolvido.		desenvolvido.					
Assegurar o desenvolvimento de um Sistema de Arquivo para a UNTL.	Desenvolvimento de arquivos manuais e sistemas electrónicos para armazenamento de dados.	Salvaguarda da informação da UNTL.	Sistemas manuais e electrónicos estabelecidos.	UNTL.			Setembro.	
Assegurar o desenvolvimento contínuo da UNTL em consonância com o desenvolvimento global.	Providenciar uma farda académica para os alunos (M/H).	Promoção da identidade da UNTL.	Vestidos e acessórios fornecidos.	Todos os alunos envolvidos na UNTL.	Março.			
	Cartões electrónicos fornecidos a todos os estudantes, docentes e funcionários administrativos (M/H).	Promoção da identidade e segurança na UNTL.	Cartões de identificação acedidos por todos.	Todos os espaços protegidos da UNTL.	Março.			Dezembro de 2012 com apoio de BNU.
	Definir um Quadro Pessoal da UNTL em todo o campus.	Promoção da identidade da UNTL.	Quadros presentes em todos os edifícios.	Em frente a todos os edifícios da UNTL.	Março.			
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar e tornar sustentável a qualidade da educação na UNTL** (pela Direcção dos Assuntos Académicos da UNTL).								
Preparar e desenvolver os programas de graduação.	Revisão de regulamentos académicos e dos manuais.	Regulamento académico padronizado adequado, e uniformizado na sua implementação em todas as faculdades e departamentos. Melhoria do desempenho dos estudantes (M/H).	Esboço do Regulamento académico finalizado.	Díli.		Junho.	Setembro.	
Assegurar o sucesso académico dos estudantes (M/H).	Curso intensivo da língua portuguesa para todos os estudantes (M/H).	No ano de 2012 a maioria das disciplinas serão leccionadas em língua portuguesa. Fortificar as habilidades dos professores e estudantes de acordo com a Política Nacional da Educação, para uma implementação efectiva e mais comunicativa no processo de ensino e aprendizagem.	Um modelo de ensino e aprendizagem mais efectiva na língua portuguesa, através da contratação de 5 professores (M/H) de língua portuguesa.	Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	
Elevar e melhorar a qualidade dos professores (M/H).	Preparação de guião de ensino e aprendizagem, sílabos, e elaboração de *dossier* baseado no padrão curricular.	Guião de estudo padronizado e uniformizado na sua implementação em todas as faculdades e departamentos. Melhoria do desempenho dos estudantes (M/H).	10 Temas elaborados, e curso de curta duração implementado por 10 palestras.	Portugal.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Actualizar o currículo e elaborar os sílabos e *dossier*.	Organização de uma Conferência Curricular, para tradução, e elaboração do *dossier* e sílabos.	Currículo padronizado e sílabos elaborados e uniformizados na sua implementação em todas as faculdades e departamentos. Melhoria do desempenho e resultados dos estudantes (M/H).	Currículo padrão preparado e utilizado por todos os departamentos.	Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

Preparar e melhorar os recursos de apoio para apoiar a qualidade do ensino a aprendizagem e respectiva obtenção de acreditação.	Preparação de documentos de auto-avaliação e de resposta ao pedido da equipa de avaliação e acreditação.	Acreditação nacional e reconhecida internacionalmente.	Acreditado e internacionalmente reconhecido.	Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Recrutamento de um/a assessor/a internacional.							
OBJECTIVO GERAL: **Contribuir para a construção de um ensino de excelência na UNTL nas áreas de Educação, Pesquisa e Extensão, sem descurar a nacional e internacional cooperação entre as pessoas, instituições e países** (pela Direcção de Cooperação da UNTL)								
Estabelecer e fortificar as redes de cooperação construindo mutuamente benéficas relações nacionais e internacionais.	Identificação das disciplinas e áreas prioritárias, por Faculdade.	Base de Dados de áreas prioritárias e das disciplinas.	Publicação de Mapa de áreas prioritárias de 2012.	UNTL – Díli.	Recolha de Informação das Faculdades entre Novembro e Janeiro. Publicação a 31 de Janeiro.	Junho.	Setembro.	Entre Novembro e Janeiro 2013 recolha de Informação para o próximo ano.
	Identificar os disponíveis Recursos Humanos (M/H) da UNTL (Pessoal docente para ensinar nas universidades internacionais e para receber os estudantes estrangeiros).	Base de Dados dos candidatos para 2012.	Lista dos candidatos para 2012.	UNTL – Díli.	Entre 1 Fevereiro e 15 Fevereiro é o prazo para a aplicação.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Criação de um Mapa disponível de Programas de Intercâmbio Internacional (programas externos) - identificação e nomeação.	Base de Dados interna de cursos disponíveis.	Comunicação de cursos disponíveis para Pró-Reitora de Cooperação.	UNTL – Díli.	Entre 1 de Janeiro e 15 de Fevereiro.	Junho.	Setembro.	Dezembro
	Visitas Exploratórias a Universidades Internacionais.	Fortificar vínculo Internacional da UNTL.	12 Universidades visitadas por ano.	Estrangeiro.	Março.	Uma Visita Exploratória.	Uma Visita Exploratória.	Uma Visita Exploratória.
	Comemoração do intercâmbio internacional de protocolos com as Universidades Parceiras.	Aumentar opções para UNTL sobre o intercâmbio internacional.	8 Protocolos de Cooperação para 2012.	Estrangeiro.	2 Protocolos de Cooperação.	2 Protocolos de Cooperação.	2 Protocolos de Cooperação.	2 Protocolos de Cooperação.
	Calendário do Intercâmbio Internacional da UNTL.	Melhoria da informação disponível para Campus.	Publicação do Calendário de Intercâmbio Internacional.	UNTL – Díli.	Entre 15 de Fevereiro e 29 de Fevereiro.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Estabelecer e fortificar as redes de cooperação construindo mutuamente benéficas relações nacionais e internacionais.	Elaboração do Guia do Estudante Internacional, incluindo: Transferência de Créditos, Orientação na UNTL, Assistência à Saúde, Alojamento e outros Assistência Sociais, Bolsas Académicos, Assuntos Consulares.	Fácil acesso à informação para estudantes estrangeiros na UNTL.	Impressão do Guia do Estudante Internacional.	UNTL – Díli.	Entre Novembro de 2011 até Janeiro de 2012.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

	Selecção de Parceiros internacionais.	Boa qualidade de treinamento interno, em conformidade com os padrões e normas internacionais.	Lista de Docentes convidados para 2012.	UNTL – Díli.	30 de Janeiro até 5 de Fevereiro 2012.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Conclusão do Programa de Cursos.	Currículo completo para os cursos.	Recepção dos Programas pela PG Vice-Reitor.	Díli e Instituições estrangeiras.	6 de Fevereiro até 29 de Fevereiro.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Orçamento.	Recursos de financiamento adequados para os cursos de 2013.	Integração dos cursos internos no Orçamento da UNTL para 2013.	UNTL – Díli.	Março.	Junho.	Agosto 2012 para os cursos do Ano 2013.	Dezembro.
	Início dos Programas de Desenvolvimento do Ensino.	Melhoria da qualidade de Ensino.	Início das aulas.	UNTL – Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Aumentar as capacidades do pessoal académico e administrativo facilitando a aprendizagem com instituições externas.	Actualização da Equipa de 2012 para avaliar o perfil de candidato, currículo, áreas de especialização e aperfeiçoamento futuro.	Rotação dos membros da Comissão para cada Faculdade.	Circular pelo Reitor.	UNTL – Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Designação da Tutores Internos para acompanhar a execução do plano por cada candidato na instituição externa.	Fornecer acompanhamento personalizado internamente por tutores nomeados.	Nomeação pela Comissão.	UNTL – Díli.	1 Fevereiro até 15 de Fevereiro 2012.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Desenvolvimento do programa de Sessões Orientação (Timor-Leste e a UNTL).	Uma melhor informação para estudantes internacionais e para integração na cultura Timorense.	Sessões de Orientação para Estudantes Internacionais.	UNTL – Díli.	1 de Fevereiro até 15 de Fevereiro.	Junho.	15 de Julho até 31 de Julho.	Dezembro.
	Aulas Intensivas das Línguas Oficiais.	Uma melhor proficiência dos estudantes internacionais e melhor integração na cultura Timorense.	Cursos Intensivo de Língua Oficial para todos os Estudantes Internacionais.	UNTL – Díli.	Mesmo período do Curso.	Mesmo período do Curso.	Mesmo período do Curso.	Mesmo período do Curso.
Aumentar a capacidade do pessoal académico e administrativo facilitando a aprendizagem com instituições externas.	Termos de Referência dos programas de Desenvolvimento Docente (recursos, créditos, horários, etc.).	Esquema (*Layout*) de harmonização dos cursos.	Aprovação dos Termos dos Referência pelo Reitor.	UNTL – Díli.	Março.	Junho	Setembro	Dezembro.
	Identificação das necessidades de cada Faculdade (avaliação das necessidades de formação).	Base de Dados das áreas e disciplinas prioritárias.	Publicação dos Mapa de áreas prioritárias do 2012.	UNTL – Díli.	Recolha do Informação das faculdades entre Novembro e Janeiro Publicação no 31 de Janeiro.	Junho.	Setembro	Entre Novembro e Janeiro 2013 recolha de informação para o próximo ano.
	Desenvolvimento de planos de melhoria por cada candidato.	Planear o progresso de científica do docente.	Aprovação de Plano pela Comissão.	UNTL- Díli.	15 de Fevereiro até 29 de Fevereiro 2012	Junho.	Setembro.	Dezembro.

OBJECTIVO GERAL: **Criar e fomentar um clima vibrante no Campus UNTL que promovem o desenvolvimento dos valores de integridade e criatividade junto dos estudantes e sociedade em geral, incluindo a promoção do bem-estar dos alunos física, mental e psicologicamente** (pela Direcção dos Assuntos Estudantis).								
Formar alunos criativos, responsáveis e bem formados como seres humanos e cidadãos com espírito de solidariedade para a sua comunidade e evoluir como cidadãos globais.	Serviço comunitário.	Comunidade preparada para assumir qualquer tipo de catástrofe natural.	Preparar a comunidade para assumir qualquer tipo de catástrofe natural.	Díli e restantes distritos.		Junho.		
	Angariação de fundos.	Para apoiar as finanças para UNTL.	Dinheiro, livros, equipamentos.	Díli.			Setembro.	
	Comunidade para o Desenvolvimento.	Para desenvolver a conscientização da comunidade sobre questões ambientais.	Projecto-piloto de ecoturismo empreendido.	Distritos.	Março.			
	Consciência ambiental.	Para desenvolver a conscientização da comunidade sobre questões ambientais.	Alunos e comunidade de meio ambiente.	Díli e distritos.		Junho.		
	Seminários e *workshops* sobre o desenvolvimento da personalidade do estudante.	Melhor desenvolvimento das habilidades dos estudantes.	Uma vez por mês em cada faculdade.	Díli – UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Debate científico na UNTL.	Desenvolver o pensamento crítico do estudante e da liderança.	Desenvolver o pensamento crítico do estudante e da liderança.	Díli –UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Bolsas de estudos (internas e externas).	Para apoiar alunos merecedores de ajuda financeira.	120 Alunos da UNTL participam no programa.	Díli -UNTL, Brasil.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Implementar programas de intercâmbio.	Melhorar as capacidades dos alunos.	N. º de estudantes enviados em programas de intercâmbio.	Indonésia, Japão e Austrália	Março.			
	Corpo docente do Senado.	Para fornecer a plataforma para os alunos expressarem as questões SUAS	Regulamento para a Associação de Estudantes preparada e aprovado pelo Corpo docente do Senado.	Díli – UNTL.	Março.			
	Educação Cívica.	Os estudantes tornam-se cidadãos exemplares.	Programas de educação cívica realizados.	Díli –UNTL.	Março.			
Promover actividades extracurriculares, como desportos, artes, cultura e desenvolvimento comunitário por forma a promover a filosofia de mente e corpo saudável juntos dos alunos.	Exposição Nacional de Ciência.	Reforçar o temperamento científico na UNTL.	Exposição de ciência de âmbito nacional realizada.	Díli.			Setembro.	
	Desporto.	Reforçar o talento desportivo na UNTL.	Eventos organizados.	Díli, Indonésia e ASEAN.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Cultura e Artes.	Promoção da cultura timorense.	Exposição de Artes timorenses organizada.	Díli.	Março.			

Relações institucionais para garantia contínua e eficaz com todos os parceiros da rede da Universidade.	Relações institucionais entre empresas e Universidade.	Cooperação reforçada entre indústria e Universidade.	Memorando de Entendimento assinado com CCITL. N º de palestras realizadas por especialistas Industriais.	Díli –UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Realizar Inquérito ao Emprego.	Avaliar as necessidades do mercado de trabalho.	*Survey Team* formado. Relatório do Inquérito apresentado.	Díli e 13 distritos.	Março.			
	Estabelecer com UNTL / UNTIM o centro de ex-alunos e do corpo de ex-alunos.	Formar uma rede de contactos dos ex-alunos.	Formar os Centros de Ex-alunos e designar um representante da UNTl / UNTIM. Estabelecer o banco de dados dos alunos.	Díli –UNTL.		Junho.		
Realçar o papel dos Media para evoluir como uma ferramenta de comunicação eficaz para UNTL.	Estabelecer programas para Académicos de Rádio e Boletim.	O reforço da comunicação entre os países.	Perfil, Educação, Línguas, dentro e fora do campus informações	Díli –UNTL.	Março.			
	Extensão de frequência de rádio para 13 distritos.	O reforço da comunicação em todos os distritos.	Disseminação da Informação para 13 distritos.	13 Distritos.		Junho.		
	Boletim Académico.	O reforço da comunicação dentro do campus.	Boletins de notícias mensais e semanais divulgados.	Díli –UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Capacitação para os funcionários recém-contratados para a média.	Desenvolvimento das capacidades do pessoal.	Treinamentos realizados para a equipa da média.	Díli e Baucau.		Junho.		
Desenvolver e padronizar a função Protocolo para reforçar o prestígio e a imagem da UNTL.	Padronizar o protocolo e preparar o manual de serviços com o Reitor, o protocolo de desenvolvimento de directrizes.	Desenvolver os sistemas de protocolo.	Manual de protocolos estabelecidos.	Díli.	Março.			
Serviço de impressão em pleno funcionamento e com capacidades reforçadas.	Manutenção das máquinas gráficas.	Garantir a qualidade da impressão.	Cronograma de manutenção da máquina no lugar.	Díli.	Março.			
	Gráficas UNTL.	Para prestar serviços de baixo custo de impressão para UNTL.	Boletim académico, manual académico combustível, livros, panfletos e impressores produzidos e adquiridos.	Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Capacitação para funcionários recém-contratados para o pessoal da impressão.	Maior qualificação dos trabalhadores	Números dos funcionários capacitados em impressão.	Díli.	Março.			

Assegurar as capacidades necessárias para o pleno funcionamento dos Assuntos Estudantis.	Desenvolver programas de capacitação, tais como: formação, estudo comparativo e estágio.	Todos os profissionais são treinados através de vários programas.	Programas de assuntos de cooperação.	Díli e Baucau.		Junho.		
Alunos com stresse mental.	Implementar Serviços de Aconselhamento.	Alunos com stresse mental devidamente tratados.	- Orientações específicas sobre a mente e vida saudável. -Conselheiros disponíveis a qualquer hora - As instalações de lazer.	Díli.	Março.			
Incentivo contínuo aos alunos e pessoal com actualização automática.	Avaliação periódica de desempenho.	Para manter os alunos com bons resultados de aprendizagem.	- Médias das notas dos alunos. - Realizações extracurriculares. - Desempenho mensal e anual do pessoal.	Díli	Março.			
OBJECTIVO GERAL: **1. Tornar-se o INL como uma instituição de referência no domínio de Linguística na área internacional; 2. Produzir e exportar especialistas timorenses em Linguística, 3. Transmitir o conhecimento do tétum correcto para todos os funcionários públicos e professores para que se tornem fluentes da língua, 4. O INL irá contribuir para a consolidação de uma parceria mútua entre as duas línguas oficiais como um dos pilares da identidade nacional** (pelo Instituto Nacional de Linguística).								
Tornar o INL numa instituição de classe mundial, com vista a optimizar o seu potencial para atender às demandas nacionais do país sobre línguas oficiais.	Reestruturar INL com descrições claras, papéis e funções para prestar serviços com o alcance alargado.	Estabelecer a estrutura do INL: Cada qual pode desempenhar a sua função como deve.	Estrutura estabelecida.	INL- Díli.	Março.			
	Revitalização do sistema de apoio de IT com *hardware e* software necessários, e conectividade de rede, etc.	Funcionar a ligação do Internet	Website e equipamento instalado	INL- Díli.	Março.			
	Recursos humanos qualificados.	Dois membros do INL obtêm Doutoramento e outros dois membros obtêm mestrado.	Cursos de mestrado e doutoramento frequentados.	Austrália e Portugal.		Junho.		
	Delegar o pessoal do INL para as instituições como Linguística do Pacífico (Camberra) para aumentar as qualificações (mestrado, doutoramento e pós – doutoramento) em Linguística.	Dois membros do INL seguiram curso de Doutoramento e 2 do curso Mestre	Estabelecido o curso	Austrália e Portugal.		Junho.		
	Realizar estudos comparativos com universidades estrangeiras. Fortalecer as competências do INL	4 Membros do INL realizam estudo comparativo na Indonésia e Austrália.	Estudo comparativo realizado.	Portugal e Indonésia.			Setembro.	

	em Linguística Nacional.							
Através da análise comparativa entre as línguas oficiais, promover a fluência em tétum, entre todos os membros da UNTL.	Implementar as actividades lectivas dos Estudante, Docentes, Funcionários da UNTL, ONGs, Jornalistas e outros Grupos.	Os estudantes, docentes e funcionários da UNTL e ONG utilizam o tétum padrão.	A escrita do Tétum de acordo com o padrão.	Distritos e alguns subdistritos.				Dezembro.
Rigorosamente promover o Tétum através da investigação e da publicação.	Reimprimir a Gramática do Tétum. Reimprimir *Hakerek tetun tuir banati.* Reimprimir o Dicionário do Tétum.	Apoiá-los a aprender o Tétum e as outras línguas nacionais.	Livros impressos.	Gráfica Baucau.	Março.			
	Reimprimir a Gramática da Língua Tétum. Imprimir o Dicionário de Waima'a – Tétum. Imprimir o Dicionário Midiki – Tétum.	Ajudar os falantes a aprender e promover o seu conhecimento.	Livros impressos.	Gráfica Baucau.	Março.			
	Imprimir o novo livro "A Literatura Popular de Tradição oral em Timor-Leste".	Ajudar os leitores a aprender português através da sua cultura própria.	Livros impressos.	Gráfica Baucau.	Março.			
Construir capacidades fluentes em tétum nos membros do sector formal de acordo com a Política Nacional de Linguística.	Realizar cursos de Tétum para: Ministério da Justiça, Ministério Estatal e Ordenamento do Território, Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, Instituto de Formação Contínua de Professores, Centro de Formação Jurídica, Notariado, Advogados Privados, Juiz, Procurador e Defensor Público. Todos os Distritos e alguns subdistritos.	Os funcionários nestas áreas seguiram o curso do Tétum.	Curso estabelecido.	13 Distritos.			Setembro.	
Aumentar o acesso ao tétum para as grandes massas de Timor-Leste.	Desenvolver número considerável de Formadores em tétum (alunos de Bacharelato em Educação / Ciências Sociais] com amplo conhecimento em formação.	Tem capacidades para dar formação.	Existem Formadores da língua Tétum.	Distritos e alguns subdistritos.		Junho.		

Prestar serviços de Língua Oficial em linhas comerciais às instituições internacionais e outras línguas nacionais, se for necessário.	Serviços de tradução e Intérpretes: entre Tétum e Português, entre as línguas oficiais e outras línguas. Pós-graduação e especialização na área de tradução.	Realizar a tradução dos documentos.	Documentos traduzidos.	INL- Díli.		Junho.		
	Estabelecer o regimento para os serviços de tradução e intérprete.	Regimento existente.	Regimento estabelecido.	INL.			Junho.	
	Preparação para estabelecimento de um centro de línguas estrangeiras.	Centro de línguas estrangeiras existente.	Centro de línguas estrangeira estabelecido.	INL.			Setembro.	
OBJECTIVO GERAL: **Criar e acolher a parceria científica entre os investigadores e académicos da UNTL** (pelo Centro Nacional de Investigação Científica da UNTL).								
Desenvolver a capacidade dos investigadores do CNIC para se dedicarem à pesquisa.	Desenvolver regulamento interno e guia da proposta de investigação para o CNIC.	Obter investigadores e investigadores assistentes e ter um regulamento interno e guia da proposta de investigação.	*Draft* do regulamento e guia da proposta realizados.	Dir CNIC.	Março.	Junho.		
	Preparar a descrição de trabalho e recrutamento dos investigadores.	Ter equipamento para o apoio na investigação.	20 Investigadores.	CNIC/Adm Geral/UNTL.	Março.	Junho.		
	Compra de equipamentos e *software* de pesquisa.	Ter equipamento para o apoio na investigação.	Número de equipamentos existentes.	CNIC.	Março.			
Formação e capacitação dos investigadores de investigação e providenciar Formação Avançada (Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento).	Apoiar a cooperação e estabelecer parcerias estratégicas com instituições de investigação nacional e internacional e Centros de Excelência.	Melhoria da qualidade de investigação.	Número de acordos e protocolos estabelecidos.	CNIC/Pró-reitor Cooperação.	Março.	Junho.	Setembro .	Dezembro.
	Parceria com instituições internacionais para realizar investigações conjuntas.	Melhoria da qualidade de investigação.	Número das actividades de investigações conjuntas estabelecidas.	Investigadores CNIC.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Promover a mobilidade dos professores investigadores e investigadores.	Maior número dos investigadores altamente qualificados e com experiência.	Aumento dos professores investigadores e investigadores com mobilidade nacional e internacional.	CNIC.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Formação avançada dos investigadores para o curso de	Maior número dos investigadores altamente	Aumento do número de bolsas de estudo para o curso de doutoramento e pós-doutoramento.	CNIC.			Setembro.	Dezembro.

	Doutoramento e Pós-Doutoramento.	qualificados e com experiência.						
Produzir conhecimento fundamental e aplicado capaz de responder à comunidade, governo e demandas do mercado.	Desenvolver os projectos de investigação fundamental e aplicados, quer individualmente quer em cooperação com outras instituições, a nível nacional e internacional.	Capaz de produzir conhecimento fundamental e aplicado. Capaz de responder às solicitações do governo, mercado e da comunidade em que se insere. Incentivar o aumento da prestação de serviços especializados ao governo, oferecendo soluções para problemas concretos nas diferentes áreas de competência do CNIC-UNTL.	Número das propostas de investigação (individual ou em cooperação).	Investigadores CNIC	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Reforçar a produção científica através de desenvolvimento da capacidade e cooperação científica.	Aumento de número de publicações nacionais e internacionais.	Aumento de professores e investigadores visitantes. Aumento do número de candidaturas de projectos de investigação individual e em cooperação financiados.	Investigador CNIC.			Setembro	Dezembro.
Promover a cooperação e intercâmbio com outros parceiros internacionais, centros de excelência, centros de Pesquisa (nacional e internacional).	Consolidação e amplificação da cooperação nacional e internacional.	A criação de redes de conhecimento e parcerias para desenvolvimento de projectos em cooperação.	Número de acordos, protocolos, contratos e acções no exterior.	CNIC/UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro
Promover a discussão científica sobre os temas contemporâneos correspondentes às prioridades da política científica da UNTL, do governo e outras de	Realização de congressos, conferências e palestras.	Actualizar o conhecimento dos investigadores, professores e investigadores. Facilitar a troca do conhecimento científico.	Debates mensais, trimestrais, semestrais e anuais.	CNIC/UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

actualidade e interesse com relevância para a comunidade.		Permitir o contacto dos investigadores com outros investigadores e projectos de pesquisa. Debate regular.						
	Apresentação de "*papers*", resultados de investigações nos congressos científicos nacionais e internacionais e outros eventos semelhantes.		Número de participantes.	CNIC/UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Criação de um centro de documentação e de informação para desenvolver uma linha editorial para a publicação dos resultados da pesquisa e produção científica de CNIC-UNTL.	Recolher os trabalhos científicos dos professores investigadores e investigadores.	Criação de um centro de documentação e informação especializado em áreas prioritárias.	Número de trabalhos científicos recolhidos	CNIC/UNTL.		Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Publicação de "abstract book".	Contribuir para o melhor conhecimento sobre o progresso e desafios do desenvolvimento dos pais.	Draft de "*abstract book*".	CNIC/UNTL.	Março.			
OBJECTIVO GERAL: **1. Melhorar a formação integrada do conhecimento em ciência e tecnologia na Educação, Pesquisa e Extensão; 2. Aprofundar o conhecimento científico em diversas áreas, através de pesquisa e da investigação científica, para apoiar o desenvolvimento do Pais e da sabedoria universal (**pelo Departamento de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL).								
Disponibilizar timorenses altamente qualificados e detentores de Pós-Graduação e Doutoramento em diversas áreas.	Progressivamente introduzir cursos de PG e doutoramento em todas as faculdades para a investigação básica e aplicada.	8 Cursos de PG e doutoramento introduzidos.	Realização da introdução de oito cursos de PG e doutoramentos.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Movimento trimestral dos Professores de Portugal e Brasil à UNTL e vice-versa.	Movimento dos Professores realizado.	Realização de movimentos dos professores.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Elaboração dos conteúdos programáticos curriculares.	Conteúdo Curriculares elaborados.	Realização de elaboração dos conteúdos curriculares.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Elaboração de *dossier* das disciplinas.	*Os dossiers* das disciplinas elaborados.	*Dossiers* elaborados.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Elaboração do Plano de Ensino.	O Plano de ensino estruturado.	Aulas leccionadas.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

	Ministrar as aulas.	As aulas estruturadas e leccionadas.	Realização das aulas estruturadas.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Encontros e consultas dos estudantes aos docentes.	Encontros e consultas estruturadas.	Realização dos encontros e consultas.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Promover uma cultura de investigação através da criação, disseminação e divulgação de conhecimento e obras de investigação.	Organizar os artigos científicos dos professores e dos alunos para publicação	Os artigos científicos organizados.	Publicação.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Escrever os artigos científicos, no mínimo 10 artigos, pelos docentes e alunos (dois volumes por ano).	Os artigos escritos.	Publicação.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Organizar eventos científicos (seminários, simpósios, colóquios).	5 Tópicos científicos resumidos.	Realização de eventos científicos.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Organizar a publicação do livro.	Um livro com os capítulos estruturados.	Publicação do livro.	UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
OBJECTIVO GERAL: **1. Estabelecer os serviços da Provedoria na UNTL; 2. Promover bem-estar geral da comunidade universitária, incluindo os estudantes, funcionários e famílias dos respectivos; 3. Através dos serviços de aconselhamento, ajudar os necessitados a encontrar solução, alívio e esperança e combater a crise na vida universitária** (pela Provedoria da UNTL).								
Através de serviços de aconselhamento, ajudar os necessitados para encontrar solução, alívio e esperança para combater a crise na universidade de vida.	Divulgação do Serviço junto dos destinatários.	Acesso fácil a informação.	Afixação de Informação no Campus da Universidade.	Reitoria – UNTL.	Dezembro de 2011 a Janeiro de 2012.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Definição das competências gerais e procedimentos chave (regulamento geral de funcionamento, etc.).	Regular as relações de confiança da Provedoria com os seus utentes.	Aprovação do Regulamento pelo Reitor.		Dezembro de 2011 a Janeiro de 2012.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Manual de Procedimentos (procedimentos, encaminhamento, etc.).	Acesso fácil a informação.	Distribuição do Manual pelos interessados.	Reitoria – UNTL.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Prestar aconselhamento de pleno direito e serviços psicológicos para os membros necessitados da UNTL.	Providenciar aconselhamento para docentes, funcionários e estudantes.	Oferecer apoio psicológico e aconselhamento para todos os membros da UNTL.	Aconselhamento de pelo menos 100 pessoas em 2012.	Dento da Instituição UNTL – Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Providenciar instalações eficientes aos estudantes no campus.	Recuperação da antiga cantina (Liceu), não só para tomar breves refeições mas	Ter um espaço de lazer e alimentação.	Abertura ao público escolar.	Faculdade da FEAH Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.

	também para outras actividades fora desse horário.							
	Selecção de um espaço e dos recursos afins para prestação de cuidados básicos de saúde (pequenos acidentes, indisposições ligeiras, etc.), em articulação com a Faculdade de Ciências da Saúde.	Ter um lugar de primeiros socorros.	Abertura do Posto de Primeiros Socorros da UNTL.	Campus Central Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Selecção de um espaço para venda de sebentas e outras materiais de apoio escolar.	Ter uma livraria à disposição.	Abertura da Livraria ao público escolar.	Campus Central Díli.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
Torne-se um agente de mudança para eliminar ou reduzir a crise potencial a nível pessoal e da instituição.	Promoção de encontros entre docentes, funcionários e respectivas famílias fora do campus universitário para maior dinâmica.	Ter momentos de convivência e de convívio entre todos os intervenientes da Sociedade Civil.	Meta de 6 Eventos organizados em 2012.	Indeterminado.	Março.	Junho.	Setembro.	Dezembro.
OBJECTIVO GERAL: **Transformar a UNTL numa instituição de qualidade, de acordo com padrões internacionais e através da prática de uma gestão de qualidade total e prevenção de práticas de irregularidades na administração (**pelos Assuntos de Controlo de Qualidade**).**								
Prevenir as práticas da irregularidade de administração.	Recrutar 7 pessoas competentes. Formação e contratação de especialistas de acreditação. Preparar os equipamentos adequados. Investigar as irregularidades na UNTL. Relatar as irregularidades aos Órgãos competentes.	Reduzir as irregularidades dentro da Instituição UNTL (má administração e má gestão) e ter docentes e funcionários de boa conduta.	Funcionários contratados e qualificados e equipamentos instalados.	Pró-reitoria dos AIACQ na UNTL, e também noutros locais.	Março.			
Auto-avaliação institucional e avaliação do desempenho.	Implementar os seguintes procedimentos: Orientação ou socialização dos documentos oficiais de qualidade que regulam a UNTL.	A Instituição da UNTL seja acreditada com boa conduta.	Funcionários e docentes preparados para a acreditação.	Pró-reitoria dos AIACQ e Vice-reitor ia AA na UNTL, e também noutros locais.	Março.			

	Capacitação requeridas para a Acreditação.							
	Introdução e adaptação de padrão Nacional e Internacional para a acreditação.							
	Providenciar normas para todos os funcionários.							
	Implementar auto-avaliação do desempenho dos funcionários e instituição da UNTL.							
	Preparação de equipamentos e infra-estruturas adequadas para UNTL.							
Seminários de conhecimentos em TQM e ISO.	Implementar os seguintes procedimentos: Preparar os documentos de ISO e contratar os especialistas de ISO.	Funcionários componentes e informados sobre o sistema de ISO e TQM.	Funcionários e docentes preparados para a implementação de ISO.	Pró-reitor dos AIACQ na UNTL, mas pode ser também noutros locais.	Março.			
	Socializar o conhecimento de Padrão de ISO para todos os funcionários da UNTL.							
	Formação de todos os funcionários da UNTL para obter certificação de ISO.							
Realizar e manter a certificação de ISO para a instituição da UNTL.	Implementar os seguintes procedimentos: Preparação de sistema de ISO e TQM como (SOPs, manual, formatos e outros documentos necessários) e contratar os especialistas de ISO.	UNTL está em processo de acreditação de ISO.	A Instituição UNTL acreditada pelo padrão de ISO.	Pró-reitor dos AIACQ na UNTL, mas pode ser também noutros locais.		Junho.	Setembro.	Dezembro.
	Formação para implementação de ISO e TQM na							

	Instituição da UNTL.							
	Aplicação de ISO em toda a orgânica da UNTL.							
	Avaliação da implementação de ISO.							

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do território tem um orçamento de 72,014 milhões de dólares para 2012.

Papel

Enquanto órgão do Governo, o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território é responsável por desenvolver, executar, coordenar e avaliar políticas conforme definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para as áreas da administração pública e autoridades locais, nomeadamente:

- Demonstrar e criar formas de reduzir a burocracia e melhorar a qualidade da administração pública, conduzir formações e fortalecer processos (de recrutamento) nos serviços públicos, com vista a profissionalizar a administração pública e a aumentar a eficiência e a racionalização das actividades administrativas.
- Produzir publicações adequadas e armazenar devidamente documentos oficiais e históricos.
- Garantir a segurança devida dos documentos oficiais e históricos.
- Apoiar o processo eleitoral.
- Coordenar, supervisionar e organizar as actividades de trabalho da administração local e regional, bem como desenvolver e implementar a descentralização do processo administrativo.
- Definir procedimentos para aprovação de instrumentos relativos à gestão territorial, garantir acções e mecanismos para a reforma administrativa através da coordenação, colaboração e cooperação entre órgãos públicos e dar espaço à participação dos cidadãos.
- Preparar materiais e documentos relativos a instrumentos estratégicos e política sectorial, bem como instrumentos de planeamento de território.
- Melhorar o desenvolvimento físico e a organização territorial.
- Criar mecanismos de trabalho e cooperação com outros órgãos do Governo a trabalhar na área da justiça.

Prioridades

As prioridades para o ano fiscal de 2012 são as seguintes:

- Preparação das eleições gerais de 2012.
- Preparação de dias nacionais para 2012. Em 2012, o MAEOT será o órgão coordenador do 20 de Maio (10.º Aniversário da Independência de Timor-Leste), do 30 de Agosto (celebrado em conjunto com o 100.º Aniversário de Dom Boaventura) no Distrito de Manufahi, e do 28 de Novembro (comemoração conjunta dos 500 anos da chegada dos portugueses a Timor através do enclave de enclave Oecussi) realizado em Oecussi.

- Continuação da implementação do PDL (Programa de Desenvolvimento Local) e do PDD (Programa de Desenvolvimento Descentralizado).
- Continuação do fortalecimento de administração de distritos e sub-distritos.
- Continuação do apoio à administração de sucos por todo o território.
- Construção de 67 Centros Comunitários nos sub-distritos.
- Continuação da afectação orçamental para a construção de edifícios de municípios nos distritos de Díli, Baucau, Oecussi e Bobonaro.
- Disseminação da delimitação das fronteiras.
- Continuação da afectação orçamental para bolsas de estudo e formação através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH).
- Estabelecimento dos 13 perfis de distrito.
- Cooperação com o Brasil em questões relativas ao arquivo nacional**.**

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Territorio ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**46,407**	**47,027**	**72,014**	**74,894**	**77,890**	**81,006**	**84,246**
Recorrentes	**42,869**	**27,310**	**33,022**	**34,342**	**35,716**	**37,145**	**38,631**
Salários e Vencimentos	2,778	2,939	3,678	3,825	3,978	4,137	4,303
Bens e Serviços	5,926	4,791	17,835	18,548	19,290	20,061	20,864
Transferências Públicas	34,165	19,580	11,509	11,969	12,448	12,946	13,464
Capital	**3,537**	**19,717**	**38,992**	**40,552**	**42,174**	**43,861**	**45,615**
Capital Minor	1,608	2,915	2,496	2,596	2,700	2,808	2,920
Capital Desenvolvimento	1,929	16,802	36,496	37,956	39,474	41,053	42,695
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**4,534**	**754**	**826**	**126**	**126**	**-**
Recorrentes	-	3,595	754	826	126	126	-
Capital	-	939	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**46,407**	**51,561**	**72,768**	**75,720**	**78,016**	**81,132**	**84,246**
Recorrentes	42,869	30,905	33,776	35,168	35,842	37,271	38,631
Capital	3,537	20,656	38,992	40,552	42,174	43,861	45,615

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

OBJECTIVO GERAL: **Fortalecimento institucional do MAEOT** (DG).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Assegurar e garantir adequado força de trabalho.	Recrutamento de assessor para o desenvolvimento de plano da força de trabalho.	Assessor Técnico recrutado (M/H).	Elaboração de dados e informações para desenvolvimento do plano de força de trabalho.	Direcção-geral do MAEOT.	Preparação de ToR e recrutamento.			
	Desenvolvimento do plano de força de trabalho do MAEOT.	Plano força de trabalho desenvolvido.	Elaboração do relatório do desenvolvimento do plano da força de trabalho do MAEOT.	Direcção-geral do MAEOT.		Implementação do ToR.	Implementação do ToR.	Apresentação do Relatório do Trabalho.
Balanço do Género na Administração Pública.	Conduzir ou organizar o *Workshop* Nacional e participação no *Workshop* Internacional.	Participação adequada do género na administração pública.	Realização e participação dos representantes em todas actividades relacionadas.	Local e Estrangeiro.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Melhoria da prestação de Serviço do MAEOT através de Comunicação Social e Protocolo do MAEOT** (DG).								
Assegurar e garantir uma prestação de serviços da comunicação social e protocolo eficiente e efectivo.	Treinamento técnico de filmagem e evitação.	Aumento de conhecimento na área de comunicação e protocolo.	Prestação de serviços com boa qualidade.	Indonésia.	Preparação do orçamento.	Negociação.	Implementação.	Relatório da implementação.
	Movimento das Pessoas aos Distritos.	Cobertura da média electrónica.	Notícias MAEOT publicadas na TVTL.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Colocação de publicidade institucional nos jornais.	Votos de congratulação.	Participação do MAEOT nos dias nacionais.	Media Nacionais.	-	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Promover a boa Governação e um controlo efectivo dos regulamentos através da Inspecção e Auditoria** (GIGAI).								
Consciencialização dos funcionários do MAEOT sobre as tarefas do Gabinete de Inspecção Geral e Auditoria Interna (GIGAI).	Criar formas de informação sobre as áreas de intervenção e medidas adoptadas pelo GIGAI.	Os funcionários (M/H) do MAEOT cooperam e participam nos serviços do GIGAI.	Prevenção e redução dos números de irregularidades detectadas.	Direcção Geral, Direcção Nacional, Administração de Distritos, Administração de subdistritos e Sucos.	Desenvolver plano de informação. Implementar plano de informação junto dos funcionários.	Implementar o plano de informação junto dos funcionários (M/H).	Implementar o plano de informação junto dos funcionários (M/H).	Avaliação do impacto da estratégia de informação.
Garantir a qualidade dos projectos e cumprimento dos regulamentos.	Realização de actividades regulares de Inspecção e auditoria.	Execução do orçamento seguindo as normas financeiras.	Todos os programas do MAEOT implementados segundo o padrão e calendário definido.	Direcção Geral, Direcção Nacional, Administração de Distritos, Administração de	Identificação das estruturas prioritárias do MAEOT a serem auditadas.	60% da estrutura do MAEOT inspeccionada e auditada.	80% da estrutura do MAEOT inspeccionada e auditada.	100% da estrutura do MAEOT inspeccionada e auditada.

		Execução de obras e contratos com eficácia e sem derrapagens orçamentais.	Irregularidades identificadas são reportadas ao Ministro.	subdistritos e Sucos.	30% da estrutura do MAEOT inspeccionada e auditada.			Realização do Relatório de actividades.
Identificação das causas de irregularidades e apresentação de soluções alternativas.	Criação de uma Comissão de Averiguação para investigação das irregularidades identificadas.	Todas as irregularidades que ocorrem durante o período do ano fiscal processadas e respectiva apresentação do relatório ao Ministro. Resolução das irregularidades.	Formar a Comissão de Averiguação e desenvolver processos de averiguação, formular conclusões e recomendações.	Direcção Geral, Direcção Nacional, Administração dos Distritos, Administração de subdistritos e Sucos.	Todos os casos identificados no 1°. Trimestre averiguados.	Todos os casos identificados no 2°. Trimestre averiguados.	Todos os casos identificados no 3°. Trimestre averiguados	Todos os casos identificados no 4°. Trimestre averiguados.
Capacitar funcionários (M/H) do GIGAI de forma a estarem aptos a desempenhar as suas funções.	Desenvolver acções de formação profissional para os funcionários (M/H) do GIGAI	Funcionários (M/H) do GIGAI estarão aptos a desempenhar as suas funções.	Participação dos funcionários (M/H) nas formações profissionais. Desenvolver estudos comparativos e seminários (nacionais e internacionais).	País e Estrangeiro.		2 Actividades implementadas.	4 Actividades implementadas.	6 Actividades implementadas.
Disponibilizar um escritório para o funcionamento e desenvolver das actividades diárias do GIGAI.	Expansão do espaço do escritório do GIGAI e fornecimentos dos equipamentos para o novo espaço.	Criar condições favoráveis ao bom desempenho das funções dos funcionários (M/H).	Aumento do espaço/sala. Aumento dos materiais e equipamentos de escritório.	Escritório da GIGAI.		Orçamentação e proposta para compra de equipamento e obras necessárias. Aprovisionamento e instalação do material necessário.		
Facilitar os serviços administrativos.	Administrar e operar o Gabinete da Inspecção Geral e Auditoria Interna.	Desenvolver as operações de administração diária em favor da boa governação.	Operação diária em questões administrativas do escritório.	Escritório da GIGAI.	25% Das actividades administrativas implementadas.	50% Das actividades administrativas implementadas.	75% Das actividades administrativas implementadas.	100% Das actividades administrativas implementadas.
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar a prestação do serviço ao público no âmbito do MAEOT** (DNPACE).								
Assegurar o apoio técnico e administrativo n Ministério nos domínios do planeamento, avaliação e monitorização das actividades desenvolvidas por	Fazer definição e estruturação das políticas, prioridades e objectivos do Ministério.	O MAEOT tem a sua prioridades e objectivos definidos para melhor prestar serviço ao público.	As prioridades e objectivos do MAEOT são definidos com a participação máxima de todo instituições do MAEOT.	Díli e Distritos.	Realização de 25% dos planos traçados.	Realização de 50% dos planos traçados.	Realização de 75% dos planos traçados.	Realização de 100% dos planos traçados.
	Desenvolver e implementar o plano estratégico do Ministério	O MAEOT tem o seu Plano Estratégico para cinco anos e	O Plano Estratégico do MAEOT e PAA de 2013 são bem-	Díli e Distritos.	Realização de 25% dos planos traçados.	Realização de 50% dos planos traçados.	Realização de 75% dos planos traçados.	Realização de 100% dos planos traçados.

cada serviço, bem como a gestão das relações internacionais do Ministério.	e dos planos de trabalho sectoriais.	também o Plano de Acção Anual de 2013.	feitos e conta com a participação máxima das partes interessadas.					
	Assegurar e controlar os sistemas de avaliação e monitorização das actividades dos serviços que integram o Ministério.	O MAEOT pode ter uma Sistema de Monitorização e Avaliação para captar todas as actividades do MAEOT e fazer seus relatórios regulares (do MAEOT) como seja, o relatório mensal, trimestral e anual.	40% Das actividades do MAEOT foram monitorizadas e avaliadas.	Díli e Distritos.	10% Das actividades do MAEOT foram monitorizadas e avaliadas.	20% Das actividades do MAEOT foram monitorizadas e avaliadas.	30% Das actividades do MAEOT foram monitorizadas e avaliadas.	40% Das actividades do MAEOT foram monitorizadas e avaliadas.
	Coordenar, promover e desenvolver acções e programas de cooperação e assistência técnica internacional, no âmbito das atribuições do Ministério.	As assistências dos parceiros de desenvolvimento do MAEOT estão coordenadas de maneira a que as entidades relevantes do MAEOT possam ter apoio suficiente para exercer as suas funções.	90% Da assistência técnica dos parceiros desenvolvimento do MAEOT foram coordenados.	Díli e Distritos.	20% Da assistência técnica dos parceiros desenvolvimento foi coordenada.	20% Da assistência técnica dos parceiros desenvolvimento foi coordenada.	20% Da assistência técnica dos parceiros desenvolvimento foi coordenada.	20% Da assistência técnica dos parceiros desenvolvimento foi coordenada.
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar o rigor da execução orçamental, salvaguardar a documentação do MAEOT, registo do património do Estado, transparência na gestão de aprovisionamento descentralizado e planear as propostas de orçamento anual** (DNAF).								
Garantir a boa gestão da Administração e Finanças.	Definir e assegurar os procedimentos para implementação da gestão de Administração e Finanças, Recursos Humanos, Documentação e Gestão de Património do MAEOT.	Melhor gestão de Administração e Finanças no MAEOT.	Maior eficiência e transparência na gestão da Administração e Finanças do MAEOT.	Díli.	Definição dos procedimentos a implementar. Implementação e monitorização dos procedimentos.	Implementação e monitorização dos procedimentos.	Implementação e monitorização dos procedimentos.	Implementação e monitorização dos procedimentos. Elaboração do relatório final.
	Criação de base de dados com registo do inventário de activos (IT) e materiais afectos ao MAEOT.	Catalogação e manutenção do património, incluindo os equipamentos do MAEOT,	100% do património do MAEOT catalogado e preservado.	Díli.	Criação de base de dados de registo de propriedade estatal.	Manutenção da base de dados.	Manutenção da base de dados.	Manutenção da base de dados.
	Preparação e Submissão do Orçamento Anual ao Ministério das Finanças.	A submissão da proposta Orçamento Anual do MAEOT para o Ministério das Finanças é finalizada e entregue no tempo devido.	Submissão do Orçamento Anual em tempo útil.	Díli.		Preparação do Orçamento Anual.	Submissão ao Ministério das Finanças.	
	Implementação do Programa Orçamento	Distritos e subdistritos alocados	Os Relatórios do Orçamento de POD	13 Distritos e 65 subdistritos.	25% Orçamento do POD	25% Orçamento do POD	25% Orçamento do POD	25% Orçamento do POD

	Distrital (POD).	ao POD	são relatados, e os Funcionários dos Distritos e subdistritos são beneficiados.		executado.	executado.	executado.	executado.
Assegurar a transparência nos contratos de aprovisionamento referentes a obras públicas, bens e serviços.	Definir métodos de forma a assegurar maior transparência e qualidade de serviços aprovisionamento.	Os contratos dos aprovisionamentos do MAEOT feitos com transparência.	100% Dos contratos dos aprovisionamentos do MAEOT feitos com transparência.	Díli.	Implementação dos métodos definidos.	Implementação dos métodos definidos.	Implementação dos métodos definidos. Elaboração de relatório para avaliação de eficiência dos métodos implementados.	Definir métodos de transparência nos contratos de aprovisionamento.
	Aquisição dos bens e serviços e capital menor para as entidades dentro do MAEOT (incluindo as novas fardas para os funcionários do MAEOT e pessoal do Saneamento de Distrito Díli).	Todos os bens das entidades do MAEOT são fornecidos.	90% Dos equipamentos para as entidades do MAEOT foram todos comprados.	Díli.	Conclusão de 25% de fornecimentos dos equipamentos para as entidades do MAEOT.	Conclusão de 75% de fornecimentos dos equipamentos para as entidades do MAEOT.	Conclusão de 100% de fornecimentos dos equipamentos para as entidades do MAEOT.	Preparação dos documentos de concursos para aprovisionamento.
OBJECTIVO GERAL: **Fomentar e fortalecer a consciência da população de Timor-Leste sobre a sua história e identidade nacional** (DNAF).								
Celebração dos eventos comemorativos nacionais.	Celebração a 20 de Maio do 10^0 aniversário da Restauração da Independência de Timor-Leste.	Implementação das actividades comemorativas dos 10 anos da restauração da Independência de Timor-Leste.	Implementação das actividades planeadas.	13 Distritos.		Implementação das comemorações.		
	Celebração a 30 de Agosto do 12^0 Aniversário do Referendo sobre a Independência do território.	Implementação das actividades comemorativas do 12^0 Aniversário do Referendo sobre a Independência do território.	Implementação das actividades planeadas.	13 Distritos.			Implementação das comemorações.	
	Celebração a 30 de Agosto do 1^0 Centenário da revolta de Dom Boa Ventura em Manufahi.	Implementação das actividades do 1^0 Centenário da revolta de Dom Boa Ventura em Manufahi.	Implementação das actividades planeadas.	Manufahi e 12 Distritos.			Implementação das comemorações.	
	Celebração do 37^0 Aniversario da Proclamação da Independência de Timor-Leste.	Implementação das actividades comemorativas do 37^0 Aniversário da Proclamação da Independência de Timor-Leste.	Implementação das actividades planeadas.	13 Distritos.			Implementação das comemorações.	

	Celebração do 5^{0} Centenário do Descobrimento da ilha de Timor e a implementação da Religião Católica pelos missionários.	Implementação das actividades comemorativas da Celebração do 5^{0} Centenário do Descobrimento da ilha de Timor e a implementação da Religião Católica pelos missionários.	Implementação das actividades planeadas.	Oecússi e 12 Distritos.			Implementação das comemorações.	
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar as condições para uma boa prestação de serviços à população** (DNAF).								
Providenciar melhores condições de saneamento, higiene e salubridade urbana.	Implementação do plano de Saneamento e Limpeza nas capitais dos 13 Distritos.	Ruas limpas e com melhores condições de higiene pública.	Execução total do plano de Saneamento e Limpeza.	13 Distritos.	100% Das ruas limpas de lixos urbanos.	100% Das ruas limpas de lixos urbanos.	100% Das ruas limpas de lixos urbanos.	100% Das ruas limpas de lixos urbanos.
OBJECTIVO GERAL: **Contribuir para melhorar a gestão, coordenação e apoio à administração dos distritos e subdistritos, para uma melhor prestação de serviços à população** (DNAL).								
Assegurar a boa prestação de serviços nas Administrações locais com eficácia e eficiência, e dignidade.	Pagamento dos salários e vencimento dos funcionários (M/H) permanentes e temporários.	Funcionários da DNAL nos Distritos são pagos. Prestação de serviços eficazes.	23 Funcionários (M/H) beneficiados.	DNAL.	100% Dos salários pagos.	100% Dos salários pagos.	100% Dos salários pagos.	100% Dos salários pagos.
	Acompanhamento das actividades da Administração distrital e subdistrital.	Distritos e subdistritos visitados.	50% Distrito e subdistritos serão visitados.	Distritos e subdistritos.	25% Viagem local executada.	25% Viagem local executada.	25% Viagem local executada.	25% Viagem local executada.
	Realização das actividades de Concelho Consultivo dos Administradores.	MAEOT e Distritos informados reciprocamente. Problemas existentes nos distritos discutidos e resolvidos.	Realização de 4 Encontros Anuais e realização da respectiva Acta de Encontro.	Distritos em regime de rotação.	I Encontro realizado.	II Encontros realizados.	III Encontros realizados.	IV Encontros realizados.
	Actividades operacionais e serviços diversos.	Funcionários da DNAL nos Distritos e subdistritos facilitados.	23 Funcionários (M/H) facilitados e atendidos.	DNAL.	25% Executado.	25% Executado.	25% Executado.	25% Executado.
Melhorar as infra-estruturas nos Distritos e Subdistritos.	Construção de 8 edifícios de Administração dos subdistritos (a actividade realizada em coordenação com a DNDLOT porque está no orçamento do PDD).	Administração dos subdistritos com condições asseguradas.	Edifícios da Administração nos subdistritos construídos.	Distritos e subdistritos.	O desenho e BoQ estão preparados.	Lançamento de concurso público (Em coordenação com a DNDLOT e CDD).	50% Realizado.	100% Realizado.
Fortalecimento de capacidade dos distritos para desenvolvimento dos Municípios.	Desenvolvimento dos regulamentos subsidiários para o Plano de Desenvolvimento	Os distritos podem implementar o PDID.	100% dos regulamentos subsidiarias foram todos preparados e aprovados pelo o	DNAL e Distritos.	Todos os regulamentos subsidiados para o PDID foram todos aprovados			

	Integrado Distrital (PDID).		MAEOT		pelo MAEOT.			
	Desenvolvimento do perfil dos 13 Distritos.	Os distritos têm os seus perfis definidos e podem ser mostrados ao público.	No mínimo 10 perfis dos distritos foram definidos.	DNAL e Distritos.	Revisão dos dados locais incluindo os dados da estatística.	100% Dos dados foram incluídos no perfil dos distritos.	Impressão dos perfis dos distritos e o seu lançamento.	
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver as capacidades dos distritos para implementar o programa de desenvolvimento local e orientar as administrações locais para executar os seus trabalhos com responsabilidade** (DNDLOT).								
Introduzir o programa de desenvolvimento integrado nos distritos para responder as necessidades prioritárias em relação as infra-estruturas básicas.	Estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento Distrital (CDD) nos Distritos.	CDD Funcionam bem e desempenham as suas funções segundo o principio de boa governação.	13 CDDs estabelecidos.	13 Distritos.	100% CDDs estabelecidos.	-	-	-
	Implementação de processo de planeamento do Plano Desenvolvimento Integrado Distrito (PDID).	Todos os distritos (CDD) implementam o regulamento de PDID.	Todos os distritos fazem os seus planos de PDID para 2013 dentro do tempo e regras estabelecidos.	13 Distritos.	Os distritos finalizam 25% dos passos de planeamento.	Os distritos finalizam 75% dos passos de planeamento.	-	-
	Implementação de Fundo de Desenvolvimento Local (FDL).	Os distritos implementam o Fundo de Desenvolvimento Local com sucesso.	Os 13 Distritos implementam os seus planeamentos com responsabilidade, transparência e participação activa.	13 Distritos.	-	100% Da finalização de selecção e adjudicação das empresas e contrato.	Implementações dos projectos atingem 75% dos seus objectivos.	Implementação dos projectos atinge 100% dos seus objectivos.
	Apoiar a implementação do Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD) 1 & 2.	Implementação dos programas de Desenvolvimento Local que estão desconcentrados ao nível distrital.	Todos os distritos realizam e executam o programa e fundos canalizados para os distritos.	13 Distritos.	-	100% da finalização de selecção e adjudicação das empresas e contrato.	Implementação dos projectos atinge 75% de completação.	Implementação dos projectos atinge 100% de completação.
Fornecimento das informações sobre as prioridades de Desenvolvimento dos Sucos.	Impressão dos livros de Plano de Desenvolvimento dos Sucos (PDS).	Os 442 Sucos têm informações sobre as suas prioridades de desenvolvimento para os próximos 5 anos.	3000 Livros impressos.	Díli.		3000 Livros com PDS impressos.	-	-
	Distribuição dos livros do Plano de Desenvolvimento dos Suco (PDS).	Todas as entidades têm conhecimentos sobre as prioridades de desenvolvimento dos sucos.	100 % Dos livros são distribuídos.	Díli.	-		100% dos livros são distribuídos.	-
OBJECTIVO GERAL**: Identificar e desenvolver a demarcação das fronteiras terrestres em todo o territorial de Timor-Leste** (DNDLOT).								

Os distritos e subdistritos reconhecem as suas fronteiras.	Campanha de informação das linhas fronteiriças dos distritos e subdistritos.	Os distritos e subdistritos têm conhecimentos sobre as suas divisões administrativas de território.	A actividade de informação cobre todos os Distritos.	13 Distritos.	-	Realização de 100% das actividades de demarcação.	-	-
	Demarcação das linhas fronteiriças.	Os distritos e subdistritos têm suas linhas de fronteiras definidas conforme a política estabelecida.	4 Distritos reconhecem as suas fronteiras estabelecidas.	Ainaro, Bobonaro, Covalima no Manufahi.	-	100% Em dois distritos.	-	100% Em dois distritos.
OBJECTIVO GERAL: **Fortalecer a capacidade de gestão e administrativa dos Líderes Comunitários e restantes membros do Conselho de Suco** (DNAAS).								
Aumentar as competências dos Lideres Comunitários (M/H).	Implementação da Nota de Entendimento com PDHJ, assinada em Abril de 2011, sobre capacitação das Lideranças Comunitárias na área de Mediação de Conflitos e Direitos Humanos através do desenvolvimento conjunto (entre DNAAS e PDHJ) de *Workshops* e actividades de formação para Chefes de Suco e Membros do Conselho de Suco (M/H).	Melhoria da capacidade de mediação e resolução de conflitos dos Lideres Comunitários (M/H).	Realização dos *Workshops* e actividades de formação previstas.	13 Distritos.	Realizar um *workshop* por Distrito, em 3 Distritos.	Realizar um *workshop* por Distrito, em 3 Distritos.	Realizar um *workshop* por Distrito, em 3 Distritos.	Realizar um *workshop* por Distrito, em 3 Distritos.
Melhorar o desempenho administrativo dos Sucos.	Monitorizar e avaliar o desempenho do Pessoal de Apoio à Administração de Suco (PAAS), através de um modelo de avaliação definido pelo DNAAS.	Monitorização e avaliação dos 442 PAAS.	Mediante as conclusões atingidas após a realização da monitorização e avaliação dos Sucos, melhorar as áreas deficitárias e definir novos objectivos de performance.	442 Sucos nos 13 Distritos.	Preparação do formato de avaliação.	Iniciar processo de monitorização e avaliação de performance do PAA.	Terminar processo de monitorização e avaliação de performance do PAA.	Avaliação e elaboração de relatório.
	Monitorizar e avaliar o preenchimento satisfatório dos 14 Livros de Administração de Suco, através de um modelo definido pelo DNAAS.	Monitorização e avaliação dos 442 Sucos.			Preparação do formato de avaliação.	Iniciar processo de monitorização e avaliação do preenchimento do Livro de Administração.	Terminar processo de monitorização e avaliação do preenchimento do Livro de Administração.	Avaliação e elaboração de relatório.
OBJECTIVO GERAL: **Criar e melhorar as infra-estruturas dependentes dos Lideres Comunitários, criando melhores condições para um melhor desempenho de funções** (DNAAS).								
Servir as actividades diárias das aldeias e comunidades, criando um local de encontro das mesmas.	Em coordenação com a DNDLOT, organizar a Construção de Centros Comunitários em 66 Aldeias.	Construção de 66 Centros Comunitários em Aldeias definidas como prioritárias pela Administração dos Distritos.	Completar 100% dos Centros propostos.	66 Aldeias nos 13 Distritos.	Identificação, por parte do Administrador de Distrito, das aldeias prioritárias para a	Assinatura dos Contratos Comunitários para construção dos Centros. Início da	Monitorização da construção.	100% Da construção completa.

					construção dos Centros.	construção dos Centros.		
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar as condições de trabalho e desempenho do mesmo nas Sedes de Suco e dos Lideres Comunitários** (DNAAS).								
Criar condições para o desenvolvimento de tarefas e trabalhos administrativos.	Em coordenação com a DNAF, fazer e distribuir os mobiliários de escritório (mesas e cadeiras) para as Sedes de Suco.	Entregar o mobiliário nas 442 Sedes de Suco.	Completar a entrega nos 442 Sucos.	442 Sucos em 13 Distritos.		Iniciar concurso público para o aprovisionamento do material. Compra e consequente distribuição.		100% Do material distribuído.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar o Sistema Nacional de Arquivos e zelar pela sua conservação e preservação** (Arquivo Nacional).								
Compor em séries os 908 metros lineares da documentação do fundo da (TI) administração Indonésia.	Separar e seleccionar os 100 metros lineares da documentação para organização de acordo com o sistema de Arquivos.	100 Metros de lineares da documentação planeada por ano, separados e organizados.	Dos 100 metros lineares da documentação planeada, pelo menos 80% dela estariam separados e seleccionados.	Díli, Arquivo Nacional.	25% Dos 100 metros Lineares da documentação separados e seleccionados.	50 % Dos 100 metros Lineares da documentação separados e seleccionados.	75% Dos 100 metros Lineares da documentação separados e seleccionados.	100% Dos 100 metros Lineares da documentação separados e seleccionados.
Obtenção de material de pesquisa para o acesso, referente s as 51 séries do fundo da Administração Portuguesa (TP).	Descrever, organizar e inventariar as 8 séries da documentação do Fundo da Administração Portuguesa (TP).	As 8 séries da Documentação descritas, organizadas e inventariadas.	Das 8 séries da documentação do fundo da Administração Portuguesa pelo menos 7 estariam descritos, organizados e inventariados.	Díli, Arquivo Nacional.	O inventário de 2 séries da documentação terminado.	O inventário de 4 séries da documentação terminado.	O inventário de 6 séries da documentação terminado.	O inventário de 8 séries da documentação terminado. .
Através de uma Cooperação com o ANBR formar Técnicos (M/H) em arquivo.	Cursos em Timor-Leste: Seleccionar no ANTL e na Administração Pública 30 funcionários (M/H) para receberem capacitação técnica para elaboração de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade relativos às funções fim de órgãos de Administração Pública.	Funcionários (M/H) aptos para desempenhar as suas actividades como técnicos arquivísticos.	30 Funcionários (M/H) técnicos capacitados na elaboração de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade relativas às funções fim.	Timor-Leste.	Selecção dos participantes (M/H).	100% da realização do Treinamento.		
	Cursos no Brasil: Seleccionar 3 técnicos (M/H) do ANTL para serem treinados em Conservação e Restauração de documentos no ANBR.	3 Técnicos (M/H) timorenses capacitados em conservação e restauração de documentos.	3 Funcionários (M/H) técnicos capacitados na Conservação e Restauração de documentos	Brasil.	100% Da realização do curso e 3 técnicos timorenses na Conservação e Restauração de documentos.			
	Cursos no Brasil:	6 Técnicos (M/H)	3 Funcionários	Brasil.	100% da			

	Seleccionar 6 técnicos (M/H) de Timor-Leste ao ANBR para complementar a capacitação na Elaboração de Plano de Classificação de documentos de Arquivos e Tabela de Temporalidade e destinação de Documentos relativas às funções.	timorenses capacitados na elaboração do PCDA e TTDD.	(M/H) técnicos capacitados na elaboração de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade relativas às funções.		Realização do curso e 6 técnicos timorenses capacitados na elaboração do PCDA e TTDD.			
	Implementação do Curso: -Realizar com o conjunto de técnicos o monitoramento de implementação das actividades do projecto (Política Nacional de Arquivos, sistema nacional de arquivos, elaboração de Plano de Classificação de documentos de Arquivo e de Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo, relativos às actividades) e demais actividades de gestão de documentos bem como as actividades de conservação e restauração de documentos.	As actividades do Sistema Nacional de Arquivos implementadas.	As actividades do Projecto implementadas, monitoradas e avaliadas.	Díli.		Preparação do plano da implementação do curso.	100% Da realização do plano.	
	Elaborar relatórios dos resultados alcançados pela capacitação na elaboração do PCDA e de TTDD relativos às funções incluindo o estágio de implementação do modelo.	Elaborado o Relatório dos resultados alcançados pela capacitação na elaboração do PCDA e de TTDD relativos às funções e o estágio de implementação do modelo.	Projecto 100% realizado.	Díli.				Relatório da implementação do projecto está feito.
Acolhimento da documentação na Administração Local.	Coordenar acerca dos documentos de arquivo nos distritos e subdistritos para recolha.	Vario documentos recolhidos.	Documentos recolhidos em 6 Distritos.	Em 6 Distritos.		Documentos recolhidos em 2 Distritos.	Documentos recolhidos em 4 Distritos.	Documentos acolhidos em 6 Distritos.

OBJECTIVO GERAL: **Dar acesso ao público em geral dos actos legais do Estado através da Jornal da República** (Gráfica Nacional).								
Desenvolver o sistema de administração e produção da Gráfica Nacional.	Publicar o Jornal da República.	Publicação do Jornal da República da: ***Serie I :*** ***1. Lei*** ***2. Decreto-lei*** ***3. Resolução.*** ***Serie II:*** ***1. Despacho*** 2. Comunicado.	Órgãos Soberanos, sociedade civil, ONGs, e sector privado têm acesso ao Jornal da República.	Díli/Gráfica Nacional.	Publicados Jornal da República para o período de 1 de Janeiro 2010 ate 31 de Março.	Publicados Jornal da República para o período de 1 de Abril ate 30 de Junho 2012.	Publicados Jornal da República para o período de 1 de Júlio ate 30 de Setembro 2012.	Publicados Jornal da República para o período de 1 de Outubro ate 31 de Dezembro 2012.
	Distribuição e Venda do Jornal da República.	As comunidades em geral terão acesso ao Jornal da República da Série I e Serie II.	Órgãos Soberanos, sociedade civil, ONGs, e sector privado têm acesso ao Jornal da República.	13 Distritos.	Distribuição para venda do Jornal da República para o período de 1 de Janeiro 2010 ate 31 de Março.	Distribuição para venda do Jornal da República para o período de 1 de Abril ate 30 de Junho 2012.	Distribuição para venda do Jornal da República para o período de 1 de Julho ate 30 de Setembro 2012.	Distribuição para venda do Jornal da República para o período de 1 de Outubro ate 31 de Dezembro 2012.
	Manutenção da Máquina de Impressão.	Bom funcionamento das máquinas de impressão da Gráfica Nacional.	Boa impressão dos actos legais do Estado.	Edifício da Gráfica Nacional.	Identificação das peças das máquinas que necessitam reparação.	Lançamento do concurso público.	As máquinas são reparadas e mantidas em bom funcionamento.	
	Encadernação dos livros da Jornal da República.	Órgãos Soberanos, sociedade civil, ONGs, e sector privados têm acesso ao Jornal da República	***Encadernados os seguintes livros:*** ***2003: 50 livros*** ***2004: 50 livros*** ***2005: 50 livros*** ***2006: 50 livros*** ***2007: 50 livros*** 2008: 50 livros 2009: 50 livros 2010: 50 livros 2011: 200 livros.	Edifício da Gráfica Nacional.	Encadernados os livros da publicação de 2003, 2004, 2005.	Encadernados os livros da publicação de 2006, 2007, 2008.	Encadernados os livros da publicação de 2009, 2010, 20011.	
	Apoiar a gestão das eleições gerais de 2012 através de atribuição de subsídios e outros apoios aos trabalhadores que vão imprimir os boletins de votos para as eleições gerais de 2012.	As eleições gerais são feitas em tempo útil segundo o plano delineado.	Todos os boletins dos votos para eleições gerais foram impressos em tempo útil e com qualidade.	Díli/Gráfica Nacional.	Os Boletins de votos para a eleição presidencial foram impressos.	Os Boletins de votos para a eleição parlamentar foram impressos.		
	Reabilitação da Edifício da Gráfica Nacional.	Para por em funcionamento o escritório da Gráfica Nacional a fim de prestar serviços adequados.	São reabilitados as partes do edifício que necessita de reparação.	Díli/Gráfica Nacional.	Preparação de documentos para concurso.	Realização de concurso.		Concluídas as reabilitações.

Capacitação dos Recursos Humanos (M/H) da Gráfica Nacional.	***Formação em design gráfico, em PhotoShop, separação do colorido, encadernação, e mecânica. Formação em impressão dos boletins de voto.***	Funcionários (M/H) da Gráfica Nacional estão capacitados para desenvolver as suas tarefas.	21 Funcionários (M/H) da Gráfica Nacional formados e aptos a desenvolverem as suas actividades.	Díli/Gráfica Nacional.	Identificação das empresas de formação e Formadores.		As formações foram finalizadas.	
OBJECTIVO GERAL: **Assistir ao desenvolvimento efectivo da capacitação de Recursos Humanos na administração através do aumento das habilitações dos Funcionários Públicos (M/H)** (INAP).								
Desenvolver a capacidade e habilitações dos Funcionários Públicos (M/H) na área administrativa, gestão e liderança.	Curso essencial para os Técnicos Administrativos, Técnico Profissional e Técnico Superior (M/H).	Funcionários de cada Grau de Habilidade deverão ser capazes de executar as suas funções.	120 Participantes (M/H) completam esta formação.	INAP/Nacional. Díli / Nacional.	30 (10%) Funcionários públicos participam na formação.	60 (45%) Funcionários públicos participam na formação.	90 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	120 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Desenvolver as capacidades dos funcionários (M/H).	Implementação do curso pré-serviço para os funcionários convertidos em permanentes.	Funcionários de cada Grau de Habilidade deverão ser capazes de executar as suas funções.	360 Novos funcionários completam este curso.	Distritos e subdistritos.	90 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	180 (50%) Funcionários públicos participam na formação.	270 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	350 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
	Implementar o curso essencial de administração.	Os funcionários novos serão capazes de ter um melhor desempenho no exercício das suas funções.	120 Funcionários completam esta formação.	Distritos e subdistritos.	30 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	60 (50%) Funcionários públicos participam na formação.	90 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	120 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Desenvolver as capacidades dos Funcionários do Grau A, B, C e D.	Implementar o Curso da Administração Geral aos funcionários do nível nacional e local.	Os Funcionários de Grau A, B, C e D serão capazes de ter um melhor desempenho das suas funções.	500 Funcionários completam esta formação.	Distritos e subdistritos.	125 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	250(50%) Funcionários públicos participam na formação.	375 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	500 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Desenvolver as capacidades e habilidades dos gestores/direcção e chefias da administração pública (M/H).	Realizar o curso de liderança aos gestores do nível nacional.	Os Funcionários da Chefia e Direcções serão capazes de desempenhar as suas funções com profissionalismo.	300 Funcionários completam esta formação.	13 Distritos.	75 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	150 (50%) Funcionários públicos participam na formação.	225 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	300 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Fazer a orientação para os formadores a fim de fornecer formação do curso Indução Geral aos temporários e novos funcionários permanentes na área do funcionalismo pública.	Formação dos formadores para curso de orientação/ Indução Geral aos novos funcionários recrutados.	Os Funcionários da Chefia e Direcções serão capazes de desempenhar as suas funções com profissionalismo.	Todos os formadores funcionários deverão participar neste curso.	13 Distritos.	Identificar e orientar 500 funcionários públicos para participar no curso.	A realização do curso de formação.		

Desenvolver a capacidade e habilidade das autoridades locais para a descentralização.	Desenvolvimento dos Recursos Humanos das Autoridades Locais para a descentralização.	Todas as autoridades locais participam neste curso.	300 Participantes completam esta formação.	INAP/Díli.	75 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	150 (50%) Funcionários públicos participam na formação.	225 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	300 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Desenvolver e capacitar os funcionários na área da informática através de formação de *Office e Web Design.*	Curso de Informática.	Os funcionários deverão ser capazes de utilizar de forma devida os computares e fazer bom uso da internet.	160 Participantes completam esta formação.	Distritos e subdistritos.	40 (25%) Funcionários públicos participam na formação.	80 (50%) Funcionários públicos participam na formação.	120 (75%) Funcionários públicos participam na formação.	160 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Aumentar o conhecimento linguísticos dos funcionários.	Curso de Português, Inglês, e Tétum.	Os Funcionários deverão capazes de ler, falar e escrever as línguas ensinadas.	420 Participantes completam esta formação.	Nacional e Díli.	100 (23%) Funcionários públicos participam na formação.	200 (47%) Funcionários públicos participam na formação.	300 (71%) Funcionários públicos participam na formação.	420 (100%) Funcionários públicos participam na formação.
Elevar o conhecimento da língua Inglesa aos funcionários como língua de trabalho em Timor-Leste.	Curso língua Inglês em LELI Timor-Leste e Ateno Manila	Os funcionários serão capazes de comunicar fluentemente com língua Inglesa	20 Participantes	Manila/Filipinas.	10 (25%) dos funcionários públicos participam no curso de inglês no LELI Timor-Leste.	10 (50%) dos funcionários publico participam no curso de inglês em Ateno, Manila.	10 (75%) dos funcionários publico participam no curso de inglês em Ateno, Manila.	10 (100%) dos funcionários publico participam no curso de inglês em Ateno, Manila
Desenvolver as capacidades dos Lideres Comunitários (M/H).	Implementar o Curso da Administração Geral e Liderança.	Os Lideres Comunitários serão capazes de executar as suas funções.	455 Participantes completam esta formação.	Distritos e Subdistritos.	Participação de 500 formandos no curso.	Participação de 500 formandos no curso.	Participação de 500 formandos no curso.	Participação de 500 formandos no curso
Apoio às actividades da Formação.	Compra de Materiais de Formação.	Materiais adquiridos deverão ser capazes de responder às necessidades da Formação.	Materiais para formação adquiridos e fornecidos em tempo útil.	Nacional/Díli.	Executado $ 12.500 do total do orçamento.	Executado $ 12.500 do total do orçamento.	Executado $ 12.500 do total do orçamento.	Executado $ 12.500 do total do orçamento.
Suportar as actividades e deslocação dos Formadores.	Fornecimento de ajudas de custo para Movimento de Pessoal (MoP).	Facilitar a deslocação dos Formadores a nível Local e Internacional para participarem nas formações.	Identificados 15 Formadores para esta formação.	Local e internacional.	25%	25%	25%	25%
Apoiar o bom funcionamento das actividades e programas de formação.	Recrutar pessoal profissional especializado para assistir em áreas específicas de formação e desenvolvimento do currículo de formação.	A proposta será aprovada e o recrutamento será realizado para o pessoal profissional nas referidas áreas específicas.	Recrutamento de 100% dos assessores e pessoal profissional (M/H).	Díli.	Os profissionais serão recrutados e colocados.	Os profissionais implementam as suas tarefas segundo o contrato de curto prazo.		
Identificar os assuntos de recrutamento, colocação e	Estudo e Avaliação sobre a legislação para recrutamento, colocação e enquadramento dos	O resultado do estudo e avaliação será considerado como referência na	Conclusão de 100% do estudo.	Nacional e Distrital.	Preparação e colecção de dados atingem 25%.	50% Da realização de estudo e avaliação.	75% Preparação do relatório do resultado do estudo e	Apresentação do resultado do estudo e avaliação pela instituição

enquadramento dos Funcionários Públicos (M/H).	funcionários públicos.	alteração da referida legislação.					avaliação.	competente.
Publicar informação sobre o desenvolvimento da administração pública realizado pelo INAP para o público especialmente para os funcionários públicos (M/H).	Publicar os programas de reportagem das actividades do INAP sobre o desenvolvimento da administração pública através da média TVTL.	Programa de Desenvolvimento da Administração pública pode ser vista na TVTL.	O Público tem acesso às informações do referido desenvolvimento.	Díli.	25% do programa elaborado para publicação.	50% Informação sobre desenvolvimento da administração publicada e realizada.	75% I Informação sobre desenvolvimento da administração publicada e realizada.	100% I Informação sobre desenvolvimento da administração publicada e realizada.
Ganhar e partilhar os conhecimentos e conceitos da formação do sistema da descentralização.	*Benchmarking* e ou estudo comparativo no estrangeiro e dos peritos estrangeiros em Timor-Leste.	Fornecer conceitos da formação do sistema da descentralização.	100% *Benchmarking* e estudo comparativo realizado.	Nacional e estrangeiro.	Realizar o plano de trabalho.	Visita de estudo ao estrangeiro concluída.	Partilha de conhecimentos por perito internacional finalizada.	
Realizar pesquisa em conjunto e trocar experiências nas áreas de pesquisa e desenvolvimento da administração pública.	Estabelecimento de Acordo Técnico entre INAP e Litbang Compass e LSN Jacarta.	O Acordo terá assinado.	100 % Realizado.	Jacarta/Díli.	Preparação para o início da pesquisa conjunta.	Realizar a pesquisa.	Terminar a pesquisa.	Publicar o resultado da pesquisa.
Fortalecer conhecimentos sobre edição de vídeo e Design Gráfico.	Capacitação na área da edição de vídeo e Design Gráfico.	Oficial da média tem bom conhecimento profissional sobre edição de vídeo e Design Gráfico.	Técnicos com boa qualidade profissional.	Jogyakarta/Indonésia.	Preparação.	Realização do curso.	Implementar e desenvolver o gabinete média segundo o conhecimento obtido.	Implementar e desenvolver o gabinete média segundo o conhecimento obtido.
Identificar e obter referências para as necessidades de formação e desenvolvimento da função pública.	*Workshop* nacional e internacional sobre o desenvolvimento das capacidades da função pública para a descentralização.	Obter referências suficientes para o desenvolvimento e formulação das matérias para a formação.	*Workshop* realizado 100%.	Díli.	*Workshop* realizado 25%.	*Workshop* realizado 25%.	*Workshop* realizado 25%.	*Workshop* realizado 25%.
Comunicar as actividades do INAP de 2012 e melhorar as linhas de coordenação para formação de curto prazo ao estrangeiro entre INAP e *Stakeholders.*	*Stakeholder management meeting.*	*Stakeholders* obtêm informações sobre as actividades do INAP e concordam com as linhas de coordenação.	Comunicação efectiva e realizado 100% entre INAP e *Stakeholders.*	INAP/Díli.	Preparação da realização do *Stakeholder Management Meeting.*	Realização da reunião.	Realização da reunião.	Realização da reunião.
Motivar as linhas Ministeriais para desenvolver a estratégia de desenvolvimento das capacidades dos	Prime Minister *Award of Excellence in Capacity Building.*	As linhas Ministeriais serão motivadas para o referido desenvolvimento.	100% Desenvolvidos.	DCC.	50% Realização do diagnóstico a candidatura do *Prime Minister Award of Excellence in*	50% Realização do diagnóstico a candidatura do *Prime Minister Award of Excellence in*		

recursos humanos em cada Ministério.					*Capacity Building.*	*Capacity Building.*		
Desenvolver as capacidades dos docentes do INAP através da educação formal no estrangeiro e local incluindo programas mestrado e doutoramento.	Bolsas de estudo para os docentes (M/H) do INAP.	Os Docentes do INAP deverão frequentar os programas referidos.	Identificados 6 docentes para completar estes programas.	Estrangeiro e local.	Identificação e teste aos candidatos a bolseiros.	Início do estudo pelos bolseiros.	Continua a dar apoio aos bolseiros.	Continua a dar apoio aos bolseiros.
Desenvolver a capacidade e habilidade dos funcionários públicos em várias áreas através da educação formal no programa D3, Licenciatura e Mestrado.	Bolsa do Estudo para os funcionários em território nacional e no estrangeiro (incluindo capacitação para os funcionários STAE)	Funcionários deverão melhorar as suas capacidades e habilidades intelectuais no seu desempenho no âmbito da administração pública	Continua pagamento dos bolseiros existentes do ano lectivo de 2011 e identificação dos 20 funcionários públicos para novos bolseiros	Estrangeiro e local.	Continua a pagar os antigos bolseiros e ao mesmo tempo identificar os novos bolseiros	Continua a pagar os antigos bolseiros e ao mesmo tempo recrutar os novos bolseiros	Pagar todos os bolseiros (antigo e novos)	Pagar todos os bolseiros (antigo e novos)
Apoio à administração na área dos procedimentos de formação e bolsas de estudo.	Diagnóstico e *assessment* das necessidades de formação e bolsas de estudo.	Informação bem preparada para realizar a formação e programa de bolsas de estudos	Actividades de formação e bolsas de estudo realizadas.	Estrangeiro e local.	25% Das Actividades de formação e bolsas de estudo realizadas.	50% Das Actividades de formação e bolsas de estudo realizadas.	75% Das Actividades de formação e bolsas de estudo realizadas.	100% Das Actividades de formação e bolsas de estudo realizadas.
OBJECTIVO GERAL: **Garantir que o processo eleitoral seja transparente, imparcial, neutro, livre e bem-sucedido** (STAE).								
Realização da eleição geral de 2012.	Recrutamento do pessoal do apoio técnico (M/H) e em pleno exercício das suas funções.	A estrutura do STAE Distrito, Subdistrito e Centro Votação está assegurada.	955 Funcionários (M/H) recrutados para exercer funções.	442 Sucos.	100% Recrutados.			
	Recrutamento dos oficiais eleitorais (M/H) e em pleno exercício das suas funções.	As estações de votos estão asseguradas.	8500 Oficiais eleitorais recrutados (M/H) para realizar os serviços nos CV.	DNAF/MF.	50%	50%		
	Aquisição do material e equipamentos.	Todos os materiais fornecidos segundo o calendário das eleições.	Os equipamentos e materiais estão prontos a serem utilizados.	DNAF/MF.	50%	50%		
	Manutenção das viaturas.	Todas as viaturas mantidas em condições.	As viaturas estão em boas condições.	2228 Aldeias.	50%	50%		
	Educação dos votantes e dar informação ao público (M/H).	Os eleitores estão informados sobre o processo da eleição.	Assegurar a alta taxa da participação dos eleitores (M/H) para reduzir os votos nulos.	STAE Nacional.	75%	25%		
	Formação interna dos funcionários STAE, brigadistas, e oficiais da votação (M/H).	Funcionários (M/H) STAE capacitados.	Os funcionários têm capacidades para exercer as suas funções.	13 Distritos.	100% Finalizado.			

	Formação externa, PP, media, fiscais, ONG, Observadores eleitorais (M/H).	Parceiros STAE informado sobre o processo eleitoral.	Parceiros têm os conhecimentos adequados para cumprir as suas funções.	STAE e 13 Distritos.	50%	50%		
	Impressão do material eleitoral.	Material eleitoral impresso para atender o calendário eleitoral.	Material disponível.					
	Implementação da eleição e contagem de votos.	Órgãos soberano s eleitos.	O funcionamento do Estado está assegurado (Eleito o PR, PN, e Governo).	850 EV.	50%	50%		
	Publicação dos resultados.	Público informado sobre os resultados das eleições.	Assegurar a informação do público com transparência.	65 Subdistritos.	50%	50%		

Ministério da Economia e Desenvolvimento

O Ministério da Economia e Desenvolvimento tem um Orçamento de 10,015 milhões de dólares para 2012.

Papel

É missão do Ministério da Economia e Desenvolvimento liderar o desenvolvimento económico nacional, com foco no planeamento estratégico, na criação de emprego e aumento de rendimentos da população. O fortalecimento socioeconómico e o suporte a um sector cooperativo e privado, cada vez mais dinâmico, surgem na sequência da implementação de políticas alinhadas com as prioridades nacionais.

Em 2012, o MED elaborará estratégias locais e regionais de desenvolvimento, assegurando que, empresários e empreendimentos sociais (cooperativas, uniões de crédito, etc.) recebam apoio e assistência, os mercados se desenvolvam e expandam em diversos sectores da economia, se desenvolvam processos de valor acrescentado, se desenvolvam eficazmente cadeias de distribuição e que existam serviços de suporte nos Distritos ao longo do território nacional.

O Ministério está habilitado a lidar com a capacitação profissional, desenvolver o sector privado, criar e ampliar serviços de assistência financeira para micro, pequenas e médias empresas, diversificar a economia e encorajar uma "economia verde", através dos seus programas ambientais. O Ministério coordenar-se-á com os Ministérios relevantes, para que estejam à disposição das micro, pequenas e médias empresas, as infra-estruturas económicas necessárias (financiamento, estradas e comunicações) em todo o território Nacional.

O Ministério é ainda responsável por preparar e coordenar políticas macroeconómicas ao nível Nacional, fornecendo análises socioeconómicas sobre a economia nacional, o desenvolvimento do sector privado e a melhoria do meio ambiente. O MED compromete-se a elevar o nível de vida da população, através da criação de oportunidades económicas para cada cidadão, e a tornar Timor-Leste um País cada vez mais receptivo a investimentos privados.

Prioridades

Destacamos como prioridades do MED para o ano fiscal de 2012:

- Criação de uma nova Direcção Geral, já aprovada em Sede de Conselho de Ministros, com vista a tratar, no futuro, de todos os assuntos operacionais do MED. Desta forma, a nossa estrutura interna tornar-se-á mais dinâmica fazendo face às necessidades diárias de cada Direcção Nacional.
- Criação do Gabinete de Igualdade do Género, também já aprovada em Sede de Conselho de Ministros, alinhando o MED com os restantes Ministérios Nacionais e dando assim um importante avanço aos direitos e garantias de todos os funcionários.
- No seguimento do projecto iniciado em 2010 e já orçamentado em 2011, mantemos o projecto de criação do Banco de Desenvolvimento Nacional, como uma importante prioridade a curto prazo. Estão já implementadas importantes medidas operacionais pelo que, no próximo ano, orçamentamos a construção do edifício e a disponibilidade financeira para a injecção de capital social na instituição.

- Continuando no sector bancário/financeiro, muito nos orgulhamos da Instituição de Micro Finanças de Timor-Leste estar em processo de passagem a Banco Comercial de Classe B, pelo que mantendo uma forte componente de apoio aos micro e pequenos empréstimos poderá, já em 2012, alargar o número de depósitos e empréstimos concedidos, assim como um aumento dos montantes transaccionados. Orçamentamos, assim, para esta instituição a construção de uma nova sede, ocupando os actuais terrenos, mas fazendo face às necessidades crescentes (aumento de número de clientes e operações diárias).
- Em linha com a nossa política de divulgação do crescimento e desenvolvimento económico, contamos apresentar em 2012, o relatório nacional do estado da Nação (tal como realizado em 2009). Desta forma disponibilizaremos aos órgãos nacionais, parceiros de desenvolvimento e população em geral, uma análise fidedigna e actualizada da situação económico-social nacional.
- 2012 marcará ainda a implementação, em todo o território nacional, dos chamados Centros de Desenvolvimento Empresarial (CDE's). Com a construção das últimas unidades previstas, todos os Distritos Nacionais passarão a contar com uma infra-estrutura com as condições para a realização de encontros, formações, reuniões e actividades entre o Estado e a sociedade civil. Estes edifícios são devidamente rentabilizados se pensarmos que as infra-estruturas servem vários propósitos e são compartilhados por várias Direcções Nacionais no prosseguimento das suas actividades e contacto com a população. Destacamos as formações realizadas nos últimos anos, com resultados comprovados junto de empresários que iniciam os seus negócios ou mesmo empresários que já têm as suas empresas constituídas, mas procuram os serviços do MED para diversificar conhecimentos e práticas empresariais.
- A forte aposta no desenvolvimento económico rural permitiu em anos anteriores a realização de feiras onde empresários locais expõem os seus produtos e aumentam os seus rendimentos, dinamizam a economia e divulgam a produção nacional. 2012 será marcado pela realização de novas feiras, desta vez com a maior dimensão do que até à data, mais expositores, mais visitantes e maiores quantias transaccionadas. Destacamos os Distritos de Oecússi e Manufahi pelo destaque e aposta que o MED realizará.
- Outro projecto de grande sucesso e de importância crescente é o Centro de Bambu de Tibar. A evolução da produção e processamento desta matéria-prima tem permitido a criação de novos produtos pelo que, em 2012, a venda de material processado entrará numa nova etapa, comercialmente viável e em expansão.
- Um dos focos que maior dinamismo irá dar à economia nacional, será a promoção e implementação de novos investimentos estrangeiros no nosso País. Com efeito, a atracção de investimento, a melhoria de condições e a dinamização junto dos países vizinhos tem sido uma preocupação constante do MED. Com a aprovação da nova Lei do Investimento Privado no Parlamento Nacional, o próximo ano será marcado, finalmente, por avanços significativos neste campo, permitindo a Timor-Leste a criação de um campo de atracção de investimento cada vez mais transparente, rápido e eficaz.

- Uma das novidades para 2012 é o apoio directo à organização internacional *Peace Dividend Trust (PDT).* Segundo resolução do Conselho de Ministros, o MED será o Ministério responsável pelo apoio e adjudicação directa dos serviços desta organização que suporta e promove as trocas comerciais a nível nacional.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Economia e Desenvolvimento ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**8,113**	**8,644**	**10,015**	**10,415**	**10,833**	**11,265**	**11,717**
Recorrentes	**7,305**	**7,710**	**9,382**	**9,757**	**10,148**	**10,553**	**10,976**
Salários e Vencimentos	1,407	1,459	1,711	1,779	1,851	1,925	2,002
Bens e Serviços	2,416	3,392	3,970	4,129	4,294	4,466	4,644
Transferências Públicas	3,482	2,859	3,701	3,849	4,003	4,163	4,330
Capital	**808**	**934**	**633**	**658**	**685**	**712**	**741**
Capital Minor	419	334	633	658	685	712	741
Capital Desenvolvimento	389	600	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**12,186**	**4,600**	**4,664**	**4,020**	**2,644**	**-**
Recorrentes	-	12,186	3,933	4,011	3,538	2,644	-
Capital	-	-	667	653	482	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**8,113**	**20,830**	**14,615**	**15,079**	**14,853**	**13,909**	**11,717**
Recorrentes	7,305	19,896	13,315	13,768	13,686	13,197	10,976
Capital	808	934	1,300	1,311	1,167	712	741

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

OBJECTIVO GERAL: **Elevar o nível de vida socioeconómico das comunidades.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
As comunidades organizarem cooperativas para atingirem a sua auto-suficiência económica.	Realizar sessões de sensibilização nas comunidades.	65 Sessões realizadas.	13.000 Pessoas (6.000 mulheres e 7.000 homens) obtêm conhecimentos básicos sobre Cooperativas.	65 Subdistritos.	Realizar 15 sessões.	Realizar 15 sessões.	Realizar 15 sessões.	Realizar 20 sessões.
	Constituir Cooperativas primárias e Cooperativas secundárias.	13 Cooperativas primárias e 1 Cooperativa de Pescas secundária constituídas.	13 Cooperativas de vários ramos aptas para iniciarem as suas actividades empresariais e 1 Cooperativa de Crédito secundária organizada. Os 260 membros dividem-se em 130 mulheres e 130 homens.	13 Distritos.	Constituir 2 Cooperativas.	Constituir 3 Cooperativas.	Constituir 4 Cooperativas.	Constituir 4 Cooperativas.
OBJECTIVO GERAL: **Promover e desenvolver a capacidade profissional das Cooperativas.**								
Reforçar a implementação dos programas de formação das Cooperativas.	Implementação de programas de formação de acordo com parâmetros internacionais.	Serão implementados 40 programas de formação de Cooperativas; cursos básicos, especialização e formação profissional.	- 40 Programas de formação realizados devidamente. - 1600 Membros (600 mulheres e 1000 homens) devidamente formados e orientados.	13 Distritos.	8 Programas de formação realizados	10 Programas de formação realizados	12 Programas de formação realizados	10 Programas de formação realizados
	Preparar e divulgar informações sobre Cooperativas através de Boletim trimestral e RTVTL.	5.000 Boletins sobre Cooperativas distribuídos e 12 sessões informativas através da Rádio e Televisão.	- 5.000 Membros (2.000 mulheres e 3.000 homens) das Cooperativas obterão informação. - 25% da população (300.000 mulheres e 200.000 homens) obterão informação sobre Cooperativas.	13 Distritos.	1000 Boletins distribuídos. 3 Sessões RTVTL realizadas.	1000 Boletins distribuídos. 3 Sessões RTVTL realizadas.	1500 Boletins distribuídos. 3 Sessões RTVTL realizadas.	1500 Boletins distribuídos. 3 Sessões RTVTL realizadas.
	Visitas de estudos nacionais e Internacionais.	Elevar os conhecimentos técnicos para	100 Pessoas, 40 mulheres e 60 homens obterão	Díli, Bobonaro, Viqueque e Portugal.	-	30 Pessoas.	40 Pessoas.	30 Pessoas.

		dirigentes, fiscais e membros.	conhecimentos sobre gestão de cooperativas.					
	Mestrado em Cooperativas.	Recursos humanos (M/H) capacitados.	5 Pessoas, 2 mulheres e 3 homens obtêm mais conhecimentos sobre cooperativas.	Indonésia e Brasil.	-	5 Pessoas.	-	-
OBJECTIVO GERAL: **Promover a sustentabilidade económica das Cooperativas.**								
Fortalecer as Cooperativas para elevar o rendimento dos membros.	Implementar feiras nacionais e internacionais com produtos de qualidade para exportação.	Aumentar crescimento económico dos membros das cooperativas.	150 Membros das Cooperativas (50 mulheres e 100 homens) obtêm rendimento adicional.	Díli e Inglaterra.	-	Feiras realizadas (1 em Díli).	-	Feiras realizadas em Díli e 1 Feira internacional em Inglaterra.
OBJECTIVO GERAL: **Promover Intercooperação das cooperativas**								
Fortalecer as capacidades formais – legais e técnicas - do movimento cooperativo em Timor-Leste.	Participar nas Assembleias Gerais da OCPLP, ACCU e OCCUL.	Obter experiências e conhecimentos do movimento cooperativo Internacional.	10 Pessoas dirigentes das cooperativas 4 mulheres e 6 homens.	Tailândia.	-	5 Pessoas.	5 Pessoas.	-
	Criação de uma secretaria para elaborar a Assembleia Geral da OCPLP em Timor-Leste.	Para obter bons resultados sobre intercâmbio, capacitação, experiencias e relações comerciais.	7 Técnicos profissionais (3 M/4H).	Díli.	-	100%	-	-
OBJECTIVO GERAL: **Definição de políticas económicas e estratégias para o desenvolvimento nacional.**								
Criação de um Serviço de planeamento, Pesquisa e monitorização na área de economia rural.	Realizar cursos de formação sobre a gestão do plano operacional, para os funcionários.	Os funcionários do MED consigam realizar os seus planos operacionais.	No mínimo cada Direcção consiga fazer a GPO (Gestão do Plano Operacional). 30 Mulheres e 23 homens.	Salão do IADE	25% das actividades de formação	25% das actividades de formação	25% das actividades de formação	25% das actividades de formação
	Realizar um Serviço de planeamento, Pesquisa e Monitorização na área rural.	Os Funcionários conseguem realizar os programas nesta área.	No Mínimo cada Distrito de Timor-Leste já tem um projecto-piloto sobre crescimento económico.	13 Distritos.	25% Das actividades de formação.	25% Das actividades de formação.	25% Das actividades de formação.	25% Das actividades de formação.
OBJECTIVO GERAL: **Abordagem integrada do género no Ministério da Economia e Desenvolvimento.**								
Acompanhamento e aconselhamento para as actividades de abordagem integrado	Acompanhar as actividades.	100% Do acompanhamento e aconselhamento feito com sucesso.	70% De participação de mulheres e 30% participação de	Oecússi Manufahi, Lospalos e Manatuto.	Comunidade Rural, 100 Capacitados.	Comunidade Rural, 100 Capacitados.	Comunidade Rural, 100 Capacitados.	400 Pessoas participam no treinamento 70% mulheres

do género.			homens.					Capacitadas e 30% de homens capacitados.
	Realizar o curso de formação sobre gestão da economia familiar.	100% do curso de formação realizado com sucesso.	70% das Cooperativas chefiadas pelas mulheres.	Oecússi Manufahi, Lospalos e Manatuto	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	70% do grupo cooperativo nas áreas rurais e 30% de crédito atribuído nas vilas.
	Preparar o Plano de Acção para a Abordagem Integrado do Género e realizar a monitorização sobre as actividades implementadas no Terreno e especialmente no que toca ao Fórum Económico Distrital.	100% o Plano de Acção da Abordagem Integrado do Género preparado e monitorizado.	100% das actividades implementadas no terreno .	Ainaro, Bobonaro, Lautém e entre outros.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	15% do Plano de Acção preparado e 85% das actividades monitorizadas no Terreno.
	Participar no Treinamento Específico sobre a Abordagem Integrado do Género, nos Seminários e reuniões Nacionais e Internacionais. Organizar treinamento para os Formadores (TOT) sobre Abordagem Integrada do Género.	100% na participação sobre AIG, Seminários e Reuniões e do Treinamento para os Formadores.	100% dos treinamentos organizados com sucesso para 4 funcionários do Gabinete da Igualdade do Género.	Díli, Indonésia, Malásia, Pequim e Itália.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	100% das actividades concluídas.
	Suportar funcionários da DNDER – IADE durante o treinamento sobre o Género na Análise da Cadeia de Valor.	100% das actividades do análise da Cadeia do Valor Suportadas.	100% das actividades da análise da Cadeia do Valor suportadas para 68 funcionários da DNDER e 78 do IADE.	Ainaro, Bobonaro, Lautém e entre outros.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	100% das actividades concluídas.
	Organizar Seminários para o Grupo de Trabalho do Género sobre Conceito e Estratégia para a Promoção da Igualdade do Género, Análise Género, Auditoria Participativa do Género, Orçamento Sensível do Género e Suportar treinamento no que toca à Avaliação do Género nos CDE's sobre a implementação das actividades.	100% dos Seminários para o Grupo de Trabalho do Género sobre o Conceito e Estratégia para a promoção de Igualdade, Análise Género, Auditoria Participativa, Orçamento Sensível do Género e Avaliação organizados.	20% da realização do Seminário sobre Conceito e Estratégia para Igualdade do Género, 20% da Análise do Género, 20% da Auditoria Participativa, 20% do Orçamento Sensível do Género e 20% para o Avaliação do Género nos CDE's.	Ainaro, Bobonaro, Lautém e entre outros.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	100% das actividades concluídas.

	Apoiar tecnicamente e logisticamente o Grupo de Trabalho nas Reuniões Regulares e promover a iniciativa sobre a Igualdade do Género.	100% das actividades suportadas.	100% das actividades suportadas tecnicamente e logisticamente.	Em 13 Distritos existentes em Timor-Leste.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	25% das actividades realizadas.	100% das actividades concluídas.
OBJECTIVO GERAL: **Implementação de programas sobre mudanças climáticas.**								
Implementação do Projecto NAPA.	Realização de actividades de acordo com a convenção Internaciona.l	Elaboração de um relatório final.	Implementação no curto prazo depois de aprovação do GOTL, para realização de um relatório para entrega junto do secretariado da UNFCCC.	Em todo o território Nacional.				
Projecto INC.	Realização de actividades conjuntas entre DNAAI e UNDP.	Implementação do programa INC.	Este projecto será implementado através de grupos de trabalho temáticos com participação de ministérios relevantes, ONG's e Universidades.	Em todo o território Nacional.				
OBJECTIVO GERAL: **Combate à desertificação dos solos.**								
Conservação de águas durante a época seca.	Produção de materiais.	Conservação e gestão para utilização sustentável das águas.		Díli, Manatuto, Liquiça.		100% de implementação.		
Programa de Acção Nacional.	Reflorestação nacional.	Implementação nas áreas degradadas e que necessitam de intervenção extensiva.	Em coordenação com a Direcção Nacional das Florestas.	Áreas ameaçadas.				
OBJECTIVO GERAL: **CPLP.**								
Sensibilização da comunidade sobre adaptações climáticas.	*Workshops* a realizar em cada região do território nacional.	Implementação nas comunidades para assegurar adaptação aos desastres naturais e mudanças climáticas.	Assegurar igualdade do género.	Implementação nas áreas rurais identificadas como sendo vulneráveis.	25%	25%	25%	25%
Informar as comunidades.	Brochuras e debates na TV.	Aumentar conhecimentos da comunidade em relação aos projectos da CPLP relativos à protecção	Coordenação com Ministérios relevantes e comunidade.					

		do meio ambiente.						
OBJECTIVO GERAL: **Biodiversidade.**								
Divulgar informação sobre biodiversidade para aumentar conhecimentos, com o suporte da SEMA com vista à criação do futuro Plano de Biodiversidade.	Monitorização das actividades nas áreas já cobertas pelos programas de disseminação de conhecimentos sobre as actuais leis e procedimentos de *Tara Bando.*	Aumento de conhecimentos das comunidades.	Correcta implementação dos equipamentos técnicos para conservação da biodiversidade.	Distritos onde já tenha sido realizada a sensibilização ambiental.	25%	25%	25%	25%
Protecção das áreas costeiras e florestais com vantagens para as comunidades.	Realização de míni *workshops* nas aldeias localizadas junto a praias e lagoas e rios que desagúem em praias	Aumento de conhecimentos das comunidades nas áreas referidas.	Correcta implementação dos equipamentos técnicos para conservação da biodiversidade.	Suco Tibar, Subdistrito Basartete, Distrito de Liquiça e outros distritos a identificar.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Sensibilização comunitária.**								
Sensibilização da comunidade estudantil nas escolas de Díli (pré secundárias e secundárias).	Implementação do programa *Climate for Class Room* (programa piloto).	Divulgar conhecimentos sobre a conservação ambiental e mudanças climáticas.	Colaboração com *British Council* e Ministério da Educação.	Díli.	60%	40%		
Realização de encontros internacionais.	Explicação das estratégias de disseminação de informação nas escolas de TL.	Encontros realizados.	Implementação de acordos internacionais multilaterais.		100%			
OBJECTIVO GERAL: **Protecção da biodiversidade.**								
Evitar a degradação dos recursos naturais, desflorestação, incêndios e caça de animais selvagens.	Monitorização e fiscalização.	Antecipar a degradação de recursos.	Implementação dos programas dependendo das necessidades.	Díli e Distritos.	25%	25%	25%	25%
Aumentar conhecimentos comunitários sobre problemas ambientais.	Actividades de sensibilização.	Aumentar conhecimentos comunitários.	Implementação dependente de propostas e programas apresentados.			25%	50%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Proteger e conservar os recursos naturais e meio ambiente para o desenvolvimento sustentável do país.**								
Construção de muros de segurança.	Garantir protecção e conservação do ambiente.	Construção realizada.	Evitar degradação dos edifícios.	Maliana, Oecússi, Manatuto e Aileu.		35%	35%	35%
OBJECTIVO GERAL: **Sensibilização das comunidades.**								
Divulgação da legislação ambiental junto dos empresários.	Disseminação de informação sobre decreto-lei de licenciamento ambiental.	Realização de *workshops* nos Distritos para que as comunidades	30 Mulheres e 70 homens recebem formação.	12 Distritos.	25%	25%	25%	25%

		possam ter acesso a informação detalhada.						
Divulgação de conhecimentos sobre gestão ambiental.	Disseminação de informação.	Realização de *workshops* nos Distritos para que as comunidades possam ter acesso a informação detalhada.	A população de TL conhece os aspectos relacionados com o meio ambiente.	Distritos.	25%	25%	25%	25%
Criação de filmes e música.	Produzir músicas e filmes ambientais para sensibilização.	Meios simples e eficazes para atracção das comunidades para a questão ambiental.	Convidar comunidades nacionais a conservar, proteger e desenvolver a protecção ambiental.	Território nacional.		30%	40%	30%
Reflorestação e sensibilização.	Assegurar material de apoio para projectos de reflorestação e sensibilização ambiental.	Assegurar que os grupos ambientais anteriormente apoiados pela DNMA mantêm o apoio.	Manutenção do programa de reflorestação em 12 Distritos.	Distritos.		30%	40%	30%
Apoio dos serviços do meio ambiente.	Canalização de água para edifícios.	Garantir higiene e condições de saúde sustentáveis.	Manutenção de boas condições de edifício.	4 Distritos.	25%	25%	25%	25%
Apoio dos serviços do meio ambiente.	Instalação de electricidade.	Assegurar iluminação nocturna de edifício.	Assegurar condições de trabalho durante e após horário de trabalho.	4 Distritos.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Garantir as economias rurais e a consequente redução da pobreza.**								
Assegurar apoio externo eficaz.	Garantir encontros regulares entre Ministros relevantes (CIDR).	Mobilização de Ministros relevantes e doadores envolvidos no desenvolvimento rural.	Facilitar coordenação e assegurar realização de encontros regulares.	Território nacional.	Realizar encontro e finalizar processo administrativo.	Continuação da actividade.	Continuação da actividade.	Relatório final.
	Realizar *workshop* de cooperação bilateral e multilateral.	Troca de informações relevantes.	Assegurar relação e coordenação dos parceiros de desenvolvimento.	Território nacional.	Realizar encontro e finalizar processo administrativo	Continuação da actividade e realização de *workshop.*	Continuação da actividade.	Realização de *workshop* e Relatório final.
	Criação de sistema de base de dados.	Sistema em funcionamento.	Dados recolhidos.		Identificação, recolha, recapitulação e análise,	Continuação da actividade.	Continuação da actividade.	Relatório final.
Identificar potencial económico das áreas rurais.	Recolha de dados, análise e posteriores recomendações.	Estabelecer o mapa socioeconómico de TL.	Facilitar o plano de desenvolvimento rural.	13 Distritos.	Recolha de dados.	Análise de dados.	Análise de dados.	Mapa produzido.

Criar sistema de transparência e responsabilização.	Monitorização regular de actividades.	Assegurar práticas de boa gestão.	Manter transparência.	13 Distritos.	Produção de relatório.	Produção de relatório.	Produção de relatório.	Relatório final.
Assegurar acesso de informação nas áreas rurais isoladas.	Instalar centros de informação.	400 Pacotes distribuídos.	Comunidades recebem informação sobre processos de desenvolvimento.	13 Distritos.	Finalização de processo administrativo.	Instalação de pacotes.	Instalação de pacotes.	Relatório final.
Promover a participação activa da comunidade no processo de desenvolvimento rural.	Fortalecer a capacidade integrada da comunidade na área de planeamento.	150 Pessoas recebem formação.	Formação assegurada.	13 Distritos.	Finalização de processo administrativo.	1ª Fase de formação.	2ª Fase de formação.	Fase final de formação e relatório final.
	Recolher e resumir dados para a facilitação do planeamento para o desenvolvimento económico rural.	100% de dados do desenvolvimento económico Rural recolhidos e resumidos.	100% do resumo da recolha de dados, 5 componentes do sector público, 5 componentes do sector privado e 5 componentes de ONG's locais.	13 Distritos.	Recolha de dados em 3 Distritos, Ainaro, Bobonaro e Lautém.	Análise de dados.	Resumo produzido.	Actualização de dados.
	Apoiar a promover as actividades económicas nas áreas rurais e organizar feiras dos produtos locais em cooperação com o IADE e outras instituições relacionadas.	100% do ápio promovido , organizado e cooperado.		13 Distritos.	Preparação.	Preparação.	Implementação.	Relatório realizado.
	Instalar + 13 Minimercados e centros de informação (ao abrigo do Fundo das Infra-estruturas).			13 Distritos.	-	-	-	-
	Realizar a monitorização para as actividades implementadas no terreno e convocar encontros regulares para encontrar soluções.	100% as actividades monitorizadas		13 Distritos.	Preparação,	Implementação,	Avaliação,	Relatório,
	Capacitação para os funcionários DNDER.			Estrangeiro.	-	-	-	-
OBJECTIVO GERAL: **Atrair Investimentos potenciais para Timor-Leste, criação de campo de trabalho, estimulo ao capital e transferências de tecnologia moderna.**								
Atrair investidores potenciais para Timor-Leste e dar a conhecer as potencialidades de investimento de Timor-Leste ao mundo.	Promoção de Investimento. Realizar e Participar nos Seminários sobre a promoção de Investimento. Participar nas feiras Nacionais e Internacionais.	Atracção de 50 investidores Nacionais e Internacionais.	Realização de projectos de Investimento pelas empresas estrangeiras e nacionais em Timor-Leste.	China, Macau, Portugal, Brasil, Austrália, Singapura, Malásia, Indonésia e Díli.	Certificação de 10 empresas como investidores, criação de campo de trabalho para 500 pessoas e capital de USD 20 milhões	Certificação de 10 empresas como investidores, criação de campo de trabalho para 500 pessoas e capital de USD 20 milhões.	Certificação de 15 empresas como investidores, criação de campo de trabalho para 500 pessoas e capital de USD 30 milhões.	Certificação de 15 empresas como investidores, criação de campo de trabalho para 500 pessoas e capital de USD 30 milhões.
Identificar formas de	Participar no encontro anual	Estabelecimento de	Realização de	Pais da CPLP a	Participação de	Participação de	Participação de 5	Participação de 5

cooperação entre os empresários de Timor-Leste com empresários internacionais e explorar projectos de interesse comum e estabelecer *joint ventures* para o desenvolvimento dos países envolvidos.	dos empresários para a cooperação económica entre a China e os Países Estrangeiros como da CPLP.	parcerias de 20 empresas nacionais com empresas estrangeiras.	projectos através de *joint venture* e participação de empresários nacionais nos encontros de cooperação.	definir em Julho este ano, em Luanda. Fórum de Macau, bolsa de contacto. .	5 empresas nacionais nos encontros para estabelecimento de j *joint venture.*	5 empresas nacionais nos encontros para estabelecimento de *joint venture.*	empresas nacionais nos encontros para estabelecimento de *joint venture.*	empresas nacionais nos encontros para estabelecimento de *joint venture.*
Actualizar actividades para o plano anual de acção para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da CPLP assinado pelos Ministros da CPLP em Macau no dia 14.11.2010 e avaliação das actividades anteriores.	Participação do Focal Point de Timor-Leste no Fórum de Macau e oficiais da TradeInvest e MED nas reuniões ordinárias trimestrais na Secretaria do Fórum em Macau.	Actualizar projectos concretos do plano anual de acção para a Cooperação entre a China e CPLP.	Intensificação da Cooperação Intergovernamental. Cooperação empresarial. Cooperação na área de Educação e Recursos Humanos. Cooperação na área do Turismo.	Macau e Pais da CPLP a definir.	Participação de 10 oficiais timorenses nos treinamentos na China, em diversas áreas.	Participação de 10 oficiais timorenses nos treinamentos na China, em diversas áreas.	Participação de 10 oficiais timorenses nos treinamentos na China, em diversas áreas.	Participação de 10 oficiais timorenses nos treinamentos na China, em diversas áreas.
Simplificação de procedimentos do pedido de Investimento.	Criação de “One Stop Shop”.	Melhorar e intensificar mais detalhadamente informações sobre as oportunidades de investimento em Timor-Leste.	Facilitar e Simplificar os procedimentos do pedido de investimento.	Timor-Leste.	Criação de *One Stop Shop.*	-	-	-
	Aquisição de pacotes de informação actualizados, brochuras, leaflet.				-	Aquisição e distribuição de pacotes de informação.	Aquisição e distribuição de pacotes de informação.	Aquisição e distribuição de pacotes de informação.
	Criação e actualização dos dados do *Website*, recolha de dados.				-	Recolha de dados para actualização de *Website.*	Recolha de dados para actualização de *Website.*	Recolha de dados para actualização de *Website.*
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver o profissionalismo e competências.**								
Desenvolver a capacidade empresarial dos micro empresários iletrados.	Realização acções de formação empresarial utilizando o módulo Jogu Fila-Liman.	Participação de 520 micro empresários.	Os micro empresários tornam-se profissionais na gestão das suas actividades de negócio.	13 distritos, sendo 40 formandos por cada distrito.	100 Formados (60 mulheres e 40 homens).	160 (100 mulheres e 60 homens).	160 (100 mulheres e 60 homens).	100 (60 mulheres e 40 homens).
Desenvolver sistematicamente a capacidade técnica de gerar ideias de negócio dos candidatos a empresários.	Realização de acções de formação empresarial utilizando o módulo BIN (Gera a tua Ideia de Negócio).	Participação de 260 micro e pequenos empresários.	Os micro e pequenos empresários tornam-se capazes de elaborar os seus planos de negócio (M/H).	13 distritos, sendo 20 formados por cada distrito.	40 Formados (25 mulheres e 15 homens).	80 (50 mulheres e 30 homens).	80 (50 mulheres e 30 homens).	60 (40 mulheres e 20 homens).

Desenvolver a capacidade empresarial para iniciar um negócio.	Realização de acções de formação empresarial utilizando o módulo KIN (Komesa Ita Nia Negósiu).	Participação de 390 micro e pequenos empresários que adquirem competências técnicas na elaboração dos planos de negócio.	Os empresários começam a desenvolver os seus negócios de forma rentável orientando-se às necessidades do mercado. (M/H)	13 Distritos.	90 Formandos (55 mulheres e 35 homens).	Formandos 100 (60 mulheres e 40 homens).	100 Formandos (60 mulheres e 40 homens).	100 Formandos (60 mulheres e 40 homens).
Melhorar a administração e gestão de negócios que garantam a sustentabilidade e rentabilidade.	Realização de cursos de formação empresarial utilizando o módulo HIN (Hadia Ita Nia Negósiu).	Participação de 390 formandos.	Os problemas internos de gestão são ultrapassados e os negócios tornam-se mais sólidos e rentáveis (M/H).	13 Distritos.	90 Formandos (55 mulheres e 35 homens).	100 Formandos (60 mulheres e 40 homens).	100 Formandos (60 mulheres e 40 homens).	100 Formandos (60 mulheres e 40 homens).
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver acções de apoio técnico à viabilização e rentabilização do desenvolvimento das actividades de negócio dos empresários.**								
Desenvolver acções de acompanhamento e aconselhamento empresarial.	Realização de visitas regulares aos empresários formados nos cursos.	260 Empresários (20 pessoas por cada distrito).	Os problemas dos empresários alvo são detectados.	13 Distritos.	40 Pessoas (30 mulheres e 10 homens).	60 Pessoas (40 mulheres e 20 homens).	70 Pessoas (45 mulheres e 25 homens).	70 Pessoas (45 mulheres e 25 homens).
Desenvolver acções periódicas de acompanhamento aos clientes submetidos aos cursos de formação empresarial de melhoramento de negócios.	Realização de visitas e de avaliações regulares aos empresários.	Os empresários sob acompanhamento e avaliação regular tornam-se empresários de sucesso.	As actividades de negócio destes empresários tornam-se mais sólidas e em permanente crescimento.	13 Distritos.			50%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Promover o consumo e o mercado dos produtos locais/rurais, orientando-se aos mercados nacionais e internacionais.**								
Obter dados concretos dos potenciais candidatos que participarão na Feira Nacional dos produtos locais.	Realização de levantamento de dados dos produtos locais que poderão ser exibidos na Feira Nacional.	100 Empresárias expositoras participam na Feira, com produtos locais produzidos nas áreas rurais.	Os produtos locais encontram mais compradores e espaço nos mercados nacionais e internacionais.	13 Distritos.	50%	100%		
Capacitar os candidatos seleccionados para participarem na feira com eficiência e eficácia.	Realização dos cursos de formação de IYES (Improve Your Exhibition Skill).	100 Empresárias locais/ rurais participam no curso de IYES.	As expositoras participam na feira com profissionalismo, de forma simpática e atraente.	13 Distritos.			100 Formandos (90 mulheres e 10 homens).	100 Formandos (90 mulheres e 10 homens).
Promover a realização da Feira ao Público.	Realização de diversos tipos de publicações.	Todo o público será informado da realização da Feira.	Muitos consumidores e empresários visitarão a Feira (15.000 pessoas).	Díli e Distritos (Rádio, televisão, jornais, etc.).	25%	50%	100%	100%
Promover os produtos locais	Realização da feira (FIAR IV).	Mais de 15.000 pessoas visitam e	Os produtos locais exibidos encontram	Centro de Exposições no				100%

produzidos pelos empresários rurais.		compram os produtos exibidos na Feira.	um nicho no mercado nacional e internacional.	Antigo Mercado Municipal em Díli (ou Ginásio Díli).				
OBJECTIVO GERAL: **Promover a constituição e funcionamento dos *clusters* de micro e pequenos empresários nas zonas rurais/urbanas que desenvolvam ramos de actividade de negócio baseados na agricultura, pescas e artesanato.**								
Obter dados concretos dos potenciais micro e pequenos empresários nas zonas rurais e urbanas.	Realização de levantamento de dados dos potenciais micro e pequenos empresários nas zonas rurais e urbanas.	Cobertura de dois Subdistrito por cada distrito dos 13 distritos existentes.	Obtidos dados necessários e concretos que possibilitem a organização de *clusters* de micro e pequenos empresários.	13 Distritos.				100%
Desenvolver a capacidade empresarial dos *clusters* organizados.	Realização de cursos de formação e capacitação empresarial.	260 Pessoas (26 clusters, sendo 1 cluster por cada Subdistrito)	Os membros dos *clusters* ganham espírito de empreendedorismo e desenvolvam bem as suas actividades de negócio de forma rentável e sustentável.	13 Distritos.			100%	
OBJECTIVO GERAL: **Promover a cooperação e parceria harmonizadas entre o Governo e o sector privado, através de diálogo aberto e compreensivo entre as partes envolvidas.**								
Promover a realização de diálogos entre Governo e Empresários nos distritos e subdistritos.	Realizar diálogos abertos e compreensíveis.	Grupos de empresários locais das zonas fronteiriças e distantes de Díli.	Harmonização da cooperação e parceria entre Governo e Empresários, centrada na realização conjunta dos objectivos comuns.	Nos subdistritos de Oecússi e Ataúro (flexivel).		30%	70%	100%
Promover acções de divulgação da nova Lei de Investimento e da Criação do IADE.	Realização de seminários nos distritos.	Empresários locais e Formandos dos cursos de formação e capacitação empresarial.	Os formandos tornam-se conscientes dos seus próprios papéis na criação de auto-empregos e microempresas.	Nos subdistritos de Oecússi e Ataúro (flexivel).			50%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Divulgar informações actuais sobre políticas de apoio do Governo à promoção e desenvolvimento do sector privado, oportunidades de negócio, situação de desenvolvimento empresarial nacional e tendências do desenvolvimento económico nacional e internacional.**								
Promover a divulgação de informações actuais sobre políticas de apoio do Governo á promoção e desenvolvimento do sector privado em TL.	Realizar divulgação de informações sobre políticas de apoio do Governo ao sector privado, através de jornais, rádios e televisão.	Os empresários de diferentes segmentos estejam em permanente acompanhamento das políticas Governamentais relacionadas com o	Cada parte assume o seu papel com responsabilidade, dignidade, integridade e profissionalismo, todos em conjunto trabalham pelas	13 Distritos.	25%	50%	75%	100%

		sector privado.	mesmas causas e pelos objectivos comuns nacionais.					
	Divulgar informações aos micro e pequenos empresários nacionais sobre módulos e tipos de cursos de formação empresarial desenvolvidos pelo IADE / CDEs.	Micros, pequenos e médios empresários em todo o território nacional, cobertos pelos raios de acção dos CDEs são alcançados.	Os micro, pequenos e médios empresários inscrevem-se e participam nos cursos de formação e capacitação empresarial programadas e realizadas pelo IADE / CDEs.	13 Distritos.	20 %	40 %	30%	100%
	Compilação e processamento de informações relevantes e sua divulgação organizada às entidades competentes e ao público.	As informações relevantes são sempre captadas e divulgadas para interesse comum de todas as partes relacionadas com o desenvolvimento económico e sector empresarial.	Todas as partes interessadas estejam sempre informadas para adaptarem-se à evolução da situação económica e comercial nacional e global.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
Promover informações sobre oportunidades de negócio em Timor-Leste e perspectivas de mercado no estrangeiro.	Compilação e processamento de informações sobre oportunidades de negócio em Timor-Leste e perspectivas de mercado no estrangeiro, proceder a sua divulgação ao público empresarial com vista à captação das mesmas.	As informações são captadas e divulgadas e os empresários são informados das oportunidades de negócio existentes e respectivas perspectivas de mercado no estrangeiro.	As oportunidades de negócio existentes possam fundamentar a criação de novas actividades de negócio sustentáveis que possibilitam o aparecimento de novos empregos.	Díli e Distritos.	25%	50%	75%	100%
Promoção de mercados para produtos artesanais e industriais produzidos dentro do país (TL).	Facilitar e realizar a promoção dos produtos artesanais e industriais produzidos dentro do País aos mercados nacionais e estrangeiros – internacionais.	Os respectivos produtos nacionais serão conhecidos e apreciados pelos consumidores e encontram espaço nos mercados nacionais e estrangeiros.	O crescimento do consumo e de vendas dos produtos locais e nacionais nos mercados nacionais e internacionais promovem o crescimento da produção comercial nacional.	Timor-Leste, Indonésia e Países a definir.	25%	50%	75%	100%
Promoção dos programas e actividades do IADE e dos CDE's	Elaborar e imprimir brochuras sobre programas e actividades do IADE e dos CDEs.	2.500 (dois mil e quinhentos) exemplares imprimidos e disponíveis para serem consumidos	Todas as partes interessadas ficam bem informadas dos programas e actividades do IADE e dos CDEs,	Díli	750 Exemplares (30%).	1.750 Exemplares (70%)	2.500 Exemplares (100%)	

		nos interesses de promoção do IADE / CDEs, dentro e fora do País.	para se apoiarem mutuamente na promoção e desenvolvimento do tecido empresarial em Timor-Leste e das partes envolvidas.					
	Fazer divulgação dos programas e actividades do IADE e dos CDEs através da rádio, televisão e jornais.	Divulgação mensal e trimestral, envolvendo Directores do IADE, Membros do Governo e Empresários, nomeadamente nos programas de hanoin lisuk e interactivo.	O público acompanha as actividades do IADE e os empresários possam beneficiar dos serviços de assistência técnica empresarial disponibilizados pelo IADE / CDEs.	Timor-Leste.	25%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Promover a importância da legalização e registo comercial das micro e pequenas empresas.**								
Compilar documentos relacionados com o registo comercial.	Realização de recolha e compilação dos documentos relacionados com o registo comercial.	Documentos legais relacionados recolhidos e compilados.	Documentos legais e relevantes disponíveis para apoiar a elaboração do manual.	Díli.	50 %	100 %		
Preparar os manuais de formação sobre registo comercial.	Elaboração dos manuais sobre procedimentos de registo comercial.	Manual de formação sobre procedimentos de registo comercial elaborado.	Os manuais de registo comercial são elaborados de acordo com os regulamentos e procedimentos legais em vigor.	Díli.		50 %	100%	
	Encadernação dos manuais pretendidos.	520 Manuais encadernados.	Manuais de registo comercial disponíveis.	Díli.			520 Manuais encadernados.	
Promover o registo e legalização das empresas junto das micro e pequenas empresas.	Realização de ToT sobre a matéria.	26 Técnicos dos CDEs formados.	Os Técnicos Formadores dos CDEs ganham competência técnica na matéria.	Díli.			26 Formadores (16 homens e 10 mulheres).	
	Divulgação da matéria e/ou realização de cursos da matéria aos empresários que necessitam.	260 Empresários clientes são formados na matéria.	Os empresários interessados adquirem conhecimento dos procedimentos de registo comercial para legalizarem os seus negócios.	13 Distritos.				260 Pessoas (160 mulheres e 100 homens)
OBJECTIVO GERAL: **Construção de novos edifícios para instalação das sedes de novos 4 CDE's** (ao abrigo do Fundo das Infra-estruturas).								

Construção de edifícios para funcionamento das sedes de 4 (quarto) novos CDEs e instalação de novos CDEs em Manatuto, Same, Liquiça e Aileu, para aproximar a prestação de serviços de apoio empresarial aos micro e pequenos empresários nacionais nos Distritos e Subdistrito em todo o território nacional de Timor-Leste.	Construção de edifícios para funcionamento do novo CDE em Same.	Construído um edifício para funcionamento da sede do novo CDE em Same.	O CDE tem uma sede permanente que permite a prestação de serviços de apoio empresarial com eficácia e eficiência.	Same (vila).				
	Construção de um edifício para promoção e desenvolvimento comercial de actividades artesanais e industriais no distrito de Manufahi.	Construído um edifício junto da sede do CDE para promover e desenvolver actividades artesanais e industriais orientadas para Mercados locais / nacionais e internacionais.	Promoverá actividades artesanais e industriais que utilizam produtos locais e transformam-nos em bens comerciais para mercados locais / nacionais /internacionais.	Same (vila).				
	Construção de um edifício para a sede do CDE em Aileu.	O novo CDE em Aileu tem a sua própria sede construída.	A prestação dos serviços de apoio empresarial do IADE tornam-se de fácil acesso e mais próximos dos micro e pequenos empresários locais.	Aileu (Vila).	30 %	50%	75%	100%
	Construção de um edifício para a sede do CDE em Manatuto.	O novo CDE em Manatuto tem a sua própria sede construída.		Manatuto (Vila).	30 %	50%	75%	100%
	Construção de um edifício para a sede do CDE em Liquiça.	O novo CDE em Liquiça tem a sua própria sede construída.		Liquiça (Vila).	30 %	50%	75%	100%
Implantação do Centro de Atendimento ao Empreendedor Timor-Leste, através da cooperação com ABC e SEBRAE.	Construção do edifício e implantação do Centro de Atendimento ao Empreendedor Timor-Leste.	Implantado o Centro de Atendimento ao Empreendedor Timor-Leste (com financiamento / financiamento comparticipado).	A cooperação entre Brasil e Timor-Leste na área de atendimento ao empreendedor Timor-Leste realizar-se-á com sucesso em benefício dos empresários locais de Timor-Leste.	Díli.	30%	50%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Promover o Centro de Bambu de Timor-Leste através do desenvolvimento de produção comercial de produtos derivados de bambu**								
Assegurar o *stock*, elevar o volume de	Compra de matérias-primas (bambus), produtos	Matérias-primas e produtos químicos	A produção comercial e	Bambus dentro do país e materiais	25 %	50%	75%	100%

produção de tábuas para produção de mobiliários e diversificação de produtos derivados de bambu em Timor-Leste.	químicos, cola, e materiais complementares de produção.	disponíveis para garantir a produção comercial e experimental.	experimental possa desenvolver-se de acordo com os panos definidos.	complementares fora do país.				
Assegurar o *stock*, elevar o volume de produção de tábuas para produção e promoção da construção de casas com materiais de bambu.	Construir mais um tanque que cozinha as rifas de bambu e 2 (duas) casas para exemplo e demonstração.	Tanque de cozinha e 2 casas de exemplo construídas.	O processo de cozinha das rifas de bambus é assegurado e as populações obtêm um exemplo na construção de casas em Timor-Leste.	Bambus dentro do país e materiais complementares fora do país.		50%	100%	
Promoção e popularização da importância das funções da plantação de bambu.	Extensão e ampliação de criação de viveiros de bambu nas comunidades.	Criação de viveiros de bambu pelas comunidades.	Fornecimento de estacas de bambu para novas plantações.	Aileu, Liquiça, Ermera, Same, Baucau e Manatuto.	25%	50%	75%	100%
	Socialização junto das comunidades e realização de acções de formação.	As comunidades sabem da importância e benefício da plantação de bambu para a sua vida económica.	As comunidades podem plantar bambus de qualidade em escalas industriais.	Aileu, Liquiça, Ermera, Same, Baucau e Manatuto.	25%	50%	75%	100%
Promoção que visa garantir um mercado para produtos do CBTL que possibilita a obtenção de rendimentos sustentáveis.	Realizar promoção através da divulgação nas rádios, televisões, jornais e brochuras.	Os consumidores potenciais e o público sabem da qualidade e proveito dos produtos do CBTL.	O mercado e as populações possam comprar os produtos do CBTL.	Díli e estrangeiro.	25%	50%	75%	100%

Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social tem um Orçamento de 124,752 milhões de dólares para 2012.

Papel

O Ministério da Solidariedade é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da assistência social, segurança social, gestão de desastres naturais e assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional, de acordo com o previsto na sua Lei Orgânica nº 7/2007 para garantir o seu funcionamento.

Visão

O MSS tem por visão a Solidariedade Social, Protecção Social e Justiça Social para todos os cidadãos de Timor-Leste.

Missão:

- Promover a solidariedade e assistência social para todos os cidadãos;
- Garantir a segurança social para todos cidadãos;
- Garantir a justiça social e reinserção para os grupos vulneráveis;
- Reconhecer e valorizar os ex-membros do Movimento da Libertação Nacional;
- Garantir a protecção da vida humana e os seus patrimónios e meio ambiente em casos de calamidades e desastres naturais;
- Desenvolver a organização através do esforço de institucionalização.

Prioridades

- Garantir a prestação dos Serviços e Reinserção dos Grupos Vulneráveis.
- Prevenir os Riscos de Desastres Naturais e garantir a preparação para responder os desastres e minimizar os impactos negativos que vão afectar a vida e propriedades.
- Garantir a segurança de vida e bens em Timor-Leste.
- Garantir um Sistema de Segurança Social Contributivo efectivo para todos os trabalhadores em Timor-Leste.
- Valorizar e reconhecer os Combatentes da Libertação Nacional.
- Desenvolver a organização e Reforço Institucional.
- Promover a Cultura de Boa Governação e avaliar os riscos em todos serviços do MSS a fim de garantir a Legalidade, Regularidade e Qualidade, através de realização dos programas de Inspecção e Auditoria Interna.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério da Solidariedade Social ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**99,308**	**118,728**	**124,752**	**129,742**	**134,931**	**140,329**	**145,942**
Recorrentes	**96,119**	**118,312**	**122,406**	**127,302**	**132,394**	**137,690**	**143,198**
Salários e Vencimentos	1,449	1,565	1,727	1,796	1,868	1,943	2,020
Bens e Serviços	2,805	3,041	3,226	3,355	3,489	3,629	3,774
Transferências Públicas	91,866	113,706	117,453	122,151	127,037	132,119	137,403
Capital	**3,189**	**416**	**2,346**	**2,440**	**2,537**	**2,639**	**2,744**
Capital Minor	927	416	554	576	599	623	648
Capital Desenvolvimento	2,261	-	1,792	1,864	1,938	2,016	2,096
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**6,916**	**6,835**	**2,519**	**630**	**-**	**-**
Recorrentes	-	6,916	6,835	2,519	630	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**99,308**	**125,644**	**131,587**	**132,261**	**135,561**	**140,329**	**145,942**
Recorrentes	96,119	125,228	129,241	129,821	133,024	137,690	143,198
Capital	3,189	416	2,346	2,440	2,537	2,639	2,744

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

OBJECTIVO GERAL: **Garantir a boa prestação dos serviços e reinserção dos grupos vulneráveis.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Consolidar a cooperação com os parceiros instituições do governo, NGOs e Agências internacionais.	Construção de muro para Uma Mahon em Tibar.	Maior segurança na Uma Mahon em Tibar.	100% Construção do muro finalizado.	Tibar.	25%	25%	25%	25%
	Promover o entendimento sobre definição de resposta Social de cada instituição.	Definição do padrão sobre tipo de respostas sociais.	Socialização realizada.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Melhorar a gestão de monitorização dirigidas às instituições da Solidariedade Social.	Criado um regulamento sobre utilização dos equipamentos sociais.	Realizada a socialização do regulamento aos parceiros.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
		Criada a base de dados dos parceiros.	Definida a base de dados.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
		Estabelecido o padrão de cooperação com as instituições da solidariedade Social.	Dar assistência às instituições da Solidariedade Social.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
Combater a pobreza.	Consolidar o Programa da Bolsa da Mãe.	Programa implementado de acordo com o decreto-lei.	15.000 Beneficiários recebem assistência. (H: 7500, M: 7500).	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Criada a base de dados sobre famílias vulneráveis em todo o território.	Contratados 13 funcionários (M/H) a fim de realizar o registo social às famílias vulneráveis em todo o território.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
			Aquisição de materiais de escritório como 13 *a* fim de implementar o sistema de base de dados das famílias vulneráveis.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
	Promover a programa de rendimento Mínimo aos vulneráveis.	Famílias vulneráveis têm acesso no programa rendimento mínimo.	Estabelecido o acordo entre MSS, SEFOPE, Ministério Economia e Desenvolvimento a fim de dar capacitação aos grupos vulneráveis.	Nacional.	25%	25%	25%	25%

			Previsto o orçamento para suportar as actividades dos parceiros em termos de capacitação de negócio aos grupos vulneráveis de acordo com o regulamento.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
Promover a participação das mulheres no processo desenvolvimento.	Minimizar a discriminação e violência domestica.	Números das funcionárias no MSS capacitadas para preencherem vagas nos cargos de chefia no MSS.	Realizada a pesquisa e respectiva análise.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
		Lei contra a Violência Doméstica implementada.	Socialização da lei contra violência Doméstica.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Criado o Decreto-lei para regular a política de reinserção social às vítimas da violência domestica.		Nacional.	25%	25%	25%	25%
		Estabelecido o sistema e mecanismo de monitorização e avaliação para 'Uma Mahon".	50 Beneficiários da "Uma Mahon" recebem assistência (H: 25, M:25).	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Estabelecido o regulamento para "Uma Mahon".	Melhorado o funcionamento da Uma Mahon em Tibar e Maliana.	Tibar e Maliana.	25%	25%	25%	25%
		Funcionários da Protecção Social formados na área específico.	Estabelecer uma boa coordenação entre os serviços de atendimento social especializado e programa do registo social às famílias vulneráveis em todo o território. Equipamentos sociais distribuídos às vítimas VD e VBJ (H: 75, M:75).	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
Promover o programa de	Definir o papel do Ministério da Justiça e o papel do	Estabelecida a linha de coordenação entre o	Criado o acordo de cooperação entre o	Nacional.	25%	25%	25%	25%

acompanhamento e monitorização da reinserção social dos ex-presidiários.	Ministério da Solidariedade Social em termos de Reinserção Social aos presidiários.	MSS e Ministério da Justiça.	Mj e MSS a fim de gerir os papéis com eficiência.					
	Estabelecer a cooperação com os parceiros para facilitar o processo de reinserção social aos presidiários**.**	Ex-presidiários participam na formação emprego oferecida pelo SEFOPE.	Criada boa comunicação entre os presidiários e a sua família. Número de visitantes aumenta.	Díli e Ermera (Gleno).	25%	25%	25%	25%
	Elevar o conhecimento dos funcionários sobre atendimento aos presidiários.	Funcionários Capacitados e Ex-prisioneiros recebem bom atendimento.	Previsto o orçamento para facilitar às famílias vulneráveis visitar os seus familiares na prisão.	Díli e Ermera (Gleno).	25%	25%	25%	25%
	Facilitar a reintegração dos ex-presidiários.	Ex-presidiários têm acesso ao programa de reinserção social do MSS.	Previsto o orçamento para reintegração dos ex-presidiários na comunidade.	Díli e Ermera (Gleno).	25%	25%	25%	25%
Minimizar o número das crianças em situação riscos e abuso.	Reforçar a base legal para protecção de Crianças.	Legislação para protecção de crianças elaborada.	Protecção de crianças previsto no Plano a fim desenvolver juntamente com o gabinete de jurídico MSS.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
	Reforçar o sistema protecção de Crianças.	Estabelecer a cooperação com os serviços sociais.	Estabelecido o critério e o processo do acompanhamento continuação e integrado entre as crianças e famílias.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Estabelecer a cooperação com os parceiros a fim de dar respostas sociais às crianças.	Previsto o orçamento para apoio ao programa de Crianças em Risco.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Diminuir o número de discriminação das crianças na comunidade.	Participação da família no processo de desenvolvimento das crianças	Disseminar a informação sobre perigos ou problema que as crianças enfrentam.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Pesquisa sobre a temática realizada.	Realizada a pesquisa sobre características dos problemas e dificuldades que às	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%

			crianças enfrentam.					
Minimizar a taxa de crime causado pelas crianças e jovens.	Consolidação da estratégia no processo de reinserção social.	Adquiridos os instrumentos a fim de minimizar às crianças em situação risco conforme os procedimentos.	Gestão de resolver o caso conforme os procedimentos.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
Estabelecer um sistema formal para o processo de adopção em Timor-Leste.	Facilitar o processo de adopção.	Estabelecido sistema de coordenação entre serviços sociais e o Tribunal em todos distritos.	Estabelecido o acordo entre cooperação MSS, MJ e Tribunais para definir a linha de coordenação entre os serviços sociais e o tribunal distrital.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
		Estabelecido o manual/lei para serviços sociais.	Gestão e solução dos casos de adopção conforme os procedimentos.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
			Processo de adopção conforme a decisão de tribunal.	Nacional.	25%	25%	25%	25%
			Relatório social sobre adopção e resultados conforme de avaliação.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Identificar e registar as famílias candidatas a adopção.	Ter uma base de dados das famílias candidatas a adopção.	Números das famílias identificadas e elegíveis para adopção.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Disseminar a informação sobre os critérios a adopção para junto da comunidade e das famílias candidatas a adopção.	Critérios disseminados e as famílias e a comunidade têm o conhecimento sobre os critérios de adopção.	Total de famílias que recebam a informação.	13 Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Acompanhar o processo legal nos casos de adopção.	Estabelecer um sistema de coordenação e elaboração de relatórios sociais de apoio de tribunal.						
OBJECTIVO GERAL: **Efectiva prevenção de riscos de desastres e sua preparação a fim de minimizar os impactos na vida e nas propriedades.**								
Assegurar o enquadramento Legal, Programas e capacitação e minimizar os riscos	Disseminação do Manual da Recuperação habitacional.	Membros DDMC, autoridade s Locais, líderes comunitários têm conhecimento sobre o manual da recuperação	1.000 Pessoas (40% do sexo feminino e 60% do sexo Masculino) das autoridades,	13 Distritos.	Distrito 2 15% até ao fim de Março.	Distrito 4 30% até ao fim de Junho.	Distrito 4 30% até ao fim de Setembro.	Distrito 3 25% até ao fim de Dezembro.

de desastres.		Habitacional.	líderes comunitários participam na actividade de disseminação					
	Disseminação SOPs para operação DOC.	Ministérios relevantes têm o conhecimento sobre linha de comunicação, coordenação e cooperação.	150 Pessoas representantes dos ministérios (60% do sexo feminino e 40% do sexo masculino) participam na disseminação.	Díli, Lautem e Bobonaro.		100% Implementado em Díli, Lautem e Bobonaro.		
	Consolidar o centro de operação de desastres (DOC).	DOC Nacional e DDOC Distritais em bom funcionamento.	NDOC e DDOC adquiridas as facilidades de comunicação.	Díli, Lautem e Bobonaro.		DOC Nacional, 50%.	DDOC Lautem e Bobonaro 50%.	
	Assegurar o centro Nacional de Operação de desastres através de capacitação aos funcionários na área de risco geológico.	Funcionários NDOC capacitados a fim de identificar e analisar as informações relevantes acerca dos riscos geológicos em Timor-Leste.	2 Funcionários NDOC formados.	ITB Bandung.		50%	50%	
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar um sistema de Respostas e Recuperação Efectiva** (DNGD).								
Estabelecer um sistema de respostas e Recuperação de Desastres.	Cria a coordenação, monitorização e levantamentos de dados e distribuição assistência humanitária às vítimas afectadas pelos desastres Naturais.	Assistência às vítimas de desastres Naturais.	5000 Vítimas receberam assistência Humanitária emergência. (H:3000/ F2000).	13 Distritos.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.
	Implementar as actividades de recuperação habitacional às vítimas de desastres naturais e respectiva monitorização.	Vítimas de desastres naturais recebem os materiais de construção incluindo pagamento mão-de-obra.	3000 Chefes de Família afectados pelos desastres Naturais recebem assistência humanitária. (H: 2100 /M: 900).	13 Distritos.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.
	Reforçar os serviços da Comissão de Gestão de Desastres Distritais DDM a fim de dar resposta aos desastres.	DDMC receberam recursos financeiros suficientes para dar resposta de emergência às vítimas afectadas pelos desastres naturais.	Número de situação de emergência respondida pelo DDMC.	13 Distritos.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.	Depende da ocorrência dos desastres naturais.
OBJECTIVO GERAL: **Preparar as comunidades para minimizar os riscos de Desastres e Protecção Ambiental.**								
Estabelecer o sistema básico a fim de envolver as	Disseminar as informações sobre os tipos e Efeitos de Desastres Naturais aos	Estudantes nas Escolas primárias estão preparados para	-180 Professores no Ensino Primárias	6 Subdistritos.		2 Subdistritos 30% no fim de Junho.	2 Subdistritos 40% no fim de Setembro.	

comunidades para minimizar os Riscos de Desastres.	Estudantes.	enfrentar e minimizar o impacto de Risco de Desastres.	participam na disseminação. -7.200 Estudantes de Ensino Primário (60% sexo feminino e 40% sexo Masculino) participam na disseminação.					
	Promover uma defesa Permanente para redução dos Desastres Naturais através de Formação CBDRM.	Comunidades estão preparadas para enfrentar e minimizar o impacto de Risco de Desastres.	Autoridade Local, Líder Comunitária e Comunidade no total 200 pessoas (50% no sexo Feminino e 50% no Sexo Masculino) participam na formação.	4 Subdistritos.		2 Subdistritos 50% no fim de Junho.	2 Subdistritos 50% no fim de Setembro.	
Elevar a capacidade dos Funcionários a fim de Melhorar os seus funções.	Realização de formação na área Administrativa, Línguas, Finanças, Logísticas e Informática.	Funcionários DNGD capacitados a fim de desempenhar as suas funções com profissionalismo.	8 Funcionários (3M e 5H) capacitados e trabalham com profissionalismo.	Díli e Estrangeiro.				
	Realização de Formação na área de Recuperação de Emergência.	Funcionários DNGD capacitados na área de recuperação de emergência.	4 Funcionários DNGD têm conhecimento sobre recuperação de emergência. (M: 3, F:1).	Indonésia.		100% Fim de Junho.		
	Aquisição de equipamentos de informática comunicação, matérias escritório, transporte, mobiliários conforme necessidades na Direcção.	Facilitar os serviços de Administrativo e apoio os serviços Operacionais com eficiência e Efectivo.	Números dos Equipamentos Escritório e Veículos Adquiridos pelo DNGD	DNGD/DOC no Regionais		100% Fim de Junho.		
	Participação em Colóquios, Seminários, Conferências, Encontros Nacionais e Internacionais como: ARF, ADPC-RCC, IOC-IOTWS, ETC.	4 Funcionários DNGD nomeados participam nas actividades.	1 Funcionário participa na actividade ARF. 1 Funcionário participa na reunião DPC-RCC. 2 Funcionários participam na IOC-IOTWS.	Tailândia, Indonésia, Austrália.		30% Fim de Junho.	30% Fim de Setembro.	30% Fim de Dezembro.
	Elevar o conhecimento dos funcionários na área de Gestão dos Riscos de Desastres Naturais através de criação de Bolsas de Estudo.	Funcionários DNGD aumentam as suas habitações Literárias na área da Gestão dos Riscos de Desastres Naturais	2 Funcionários DNGD participam na formação.	UGM, Indonésia	25% Fim de Março.	25% Fim de Junho	2525% Fim de Setembro	25% Fim de Dezembro

OBJECTIVO GERAL: **Promover a Paz e Harmonização na Comunidade** (DNAS).								
Prevenir e minimizar os conflitos a nível comunitário.	Identificar as fontes de conflitos em comunidade através de consultação com autoridades Locais, organizações das mulheres e dos parceiros relevantes -realizar mediação com comunidade. -Realizar o diálogo com a comunidade. -Prepara o relatório sobre o resultado de realização Diálogo e mediação.	Organização em nível comunidade bem estruturada.	90 Conflitos resolvidos em nível comunitária através de mediação. -realizadas 60 encontros comunitárias através de (consultação com à comunidade, encontro segurança com conselho do suco -20 Diálogos com à comunidade realizadas	13 Distritos	30 Conflitos resolvidos em nível comunitário resolvidos. 15 Encontros realizadas.	30 Conflitos resolvidos em nível comunitário resolvidos. 15 Encontros realizadas.	30 Conflitos resolvidos em nível comunitário resolvidos. 15 Encontros realizadas.	30 Conflitos resolvidos em nível comunitário resolvidos. 15 Encontros realizadas.
Melhorar a relação social na comunidade e minimizar conflitos. **Reforçar a estruturação dos líderes comunitários.** **Resolver os conflitos a nível comunitário através de diálogo e advocacia.**	Providenciar o subsídio à comunidade e NGO's para implementar o programa ARK.	Comunidade e NGO's recebem o subsídio e o programa ARK é implementado.	Números das NGO's e comunidade que recebe o subsídio.	13 Distritos.				
	Socialização do programa de subsídio à comunidade.	Socializado o programa de subsídio junto da comunidade.	% da comunidade que participa na socialização.	13 Distritos.	25%.	50%.	75%	100%
	Realizar formação na comunidade sobre redacção e implementação de propostas.	A formação realizada com sucesso.	% da comunidade que participa na socialização.	13 Distritos.	25%.	50%.	75%	100%
	Receber e seleccionar as propostas.	Propostas seleccionadas.	Números das propostas seleccionadas.	13 Distritos.	25%.	50%.	75%	100%
	Fornecer assistência técnica para reforçar as actividades comunitárias se necessário.	Assistência técnica fornecida conforme as necessidades.	Números da assistência técnica fornecidos.	13 Distritos.	25%.	50%.	75%	100%
	Monitorizar e implementar ARK seleccionado com qualidade.	Realizada a monitorização ao programa ARK.	Números da monitorização realizadas.	13 Distritos.	25%.	50%.	75%	100%
Elevar a capacidades dos líderes comunitários para resolver os conflitos em comunidade.	Realização de formação aos líderes comunitários para resolver os conflitos através de diálogo e mediação.	Lideres comunitários formados a fim de resolver os conflitos na comunidade através de diálogo e mediação.	300 Lideres comunitários formados para resolver os conflitos na comunidade.	13 Distritos	Realizada a formação aos líderes comunitários em 4 distritos.	Realizada a formação aos líderes comunitários em 3 distritos.	Realizada a formação aos líderes comunitários em 3 distritos.	Realizada a formação aos líderes comunitários em 3 distritos.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a protecção social para os grupos vulneráveis** (DNAS).								
Reforçar a legislação, regulamentos e o mecanismo social para o atendimento aos grupos	Socialização e implementação da política sobre o manual de implementação do caixão e assistência alimentar aos grupos vulneráveis.	Grupos vulneráveis têm o conhecimento sobre manual de implementação do caixão e assistência alimentar.	Número de *workshops realizados* em 13 distritos contado com participação de 25 pessoas por	13 Distritos.	Realizado *workshop* em 4 distritos.	Realizado *workshop* em 3 distritos.	Realizado *workshop* em 3 distritos.	Realizado *workshop* em 3 distritos.

vulneráveis.			cada distrito					
Desenvolve o programa de apoio, manual de serviços, procedimentos (SOPs) para implementar a política nacional para os deficientes.	Estabelecer a cooperação Bilateral com *Nosaal Melbourne Institute Australia* para desenvolver o manual de serviços e os procedimentos importantes para implementação política nacional aos deficientes.	O acordo bilateral entre MSS e Nosaal Melbourne Institute Austrália assinado.	Nota de entendimento Bilateral assinado.	Díli.	Acordo assinado.	Implementação das actividades conforme o plano estabelecida.	Implementação das actividades conforme o plano estabelecida.	Implementação das actividades conforme o plano estabelecida.
	Desenvolver o manual operacional para concretização política Nacional dos deficientes.	Manual operacional para implementação política Nacional dos deficientes implementados.	Número do *workshop* preparados. Número de participantes no *workshop*: 600 pessoas (M:300/F:300).	Díli.	*Workshop* realizado e fim de consultação.	*Workshop* realizado e fim de consultação.	Realizada a formação aos funcionários MSS e agências relevantes.	Avaliação das actividades e produzido o relatório.
Consolidação da implementação do programa de apoio institucional com instituições relevantes e ONG;s.	Identificar as prioridades cada NGO's conforme critéria definida pelo DNAS sobre apoio institucional.	15 NGO's locais identificadas e que receberam o apoio institucional.	Apoio institucional executado conforme programas das NGO's na área da deficiência.	Díli e restantes Distritos.		ONGs identificadas e MOU assinado.	Realizada a monitorização e o orçamento transferido.	Monitorização e avaliação actividades das NGO's relacionada com execução orçamentada.
Desenvolver o enquadramento e aumentar os recursos humanos na DDI e o treinamento.	Participar na Conferencia CBR Mundial na Índia.	Funcionários DNAS/DDI participam na conferência CBR mundial.	3 Funcionários participaram na conferência mundial CBR.	Díli, Singapura e Índia.	Em consultação com a comissão organizadora da conferência.	Registo.	3 Funcionários participaram na conferência.	Relatório de trabalho sobre participação na conferência preparada e submetido.
	Participar no treinamento CBR em centro CBR Solo, Indonésia.	Funcionários elevaram os seus conhecimentos e executar as suas tarefas com profissionalismo.	2 Funcionários DDI participaram no treinamento CBR Solo indonésio	Díli, Solo, Indonésia.	Em consultação com o centro CBR Solo em termos de organização das actividades.	Realizada viagem.	2 Funcionários participaram na formação.	Relatório de trabalho sobre participação no treinamento preparada e submetido.
Consolidação do programa de monitorização e avaliação.	Realizada a monitorização aos NGO's que desenvolve actividades através do fundo institucional MSS.	100% As NGO's foram monitorizadas pelos funcionários DDI.	Número de monitorizações realizadas e o relatório submetido a DDI.	Díli e Distritos relevantes.	Monitorização realizada e o relatório preparado.	Monitorização realizada e o relatório preparado.	Monitorização realizada e o relatório preparado.	Realizada a monitorização e avaliação e o relatório final preparado.
	Participar na formação oferecida pelos parceiros MSS em Timor-Leste.	100% Funcionários DNAS/DDI participam na formação e /*workshop* preparados pelas ONG's relevantes.	Números dos funcionários que participaram na formação.	Díli e Distritos relevantes.				
	Disseminar as actividades DNAS/DDI ao público	Panfletos e Brochuras foram preparados.	Número das brochuras e	13 Distritos.	Elaborar a matéria e	Prepara impressão e	Disseminação.	Disseminação e o relatório.

	através de panfletos ou brochuras.	As actividades DNAS foram disseminadas. Públicos têm acesso sobre as actividades DNAS.	panfletos que foram distribuídos.		informação.	disseminação.		
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar assistência funeral aos grupos vulneráveis** (DNAS).								
Reforçar da operação de atendimento dos transportes funerário em tudo território.	Estabelecer o sistema de comunicação nos centros regionais.	Processo de comunicação entre os Centros Regionais e Nacionais criado. Estabelecida boa coordenação entre os Centros Regionais e Distritais.	4 Regiões adquirem material de comunicação.	13 Distritos.	Depende dos incidentes.	Depende dos incidentes	Depende dos incidentes	Depende dos incidentes
	Aquisição de carros funerários nos distritos a fim de substituir os que não se encontram em boas condições.	Assistência do governo a fim de transportar as urnas aos distritos.	Adquiridos 12 carros funerários e distribuídos aos distritos.	13 Distritos.				
	Manutenção dos equipamentos de comunicação.	Acelerar o processo de comunicação entre os Centros Regionais e Distritais. Regionais e Nacional.	Números dos equipamentos que obtiveram a manutenção.	13 Distritos.				
Auxilio às famílias ou comunidades que necessitam de caixão social.	Distribuição de Caixão Social aos grupos vulneráveis.	Total de beneficiários que recebem assistência de caixão Social.	400 Caixões Sociais produzidos e distribuídos.	13 Distritos.				
Auxilio às famílias ou comunidades que necessitam de Carro Funerário.	Atendimento do transporte funerários às comunidades	Realizado o atendimento às famílias ou comunidades.	Número de transportes funerários fornecidos à comunidade.	13 Distritos.				
Forense.	Identificar os restos mortais nos sítios identificados.	Os restos mortais identificados.	Números de restos mortais nos sítios identificados.	13 Distritos.				
OBJECTIVO GERAL: **Prestar assistência aos grupos vulneráveis através de distribuição de alimentos** (DNAS).								
Fornecer assistência de emergência aos grupos vulneráveis.	Distribuição de itens alimentares e não-alimentares aos grupos vulneráveis.	Grupos vulneráveis recebem assistência alimentar e não-alimentar.	Números dos grupos vulneráveis que recebem assistência de emergência alimentar e não-alimentar num total de 401.040 pessoas (M: 244.040 e	13 Distritos.				

			F:157.000).					
Fornecer assistência alimentar e não-alimentar às vítimas afectadas pelos desastres naturais.	Distribuição de itens alimentares e não-alimentares às vítimas de desastres naturais.	Vítimas de desastres naturais recebem assistência alimentar e não-alimentar.	Números de total vítimas que recebem assistência de emergência alimentar e não-alimentar num total de 25.000 pessoas (M: 15.000 / F:10.000).	13 Distritos.				
Fornecer alimentação adequada aos orfanatos e colégios.	Distribuição alimentar aos orfanatos e colégios.	Orfanatos e colégios recebem assistência alimentar.	Número das crianças nos Orfanatos e Colégios que recebem assistência num total de 3600 pessoas (M: 2100, F: 1500).	13 Distritos.				
Consolidação do sistema e mecanismo de coordenação entre Ministérios, entre Agência e entre Direcções.	Criar linha de coordenação entre Linhas ministeriais, Agências e Direcções a fim de atender os serviços com eficiência.	Ter boa coordenação entre Ministérios, Agências e Direcções.	Realizada a cooperação.					
Conservação alimentar de pestes.	Colocar mantimentos no armazém.	Mantimentos protegidos.	Número de mantimentos protegidos.					
Realizar a formação sobre armazenamento aos funcionários do Armazém.	Realizada a formação aos funcionários do Armazém em 5 regiões.	Funcionários do armazém em 5 regiões capacitados a fim de trabalhar com profissionalismo.	Número do total funcionários formados	Baucau, Maliana, Manufahi, Oecússi.				
	Realizada a formação aos funcionários do Armazém a nível nacional.	Funcionários capacitados a fim de trabalhar com profissionalismo	4 Funcionários capacitados (M: 2/ F:2).	Indonésia.				
Regularizar a quantidade de itens alimentares e não-alimentares que saem de armazém.	Distribuição alimentar de armazém nacional para armazéns regionais.	7000 Toneladas de arroz colocados nos armazéns regionais.	Total toneladas arroz que foram colocados nos armazéns regionais.	13 Distritos.				
OBJECTIVO GERAL: **Valorização e reconhecimento dos Combatentes da Libertação Nacional** (DNACLN).								
Preparar o futuro dos filhos dos mártires da pátria.	Atribuição de Bolsa de Estudo para os filhos dos Mártires da Pátria. Oferece subsídio escolar para os filhos dos Mártires	Os bolseiros recebem os seus direitos a 100% segundo o critério que foi definido na lei. Os filhos dos combatentes recebem o	Total dos bolseiros segundo a critério (M: 150/F: 150).	Timor-Leste e Estrangeiro.	25% Início da actividade.	50%. Implementação das actividades.	75%. Implementação das actividades.	100% Implementação das actividades.

	da Pátria.	subsídio escolar.						
Programa Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação.	Continuar a construção do Jardim dos Heróis em Metinaro.	Jardim dos Heróis em Metinaro construído.	100% Jardim dos Heróis em Metinaro construído.	Metinaro.	25% Início da construção do projecto.	50% Implementação do projecto.	75% Implementação do projecto.	100% Projecto concluído.
	Construir Monumento 12 de Novembro.	Monumento 12 de Novembro construído.	Monumento 12 de Novembro construído.	Díli.	25% Início da construção do projecto.	50% Implementação do projecto.	75% Implementação do projecto.	100% Projecto concluído.
	Vedação dos Ossuários em 12 distritos.	Vedação dos Ossuários concluída.	Vedação dos Ossuários em 12 distritos.	12 Distritos.	25% Início da actividade.	50%. Implementação das actividades.	75%. Implementação das actividades.	100% Implementação das actividades.
Respeitar e Honrar os ex-Falintil e reintegração na comunidade.	Cerimónia de desmobilização (2^0 fase).	100% Cerimónia realizada.	Total das Falintil desmobilizadas conforme a lista do comando F-FDTL.	Díli.	25% Início da actividade.	50%. Implementação das actividades.	75%. Implementação das actividades.	100% Implementação das actividades.
Desenvolver os recursos humanos (M/H).	Formação aos funcionários (M/H) da DNACLN.	Funcionários DNACLN capacitados a fim de executar os seus serviços com profissionalismo.	80% Funcionários DNACLN capacitados e a executar os seus serviços com profissionalismo.	Timor-Leste e Estrangeiro.		50%. Implementação das actividades.		100%
Criar o decreto-lei.	Criação do decreto-lei sobre atendimento de saúde aos veteranos.	O decreto-lei foi aprovado no conselho do Ministros.	Total dos veteranos que recebem atendimentos médicos.	Díli.	25%.	50%	75%	100%
Aumentar o volume dos funcionários da DNACLN.	Recrutar os novos funcionários (M/H).	Novos funcionários recrutados a fim acelerar os serviços na DNACLN.	Números dos novos funcionários recrutados na DNACLN.	Timor-Leste e Estrangeiro.		50%		100%
Continuação do programa de preservação da história da Resistência.	Identificar os sítios históricos no Território.	Sítios históricos identificados.	Números dos sítios históricos identificados em todo o território.	13 Distritos.	25%	15%	10%	50%
Programa Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação	Construção de monumentos inclui muro e placa nos 20 subdistritos.	Monumentos, muros e placas construídos nos 20 subdistritos.	Números Monumentos, muros e placas construídos nos 20 subdistritos.	20 Subdistritos.	35%	50%	15%	100%
Programa de Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação	Realizar o pagamento de pensões pecuniárias conforme edital 2008, 2011 e 2012.	Pagamentos realizados a 100% e os beneficiários satisfeitos.	Números dos beneficiários que recebem Pagamento.	Díli.		50%	75%	100%
Publicar a validação final para 1º Registo.	Processar a validação final para 1º Registo dos	Processo de Validação final para 1º Registos	Números dos Combatentes da	13 Distritos.	-	50%	75%	100%

	Combatentes da Libertação Nacional.	dos Combatentes da Libertação Nacional concluído a 100%.	Libertação Nacional que têm acesso ao processo da validação.					
Programa Validação para 2º Registo 2009.	Processar a validação final para 2º Registo dos Combatentes da Libertação Nacional.	Processo validação concluída a 100%.	Números dos Combatentes da Libertação Nacional que têm acesso ao processo.	13 Distritos.		50%	75%	100%
Programa de Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação.	Preparar o cartão de identificação para os Combatentes da Libertação Nacional.	Cartão de identificação concluído a 100%.	Números dos Combatentes da Libertação Nacional com cartão.	Díli.	25%	50%	75%	100%
Programa de Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação.	Realizar a Cerimónia de condecoração dos Combatentes da Libertação Nacional.	Realizada a cerimónia de condecoração.	Número total dos Combatentes da Libertação Nacional com direito a condecoração.	Díli.		50%	75%	100%
Programa de Reconhecimento e valorização dos Mártires da Libertação.	Compra de medalha de condecoração a fim de distribuir aos CLN.	Medalhas de condecoração compradas.	Total de medalha de condecoração adquirida a fim de oferecer aos Combatentes da Libertação Nacional.	Díli.		50%	75%	100%
Garantir a qualidade da implementação e a segurança da instituição.	Realizar a formação sobre "Atendimento Público" para aumentar as competências dos Funcionários (M/H).	Funcionários mais capacitados (M/H).	80% dos funcionários executar os seus serviços com profissionalismo.	Estrangeiro.	-	A formação realizada e 40% dos funcionários capacitados.	A formação realizada e 40% dos funcionários capacitados.	
OBJECTIVO GERAL: **Garantir um Sistema de Segurança Social Contributivo efectivo para todos os trabalhadores (M/H) em Timor-Leste** (DNSS).								
Apresentar a Lei do Regime Contributivo de Segurança Social.	Entrega de Proposta de Lei acompanhada de respectivo relatório técnico de fundamentação e estudos actuariais.	Regras para o sistema definitivo discutidas e aprovadas no Parlamento Nacional.	% de Pensões pagas sobre o total de beneficiários elegíveis (depende da aprovação politica da lei).	Nacional – MSS.	Em parceria com OIT (depende da opção politica face aos cenários propostos).	Início dos pagamentos das pensões.	Elaboração da avaliação preliminar concluída.	Continuação.
Assegurar condições para Implementação da Lei da forma mais eficiente possível.	Definição dos procedimentos.	Realização das reuniões entre ministérios e secretarias de Estado relevantes e parceiros sociais para a implementação do Sistema Segurança Social.	Nº das reuniões das reuniões realizadas. Manual de Procedimentos aprovado.	Nacional - MSS	12 Encontros realizados e fundo de transferência público executado.	3 Reuniões realizadas.	3 Reuniões realizadas.	3 Reuniões realizadas.

Promover a qualificação dos recursos humanos (M/H).	Recrutamento dos funcionários com as qualificações (profissionais e académicas) em áreas especializadas, finanças contabilidade, informática e funcionamento de sistemas de segurança social.	Identificação e contratação dos funcionários para formação nas áreas especializadas concluído. [depende do Governo uma vez que as admissões na função pública estão fechadas].	Adequação dos CVs às funções a desempenhar.	Nacional -MSS	Salários para 15 pessoas.	50% Em concurso público.	100% 15 Funcionários recrutados.	-
	Formação operacional para todo o processo inerente ao pagamento de pensões e registo de informações na segurança social.	Formação prática no local de trabalho e em simulação de situações reais a todos os funcionários (100%).	Avaliação da Formação dada aos funcionários.	Nacional -MSS		-	Início da formação prática no local de trabalho e em simulação de situações reais	1ª fase de formação concluída.
Avaliar os resultados da implementação do SAII.	Realização de estudos sobre o impacto do programa ao nível da diminuição da pobreza.	Maior conhecimento da realidade social Dados para fundamentação técnica e melhoria do programa.	Apresentação de Relatórios e estudos.	Banco Mundial. Nacional –MSS.		Análise dos resultados do Estudo do Banco Mundial.	Realização de análises complementares para testar os resultados obtidos.	Preparação de indicadores de avaliação do programa.
Melhorar procedimento no sentido de garantir maior eficiência do processo.	Realizar a Verificação e Actualização da base de dados da DNSS.	Verificação e Actualização base de dados da DNSS realizada.	Maior conformidade entre dados do STAE e Listas Pagamentos da DNSS. Nº de situações corrigidas % de diferença entre dados STAE/CENSUS e listas de pagamento.	Nacional –MSS.		Cruzamento de dados e a fixação da lista edital.	Continuação do processo pagamento.	Continuação do processo pagamento.
	Revisão do Manual de Procedimentos.	Menos reclamações/erros processuais.	% de Variação face ao ano anterior.	Nacional –MSS.		Responder às reclamações.	Submissão à Ministra do MSS para a apreciação e aprovação.	Submissão do processo de variação face ao ano anterior à DNSS.
	Desenvolvimento de Pagamentos através do Banco Móvel.	Criação de 7 unidades de pagamento móvel.	Nº de Unidades a realizar pagamentos. 100% dos pagamentos realizados por conta bancário.	Nacional –MSS.		Recolha de dados complementares.	Realização de todos os pagamentos através de conta bancária.	Continuação dos pagamentos.
Definir o modelo de gestão mais adequado para um sistema de segurança social.	Realização de encontros com responsáveis políticos, Directores, especialistas e parceiros sociais para reflexão sobre o tema.	Consenso entre todos os envolvidos para os princípios de gestão da segurança social e sua organização institucional.	Aprovação política de criação de um instituto público para a segurança social.	Nacional – MSS.			Apresentação de uma proposta fundamentada	Apresentação de um relatório a fundamentar a proposta para a criação de um

								instituto público para a segurança social.
OBJECTIVO GERAL: **Promover a cultura de Boa Governação e avaliar os riscos em todos serviços do MSS a fim de garantir a Legalidade, Regularidade e Qualidade, através de realização do programa de Inspecção e Auditoria Interna** (GIA).								
Garantir um melhor mecanismo ou sistema de contabilidade e de transparência.	Criação de política de modo a resolver os mecanismos correctivos de inspecção auditoria interna.	Os serviços de inspecção e Auditoria devem desempenhar mecanismos de acordo com a política definida.	A política aprovada e implementada.	Nacional.		Elaborados os esboço da política sobre a inspecção e Auditoria interna.	Início do processo de aprovação do esboço da política.	A política aprovada e implementada.
Garantir um ambiente de trabalho livre de todas as práticas de corrupção, conluio e nepotismo, de acordo com a lei.	Desenvolver os procedimentos de modo a resolver o sistema de gestão da Inspecção e Auditoria.	O sistema de inspecção e auditoria deve seguir os procedimentos existentes.	Preparados os procedimentos sobre a Inspecção e Auditoria.	Nacional.		Desenvolver os procedimentos sobre a investigação.	Informar os procedimentos de investigação à direcção e promover a sua respectiva implementação.	Desenvolver os procedimentos sobre Auditoria.
	Realizar inspecção e auditoria aos programas do orçamento e também aos projectos.	Os programas do orçamento e ainda os projectos devem executar de acordo com o plano político e também segundo a lei existente.	Resolvido o número de casos relatados e recomendados.	Nacional e Centros Regionais.	Realizar auditoria, inspecção e relatar os resultados obtidos sobre os programas em cada trimestre.	Realizar auditoria, inspecção e relatar os resultados obtidos sobre os programas em cada trimestre.	Realizar auditoria, inspecção e relatar os resultados obtidos sobre os programas em cada trimestre.	Realizar auditoria, inspecção e relatar os resultados obtidos sobre os programas em cada trimestre.
Reforçar a capacidade da função de inspecção e auditoria interna criada dentro do MSS de modo a garantir os serviços efectivos.	Realizar recrutamento para aumentar mais funcionários e celebrar contratos e efectuar treinos com novos funcionários da direcção.	Recrutados funcionários qualificados para as áreas de inspecção e auditoria.	Recrutado e celebrados os contratos com os funcionários incluindo respectiva formação.	Nacional.		Funcionários recrutados assinaram os seus respectivos contratos.	Realizados treinos aos funcionários.	Os funcionários desempenham as suas tarefas de acordo com os seus termos de referência.
	Providenciar as condições para os funcionários aumentar as suas capacidades existentes através de cursos ou formações profissionais.	Os funcionários adquiririam conhecimentos.	Os funcionários desempenham as suas tarefas de acordo com os seus termos de referência.	Nacional.		Funcionários participam na formação: Inspecção, Investigação e Auditoria.	Os funcionários desempenham as suas tarefas de acordo com os seus termos de referência.	Os funcionários continuam a desempenhar as suas tarefas.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento da organização e reforço Institucional.**								
Estabelecer Procedimentos para apoiar os serviços de atendimento interno a nível Nacional.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos humanos em todas Direcções.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.	Nacional.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.	Desenvolver o enquadramento para avaliar os recursos Humanos em todas Direcções.

	Administrar a Gestão dos recursos humanos como: Recrutamento, Formação, gestão salarial dos Funcionários,Alocação dos Funcionários e Avaliação seguido a política estabelecida da CFP.	Sistema interno da gestão dos recursos humanos seguido os procedimentos da CFP.	Elaborada a política interna sobre gestão Dos Recursos Humanos.	Nacional.	Elaborado o esboço da política interna sobre Gestão dos Recursos Humanos.	Lei aprovada e socializada.	Implementada a nível nacional.	Implementada a nível regional (Continuação).
		Criação de melhor base de dados a fim de controlar a colocação dos funcionários.	Estabelecido um melhor sistema de base de dados.	Nacional.		Introduz os dados dos funcionários no sistema base de dados.	Implementação sistema base de dados.	
	Criação de condições necessárias para os funcionários de modo a aumentar as suas capacidades através da realização de cursos e Formação Profissionais.	- Funcionários desempenham as suas tarefas com profissionalismo. -100 Funcionários capacitados na área técnica. -5 Funcionários participaram no programa " Intercâmbio" -2 Funcionários participaram no Estudo Comparativo na Malásia e Indonésia. -10 Funcionários participaram no programa " Pós Graduação".	% Progresso dos serviços. Números dos funcionários capacitados	Timor-Leste e Estrangeiro.	Em coordenação e Identificação dos funcionários.	Estabelecer o acordo com os candidatos	Funcionários participam na formação.	Continuação.
	Realizada a monitorização para identificar os tipos de problemas que os funcionários enfrentam a fim de melhorar os recursos humanos no MSS.	Tipos dos problemas que os funcionários enfrentam identificados.	100% Problemas ou dificuldades dos funcionários resolvidos.	Nacional e Regional.	Elaborar o formulário.	Realizada observação.		
	Introduz o sistema de revisão de desempenho conforme a recomendação CFP.	Motivar os funcionários a executar as suas funções com dedicação.	Resultado de avaliação dos funcionários.	Nacional e Regional.	Realizado o *Workshop* aos funcionários sobre o sistema de Revisão de Desempenho.	Realizado o *Workshop* aos funcionários sobre o sistema de Revisão de Desempenho.	Realizada a monitorização a fim de controlar as condições de serviço dos Funcionários.	Realizada a avaliação do desempenho dos funcionários.
	Estabelecer ' Fórum dos Recursos Humanos" para discutir os problemas que os funcionários enfrentam.	As dificuldades dos funcionários resolvidas seguindo os procedimentos justos.	Números dos problemas registados. Números dos problemas resolvidos.	Nacional.	Realizado o encontro de coordenação	Estabelecido a política interna sobre " Fórum dos Recursos Humanos.	Dificuldades dos funcionários resolvidas.	Continuação.
	Estabelecer um melhor Centro de Recursos Humanos para tratar os assuntos capacitação ou	Melhorar os conhecimentos dos funcionários a fim de desempenhar as suas	-Numero da formação e o treinamento realizados.	Nacional	Elaborado o esboço lei da política do Centro dos	Espera por aprovação.	Socialização política dos Recursos Humanos.	Finaliza actividades de socialização.

	formação dos funcionários.	funções com profissionalismo.	-Resultados serviços dos funcionários.		Recursos Humanos e submetido para apreciação do superior.			
	Desenvolver e implementar política administrativa através de preparação encontros, procedimentos, protocolos oficiais e relatório.	Funcionários desempenham as suas tarefas seguindo o manual e os procedimentos estabelecidos.	Resultado de avaliação dos serviços na Direcção Nacional seguindo o manual e os procedimentos estabelecidos.	Nacional.	Elaborado o esboço sobre política Administrativa no MSS.	Em discussão e coordenação.	Em implementação.	Continuação.
	Cria e melhorar o sistema administrativo como: Correspondência, protocolar e o sistema de atendimento.	Funcionários desempenham as suas tarefas seguindo o manual e os procedimentos estabelecidos.	Resultado de avaliação dos serviços na Direcção Nacional seguindo o manual e os procedimentos estabelecidos.	Nacional.	Elaborado o esboço manual sobre sistema Administrativo e submetido à Ministra e Director-Geral para ter apreciação.	Aguarda por aprovação.	Em implementação.	Em implementação.
	Melhorar o sistema de gestão de Arquivo (formas manual e electrónicas) a nível nacional e regional.	Fácil e rápido acesso aos dados ou documentos necessários.	% das entradas e saídas de correspondências ou documentos oficial facilitados.	Nacional.	Elaborado o esboço manual sobre sistema Arquivo e submetido à Ministra e Director-Geral para ter apreciação.	Guarda por aprovação	Implementação	Implementação.
Estabelecer procedimentos para apoiar os serviços de atendimento no MSS.	Desenvolver e implementar um melhor manual de IT com eficiência.	Sistema de IT integrado MSS. Estabelecido o manual de IT no MSS.	Estabelecida linha internet nos 6 centros regionais incluindo a criação de sistema base de dados a fim de regular os utentes ou utilizadores internet.	6 Centros Regionais.	Fase de preparação e elaboração.	Aprovado.	Implementação.	
	Realização *workshop* sobre "utilização internet como meio de comunicação social".	200 Funcionários participam na formação. (M 127 pessoas e F 73 pessoas).	Números dos funcionários capacitados.	Nacional.	Preparação do *Workshop.*	*Workshop* realizado.		
	Garantir os serviços de IT com eficácia no MSS através de recrutamento.	- 9 Funcionários de IT recrutados. -Vagas IT preenchidas. - Utilizadores recebem atendimento máximo dos técnicos IT.	Números dos técnicos recrutados. Números de vagas preenchidas.	Nacional e 6 Centros Regionais.	Preparação para procedimentos para concurso públicos.	Em concurso público.	Vagas preenchidas.	Funcionários executam as suas tarefas.
	Gestão e apoio alargado das	Sistema actualizado.	Todas direcções	Nacional e 6	Fase de	Implementação.		

	Tecnologias de Informação às funções do MSS.		têm acesso sobre os serviços no MSS.	Centros Regionais.	preparação.			
	Providenciar o sistema de comunicação no MSS em nível nacional ate regional.	Sistema de comunicação montado.	80% Das direcções têm acesso a comunicação.	6 Centros Regionais.	Realizada a monitorização dos equipamentos nos centros regionais.	Realizada a monitorização dos equipamentos nos centros regionais.	Realizada a monitorização dos equipamentos nos centros regionais.	
	Reforçar o sistema de serviço de comunicação e Publicação através de recrutamento.	Funcionários recrutados e vagas preenchidos.	Foram recrutados 2 funcionários.	Díli.	Anúncio de vaga ao público.	Processo de recrutamento.	Resultado de recrutamento.	Implementação.
	Garantir a disseminação de informação adequada ou actividades relevantes com o papel do MSS até áreas remotas.	Informação e actividades foram disseminadas através de Boletim, Brochuras Televisão, Rádio e Jornais.	Foram produzidos 3 boletins, 10 brochuras e livrinhos de lei. Publicação na televisão 4 vezes, rádio 4 vezes e jornais.	Díli.	Levantamento de dados.	Fase de produção.	Implementação.	
	Desenvolver a política sobre publicação em média.	Elaborado e aprovado	Implementado conforme os procedimentos estabelecidos.	Díli.	Elaboração.	Aprovação.	Implementação.	
Garantir o apoio logístico eficaz e eficiente a todas a unidades de trabalho do MSS a nível nacional e distrital.	Desenvolver os procedimentos (SOPS) sobre a implementação do sistema logístico conforme o decreto-lei Nº. 13/2009, artigo 14.	Fácil e efectivo acesso aos mecanismos e procedimentos dos serviços logísticos.	Preparados os procedimentos de operação padronizados.	Nacional e Regionais.	25%	25%	25%	25%
	Preparar o manual da implementação com sistema de gestão do *software* para o sistema de gestão do inventário de armazém, sistema de controlo de *stocks*, infra-estruturas e sistema de gestão de facilidades de equipamentos, gestão dos *assets* e sistema de manutenção, política sobre a amortização, transportes e o mecanismo da distribuição, sistema da distribuição dos materiais de capital e outros sistemas relevantes.	Regulamento das necessidades de todo o serviço relacionado com a logística é aplicado conforme SOP que está escrito no manual político do decreto-lei Nº. 13/2009, artigo 14.	A logística central do MSS junto com os pontos focais das Direcções, Gabinetes e Centro Regionais implementam a política, mecanismos de controlo para melhorar a gestão no MSS.	Nacional e Regionais.	25%	25%	25%	25%

Garantir a qualidade do projecto através da inspecção, monitorização e avaliação.	Reabilitação do antigo edifício do MSS.	Já finalizou a reabilitação do Edifício do MSS.	Garantir boa condição de trabalho para os funcionários a fim de melhorar a sua prestação.	Nacional	25%	25%	25%	25%
	Construção de armazém em Manatuto e Ermera	Já foi finalizado a construção de armazém.	Existem armazéns em 2 Centro Regionais (Manatuto e Ermera) e está a funcionar seguindo as necessidades.	CR. Regional Ermera e Manatuto.	25%	25%	25%	25%
	Construção do Edifício Regional de Manatuto, Manufahi e Ermera.	Já finalizou a construção do edifício regional.	Já existem 3 edifícios regionais.	CR. Regional Ermera, Manufahi e Manatuto.	25%	25%	25%	25%
		Já finalizou a construção da residência.	Já existem 6 residências regionais.		25%	25%	25%	25%
	Construção de vedação.	Já finalizou a construção de vedação para 3 Centro Regionais (Manatuto, Ermera e Manufahi).	Já existe vedação para garantir a segurança ao edifício.	Manatuto, Ermera e Manufahi.	25%	25%	25%	25%
Reforçar a política de aprovisionamento.	Sistema *FreeBalance* estabelecido no Ministério conforme os procedimentos de aprovisionamento.	Sistema *FreeBalance* e PO estabelecido.	Melhorar a gestão do MSS.	Díli.	25%	25%	25**%**	25%
	Realização de formação sobre utilização o sistema *FreeBalance* aos funcionários do Aprovisionamento.	3 Funcionários participam na formação do sistema *FreeBalance*.		Díli.	25%	25%		
Estabelecer a comissão de Aprovisionamento para tratar os contratos dos projectos de construção.	Gerir, monitorizar e fiscalizar periodicamente os projectos físicos.	Projectos terminam conforme o contrato estabelecido e o resultado do projecto tem boa qualidade.		13 Distritos.	25%	25%	25**%**	25%
	Adquiridos os equipamentos adequados no processo aprovisionamento.	Números dos equipamentos necessários adquiridos.			25%	25%	25**%**	25%

Ministério das Infra-Estruturas

O Ministério das Infra-Estruturas tem um Orçamento de 107,689 milhões de dólares para 2012.

Papel

O papel do Ministério das Infra-Estruturas, enquanto Órgão Central do Governo e instrumento estratégico para a concretização dos objectivos nacionais de desenvolvimento, engloba diversas actividades, tais como Habitações, Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações, Electricidade, Abastecimento de Água e Saneamento Básico, por todo o território de Timor-Leste.

Prioridades

O Ministério das Infra-Estruturas tem as seguintes prioridades para o ano fiscal de 2012:

Sector das Estradas e Pontes

- Preparação de desenhos técnicos de projectos para o Ano Fiscal de 2013.
- Manutenção periódica de estradas;
- Reabilitação de estradas em áreas rurais;
- Manutenção de rotina de estradas;
- Construção de pontes;
- Controlo de inundações.

Sector da Água e Electricidade:

Água

- Continuação da melhoria do abastecimento de água (produção e distribuição) em áreas urbanas;
- Construção de instalações de abastecimento de água (infra-estruturas) em áreas rurais para atingir os ODMs.

Electricidade

- Melhoria da produção e distribuição do sistema de electricidade para a população de Timor-Leste;
- Aceleração da construção de Centrais Eléctricas em Hera e Betano;
- Manutenção de rotina nas centrais eléctricas e cabos de transmissão.

Sector dos Transportes e Comunicações

- Melhoria das instalações relativas a transportes terrestres, marítimos e aéreos, a fim de aumentar a sua segurança e eficiência;
- Melhoria da instalação de redes de comunicação no território e garantia de acesso por correio e pela internet.

Habitação e Planeamento Urbano

- Preparação de legislação para código de construção;
- Preparação de Plano Espacial urbano para Díli e Baucau.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério das Infra-Estruturas ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**187,149**	**92,138**	**107,689**	**111,997**	**116,476**	**121,135**	**125,981**
Recorrentes	**14,726**	**60,991**	**103,913**	**108,070**	**112,392**	**116,888**	**121,564**
Salários e Vencimentos	4,509	4,611	5,963	6,202	6,450	6,708	6,976
Bens e Serviços	10,217	55,435	97,850	101,764	105,835	110,068	114,471
Transferências Públicas	-	945	100	104	108	112	117
Capital	**172,423**	**31,147**	**3,776**	**3,927**	**4,084**	**4,247**	**4,417**
Capital Minor	12,262	1,364	699	727	756	786	818
Capital Desenvolvimento	160,161	29,783	3,077	3,200	3,328	3,461	3,599
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**35,443**	**32,549**	**34,772**	**24,224**	**11,123**	**-**
Recorrentes	-	21,938	18,592	14,348	7,026	4,087	-
Capital	-	13,505	13,957	20,424	17,198	7,036	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**187,149**	**127,581**	**140,238**	**146,769**	**140,700**	**132,258**	**125,981**
Recorrentes	14,726	82,929	122,505	122,418	119,418	120,975	121,564
Capital	172,423	44,652	17,733	24,351	21,282	11,283	4,417

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DAS INFRA-ESTRUTURAS

OBJECTIVO GERAL: **Manter a condição da superfície de estradas para o acesso rodoviário** (pela Direcção Nacional de Estradas).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Assegurar e recuperar a condição de estradas periodicamente.	Serviços de manutenção de rotina periódica de estradas e resposta rápida a emergências.	- 1250.00 Quilómetros de estradas conservadas periodicamente**.** - 7.90 Quilómetros de estradas conservadas periodicamente. - Percentagem de estradas recuperadas (em que 30% dos trabalhadores são mulheres.)	Maior segurança dos utentes de tráfego.	13 Distritos.	312.50 Quilómetros de estradas nacionais, regionais e rurais conservadas periodicamente. Acordo nos contractos. Número de sítios identificados e o início de obras.	312.50 Quilómetros de estradas nacionais, regionais e rurais conservadas periodicamente 30% Dos 27.90 quilómetros de estradas conservadas. Implementação física atinge 50%.	312.50 Quilómetros de estradas nacionais, regionais e rurais conservadas periodicamente. 30% Dos 27.90 quilómetros de estradas conservadas. Implementação física atinge 75%.	312.50 Quilómetros de estradas nacionais, regionais e rurais conservadas periodicamente. 40% Dos 27.90 quilómetros de estradas conservadas. Implementação física atinge 50%.
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a rede rodoviária para suportar os movimentos da população para o desenvolvimento na vida social e económica em Timor-Leste.**								
Assegurar a condição da estrutura das estradas nacionais, regionais, rurais e urbanas.	Serviços de reabilitação das estradas nacionais, regionais, rurais e urbanas.	38.27 Quilómetros de estrada nacional e estrada regional reabilitados (em que 30% dos trabalhadores são mulheres.)	Maior segurança dos utentes de tráfego.	5 Regiões.	Acordo dos contractos.	30% Dos 23.26 quilómetros de estradas nacionais e regionais reabilitadas.	30% Dos 23.26 quilómetros de estradas nacionais e regionais reabilitadas.	40% Dos 23.26 quilómetros de estradas nacionais e regionais reabilitadas.
		200.00 Quilómetros de estradas urbanas reabilitadas.	Maior segurança dos utentes de tráfego.	13 Distritos.	Acordo dos contractos.	30% Dos 200 quilómetros de estrada rural reabilitados.	30% Dos 200 quilómetros de estrada rural reabilitados.	40% Dos 200 quilómetros de estrada rural reabilitados.
		13.95 Quilómetros de estradas urbanas reabilitadas.	Maior segurança dos utentes de tráfego.	Díli.	Acordo dos contractos.	30% Dos 15 quilómetros de estrada urbana reabilitados.	30% Dos 13.95 quilómetros de estrada urbana reabilitados.	40% Dos 13.95 quilómetros de estrada urbana reabilitados.
Assegurar a boa condição dos canais de drenagem.	Serviços de reabilitação dos canais de drenagem na cidade de Díli.	Percentagem de drenagem reabilitada (em que 30% dos trabalhadores são mulheres.)	Para proteger a estrutura das estradas.	Díli.	Acordo dos contractos.	30% Da drenagem reabilitada.	40% Da drenagem reabilitada.	30% Da drenagem reabilitada.
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecer a ligação da rede rodoviária para suportar os movimentos da população para o desenvolvimento na vida social e económica em Timor-Leste.**								
Assegura a boa condição da estrutura das pontes incluindo a sua construção.	Serviços da construção de pontes.	Continuação da construção de 6 pontes e nova construção de 1 ponte (em que 30% dos trabalhadores	Pontes construídas.	Oecússi, Suai, Viqueque, Lospalos e Díli.	25% Dos projectos de pontes construídos.	25% Dos projectos de pontes construídos.	25% Dos projectos de pontes construídos.	25% Dos projectos de pontes construídos.

		são mulheres.)						
	Serviços da reabilitação de pontes.	Percentagem das pontes reabilitadas.	Maior segurança dos utentes de tráfego.	13 Distritos.	Acordo dos contractos.	30% De pontes reabilitadas.	30% De pontes reabilitadas.	40% De pontes reabilitadas.
OBJECTIVO GERAL: **Tomar medidas preventivas ao controlo de cheias e erosão e prevenir estragos nas infra-estruturas físicas das propriedades económicas.**								
Controlar as inundações e prevenir estragos causadas pelo transbordo das ribeiras.	Serviços de controlo de cheias para proteger as infra-estruturas físicas e propriedades.	Percentagem do muro de contenção de águas construídas (em que 30% dos trabalhadores são mulheres).	Muro de contenção de águas em 30 ribeiras construídos e protegidos.	13 Distritos.	Acordo dos contractos.	50% Muro de contenção de águas em 30 ribeiras construídos e protegidos.	75% Muro de contenção de águas em 30 ribeiras construídos e protegidos.	100% Muro de contenção de águas em 30 ribeiras construídos e protegidos.
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecer a estandardização e regulamentos da edificação** (pela Direcção Nacional de Edificações).								
Estabelecer a estandardização e regulamentos da edificação.	Elevar a capacidade e atribuir competências à Direcção Nacional de Edificações, a fim de implementar o código da construção e regulamentos de construção.	Planeamento dos espaços a fim de assegurar o desenvolvimento justo e sustentável da construção de edificações. Desenvolver a Lei de Edificações.	Desenvolvimento de um plano de edificação e construção sustentável. Cidade moderna que reflecte a identidade única de Timor-Leste.	13 Distritos.	100% Executado.			
OBJECTIVO GERAL: **Assistir o desenvolvimento e implementação dos códigos e estandardização técnicos através do fornecimento de serviços essenciais de teste de materiais de construção para todos os projectos de infra-estruturas (**DNPD).								
Assegurar e desenvolver a capacidade na operação de equipamentos do laboratório e controlar a qualidade da construção de todos os projectos das Infra-Estruturas.	Desenvolver a capacidade dos funcionários técnicos (M/H) do laboratório.	90% Realizados e desenvolvidos.	90% Dos testes materiais laboratoriais realizados	Laboratório Nacional e Regional.	25%	25%	25%	25%
	Suportar e realizar treinamento no uso de equipamento.	Trabalho de construção física de maior qualidade.	Assegurar, garantir e controlar a qualidade de todos os projectos de construção.	Laboratório Nacional e Regional.	25%	25%	25%	25%
	Realizar teste de materiais como terra, pedra, areia e asfalto no laboratório e no terreno.		80% Dos testes realizados.	Laboratório Nacional e Regional.	25%	25%	25%	25%
	Realizar investigação, inspecção e controlo de qualidade a todos os projectos da construção.		50% Da investigação realizada junto dos projectos de construção.	Laboratório Nacional e Regional.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Programa de Informação e Comunicação de Tecnologia** (ICT).								
Estabelecer o Programa Nacional de Conectividade. (*National Connectivity Program*).	Estabelecimento das Infra-Estruturas de ICT nos escritórios governamentais em Díli, nos restantes 12	Fornecer boa comunicação entre as agências governamentais incluindo: -Todos ministérios, incluindo Defesa e	Rede do Governo cobre todo o território de Timor-Leste.	Escritórios governamentais em Díli, restantes 12 distritos e fronteira.		100% Executado.		

	distritos e fronteiras.	Segurança também departamentos policiais. - Interligação com a rede do governo existente. - Conectividade à rede internacional. - Conectividade da Fibra óptica com *switch* principal da Fibra Óptica da EDTL. - Expansão de banda 20 Mbit/s para 50 Mbit/s. - Compatibilidades de assuntos com outras redes no futuro.						
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar os Serviços Nacionais de Meteorologia e Geofísica** (DNMG).								
Manutenção do parque dos instrumentos meteorológicos.	Para melhoria das condições dos equipamentos.	Para suportar o bom funcionamento dos instrumentos meteorológicos.	Manutenção de 2 parques de instrumentos meteorológicos	Estação Meteorológica de Díli e Baucau.		100% Executado.		
OBJECTIVO GERAL: **Normalização do sistema de transportes terrestres ao alcance de todos os utentes (M/H)** (pela Direcção Nacional de Transportes Terrestres).								
Criação de facilidades para a boa gestão de serviços da Direcção Nacional de Transportes Terrestres a nível nacional e distrital.	Montagem de energia solar nos semáforos e aumento do número semáforos (no lado direito da estrada).	Semáforos funcionam sem impedimentos mesmo quando houver corte de electricidade, a fim de evitar acidentes.	Energia solar montada nos semáforos e instalação de mais semáforos no lado direito da estrada.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Edificação de 500 sinais de trânsito e 15 sinais de espelho côncavo.	Ruas da cidade de Díli e distritos têm sinais de trânsito e sinais visíveis para prevenir acidentes.	Sinais de trânsito e sinais visíveis edificados.	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Edificação e Montagem de Balança de Veículos (Jembatan *Timbang*).	Obter facilidades de balança de veículos para controlar o excesso do peso de veículos.	Balança de veículos montada.	Díli.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Promover a melhoria da qualidade dos serviços postais prestados.**								
Manter a continuidade da rede de encaminhamento do correio internacional.	Distribuição de malas do correio internacional (correio *outbound* e *inbound*).	Distribuição de malas do correio internacional com destino a Lisboa, Europa, América, África, e Médio Oriente, e ainda Austrália incluindo Ilhas do Pacífico, Singapura, Indonésia e toda a restante Ásia.	Número das comunidades internacionais e nacionais com acesso aos serviços postais.	Europa, América, África, e Médio Oriente, e ainda Austrália incluindo Ilhas do Pacífico, Singapura, Indonésia e toda a restante Ásia.		100%	100%	100%
Manter a continuidade da rede de encaminhamento do correio nacional.	Distribuição do correio nacional.	Distribuição do correio em todo o território nacional.	Números da população nos distritos, subdistritos com acesso aos serviços postais.	13 Distritos.	100%	100%	100%	100%

Expansão da rede de distribuição do correio nacional.	Distribuição de correio domiciliário.	Distribuição aos grandes clientes do território nacional.	Grandes empresas, Departamentos do Governo e as comunidades.	DIL-MTT-BCU BCU-VIQ-LPS	100%	100%	100%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Fortalecer as actividades de apoio ao serviço público através do IGE.**								
Melhorar e facilitar a mobilidade dos equipamentos pesados.	Estabelecimento do ofício de Brigadas.	O funcionamento do ofício de 5 diferentes brigadas.	Fácil acesso de assistência dos equipamentos pesados ao serviço público.	Baucau, Natarbora, Aituto, Maliana e Oecússi.	20% Implementado.	80% Implementado.		
Manutenção e reparação de equipamentos, outros materiais e facilidades.	Manutenção de rotina, periódica e reparação de equipamentos, outros materiais e facilidades do IGE.	Equipamentos, materiais e facilidades em plenas condições e prontos para utilização quando necessário.	Número de equipamentos, materiais e facilidades em boas condições.	Díli.	50% Implementado.	50% Implementado.		
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar às normas de segurança, movimentos de voos, serviços aos passageiros conforme estandardização ICAO e estimular o interesse dos investidores para investir no sector aéreo.**								
Reabilitação das infra-estruturas.	Reabilitação de Estacionamento de Aviões.	Boa condição do estacionamento de Aviões.	Favorável ao estacionamento.	Aeroporto IPNL.		10%	60%	30 %
	Reconstrução da vedação na área do Aeroporto.	Vedação em volta da área do Aeroporto.	Evitar o acesso ilegal ao Aeroporto.	Aeroporto IPNL.	10%	40 %	40%	10 %
	Reabilitação do edifício de VOR.	Assegurar as necessárias facilidades de VOR.	Dar acesso ao movimento dos aviões.	Aeroporto IPNL.			90%	10 %
	Reabilitação da Divisão do Simulador.	Uma divisão para Atracção das Aeronaves.	Simulação de rotina das Aeronaves.	Aeroporto IPNL.			90%	10 %
Extensão das Pistas do Aeroporto.	Extensão das Pistas da parte Leste até ao Rio de Comoro.	Cumprir o padrão para pouso de aeronaves de grande porte.	Aviões de grande porte com liberdade de movimento.	Aeroporto IPNL.	10%	20%	60%	10 %
OBJECTIVO GERAL**: Desenvolvimento dos serviços de atendimento no Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.**								
Melhoramento dos serviços de operações aeroportuárias.	Instalação de CCTV.	Pacote CCTV para controlar o movimento dos passageiros e viaturas que circulam nas áreas restritas.	Assegurar a boa condição e movimento nas áreas de partida e chegada, VIP, *checking*, lado terra e lado ar.	Aeroporto IPNL.		100%		

	Instalação do sistema *Flight Information Services.*	12 Aparelhos de televisão de 34 polegadas para fornecer a informação aos passageiros sobre voos incluindo publicidade.	Facilitar informação dos voos aos passageiros, obtendo aumento de receitas.	Aeroporto IPNL.		100%		
Melhoramento das infra-estruturas do Aeroporto.	Reabilitação geral do Edifício do Aeroporto.	Um armazém para gerador, armazém de materiais de socorros e armazém para serviços de manutenção.	Para conservação e segurança de materiais e melhores condições para a execução de serviços.	Aeroporto IPNL.			100%.	
OBJECTIVO GERAL: **Melhoria da qualidade de gestão, administração e finanças do Aportil.**								
Reabilitação do Edifício do Terminal de Passageiros do Porto de Díli.	Manter a boa condição do Edifício.	Assegurar as boas condições do Porto.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Reabilitação dos armazéns cobertos do Porto de Díli.	Assegurar a armazenagem das cargas.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Cobertura do cais acostável.	Assegurar as operações portuárias.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Pavimentação dos armazéns de contentores.	Assegurar o armazenamento dos contentores.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Reabilitação da vedação do Porto de Díli.	Assegurar as instalações portuárias.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
	Manutenção regular das instalações portuárias.	Manter sempre em boas condições as instalações portuárias.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Porto de Díli.	25%.	25%.	25%.	25%.
OBJECTIVO GERAL: **Melhoramento dos serviços de transportes marítimos** (DNTM).								
Início da coordenação e dos processos para o desenvolvimento.	Construção do Edifício da DNTM.	Aumento das infra-estruturas da DNTM.	Percentagem do desenvolvimento das obras.	Díli.	15%	25%	25%	
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e garantir a gestão dos recursos de água nacionais em Timor-Leste** (DNGRA).								
Responsabilidades da Hidrologia do Distritos são realizadas.	Aumento de 40 pessoas (39 nos Distritos, subdistritos e Sucos 1 a nível nacional) (30% dos funcionários serão mulheres.)	Desenvolver e organizar as actividades no Departamento de Hidrologia. Obter informação autêntica sobre o potencial de água da chuva e dos rios.	O Departamento de Hidrologia cumpre o seu plano de trabalho de acordo com a elaboração de relatórios sobre a precipitação e vazão do rio.	DNGRA.	25%	25%	25%	25%
Identificação e avaliação das fontes de água.	Identificação de recursos de água	Desenvolvimento de base de dados e de um sistema	Banco de dados em fase de	Distrito, subdistritos e	25%	25%	25%	25%

	continua durante todo o ano.	para fornecer informações para o desenvolvimento nacional (em articulação com os ministério relevantes).	desenvolvimento. Relatórios elaborados.	Sucos.				
Protecção das captações de águas subterrâneas para melhorar a vida das comunidades.	Actividades de protecção captação de segmentação de riscos para as áreas do planalto como: Loihuno, Darasula, Galu Sepulu Be mos (Comoro) e Maucatar.	Melhoria dos recursos hídricos locais através da protecção de nascentes e de gestão e melhorar o acesso a água durante todo ano.	As actividades do projecto realizadas com elevada qualidade.	Distrito, subdistritos e Sucos.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL**: G arantir o fornecimento de electricidade em Timor-Leste** (EDTL).								
Expansão Comercial (Medição nos Distritos).	Aquisição e instalação de 15 mil contadores pré-pagos (2 anos de projecto - 15.000 em 2012 e 15.000 em 2013).	Continuar a promover o conceito de usuário que paga pelo serviço prestado e melhorar a cobrança de receitas em todos os Distritos.	Usuários pagam pelo bom serviço prestado.	Distritos.	25%	25%	25%	25%
Manutenção e Reabilitação dos Geradores de Comoro.	Aumento da eficiência do consumo energético e aumentar a fiabilidade do serviço prestado pela EDTL.	Aumentar a fiabilidade do serviço e satisfazer as expectativas de satisfação do cliente. Garantir o fornecimento contínuo de energia, minimizando o tempo de interrupções de energia em Díli.	Manutenção realizada para Niigata 2 e motores Caterpillar de acordo com as especificações do fabricante.	Central Díli.	10%	35%	55%	
Manutenção e Reabilitação dos Geradores nos distritos e subdistritos.	Aumento da eficiência do consumo energético e aumentar a fiabilidade do serviço prestado pela EDTL nos Distritos.	Aumentar a fiabilidade do serviço e satisfazer as expectativas satisfação dos clientes distritais e subdistritos. Garantir o fornecimento contínuo de energia para os distritos e subdistritos, minimizando o tempo de interrupções de energia.	Manutenção realizada nos geradores instalados em todos os distritos e subdistritos para garantir o fornecimento de energia.	Central, Distritos e Subdistritos.	10%	25%	65%	
Manutenção de Central de 24 MW.	Aumento da eficiência do consumo energético e aumentar a fiabilidade do serviço prestado pela EDTL.	Aumentar a fiabilidade do serviço e satisfazer as expectativas de satisfação do cliente. Garantir o fornecimento contínuo de energia, minimizando o tempo de interrupções de energia em Díli.	Manutenção realizada a central de produção de 24 MW de acordo com as especificações do fabricante.	Díli.	10%	40%	50%	
Programa de ligação e manutenção de linhas de média tensão e linhas de	Aumentar e facultar ao departamento de distribuição da EDTL	- Facultar o Departamento de Distribuição da EDTL com a capacidade de	Melhorar a capacidade de resposta da EDTL	Distritos e subdistritos.	25%	25%	25%	25%

baixa tensão para os grandes projectos e principais clientes.	os meios apropriados para responder ao crescimento da procura de serviços de clientes para projectos especiais, grande projectos e principais clientes.	manutenção de linhas e clientes já conectados à rede. - Novas conexões para clientes *Key Accounts*, grandes projectos para a linha de rede de distribuição nacional garantindo um processo mais rápido e eficiente.	para prestar um nível de serviço melhor e mais rápido a projectos e clientes *Key Accounts.* Resposta ao aumento da procura de serviço.					
Manutenção da linha de distribuição existente em Díli e expansão prevista para 2012.	Manutenção e ampliação do sistema existente.	- Actualização dos componentes dos transformadores e LV. - Reabilitação dos pólos existentes e anexos. - Instalar meio de isolamento do circuito de MT.	A fiabilidade do fornecimento de energia para os moradores de Díli, minimizando as interrupções de serviço e aumentando a segurança pública.	Díli	0%	30%	30%	40%
	Manutenção e actualização de postes e demais equipamentos de distribuição já existentes em 12 distritos. Programa financiado pelo Banco Mundial, o qual financiou a compra dos materiais que são agora necessários implementar.	Substituição dos "X-Arms, conectores e cablagens. Serviços de actualização para lidar com cargas crescentes de todos os novos distritos. Aquisição de Materiais Financiada pelo Programa do Banco Mundial.	Criar um serviço mais fiável aos clientes finais em todos os distritos, minimizando interrupções.	Distritos e subdistritos EDTL.	0%	33%	33%	34%
OBJECTIVO GERAL: **Fornecer água potável à comunidade de Timor-Leste enquadrada num ambiente sustentável para reduzir a pobreza, cuidar da saúde pública e aumentar a potencialidade económica de Timor-Leste** (DNSAS).								
Promover as informações sobre uso de água para comunidade nas áreas rurais e áreas urbanas.	Implementação do abastecimento e distribuição de água.	100% Abastecimento e distribuição de água nos Sucos e Aldeias realizado.	195 Sistema de água nas áreas rurais.	65 Subdistritos.	48 Sistemas finalizados.	48 Sistemas finalizados.	48 Sistemas finalizados.	48 Sistemas finalizados.
Desenvolvimento das infra-estruturas.	Construção do edifício da DNSAS.	75% Progresso da construção.	1 Edifício construído.	DNSA Díli.	Trabalhos atingem 20%.	Trabalhos atingem 20%.	Trabalhos atingem 20%.	Trabalhos atingem 15%.
	Construção do edifício da SAS nos Distritos e Armazém.	100% Progresso da construção.	5 Edifícios construídos no Distrito de Lautem, Viqueque, Baucau, Ainaro, Oecússi.	5 Distritos.	Trabalhos atingem 25%.	Trabalhos atingem 25%.	Trabalhos atingem 25%.	Trabalhos atingem 25%.
	Survey/identificação aos consumidores (M/H).	100 % Dos consumidores (M/H) identificados.	10 Zonas.	Díli.	*Survey* na Zona 3 Completo.	*Survey* na Zona 3 Completo.	*Survey* na Zona 3 Completo.	*Survey* na Zona 3 Completo.
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecimento de saneamento sustentável para melhorar as condições de saneamento básico nas comunidades de Timor-Leste.**								

Promover o saneamento nas comunidades das áreas rurais e urbanas.	Implementação dos serviços de saneamento e socialização sobre latrinas para habitações vulneráveis.	100% De latrinas construídas nas comunidades em áreas rurais.	15,000 Latrinas em habitações vulneráveis construídas.	13 Distritos.	3,750 Latrinas construídas.	3,750 Latrinas construídas.	3,750 Latrinas construídas.	3,750 Latrinas construídas.
	Implementação dos serviços de saneamento nas lavandarias públicas.	100% Da construção de lavandarias públicas nas Capitais de Distrito.	4 Lavandarias Públicas em 4 Distritos.	Distrito Ermera, Lautem, Baucau e Liquiça.	1 Lavandaria construída.	1 Lavandaria construída.	1 Lavandaria construída.	1 Lavandaria construída.
	Reabilitação de ETARs.	100 % De ETARs reabilitadas.	100% Da reabilitação concluída.	Distritos de Aileu, Baucau e Bobonaro, Same, Ainaro, Aileu, Oecússi e Suai.	10% Progresso das actividades.	50% Progresso das actividades.	80% Progresso das actividades.	100% Progresso das actividades.
OBJECTIVO GERAL: **Aumentar a capacidade dos Recursos Humanos (M/H), fortificar o controlo dos bens do Ministério, melhorar os serviços do planeamento, fortalecer a gestão do processo de aprovisionamento, consolidar sistema de gestão e controlo da execução orçamental e desenvolver a rede de disseminação das informações integradas a nível ministerial e ao público** (DGSC).								
Capacitação dos Recursos Humanos (M/H).	Treinamento de Liderança para os Directores e Chefias do Aprovisionamento, Planeamento, Finanças, Recursos Humanos, e Gerentes Seniores (M/H).	Melhoria da gestão de competências.	Boa qualidade de trabalho e desempenho profissional.	Timor-Leste, Indonésia e Filipinas.			50%	50%
	Curso de Língua Inglesa e Portuguesa e Curso de gestão de recursos humanos (M/H).	30% De técnicos (M/H) com mais competências técnicas.	101 Funcionários (M/H) formados.	Díli, Indonésia, etc.	50%	25%	25%	
	Treinamento na área do Planeamento e finanças.	Pontos focais do Planeamento e Finanças (M/H).	Para responder às necessidades na área do planeamento e finanças (30% são mulheres.)	Indonésia.	25%	50%	25%	
	Treinamento em tratamento de imagem e protocolo.	Funcionários da Comunicação Social (M/H).	Para responder às necessidades na área da Comunicação Social (30% são mulheres).	Indonésia.	25%	25%	50%	
	Treinamento na área da Administração e Gestão.	Funcionários (M/H) da Administração da DGSC.	6 Funcionários (M/H) do DGSC (50% são mulheres).	Díli.	50%	25%	25%	
	Treinamento em resolução de conflitos e tomadas de decisão.	Todos os Directores e Chefes de Departamento do Ministério (M/H).	Elevar a capacidade de liderança e mediação de conflitos.	Indonésia.	50%	25%	25%	
	Treinamento na área	3 Funcionários do	Para responder às	Indonésia.	50%	25%	25%	

	da logística, gestão, distribuição, estratégia e implementação.	Património (M/H).	necessidades dos serviços.					
	Treinamento na área do planeamento estratégico.	5 Funcionários (M/H) do DGSC.	Para responder às necessidades dos serviços.	Indonésia.	50 %	25%	25%	
	Treinamento em orçamento.	5 Funcionários (M/H) do DGSC.	Para responder às necessidades dos serviços.	Indonésia.	50 %	25%	25%	
	Treinamento em gestão do orçamento, controlo e auditoria interna, contabilidade básica, técnica de escrita e preparação das folhas dos serviços de auditoria.	20 Funcionários (M/H) das Finanças do DGSC (30% dos funcionários formados são mulheres.)	Para responder às necessidades dos serviços.	Indonésia.	50 %	25%	25%	
Realização de seminários e *workshops*.	Seminários e *workshops* de preparação do Plano de Acção Anual do Ministério para 2013.	Todos os Directores e Chefes de Departamento da DGSC (M/H).	Para preparar o PAA de acordo com as necessidades e prioridades definidas.	Díli.	50 %	25%	25%	
	Seminário de disseminação das Leis da função pública.	100% Dos funcionários informados sobre as leis.	1.400 Funcionários informados (M/H).	Díli e Distritos.	25%	25%	25%	25%
	Seminários sobre *Efective Report Writing.*	Três funcionários (M/H) frequentam o seminário.	3 Funcionários capacitados (1M)	Díli.	25%	25%	25%	25%
	Seminários sobre *Audit Report Writing.*	Cinco funcionários das Finanças (M/H) frequentam o seminário.	5 Funcionários capacitados (1M)	Díli e Indonésia.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecer o planeamento urbano e sectorial a nível nacional e distrital** (Plano Urbano).								
Preparar a legislação do plano espacial urbanístico.	Legislação Nacional de Ordenamento do Território.	Reforçar o Plano espacial presente e no futuro.	Plano espacial finalizado.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Planeamento Nacional Espacial (*National Spacial Planning*).	Prever planeamento espacial urbanístico para todo o território.	Fornecer orientação para o plano espacial territorial.	Definir sectores potenciais para o desenvolvimento e plano nacional das linhas rodoviárias.	Díli.	25%	25%	25%	25%
Plano de Urbanização de Díli, Maliana e Baucau.	Rever o plano mestre da urbanização de Díli, Maliana e Baucau.	Obter um plano mestre para o desenvolvimento da cidade de Díli, Maliana e Baucau.	Determinar áreas residenciais, áreas industriais, áreas comerciais e linhas rodoviárias.	Díli, Maliana e Baucau.	25%	25%	25%	25%

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria tem um Orçamento de 18,494 milhões de dólares para 2012.

Papel

O papel do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria é executar o programa do IV Governo Constitucional de acordo com as políticas definidas e aprovadas pelo Conselho dos Ministros, para as áreas do turismo, e actividades económicas comerciais e industriais.

Missão

A missão do MTCI é promover e desenvolver uma economia estável, baseada na produção e produtividade, garantindo o bem-estar do povo de Timor-Leste; prever as políticas para o desenvolvimento do Turismo, Comércio e Indústria, como mecanismos de importância crucial na redução da pobreza e do desemprego, contribuindo para a estabilidade social e política no país; incentivar e apoiar o sector privado no crescimento de negócios, no aumento do nível de competitividade, na capacidade de actuar numa economia globalizada e no reforço das nossas capacidades comerciais, industriais e turísticas.

De acordo com as políticas do IV Governo Constitucional, o Ministério do Turismo Comércio e Indústria está empenhado em promover e desenvolver as referidas áreas da sua tutela no próximo ano de 2012, colocando em destaque as actividades prioritárias, principalmente no que diz respeito ao preenchimento da nova estrutura que se encontra já em andamento, a promoção e *marketing* dos produtos locais, manutenção do *stock* de reservas nacionais alimentares, bem como a realização dos eventos principais. É nesta perspectiva que se elabora o plano do orçamento deste Ministério que, de modo objectivo e realista, irá apoiar o financiamento das suas actividades no ano de 2012.

Prioridades

- Segurança Alimentar: assegurar a reserva do *stock* nacional alimentar (arroz e milho) adaptando medidas preventivas para enfrentar e prevenir possíveis crises alimentares.
- Desenvolvimento Rural: incentivar e promover a compra dos produtos locais, incentivar a produção dos pequenas agricultores e criar facilidades e meios para o escoamento dos seus produtos agrícolas construindo infra-estruturas de mercados.
- Comemorações dos eventos nacionais:
    a) Comemoração dos dias nacionais (20 de Maio, 10º Aniversário da Restauração da Independência de Timor-Leste; 30 de Agosto, Celebração do Referendo; e Centenário de Dom Boaventura; 28 de Novembro, Proclamação de Independência de Timor-Leste; e 500 anos da Descoberta da ilha de Timor pelos Portugueses).
    b) Promover Timor-Leste enquanto destino turístico.

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério do Turismo, Comercio e Industria ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**53,398**	**25,209**	**18,494**	**19,234**	**20,003**	**20,803**	**21,635**
Recorrentes	**44,004**	**22,916**	**17,699**	**18,407**	**19,143**	**19,909**	**20,705**
Salários e Vencimentos	809	916	1,365	1,420	1,476	1,535	1,597
Bens e Serviços	42,223	20,400	14,784	15,375	15,990	16,630	17,295
Transferências Públicas	971	1,600	1,550	1,612	1,676	1,744	1,813
Capital	**9,394**	**2,293**	**795**	**827**	**860**	**894**	**930**
Capital Minor	2,222	653	481	500	520	541	563
Capital Desenvolvimento	7,172	1,640	314	327	340	353	367
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**374**	**8,690**	**8,508**	**4,344**	**13,159**	**-**
Recorrentes	-	374	8,690	8,508	4,344	13,159	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**53,398**	**25,583**	**27,184**	**27,742**	**24,347**	**33,962**	**21,635**
Recorrentes	44,004	23,290	26,389	26,915	23,487	33,068	20,705
Capital	9,394	2,293	795	827	860	894	930

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

OBJECTIVO GERAL: **Consolidar a coordenação dos serviços corporativos** (pela Direcção-geral dos Serviços Corporativos).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Reajustar a Estrutura Orgânica do MTCI de acordo com a nova Lei Orgânica.	Recrutamento, selecção e formação geral de funcionários (M/H) sob a tutela da Direcção-geral dos Serviços Corporativos.	Aumento de 85 novos funcionários (35% do sexo feminino) para preencher a nova estrutura.	Prestação de serviços mais eficiente e efectiva.	Díli e 5 Direcções Regionais.	25%	50%	75%	100%
	Formação específica de 20 funcionários (M/H) sob tutela das Direcções Regionais.	Formação concluída até ao fim do ano.	Melhor prestação de serviços nas Direcções Regionais.	Díli e 5 Direcções Regionais.	25%	50%	75%	100%
Manter as cooperações bilaterais.	Implementação de Acordos Bilaterais entre Timor-Leste e Indonésia, Austrália, Portugal e Cuba.	Realização de MOUs bilaterais, regionais e multilaterais.	Aumento das cooperações bilaterais.	Ásia, Austrália, Europa, África e América.	Contactar e negociar a assistência técnica com Indonésia e Austrália, na área do Turismo, Comércio, Indústria e Segurança Alimentar.	Estabelecer MOUs com Indonésia e Austrália. Contactar e negociar assistência técnica nas diversas áreas do MTCI com países CPLP e Cuba.	Estabelecer MOUs com países da CPLP e Cuba.	Desenvolver a 100% as cooperações bilaterais.
Negociações e protocolos com países parceiros nas áreas do turismo, comércio e indústria.	Estabelecimento de acordos com países parceiros nas áreas de Turismo, Comércio e Indústria e Segurança Alimentar.							
OBJECTIVO GERAL: **Expandir a missão do Ministério até aos Distritos** (pela Direcção-geral dos Serviços Corporativos).								
Regionalizar e desconcentrar os serviços do MTCI.	Prestação de serviços eficientes e transparentes às populações dos Distritos.	Serviços regionais do MTCI descentralizados.	Aumento do número de utentes utilizando os serviços regionais.	3 Regiões (Same, Baucau e Maliana).	Coordenação análise e estudos (25%).	Preparação e Execução (50%).	Execução. (75%).	Conclusão (100%).
		Implementação dos edifícios para o bom desempenho dos serviços.						
		Licenças Nacionais emitidas para os pequenos Empresários (M/H) oriundos das regiões.						

OBJECTIVO GERAL: **Fornecer dados, informações e estudos às diversas Direcções Gerais e Regionais do MTCI** (pela Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento).								
Estabelecer a base de dados do turismo, comércio e indústria.	Recolha e análise de dados turísticos, comércio e indústria.	Informações elaboradas sobre as potencialidades de Praias, Locais Históricos, Culturais e Religiosos, zonas industriais e preços unitários.	Existência de relevantes informações sobre as potencialidades turísticas, comerciais e industriais em Timor-Leste.	13 Distritos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Assessoria Técnica.	Prestar serviços de Assessoria no domínio da estatística e tecnologia.	Aumentar a qualidade de prestação de serviços da Direcção.	Publicação de dados, informações e estudos.	DNPD-MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Estudo de viabilidade nas áreas do comércio e indústria.	Estudo de viabilidade da zona franca económica de Ataúro e Oecússi	Relatório e respectivas recomendações	Criação de zonas económicas	Ataúro e Oecússi.	Coordenação *consultan*t e preparação (25%)	Implementação atinge 50%.	Implementação atinge 75%.	Relatório e recomendações atingem 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Promover uma eficiente Administração e dos Recursos Humanos (M/H) do Ministério** (pela Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos e Materiais).								
Aperfeiçoar as qualidades profissionais dos funcionários (M/H).	Capacitação na área do Comércio Internacional, Comercio Doméstico e Estatística.	6 Funcionários (M/H) especializados nas respectivas áreas.	Aumento e melhoria da prestação de serviços das Direcções.	Indonésia, Timor-Leste e Austrália.	3 Funcionários (M/H) participam no curso de normas do Comércio Internacional.	3 Funcionários (M/H) participam no curso de Estatística.	3 Funcionários (M/H) participam no curso de política do comércio interno.	9 Funcionários (M/H) especializados nas respectivas áreas.
	Curso de Metrologia, Estandardização e Indústria Metalúrgica.	2 Funcionários (M/H) frequentam o curso de Metrologia e Estandardização 2 Funcionários frequentam o curso de Metalúrgica.	Aumento da prestação de serviços da Inspecção.	Indonésia.	2 Funcionários (M/H) participam e concluem o curso de Metrologia e Estandardização.		2 Funcionários participam e concluem o curso de Metalúrgica.	
Elevar a capacidade dos agentes de inspecção e fiscalização (M/H).	Realizar Acções de Formação Profissional, bem como, visitas de estudo e/ou estudos comparativos.	Capacitar 20 agentes (M/H) de Inspecção, Fiscalização e Monitorização. Capacitar 3 agentes (M/H) de Inspecção de Calibração e Estandardização.	Aumentar a capacidade profissional dos funcionários (M/H).	Portugal, Indonésia e Timor-Leste.	Preparativos.	3 Agentes (M/H) Inspectores formados em Calibração e Estandardização.	20 Agentes (M/H) formados em Inspecção, Fiscalização e Monitorização.	
	Curta formação em auditoria e inspecção de jogos.	Capacitar 5 agentes (M/H) de Inspecção de jogos.	Melhorar o desempenho do serviço.	Macau, Malásia e Portugal.	Preparativos.	5 Agentes (M/H) de Inspecção de jogos formados.		
	Formação técnica e profissional em gestão financeira e contabilidade.	Capacitar 10 Funcionários (M/H) com habilitações em gestão financeira e contabilidade.	Funcionários (M/H) concluem com aproveitamento a formação.	Indonésia.	10 Funcionários (M/H).	10 Funcionários (M/H).	10 Funcionários (M/H).	10 Funcionários (M/H).

Melhorar as competências dos funcionários (M/H) em Licenciamento de Negócios.	Formação de funcionários (M/H) em emissão de licenças.	Assegurar a formação de 30 funcionários (M/H) competentes.	Melhorar os serviços de Licenciamento de Negócios.	Díli.	Preparativos.	10 Funcionários (M/H) formados.	10 Funcionários (M/H) formados.	10 Funcionários (M/H) formados.
	Formação de funcionários (M/H) em Marcas Comerciais.	Assegurar a formação de 2 funcionários (H/M) competentes.	Melhorar os serviços nesta área.	Díli.	Preparativos.	2 Funcionários (M/H) formados.		
OBJECTIVO GERAL: **Promover uma eficiente execução orçamental e garantir a transparência dos procedimentos de despesas e receitas públicas do Ministério** (pela Direcção Nacional de Gestão e Finanças).								
Apoio financeiro através de bolsas na formação dos funcionários (M/H) do MTCI.	5 Funcionários (M/H) frequentam o ensino superior.	Aumento e melhoria do desempenho de serviços prestados pelo MTCI.	Conclusão dos estudos no tempo estimado e com bom aproveitamento.	Timor-Leste e outros Países.	Selecção e aprovação dos 5 funcionários (M/H).	Atingem 18 pontos do crédito semestral.		Atingem 38 pontos do crédito semestral.
Modernização das infra-estruturas dos Centros Turísticos.	Criar novas infra-estruturas: Mariana Square (Acabamento e Retenção), Lecidere Park (Retenção), Armazém em Tibar, Monumento Lifau e Boaventura.	Qualidade de projecto.	Melhores condições dos estabelecimentos turísticos e Segurança Alimentar.	Díli, Oecússi, Manufahi e Tibar.	25%	50%	75%	100%
Assegurar a existência de arroz para intervenção no mercado nacional quando necessário (importação de arroz).	Adquirir arroz.	*Stock* de arroz para reserva Estratégica Nacional (17 mts).	Assegurados os *stocks* da reserva Estratégica Nacional.	ASEAN.	Garantir *stock.*	Garantir *stock.*	Garantir *stock.*	Garantir *stock.*
	Apoiar o MSS e ME.	Garantir o fornecimento alimentar para atender os programas de MSS e ME.	Atendimento de acordo com os pedidos efectuados	13 Distritos.	25%	50%	75%	100%
Assistência técnica à Direcção.	Providenciar assistência técnica à Direcção.	Melhorar o conhecimento e prestação de serviços.	Aumento no desempenho de trabalhos da Direcção.	MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Estabelecer boa coordenação na execução nos serviços de aprovisionamento e logística do Ministério** (pela Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística).								
Desenvolver bens e serviços.	Elaborar execução, acompanhamento e avaliação dos planos anuais de aprovisionamento sectorial.	Fornecer uma boa informação sobre as actividades aprovisionamento do sectorial.	25% Sistema de elaboração do aprovisionamento sectorial com ganhos de produtividade.	Díli.	25%	50%	75%	100%
	Controlo de qualidade de matéria.	Qualidade de serviços do ministério e entidades relevantes na matéria.	25% Sistema de elaboração do aprovisionamento sectorial com ganhos de produtividade.	Díli.	25%	50%	75%	100%
	Formular propostas e projectos de construção.	Locação das infra-estruturas.	Propostas e projectos realizados.	Díli.	25%	50%	75%	100%

OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a orientação e implementação dos objectivos e políticas de turismo** (pela Direcção Geral do Turismo).								
Reajustar a estrutura orgânica sob tutela do MTCI.	Formação de funcionários (M/H) sob tutela da estrutura da Direcção-geral do Turismo.	Aumento de 6 pessoas (3 Mulheres e 3 Homens) como novos funcionários para preencher nova estrutura.	Prestação de serviços mais eficiente e efectiva.	Díli e 5 regiões.	Selecção e início de formação.	Continuação da formação.	Continuação da formação.	Fim da formação.
Desenvolvimento do ambiente de negócios e hospitalidade.	Terceira Fase do Turismo comunitário.	Aumento da qualidade das 40 casas de hóspedes (30% mulheres proprietárias).	Melhores condições dos estabelecimentos turísticos e consequente maior satisfação dos visitantes.	13 Distritos.	10 Casas de hóspedes.	10 Casas de hóspedes.	10 Casas de hóspedes.	10 Casas de hóspedes.
Manutenção dos Centros Turísticos.	Manutenção das propriedades reabilitadas em 2009.	Assegurar adequada manutenção dos sítios turísticos, tais como, praias, pousadas, parques nacionais e outros locais históricos.	Assegurada manutenção dos locais turísticos e consequente maior satisfação dos visitantes.	13 Distritos.	Manutenção contínua.	Manutenção contínua.	Manutenção contínua.	Manutenção contínua.
Assistência técnica à Direcção.	Providenciar assistência técnica à Direcção.	Melhorar o conhecimento e prestação de serviços.	Aumento no desempenho de trabalhos da Direcção.	MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Criação, qualificação e modernização das estruturas do turismo** (pela Direcção Nacional do Plano Desenvolvimento do Turismo).								
Reajustar a estrutura orgânica sob tutela do MTCI.	Formação de funcionários (M/H) sob tutela da estrutura da Direcção-geral do Turismo	Aumento de 6 pessoas (3 Mulheres e 3 Homens) como novos funcionários para preencher nova estrutura.	Prestação de serviços mais eficiente e efectiva.	Díli.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Criar a consciencialização e contribuição das comunidades locais em relação ao desenvolvimento do turismo.	Campanha da Sensibilização do Turismo.	Aumentar a noção das comunidades em matérias do turismo.	100 Participantes (M/H) no programa.	Díli, Ainaro, Maubara e Lospalos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Cooperação com canais e figuras internacionais na promoção de Timor-Leste.	Promoção intensiva e extensiva	Timor Leste seja um destino de Visitas turísticas	Atrair mais turistas	Díli e Estrangeiro.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Valorizar as potencialidades do turismo de Timor-Leste (pela Direcção Nacional Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos).**								
Manutenção das praias e jardins, pousadas e *food*	Fornecimento dos serviços de limpeza e água.	Caixas de lixos e água são disponibilizados.	Assegurar a beleza e a limpeza dos sítios.	Díli (Areia Branca, Cristo Rei, Farol até Arbiru Resort).	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.

court.								
Promover e realizar os eventos culturais e desportivos.	- Realização do Carnaval, Corrida de Beiros e Cavalos, *Tour* de Timor, Maratona Internacional e Pesca Desportiva, *Sunset Market.* - Participar na Comemoração do Décimo Aniversário da Restauração da Independência de Timor Leste; Primeiro Centenário da Revolta de Manufahi e Quinto Centenário da chegada dos Portugueses a Oecússi.	Atrair turistas nacionais e internacionais.	Atrair 200,000 turistas (M/H) a visitar Timor-Leste.	Díli.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Facilitação a condição dos Serviços do MTCI.	Arrendamento do espaço no Timor Plaza.	Estabelecer o centro informação dos turísticos e edifício para a Direcção do Turismo.	Serviços dos Funcionário com eficiência e eficácia.	Díli-Timor Plaza.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Promover Timor-Leste como um potencial destino turístico** (pela Direcção Nacional de *Marketing* do Turismo).								
Promover as potencialidades turísticas para os turistas e investidores no exterior	Expo Coreia do Sul	60,000 Turistas (M/H) visitam Timor-Leste.	Grande nº de visitantes no Pavilhão Timorense.	Coreia do Sul.				
Reajustar a estrutura orgânica sob tutela do MTCI.	Formação de funcionários (M/H) sob tutela da estrutura da Direcção.	Aumento de 7 pessoas (4 Homens e 3 Mulheres) como novos funcionários para preencher nova estrutura.	Prestação de serviços mais eficiente e efectiva.	Díli.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Disseminar informações turísticas aos turistas domésticos e estrangeiros.	Produção e Reprodução das materiais da promoção turísticas.	Brochuras e Livros são produzidas.	150,000 Exemplares distribuídos.	Díli e estrangeiro.				
OBJECTIVO GERAL: **Consolidar coordenações serviços industriais** (pela Direcção Geral do Turismo).								
Reajustar estrutura orgânica sob tutela do MTCI.	Formação de funcionários (M/H) sob tutela da Direcção-geral do Comércio e Indústria	Aumento de 6 novos funcionários (M/H) para preencher nova estrutura.	Prestação de serviços mais eficiente e efectivo.	Díli e 5 Direcções Regionais.	Início e implementação da formação.	Continuação da formação.	Continuação da formação.	40 Novos funcionários formados.
OBJECTIVO GERAL: **Executar as Politicas de Comércio Externo através de criação de um ambiente favorável para os negócios** (pela Direcção Nacional do Comércio Externo.)								
Melhorar a capacidade dos negócios na área de importação e exportação.	Facilitar a formação sobre gestão de importação e exportação.	Definição de requisitos apropriados para empresas importadoras e exportadoras.	- Aumento da exportação diversificada. - Satisfação das necessidades internas básicas.	Indonésia, Portugal e Austrália.	5 Empresas.	10 Empresas.	15 Empresas.	20 Empresas.

Melhoria de competitividade.	Regulamentar as actividades de importação de matérias-primas.	Assegurar a existência de matérias-primas.	Estabilidade de preços e *stock* existentes.	Timor-Leste.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
	Formulação de políticas relacionadas com comércio externo.	Estabelecidas as ferramentas da lei do Comércio Externo.	Ordenação das actividades do Comércio Exterior.	Timor-Leste.	1º Esboço.	Esboço Final.	Aprovação.	Aplicação.
	Expandir as exportações aos mercados internacionais.	Aumento das exportações dos produtos tradicionais nos mercados internacionais.	O valor ou volume da exportação aumenta.	Expo (Indonésia, Portugal, Austrália e Espanha).	Aumento 5%.	Aumento 5%.	Aumento 5%.	Aumento 5%.
Incrementar relações comerciais.	Realização de negociações e acordos com países parceiros comerciais.	Estabelecer memorando multilateral, regional e bilateral.	Intensificar a cooperação e as relações comerciais para o sector do café.	Ásia, Europa, USA.	Participar Encontro da ICO.		Participar Encontro da ICO.	
	Adido Comercial.	Facilitar os laços comerciais.	Desenvolver a função dos adidos do comércio.	Indonésia e Portugal.	Melhor cooperação.	Promoção de Timor-Leste como promissor destino de investimento.	Promoção de Timor-Leste como promissor destino de investimento.	Promoção de Timor-Leste como promissor destino de investimento.
Assistência técnica à Direcção.	Providenciar assistência técnica à Direcção.	Melhorar o conhecimento e prestação de serviços.	Aumento no desempenho de trabalhos da Direcção.	MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Promover o crescimento económico** (pela Direcção Nacional do Comércio Interno e Serviços Domésticos).								
Melhorar o sistema dos serviços incluindo os recursos humanos e administrativos do Departamento de Licenciamento de Negócios.	Criação da base de dados.	Ter uma base de dados das empresas e respectivos licenciamentos actualizada.	100% Assegurada a montagem do sistema e respectiva inserção e actualização dos dados.	Díli e 12 Distritos.	Recolha de dados em 4 Distritos.	Recolha de dados em 4 Distritos.	Recolha de dados em 4 Distritos.	100% Assegurado o funcionamento do sistema.
	Verificação dos locais de emissão de licenças dos negócios.	Os dados são confirmados.	Não existe falsificação de empresas.	13 Distritos.	Verificação em 4 Distritos.	Verificação em 4 Distritos.	Verificação em 4 Distritos.	Relatório Final.
	Divulgação da informação relativa às empresas que possuem as licenças de negócios.	Informação ao público sobre as licenças através de brochuras e anúncios na rádio e televisão.	Promover uma maior transparência nas actividades comerciais.	Pela DNCD em Díli.	1ª Divulgação.	2ª Divulgação.	3ª Divulgação.	4ª Divulgação.
	Regulamentar sobre os produtos nacionais.	Finalizado o esboço do regulamento sobre as marcas patentes. Manual para os procedimentos e regras das marcas patentes.	Ter normas para as marcas patentes dos produtos.	Pelo MTCI em Díli.	Esboço.	Submissão ao Parlamento.	Aprovação.	Implementação.
			Legalização e autenticação das marcas dos produtos locais.					
			Maior eficácia e eficiência na gestão					

			dos mercados.					
Incentivar as actividades dos agricultores nas áreas rurais.	Compra de produtos locais tais como, arroz, milho, feijão-verde, feijão, soja, amendoim, sal, óleo de coco.	Maior produção doméstica e consequente aumento dos rendimentos dos agricultores.	Aumento da produção dos produtos agrícolas domésticos.	13 Distritos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
	Promover e procurar o mercado para os produtos locais.	Aumento da produção dos produtos agrícolas domésticos.	Produtos podem ser comercializados para o mercado Doméstico.	13 Distritos.				
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver a indústria nacional orientada para a exportação e criação de emprego no sector industrial** (pela Direcção Nacional da Indústria Transformadoras).								
Consultoria para Viabilização do parque comercial e industrial incluindo as infra-estruturas.	Estudo de viabilização dum parque industrial em Hera: limpeza e terraplanagem do local.	Estudo completado e as infra-estruturas implementadas.	Implementação do estudo.	Díli-Hera.	Estudo de viabilização.	Estudo de viabilização.	Implementação das infra-estruturas.	Implementação das infra-estruturas.
Desenvolver pequenas indústrias nas áreas rurais.	Apoio financeiro para as pequenas e médias indústrias.	Os Grupos de pequenas e médias indústrias recebem financeira.	25% De aumento de capital e rendimento.	13 Distritos.	Identificação e selecção dos grupos beneficiados.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Equipar o Centro de Formação Metalúrgica.	Aquisição dos equipamentos para o Centro de Formação.	Centro de Formação operacional para prosseguir com o respectivo programa.	- Aperfeiçoamento dos serviços do Centro de Formação. -Número de formandos capacitados (M/H).	Díli.	Concurso público e selecção de fornecedores.		Montagem dos equipamentos.	
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver as indústrias de bens de consumo** (pela Direcção Nacional da Indústria de Bens de Consumo).								
Elevar a capacidade das pequenas e médias empresas industriais.	Acções de formação sobre técnico de produção para as pequenas e médias empresas.	400 Pessoas (M/H) formadas para desempenhar funções nas PME's.	80% Dos participantes (M/H) com bom aproveitamento e aptos profissionalmente.	13 Distritos.	100 Pessoas (M/H).	100 Pessoas (M/H).	100 Pessoas (M/H).	100 Pessoas (M/H).
	Promoção de produtos industriais nacionais.	Aumento de mercado.	Aumento da produção anual.	13 Distritos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
	Levantamento de dados da indústria.	Obtenção de informações para planeamento.	500 Empresas.	13 Distritos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Garantir a defesa do consumidor e criação da livre e justa concorrência** (pelo Gabinete da Inspecção Alimentar).								
Protecção do Consumidor.	Controlar o mercado dos produtos alimentares e não alimentares. Recolha de informações sobre os produtos	Prevenção de infracções por parte dos estabelecimentos comerciais e assegurar o cumprimento da Lei	50% Dos produtos são comercializados de acordo com as Leis em vigor.	13 Distritos.	4 Distritos inspeccionados e fiscalizados.	3 Distritos inspeccionados e fiscalizados.	3 Distritos inspeccionados e fiscalizados.	3 Distritos inspeccionados e fiscalizados.

	comerciais.	vigente.						
	Calibração de balanças.	Evitar manipulações das medidas.	25% Balanço das medidas correctas.	13 Distritos.	4 Distritos.	3 Distritos.	3 Distritos.	3 Distritos.
	Calibração do volume dos tanques de combustível nos Veículos Transportadores.	100 Veículos/ tanques de combustíveis calibrados.	Assegurar os direitos dos consumidores.	Distrito Díli.	25 Veículos calibrados.	25 Veículos calibrados.	25 Veículos calibrados.	25 Veículos calibrados.
Criação e Equipamento para Laboratório de Metrologia e respectiva assistência técnica e acreditação internacional.	Análise e inspecção de material relevante.	Melhorar as condições dos produtos em defesa do consumidor.	Consumidores satisfeitos com a melhoria.	Díli.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Regulamentar e acompanhar as actividades dos concessionários incluindo a promoção de Jogos de acordo com a Lei vigente** (pela Inspecção Geral dos Jogos).								
Garantir o cumprimento da lei e regimes contratuais.	Acompanhar os sorteios e registar todas as receitas directas dos jogos.	Sorteios são realizados de modo transparente e as vendas são acompanhadas.	Transparência nos sorteios e sem contestações de irregularidades.	Todo o território nacional.	48 Sorteios acompanhados.	48 Sorteios acompanhados.	48 Sorteios acompanhados.	48 Sorteios acompanhados.
	Fiscalizar periodicamente o livro de contabilidade dos concessionários.	Relatórios de fiscalização.	Contabilidade transparente.	Todo o território nacional.	12 Fiscalizações.	12 Fiscalizações.	12 Fiscalizações.	12 Fiscalizações.
Estabelecer estudo sobre possibilidade de industrializar o jogo.	Estudo sobre o impacto socioeconómico como consequência da indústria de jogos.	Providenciar recomendação ao governo.	Estudo aprovado.	Em todo o território nacional.	Selecção.	1º Esboço e Apresentação.	2º Esboço e Apresentação.	Finalização.
Lançamento de mais 3 Jogos Sociais.	Definir calendários das suas actividades, controlar e fiscalizar as suas actividades.	Aumentar as receitas do Estado e diminuir as actividades de jogos ilícitos.	Aumentar em 250% as receitas do Estado comparando com o ano anterior e diminuir a prática de jogos ilícitos de 20% a 60%	3 Distritos.	Expansão do mercado e fiscalização das receitas.	Expansão do mercado e fiscalização das receitas.	Expansão do mercado e fiscalização das receitas.	Expansão do mercado e fiscalização das receitas.
OBJECTIVO GERAL: **Garantir a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais estão de acordo com os procedimentos internos do Ministério** (pela Inspecção de Auditoria Interna.)								
Promover uma boa Governação.	Auditoria da execução do orçamento, administração e inventariação do MTCI.	Eficiência e eficácia da execução de serviços.	- 25% Do orçamento por trimestre. - 3 Dias de processos administrativos - Redução e poupança nas despesas de rotina	Órgãos do MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
	Inspecção aos armazéns e produtos.	Assegurar o funcionamento e boas condições do armazém.	- Livros em ordem no armazém. - Relatórios regulares e	Armazéns na capital e Distritos.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.

			periódicos - Condições de trabalho asseguradas. - Bom armazenamento dos produtos.					
	Inspecção de Projectos físicos do MTCI.	Monitorização do calendário da execução do projecto. Assegurar os procedimentos e qualidade dos projectos. Assegurar a coordenação Interministerial.	Inspecção conjunta interministerial. - Recomendações para o efeito de tomada de decisões.	Projecto com mandato MTCI.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
OBJECTIVO GERAL: **Garantir a legalidade dos actos, contractos, convenções e procedimentos do Ministério** (pelo Gabinete Jurídico).								
Desenvolver o quadro legal para o sector empresarial, dos negócios, incluindo a preparação novos diplomas nos sectores do Turismo, Comércio e da Indústria.	Regulamentação das actividades económicas e dos preços. Apoiar o Comércio interno e externo através de leis e de regulamentos simples e justos, bem como da criação da lei do turismo e de outros sectores, nomeadamente das actividades industriais de risco e dos Serviços.	Fortalecer o Sector Privado e proteger os consumidores	O quadro legal para o sector empresarial inclui a regulamentação comercial (incluindo o Código Comercial de Timor-Leste) e legislação complementar, actividades económicas sectoriais, licenciamento, publicidade, propriedade industrial, regimes de preços de intervenção, base legal para protecção da propriedade industrial, regulamentação e certificações de origem e qualidade e *empowerment* da Inspecção-Geral Alimentar e Económica e controlo dos jogos	Nacional.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.
Assessoria e assistência aos instrumentos legais de Comércio internacional e fortalecimento do comércio nacional num quadro orientado para a exportação e aumento das trocas	Aumentar a eficácia dos procedimentos de exportação. Estabelecer um leque alargado de Acordos e Convenções no espaço Regional e mundial.	Desenvolver o Comércio e promover as trocas no âmbito das Convenções e Acordos bilaterais e multilaterais.		Nacional.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.

comerciais.			recreativos, incluindo as apostas desportivas.					
Assegurar a transparência e legalidade dos Contratos Públicos, incluindo os contratos-programa, aprovisionamentos e parcerias.	*On-going*. O volume de contratos no MTCI é elevado e requer apoio jurídico, numa base diária.	Garantir maior e melhor transparência e boa governação.		Nacional.	Desempenho atinge 25%.	Desempenho atinge 50%.	Desempenho atinge 75%.	Desempenho atinge 100%.

Ministério da Agricultura e Pescas

O Ministério da Agricultura e Pescas tem um Orçamento de 15,904 milhões de dólares para 2012.

Papel

Liderar activamente o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos agrícolas, florestais, de animais e de pescas.

Missão

-Prestar serviços à comunidade agrícola de Timor-Leste, de modo a:

- Aumentar a produtividade;
- Aumentar as receitas através de exportações a fim de melhorar as condições socioeconómicas em áreas rurais, especialmente ao nível de recursos humanos e financiamento.

Objectivo Geral:

- Conseguir segurança alimentar;
- Promover o crescimento económico;
- Criar emprego em áreas rurais.

Resultados Esperados:

- Aumento da produção alimentar;
- Aumento da área cultivada, com preparação de 32.000 hectares de terreno;
- Promoção da produção de animais através de projectos-piloto de criação de animais como modelos para serem adoptados pelos agricultores;
- Aumento da capacidade do MAP e dos agricultores;
- Aumento dos lucros por via da adopção de tecnologias de cultivo, do uso de sementes de boa qualidade e do tratamento e exportação de colheitas;
- Aumento das áreas com acesso a sistemas de irrigação;
- Melhoria de áreas degradadas através de reabilitação e protecção de florestas e áreas protegidas;
- Promoção da produção de peixe através da criação de viveiros como modelos para serem adoptados pelos agricultores;
- Melhoria da qualidade e da quantidade da produção de café e intensificação do desenvolvimento da produção de caju.
- Melhoria da prestação de serviços de divulgação agrícola, guardas florestais e veterinários nos sucos.
- Melhoria da qualidade dos serviços de quarentena.
- Fortalecimento da monitorização do sistema de segurança de alimentos.
- Melhoria da qualidade do ensino na Escola Técnica Agrícola;
- Alargamento de estudos de adaptação.

A maior parte das actividades do MAP será implementada em áreas rurais onde a maioria da população é pobre e depende do sector da agricultura para a sua sobrevivência.

Prioridades:

Aumentar a produção de alimentos (arroz, milho e outros produtos agrícolas)

Isto é conseguido através da implementação de novas tecnologias e da transferência de conhecimentos, incluindo Gestão Integrada de Colheitas (GIC), Sistema de Intensificação de Arroz (SIA), mecanização através da utilização de maquinaria agrícola e provisão de ajudas como sementes, fertilizantes e químicos.

Promover a produção de animais através de programas piloto

Implementação de programas de criação intensiva de animais tais como vacas, cabras, porcos e "pássaros Mareko", bem como programas de cuidados de saúde para animais.

Reabilitar e proteger florestas e áreas protegidas

Implementado através da produção de sementes (aioan) e visando proteger os recursos florestais.

Outros programas importantes a implementar:

- Melhoria da qualidade e da quantidade da produção de café e intensificação do desenvolvimento da produção de caju.
- Aumento da capacidade dos pescadores, controlo da pesca ilegal e produção de peixe de boa qualidade.
- Melhoria da prestação de serviços de divulgação agrícola, guardas florestais e veterinários nos sucos.
- Promoção de valor adicional para produtos agrícolas.
- Melhoria da qualidade dos serviços de quarentena.
- Fortalecimento da monitorização do sistema de segurança de alimentos.
- Melhoria da qualidade do ensino na Escola Técnica Agrícola.
- Alargamento de estudos de adaptação.
- Melhoria da operacionalidade e da manutenção das instalações existentes (centros de divulgação, centros de manutenção de máquinas, laboratório integrado, laboratório de pescas, mercados de peixe, matadouro, viveiro, viveiro permanente (plantas) e postos florestais de vigilância.
- Capacitação de recursos humanos (funcionários do MAP e outros).

Orçamento Fontes Combinadas

Ministério Agricultura e Pescas ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**19,278**	**13,409**	**15,904**	**16,539**	**17,201**	**17,890**	**18,605**
Recorrentes	**15,730**	**12,391**	**11,967**	**12,445**	**12,943**	**13,461**	**13,999**
Salários e Vencimentos	4,933	4,671	5,365	5,580	5,803	6,035	6,276
Bens e Serviços	9,797	7,220	6,094	6,338	6,591	6,855	7,129
Transferências Públicas	1,000	500	508	528	549	571	594
Capital	**3,548**	**1,018**	**3,937**	**4,094**	**4,258**	**4,429**	**4,606**
Capital Minor	705	1,018	422	439	456	475	494
Capital Desenvolvimento	2,843	-	3,515	3,656	3,802	3,954	4,112
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**15,113**	**14,066**	**11,250**	**9,549**	**8,541**	**-**
Recorrentes	-	14,763	13,994	11,227	9,549	8,541	-
Capital	-	350	72	23	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**19,278**	**28,522**	**29,970**	**27,789**	**26,750**	**26,431**	**18,605**
Recorrentes	15,730	27,154	25,961	23,672	22,492	22,002	13,999
Capital	3,548	1,368	4,009	4,117	4,258	4,429	4,606

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

OBJECTIVO GERAL: **Aumentar a produção, produtividade e qualidade de alimentar para assegurar a segurança alimentar.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
1. Aumentar a produção e a produtividade de arroz, milho, legumes e tubérculos e raízes.	**1.1** Expansão da área do cultivo de arroz.	Área cultivo de arroz de 1,000 ha.	Área cultivo de arroz de 1,000 ha expandido nos 8 Distritos.	Distrito de Viqueque, Bobonaro, Covalima, Ainaro, Manatuto, Manufahi e Oecússi.	Área cultivo de arroz de 400 ha expandidos na I época.	Área cultivo de arroz de 300 ha expandidos na I época.	Área cultivo de arroz de 150 ha expandidos na II época.	Área cultivo de arroz de 150 ha expandidos na II época.
	1.2 Intensificação do cultivo de arroz híbrido.	Cultivo de arroz híbrido de 1,000 ha intensificado.	Cultivo de arroz híbrido de 1,000 ha intensificados nos 6 Distritos.	Maliana I+II, Manatuto (Laclo + Laleia), Viqueque (Uatulari, Uatucarbau, Buanurak), Manufahi (Betano, Alas, Fatuberlihu), Baucau (Vemase, Seical/Laga) & Covalima (Zumalai, Salele).	Cultivo de arroz híbrido de 400 ha intensificado na I época.	Cultivo de arroz híbrido de 300 ha intensificado na I época.	Cultivo de arroz híbrido de 150 ha intensificado na II época.	Cultivo de arroz híbrido de 150 ha intensificado na II época.
	1.3 Intensificação no cultivo de arroz utilizando o método de ICM/SRI.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 25,000 ha intensificado.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 25,000 ha na II época e disponibilizados de produzir 7,600 ton arroz.	13 Distritos.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 9,000 ha intensificado na I época.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 9,000 ha intensificado na I época.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 3,500 ha intensificado na II época.	Cultivo de arroz utilizando o método ICM/SRI de 3,500 ha intensificado na II época.
	1.4 Expansão do cultivo de milho.	Cultivo de milho de 8,000 ha.	Cultivo de milho de 8,000 ha expandido na cintura costa sul (Covalima, Manufahi, Natarbora, Viqueque, Lautem, Ainaro e Oecússi).	Cintura Costa Sul (Covalima, Manufahi, Natarbora, Viqueque), Lautem, Ainaro e Oecússi.	Cultivo de milho de 6,000 ha expandidos na I época.		Cultivo de milho de 2,000 ha expandidos na II época.	Cultivo de milho de 2,000 ha expandidos na II época.
	1.5 Intensificação de cultivo de milho.	Cultivo de milho de 21,000 ha intensificado.	Cultivo de milho de 21,000 ha disponibilizados para produzir 55,000 ton de milho.	13 Distritos.	Cultivo de milho de 10,000 ha intensificado na I época.	Cultivo de milho de 5,000 ha intensificado na I época.	Cultivo de milho de 4,000 ha intensificado na II época.	Cultivo de milho de 2,000 ha intensificado na II época.
	1.6 Intensificação de cultivo de mandioca utilizando o sistema de *intercropping.*	Cultivo de mandioca (variedade Ailuca 2 e 4) de 1,000 ha utilizando o sistema i*ntercropping* intensificado.	Cultivo de mandioca (variedade Ailuca 2 e 4) de 1,000 ha utilizando o sistema *intercropping* realizado.	Distrito de Lautem, Viqueque, Manatuto (Natarbora), Manufahi, Ainaro, Covalima e		Cultivo de mandioca (variedade Ailuca 2 e 4) de 1,000 ha utilizando o sistema *intercropping* intensificado.		

				Oecússi.				
	1.7 Apoiar as actividades económicas nos sistemas de produção agrícola implementadas por mulheres nas áreas rurais.	100% Das actividades económicas nos sistemas de produção agrícolas implementada por mulheres nas áreas rurais apoiados.	Cada grupo de mulheres nas áreas rurais nos 13 Distritos é apoiado.	13 Distritos.	25% Das actividades económicas nos sistemas de produção agrícolas implementada por mulheres nas áreas rurais apoiadas.	50% das actividades económicas nos sistemas de produção agrícolas implementada por mulheres nas áreas rurais apoiadas.	75% das actividades económicas nos sistemas de produção agrícolas implementada por mulheres nas áreas rurais apoiadas.	100% das actividades económicas nos sistemas de produção agrícolas implementada por mulheres nas áreas rurais apoiadas.
	1.8 Multiplicação de sementes e materiais de outras plantas alimentares.	100% das sementes e materiais de outras plantas (variedade existente em Timor Leste e variedades introdutivos) multiplicados.	Os agricultores do Distrito de Baucau, Viqueque, Manufahi, Covalima e Bobonaro são beneficiados.	Distrito de Baucau, Viqueque, Manufahi, Covalima e Bobonaro.	50% das sementes e materiais de outras plantas (variedade existente em Timor Leste e variedades introdutivos) multiplicados.	100% das sementes e materiais de outras plantas (variedade existente em Timor Leste e variedades introdutivos) multiplicados.		
	1.9 Multiplicação de sementes (Milho e Arroz).	100% das sementes de milho e arroz que existente em Timor Leste e variedades introdutivas multiplicados.	Os agricultores do Distrito de Baucau, Manufahi, Lautem, Covalima, Oecússi e Bobonaro são beneficiados	Distrito de Baucau, Manufahi, Lautem, Covalima, Oecússi e Bobonaro.	50% das sementes de milho e arroz que existente em Timor Leste e variedades introduzidas e multiplicadas.	100% das sementes de milho e arroz que existente em Timor Leste e variedades introduzidas e multiplicadas.		
	1.10 Identificação e refolhamentos de materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas.	100% Materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas identificados.	50 Espécies de plantas alimentares e horticulturas identificados.	13 Distritos.	25% Materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas identificados.	50% Materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas identificados.	75% Materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas identificados.	100% Materiais genéticos e germaplasma de plantas alimentares e horticulturas identificados.
	1.11 Expansão da área/campo de horticultura.	Área de horticultura e fruteiras de 150 ha expandida.	Área horticultura e fruteiras de 150 ha expandida nos 3 Distritos.	Distrito de Viqueque, Covalima, Liquiça, Ermera, Ainaro e Manufahi.	Área horticultura e fruteiras de 50 ha expandida na I época.	Área horticultura e fruteiras de 50 ha expandida na I época.	Área horticultura e fruteiras de 50 ha expandida na II época.	
	1.12 Gerir a gestão de controlo de peste integrado (SL-PHT) através da escola agrícola.	4 Grupos de agricultores participam na escola agrícola sobre a gestão de controlo de peste integrado.	Conhecimento dos agricultores sobre a gestão de controlo de peste integrado (SL-PHT) através da escola agrícola elevado.	Distrito de Baucau, Ainaro, Ermera e Viqueque.	2 Grupos de agricultores participam na escola agrícola sobre a gestão de controlo de peste integrada.		2 Grupos de agricultores participam na escola agrícola sobre a gestão de controlo de peste integrada.	
	1.13 Levantamento de dados.	100% dos dados ligado a produção de arroz, milho e outras alimentares nos 13 Distritos recolhidos.	Os dados ligados a produção de arroz, milho e outras alimentares recolhidos.	13 Distritos.	25% Dos dados ligados a produção de arroz, milho e outras alimentares nos 13 Distritos recolhidos.	50% Dos dados ligados a produção de arroz, milho e outras alimentares nos 13 Distritos recolhidos.	75% Dos dados ligados a produção de arroz, milho e outras alimentares nos 13 Distritos recolhidos.	100% Dos dados ligados a produção de arroz, milho e outras alimentares nos 13 Distritos recolhidos.
	1.14 Contribuição para a quota de membro da FAO.	100% dos documentos ligado ao estabelecimento	Os documentos ligados ao estabelecimento do	Díli.	100% dos documentos realizados.			

		do edifício de FAO permanente em Timor Leste realizados.	edifício da FAO permanente em Timor-Leste serão financiados					
	1.15 Estudos comparativos e consultações sobre a protecção dos recursos genéticos.	100% dos estudos comparativos e consultações sobre a protecção dos recursos genéticos realizados.	Esboço da Lei sobre a protecção dos recursos genéticos proprietários de Timor Leste realizado.	13 Distritos.	100% dos estudos comparativos e consultações sobre a protecção dos recursos genéticos realizados.			
	1.16 Requisição de sementes de arroz.	100% das sementes de arroz com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.	300 ton de sementes de arroz requisitadas para apoiar o campo de produção de 15,000 ha.	13 Distritos.		100% das sementes de arroz com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.17 Reaquisição de adubos químicos.	100% Adubos químicos com boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.	480 ton de adubos químico requisitado para apoiar o campo de produção de 15,000 ha.	13 Distritos.		100% Adubos químicos com boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.		
	1.18 Requisição de sementes de milho alta produção (Introdução).	100% Sementes de milho com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.	300 ton de sementes de milho requisitado para apoiar o campo de produção de 15,000 ha.	13 Distritos.		100% Sementes de milho com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.19 Requisição de sementes de legumes, sorghum, trigo e arroz de área seca (padi gogo).	100% Sementes de legumes, sorghum, trigo e arroz de área secam com boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.	40 ton de sementes de legumes, sorghum, trigo e arroz de área seca requisitados para apoiar o campo de produção de 1,000 ha.	Distrito de Covalima, Manufahi, Natarbora, Viqueque, Ainaro, Baucau, Lautem e Oecússi.		100% Semente de legumes, sorghum, trigo e arroz de área seca com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.20 Requisição de sementes de batata Europa.	100% Sementes de batata Europa com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.	100 ton de sementes de Batata Europa requisitadas para apoiar o campo de produção de 100 ha.	Distrito de Viqueque, Ainaro, Ermera, Baucau, Subdistrito de Maubisse e Turiscai.		100% Sementes de batata Europa com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.21 Requisição de sementes de hortaliças.	100% Sementes de hortaliças com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.	1,000 kg de sementes de hortaliças requisitadas para apoiar o campo de produção de 2,000 ha.	13 Distritos.		100% Sementes de hortaliças com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.22 Requisição de mudas de Fruteiras.	100% Mudas de fruteiras com boa qualidade e	25,000 Pés/mudas de fruteiras requisitadas para apoiar o campo	Distrito de Aileu, Ainaro, Baucau, Viqueque,		100% Mudas de fruteiras com boa qualidade e		

		quantidade suficiente requisitadas.	de produção de 75 ha.	Manatuto e Manufahi.		quantidade suficiente requisitadas.		
	1.23 Requisição de mudas de floricultura e *biofarma.*	100% Mudas de floricultura e biofarma com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.	15,000 Pés/mudas de floricultura e biofarma requisitadas para apoiar o campo de produção de 4 ha.	Distrito de Aileu, Ainaro, Baucau, Viqueque, Manatuto, Oecússi, Covalima e Manufahi.		100% Mudas de floricultura e biofarma com boa qualidade e quantidade suficiente requisitadas.		
	1.24 Requisição de adubos orgânicos (kompos local), Formula e Rhizobium.	100% Adubos orgânicos de boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.	20,000 Sacas de adubos orgânicos requisitados para apoiar o campo de produção de 200 ha	Distrito de Aileu, Ainaro, Baucau, Viqueque, Manatuto e Manufahi.	50% Adubos orgânicos de boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.	100% Adubos orgânicos de boa qualidade e quantidade suficiente requisitados.		
	1.25 Requisição de material e equipamentos agrícolas.	100% Material e equipamentos agrícolas requisitados.	Equipamentos, ferramentas e outros materiais agrícolas.	13 Distritos.	50% Material e equipamentos agrícolas requisitados.	100% Material e equipamentos agrícolas requisitados.		
	1.26 Fornecimento de combustíveis para a operação dos tractores (grande/médio).	100% Combustíveis para operação dos tractores (grande/médio) requisitados e fornecidos.	Fornecimento de 2,937,825 litros para a operação dos 315 tractores (grande/médio) e 2,591 hand tractores nos 13 distritos requisitados.	13 Distritos.	25% Combustíveis para operação dos tractores (grande/médio) requisitados e fornecidos.	50% Combustíveis para operação dos tractores (grande/médio) requisitados e fornecidos.	75% Combustíveis para operação dos tractores (grande/médio) requisitados e fornecidos.	100% Combustíveis para operação dos tractores (grande/médio) requisitados e fornecidos.
	1.27 Fornecimento de equipamentos da tracção animal.	100% Equipamentos de tracção animal requisitados e fornecidos.	Equipamentos de tracção animal nos 13 Distritos fornecidos.	13 Distritos.		100% Equipamentos da tracção animal requisitados e fornecidos.		
	1.28 Fornecimento tractores.	100% Dos tractores requisitados e fornecidos.	Tractores nos 13 Distritos fornecidos.	13 Distritos.		100% Tractores fornecidos.		
	1.29 Fornecimento de tractores multifuncionais.	100% Dos tractores multifuncionais requisitados e fornecidos.	Tractores multifuncionais nos 13 Distritos fornecidos.	13 Distritos.		100% Tractores multifuncionais fornecidos.		
	1.30 Fornecimento de equipamentos auxiliares de tractores.	100% dos equipamentos requisitados e fornecidos.	Equipamentos nos 13 Distritos fornecidos.	13 Distritos.	25% Dos equipamentos de tractor requisitados e fornecidos.	50% Dos equipamentos de tractor requisitados e fornecidos.	75% Dos equipamentos de tractor requisitados e fornecidos.	100% Dos equipamentos de tractor requisitados e fornecidos.
	1.31 Apoiar a operação gratuita de lavragem do terreno.	100% operação gratuita de lavragem do terreno.	Operação gratuita de lavragem do terreno nos 13 Distritos implementada com o apoio de 216 tractores.	13 Distritos.	25% da operação realizada.	50% da operação realizada.	75% da operação realizada.	100% da operação realizada.
	1.32 Manutenção e	100% dos serviços	Manutenção e	13 Distritos.	25% Dos serviços de	50% Dos serviços	75% Dos serviços	100% Dos serviços

	reparação dos tractores.	de manutenção e reparação dos tractores realizados.	reparação dos 315 tractores realizada.		manutenção e reparação dos tractores realizados.	de manutenção e reparação dos tractores realizados.	de manutenção e reparação dos tractores realizados.	de manutenção e reparação dos tractores realizados.
	1.33 Monitorização e avaliação.	100% das actividades e projectos implementada por DNAH monitorizados e avaliados.	Relatório trimestral, semestral e anual da DNAH compilado e publicado.	MAP Central – Díli.	25% Das actividades e projectos monitorizados e avaliados.	50% Das actividades e projectos monitorizados e avaliados.	75% Das actividades e projectos monitorizados e avaliados.	100% Das actividades e projectos monitorizados e avaliados.
	1.34 Controlo de peste e doenças.	100% das actividades do controlo de peste e doenças das plantas realizadas.	Materiais adquiridos.	13 Distritos.	25% Das actividades realizadas.	50% Das actividades realizadas.	75% Das actividades realizadas.	100% Das actividades realizadas.
	1.35 Acção do controlo do gafanhoto (Locust Migratory).	100% de acção do controlo de gafanhoto (Locust Migratory) realizado.	Materiais adquiridos.	Distrito de Bobonaro, Ermera, Covalima e Oecússi.	25% Das actividades realizadas.	50% Das actividades realizadas.	75% Das actividades realizadas.	100% Das actividades realizadas.
	1.36 Fornecimento de material e equipamentos para a protecção das plantas.	100% Material e equipamentos para a protecção das plantas fornecidos.	Fornecimento de material e equipamentos para a protecção das plantas requisitados e fornecidos.	MAP - Central Díli.	100% Material e equipamentos para a protecção das plantas fornecidos.			
	1.37 Fornecimento de material e equipamentos de Laboratório de Protecção das Plantas.	100% Material e equipamentos de Laboratório de Protecção das Plantas fornecidos.	Material e equipamentos de Laboratório de Protecção das Plantas fornecidos.	MAP - Central Díli.		100% Material e equipamentos de Laboratório de Protecção das Plantas fornecidos.		
2. Apoiar os serviços de administração e programas	**2.1** Construção do centro de produção de sementes.	100% Centro de produção de sementes construído.	2 Centros de produção de sementes (inclui laboratório armazém etc.) construído no Distrito de Bobonaro e Lautem.	Distrito de Bobonaro e Lautem.		25% Centro de produção de sementes construído.	50% Centro de produção de sementes construído.	100% Centro de produção de sementes construído.
	2.2 Estabelecer estufa para horticultura.	100% Estufa Horticultura Construída.	20 Unidades de estufa Horticultura construída e instalada.	Distrito Ainaro, Covalima, Baucau, Ermera e Viqueque.		25% Estufa de Horticultura construída.	50% Estufa de Horticultura construída.	100% Estufa de Horticultura construída.
	2.3 Construção de centro de horticultura.	100% Centro de horticultura em Maubisse construído.	Centro de horticultura em Maubisse construído.	Aldeia Urulefa, Suco Maubisse, Subdistrito Maubisse, Distrito Ainaro.		100% Centro de horticultura em Maubisse construído.		
	2.4 Reabilitação armazém no centro de extensão e manutenção.	100% Armazém no centro de extensão e manutenção reabilitado.	3 Armazéns nos 3 centros de extensão e manutenção reabilitados.	Distrito de Viqueque, Baucau, e Oecússi.		100% Armazém no centro de extensão e manutenção reabilitado.		

	2.5 Aumento de Construção nas oficinas estabelecidos.	100% Oficina nos centros de manutenção construídas.	8 Oficinas em 8 centros de manutenção construídas.	8 Distritos		50% Oficina nos centros de manutenção construídas.	100% Oficina nos centros de manutenção construídas.	
	2.6 Construção do Centro Horticultura.	100% Centro de horticultura em Bobonaro e Viqueque (Ossu) construído.	2 Centros de horticultura de Bobonaro e Viqueque (Ossu) construído.	Distrito de Bobonaro e Viqueque.		50% Centro de horticultura em Bobonaro e Viqueque (Ossu) construído.	100% Centro de horticultura em Bobonaro e Viqueque (Ossu) construído.	
	2.7 Construção laboratório de sementes e qualidade (arroz, milho, legumes, tubérculos, raízes, fertilizantes, horticultura e estufa de horticultura.	100% Laboratório de sementes (arroz, milho, legumes, tubérculos, raízes, fertilizantes, horticultura e estufa de horticultura construídos.	2 Unidades de laboratórios de sementes (arroz, milho, legumes, tubérculos, raízes, fertilizantes, horticultura e estufa de horticultura construídos.	Díli, Manleuana.		50% Construído.	100% Construído.	
	2.8 Construção do parque de estacionamento para tractores.	100% do parque de estacionamento para tractores construído.	5 Unidades construídas.	Subdistrito de Natarbora, Distrito de Aileu, Ainaro, Ermera e Liquiça.		50% Construído.	100% Construído.	
	2.9 Continuação da construção de laboratório e míni estufa.	100% Laboratório e míni estufa de protecção das plantas construído.	1 Unidade de laboratório míni estufa de protecção das plantas em Caicoli, Díli, construída.	Caicoli, Díli.		50% Construído.	100% Construído.	
OBJECTIVO GERAL: **Promover a produção e a produtividade de Agro-pecuária e Veterinária.**								
1. Melhorar e aumentar a população e produção dos animais.	**1.1** Continuar a criação de vacas utilizando o sistema grupo intensivo.	200 Cabeças de vacas para a criação utilizando o sistema grupo intensivo realizado.	40 Famílias (8 grupos), composto por 50% mulheres e 50% homens identificados e serem beneficiados.	Suco Barikafa Subdistrito Luro, Distrito Lautem e Suco Lactos, Subdistrito Fohorem Dist. Covalima.	Propostas orçamentais elaboradas e concurso público para compra de 200 vacas.	100 Cabeças de vacas para a criação utilizando o sistema grupo intensivo adquiridas.	100 Cabeças de vacas para a criação utilizando o sistema grupo intensivo adquiridas.	
	1.2 Apoiar a operacionalização da criação de vacas utilizando sistema grupo intensivo.	100% Treinamento, plantar os capins de alimentos de animais, constrói o curral e cercos dos animais utilizando o sistema grupo intensivo realizado.	40 Famílias (8 grupos), composto por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados são beneficiadas.	Suco Barikafa Subdistrito Luro, Distrito Lautem e Suco Lactos, Subdistrito Fohorem Dist. Covalima.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% da actividade realizada.	100% da actividade realizada.	
	1.3 Criação de gado suíno utilizando o sistema grupo intensivo.	100 Cabeças de suínos para a criação utilizando o sistema grupo intensivo adquiridos.	20 Beneficiários (4 grupos) compostos por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados e beneficiados.	Suco Uaniuma Uatucarbau, Distrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	50 Cabeças de suínos para a criação utilizando o sistema grupo intensivo foram adquiridas.	50 Cabeças de suínos para a criação utilizando o sistema grupo intensivo foram adquiridas.	
	1.4 Apoiar a Operacionalização	100% Treinamento, plantar os produtos	20 Beneficiários (4 grupos) compostos	Suco Uaniuma, Subdistrito	Propostas orçamentais e	50% da actividade realizada.	100% da actividade realizada.	

	da Criação de suíno utilizando sistema grupo intensivo.	de agricultura (mandioca e outros) ser comidas de suíno, constrói curral e cercos dos animais utilizando o sistema grupo intensivo realizado.	por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados e beneficiados.	Uatucarbau, Distrito Viqueque.	concurso público.			
	1.5 Apoiar o Gestão de criação de Cabrito utilizando sistema grupo intensivo.	100% Treinamento, plantar os capins de comidas Animais, constrói o curral e cercos dos animais utilizando o sistema grupo intensivo realizado.	20 Beneficiários (5 grupos) compostos por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados e beneficiados.	Suco Com, Subdistrito Lautem, Distrito Lautem.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% da actividade realizada.	100% da actividade realizada.	
	1.6 Continuar de criação de galinhas lacais utilizando sistema grupo intensivo.	3,300 Bicos de galinhas locais utilizando o sistema grupo intensivo adquiridas.	150 Beneficiários (15 grupos) compostos por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados e beneficiados.	Suco Clacuk, Subdistrito Fatuberliu, Distrito Manufahi, Suco Curluli e Meligo, Subdistrito Maliana e Cailaco Distrito Bobonaro, Suco Vatuboro, Subdistrito Maubara, Distrito Liquiça.	Propostas orçamentais e concurso público.	1,650 Bicos de galinhas locais utilizando o sistema grupo intensivo adquiridas.	1,650 Bicos de galinhas locais utilizando o sistema grupo intensivo adquiridas.	
	1.7 Apoiar a operacionalização da criação de galinhas utilizando sistema grupo intensivo.	100% Treinamento, formulação de rações de galinhas, constrói o curral dos animais utilizando o sistema grupo intensivo realizado.	150 Beneficiários (15 grupos) compostos por 50% das mulheres e 50% dos homens identificados e beneficiados.	Suco Clacuc, Subdistrito Fatuberliu, Distrito Manufahi, Suco Curluli Subdistrito Maliana, Distrito Bobonaro, Suco Vatuboro, Subdistrito Maubara, Distrito Liquiça.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% da actividade realizada.	100% da actividade realizada.	
	1.8 Construção estrada de acesso ao centro de demonstração e treinamento pecuário (CDTP).	100% Estrada de acesso ao centro de demonstração e treinamento (CDTP) construída.	Estrada de acesso ao CDTP de 3,000 m construído e serem utilizando para o acesso ao CDTP referida.	CDTP Dotik, Distrito Manufahi.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% Estrada de acesso ao centro de demonstração e treinamento (CDTP) construída.	75% Estrada de acesso ao centro de demonstração e treinamento (CDTP) construída.	100% Estrada de acesso ao centro de demonstração e treinamento (CDTP) construída.
	1.9 Construção de residência técnica no centro de demonstração e treinamento pecuária (CDTP) Fuiloro	100% Residência e aula de encontro técnico no CDTP construída.	2 Residências no CDTP construídas e utilizadas para o alojamento e encontro dos técnicos profissionais	Centro Demonstração e Treinamento Pecuária (CDTP) Subdistrito Lospalos Distrito	Propostas orçamentais e concurso público.	50% Residência e aula de encontro técnico no CDTP construída.	100% Residência e aula de encontro técnico no CDTP construída.	

	Lospalos.			Lautem.				
	1.10 Construção de residência técnica no centro de demonstração e treinamento pecuária (CDTP) Dotik	100% Residência técnica no CDTP construída.	3 Residências técnicas no CDTP construídas utilizadas para o alojamento dos técnicos profissionais.	Centro demonstração e Treinamento Pecuária (CDTP) Dotik, Distrito Manufahi.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% Residência técnica no CDTP construída.	100% Residência técnica no CDTP construída.	
	1.11 Apoiar equipamentos para centro demonstração, residência o e treinamento pecuária (CDTP) Dotik.	100% dos equipamentos para CDTP requisitados.	Equipamentos de 8 unidades para apoiar o CDTP completos.	Suco Dotik, Distrito Manufahi CDTP.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% dos equipamentos para CDTP requisitados.		
	1.12 Apoiar as propostas dos pedidos dos animais feitas pela Comunidade.	61 Propostas e 642 beneficiários são verificados.	3,212 Animais Composto (ovinos, Búfalo, Cabritos, Suínos e Galinhas) foram distribuídos.	Distrito de Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi e Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	20 Propostas e 214 beneficiários foram verificados.	20 Propostas e 214 beneficiários foram verificados.	20 Propostas e 214 beneficiários foram verificados.
2. Criar condições higiénicas e de qualidade para o fornecimento dos produtos de carnes.	**2.1** Construção lugares de matança de animais.	100% Lugares de matança de animais nos Distritos construídos.	Lugares de matança de animais nos 4 Distritos construídos.	Distrito Viqueque, Liquiça, Aileu e Ermera.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Lugares de matança de animais nos Distritos construídos.		
	2.2 Apoiar facilidade de Equipamentos para Matadouro Nacional Tibar.	100% das facilidades e equipamentos para matadouro Tibra apoiado.	100 Unidade de Talho móvel para transportar produto de carne animal realizado.	Díli e 13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Das facilidades e equipamentos para matadouro Tibar apoiados.		
3. Reduzir a morbilidade e mortalidade dos animais.	**3.1** Vacinação dos animais (porco, vacas e galinhas/aves).	80% dos suínos, vacas e galinhas serem prevenidos das doenças.	Os animais (porco, vacas e galinhas/aves) são vacinados.	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	40% Dos suínos, vacas e galinhas são prevenidos das doenças.	40% Dos suínos, vacas e galinhas são prevenidos das doenças.	
	3.2 Compras de medicamentos.	100% dos medicamentos requisitados.	Os medicamentos requisitados para apoiar o tratamento de saúde animal.	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Dos medicamentos requisitados.		
	3.3. Vigilância das doenças animais.	25% da lista/mapa das doenças dos animais elaborado.	Sistema de vigilância doença de animais.	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	10% Da lista/mapa das doenças dos animais elaborados.	15% Da lista/mapa das doenças dos animais elaborados.	
	3.4. Fornecimento de equipamento para laboratório e posto saúde animal.	100% dos equipamentos para laboratório e posto saúde animal requisitados.	Equipamento para laboratório e posto saúde animal requisitado.	Laboratório Nacional e Posto Saúde Animal nos 7 Distritos	Propostas orçamentais e concurso público.	100% dos equipamentos para laboratório e posto saúde animal requisitado		
	3.5. Construção Residência Médica Veterinária.	100% da residência médica veterinária construída.	3 Residências médica veterinária construído e são utilizadas.	Distrito Baucau, Bobonaro e Manufahi.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% da residência médica veterinária construída.		
	3.6 Pagamentos	100% da	Pagamento de quotas	Timor Leste.	Propostas	50% da contribuição	75% da contribuição	100% da

	quotas.	contribuição Timor Leste como membro na organização do OIE é paga.	é uma obrigação dum país como membro duma organização internacional.		orçamentais e concurso público.	paga.	paga.	contribuição paga.
	3.7. Instalação de água potável.	100% Água potável nos centros de saúde animal instalado.	Acesso de água potável nos 9 centros de saúde animal realizado	Dotik, Hatudo, Venilale, Sagadate, Cribas, Salele, Titilari Oesilo laboratório Díli.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Água potável nos centros de saúde animal instalada.		
4. Apoiar os serviços de administração e programas.	**4.1** Apoiar o curso de bacharelato de saúde animal.	100% Curso de saúde animal apoiado.	50 Estudantes compostos por 40 % raparigas e 60 % rapazes participam no curso de Bacharelato na UNTL.	Universidade Nacional Timor Loro-Sae.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% curso de Bacharelato de saúde animal apoiado.		
	4.2 Apoiar o curso Mestrado ao Funcionários da DNPV.	100% do curso Mestrado e Licenciado serem apoiado.	3 Candidatos/ funcionários DNPV seleccionados.	Universidade UNRAM Mataran e UDAYANA Bali Indonésia.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% do curso Mestrado e Licenciado são apoiados.		
	4.3 Estágio sobre a criação e uso de chocadeiras artificiais para a criação de pato-marreco.	6 Técnicos participam no Estágio sobre a criação e uso de chocadeiras artificiais para a criação de pato-marreco.	Elevados conhecimentos técnicos dos 6 técnicos sobre a criação e uso de chocadeiras artificiais para a criação de pato-marreco.	Indonésia.		6 Técnicos participam no estágio.		
	4.4 Estágio sobre a gestão e criação de vacas leiteiras.	12 Técnicos participam Estágio sobre a gestão e criação de vacas leiteiras.	Elevados conhecimentos técnicos dos 12 técnicos sobre a gestão e criação de vacas leiteiras.	Indonésia.		6 Técnicos participam no estágio.	6 Técnicos participam no estágio.	
OBJECTIVO GERAL: **Apoiar os programas de Segurança Alimentar.**								
1. Abastecimento de água aos agricultores.	**1.1** Continuação da construção da Irrigação de Bebui.	100% da barragem, canal, protecção, edifícios e assessorias construído.	1,090 Hectares de áreas agrícolas voltarão a funcionar e 25% poderá ser cultivada na segunda época.	Suco Afaloikai, Subdistrito Uatolari, Distrito de Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% da barragem, canal, protecção, edifícios e assessorias construído.		
	1.2 Construção da Irrigação de Ribeira (orçamento plurianual).	100% da bocadura, canal, canal subterrâneo, edifício e acessórios da irrigação de Ribeira construído.	225 Hectares várzea serão reactivados com 457 agricultores.	Distrito de Ainaro.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Da construção realizada.	50% Da construção realizada.	100% Da construção realizada.
	1.3 Construção da Irrigação de Oebaba (orçamento plurianual).	100% da bocadura, canal, canal subterrâneo, edifício e acessórios	2,263 Hectares de várzea serão reactivados com 2038 agricultores.	Distrito de Covalima.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Da construção realizada.	50% Da construção realizada.	100% Da construção realizada.

		construído.						
	1.4 Construção da Irrigação de Larisula (orçamento plurianual).	100% da bocadura, canal, canal subterrâneo, edifício e acessórios construído.	347 Hectares várzea serão reactivados com 277 agricultores.	Distrito de Baucau.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Da construção realizada.	50% Da construção realizada.	100% Da construção realizada.
	1.5 Construção da Irrigação de Maucola (orçamento plurianual).	100% da barragem, canal, protecção, edifícios e acessórios construído.	2,916 Hectares de áreas agrícolas voltarão a funcionar e 25% poderá ser cultivada na segunda época. Possibilidade de emprego com implementação das actividades.	Distrito de Covalima.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Da construção realizada.	50% Da construção realizada.	100% Da construção realizada.
	1.6 Construção de Vias de Acesso nas áreas agrícolas.	100% Acesso de transporte as áreas agrícolas construído.	36 km de vias de acesso nas áreas agrícolas em funcionamento nos distritos.	12 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Da construção realizada.	50% Da construção realizada.	100% Da construção realizada.
2. Protecção às facilidades de Agricultura e Irrigação.	**2.1** Edificação de barreiras de pedra e massa nas margens das ribeiras, áreas agrícolas.	100% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas assegurado.	Assegurado o abastecimento de água a área agrícola de Cassameta com uma cobertura de 700 hectares e protegida a zona agrícola na área superior da mesma.	Distrito de Baucau.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	50% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	100% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.
	2.2 Serviços de emergência aos esquemas de Irrigação e zonas agrícolas.	100% das facilidades de Irrigação e zonas agrícolas assegurado.	É assegurada e protegida a zona agrícola de Oenitas ameaçada pelas cheias na época das chuvas proveniente da ribeira de Tono.	Distrito de Oecússi.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	50% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	100% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.
	2.3. Edificação de barreiras de pedra e massa nas margens das ribeiras, áreas agrícolas.	100% das facilidades de Irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	É assegurada o abastecimento de água a 24 esquemas nos distritos equivalente 6,000 hectares de várzeas protegida as áreas ameaçadas pelas cheias na época das chuvas.	Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	50% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	100% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.
	2.4. Serviços de emergência aos esquemas de Irrigação e zonas agrícolas.	100% Das facilidades de Irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	13 Ribeiras com a distância de 26 kms nos distritos, protegidas e assegurado a abastecimento de	12 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	50% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.	100% Das facilidades de irrigação e zonas agrícolas asseguradas.

			água.					
3. Manutenção dos equipamentos pesados em funcionamento.	Abastecimento de acessórios aos equipamentos pesados.	100% Dos equipamentos pesados em funcionamento.	7 Unidades de equipamento pesado em boa condição.	Distrito de Díli.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% Dos equipamentos pesados em funcionamento.	75% Dos equipamentos pesados em funcionamento.	100% Dos equipamentos pesados em funcionamento.
4. Para atender os serviços de emergência.	Compra de escavadoras	100% Escavadoras requisitadas.	2 Escavadoras requisitadas.	Surabaya, Indonésia.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Escavadoras requisitadas.		
5. Reserva de água.	Construção de reservatórios de água.	100% Reservatórios de água construídos.	13 Unidades reservatórios de água construídos nos distritos	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Reservatórios de água construídos.	70% Reservatórios de água construídos.	100% Reservatórios de água construídos.
6. Estudo dos recursos de água.	Levantamento de dados.	100% dos dados adequados sobre os recursos de água recolhido	Os dados adequados sobre os recursos de água nos 13 Distritos recolhido	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Dos dados adequados sobre os recursos de água recolhidos.	70% Dos dados adequados sobre os recursos de água recolhidos	100% Dos dados adequados sobre os recursos de água recolhidos
7. Acesso aos dados do nível de água nas ribeiras para previsão do cultivo agrícola.	Recolha de dados de água das ribeiras.	100% Dos dados adequados sobre os recursos de água nas ribeiras extensas recolhidos.	Os dados adequados sobre os recursos de água nas ribeiras extensas do país recolhidos.	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Dos dados adequados sobre os recursos de água nas ribeiras extensas recolhidos.	70% Dos dados adequados sobre os recursos de água nas ribeiras extensas recolhidos.	100% Dos dados adequados sobre os recursos de água nas ribeiras extensas recolhidos.
8. Inventariação de dados de irrigação.	Levantamento de dados.	100% Dos dados adequados sobre os esquemas de irrigação comunitária inventariados.	12 Esquemas com uma cobertura anual de 10,000 hectares.	13 Distritos.	Propostas orçamentais e concurso público.	25% Dos dados adequados sobre os esquemas de irrigação comunitária inventariados.	70% Dos dados adequados sobre os esquemas de irrigação comunitária inventariados.	100% Dos dados adequados sobre os esquemas de irrigação comunitária inventariados.
9. Estudo viabilidade das barreiras de irrigação e barragens de preservação de água.	Levantamento, esboço, desenho, estimação do custo e apresentação dos resultados (estudos de viabilidade).	100% Dos dados ou documentos necessários recolhidos.	2 Esquemas de irrigação com uma cobertura de 1830 hectares e 2 barragens de preservação de água.	Baucau, Manufahi e Manatuto, Ainaro	25% Dos dados ou documentos necessários recolhidos.	50% Dos dados ou documentos necessários recolhidos.	75% Dos dados ou documentos necessários recolhidos.	100% Dos dados ou documentos necessários recolhidos.
10. Operação e manutenção para provisão de água suficiente nos canais de irrigação.	Manutenção dos canais, limpeza e pequenas reparações das estruturas.	100% Esquemas de irrigação em condição para benefício dos agricultores.	20 Esquema de irrigação com abastecimento de água regular.	12 Distritos.	25% Esquemas de irrigação em condição para benefício dos agricultores.	50% Esquemas de irrigação em condição para benefício dos agricultores.	75% Esquemas de irrigação em condição para benefício dos agricultores.	100% Esquemas de irrigação em condição para benefício dos agricultores.
OBJECTIVO GERAL: **Garantir a gestão sustentável das áreas florestais para aumentar a qualidade do meio ambiente, e vida económica e social em Timor-Leste por meio da gestão dos recursos florestais e bacias hidrográficas.**								
1. Desenvolver a gestão técnica e capacidade administrativa para manter e desenvolver a instituição do sector florestal.	**1.1** Treinamento aos guardas-florestais sobre serviços operacionais.	96 Guardas-florestais participam no treinamento.	Conhecimento elevado dos Guardas-florestais.	Timor-Leste e Estrangeiro.	24 Guardas-florestais participam no treinamento.	24 Guardas-florestais participam no treinamento.	24 Guardas-florestais participam no treinamento.	24 Guardas-florestais participam no treinamento.
	1.2 Monitorizar e avaliar os programas, projectos e actividades do	100% dos programas, projectos e actividades do MAP	Monitorização as actividades do MAP seguindo as implementações por	MAP Central e Distritos.	25% Dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizados e	50% Dos programas, projectos e actividades do MAP	75% Dos programas, projectos e actividades do MAP	100% Dos programas, projectos e actividades do MAP

	MAP duma forma efectiva.	monitorizado e avaliado.	cada trimestre.		avaliados.	monitorizados e avaliados.	monitorizados e avaliados.	monitorizados e avaliados.
	1.3 Estabelecimento do centro de arboretum da floresta.	100% Centro estabelecido.	2 Centros de arboretum da floresta estabelecidos.	Talito e Remexio.				100% Centro estabelecido.
	1.4 Estabelecimento banco de sementes da floresta.	100% Banco de sementes da floresta estabelecido.	1 Banco de sementes da floresta estabelecido.	DNF – Díli.	25% Banco de sementes estabelecido.	50% Banco de sementes estabelecido.	75% Banco de sementes estabelecido.	100% Banco de sementes estabelecido.
	1.5 Construção de edifício no Parque Nacional Nino Konis Santana.	100% Do edifício no Parque Nacional Nino Konis Santana construído.	1 Edifício no Parque Nacional Nino Konis Santana construído.	Mehara, Subdistrito Lautem.		100% Do edifício construído.		
	1.6 Construção portão no Parque Nacional Nino Konis Santana.	100% Portão no Parque Nacional Nino Konis Santana construído	4 Portões no parque nacional Nino Konis Santana construídos.	Bauro, Com, Lore I e Muapitine.		100% Portão construído.		
	1.7 Construção de posto de revista aos produtos florestais.	100% Posto de revista aos produtos florestais construído.	6 Postos de revista aos produtos florestais construídos.	Porto Díli, Mulia, Tibar, Balibar, Fatuahi e Metiaut.	2 Postos de revista aos produtos florestais construídos.	2 Postos de revista aos produtos florestais construídos.	2 Postos de revista aos produtos florestais construídos.	2 Postos de revista aos produtos florestais construídos.
2. Gestão sustentável nas áreas protegidas e Parque Nacional Nino Konis Santana através de protecção de biodiversidade.	**2.1** Desenvolver as alternativas de vida das comunidades em 14 sucos nas áreas protegidas e Parque Nacional Nino Konis Santana.	100% Das actividades de alternativas da vida das comunidades nos 14 sucos nas áreas protegidas e Parque Nacional de Nino Konis Santana desenvolvido.	14 Pilotos das alternativas de vida nas áreas protegidas e Parque Nacional Nino Konis Santana estabelecidos e beneficiam 300 famílias.	Suco Com, Bauro, Tutuala, Muapitine, Mehara, Lore I Reserva Tilomar (Suco Kasabauk, Maudemo, Beiseuk, Lalawa. AP Mundo Perdido: Osso de Cima, Loihuno, Liaruca, Bualale.	25% Das actividades desenvolvidas.	50% Das actividades desenvolvidas.	75% Das actividades desenvolvidas.	100% Das actividades desenvolvidas.
	2.2 Patrulhamento das Guardas Florestais comunitárias (GFK) em areias Protegidas e Parque Nacional Nino Konis Santana.	100% Dos serviços de patrulhamento das guardas florestais comunitárias (GFK) nas áreas protegidas e Parque Nacional Nino Konis Santana realizados.	Patrulhamento conjunto entre GFK e PNTL que se realizam em cada quartel.	Suco, Com, Bauro, Tutuala, Muapitine, Mahara, Lore I Reserva Tilomar: Suco Kasabauk, Maudemo, Beiseuk, Lalawa. AP Mundo Perdido: Osso de Cima, Loihuno, Liaruca, Bualale, AP Diatuto, AP Matebian.	25% Dos serviços de patrulhamento das guardas florestais comunitárias realizados.	50% Dos serviços de patrulhamento das guardas florestais comunitárias realizados.	75% Dos serviços de patrulhamento das guardas florestais comunitárias realizados.	100% Dos serviços de patrulhamento das guardas florestais comunitárias realizados.
	2.3 Desenvolve perímetro no Parque Nacional Nino Konis	100% Perímetro no parque nacional de Nino Konis Santana	3 Zonas no parque nacional de Nino Konis Santana (zona	Díli – PNNKS.	25% Do perímetro desenvolvido.	50% Do perímetro desenvolvido.	75% Do perímetro desenvolvido.	100% Do perímetro desenvolvido.

	Santana.	desenvolvido.	principal, zona transição e zona de utilização) desenvolvida.					
	2.4 Demarcação provisória nas áreas protegidas em Diatuto e Manucoco (19.000 ha).	100% Demarcação provisória nas áreas protegidas em Diatuto e Manucoco realizada.	Demarcação das áreas protegidas de Diatuto e Manucoco nos 8 sucos completa.	Suco Fatumakerek, Laklubar, Funar, Manelima, Fatumakerek Soibada e Manufahi AP Manucoco, Suco Makili, Makadiki e Beloi.	25% Demarcação provisória realizada.	50% Demarcação provisória realizada.	75% Demarcação provisória realizada.	100% Demarcação provisória realizada.
	2.5 *Survey* para demarcação preliminar nas áreas protegidas em Cristo Rei e Mundo Perdido.	100% do *survey* preliminar nas áreas protegidas de Cristo Rei e no Mundo Perdido realizado.	*Survey* preliminar nas áreas protegidas de Cristo Rei e no Mundo Perdido beneficiam as comunidades de 8 sucos.	Suco Osso de Cima, Loihuno, Liaruca, Bualale Suco Hera, Camea e Metiaut.	50% Do *survey* preliminar realizado.	100% Do *survey* preliminar realizado.		
	2.6 Manutenção do PAL em reserva floresta de Tilomar.	100% dos serviços de manutenção do PAL realizados.	Manutenção dos PAL para manter o bom funcionamento nas balizas em reserva Floresta de Tilomar.	Suco Kasabauk, Maudemo, Beiseuk, Lalawa.	25% Dos serviços realizados.	50% Dos serviços realizados.	75% Dos serviços realizados.	100% Dos serviços realizados.
	2.7 *Survey* preliminar detalhado nas 5 áreas protegidas.	100% *Survey* preliminar realizado.	Dados preliminares de 5 áreas protegidas (Monte de Aitana, Bibileo e Isu'un, Lagoa de Modomahut e Welenas) completos.	Monte de Aitana, Bibileo e Isu'un, Lagoa de Modomahut e Welenas.	50% Do *survey* preliminar realizado.	100% Do *survey* preliminar realizado.		
	2.8 Conservação do in-sito e ex-sito.	100% Dos serviços de conservação do in sito e ex sito realizados.	Jardim de espécies nativos de Timor-Leste e espécies introduzidos com o total de 10 ha protegido.	AP Mota Clere, Suco Dotik e PNNKS, Suco Mehara.	25% Dos serviços realizados.	50% Dos serviços realizados.	75% Dos serviços realizados.	100% Dos serviços realizados.
	2.9 *Survey* de Potencial Turístico Detalhado em áreas protegidas e ribeira Clere (30.000 Ha).	100% *Survey* de Potencial Turístico detalhado nas áreas protegidas de ribeira Clere (30,000 ha) realizado.	Dados sobre potencial turístico detalhado nas áreas protegidas de Mota Clere recolhido e completo.	Suco Uma Berloik, Dotik e Caicasa, Subdistrito Same, Distrito Manufahi.	25% *Survey* realizado.	75% *Survey* realizado.	100% *Survey* realizado.	
	2.10 Construção das Barracas que caminham por talhos da Muralha Tilu Soru-Keri Soru e preparação do quadro da legenda.	100% das barracas e quadro de legenda construído	15 Barras e 1 quadro de legenda construído	AP Legumau, Suco Barikafa e Suco Wairoke, Sub-Dist. Luro, Dist. Lautem		25% Das barracas e quadro de legenda construído.	75% Das barracas e quadro de legenda construído.	100% Das barracas e quadro de legenda construído.

3. Desenvolver a gestão de produção dos produtos florestais e plantas comerciais, e utilização dos recursos florestais.	**3.1** Manutenção dos pilotos de bambu.	100% Dos serviços de manutenção aos pilotos de bambu de 4 ha realizados.	Manutenção aos pilotos de bambu de 4 ha para melhorar a sua qualidade.	Suco Tibar, Subdistrito Bazartete, Distrito de Liquiça.	25% Dos serviços de manutenção realizados.	50% Dos serviços de manutenção realizados.	75% Dos serviços de manutenção realizados.	100% Dos serviços de manutenção realizados.
	3.2 Desenvolve o piloto Apicultura tradicional.	100% Piloto de apicultura tradicional de 10 hectares desenvolvido.	Piloto apicultura tradicional de 10 hectares beneficiam 4 grupos de agricultores.	Distrito Liquiça e Ermera	25% Piloto desenvolvido.	50% Piloto desenvolvido.	75% Piloto desenvolvido.	100% Piloto desenvolvido.
	3.3 Manutenção do Piloto Apicultura estabelecido no ano de 2008/09.	100% Dos serviços de manutenção do piloto de apicultura realizados.	Manutenção do piloto apicultura de 10 ha para melhorar a qualidade de apicultura.	Distrito Ermera, Díli (Ataúro).	25% Dos serviços de manutenção realizados.	50% Dos serviços de manutenção realizados.	75% Dos serviços de manutenção realizados.	100% Dos serviços de manutenção realizados.
	3.4 Inventariação dos Recursos Florestais.	100% Dos dados de recursos florestais identificados.	Dados dos recursos florestais recolhidos e compilados.	13 Distritos.	25% Da actividade realizada.	50% Da actividade realizada.	75% Da actividade realizada.	100% Da actividade realizada.
	3.5 Survey das balizas e inventariações das plantas comerciais (teca).	100% Balizas e inventariação das plantas comerciais realizadas.	Dados sobre a baliza das plantas comerciais de 120 ha recolhidos e compilados.	Distrito de Covalima.	25% Da actividade realizada.	50% Da actividade realizada.	75% Da actividade realizada.	100% Da actividade realizada.
	3.6 Demarcação das balizas das plantas comerciais (teca).	100% Demarcação das balizas das plantas comerciais (teca) realizada.	Demarcação das balizas das plantas comerciais (teca) de 1,200 ha realizada.	Subdistrito de Bobonaro e Atabae.	25% Da actividade realizada.	50% Da actividade realizada.	75% Da actividade realizada.	100% Da actividade realizada.
	3.7 Manutenções das plantas comerciais (teca).	100% dos serviços de manutenção das plantas comerciais (teca) realizados.	Manutenção das plantas comerciais (teca) de 160 ha para melhorar a qualidade de teca.	Distrito de Covalima e Bobonaro.	25% Da actividade realizada.	50% Da actividade realizada.	75% Da actividade realizada.	100% Da actividade realizada.
	3.8 Plantação de teca.	100% das plantas comerciais (teca) de 50 hectares plantados.	Plantas comerciais de teca de 50 hectares plantados.	Subdistrito de Bobonaro e Atabae.	50% Das plantas comerciais (teca) de 50 hectares plantados.			100% Das plantas comerciais (teca) de 50 hectares plantados.
4. Protecção máxima e controlar a área Florestal e Produto Florestal de destruição (queimas, cortes das madeiras ilegais e circulações das madeiras ilegais).	**4.1** Fiscalização dos produtos florestais no posto da revista.	100% Dos produtos florestais fiscalizados.	Funcionamento do posto de revista aos produtos florestais com o objectivo melhorar o sistema de administração para a circulação dos produtos florestais.	4 Posto de revista (Balibar, Fatuahi, Metiaut e Tibar).	25% dos produtos florestais fiscalizados.	50% dos produtos florestais fiscalizados.	75% dos produtos florestais fiscalizados.	100% dos produtos florestais fiscalizados.
5. Reduzir as áreas críticas ou degradados em 12 bacias hidrográficas	**5.1** Produção de mudas de floresta nos Centros Viveiros Permanente.	100% Mudas de floresta com boa qualidade e quantidade suficiente	600,000 Mudas de floresta produzido e pronto para plantar na area de 2,484 ha (13 Distritos)	6 Centro viveiros permanentes em 7 Distritos	25% Mudas de floresta com boa qualidade e quantidade suficiente produzidas.	50% Mudas de floresta com boa qualidade e quantidade suficiente	75% Mudas de floresta com boa qualidade e quantidade suficiente	100% Mudas de floresta com boa qualidade e quantidade suficiente

prioritárias.		produzido.				produzidas.	produzidas.	produzidas.
	5.2 Gestão às bacias hidrográficas utilizando o sistema de conservação.	Bacias Hidrográfica de 20 ha estabelecidas.	Gestão de bacias hidrográficas pode reduzir a erosão nas áreas críticas de 20 ha.	Bacias Hidrográficas (Comoro, Karau Ulun, Sahen, Laclo e Mola).	Bacias Hidrográficas de 20 ha estabelecidas.	Bacias Hidrográficas de 20 ha estabelecidas.	Bacias Hidrográficas de 20 ha estabelecidas.	Bacias Hidrográficas de 20 ha estabelecidas.
	5.3 Promoção de plantações que utilizem o sistema de conservação das bacias hidrográficas.	300 Agricultores participam no programa de cultivação das plantas utilizando o sistema de conservação das bacias hidrográficas.	Aumento do conhecimento dos 300 agricultores sobre o programa de cultivação das plantas utilizando o sistema conservação bacias hidrográficas.	Bacias Hidrográficas (Tafara, Sahen, Carau Ulun e Dilor).	75 Agricultores participam no programa.	75 Agricultores participam no programa.	75 Agricultores participam no programa.	75 Agricultores participam no programa.
	5.4 Produção de Mapa de Bacias Hidrográficas.	4 Mapas de bacias hidrográficos e nascentes produzidos.	Água nascente com sistema das Bacias Hidrográfica estabelecidos	13 Distritos.	1 Mapa de bacias produzido.	1 Mapa de bacias produzido.	1 Mapa de bacias produzido.	1 Mapa de bacias produzido.
	5.5 Reflorestação nas áreas críticas.	100% dos serviços de reflorestação nas áreas criticas de 1,050 ha realizado.	Reflorestação nas áreas críticas de 1,050 ha do total de 450,000 ha realizado	13 Distritos.				100% Dos serviços de reflorestação realizados.
	5.6 Desenvolvimento do centro de produção do sândalo (kameli).	100% do centro da produção do sândalo (kameli) desenvolvido.	Sementes do sândalo com boa qualidade e quantidade suficiente produzida e pronto para cultivar na área de 50 ha.	Distrito de Baucau.				100% Do centro desenvolvido.
	5.7 Agro-florestal.	2,000 Agricultores participam no programa piloto de apicultura utilizando a método agro-florestal.	Elevado conhecimento dos 400 agricultores sobre o programa piloto de apicultura utilizando a método agro-florestal.	Distrito de Aileu, Ermera, Bobonaro e Liquiça.	500 Agricultores participam no programa.	500 Agricultores participam no programa.	500 Agricultores participam no programa.	500 Agricultores participam no programa.
OBJECTIVO GERAL: **Promover e aumentar a produção e a produtividade de pescas e aquicultura.**								
1. Gerir, manter e proteger os recursos pesqueiros e ambiente marinho.	**1.1** Educação sobre conservação das áreas marinhas protegidas e biodiversidade.	300 Pessoas participam na educação sobre a importância da conservação das áreas marinhas protegidas e biodiversidade.	Conhecimento de 300 pessoas (5 Distritos) sobre a importância da conservação das áreas marinhas protegidas e biodiversidade. Comunidade em 5 Distritos beneficia desta educação.	Distrito Covalima, Bobonaro, Manatuto, Díli (Ataúro) e Oecússi.	75 Pessoas participam na educação.	75 Pessoas participam na educação.	75 Pessoas participam na educação.	75 Pessoas participam na educação.
	1.2 Colecção de dados de recurso pesqueiro costeiro e marinho na área de conservação e MPA	100% dos dados básicos de recursos costeiros (corais, algas e mangais) recolhidos.	Dados e informações sobre ecossistema nas áreas costeiras assegurados.	Batugade, Distrito Bobonaro, Ataúro, Distrito Díli e área Porto Com.	25% Dos dados básicos de recursos costeiros (corais, algas e mangais) recolhidos.	50% Dos dados básicos de recursos costeiros (corais, algas e mangais) recolhidos.	75% Dos dados básicos de recursos costeiros (corais, algas e mangais) recolhidos.	100% Dos dados básicos de recursos costeiros (corais, algas e mangais) recolhidos.

	em 3 sítios: Batugade, Ataúro e Com.							
	1.3 Encaderna legislação de pesca versão português, inglês e tétum.	100% Encaderna legislação de pescas completo e pronto para implementar.	Toda a entidade tem acesso e compreende o que diz a lei e interpretada em 3 línguas composto por Português 100 exemplares, Inglês 100 exemplares e Tetum 400 exemplares.	MAP Central – Díli.	25% Encadernação da legislação de pescas completo e pronta a implementar.	50% Encadernação da legislação de pescas completo e pronta a implementar.	75% Encadernação da legislação de pescas completo e pronta a implementar.	100% Encadernação da legislação de pescas completo e pronta a implementar.
	1.4 Produzir *logbook* de pescas.	2,400 *logbook* de pesca produzido e pronto para distribuir aos pescadores.	Com 2,400 unidades de *logbook* podem facilitar os 200 grupos de pescadores na recolha de dados sobre pesca artesanal para as estatísticas da DNPA.	MAP Central – Díli.	600 *Logbook* de pesca produzido e pronto para distribuir aos pescadores.	600 *Logbook* de pesca produzido e pronto para distribuir aos pescadores.	600 *Logbook* de pesca produzido e pronto para distribuir aos pescadores.	600 *Logbook* de pesca produzido e pronto para distribuir aos pescadores.
	1.5 Disseminação de informação através da produção de brochuras, panfletos e camisolas.	7,500 Unidades de brochuras e 975 unidades de camisolas produzidos e pronto para a utilização na disseminação.	Disseminação de informação através de brochuras e camisolas realizado	MAP Central – Díli.	1,875 Unidades de brochuras e 245 unidades de camisolas produzidos e pronto para a utilização na disseminação.	1,875 Unidades de brochuras e 245 unidades de camisolas produzidos e pronto para a utilização na disseminação.	1,875 Unidades de brochuras e 245 unidades de camisolas produzidos e pronto para a utilização na disseminação.	1,875 Unidades de brochuras e 245 unidades de camisolas produzidos e pronto para a utilização na disseminação.
	1.6 Mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite.	100% Dos serviços de mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite realizado	Dados e informações sobre potência dos recursos de pescas costeiras e aquacultura compilado	Território de Timor-Leste.	25% Dos serviços de mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite realizados.	50% Dos serviços de mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite realizados.	75% Dos serviços de mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite realizados.	100% Dos serviços de mapeamento das áreas potenciais de pescas costeiros e aquacultura via satélite realizados.
2. Desenvolver e aumentar a indústria de pesca aquática.	**2.1** Instalação de materiais e equipamentos no mercado de peixe.	100% Materiais e equipamentos de peixe instalados.	Facilidades no mercado de peixe instaladas.	Mercado Taibessi – Díli.	25% Materiais e equipamentos de peixe instalados.	75% Materiais e equipamentos de peixe instalados.	100% Materiais e equipamentos de peixe instalados.	
	2.2 Dispositivo de concentração de peixe/FAD.	7 Unidades de dispositivo de concentração de peixe realizado (7 grupos dos pescadores).	Aumentar o rendimento dos pescadores devido do aumento da quantidade de peixe	Distrito de Baucau, Bobonaro, Díli (Ataúro), Lautem, Liquiça e Manatuto.	Processo administrativo realizado.	7 Unidades de dispositivo de concentração de peixe realizado (7 grupos dos pescadores).		
	2.3 Estudo de viabilidade e desenho de sítios de ancoradouro.	100% Estudo de viabilidade e desenho de sítios de ancoradouro realizado.	Estudo de viabilidade e desenho de 5 sítios de ancoradouro completo e publicado.	Distrito de Díli, Baucau, Bobonaro, Manufahi e Liquiça.	Processo administrativo realizado.	25% Do estudo de viabilidade e desenho feito.	100% Do estudo de viabilidade e desenho feito.	
	2.4 Compra de	100% Dos	250 Pescadores (50	11 Distritos	Processo	50% Dos	75% Dos	100% Dos

	equipamentos de pesca para apoiar as comunidades piscatórias.	equipamentos de pesca requisitados e prontos para apoiar aos grupos de pescadores.	grupos) beneficiados através deste apoio.	excepto Ermera e Aileu.	administrativo realizado.	equipamentos de pesca requisitado e pronto para apoiar aos grupos de pescadores	equipamentos de pesca requisitado e pronto para apoiar aos grupos de pescadores	equipamentos de pesca requisitado e pronto para apoiar aos grupos de pescadores
	2.5 Construção de barcos de fibra de vidro com equipamentos de pesca para o piloto de pesca semi-industrial.	100% Barcos de fibra de vidro com equipamentos de pesca construídos.	5 Grupos de pescadores beneficiados.	Distrito de Baucau, Díli e Liquiça.	Processo administrativo realizado.	50% Da actividade executada.	75% Da actividade executada.	100% Da actividade executada.
	2.6 Compra de materiais de laboratório de controlo de qualidade de peixe.	100% Das materiais de laboratório de controlo de qualidade de peixe requisitado e instalado.	Calibração de materiais e equipamentos no laboratório de Lautem instalado.	Tenu, Distrito Lautem.	Processo administrativo realizado.	100% Das materiais de laboratório de controlo de qualidade de peixe requisitado e instalados.		
3. Desenvolver e utilizar as áreas potenciais para a produção de aquicultura.	**3.1.** Compra de ração de peixe (pelet) para operação de 4 centros de viveiros de peixe na produção de alevins.	500,000 Alevins de peixe produzidos por ano.	Produção de 500,000 alevins para apoiar 4 centros de viveiros de água doce.	Viqueque (Loihuno), Manufahi (Same), Ermera (Gleno) e Bobonaro (Maliana).	125,000 Alevins de peixe produzidos por trimestre.	125,000 Alevins de peixe produzidos por trimestre.	125,000 Alevins de peixe produzidos por trimestre.	125,000 Alevins de peixe produzidos por trimestre.
	3.2. Desenvolvimento de aquicultura água doce, água salobra e água marinha.	100% Aquicultura de água doce, salobra e água marinha desenvolvido.	Desenvolvimento de aquicultura água doce, água salobra e água marinha beneficiam 245 grupos de aquicultores (1,215 pessoas).	Distrito de Aileu, Ainaro, Baucau, Covalima, Díli, Ermera, Liquiça, Lautem, Manatuto, Manufahi, Oecússi e Viqueque.	25% Da actividade executada.	50% Da actividade executada.	75% Da actividade executada.	100% Da actividade executada.
	3.3 Compra de materiais para a experimentação de ração de peixe.	100% Materiais para a experimentação de ração de peixe requisitados.	Materiais para a experimentação de ração de peixe requisitado para apoiar o centro viveiros de Manufahi.	Centro Viveiros de Manufahi, Subdistrito Same.	Processo administrativo realizado.	100% Materiais para a experimentação de ração de peixe requisitados.		
4. Reforçar o sistema de inspecção, monitorização e controlo das actividades de pesca.	**4.1.** Registo aos barcos de pesca comercial e pesca não comercial.	100% Dos serviços de registo aos barcos de pesca artesanal realizados.	795 Unidades de navegações artesanais registado e marcado.	11 Distritos excepto Ermera e Aileu.	25% Dos serviços de registo aos barcos de pesca artesanal realizados.	50% Dos serviços de registo aos barcos de pesca artesanal realizados.	75% Dos serviços de registo aos barcos de pesca artesanal realizados.	100% Dos serviços de registo aos barcos de pesca artesanal realizados.
	4.2 Compra material de apoio aos monitores e fiscais de pesca.	100% Material de apoio aos monitores e fiscais de pesca requisitado.	Os fiscais e monitores de pesca tem a identidade própria na execução dos serviços	Mar de Timor.	Processo administrativo realizado.	100% Material de apoio aos monitores e fiscais de pesca requisitados.		
	4.3 Inspecção as	100% Das	Actividade de pesca	11 Distritos	25% Das actividades	50% Das	75% Das	100% Das

	actividades de pesca comercial e não comercial.	actividades de pesca comercial e não comercial controlado.	comercial e não comercial controlado.	excepto Ermera e Aileu.	de pesca comercial e não comercial controlada.	actividades de pesca comercial e não comercial controlada.	actividades de pesca comercial e não comercial controlada.	actividades de pesca comercial e não comercial controlada.
	4.4 Colocar observadores nas embarcações de pesca comerciais.	100% Do método de pesca, processamento e relatório de dados realizado.	As embarcações de pesca comerciais, produto alvo, método de pesca, processamento e relatório de dados verificado e controlado.	Mar de Timor.	25% Do método de pesca, processamento e relatório de dados realizado.	50% Do método de pesca, processamento e relatório de dados realizado.	75% Do método de pesca, processamento e relatório de dados realizado.	100% Do método de pesca, processamento e relatório de dados realizado.
	4.5 Estabelecimento de *Fisheries Monitoring Centre* (FMC) e actualização do sistema VMS.	100% do centro e actualização do sistema VMS estabelecido.	As actividades de pesca industrial e semi industrial monitorizadas e actualizadas com nações vizinham que estão a usar o sistema ARGOS.	MAP Central – Díli.	25% Do sistema VMS estabelecido.	50% Do sistema VMS estabelecido.	75% Do sistema VMS estabelecido.	100% Do sistema VMS estabelecido.
5. Reforçar a coordenação dos serviços de administração e programas.	**5.1** Construção do porto de pesca	100% Porto de pesca construído	1 Unidade de porto de pesca construído com fim de controlar as actividades de importação e exportação do produto pesqueiro.	Suco Duyung, Subdistrito Metinaro.	Processo administrativo realizado.	25% Porto de pesca construído.	50% Porto de pesca construído.	75% Porto de pesca construído.
	5.2 Construção de Tanque Séptico (*Septic tank*).	100% Tanque Séptico construído.	1 Tanque Séptico construído para acumular resíduos químicos e reciclar para o uso diário.	Distrito Lautem (Tenu).	Processo administrativo realizado.	50% Tanque Séptico construído.	100% Tanque Séptico construído.	
	5.3 Reabilitação de edifício de pesca	100% Edifício de pesca reabilitado.	2 Edifícios de pesca no Subdistrito de Ataúro e Vemasse reabilitado.	Subdistrito de Ataúro e Vemasse.	Processo administrativo realizado.	100% Edifício de pesca reabilitado.		
	5.4 Reabilitação de centro de formação dos pescadores.	100% Edifício do centro de formação dos pescadores reabilitado.	1 Edifício do centro de formação dos pescadores reabilitado.	Bonuk, Distrito Ainaro	Processo administrativo realizado.	100% Edifício reabilitado.		
	5.5 Construção murro nas lotas de pescas	100% Construído o muro nas lotas de pescas.	Murro nas 8 lotas de pesca construído para assegurar o bom funcionamento.	Distrito de Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli (Ataúro), Manatuto, Manufahi, Oecússi e Viqueque.	Processo administrativo realizado.	100% Muro construído.		
	5.6 Reabilitação de centro de viveiros de	100% de centro de viveiros de peixe	Reabilitação de 4 centros de viveiros de	Centro Viveiros de Same, Gleno,	Processo administrativo	100% Do centro de viveiros de peixe		

	peixe.	reabilitado.	peixe realizado.	Mugis e Loihuno.	realizado.	reabilitado.		
	5.7 Construção de muralha no laboratório de pesca.	100% Muralha no laboratório de pesca construída.	Muralha no laboratório de Tenu construída para assegurar o bom funcionamento.	Tenu, Subdistrito de Lautem.	Processo administrativo realizado.	50% Muralha no laboratório de pesca construída.	100% Muralha no laboratório de pesca construída.	
	5.8 Construção de Muralha nos centros de viveiros de peixe.	100% Muralha nos centros de viveiros de peixe construída.	Muralha nos centros de viveiros de peixe construída para assegurar o bom funcionamento.	Centro Viveiros de Same, Gleno, Mugis e Loihuno.	Processo administrativo realizado.	100% Muralha nos centros de viveiros de peixe construída.		
	5.9 Pagamento de Quotas.	100% Das quotas pagas.	População mundial tem assegurado alimentação à base de peixe.	Organização Regional (Nível Ásia).	25% Das quotas pagas.	50% Das quotas pagas.	75% Das quotas pagas.	100% Das quotas pagas.
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar a qualidade da produção de café e outras plantas industriais com valor económico.**								
1. Aumentar a produção e qualidade de café.	**1.1** Estabelecimento de bloco de alta produção de café.	Bloco de alta produção de café de 4 ha estabelecido.	Terreno, transferência de plantas e manutenção preparada.	Distrito de Ermera, Liquiça, Manufahi, Ainaro e Aileu	Identificação e manutenção do bloco de alta produção de café.	Produzir sementes de variedade catuai vermelha.	Produção mudas de novo variedade (catuai vermelho).	Transplantação novo variedade de mudas em 4 locais.
	1.2 Preparação de mudas de café e árvores de sombreamento.	Produção de 1,000.000 mudas de café e 30.000 mudas de sombreamento de café.	Materiais adquiridos.	Fatuquero, Hatulia, Atsabe, Maubisse, Letefoho e Lolotoe.	Preparação de sementes 1 ton para produção mudas de café e arvore de sombreamento de café.	Produção de 1.000.000 mudas de café e 30.000 mudas de sombreamento de café em 6 centro viveiros permanente.	Manutenção de Produção de mudas de café e mudas de sombreamento de café.	Distribuição de mudas para o campo de plantação os grupos de agricultores.
	1.3 Expansão da plantação de café.	250 Ha área de expansão de café.	Preparação do terreno, transportação e transplantação de mudas.	Ermera, Liquiça, Manufahi, Ainaro e Aileu.	Avaliação e levantamento de dados para 200 Ha área de expansão.	Preparação de terreno.	Preparação de terreno.	Cultivo de árvores de sombreamento provisório e permanente e cultivo de cafeeiros.
	1.4 Intensificação da plantação de café.	Plantação de café de 250 ha intensificado.	Preparação de terreno, transportação e transplantação de mudas.	Ermera, Liquiça, Manufahi, Ainaro e Aileu.	Avaliação e levantamento de dados para 400 Ha área de intensificação.	Mapeamento e preparação de materiais para reabilitação.	Corte de cafeeiros nos plantios velhos.	Termina a reabilitação.
2. Melhorar a qualidade de café.	**2.1** Subsídio de máquina debulhadeira de café com a capacidade de 1000 kg/hora.	Distribui máquina debulhadeira de café de 15 unidade aos grupos agricultores de café.	15 Grupos de agricultores receberam máquina debulhadeira de café.	Suco Manumera, katobo'ot, Eraulu, kolimau,Taraso, Haufu, Talimoro, Laklo, Lisapat, Manelobas, Beremana, Kaimaco, Rotuto, Riheu, Poetete.	10% (preparação, processo e aprovisionamento).	Distribuição de 5 unidades.	Distribuição de 5 unidades.	Monitorização e Avaliação.
	2.2. Subsídio de 6 unidades para reabilitar café.	Reabilitação de 250 ha de parque cafeeiro muito velho.	Produção de café atingirá 400 kg/ha designadamente 250 Ha.	Ermera, Liquica, Manufahi, Ainaro e Aileu	10%(Preparação, processo e aprovisionamento).	Preparação de equipamentos (*chensaw*).	Reabilitar 250 ha.	Manutenção e reabilitação do café.

	2.3. Estabelecimento do centro de processamento de café.	5 Unidades de Centro de processamento café estabelecidas e entregue aos grupos de agricultores.	15 Grupos de agricultores beneficiados pelos 5 centros de processamento de café.	Suco Kolimao, Manelobas, Bermana, Rotuto, Letefoho	2 Unidades estabelecidas.	2 Unidades estabelecidas.	1 Unidade Estabelecida.	Entrega dos centros aos agricultores.
	2.4. Construção do muro para Viveiro Permanente Café.	Muro construído.	Centro de Viveiros Permanente de Café protegido de estragos.	Suco Fatuquero, Dato, hatolia, Katraileten, Baboekraik, Mape, Hraiki'ik.	10% (preparação os documentos e em processo de aprovisionamento).	30% Início da construção do projecto.	30% Início da construção do projecto.	30% (Instalação de água, electricidade, equipamentos laboratório).
	2.5. Instalação de água potável no centro de viveiros permanente de café.	Fornecimento de água no Centro de Viveiros Permanente Café.	Pelo menos 500,000 litros de água fornecidos por cada dia.	Suco Fatuquero, Dato Subdistrito de Liquiça.	10% (preparação os documentos e em processo de aprovisionamento).	30% Início da construção do projecto.	30% Início da construção do projecto.	30% (Instalação de água, electricidade, equipamentos laboratório).
	2.6. Extensão do Centro de Viveiros Permanente em Fatuquero.	Estabelecimento do Centro de Viveiros Permanente em Fatuquero.	Produz viveiros de café com 500.000 pés.	Fatuquero, Railako Distrito de Ermera.	1 Unidade do centro estabelecida.	1 Unidade do centro estabelecida.	1 Unidade do centro estabelecida.	Entrega o projecto de Centro viveiro permanente ao MAP.
	2.7. Estabelece Centro de produção de adubo orgânico e casinha de trabalhadores para produção de mudas de café.	Preparar adubos orgânicos de boa qualidade e facilitar aos trabalhadores a produção de mudas de café.	1 Unidade de centro de produção de adubo orgânico e 8 casinhas estabelecido.	Fatuquero, Liquica, Hatulia, Atsabe, Maubisse, Letefoho e Lolotoe.	10%(Preparação, processo e aprovisionamento).	30% (Construção física).	30% (Instalação de água).	30% (Início da construção do projecto).
3. Introdução técnica e tecnológica para melhoramento da qualidade do café.	**3.1** Treinamento com método *farmer Field School (FFS).*	600 Agricultores obtiveram a capacitação.	Treinamento, subsidio manual técnico e demonstração *plot.*	13 Distritos.				
4. Aumentar a produtividade e produção das Plantas perenais e Anuais.	**4.1** Produção das Mudas de caju, cacau, coco, kamii e plantas medicinais.	Produz mudas cacau 31,250, coco 6,150, caju 50,000, kamii 100,000 plantas medicinais 25,000 nos viveiros.	Preparação sementes, materiais (matéria orgânica, *polybag*), manutenção das mudas estabelecidas.	Distrito Lospalos, Manatuto, Manufahi, Covalima, Oecússi, Aileu e Liquiça.	Coordenação do serviço e compra de material.	Produção Mudas caju, cacau, coco, kamii e plantas medicinais.	Produção Mudas caju, cacau, coco, kamii e plantas medicinais.	Transporte das mudas para terreno. Distribuição e transplantação. Manutenção, monitorização e avaliação.
	4.2 Reabilitação e expansão da área das plantas perenais e anuais.	Reabilita 200 ha e expansão de 75 ha.	Preparação do terreno, construção de cerca, transporte e manutenção das mudas.	Distrito Covalima, Lautem, Manatuto, Manufahi e Viqueque.				
5. Promover as actividades de Agro Comércio relacionadas com os Produtos Agrícolas, Plantas Industriais,	**5.1** *Survey* e identificação de produtos agrícolas e potência de mercados ao nível nacional e internacional.	Obtenção de dados e informação do preço do Mercado dos 50 *commodities* no CP 4 recolhidos através do Ministério, agências	Recolha de dado agro comércio, preenchimento de questionários e entrevistas e encontro com diversos intervenientes.	13 Distritos.	5,000 Será utilizada para recolha de MP e disseminação através da média, reportagem e publicação CP.	5,000 Será utilizada para recolha de MP e disseminação através da média, reportagem e publicação CP.	5,000 Será utilizada para recolha de MP e disseminação através da média, reportagem e publicação CP.	5,000 Será utilizada para recolha de MP e disseminação através da média, reportagem e publicação CP.

Florestas, Pecuária e Pescas.		e NGO relevantes.						
	5.2 Assistência e apoio aos grupos de pequena indústria, vendedores de peixe e promove programa SIPI.	10 Grupos identificados, definição de tecnologia produção, plano/design apropriado para necessidades de materiais e distribuição de materiais.	200 Membros do grupo de pequenas indústrias conseguem aplicar nova tecnologia e aplicam o valor do preço dos produtos seleccionados.	Centros de Processamento óleo de coco em Same, Suai, Lospalos, Viqueque Bobonaro, Manufahi, Liquiça, Manatuto e Oecússi.	Identificação e selecção de 18 grupos.	Extensão e distribuição de materiais e equipamentos.	Extensão e distribuição de materiais e equipamentos.	Monitorização do resultado de implementação.
	5.3 Instalação de água potável no centro de viveiros permanente.	100% de água potável no centro viveiros permanente instalado.	Instalação de água potável para apoiar as actividades no centro viveiros permanente.	Suco Dato, Fuiluro e Uma Boco.		100% de água potável no centro viveiros permanente instalado.		
6. Aumento de capacitação dos oficiais de agro comércio.	**6.1** Capacitação do *staff* do agro comércio.	8 Oficiais obtêm com formação.	Participação *staff* do agro comércio em formação: 1. Estágio, 2. Programa promoção Agro Comércio.	Díli e Indonésia.		4 Oficiais formados.	4 Oficiais formados.	
7. Promoção agro comércio integrado.	Diversificação dos produtos agrícolas e dos produtos de pescas.	20 Grupos recebem lucros da diversificação da produção.	Assistência técnica, Introdução de nova tecnologia, treinamento, apoio de materiais e equipamentos para aos grupos.	12 Distritos	Grupos beneficiados pela diversificação da produção.	Grupos beneficiados pela diversificação da produção.	Grupos beneficiados pela diversificação da produção.	Monitorização e avaliação dos resultados de implementação do programa.
OBJECTIVO GERAL: **Apoiar a política e o plano do Ministério para aumentar a produção e a produtividade agrícola para garantir a segurança alimentar e a gestão dos recursos agrícolas duma forma sustentável.**								
1. Fortificar o sistema de aviso prévio da segurança alimentar.	**1.1** Avaliação e verificação dos dados de segurança alimentar nível Sucos, Aldeias e famílias.	Os dados de segurança alimentar nível Sucos, Aldeias e famílias avaliados e verificados.	Todas as famílias a nível sucos e aldeias têm a disponibilidade de alimentos. Todas as famílias têm acesso aos alimentos nos próprios Sucos e Aldeias.	12 Distritos.				Os dados de segurança alimentar nível Sucos, Aldeias e famílias avaliados e verificados.
	1.2 Celebração do dia mundial de Segurança Alimentar.	Dia mundial de Segurança Alimentar celebrado.	Dia mundial de Segurança Alimentar celebrado com o objectivo de promover o produto local através de exposição.	MAP Central – Díli.				Dia mundial de Segurança Alimentar celebrado.
	1.3 Implementação de sistema do relatório dados básico de Segurança Alimentar.	100% do sistema de aviso prévio estabelecido e implementado nos 8 Distritos.	Dados básicos de Segurança Alimentar estabelecidos e funcionam bem.	8 Distritos.	50% do sistema de aviso prévio estabelecido e implementado nos 4 Distritos.			50% do sistema de aviso prévio estabelecido e implementado nos 4 Distritos.

2. Melhorar a implementação de actividade monitorização e avaliação.	**2.1** Monitorizar e avaliar os programas, projectos e actividades do MAP duma forma efectiva.	100% dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizado e avaliado.	Monitorização as actividades do MAP seguindo as implementações por cada trimestre.	MAP Central e Distritos.	25% dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizado e avaliado.	50% dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizado e avaliado.	75% dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizado e avaliado.	100% dos programas, projectos e actividades do MAP monitorizado e avaliado.
	2.2 Avaliação do impacto aos tractores distribuídos pelo MAP.	100% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos.	Pelo menos 75% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos ate o fim de Dezembro de 2012.	13 Distritos.	25% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos.	50% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos.	75% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos.	100% dos tractores distribuídos pelo MAP aos grupos de agricultores identificados e os dados recolhidos.
3. Melhorar o sistema de informação geográfica sobre agricultura e solo através da utilização dos dados de agro meteorologia.	**3.1** Mapeamento das áreas de cultivo de arroz e milho (primeira época).	100% Mapeamento das áreas de cultivo de arroz e milho (primeira época) realizado.	Finalizado o mapeamento das áreas de cultivo de arroz e milho (primeira época) nos 13 Distritos.	13 Distritos.	25% Mapeamento realizado.	75% Mapeamento realizado.	100% Mapeamento realizado.	
	3.2 Mapeamento de áreas cultivos de arroz e milho (segunda época)	100% Mapeamento de áreas cultivos de arroz e milho (segunda época) realizado.	Finalizado o mapeamento das áreas de cultivo de arroz e milho (segunda época) nos 13 Distritos.	13 Distritos.			50% Mapeamento realizado.	100% Mapeamento realizado.
4. Desenvolver as ciências e tecnologia agrícola aplicada para aumentar a produção agrícola.	**4.1** Continuação germinação de milho (variedade nai).	100% de sementes de milho (variedade nai) com boa qualidade e quantidade suficiente produzidas.	Sementes produzidas.	Centro Pesquisa Loes, Distrito Liquiça e Centro Pesquisa Betano, Distrito Manufahi.		50% De sementes produzidas.	100% De sementes produzidas.	
	4.2 Teste de aperfeiçoamento do cultivo de milho.	100% Teste de aperfeiçoamento do cultivo de milho realizado.	Recomendações sobre o novo sistema de cultivo de milho publicado.	Centro Pesquisa – Loes, Distrito de Liquiça.	25% Teste realizado.	50% Teste realizado.	75% Teste realizado.	100% Teste realizado.
	4.3 Teste de aperfeiçoamento do arroz local com a utilização de adubos orgânicos.	100% Testo de aperfeiçoamento realizado.	Recomendações sobre a vantagem de arroz local com grande potência de produção publicadas.	Subdistrito Uatulari, Distrito de Viqueque.	25% Teste realizado.	50% Teste realizado.	75% Teste realizado.	100% Teste realizado.
	4.4 Teste sobre o impacto de cultivo de arroz variedade Superior Filipina e desenvolvimento do arroz variedade local utilizando o sistema de cultivação LEGOWO.	100% Teste realizado.	Recomendações sobre o impacto de cultivo de arroz variedade Superior Filipina e desenvolvimento do arroz variedade local utilizando o sistema de cultivação	Distrito de Manatuto.	25% Teste realizado.	50% Teste realizado.	75% Teste realizado.	100% Teste realizado.

			LEGOWO publicadas.					
	4.5 Teste de aperfeiçoamento do cultivo de arroz.	100% Teste realizado.	Recomendações sobre o novo sistema de cultivação de arroz publicadas.	Distrito de Aileu.	25% Teste realizado.	50% Teste realizado.	75% Teste realizado.	100% Teste realizado.
	4.6 Teste do impacto do sistema de cultivação utilizando várias variedades para a produção de feijão-mungo.	100% Teste realizado.	Recomendações sobre o impacto do sistema de cultivação utilizando várias variedades para a produção de feijão-mungo publicadas.	Distrito Manufahi, Centro de Pesquisa de Betano.		10% Teste realizado.	60% Teste realizado.	30% Teste realizado.
	4.7 Teste sobre impacto dos adubos orgânicos na produtividade e produção da cebola.	100% Teste realizado.	Recomendações publicadas.	Distrito de Lautem.		10% Teste realizado.	60% Teste realizado.	30% Teste realizado.
5. Desenvolver a tecnologia agrícola aplicada para aumentar a produção de leite e peso da vaca.	**5.1** Teste do impacto de contribuição da hormona PGF2 alfa na fase de estros para criação dos suínos importados.	100% Teste realizado.	Recomendações publicadas.	Distrito Baucau.		15% Teste realizado.	75% Teste realizado.	15% Teste realizado.
	5.2 Teste de efeito da aplicação do sistema da criação tradicional para a produtividade de vacas no Distrito Lautem	100% dos factores do sistema da criação tradicional para a produtividade de vacas no Distrito de Lautem identificados.	Mínimo podemos identificar os 7 factores de BREED, FEED, HOUSING,HEALTH CARE para obter os resultados da criação de vacas utilizando o sistema tradicional.	Suco Muapitine, Subdistrito Lospalos, Distrito Lautem.		50% dos factores do sistema da criação tradicional para a produtividade de vacas no Distrito de Lautem identificados.	100% dos factores do sistema da criação tradicional para a produtividade de vacas no Distrito de Lautem identificados.	
	5.3 Implementação do programa de rações com o Sistema Três Estrata	100% do teste realizado.	Resultado do teste compilado e publicado.	Centro de Pesquisa Loes, Distrito Liquiça.		15% do programa realizado.	75% do programa realizado.	15% do programa realizado.
6. Desenvolver a tecnologia de processamento aplicativo e identificação da nutrição do produto agrícola.	**6.1** Teste do impacto de aumentar enzima bromalin para a composição química virgem coconut Oil/VCO) enzimática.	100% do teste realizado.	Resultado do teste compilado e publicado.	Lab. MAP Comoro e Lab. Indonésia (análise química).		10% do teste realizado.	50% do teste realizado.	40% do teste realizado.
	6.2 Testo do impacto da duração do tempo de fermentação com Lactobacillus Bulgaris para a composição química e característica organoléptica de	100% do teste realizado.	Resultado do teste compilado e publicado.	Lab. MAP Comoro e Lab. Indonésia (análise química).		10% do teste realizado.	50% do teste realizado.	40% do teste realizado.

	farinha de mandioca (tapioca).							
7. Reprodução de sementes de fruteiras utilizando a tecnologia *tissue culture.*	**7.1** Teste do impacto ZPT para produzir mudas de banana através de tecnologia *tissue culture*	100% do teste realizado.	Resultado do teste compilado e publicado.	Laboratório *Tissue Culture*, Comoro – Díli.		15% do teste realizado.	75% do teste realizado.	15% do teste realizado.
8. Identificar as áreas potenciais para o desenvolvimento da agricultura.	**8.1** Estudo de viabilidade de desenvolvimento nas áreas potenciais de agricultura.	100% dos dados ligado as áreas potenciais de agricultura recolhido.	Dados sobre as áreas potenciais de agricultura nos 4 Distritos compilados e publicados.	Distrito de Baucau, Lautem, Manatuto e Viqueque.	30% dos dados ligado as áreas potenciais de agricultura recolhidos.	30% dos dados ligado as áreas potenciais de agricultura recolhidos.	25% dos dados ligado as áreas potenciais de agricultura recolhidos.	15% dos dados ligado as áreas potenciais de agricultura recolhidos.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e proteger a agricultura de doenças exótica e pragas através de importação para garantir a exportação dos produtos agrícolas.**								
1. Identificar as doenças e pragas das plantas, animais e peixes.	**1.1** Vigilância das pragas e doenças dos animais.	100% lista das doenças e pragas dos animais que existe em Timor Leste identificada.	80% SPS como critério *standard* internacional das exportações e importação estabelecido.	13 Distritos.		50% lista identificada.		100% lista identificada.
	1.2 Vigilância das pragas e doenças das plantas.	100% lista das doenças e pragas das plantas que existe em Timor Leste identificada.	80% SPS como critério *standard* internacional das exportações e importação estabelecido.	13 Distritos	50% lista identificada.	100% lista identificada.		
	1.3 Vigilância das pragas e doenças de peixes.	100% lista das doenças e pragas de peixes que existe em Timor Leste identificado	80% SPS como critério *standard* internacional das exportações e importação estabelecido.	7 Distritos	25% lista identificada.	50% lista identificada.	75% lista identificada.	100% lista identificada.
	1.4 Estabelecimento de medidas SPS de quarentena de animais.	100% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	Produtos de agro-pecuária com o certificado de exportação implementado no território.	MAP Central – Díli.	25% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	50% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	100% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	
	1.5 Estabelecimento de medidas SPS de quarentena das plantas.	100% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação dos produtos das plantas estabelecido.	Produtos das plantas com o certificado de exportação implementado no território.	MAP Central – Díli.	25% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	50% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	75% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.	100% *Sanitary Phyto Sanitary (SPS) Certificate* de exportação do produto agro-pecuária estabelecido.
	1.6 Estabelecimento de regulamentos e custos de Quarentena animais, plantas e pesca.	100% Regulamentos e custos de Quarentena dos animais, plantas e	Taxa do Governo para exportação e importação dos produtos agrícolas estabelecida e	MAP Central – Díli.	25% Regulamentos e custos estabelecidos.	50% Regulamentos e custos estabelecidos.	75% Regulamentos e custos estabelecidos.	100% Regulamentos e custos estabelecidos.

		peixe estabelecido.	implementada.					
	1.7 Estabelecimento de infra-estruturas e facilidades de quarentena.	100% das infra-estruturas e facilidades de quarentena estabelecidas e instaladas.	Mes quarentena em Oecússi, Salele e Batugade com a instalação de água potável, electricidade, ramagem e muro construído.	Díli, Maliana, Suai e Oecússi.		50% das infra-estruturas e facilidades de quarentena estabelecidas e instaladas.	100% das infra-estruturas e facilidades de quarentena estabelecidas e instaladas.	
	1.8 Serviços de Catering.	100% dos serviços de catering realizados.	Os inspectores na área da fronteira são apoiados.	Díli, Maliana, Suai e Oecússi.	25% Serviços de Catering realizados.	50% Serviços de Catering realizados.	75% Serviços de Catering realizados.	100% Serviços de Catering realizados.
2. Aumentar a capacidade dos funcionários de quarentena.	**2.1** Estágio sobre demarcação nas áreas fronteiriças.	28 Técnicos participam no Estágio.	Conhecimento elevado dos 24 técnicos sobre demarcação da área fronteiriça.	Timor-Leste e Estrangeiro.	7 Técnicos participam no estágio.	7 Técnicos participam no estágio.	7 Técnicos participam no estágio.	7 Técnicos participam no estágio.
OBJECTIVO GERAL: **Qualificar os técnicos agrícolas por meio de formação agrícola de forma a estarem aptos a apoiar os agricultores principalmente nas áreas rurais e estimular a juventude timorense a empreender com motivação projectos nas áreas agrícolas dirigidos às necessidades das comunidades agrícolas.**								
1. Apoiar a prática dos estudantes das escolas técnica agrícola.	**1.1** Iniciar as unidades produtivas (unidade produção de pecuária, de horticultura, produção alimentar, e unidade agro negócio).	Cada unidade será produtiva, dará benefícios para escola/lucro, e põe em prática a matéria aprendida.	Executar prática, melhor conhecimento e domínio das unidades pelos estudantes I,II,e III Anos.	Natarbora, Maliana, Fuiloro e Oecússi.	25% (150 -200 estudantes do I e II Ano tem oportunidade de participar na prática no terreno da escola técnica agrícola para concretizar as matérias recebida dentro das salas de aulas).	50% (150 -200 estudantes do I no II Ano tem oportunidade de participar na prática no terreno da escola técnica agrícola para concretizar as matérias recebida dentro das salas de aulas).	75% (150 -200 estudantes do I no II Ano tem oportunidade de participar na prática no terreno da escola técnica agrícola para concretizar as matérias recebida dentro das salas de aulas).	100% (150 -200 estudantes do I no II Ano tem oportunidade de participar na prática no terreno da escola técnica agrícola para concretizar as matérias recebida dentro das salas de aulas).
	1.2 Prática de aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágios.	150-200 Estudantes do III Ano nas escolas agrícolas participam na prática aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágio.	Conhecimento de 150-200 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas elevado.	Natarbora, Maliana,Dom Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% (150-200 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas participam na prática aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágio).	50% (150-200 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas participam na prática aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágio).	75% (150-200 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas participam na prática aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágio).	100% (150-200 estudantes do III Ano nas escolas agrícolas participam na prática aperfeiçoamento no terreno/PAT ou estágio).
2. Apoiar as necessidades dos estudantes na escola técnica agrícola.	**2.1** *Catering Services* (preparações alimentos para os estudantes).	100% c*atering services* para os estudantes nas escolas agrícolas apoiados.	900 Estudantes nas escolas agrícolas (Maliana, Natarbora e Fuiluro) são beneficiados.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro.	25% (para 900 estudantes das escolas técnica agrícolas (900 x $1.00 x 303 dias).	50% (para 900 estudantes das escolas técnica agrícolas (900 x $1.00 x 303 dias).	75% (para 900 estudantes das escolas técnica agrícolas (900 x $1.00 x 303 dias).	100% (para 900 estudantes das escolas técnica agrícolas (900 x $1.00 x 303 dias).
3. Apoiar o processo de aprendizagem.	**3.1** Inscrição dos novos estudantes das escolas técnicas.	100% dos novos estudantes da escolas técnicas agrícolas registados.	Novos estudantes são seleccionados.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.				100% dos novos estudantes da escolas técnicas agrícolas registados.
	3.2 Exames Semestrais.	100% dos exames semestrais	900 Exemplares das matérias de exames	Natarbora, Maliana, Don		100% dos exames semestrais		

		realizados.	semestrais produzidos.	Bosco Fuiloro e Oecússi.		realizados.		
	3.3 Exame Nacional/Final.	100% Exame nacional/final no fim do Ano lectivo para os estudantes III Ano realizado.	280 – 300 Finalistas participam no exame nacional/final.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.			100% Exame nacional/final no fim do Ano lectivo para os estudantes III Ano realizado.	
	3.4 Graduação para os Finalistas.	100% dos finalistas são graduados.	280 – 300 Finalistas participam na graduação.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.				100% dos finalistas são graduados.
	3.5 Caderneta escolar para estudantes da escola técnica agrícola.	100% da caderneta escolar para os estudantes finalistas distribuída.	400 Cadernetas escolares publicadas.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	100% da caderneta escolar para os estudantes finalistas distribuída.			
	3.6 Diploma para os finalistas.	100% do diploma para os estudantes finalistas distribuído.	280 – 300 Exemplares de diploma para os finalistas produzidos.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.				100% do diploma para os estudantes finalistas distribuído.
4. Elevar as capacitações dos professores.	**4.1** Treinamento da Língua Portuguesa aos professores.	160 Professores participam no treinamento sobre a língua portuguesa no treinamento da língua portuguesa.	Conhecimento de 160 professores sobre a língua portuguesa elevado.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	40 Professores participam no treinamento.	40 Professores participam no treinamento.	40 Professores participam no treinamento.	40 Professores participam no treinamento.
5. Desenvolve o currículo do ensino agrícola.	**5.1** Definição da carga horária de cada matéria do ensino.	100% carga horária de definida.	Carga horária de cada matéria de ensino bem definida para a implementação na aprendizagem.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% carga horária de definida.	50% carga horária de definida.	75% carga horária de definida.	100% carga horária de definida.
	5.2 Preparar o pacote de competência do ensino/sebenta.	100% do pacote do ensino/sebenta da matéria do ensino para um ano lectivo preparado.	O pacote do ensino/sebenta com o total de 25 pacotes do ensino (normativo, adoptivo, produtivo geral e específico) produzido.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	100% do pacote do ensino/sebenta da matéria do ensino para um ano lectivo preparado.			
6. Desenvolver matérias experimentais aplicativos por cada professor da matéria do ensino.	**6.1** Implementação das matérias experimentais por cada professor da matéria do ensino de cada programa (geral, adoptivo e produtivo).	100% das matérias experimentais por cada professor da matéria do ensino de cada programa (geral, adoptivo e produtivo) implementadas.	Facilitar os professores da Escola Técnica Agrícola para exercer as suas ideias baseado nas matérias dadas.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% das matérias implementadas.	50% das matérias implementadas.	75% das matérias implementadas.	100% das matérias implementadas.
7. Apoiar os equipamentos práticos dos estudantes cada unidade.	**7.1** Utilização de equipamentos de laboratório para a prática dos estudantes.	100% dos equipamentos de laboratório na escolas técnicas agrícolas são	Os estudantes têm bom conhecimento de como utilizar o laboratório como um lugar de prática.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% dos equipamentos de laboratório são utilizados.	50% dos equipamentos de laboratório são utilizados.	75% dos equipamentos de laboratório são utilizados.	100% dos equipamentos de laboratório são utilizados.

		utilizados.						
	7.2 Manutenção dos edifícios das escolas técnicas agrícolas.	100% dos serviços de manutenção aos edifícios das escolas técnicas agrícolas realizado.	Facilitar os estudantes e professores da escola técnica agrícola.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% dos serviços de manutenção aos edifícios das escolas técnicas agrícolas realizado.	50% dos serviços de manutenção aos edifícios das escolas técnicas agrícolas realizado.	75% dos serviços de manutenção aos edifícios das escolas técnicas agrícolas realizado.	100% dos serviços de manutenção aos edifícios das escolas técnicas agrícolas realizado.
	7.3 Utilização equipamento de biblioteca.	100% dos equipamentos de biblioteca são utilizados.	Facilitar os estudantes e professores da escola técnica agrícola na utilização da biblioteca.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% dos equipamentos de biblioteca são utilizados.	50% dos equipamentos de biblioteca são utilizados.	75% dos equipamentos de biblioteca são utilizados.	100% dos equipamentos de biblioteca são utilizados.
	7.4 Utilização dos equipamentos para a prática dos estudantes nas Oficinas.	100% dos equipamentos para a prática dos estudantes nas oficinas são utilizados.	Para suportar o processo de aprendizagem de atingir o objectivo da escola técnica agrícola nas áreas da mecanização agrícola.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	25% dos equipamentos para a prática dos estudantes nas oficinas são utilizados.	50% dos equipamentos para a prática dos estudantes nas oficinas são utilizados.	75% dos equipamentos para a prática dos estudantes nas oficinas são utilizados.	100% dos equipamentos para a prática dos estudantes nas oficinas são utilizados.
	7.5 Utilização dos equipamentos de IT (informação e tecnologias).	100% dos equipamentos de IT (informação e tecnologias) são utilizados	Para dar conhecimento básico aos estudantes e melhorar os serviços e actividades.	Natarbora, Maliana, Don Bosco Fuiloro e Oecússi.	100% dos equipamentos de IT (informação e tecnologias) são utilizados.	100% dos equipamentos de IT (informação e tecnologias) são utilizados.	100% dos equipamentos de IT (informação e tecnologias) são utilizados.	100% dos equipamentos de IT (informação e tecnologias) são utilizados.
8. Estabelecimento das infra-estruturas básicas nas escolas técnicas agrícolas.	**8.1** Construção muro na escola técnica agrícola de Maliana.	100% do muro na escola técnica agrícola de Maliana construído.	Construção do muro na escola técnica agrícola de Maliana para assegurar o bom funcionamento no processo de aprendizagem.	Corluli, Subdistrito Maliana, Distrito Bobonaro.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% muro construído.	100% muro construído.	
	8.2 Reabilitação sala de aula, dormitório e refeitório da escola técnica agrícola de Maliana.	100% sala de aula, dormitório e refeitório da escola técnica agrícola de Maliana.	Atender as necessidades da escola para serem utilizados pelos estudantes da escola agrícola durante o processo de aprendizagem.	Corluli, Subdistrito Maliana, Distrito Bobonaro.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% sala de aula, dormitório e refeitório da escola técnica agrícola de Maliana.	100% sala de aula, dormitório e refeitório da escola técnica agrícola de Maliana.	
	8.3 Reabilitação do dormitório feminino e masculino da escola técnica agrícola de Natarbora.	100% do dormitório feminino e masculino da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitados.	Atender as necessidades da escola para ser utilizados pelos estudantes da escola Agrícola durante o processo de aprendizagem	Suco Uma Boco, Subdistrito Natarbora, Distrito Manatuto.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% do dormitório feminino e masculino da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitada.	100% do dormitório feminino e masculino da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitada.	
	8.4 Reabilitação de armazém da escola técnica agrícola de Natarbora.	100% de armazém da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitado.	Construção de armazém da escola técnica agrícola de Natarbora e para utilização das	Suco Uma Boco, Subdistrito Natarbora, Distrito Manatuto.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% de armazém da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitado.	100% de armazém da escola técnica agrícola de Natarbora reabilitado.	

			colheitas.					
	8.5 Construção dos novos campos de escola técnica agrícola de Oecússi.	100% dos novos campos de escola técnica agrícola de Oecússi construídos.	Construção dos novos campos de escola técnica agrícola de Oecússi para atender as necessidades dos estudantes.	Distrito de Oecússi.	Propostas orçamentais e concurso público.	50% do novo campos de escola técnica agrícola de Oecússi.	100% do novo campos de escola técnica agrícola de Oecússi.	
	8.6 Construção de novos campos para Instituto Agrícola (projecto plurianual).	100% dos novos campos para Instituto Agrícola de Natarbora construídos.	Construção dos novos campos de escola técnica agrícola de Natarbora para atender as necessidades dos estudantes.	Suco Uma Boco, Subdistrito Natarbora, Distrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	50% do novo campos para Instituto Agrícola de Natarbora construído.	100% do novo campos para Instituto Agrícola de Natarbora construído.	
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a prestação do serviço de extensão agrícola, produzir e disseminar as informações técnicas agrícolas e diversificação do rendimento dos agricultores.**								
1. Desenvolver os serviços de extensão agrícola.	**1.1** Estabelecimento centro da transferência tecnologia agrícola.	100% Centro da transferência tecnologia agrícola estabelecido.	6 Centros da transferência tecnologia agrícola estabelecidos.	6 Subdistritos, 3 Distritos (Aileu, Baucau, Díli).	25% Centro da transferência tecnologia agrícola estabelecido.	50% Centro da transferência tecnologia agrícola estabelecido.	75% Centro da transferência tecnologia agrícola estabelecido.	100% Centro da transferência tecnologia agrícola estabelecido.
	1.2 Construção do muro na estação do serviço de extensão agrícola.	100% Muro na estação do serviço de extensão agrícola construído.	Muro de 12 estacão do serviço de extensão agrícola construído	Subdistrito Luro, Ossu, Natarbora, Zumalai, Sare e Cailaco	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Muro na estação do serviço de extensão agrícola construído.		
	1.3 Fornecimento material e equipamentos para estação dos serviços da extensão agrícola.	100% da material e equipamentos para estacão dos serviços da extensão agrícola fornecido.	Material e equipamentos para estação dos serviços da extensão agrícola fornecidos.	Sare, Ermera.	25% Do material e equipamentos fornecidos.	50% Do material e equipamentos fornecidos.	75% Do material e equipamentos fornecidos.	100% Do material e equipamentos fornecidos.
	1.4 Operacionalidade de 6 estações de serviço de extensão agrícola.	100% Operacionalidade das 6 estações de serviço de extensão agrícola realizado.	6 Estações de serviço de extensão agrícola bem organizadas para apoiar os extensionistas no campo de produção.	Subdistrito Luro, Ossu, Natarbora, Zumalai, Sare e Cailaco.	25% Operacionalidade das 6 estações de serviço de extensão agrícola realizado.	50% Operacionalidade das 6 estações de serviço de extensão agrícola realizado.	75% Operacionalidade das 6 estações de serviço de extensão agrícola realizado.	100% Operacionalidade das 6 estações de serviço de extensão agrícola realizado.
2. Desenvolvimento das capacidades dos oficiais de extensão agrícola.	**2.1** Visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores.	100% visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores realizado.	Visitas e treinamento regular de 442 extensionistas com o trajecto para 1,524 grupos de agricultores realizado.	61 Subdistritos nos 13 Distritos.	25% Visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores realizado.	50% Visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores realizado.	75% Visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores realizado.	100% Visitas e treinamento regular com os grupos de agricultores realizado.
	2.2 Capacitação aos extensionistas.	454 Extensionistas participam no treinamento sobre a técnica de acompanhamento aos agricultores.	Conhecimento de 454 extensionistas sobre a técnica de acompanhamento aos agricultores elevado.	Distrito, Nacional e estrangeiro	113 Extensionistas participam no treinamento.	113 Extensionistas participam no treinamento.	114 Extensionistas participam no treinamento.	114 Extensionistas participam no treinamento.
3. Fortificar ao serviço de extensão agrícola.	**3.1** Estabelecimento piloto de demonstração.	100% dos pilotos da demonstração da extensão agrícola estabelecido.	386 Pilotos da demonstração da extensão agrícola estabelecidos.	386 Sucos em 61 subdistritos e 13 Distritos.		50% dos pilotos estabelecidos.	100% dos pilotos estabelecidos.	

	3.2 Produção formato do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola.	100% dos formatos do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola produzido e distribuído para os extensionistas.	Os formatos do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola produzido e distribuído para os extensionistas.	MAP Central – Díli.		50% dos formatos do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola produzido e distribuídos.	100% dos formatos do relatório e agenda de trabalho de extensão agrícola produzido e distribuídos.	
	3.3 Competição técnica de grupos agricultores de ICM e SRI.	100% da competição técnica de grupos agricultores de ICM e SRI realizado.	8 grupos agricultores de ICM e SRI participam na competição técnica e promovido como grupos de ICM e SRI avançado.	Díli / Nacional e Distrito Baucau e Viqueque (para ICM) e Bobonaro e Covalima (para SRI).		50% da competição técnica de grupos agricultores de ICM e SRI realizada.	100% da competição técnica de grupos agricultores de ICM e SRI realizada.	
	3.4 Monitorizar e avaliar as actividades de extensão agrícola duma forma efectiva.	100% das actividades de extensão agrícola monitorizadas e avaliadas.	Monitorização das actividades de extensão agrícola seguindo as implementações por cada trimestre.	13 Distritos.	25% das actividades monitorizadas e avaliadas.	50% das actividades monitorizadas e avaliadas.	75% das actividades monitorizadas e avaliadas.	100% das actividades monitorizadas e avaliadas.
4. Desenvolver e produzir as informações técnicas agrícolas.	**4.1** Produção e publicação de jornais agrícolas.	100% Jornais agrícolas produzido.	12,000 mil exemplares de jornais agrícolas publicado e distribuído para os agricultores nas áreas rurais.	MAP Central – Díli.	25% ou 3,000 exemplares de jornais agrícolas produzidos.	50% ou 3,000 exemplares de jornais agrícolas produzidos.	75% ou 3,000 exemplares de jornais agrícolas produzidos.	100% ou 3,000 exemplares de jornais agrícolas produzidos.
	4.2 Produção e publicação de brochura e *poster* técnico agrícola.	100% brochura e poster técnico agrícola produzido.	Pelo menos 2 brochuras com 2 tópicos (mecanização e padronização) e 2 *posters* com 2 tópicos (proteger o sândalo no futuro, proteger os corais) preparados.	MAP Central – Díli.	25% brochura e poster técnico agrícola produzido.	50% brochura e poster técnico agrícola produzido.	75% brochura e poster técnico agrícola produzido.	100% brochura e poster técnico agrícola produzido.
	4.3 Criação rede do serviço da Informação agrícola nos 11 Distritos.	100% rede do serviço da Informação agrícola nos 11 Distritos estabelecido.	11 Redes do Serviço da Informação agrícola e 11 técnicos da Informação recrutados.	11 Distritos.	25% rede do serviço da Informação agrícola estabelecido.	50% rede do serviço da Informação agrícola estabelecido	75% rede do serviço da Informação agrícola estabelecido	100% rede do serviço da Informação agrícola estabelecido
	4.4 Produção de programa de rádio agrícola na rádio comunidade.	12 Programas sobre produção alimentar, floresta, pescas e pecuário produzido.	Conhecimento das comunidades sobre os programas e actividades implementada por MAP elevado.	Nacional e 13 Distritos.	3 Programas produzidos.	3 Programas produzidos.	3 Programas produzidos.	3 Programas produzidos.
5. Continuação de apoio ao fundo de desenvolvimento comunitário agrícola.	**5.1** Apoiar a implementação do programa de agricultura integrado.	100% Grupos de agricultores seleccionados que implementam o programa agricultura integrado	Pelo menos 124 grupos de agricultores seleccionados que implementam o programa agricultura integrado são	62 Subdistritos em 13 Distritos.	25% Grupos de agricultores são apoiados.	50% Grupos de agricultores são apoiados.	75 Grupos de agricultores são apoiados.	100% Grupos de agricultores são apoiados.

		apoiados.	apoiados.					
	5.2 Apoiar máquinas agrícolas (descascador de café, milho, coco, e materiais simples).	100% Máquinas agrícolas e materiais simples para apoiar os grupos de agricultores seleccionadas requisitadas.	Pelo menos 120 grupos de agricultores seleccionados são apoiados.	13 Distritos.	25% Máquinas agrícolas e materiais simples requisitadas.	50% Máquinas agrícolas e materiais simples requisitadas.	75% Máquinas agrícolas e materiais simples requisitadas.	100% Máquinas agrícolas e materiais simples requisitadas.
OBJECTIVO GERAL: **Contribuir para todos os sectores na implementação de extensão, programa/projecto para maximizar os serviços nos Distritos.**								
1. Assegurar o serviço de extensão e segurança alimentar.	**1.1** Encontro regular com os extensionistas.	Encontro regular com os extensionistas realizado.	412 Extensionistas composto por 44 mulheres e 368 homens) participam no encontro.	MAP Distrito.	25% dos extensionistas participam no encontro regular.	50% dos extensionistas participam no encontro regular.	75% dos extensionistas participam no encontro regular.	100% dos extensionistas participam no encontro regular.
	1.2 Extensão sobre o programa do MAP.	100% das informações relevantes ligado ao programa integrado do MAP disseminado através de filmagem.	Os agricultores nos 442 Sucos têm acesso à informação através do programa integrado do MAP.	442 Sucos nos 13 Distritos.	25% das informações disseminadas.	50% das informações disseminadas.	75% das informações disseminadas.	100% das informações disseminadas.
	1.3 Demonstração piloto nos Sucos.	Conhecimento técnico dos agricultores sobre o sistema e a gestão agrícola elevado através da demonstração piloto.	Demonstração piloto nos 442 Sucos realizada.	442 Sucos nos 13 Distritos	Demonstração piloto nos 110 Sucos realizada.	Demonstração piloto nos 110 Sucos realizada.	Demonstração piloto nos 111 Sucos realizada.	Demonstração piloto nos 111 Sucos realizada.
2. Estabelecimento das infra-estruturas básicas da agricultura nos Distritos	**2.1.** Estabelecimento centro de green house	100% centro de green house estabelecido	2 Centros de green house estabelecido no Subdistrito de Lequidoe e Remexio	Subdistrito de Lequidoe e Remexio	Propostas orçamentais e concurso público.	100% centro de green house estabelecido.		
	2.2 Reabilitação viveiros de peixe	100% Viveiros de peixe reabilitado	2 Viveiros de peixe no Suco Liurai e Bandudato reabilitado	Suco liurai e Bandudato, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Viveiros de peixe reabilitado.		
	2.3 Construção edifício de floresta	100% Edifício de floresta construído	Construção edifício de floresta com o objectivo facilitar os serviços administrativo dos funcionários	Ex Edifício Floresta, Suco Aisirimou, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Edifício de floresta construído		
	2.4 Construção muralha, aula de encontro e paragem dos veículos	100% Muralha, aula de encontro e paragem dos veículos construído	Facilitar os encontros gerais com os funcionários, treinamento, *workshop*, etc.	Suco Malere, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Muralha, aula de encontro e paragem dos veículos construído		

	2.5 Construção canal de irrigação Saburia	100% canal de irrigação Saburia construído	Construção canal de irrigação Saburia é para canalizar as águas para as várzeas	Suco Saburia, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Saburia construído		
	2.6 Construção canal de irrigação Fahiria	100% canal de irrigação Fahiria construído	Construção canal de irrigação Fahiria é para canalizar as águas para as várzeas	Suco Fahiria, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Fahiria construído		
	2.7 Construção cekdam Seloi Kraik	100% cekdam Seloi Kraik construído	Construção cekdam Seloi Kraik é para canalizar as águas para as várzeas	Suco Seloi Kraik, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% cekdam seloi Kraik construído		
	2.8 Construção canal de irrigação Halameta	100% canal de irrigação Halameta construído	Construção canal de irrigação Halameta é para canalizar as águas para as várzeas	Suco Seloi Kraik, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Halameta construído		
	2.9 Construção canal de irrigação Daisoli	100% canal de irrigação Daisoli construído	Construção canal de irrigação Daisoli é para canalizar as águas para as várzeas	Suco Lahae, Subdistrito Aileu Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Daisoli construído		
	2.10 Reabilitação canal de irrigação Lias	100% canal de irrigação Lias reabilitado	Área de 80 ha beneficiada	Lias, Suco Casa, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Lias reabilitado		
	2.11 Reabilitação canal de irrigação Coiloe	100% canal de irrigação Coiloe reabilitado	Área de 70 ha beneficiada	Coiloe, Suco Manutasi, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Coiloe reabilitado		
	2.12 Reabilitação canal de irrigação Buiha	100% canal de irrigação Buiha reabilitado	Área de 70 ha beneficiada	Buiha, Suco Surocraik, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Buiha reabilitado		
	2.13 Reabilitação canal de irrigação Buirudu	100% canal de irigação Buirudu reabilitado	Área de 200 ha beneficiada	Buirudu, Suco Foho ailico, Subdistrito Hato-udo	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Buirudu reabilitado		
	2.14 Reabilitação canal de irrigação Lugatu	100% canal de irigação Lugatu reabilitado	Área de 100 ha beneficiada	Lugatu, Suco Ainaro, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Lugatu reabilitado		
	2.15 Reabilitação canal de irrigação Daras	100% canal de irrigação Daras reabilitado	Área de 40 ha beneficiada	Daras, Suco Nunomogue, Subdistrito Hato-builico	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Daras reabilitado		
	2.16 Reabilitação canal de irrigação Luhau	100% canal de irrigação Luhau reabilitado	Área de 40 ha beneficiada	Luhau, Suco Surocrai, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Luhau reabilitado		
	2.17 Reabilitação canal de irrigação Malhuilai	100% canal de irrigação Malhuilai reabilitado	Área de 40 ha beneficiada	Malhuilal, Suco Surocrai, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Malhuilai reabilitado		
	2.18 Construção	100% Muralha na	Muralha na casa de	Bescam,Suco	Propostas	100% muralha na		

	muralha na casa de matança dos animais	casa de matança dos animais construídos	matança dos animais de 161m2 construído	Ainaro, Subdistrito Ainaro	orçamentais e concurso público.	casa de matança dos animais construído		
	2.19 Construção casa de matança e inspecção dos animais	100% casa de matança e inspecção dos animais construído	Casa de matança e inspecção dos animais de 60 m2 construído	Bescam,Suco Ainaro, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% casa de matança e inspecção dos animais construído		
	2.20 Construção muralha na clínica saúde animal	100% Muralha na clínica saúde animal construído	Muralha na clínica saúde animal de 80 m2 construído	Suco Hato-udo, Subdistrito Hato-Udo	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha na clínica saúde animal construído		
	2.21 Reabilitação canal de irrigação Hatsan	100% Canal de irrigação Hatsan reabilitado	Area de 40 ha serem beneficiados	Hatsan, Suco Ainaro, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Hatsan reabilitado		
	2.22 Construção Túnel House	100% Túnel House construído	10,000 Pés de hortaliças produzido e pronto para distribuir aos grupos de agricultores	Suco Mulo Subdistrito Hato-builico	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Túnel House construído		
	2.23 Construção muralha no Centro da Produção Horticultura	100% muralha no Centro da Produção Horticultura construído	Área de 30 ha assegurado	Ululefe maubisse	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no Centro da Produção Horticultura construído		
	2.24 Construção muralha no edifício MAP Distrito Ainaro	100% Construção muralha no edifício MAP Distrito Ainaro construído	Muralha de 1600 m2 construído	Suco Ainaro, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Construção muralha no edifício MAP Distrito Ainaro construído		
	2.25 Canalização de água potável na residência de extensionistas e green house	100% de água potável na residência de extensionistas e green house canalizado	Canalização de água potável de 2 km completa	Airacadae Suco Mulo, Subdistrito hato-builico	Propostas orçamentais e concurso público.	100% de água potável na residência de extensionistas e green house canalizado		
	2.26 Construção da residência de extensionistas	100% da residência de extensionistas construído	Casa de extensionistas de 160 m2 construído	Bonuk, Suco Leolima, Subdistrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% da residência dos extensionistas construído		
	2.27 Construção casa de manutenção de equipamento	100% casa de manutenção de equipamento construído	Casa de manutenção de equipamentos de 300 m2 construído	Subdistrito Hato-Udo, Distrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% casa de manutenção de equipamento construído		
	2.28 Construção de armazém	100% Armazém construído	Armazém de 200 m2 construído	Subdistrito Hato-builico, Distrito Ainaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Armazém construído		
	2.29 Reabilitação vias de acesso ao centro de horticultura Ululefa	100% vias de acesso ao centro de horticultura Ululefa reabilitado	Vias de acesso de 3 km ao centro de horticultura Ululefa reabilitado	Ululefe maubisse	Propostas orçamentais e concurso público.	100% vias de acesso ao centro de horticultura Ululefa reabilitado		
	2.30 Construção de centro processamento de café	100% Centro processamento de café construído	Construção de Centro processamento do café de 4 unidades	Suco de Nunomoque, Suco de Soro, Suco de Manelobas no	Propostas orçamentais e concurso público.	100% centro processamento de café construído		

				Suco de Edi				
	2.31 Construção muralha no edifício MAP Distrito Bobonaro	100% Muralha no edifício MAP Distrito Bobonaro construído	Edifício MAP Distrito Bobonaro assegurado	Suco Holsa, Subdistrito Bobonaro	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no edifício MAP Distrito Bobonaro construído		
	2.32 Construção estação serviço de extensão agrícola	100% Estação serviço de extensão agrícola	2 Estações serviço de extensão agrícola construído	Suco Malilait, Subdistrito Bobonaro e Suco Aidabaleten, subdistritos Atabae	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Estação serviço de extensão agrícola		
	2.33 Construção canal de irrigação Utedai	100% Canal de irrigação Utedai	Canal irrigação de 2 km beneficia 350 famílias de agricultores (200 ha)	Subdistrito Maliana	Propostas orçamentais e concurso público.	25% canal de irrigação Utedai	75% canal de irrigação Utedai	100% canal de irrigação Utedai
	2.34 Construção canal de irrigação Maumali	100% Canal de irrigação Maumali	Canal irrigação beneficia 130 famílias de agricultores (250 ha)	Subdistrito Maliana	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Maumali		
	2.35 Construção canal de irrigação Maliana II	100% canal de irrigação Maliana II	Canal irrigação beneficia 1,500 famílias de agricultores (1,580 ha)	Subdistrito Maliana	Propostas orçamentais e concurso público.	25% canal de irrigação Maliana II	75% canal de irrigação Maliana II	100% canal de irrigação Maliana II
	2.36 Estudo viabilidade mini chekdam	100% estudo viabilidade de mini chekdam completo		Halekou, Atabae e Daudo	Propostas orçamentais e concurso público.	50% estudo viabilidade de mini chekdam completo	100% estudo viabilidade de mini chekdam completo	
	2.37 Construção salão de encontro do MAP Covalima	100% salão de encontro do MAP Covalima construído	1 (um) salão de encontro do MAP Covalima construído	Suco Debos, Subdistrito Suai	Propostas orçamentais e concurso público.	100% salão de encontro do MAP Covalima construído		
	2.38 Construção muralha no centro paragem dos tractores	100% muralha no centro paragem dos tractores construído	3 Centros de paragem dos tractores assegurado	Samfuc, Suco Camanasa, Sub Distrito Suai, Suco Zulo, Sub Distrito Zumalai, Suco Maudemo, Sub Distrito Tilomar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no centro paragem dos tractores construído		
	2.39 Construção viveiro de peixe comunitária	100% viveiros de peixe comunitária construído	6 Viveiros de peixe comunitária construído	Suco Dato Tolu, Dato Rua, Suco Laktos Sub Distrito Fohorem. Suco Taroman no Maudemu Sub Distrito Fatululik	Propostas orçamentais e concurso público.	100% viveiro de peixe comunitária construído		
	2.40 Construção canal de irrigação	100% canal de irrigação construído	7 Canais de irrigação construído	Sucos Raimea, Zulo, Tashilin, Debos, Maudemu, Foholulik no Belulik Leten	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação construído		
	2.41 Reabilitação canal de irrigação	100% canal de irrigação reabilitado	1 canal de irrigação reabilitada	Aldeia Galak Suco Beco Sub Distrito	Propostas orçamentais e	100% canal de irrigação reabilitado		

				Suai	concurso público.			
	2.42 Construção canal de irrigação Aimegi Motur	100% canal de irrigação Aimegi Motur construído	Canal de irrigação Aimegi Motur no Suco Laubuno beneficia 200 famílias de agricultores (120 ha)	Suco Laubuno, Sub Distrito Atsabe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Aimegi Motur construído		
	2.43 Construção muralha no centro viveiro permanente Fatuquero	100% muralha no centro viveiro permanente Fatuquero construído	Construção murro no centro viveiro permanente Fatuquero para assegurar o bom funcionamento	Suco Fatuquero, Sub Distrito Railaco	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no centro viveiro permanente Fatuquero construído		
	2.44 Construção canal de irrigação Lisadila	100% canal de irrigação Lisadila construído	Área plantação de 120 ha beneficiada	Suco Lisadila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Lisadila construído		
	2.45 Construção canal de irrigação Bituri	100% canal de irrigação Bituri construído	Área plantação de 92 ha beneficiada	Suco Lisadila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Bituri construído		
	2.46 Construção canal de irrigação Vatuvou	100% canal de irrigação Vatuvou construído	Área plantação de 320 ha beneficiada	Suco Vatuvou	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Vatuvou construído		
	2.47 Construção canal de irrigação Weduku	100% canal de irrigação Weduku construído	Area plantação de 65 ha v	Suco Tibar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Weduku construído		
	2.48 Reabilitação canais de água reservatório	100% canais de água reservatório reabilitado	Canais de água reservatório para apoiar a actividade de horticultura no Suco Vatuvoro reabilitado	Suco Vatuvoro, Sub Distrito Maubara	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canais de água reservatório reabilitado		
	2.49 Construção bronjon para proteger área de plantação (área natar)	100% bronjon para proteger área de plantação (área natar) construído	Área plantação de 92 ha beneficiada	Suco Lisadila, Subdistrito Maubara	Propostas orçamentais e concurso público.	100% bronjon para proteger área de plantação (área natar) construído		
	2.50 Construção bronjon para proteger área de plantação arrozal	100% bronjon para proteger área de plantação arrozal construído	Área plantação de 65 ha beneficiada	Suco Tibar, Subdistrito Bazartete	Propostas orçamentais e concurso público.	100% bronjon para proteger área de plantação arrozal construído		
	2.51 Construção bronjon para proteger área de plantação arrozal.	100% bronjon para proteger área de plantação arrozal construído	Área plantação de 12 ha beneficiada	Suco Leorema, Subdistrito Bazartete	Propostas orçamentais e concurso público.	100% bronjon para proteger área de plantação arrozal construído		
	2.52 Construção edifício do MAP Distrito	100% edifício do MAP Distrito construído	Edifício do MAP Distrito construído para apoiar os serviços administrativos	Suco Maumeta, Subdistrito Liquiça Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% edifício do MAP Distrito construído		
	2.53 Construção muralha no centro de viveiro de café	100% muralha no centro de viveiro de café Mauboke	Centro de viveiro de café Mauboke assegurado	Suco Dato, Sub Distrito de Liquica Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no centro de viveiro de café Mauboke		

	Mauboke	construído				construído		
	2.54 Construção muralha no centro de viveiro permanente	100% muralha no centro de viveiro permanente construído	Centro de viveiro permanente assegurado	Suco Uma Boco, Subdistrito de Natarbora	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no centro de viveiro permanente construído		
	2.55 Construção Water Harvesting	100% Water Harvesting no Suco Funar estabelecido	1 (um) tanque de Water Harvesting no Suco Funar estabelecido	Suco Funar, Subdistrito Laclubar, Distrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Water Harvesting no Suco Funar estabelecido		
	2.56 Continuação construção muralha MAP Distrito	100% Muralha MAP Distrito construído	Edifício do MAP assegurado	Sub Distrito Manatuto Vila, Distrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha MAP Distrito construído		
	2.57 Continuação construção edifício MAP Distrito	100% Edifício do MAP construído	Edifício do MAP pronto para apoiar os serviços administrativo	Sub Distrito Manatuto Vila, Distrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% edifício do MAP construído		
	2.58 Proteger irrigação Laclo	100% Irrigação Laclo 3 km protegido	Irrigação mota Laclo 3 km protegido	Somasi, Suco Aiteas, Subdistrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Irrigação Laclo 3 km protegido		
	2.59 Construção muralha na clínica animal	100% Muralha na clínica de animal construído	Clínica de animal assegurado	Suco Cribas, Subdistrito Manatuto,	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha na clínica de animal construído		
	2.60 Construção muralha na Lotas de Pescas	100% muralha na Lotas de Pescas construído	Lotas de pesca assegurado	Subdistrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha na Lotas de Pescas construído		
	2.61 Construção posto check point floresta	100% posto check point floresta construído	1 (um) posto check point floresta construído	Suco Sa'u, Sub Distrito Manatuto Vila	Propostas orçamentais e concurso público.	100% posto check point floresta construído		
	2.62 Construção mini viveiro de peixe	100% mini viveiro de peixe construído	1 (um) mini viveiro de peixe construído	Suco Horlalan, Subdistrito Laclubar, Distrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini viveiro de peixe construido		
	2.63 Construção paragem dos tractores	100% Paragem dos tractores construído	Os tractores e equipamentos serem assegurados	Suco Uboco, Subdistrito Natarbora	Propostas orçamentais e concurso público.	100% paragem dos tractores construído		
	2.64 Proteger Irrigação Sa'u	100% Irrigação Sa'u protegido	Irrigação Sau de 2 km protegido	Suco Sa'u, Subdistrito Manatuto	Propostas orçamentais e concurso público.	100% irrigação Sa'u protegido		
	2.65 Reabilitação de armazém para conservação de equipamentos logísticos de agricultura Manufahi	100% Armazém para conservação de equipamentos logísticos de agricultura Manufahi reabilitado	1 (um) armazém para conservação de equipamentos logísticos de agricultura Manufahi reabilitado	Subdistrito Same (Letefoho)	Propostas orçamentais e concurso público.	100% armazém para conservação de equipamentos logísticos de agricultura Manufahi reabilitado		
	2.66 Construção aula do encontro no centro de treinamentos	100% aula do encontro no centro de treinamentos construído	1 (uma) aula do encontro no centro de treinamentos construído	Betano, Subdistrito Same	Propostas orçamentais e concurso público.	100% aula do encontro no centro de treinamentos construído		
	2.67 Reabilitação canal de irrigação Fataha	100% canal de irrigação Fataha de suco Babulo	25 metro cúbicos de bronjon e canais de irrigação finalizado	Suco Letefoho, Subdistrito Same	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Fataha de suco Babulo Sub		

		Subdistrito same reabilitado				Distrito same reabilitado		
	2.68 Construção de bareira para protecção	100% de bareira para protecção construído	Área de 220 protegido e 450 famílias de agricultores são beneficiadas.	Subdistrito Alas, Dotik - Sarin	Propostas orçamentais e concurso público.	100% de barreira construída		
	2.69 Construção canal de irrigação	100 % canal de irrigação construído	Área de 100 ha e 450 famílias de agricultores são beneficiadas.	Subdistrito Alas, Dotik - Sarin	Propostas orçamentais e concurso público.	100 % canal de irrigação construído		
	2.70 Construção muralha no centro viveiro permanente e edifício da agricultura Distrito	100% muralha no centro viveiro permanente e edifício da agricultura Distrito construído	Muralha de 820 m construído para assegurar a área de 4 ha	Suco Costa, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% muralha no centro viveiro permanente e edifício da agricultura Distrito construído		
	2.71 Retiração 10% de Construção Edifício Agricultura em 2010	100% Construção edifício agricultura AC 2010 10% retirado		Suco Costa, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Construção edifício agricultura AC 2010 10% retirado		
	2.72 Construção casa do gerador no centro horticultura permanente	100% casa do gerador no centro horticultura permanente construído	1 (uma) casa do gerador de 4x6 m construído	Suco Bobometo Subdistrito Oesilo no Suco Lalisuc Subdistrito Pantemacassar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% casa do gerador no centro horticultura permanente construído		
	2.73 Construção sala de encontro com os agricultores	10% sala de encontro com os agricultores construído	1 (uma) sala de encontro com os agricultores de 8x12 m construído	Suco Costa, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	10% sala de encontro com os agricultores construído		
	2.74 Construção armazém dos tractores Aenmat	100% Armazém dos tractores Aenmat construído	1 (uma) armazém dos tractores Aenmat construído	Suco Lalisuc, Subdistrito Pantemacassar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Armazém dos tractores Aenmat construído		
	2.75 Construção residência dos extensionistas	100% Residência dos extensionistas construída.	4 (quatro) residência dos extensionistas construída	Suco Malelat SubDistrito Pasabe no Suco Banafi, Lelaufe no Usitaco Subdistrito	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Residência dos extensionistas construída.		
	2.76 Construção mini cekdam Baoknana	100% mini cek dam/embun Baoknana construído	Área de 2 ha e 180 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Beneufe Subdistrito Nitibe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cek dam/embun Baoknana construído		
	2.77 Construção mini cekdam Oelnunuh	100% mini cek dam Oelnunuh construído	Área de 2 ha e 655 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Usitaco Subdistrito Nitibe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cek dam Oelnunuh construído		
	2.78 Construção mini cekdam Oel'aijab	100% mini cekdam Oel'aijab construído	Área de 2 ha e 200 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Lelaufe, Subdistrito Nitibe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cekdam Oel'aijab construído		
	2.79 Construção	100% mini cekdam	Área de 2 ha e 102 f	Suco Banafi, Sub-	Propostas	100% mini cekdam		

	mini cekdam Nefometan	Nefometan construído	famílias de agricultores são beneficiadas.	distrito Nitibe	orçamentais e concurso público.	Nefometan construído		
	2.80 Construção mini cekdam Vikeke	100% mini cekdam Vikeke construído	Área de 2 ha e 150 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Taiboco, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cekdam Vikeke construído		
	2.81 Construção mini cekdam Amoenana	100% mini cekdam Amoenana construído	Área de 2 ha e 225 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Naimeco, Subdistrito Pantemakassar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cekdam Amoenana construído		
	2.82 Construção mini cekdam Sote	100% mini cekdam Sote construido	Área de 2 ha e 250 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Cunha, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cekdam Sote construído		
	2.83 Construção mini cekdam Ulas	100% mini cekdam Ulas construído	Área de 2 ha e 200 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Taiboco, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% mini cekdam Ulas construído		
	2.84 Construção de água salobra sakato	100% de água salobra sakato construído	Água salobra sakato beneficia 125 famílias de agricultores (50 ha)	Suco Nipani Subdistrito Pantemacassar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% de água salobra sakato construído		
	2.85 Construção canal de irrigação Naktuka	100% canal de irrigação Naktuka construído	Área de 380 ha e 260 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Beneufe, Subdistrito Nitibe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Naktuka construído		
	2.86 Construção canal de irrigação Taupen	100% canal de irrigação Taupen construído	Área de 50 ha e 150 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Lelaufe, Subdistrito Nitibe	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Taupen construído		
	2.87 Construção canal de irrigação Bitopa	100% canal de irrigação Bitopa construído	Área de 45 ha e 150 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Usitasae, Subdistrito Oesilo	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Bitopa construído		
	2.88 Construção canal de irrigação Nianapu	100% canal de irrigação Nianapu construído	Área de 85 ha serem beneficiados	Suco Lalisuc, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Nianapu construído		
	2.89 Construção canal de irrigação Samnaz	100% canal de irrigação Samnaz construído	Área de 85 ha e 120 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Taiboco, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Samnaz construído		
	2.90 Construção vias de acesso de Naktuka	100% vias de acesso de Naktuka asses road Naktuka construído	Vias de acesso Naktuka 2 km beneficiam 263 famílias com área 300 ha.	Suco Beneufe Subdistrito Nitibe.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Vias de acesso construídas.		
	2.91 Construção mess agricultura	100% mess agricultura construído	1 (um) mess de agricultura construído	Suco Costa, Subdistrito Pante Makasar	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Mess agricultura construído.		

	2.92 Master Plan Miniatura Edifício Agricultura com área 4 ha	100% Master Plan Miniatura complexo Edifício Agricultura Distrito (4 hectares) concluído	Master Plan Miniatura no complexo Edifício Agricultura Distrito (areal 4 ha) com a medida de 2x2 m2	Suco Costa Subdistrito Pante Macasar, Edifício Agricultura Oecússi.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Master Plan Miniatura complexo Edifício Agricultura Distrito (4 hectares) concluído		
	2.93 Construção canal de irrigação Nubere	100% canal de irrigação Nubere construído	Área de 100 ha e 125 famílias de agricultores são beneficiadas.	Suco Loiulo Subdistrito Uatocarbau	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Canal de irrigação Nubere construído.		
	2.94 Construção canal de irrigação Irabere Nabo	100% canal de irrigação Irabere Nabo construído	Área de 146 ha beneficiada.	Suco Irabin de Cima +Loiulo Subdistrito Uatocarbau.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Canal de irrigação Irabere Nabo construído.		
	2.95 Construção canal de irrigação Tarunira	100% canal de irrigação Tarunira construído	Área de 146 ha beneficiada.	Suco Matahoi Subdistrito Uatolari.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Tarunira construído.		
	2.96 Construção canal de irrigação Qutenua	100% canal de irrigação Qutenua construído	Área de 150 ha e 132 famílias de agricultores são beneficiadas	Suco Matahoi Subdistrito Uatolari.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Qutenua construído.		
	2.97 Construção canal de irrigação Cacae	100% canal de irrigação Cacae construído	Área de 150 ha e 120 famílias de agricultores são beneficiadas.	Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Cacae construído.		
	2.98 Construção canal de irrigação Webitilauk	100% canal de irrigação Webitilauk construído	Área de 225 ha e 33 famílias de agricultores são beneficiadas.	Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Webitilauk construído.		
	2.99 Construção canal de irrigação wereca+Haetalas	100% canal de irrigação wereca+Haetalas construído	Área de 225 ha e 33 famílias de agricultores são beneficiadas.	Subdistrito Lacluta.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação wereca+Haetalas construído		
	2.100 Construção canal de irrigação Haenau	100% canal irrigação Haenau construído	Área de 87 ha beneficiada.	Subdistrito Ossu.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal irrigação Haenau construído.		
	2.101 Construção canal de irrigação Baidubo	100% canal de irrigação Baidubo construído	Área de 600 ha e 500 famílias de agricultores beneficiadas.	Suco Irabin de Baixo Subdistrito. Uatocarbau.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Baidubo construído.		
	2.102 Construção canal de irrigação Futudo.	100% Canal de irrigação Futudo construído.	Área de 132 ha beneficiada.	Subdistrito Ossu.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação Futudo construído.		
	2.103 Construção canal de irrigação Muaimi.	100% canal de irrigação muami construído.	Área de 67 ha beneficiada.	Subdistrito Ossu.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% canal de irrigação muami construído.		
	2.104 Continuação de construção casa	100% Casa de processamento óleo	Casa de processamento de	Suco Babulo, Subdistrito	Propostas orçamentais e	100% Casa de processamento óleo		

	de processamento óleo de coco.	de coco construída.	óleo de coco beneficia comunidades no suco Babulo Subdistrito Uatolari.	Uatulari.	concurso público.	de coco construída.		
	2.105 Continuação de construção casa de processamento óleo de coco.	100% Casa de processamento óleo de coco construída.	Casa processamento óleo de coco beneficiam comunidades em suco Irabin de Baixo Subdistrito Uatocarbau.	Suco Irrabin de Baixo, Subdistrito Uatucarbau.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Casa de processamento óleo de coco construída.		
	2.106 Continuação de Construção casa de processamento óleo de coco.	100% Casa de processamento óleo de coco construída.	1 Casa de processamento óleo de coco no Suco Uma ki'ik/Craras, Subdistrito de Viqueque construída.	Suco Uma kiik / Craras, Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Casa de processamento óleo de coco construída.		
	2.107 Estabelecimento de Motadouro.	100% Matadouro estabelecido.	1 Matadouro construído e beneficiam comunidade no Subdistrito Viqueque.	Suco Carau balo, Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Matadouro estabelecido.		
	2.108 Construção do posto de revista.	100% Posto de revista construído.	1 Posto de construído para fazer revista as actividades transportação de madeiras ilegais.	Lariguto, Suco Uabubo Subdistrito Ossu.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Posto de revista construído.		
	2.109 Continuação da construção da muralha no centro de viveiros permanente.	100% Construção da muralha no centro de viveiros permanente construída.	Centro de viveiros permanente assegurado.	Rai tahu, Suco uma uain craik, Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Construção da muralha construída.		
	2.110 Construção da muralha das Lotas de Pesca.	100% Muralha Lotas de Pesca construída.	Lotas de Pesca asseguradas.	Suco Fatudere Subdistrito Viqueque.	Propostas orçamentais e concurso público.	100% Muralha Lotas de Pesca construída.		
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento dos recursos humanos (M/H).**								
1. Aumentar a capacidade dos agricultores e os técnicos (M/H).	**1.1** Capacitação aos agricultores.	5,588 Agricultores nos centros produção agrícolas participam no treinamento.	Elevado conhecimento dos 5,588 agricultores na área de produção alimentar, pecuária, irrigação, floresta, plantas industriais, e pescas.	MAP Central e Distritos.	1,397 Agricultores nos centros produção agrícolas participam no treinamento.	1,397 Agricultores nos centros produção agrícolas participam no treinamento.	1,397 Agricultores nos centros produção agrícolas participam no treinamento.	1,397 agricultores nos centros produção agrícolas participam no treinamento.
	1.2 Capacitação aos técnicos.	3,481 Técnicos participam no treinamento técnico.	Elevado conhecimento dos 3,481 técnicos na área de produção alimentar, pecuária, irrigação, floresta,	Timor Leste e Estrangeiro.	870 Técnicos participam no treinamento técnico.	870 Técnicos participam no treinamento técnico.	871 Técnicos participam no treinamento técnico.	870 Técnicos participam no treinamento técnico.

			plantas industriais, e pescas.					
	1.3 Capacitação aos técnicos de finanças e aprovisionamento.	166 Técnicos de finanças e aprovisionamento participam no treinamento.	Elevado conhecimento dos 166 técnicos de finanças e aprovisionamento.	Timor Leste e Estrangeiro.	41 Técnicos de finanças e aprovisionamento participam no treinamento.	42 Técnicos de finanças e aprovisionamento participam no treinamento.	41 Técnicos de finanças e aprovisionamento participam no treinamento.	42 Técnicos de finanças e aprovisionamento participam no treinamento.

Tribunais

Os tribunais têm um Orçamento de 2,790 milhões de dólares para 2012.

Papel

Nos termos do artigo 118 da Constituição da Republica Democrática de Timor-Leste:

- Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a Justiça em nome do povo.
- No exercício das suas funções, os Tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades.
- As decisões dos Tribunais são de cumprimento obrigatório e prevalecem sobre todas as decisões de quaisquer autoridades.

O artigo 123º da Constituição da RDTL prevê as seguintes categorias de Tribunais:

- Supremo Tribunal de Justiça e outros Tribunais Judiciais.
- Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de contas e Tribunais administrativos de primeira instância.
- Tribunais Militares

Na realidade, apenas existem em Timor-Leste o Tribunal de Recurso e os Tribunais Distritais que assumem todas as competências dos Tribunais que ainda não estabelecidos. Existe também o Conselho Superior da Magistratura Judicial que é o órgão de gestão e disciplina dos Magistrados Judiciais, ao qual compete a nomeação, transferência e a promoção dos Juízes.

Prioridades

Tendo em vista a boa administração de Justiça, os planos de acção do Tribunal de Recurso, Tribunal de Contas e dos Tribunais Distritais incluem, entre outras, as seguintes actividades prioritárias:

- Distribuição e realização das audiências dos processos pendentes e dos entrados em 2011-2012.
- Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva.
- Formação e estágios de Juízes e Oficiais da Justiça.

Orçamento Fontes Combinadas

Tribunais ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**1,895**	**2,606**	**2,790**	**2,901**	**3,017**	**3,138**	**3,263**
Recorrentes	**1,672**	**2,357**	**2,684**	**2,791**	**2,903**	**3,019**	**3,140**
Salários e Vencimentos	458	590	875	910	946	984	1,024
Bens e Serviços	1,214	1,767	1,809	1,881	1,956	2,035	2,116
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**223**	**249**	**106**	**110**	**114**	**119**	**123**
Capital Minor	223	249	106	110	114	119	123
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**1,537**	**629**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	1,537	629	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**1,895**	**4,143**	**3,419**	**2,901**	**3,017**	**3,138**	**3,263**
Recorrentes	1,672	3,894	3,313	2,791	2,903	3,019	3,140
Capital	223	249	106	110	114	119	123

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DOS TRIBUNAIS

OBJECTIVO GERAL: **Estabelecer as Instituições da Justiça previstas na Constituição e na Lei, que ainda não foram implementadas.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Estabelecer a Secção de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (objectivo 3.1.2.).	Implementar a Lei Regulamentadora da Secção de Contas.	DL Serviços de Apoio e Carreira Especial. Regime dos Emolumentos. Regulamentos e Instruções internas.	Número de diplomas elaborados e aprovados.	Díli.	DL Serviços de Apoio e Carreira Especial aprovado.	Regime dos Emolumentos aprovado.	Regulamentos Internos elaborados e aprovados pela SC.	
	Recrutamento e contratação de Assessoria Internacional.	1 Juiz (M/H) e 1 auditor (M/H) internacionais.	Número de assessores contratados.	Díli.		Recrutamento concluído e contratos assinados.		
	Recrutamento ou afectação de pessoal (nacional).	1 Juiz (M/H) e 10 Auditores (M/H) nacionais.	Número de funcionários recrutados.	Díli.	Recrutamento e afectação concluídos.			
	Aquisição de mobiliário e equipamento.	13 Postos de trabalho completos (material informático e de escritório).	Aquisição e entrega dos equipamentos concluída.		Preparação de CPV e processo de aprovisionamento. Concluída a adjudicação contrato.	Entrega dos equipamentos.		
	Frequência de estágio em Portugal para 1 Juiz nacional.	Maior fiscalização, eficiência e celeridade na elaboração das decisões.	Diminuição das pendências.	Câmara de Contas.				100% dos estágios no estrangeiro concluídos.
	Instrução de processos de Visto Prévio	Início dos trabalhos de análise e concessão de visto prévio.	Número de processos concluídos.			Iniciar trabalhos de Visto Prévio.	Continuação dos trabalhos de Visto Prévio.	Continuação dos trabalhos de Visto Prévio.

OBJECTIVO GERAL: **Organizar a Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da C. P. L. P.**

Aprofundamento do espaço de afectos entre os S.T.J. e debates de temas e problemas comuns.	Conferência dos Presidentes dos S.T.J.	Debate de ideias comuns.	Número de participantes dos países da CPLP.	Díli.		Início da organização com os preparativos, convites, publicidade, logística, segurança.	Conferência realizada.	

OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e sedimentar o Sistema de Justiça já existente em Timor-Leste.**

Reforçar a formação dos Magistrados Nacionais do	Frequência de Acções de Formação no Centro de	Maior eficiência e celeridade na elaboração das decisões e diminuição	Diminuição do número de recursos com decisão alterada.	Tribunal de Recurso e Tribunais Distritais.				100% dos Magistrados (M/H) em formação.

Tribunal de Recurso e dos Tribunais Distritais.	Formação Jurídica.	das pendências.	Diminuição das pendências.					
Reforçar a formação de Oficiais de Justiça	Frequência de estágios em Tribunais de Portugal. Frequência de acções de formação a desenvolver pelo Centro de Formação Jurídica. Continuação da formação do 1° Curso e início do 2° Curso para a Carreira de Oficiais de Justiça (M/H) a desenvolver pelo Centro de Formação Jurídica.	Maior celeridade no cumprimento dos despachos e diminuição das pendências.	Diminuição de pendências. Diminuição dos prazos de cumprimento de despachos.	Tribunal de Recurso e Tribunais Distrais de Díli, Baucau, Suai e Oecússi.		Fim da formação no CFJ de 25 candidatos a Oficiais de Justiça (1° Curso).	Início da formação no CFJ de 25 candidatos a Oficiais de Justiça (2° Curso).	100% dos Oficiais de Justiça com formação em Portugal. Fim da formação no CFJ de 25 candidatos a Oficiais de Justiça (2° Curso).
Melhor acesso à justiça nos distritos Judiciais.	Reabilitação e manutenção dos edifícios do TR e dos TD de Díli, Baucau, Suai e Oecússi. Manutenção das 6 casas já existentes nos distritos de apoio aos Magistrados e O. Justiça nacionais e internacionais.	Maior eficiência e controlo na segurança e melhor aproveitamento na monitoria e na comunicação. Melhoramento dos espaços para as secções de processos, para os gabinetes de magistrados, para o arquivo, para a guarda de objectos, salas de audiências, de testemunhas, de advogados e magistrados do MP, celas para detidos, biblioteca.	Sala e casas da portaria finalizadas. Número de tribunais completamente equipados e a funcionar. Número de edifícios reconstruídos. Número de juízes instalados nos distritos.	Baucau. Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	Adjudicação dos contratos. Adjudicação dos contratos.	Projectos preliminares executados para as construções. Projectos preliminares executados para construções novas. Início das obras de reparação. Entrega dos equipamentos para os distritos.	Projecto concluído.	Concurso público p/obra de construção Conclusão da obra. Preparação do concurso público para Obra de Construção nova. Obras de reparação concluídas.

	Melhorar o equipamento e mobiliário dos Tribunais nos distritos, por forma a melhorar as condições de trabalho dos seus operadores.	Melhoria das condições de trabalho nos distritos.						
Reforço dos quadros de Magistrados e Oficiais de Justiça.	Recrutamento de 3 Juízes (M/H) internacionais p/ o Tribunal de Recurso. Recrutamento de 4 Juízes (M/H) e de 6 Oficiais de Justiça (M/H) internacionais para os Tribunais Distritais.	Maior eficiência e celeridade na elaboração das decisões, com diminuição das pendências. Maior celeridade no cumprimento dos despachos, com diminuição das pendências.	Número de Magistrados contratados. Número de funcionários contratados.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	Início do recrutamento de assessores internacionais.	100% dos Assessores Internacionais recrutados.	Início do 2°. Estágio para candidatos a Oficiais de Justiça.	100% dos Oficiais de Justiça em estágio.
OBJECTIVO GERAL: **Gestão e disciplina de Juízes e Oficiais de Justiça.**								
Gestão e disciplina dos Juízes e Oficiais de Justiça para que os tribunais funcionem de forma eficiente e assegurar a efectivação do Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos.	Manter a contratação de 1 Juiz Inspector (M/H) internacional para o CSMJ durante 6 meses. Inspecções aos Tribunais Para conhecimento do estado, necessidades e deficiências dos Tribunais e responsabilizar, de acordo com a lei, os Juízes e Oficiais de Justiça pelos seus actos.	Melhoria do funcionamento do sistema judicial e aumento da confiança dos juízes, aumento da capacidade de resposta do sistema judicial, e aumento da confiança nos Tribunais.	Aumento do número de reuniões realizadas e de deliberações tomadas e executadas. Aumento do número de medidas tomadas com vista à correcção das deficiências nos Tribunais e avaliação do desempenho de Juízes e Oficiais de Justiça.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	50% dos Juízes e Oficiais de Justiça inspeccionados.	50% dos Juízes e Oficiais de Justiça inspeccionados.		

Procurador-Geral

A Procuradoria-Geral tem um Orçamento de 3,292 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Procuradoria-Geral da República (PGR) é a principal instituição responsável pelo funcionamento da lei, bem como por representar e defender os interesses do Estado. O Gabinete fiscaliza e é responsável por garantir que todas as matérias criminais são devidamente investigadas (quer directamente quer através de outros órgãos) e que, nos casos em que as investigações assim o justifiquem, que as matérias são levadas a Tribunal. O Procurador também é responsável por determinar quando o Estado deve recorrer de decisões dos tribunais, caso se considere que estas não estão de acordo com a lei.

Prioridades

A proposta de Orçamento de 2012 visa dotar o Ministério Público dos recursos financeiros necessários ao seu normal funcionamento, em particular à plena execução do Plano de Actividades de 2012, incluindo a implementação do Plano Estratégico para o Sector da Justiça, aprovado pelo Conselho de Ministros, na parte respeitante e, ainda, as prioridades definidas pela Procuradoria-Geral da República, no curso da sua execução.

A proposta de Orçamento de 2012 contempla os recursos financeiros necessários para assegurar a continuidade das decisões previstas para 2011, designadamente o reforço do quadro de pessoal em curso, o reforço da prestação de serviços especializados do Ministério Público ligados à instalação e entrada em funcionamento das Delegações do Ministério Público, para os Distritos de Ermera, Bobonaro e Viqueque, as Curadorias de Menores para os Distritos de Díli e Oecússe, o Serviço do Contencioso do Estado, o departamento central contra a corrupção, o pleno funcionamento da infra-estrutura de hardware e software realizados em 2011, que estabelece um Sistema Informático de Gestão de Inquéritos criminais, a renovação do parque automóvel, dos equipamentos informáticos e o adequado apetrechamento dos serviços a serem instalados.

O Ministério Público pretende garantir uma melhor prestação de serviços em áreas especializadas, como a área da protecção e defesa dos interesses dos menores, o combate à delinquência financeira, com particular destaque para a luta anti-corrupção e o alargamento da sua acção a outros distritos, onde os níveis e o tipo de criminalidade, o número da população e o grau de desenvolvimento a tal recomendam. Pretende igualmente assegurar um melhor relacionamento institucional com outras instituições afins como: a Comissão Anti-Corrupção, a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça, a Polícia Nacional de Timor-Leste e o Hospital Nacional Guido Valadares, através do estabelecimento de instrumentos de colaboração bilateral, acções de formação e de capacitação conjuntas.

Orçamento Fontes Combinadas

Procuradoria Geral da República ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**2,221**	**5,567**	**3,292**	**3,424**	**3,561**	**3,703**	**3,852**
Recorrentes	**1,819**	**2,048**	**2,252**	**2,342**	**2,436**	**2,533**	**2,635**
Salários e Vencimentos	705	699	1,155	1,201	1,249	1,299	1,351
Bens e Serviços	1,114	1,349	1,097	1,141	1,187	1,234	1,283
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**402**	**3,519**	**1,040**	**1,082**	**1,125**	**1,170**	**1,217**
Capital Minor	288	1,019	486	505	526	547	569
Capital Desenvolvimento	115	2,500	554	576	599	623	648
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**1,537**	**629**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	1,537	629	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**2,221**	**7,104**	**3,921**	**3,424**	**3,561**	**3,703**	**3,852**
Recorrentes	1,819	3,585	2,881	2,342	2,436	2,533	2,635
Capital	402	3,519	1,040	1,082	1,125	1,170	1,217

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

OBJECTIVO GERAL: **Acção penal. Investigação dos crimes mais graves ou complexos. Defesa dos interesses do Estado e dos menores.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Representar o interesse do Estado nos tribunais, dirigir a investigação criminal e assegurar a defesa dos incapazes, menores e ausentes de forma eficiente e eficaz.	Melhorar o acesso à justiça e à socialização das leis em vigor. Melhorar o conhecimento e a compreensão das leis penais com oferta de formação regular para os investigadores, ONG's e sociedade civil.	Melhoria da qualidade dos inquéritos.	Número de processos fora do prazo legal.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				Pendências reduzidas em 10%.
		Melhoria na resolução dos processos.	Número de processos entrados, findos e pendentes.					
		Melhoria na prestação dos serviços de justiça.	O número de inquéritos concluídos dentro dos prazos legais.					
Garantir a prestação de serviços em áreas especializadas.	Melhoria da coerência na abordagem da investigação criminal especializada. Diversificação das actividades do Ministério Público para o atendimento de casos relacionados com a menoridade e a família e prestação efectiva de assessoria ao Governo, na área jurídica e do contencioso do Estado. Melhoria da qualidade de recolha de provas especialmente depoimentos de testemunhas e provas forenses. Estabelecimento de programas de defesa de testemunhas.	Desenvolver a especialização dentro do Ministério Público para aumentar a capacidade de resolver crimes ligados à criminalidade financeira, económica, e mais complexa ou grave. Aumentar a capacidade de intervenção do Ministério Público na área de protecção dos menores e do contencioso do Estado.	O número de inquéritos concluídos em áreas que exigem uma formação especial, ferramentas e habilidades.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.		Criada 1 secção para processos de corrupção.		Criada 1 secção para processos de menores e família.
			Identificado o número de Procuradores da República necessários e as respectivas áreas que exigem uma formação especializada, os instrumentos e as competências: (por exemplo, corrupção, branqueamento de capitais, criminalidade violenta ou perigosa, delinquência juvenil, contencioso do Estado).					
Criação de um novo sistema de arquivo e sua informatização.	Sistema de arquivos mantidos de forma adequada.	Manter os arquivos de forma adequada, acessível e prática.	Os registos dos processos e a gestão dos arquivos (manual e automático) uniformemente estabelecido, actualizado e mantido de forma consistente em todos os distritos.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.			100% Realizado.	
Melhoria dos serviços e relações com outras	A melhoria das comunicações entre o	Apoio e reforço da capacidade para	Os mecanismos de protecção às vítimas e às	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				Apoio prestado para a melhoria dos

instituições.	Ministério Público e os órgãos de polícia criminal ao responder à notícia do crime e, em especial com a Comissão Anti-corrupção e a PNTL. Apoiar o laboratório HNGV e o Departamento Forense da PNTL, reforçar a sua capacidade para realizar exames forenses. Estabelecimento de instrumentos de colaboração e cooperação institucionais com A PDHJ e a Inspecção Geral do Estado.	investigar crimes graves e/ou complexos, mediante o recurso a outros meios de provas. Melhoria das condições de relacionamento institucional, reforço da capacidade de investigação dos crimes financeiros e monitorização das denúncias desde a origem até à decisão final.	testemunhas estabelecidos e funcionais. O HNGV e o Departamento Forense da PNTL com capacidade para realizar exames forenses mais correntes e frequentes.			Memorandos de Entendimento estabelecidos.		laboratórios.
OBJECTIVO GERAL**: Melhoria dos Serviços do Ministério Público nos Distritos.**								
Melhorar o acesso à justiça nos distritos.	Apoiar plenamente os distritos judiciais de modo a permitir que funcionem de forma completamente independente. Desconcentração de recursos humanos e financeiros. Desenvolvimento de actividades de sensibilização e educação para o direito, através de parcerias com a sociedade civil.	População servida de forma atempada e eficiente. População mais esclarecida sobre os seus direitos, deveres e obrigações.	Relatórios de progresso periódicos de cada serviço distrital ao Procurador-Geral sobre as suas principais actividades. Prestação de novos serviços operacionais nos distritos.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				Iniciada a desconcentração dos RH e financeiros. Parcerias estabelecidas em todos os distritos.
Serviços desconcentrados totalmente equipados e com o pessoal necessário, em todos os distritos judiciais, a funcionar eficaz e eficientemente.	Completar as necessidades de infra-estruturas de cada distrito para assegurar que funcionem de forma independente. Equipar cada serviço distrital com o pessoal e os recursos materiais necessários para que os Procuradores da República possam prestar às	Estabelecer a capacidade dos Procuradores nos Distritos para cumprir o mandato do Ministério Público em cada um dos distritos judiciais. Estabelecer novos serviços e prestação de novos serviços por parte do Ministério Público nos distritos judiciais.	Número de cargos vagos (H/M) em cada distrito. Equipamentos informáticos em cada serviço distrital ligado à Internet e em funcionamento. Sistema automático de gestão de inquéritos completamente funcional e	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.			100% Dos escritórios distritais existentes equipados e com o sistema de gestão de inquéritos a funcionar. Construção das	

	populações todos os serviços da competência do Ministério Público, conforme estipula a lei. Abertura de 3 delegações distritais.	Construção do edifício da Pr**o**curadoria da República Distrital de Díli. Construção dos edifícios e residências para os Procuradores e oficiais de justiça nacionais em Ermera, Viqueque, e Bobonaro. Muro e casa de segurança para os edifícios e residências para os Procuradores e oficiais de justiça nacionais em Ermera, Viqueque, e Bobonaro. Construção das delegações: edifícios distritais e residências para os funcionários.	operacional. Serviços e residências oficiais de função concluídos nos Distritos.		Adjudicação dos contratos e início das obras de construção e segurança.	Obras relacionadas com segurança concluídas.	delegações e residências distritais concluída.	Construção do edifício da PDD e residências em Díli concluídas.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento Institucional.**								
Completar a reorganização e a reforma da Procuradoria-Geral da República para que possa melhor cumprir o seu mandato constitucional.	Implementação da nova estrutura de gestão e de prestação de serviços da Procuradoria-Geral da República. A melhoria do desempenho institucional, como relatado em regulares relatórios institucionais. Melhor capacidade para planear e executar as actividades planeadas. Melhoria do apoio legal à menoridade, ao género, às vítimas e às testemunhas.	Estabelecer a capacidade de planeamento estratégico e um Projecto de Gestão de autoridade hierárquica dentro da PGR para garantir a aplicação eficiente da reorganização e reformas necessárias no âmbito da revisão dos Estatutos do Ministério Público. Manter a tecnologia da informação e sistemas adequados de comunicação que liga todos os serviços da PGR. Implementar a gestão de processos e sistema de monitorização que funcione manualmente e por via electrónica entre	Planos do projecto claros e detalhados para implementação das reformas e iniciativas de expansão. A adopção de procedimentos formais para a administração da PGR. Programas de apoio e protecção às vítimas e testemunhas estabelecidas. Sistemas de informação e divulgação do papel da testemunha e dos direitos das vítimas criadas e funcionais. Relatórios periódicos dos	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	Permanente.	Permanente.	Permanente.	Permanente.

		todos os órgãos do Ministério Público e outras instituições do sector da justiça penal. Criação da Unidade de Apoio às vítimas e às testemunhas.	avanços alcançados.					
Desenvolver a capacidade dos serviços para registar e informar sobre todas as suas operações e actividades de forma precisa e oportuna.	Melhoria dos sistemas de comunicação hierárquica. Informatização dos processos criminais e sua gestão automática.	Clareza nos relatórios do pessoal e responsabilidades de supervisão e direcção. Processos informatizados.	Relatórios regulares e precisos, produzidos a partir da gestão de processos e sistema de rastreamento para monitorizar as operações.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.		100% Operacional.		
Desconcentrar a Administração e os Serviços de Finanças.	Melhoria da execução orçamental e prestação de serviços. Melhor gestão e controlo dos activos.	Garantir maior transparência e responsabilização na gestão dos recursos financeiros, através do desenvolvimento e difusão de procedimentos operacionais internos e de informação. Desconcentrar a gestão de activos. Garantir serviços de melhor qualidade com uma resposta mais atempada às necessidades dos Distritos.	Taxa de execução orçamental melhorada e gestão transparente. Inventário geral dos bens estabelecido com precisão e actualizado regularmente através inventário trimestral.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				Iniciada a desconcentração dos RH e financeiros.
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolvimento e gestão dos Recursos Humanos (M/H).**								
Implementação da Lei Orgânica dos Serviços de Apoio Técnico Administrativo da PGR (SATA).	Recrutamento de 90 novos funcionários Oficial Justiça (M/H) de forma a completar a estrutura recém-criada.	Estrutura organizacional completa, para que os serviços possam ter funcionários com qualificações e experiência adequados para a realização das suas competências.	100% Dos novos funcionários recrutados.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.		100% Recrutado.		
Contribuir para a boa prossecução dos serviços no seio do Ministério Público.	Desenvolver descrições de serviço para todos os funcionários (M/H) existentes e recrutados. Planear e definir	Todos os funcionários (M/H) estão claros quanto às suas funções no seio da Procuradoria-Geral da República.	100% De descrições de serviço.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	25%	25%	25%	25%

	necessidades de recrutamento e de vagas a serem criadas. Estabelecer mecanismos de transição dos actuais funcionários (M/H) temporários para posições permanentes. Estabelecer os ficheiros biográficos e disciplinar dos funcionários de forma actualizada.							
Desenvolvimento das capacidades e conhecimentos dos funcionários do Ministério Público.	Formação dos funcionários com base nas descrições de trabalho e nível de competências necessárias para uma optimização do desempenho. Planeamento integrado de necessidades de formação.	Todos os funcionários (M/H) identificados receberam formação prioritária para o desempenho das suas funções.	100% Dos funcionários identificados.	PGR (Díli, Baucau, Suai e Oecússi) C.F.P., INAP.	25%	25%	25%	25%
	Formação em Liderança e Gestão para quadros de chefia.	Todos os Directores e Chefes de Departamento possuem conhecimentos relacionados com liderança e gestão de serviços.	100% Dos Directores e Chefes de Departamento.	Díli.				100% Realizado.
Aumento da capacidade de planeamento, gestão e avaliação.	Implementação de um sistema de gestão de contratos, relacionado com o processo de avaliação de desempenho.	Produção de informações atempadas para a situação jurídico-laboral dos funcionários (renovação de contratos, cancelamento do processamento dos salários, etc.).	100% Da informação sobre o desempenho de todos os funcionários temporários, disponível em Outubro 2012.	Gabinete da PGR (Díli).				100% Realizado.
	Realização de retiros semestrais para avaliação e planeamento de actividades dos serviços.	Todos os funcionários (M/H) da PGR.	100% Dos funcionários participaram no retiro de avaliação.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.		3º Retiro realizado.		4ª Retiro realizado.
Aumento da motivação do pessoal e do espírito de equipa.	Realização de convívios com todos os funcionários (M/H) da PGR.	Todos os funcionários (M/H) da PGR.	100% Dos funcionários participaram no convívio de Natal.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				100% Dos convívios realizados.
Transição para uma equipa inteiramente nacional, num período de dez anos.	Criar um plano de transição que assegure que a capacidade do pessoal nacional será desenvolvida o suficiente para cumprir todas as funções dentro da	Desenvolver a competência e a capacidade profissional dos funcionários (M/H) nacionais a cumprir plenamente os requisitos	A mudança na relação de agentes internacionais para nacionais.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.				100% Realizado.

	PGR num período máximo de dez anos.	da PGR. Desenvolver uma estratégia de transição para que a PGR desempenhe as suas funções com competência, com uma equipa totalmente nacional, num prazo preestabelecido.						
Biblioteca jurídica e base de pesquisa de dados jurídicos.	Criação e estabelecimento de uma biblioteca jurídica e de uma base de pesquisa de dados jurídicos da Procuradoria-Geral da República para apoiar na pesquisa jurídica, formação e investigação científica, para utilização por todos os Procuradores da República, oficiais de justiça e pessoal administrativo de todos os distritos judiciais. Criação da página web do Ministério Público de Timor-Leste.	Qualidade dos instrumentos de pesquisa jurídica à disposição dos magistrados, oficiais de justiça e pessoal administrativo. Qualidade melhorada do trabalho dos magistrados e funcionários (M/H). Difusão e disponibilização regular de informações sobre o papel e o funcionamento dos órgãos do Ministério Público. Maior transparência sobre as suas principais actividades. Melhoria da imagem e maior acesso dos cidadãos aos serviços do Ministério Público.	Instrumentos de pesquisa jurídica à disposição do pessoal legal.	Díli, Baucau, Suai e Oecússi.	25%	25%	25%	25%

Provedoria de Direitos Humanos e Justiça

A Provedoria de Direitos Humanos e Justiça tem um Orçamento de 1,093 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 27, prevê a existência do Provedor de Direitos Humanos e Justiça, como um órgão independente que tem por função, apreciar e procurar satisfazer as queixas dos cidadãos contra os poderes públicos, podendo verificar a conformidade dos actos com a lei, bem como prevenir e iniciar todo o processo para a reparação das injustiças, e com competência, ainda, para apreciar casos concretos, sem poder decisório, dirigindo recomendações aos órgãos competentes;

A Provedoria de Direitos Humanos e Justiça é um órgão independente nos termos da Lei n.º. 7/2004 sobre o Estatuto do Provedor dos Direitos Humanos e Justiça e exerce a função no âmbito das actividades dos poderes públicos como o Governo, a PNTL, os Serviços Prisionais e a F-FDTL.

Compete à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça realizar investigações sobre violação de Direitos Humanos, liberdade e garantias fundamentais, situações de abuso de poder, má administração, ilegalidades e injustiças.

Compete ao Provedor dos Direitos humanos e Justiça, no âmbito dos seus poderes de fiscalização:

- Supervisionar o funcionamento dos poderes públicos, nomeadamente do Governo, e dos seus órgãos e das entidades privadas que levem a cabo funções e serviços públicos, podendo abrir inquéritos sobre violações sistemáticas ou generalizadas de direitos humanos ou de má administração;
- Submeter ao Governo, ao Parlamento Nacional ou a qualquer outro organismo competente, numa base consultiva, pareceres, recomendações, propostas e relatórios sobre qualquer matéria relativa à promoção e protecção dos direitos humanos e à boa governação;
- Requerer junto do Supremo Tribunal de Justiça a declaração de inconstitucionalidade de leis, incluindo da inconstitucionalidade por omissão, nos termos dos artigos 150º e 151º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste;
- Fiscalizar e verificar a compatibilidade de qualquer lei, regulamento, despacho administrativo, política e prática em vigor ou de qualquer proposta legislativa com o Direito Internacional costumeiro e os tratados vigentes em matéria de direitos humanos;
- Recomendar a adopção de nova legislação e propor alterações à legislação em vigor e a adopção ou revisão de medidas administrativas.

Prioridades

As prioridades para assegurar o desenvolvimento institucional da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça, focam-se nos seguintes programas e actividades:

- Capacitação dos oficiais de investigação, monitorização, educação pública, gestão de finanças e administração da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça e da liderança comunitária, como implementação do acordo assinado entre Provedoria dos Direitos Humanos Justiça, Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território e também Ministério da Solidariedade Social para conduzir uma formação conjunta sobre Direitos Humanos, Mediação e Conciliação.
- Construção de três Sedes Regionais, respectivamente em Baucau, Maliana e Same, para melhorar a qualidade de atendimento público pelos oficiais da Provedoria.
- Contratar um Assessor Legal internacional para prestar assistência legal à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça em áreas de Boa Governação e Direitos Humanos.
- Aquisição e reposição dos equipamentos informáticos, mobiliários e outros equipamentos de escritório para apoiar e facilitar os serviços dos oficiais da Provedoria.
- Realizar regularmente as actividades de investigação, monitorização e educação pública em áreas de Direitos Humanos e Boa Governação segundo o mandato do Provedor dos Direitos Humanos e Justiça previsto no artigo 27º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.
- Desenvolver *Accounting* - Manual para servir de guia à execução do Orçamento Geral do Estado da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça para assegurar os princípios de transparência e responsabilidade.

Orçamento Fontes Combinadas

Provedoria dos Direitos Humanos e Justica ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**829**	**1,298**	**1,093**	**1,137**	**1,182**	**1,230**	**1,278**
Recorrentes	**725**	**1,084**	**1,014**	**1,055**	**1,097**	**1,141**	**1,186**
Salários e Vencimentos	255	414	495	515	535	557	579
Bens e Serviços	470	670	519	540	562	584	607
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**104**	**214**	**79**	**82**	**85**	**89**	**92**
Capital Minor	92	214	79	82	85	89	92
Capital Desenvolvimento	13	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	**1,380**	**975**	-	-	-
Recorrentes	-	-	1,380	975	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**829**	**1,298**	**2,473**	**2,112**	**1,182**	**1,230**	**1,278**
Recorrentes	725	1,084	2,394	2,030	1,097	1,141	1,186
Capital	104	214	79	82	85	89	92

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA PROVEDORIA DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

OBJECTIVO GERAL: **Formação e capacitação para assegurar maior competência nos serviços existentes dos Direitos Humanos e Justiça, incluindo a boa governação, gestão da administração pública e gestão das finanças públicas.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Desenvolvimento Institucional.	Formação em gestão e administração pública.	12 Oficiais (M/H) qualificados.	100% Dos formandos concluem o curso (6 Homens e 6 Mulheres).	Indonésia, Singapura e Malásia.	3 Formandos (M/H).	3 Formandos (M/H).	3 Formandos (M/H).	3 Formandos (M/H).
	Participação no Fórum Regional e Internacional da Ásia e Europa sobre Boa Governação e Direitos Humanos.	14 Oficiais (M/H) participam no Fórum.	100% Assegurada a participação no Fórum (1M/1H).	Região da Ásia e Europa.	3 Oficiais (M/H).	4 Oficiais (M/H).	4 Oficiais (M/H).	3 Oficiais (M/H).
	Curso de Língua Portuguesa.	100 Funcionários (M/H) elevam os seus conhecimentos de Português.	100% Dos funcionários (40M/60H)) concluem o curso com aproveitamento.	Díli.	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).
	Curso de Língua Inglesa.	100 Funcionários (M/H) elevam os seus conhecimentos de Inglês.	100% Dos Funcionários (40M/60H)) concluem o curso com aproveitamento.	Díli.	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).	100 Funcionários (M/H).
Assegurar e reforçar os serviços de investigação e monitorização incluindo a preparação de pareceres legais.	Recrutamento de funcionários (M/H) nacionais e assessor internacional.	8 Pessoas (M/H) recrutadas com experiência de forma a cumprir um trabalho de qualidade.	100% Do pessoal (M/H) recrutado.	Díli e regiões.	8 Funcionários (M/H) e um Assessor (M/H) internacional.	-	-	-
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar a boa gestão administrativa, eficiente e eficaz nos serviços de planeamento, orçamento, logística, aprovisionamento e tecnologias de informação.**								
Criar boas condições e bom ambiente no serviço.	Construção e reabilitação dos edifícios Regionais e Nacional da Provedoria.	3 Sedes regionais terão os seus edifícios permanentes e um edifício será reabilitado.	Asseguradas as boas condições de trabalho.	Díli, Same, Baucau e Maliana.	-	25%	50%	25%
Aquisição e reposição de equipamentos de informática.	Instalação da segurança e reposição de redes de serviços.	Redes de serviços assegurados e repostos.	Redução de erros na rede de serviços.	Díli e 4 Regiões.	-	25%	50%	25%
Aumento das facilidades de serviços.	Aquisição de equipamentos de escritório e outros.	Adquiridos os equipamentos necessários às actividades.	Asseguradas as necessidades operacionais.	Díli e 4 Regiões.	-	50%	50%	

OBJECTIVO GERAL: **Criar e manter uma administração pública eficiente e promover uma cultura da eficiência, transparência, integridade e responsabilidade no seio das entidades e organismos públicos.**								
Avaliar e investigar as queixas dos cidadãos (M/H) contra as entidades públicas na prática de má administração e abuso de poder.	Investigar e elaborar relatório final de investigação e recomendação dos casos às entidades competentes.	32 Relatórios finais de investigação e recomendação dos casos serão enviados aos órgãos relevantes.	± 30% da redução dos casos de má administração e abuso de poder.	13 Distritos.	8 Relatórios.	8 Relatórios.	8 Relatórios.	8 Relatórios.
Formação das entidades públicas (Autoridades Locais, PNTL, FDTL e funcionários públicos).	Condução de formação através de seminários e treinamento junto das entidades públicas sobre a boa governação (serviço móvel).	1.800 Pessoas (M/H) capacitadas.	75% Dos formandos (M/H) têm conhecimento da boa governação.	13 Distritos.	450 Pessoas (M/H).	450 Pessoas (M/H).	450 Pessoas (M/H).	450 Pessoas (M/H).
Técnicos administrativos das instituições públicas e processo de atendimento público de acordo com regras em vigor.	Realizar monitorização e inspecção às instituições públicas quanto ao atendimento público e o processo de concurso dos projectos físicos.	Os funcionários públicos trabalham com eficiência, eficácia e pontualidade no futuro.	±60 % do melhoramento dos serviços públicos.	13 Distritos.	15%	15%	15%	15%
OBJECTIVO GERAL: **Ajudar a promover e proteger os direitos humanos, liberdades e interesses legítimos dos indivíduos (M/H).**								
Recolha de dados acerca das queixas da comunidade sobre violação de direitos humanos.	Realização de prévia avaliação, identificação do declarante e respondente, convocatória, audiência, recolha de dados, elaboração de relatório.	No mínimo 75% reduzem a violação de direitos humanos e implementam a recomendação.	Entrada de 100 queixas de casos de violação de direitos humanos; 20 investigadores; 8 Encadernadores e multiplicadores de relatório e elaboradores de recomendação.	13 Distritos.	25 Casos.	25 Casos.	25 Casos.	25 Casos.
Prevenir a violação de direitos humanos.	Monitorização, fiscalização, entrevista, recolha de dados, advocacia, relatório, recomendação, consoante o resultado.	Reduzir os casos de violação de direitos humanos e implementar a recomendação.	Elaborados 4 relatórios consoante boatos existentes, resultado de 500 entrevistados sendo 100% do sexo feminino da prisão, 50% para outros assuntos.	13 Distritos.	1 Relatório.	1 Relatório.	1 Relatório.	1 Relatório.
Promover e educar as entidades públicas.	Formação da PNTL, F-FDTL, Líderes comunitários, guardas prisionais, professores (M/H) e celebração do dia internacional dos direitos humanos.	70% Dos participantes (M/H) obtêm bons conhecimentos.	150 Participantes (75 Homens e 75 Mulheres).	13 Distritos.	37 Participantes (M/H).	37 Participantes (M/H).	38 Participantes (M/H).	38 Participantes (M/H).
Prevenir a violação contra os direitos políticos.	Monitorizar as eleições gerais Parlamentar e Presidencial.	Liberdades dos cidadãos em expressar a sua	Entrevista a 250 eleitores (125 mulheres e 125 homens).	13 Distritos.	125 Eleitores (M/H).	125 Eleitores (M/H).		

		afiliação partidária.						
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar o acesso à Provedoria a toda a população em território nacional na implementação do mandato do Provedor.**								
Servir de ponto de contacto entre a Provedoria e a população e entidades públicas ao nível local e regional.	Receber as queixas dos cidadãos (M/H) e apoiar os serviços da Provedoria na área geográfica de sua actuação.	Reduzir os casos de violação de direitos humanos e má administração.	60% Da comunidade tem acesso ao serviço da Provedoria.	4 Regiões	15%	15%	15%	15%
OBJECTIVO GERAL: **Assegurar o serviço técnico especializado da Provedoria na área da recepção e processamento de queixas, mediação e conciliação visando a resolução das mesmas na direcção de assistência pública.**								
Recepção das queixas sobre violação de direitos humanos e prática de má administração e abuso de poder.	Processamento e notificação das queixas.	240 Queixosos (M/H) têm conhecimento do processamento e andamento das suas queixas.	75% Das queixas processadas e informadas.	13 Distritos.	60 Queixas.	60 Queixas.	60 Queixas.	60 Queixas.
Realizar a mediação e conciliação das partes em conflito.	Realização das actividades de mediação e conciliação dependendo do pedido das partes em conflito.	12 Casos de mediação e conciliação apresentadas.	70% Dos casos de mediação e conciliação resolvidos.	13 Distritos.	3 Casos.	3 Casos.	3 Casos.	3 Casos.
Acompanhamento dos resultados da implementação dos relatórios e recomendações por parte das entidades públicas.	Acompanhar e verificar a implementação dos relatórios e recomendações por parte das entidades públicas.	60 Relatórios e recomendações implementados.	25% Da redução da prática de má administração, abuso de poder e violação de direitos humanos.	13 Distritos.	15 Casos.	15 Casos.	15 Casos.	15 Casos.

Radio – Televisão de Timor-Leste (RTTL)

A RTTL tem um Orçamento de 3,327 dólares milhões para 2012.

Papel

A visão da RTTL, empresa pública, é "promover a unidade nacional, harmonia social e o desenvolvimento nacional" e tem por missão, nomeadamente:

- Promover a defesa da difusão das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
- Contribuir para a informação e formação do público, promovendo a defesa de valores culturais, identidade nacional e desenvolvimento deste País.
- Defender a formação de forma a desenvolver consciência crítica, estimular a criatividade e liberdade de expressão.
- Assegurar a objectividade da informação e programação.
- Garantir a existência de um serviço público de rádio e televisão, tendo em vista a protecção e divulgação da cultura e tradição Timorense e garantir a expressão de opinião, livre e independente do poder político, económico, religioso.
- Contribuir para informar, criar e promover cultural pública em geral, atendendo à diversidade de idades, ocupação profissional e interesses.
- Favorecer o conhecimento através da aproximação aos cidadãos Timorenses e estrangeiros promovendo o uso da língua portuguesa e mantendo as cooperações especiais existentes com Timor-Leste, aproximando a comunidade interessada.
- Contribuir para o esclarecimento, formação e participação cívica e política da população.

Prioridades

A RTTL, E.P., estabeleceu o seu plano anual para o ano de 2012, definindo como objectivos gerais:

Investimento contínuo nos recursos humanos

Investir em novos recursos humanos, que permitam preencher as necessidades da RTTL, E.P, tanto em quantidade como em qualidade. Investir na formação contínua dos recursos humanos.

Contribuir para o sucesso das eleições de 2012

Dar informação extensa de todo o processo eleitoral, motivando e educando civicamente os eleitores para o processo de eleições. Garantir uma cobertura equilibrada de todos os partidos e candidatos durante a campanha eleitoral. Facilitar o espaço para debates políticos entre os vários candidatos e partidos.

Fortalecimento da gestão da nova estrutura

Plano de desenvolvimento da RTTL, enquanto Empresa Pública. Procura de fontes combinadas de suporte à RTTL, permitindo uma gradual autonomia financeira, necessária ao seu desenvolvimento.

Orçamento Fontes Combinadas

Servico Público de Radiodifusão,Televisao de Timor-Leste ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**2,649**	**3,068**	**3,327**	**3,460**	**3,599**	**3,743**	**3,892**
Recorrentes	**2,158**	**2,572**	**2,840**	**2,954**	**3,072**	**3,195**	**3,322**
Salários e Vencimentos	590	659	632	657	684	711	739
Bens e Serviços	1,568	1,913	2,208	2,296	2,388	2,484	2,583
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**491**	**496**	**487**	**506**	**527**	**548**	**570**
Capital Minor	336	481	487	506	527	548	570
Capital Desenvolvimento	155	15	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**400**	**829**	**819**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	400	829	819	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**2,649**	**3,468**	**4,156**	**4,279**	**3,599**	**3,743**	**3,892**
Recorrentes	2,158	2,972	3,669	3,773	3,072	3,195	3,322
Capital	491	496	487	506	527	548	570

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA RÁDIO E TELEVISÃO DE TIMOR-LESTE

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
OBJECTIVO GERAL: **Investimento contínuo dos Recursos Humanos (M/H).**								
Desenvolvimento dos Recursos Humanos (M/H).	Realização de treinamentos fora e dentro do Pais.	Formação gradual em áreas de suas especialidades.	Aumento do número de funcionários (M/H) qualificados na RTTL.	Díli e Estrangeiro.	15%	30%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Modernização do equipamento e investimento nas infra-estruturas básicas.**								
Melhoramento das condições de trabalho e resultados da RTTL.	Criação de espaço de trabalho.	Condições de trabalho saudáveis e suficientes para os funcionários.	Melhoramento na qualidade de serviço.	Díli.	15%	30%	75%	100%
	Criação de novo estúdio.	Como meio para expansão da programação.	Aumentar a quantidade de programação.	Díli.	15%	30%	75%	100%
	Modernização do equipamento.	Garantir a qualidade audiovisual da RTTL para o público	Satisfazer o Público através dos programas da RTTL.	Díli e Distritos.	15%	30%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Contribuir para o sucesso das Eleições de 2012.**								
Programa para as Eleições de 2012 com qualidade.	Educação Cívica para os eleitores (M/H).	Ajudar o Público a considerar as eleições como uma festa democrática.	Público Timorense informado sobre o processo eleitoral.	Díli e Distritos.	30%	80%	100%	
	Cobertura equilibrada das Eleições.	Processo Eleitoral com qualidade.	Disponibilizar hora de antena igual para todos os partidos políticos.	Díli e Distritos.	30%	80%	100%	
	Espaço para debates políticos.	Garantir divergência de opiniões.	Disponibilizar hora de antena igual para todos os partidos políticos.	Díli.	30%	80%	100%	
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar a qualidade da programação.**								
Definição do *Road Map* para Programação.	Planeamento integrado da programação a curto e médio prazo.	Possuir um guião para diversificação de programas e possibilidade de obtenção de receitas.	Programação que possa responder as exigências do público.	Díli.	15%	30%	75%	100%
Pesquisa de Audiência.	Pesquisas em todo o território.	Possuir dados adequados como referencia para o desenvolvimento da programação.	Apresentação de programas mais dinâmicos.	Díli e Distritos.	15%	30%	75%	100%
OBJECTIVO GERAL: **Fortalecimento da gestão da nova estrutura.**								
Reajustamento do Plano Estratégico.	Colóquio Nacional.	Obtenção de um guião para objectivos a curto e longo prazo.	Uniformização do planeamento.	Díli.	15%.	60%.	100%.	

	Procurar fontes combinadas de apoio a sustentabilidade da RTTL como Empresa Pública.	Obtenção gradual de capacidade económica para a sustentabilidade da Empresa.	Implementação efectiva e concreta do Decreto-lei 42/2008.	Díli.	15%	30%	75%	100%

Comissão Nacional de Eleições

A CNE tem um Orçamento de 5,848 milhões de dólares para 2012.

Papel

Supervisão dos actos eleitorais nos termos da lei.

Prioridades

Garantir Eleições credíveis e transparentes em 2012.

Orçamento Fontes Combinadas

Comissão Nacional das Eleicoes ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**2,786**	**4,538**	**5,848**	**6,082**	**6,325**	**6,579**	**6,841**
Recorrentes	**2,138**	**4,341**	**5,747**	**5,977**	**6,216**	**6,465**	**6,723**
Salários e Vencimentos	367	529	529	550	572	595	619
Bens e Serviços	771	812	2,218	2,307	2,399	2,495	2,595
Transferências Públicas	1,000	3,000	3,000	3,120	3,245	3,375	3,510
Capital	**648**	**197**	**101**	**105**	**109**	**114**	**118**
Capital Minor	176	197	101	105	109	114	118
Capital Desenvolvimento	472	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**2,912**	**4,058**	**171**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	2,912	4,058	171	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**2,786**	**7,450**	**9,906**	**6,253**	**6,325**	**6,579**	**6,841**
Recorrentes	2,138	7,253	9,805	6,148	6,216	6,465	6,723
Capital	648	197	101	105	109	114	118

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

OBJECTIVO GERAL: **Promover maior participação popular em todos processos eleitorais em Timor-Leste.**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Certificar um registo eleitoral completo, correcto e coerente.	Monitorização do processo de sincronização da base de dados dos eleitores (M/H).	Base de dados de Registo Eleitoral acurada e exacta.	Relatório da monitorização do processo de Sincronização da Base de Dados. Menor quantidade de registos alterados. Compreensão dos resultados das reclamações por parte do reclamante. Relatório do processo de exibição e reclamação dos cadernos eleitorais. Metodologia de auditoria e seu respectivo *software* desenvolvidos.	Em todo território Nacional.	*Nota:* De acordo com o calendário a ser desenvolvido pelo STAE. Relatórios apresentados. Metodologia discutida e aprovada.		1 Evento realizado e apresentação de relatório da actividade.	Relatório sobre ABD final apresentado. Relatório final sobre o processo de recenseamento e ABD. *Software* implementado e Comissários apresentam o relatório final.
	Supervisão do processo de exibição e reclamação dos cadernos eleitorais em Timor-Leste e no exterior.	Menor número de reclamações de registos.						
	Analisar e diminuir reclamações decorrentes do processo de recenseamento e actualização da base dados.	Decidir atempadamente todas as reclamações durante o processo de sincronização e exibição da base de dados.						
	Monitorização das actividades "pós-eleição" realizadas pelo STAE.							
OBJECTIVO GERAL: **Criar condições para as Eleições Presidenciais e Parlamentares de 2012.**								
Preparar devidamente a CNE para supervisionar as eleições presidenciais e parlamentares e sensibilização dos eleitores (M/H).	Apreciação e aprovação atempada da regulamentação dos actos eleitorais.	Comissários plenamente informados sobre o processo de trabalho.	Regulamentos e códigos de conduta aprovados.	Sede Nacional da CNE e nos distritos.	Aprovação dos Regulamentos que dizem respeito às eleições presidenciais.	Aprovação das Regulamentos que dizem respeito às eleições parlamentares.		Apreciar e aprovar regulamentos.
	Seminários para os Comissários sobre simulação do processo eleitoral.		Seminário realizado.	Sede Nacional da CNE e nos distritos.	Supervisão das eleições presidenciais.			
OBJECTIVO GERAL: **Promoção de um alto nível de consciência dos cidadãos Timorenses (M/H) sobre os seus direitos e deveres.**								
Disseminação de informação sobre os resultados das eleições Presidenciais e	Conduzir e promover campanhas permanentes, objectivas e	*Nota:* O resultado da implementação destas actividades não pode ser fixado pois	Pacotes informativos distribuídos nos 442 sucos e parcerias estabelecidas com	Sucos.	1 Evento de informação realizado nos 442 sucos e			

Parlamentares e novos órgãos eleitos promovendo a aceitação dos resultados pelo público em geral.	apartidárias de educação cívica.	depende da apresentação dos regulamentos pelo STAE e, a consecutiva aprovação pela CNE.	outros intervenientes.		Parcerias, estabelecidas.			
	Desenvolver e distribuir material audiovisual da CNE.		Educadores Cívicos (M/H) formados em número suficiente.	Díli.	Material de audiovisual aprovado.	Material de audiovisual distribuído nas médias locais.		Materiais distribuídos.
			Manuais genéricos de educação cívica distribuídos.					
	Informação ao público através da média.		Programas de rádio sobre educação cívica permanentes.	Díli.	1 Evento realizado.			Transmissão sendo realizada através da média.
	Seminário sobre eleições supervisionadas com lançamento de publicação.		Um evento de educação cívica em cada Subdistrito realizado.	13 Distritos.	1 Evento realizado.			Evento realizado.
			Fórum CNE-Media.	Díli.	1 Evento realizado.		-	Evento realizado.
			1 Conferência Nacional sobre eleições organizada.					
			Publicação de livro com resultado e monitoramento das eleições 2012.	Díli.	-	-	Evento realizado.	Evento realizado.
			Vídeo sobre a CNE gravado e exibido ao público.					
			Website criado.					
OBJECTIVO GERAL: **Garantir eleições transparentes e credíveis em Timor-Leste.**								
Certificar um resultado eleitoral transparente e confiável para a ocupação de cargos nos órgãos soberanos do Estado: Presidência da República e Parlamento Nacional.	Monitorização do processo de preparação para as actividades eleitorais em Timor-Leste e no exterior.	Programa de Educação de Votantes de acordo com os regulamentos, ofícios eleitorais preparados e comunidades devidamente informadas.	Relatório da monitorização da actividade de Educação de votantes e da actividade implementada pelo STAE.	Em todo território Nacional.	*Nota:* De acordo com o calendário a ser desenvolvido pelo STAE.			
	Monitorização do processo eleitoral incluindo no exterior.	Eleições realizadas com sucesso, sem violência ou fraudes eleitorais.	Relatórios da monitorização do processo eleitoral.		Relatório apresentado.	Relatório apresentado.		
	Apuramento Distrital.	Averiguar os resultados eleitorais no distrito.	Atas eleitorais dos distritos enviadas à CNE nacional.	13 Distritos.	Apresentação do Resultado parcial da 1ª volta da Eleição presidencial.		Apresentação do Resultado parcial da eleição para o Parlamento Nacional.	

	Apuramento Nacional.	Averiguar detalhadamente o resultado eleitoral nacional.	Resultado final parcial enviado para o Tribunal de Recursos.	13 Distritos.	Preparação para a 2ª volta.	Apresentação do Resultado parcial da 2ª volta da eleição presidencial.		
	Analisar e diminuir reclamações decorrentes do processo eleitoral.	Compreensão dos resultados das reclamações por parte do reclamante.	Quantidade de recursos ao Tribunal de Recurso.	Nacional – Díli.				
OBJECTIVO GERAL: **Promover a transparência na gestão dos partidos políticos.**								
Monitorar a estruturação e estabelecimento de sistemas de gestão dos partidos políticos que se conformam com a lei de modo transparente.	Actualização da base de dados dos Partidos Políticos e candidatos (M/H). Promover formação dos partidos políticos em matéria de gestão financeira e contabilidade pública.	Actualizada a Base de Dados dos partidos políticos.	Número de encontros e eventos com partidos políticos. Cursos de formação para partidos políticos em termos de gestão. Partidos políticos sensibilizados sobre o dever de prestação de contas. Publicado o Relatório da auditoria dos relatórios financeiros dos partidos políticos no Jornal da República.	Díli. Díli.	1ª Base de dados concluída.		2ª Base de dados concluída. Formação realizada.	Apresentação do relatório sobre as substituições de deputados. Prestação de contas e Auditoria nas contas dos partidos políticos. Relatório da auditoria apresentado.
OBJECTIVO GERAL: **Promover o desenvolvimento profissional e institucional da CNE.**								
Um secretariado de apoio fortalecido incluindo a construção, reabilitação ou melhoramento da sede nacional e dos escritórios distritais.	Finalizar a construção da Sede Nacional da CNE em Díli.	Sede Nacional da CNE concluída.	Cerimónia de inauguração.	Nacional – Díli.				Construção concluída e entregue.
	Suprimento das necessidades de equipamentos, mobiliários e materiais da sede nacional e dos escritórios distritais.	Materiais, mobiliários e equipamentos adquiridos e instalados.	Documentação oficial de registo da Direcção de Terras e Propriedades em cada distrito assegurada.	13 Distritos.	Materiais, mobiliários e equipamentos adquiridos e instalados.	Documento de registo recebidos.		
	Desenho e BoQ para construção ou reabilitação ou melhoramento de escritórios distritais.	13 Escritórios distritais com muros construídos. 5 Escritórios distritais reabilitados.	13 Escritórios devidamente equipados e em pleno funcionamento.	13 Distritos.			Escritórios, reabilitados já operacionais.	Escritórios construídos já operacionais.

Capacidade institucional reforçada da CNE em supervisionar as eleições.	Recrutamento de técnicos (M/H) superiores e profissionais para preenchimento do quadro pessoal técnico e administrativo.	Assessores e técnicos (M/H) recrutados.	Números dos Assessores e Técnicos (M/H) recrutados.	Nacional – Díli.	Técnicos e Assessores (M/H) recrutados.			
	Organizar curso para Oficiais (M/H) permanentes.		Realizado o Curso de orientação sobre supervisão eleitoral para oficiais permanentes.				Curso realizado e funcionários capacitados.	
	Organização de cursos de formação para o pessoal do secretariado (M/H).		3 Cursos funcionais e de orientação realizadas para o pessoal do Secretariado da CNE.					Cursos realizados.
	Manutenção da página de Internet da CNE.		Página da Internet da CNE a funcionar.			*Website* da CNE a funcionar.		
		Viagem para observar eleições.	Relatório sobre a observação da eleição.			Apresentação do relatório das eleições.		
	Continuação da Publicação do boletim semestral.	6 Edições do boletim publicados.	Boletins publicados.					6 Edições do Boletim publicados.
	Publicação, em forma de livro, sobre o 1º mandato dos comissários da CNE.	Livro pronto e publicado.	Livro lançado em cerimónia.			Livro editado e publicado.		Evento realizado.

Comissão Anti-Corrupção

A CAC tem um Orçamento de 2,173 milhões de dólares para 2012.

Papel

A Comissão Anti-Corrupção tem por missão proceder às acções de prevenção e investigação criminal dos crimes de corrupção em qualquer das suas formas, peculato, abuso de poder, tráfico de influências e participação económica em negócios, através da recolha e análise das informações relativas às causas, e prevenção da corrupção; realizar acções de sensibilização destinadas a limitar a prática dos actos de corrupção, motivando as pessoas a adoptar precauções ou a reduzir os actos e as situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas; aconselhar qualquer instituição ou entidade pública sobre formas de prevenir e combater as condutas de corrupção. Em matéria de investigação criminal, a Comissão tem competência para exercer as atribuições conferidas nos termos da lei aos órgãos de polícia criminal através de investigações de várias formas de práticas e condutas de corrupção.

Prioridades

Baseado na missão da prevenção criminal e da investigação criminal, a Comissão destacou duas prioridades gerais para o ano de 2012, ou seja:

- Capacitação e aquisição adequada dos recursos da Comissão.
- Elevar e fortalecer a cooperação institucional para combater a corrupção.

A Comissão na sua actividade tem competência para aconselhar qualquer instituição ou entidade pública, ou privada, sobre as formas de prevenir e combater condutas de corrupção no sentido de elevar o princípio da boa governação.

Orçamento Fontes Combinadas

Comissão Anti Corrupção ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**494**	**2,079**	**2,173**	**2,260**	**2,350**	**2,444**	**2,542**
Recorrentes	**294**	**1,401**	**1,225**	**1,274**	**1,325**	**1,378**	**1,433**
Salários e Vencimentos	127	567	470	489	508	529	550
Bens e Serviços	166	834	755	785	817	849	883
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**200**	**678**	**948**	**986**	**1,025**	**1,066**	**1,109**
Capital Minor	200	477	148	154	160	166	173
Capital Desenvolvimento	-	201	800	832	865	900	936
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	**150**	**100**	-	-	-
Recorrentes	-	-	150	100	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**494**	**2,079**	**2,323**	**2,360**	**2,350**	**2,444**	**2,542**
Recorrentes	294	1,401	1,375	1,374	1,325	1,378	1,433
Capital	200	678	948	986	1,025	1,066	1,109

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA COMISSÃO ANTICORRUPÇÃO

OBJECTIVO GERAL: **Elevar a capacidade institucional e efectivar os serviços da Comissão (**pela Direcção de Administração e Finanças**).**

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Ter eficiência e efectividade da administração dos recursos e apoiar as direcções.	Recrutar e reforçar as capacidades dos funcionários (M/H) em conformidade com as necessidades de cada direcção.	Enquadrar os funcionários (M/H) suficientes e desempenhar as funções com profissionalismo.	Ter recrutado em todas as direcções, um total de 25 pessoas (M/H).	Díli.	Anunciar as vagas e coordenar o recrutamento.	Ter completado os recrutamentos.	**-**	-
			Cerca de 30 funcionários (M/H) terão acabado o curso básico de língua portuguesa e inglesa e pelo menos 15 pessoas (M/H) terão concluído o curso intermédio em ambas as línguas.	Díli.	Curso básico de língua portuguesa para 30 pessoas (M/H) realizado.	Curso básico de língua portuguesa para 30 pessoas (M/H) realizado.	Curso intermédio de língua inglesa para 15 pessoas (M/H) realizado.	Curso intermédio de língua inglesa para 15 pessoas (M/H) realizado.
			Ter concluído a formação contínua de aprovisionamento, finanças, logística e património para 15 funcionários (M/H).	Díli.	Formação contínua de aprovisionamento, finanças, logística e património realizado.	Formação contínua de aprovisionamento, finanças, logística e património realizado.	Outras formações específicas realizadas.	Outras formações específicas realizadas.
	Estabelecer e completar o sistema interno da CAC.	Estabelecer adequadamente o sistema interno e implementar a autonomia de administração e finanças.	Ter completado e aplicado o sistema e procedimentos de administração, finanças, logística e manutenção do património da CAC.	Díli.	Completar os documentos, *workshop*, socialização e implementação.	Completar a socialização e implementação.	-	Avaliação.
			Ter completado e aplicado os procedimentos e critérios de recrutamento e desempenho dos serviços.	Díli.	Completar os documentos, *workshop*, socialização e implementação.	Completar a socialização e implementação.	-	Avaliação.
			Relatório produzido e regularmente manter a auditoria interna e externa.	Díli.	Produzir o primeiro relatório trimestre.	Produzir o segundo relatório trimestral.	Produzir o terceiro relatório trimestral.	Produzir o relatório final e auditoria.
			Terão realizado regularmente encontros e avaliações semanais, mensais em cada	Díli.	Ter encontros semanais, mensais e trimestrais.	Ter encontros semanais, mensais e trimestrais.	Ter encontros semanais, mensais e trimestrais.	Ter encontros semanais, mensais e trimestrais, e retiro de avaliação.

			direcção e trimestrais em todas as direcções na CAC.					
Desenvolver e instalar as infra-estruturas e facilidades adequadas no sentido de apoiar os serviços da CAC.	Estabelecer o sistema de *online* apropriado aos serviços da CAC e os meios necessários de *software* e *hardware* em todas as direcções.	Estabelecer o sistema seguro *online* no sentido de gerir as informações da CAC.	Ter completado a dotação de computadores suficientes e equipamento SERVER de alta capacidade para facilitar a gestão do sistema de informações da CAC.	Díli.	Continuar o estudo comparativo e identificar os equipamentos de IT incluindo o sistema de operação.	Adquirir e instalar os necessários equipamentos de IT.	Adquirir e instalar os necessários equipamentos de IT.	Continuação de adquirir e instalar os necessários equipamentos de IT.
			Público terá acesso ao *website* da CAC.	Díli.	Actualização do *website*.	-	-	-
	Construir o edifício permanente da CAC e instalar os equipamentos necessários para apoiar os serviços.	Começar a construção do edifício permanente da CAC.	Realizado e publicado o processo de ITB e o edifício estando na construção.	Díli.	Preparar os documentos do processo de ITB	Ter avaliado e assinado o contrato.	Começo da construção física.	Continuação da construção física.
OBJECTIVO GERAL: **Elevar a capacidade institucional e efectivar os serviços da Comissão** (pela Direcção da Prevenção).								
Garantir a efectividade da prevenção no sector público.	Analisar os diplomas Jurídicos e Políticos.	Ter conhecimento crítico sobre as leis e diplomas.	Ter produzido o relatório analítico dos documentos que foram analisados e recomendações.	Díli.	Recolher dados, discussões e analisar os documentos legais.	*Workshop* interno e recomendações realizados.	Consideração das instituições apropriadas e avaliações concluídas.	Relatório final produzido.
	Analisar o OGE "principalmente nos ministérios de grande orçamento na execução".	Ter informação adequada sobre a execução do orçamento dos ministérios e instituições.	Ter produzido relatório e recomendações.	Díli.	Recolher e analisar os dados.	Relatório e recomendações realizados.	Consideração das instituições apropriadas e avaliações concluídos.	Avaliação final das recomendações realizadas.
	Monitorização.	Detectar as possibilidades das infracções de irregularidades.	Ter produzido relatório e recomendações.	13 Distritos.	Recolher e analisar os dados de três distritos e produzir relatório e recomendações realizados.	Recolher e analisar os dados de outros três distritos e produzir relatório e recomendações realizados.	Recolher e analisar os dados de outros quatro distritos e produzir relatório e recomendações realizados.	Recolher e analisar os dados dos últimos três distritos e produzir relatório e recomendações realizados.
	Inspecção.	Detectar as possibilidades das práticas de irregularidade.	Ter informação actual e possível nas acções do procedimento legal.	13 Distritos.	Analisar o mapeamento dos riscos da corrupção.	Realizar nos quatro lugares diferentes das Inspecções e produzir relatório preliminar.	Realizar nos outros quatro lugares diferentes das Inspecções e produzir relatório preliminar.	Realizar os outros quatro lugares diferentes das Inspecções e produzir relatório final.
	Workshop Interministerial.	Promover as acções de prevenção no sector público.	Participação dos directores gerais, nacionais, distritais, chefes de departamentos e	Díli.	Coordenação dos projectos-piloto com os ministérios realizados.	I e II *Workshop* realizados.	III e IV *workshop* realizados.	Relatório final produzido.

			funcionários (M/H).					
	Estudo comparativo.	Promover as capacidades e aumentar as experiencia no domínio de acções da prevenção à corrupção.	Quatro funcionários (M/H) obtêm conhecimentos práticos.	Estrangeiro.	Selecção de dois candidatos realizados.	Realização do estudo comparativo e relatório realizado.	Selecção de outros dois candidatos Realizado.	Realizado o estudo comparativo e produz relatório.
	Curso de Auditoria e gestão das finanças.	Obter conhecimento sobre o processo de auditoria e gestão das finanças públicas.	Dois funcionários (M/H) completaram o curso.	Díli.	Primeira formação realizada.	-	Segunda formação realizada.	-
OBJECTIVO GERAL: **Elevar a capacidade institucional e efectivar os serviços da Comissão** (pela Direcção da Educação, Campanha e Pesquisa).								
Promover a sensibilidade cívica dos cidadãos a detectar e combater os actos da corrupção.	Educação no sector da educação formal.	Promover as participações dos professores e alunos na campanha contra a corrupção.	Terão realizado dois *workshops* com professores e dezoito vezes com alunos.	Díli e distritos.	Preparação da ficha do horário da realização de actividades.	*Workshops* com os professores realizados.	*Workshop* com os alunos realizados.	-
	Educação no sector da educação não-formal direccionada à juventude.	Promover a participação dos jovens na campanha contra a corrupção.	Terão realizado dois *workshops* e duas discussões com associações da juventude.	Díli e distritos.	*Workshop* com representantes da CNJTL/grupos de juventude realizado.	Discussão trimestral realizada.	Discussão trimestral realizada.	Discussão trimestral realizada.
	Campanha junto do público em geral.	Promover a participação dos públicos na campanha contra a corrupção.	Terão realizado duas actividades de campanha baseada no plano.	Díli e outros distritos.	Realizar a coordenação de implementação de actividades.	Actividades conjuntas da 1ª fase realizadas.	Actividades conjuntas da 2ª fase realizadas.	Actividades conjuntas da 3ª fase realizadas.
	Produzir as matérias educativas e informativas.	Dinamizar as actividades da educação e campanha.	As matérias educativas serão distribuídas ao público.	Todo o território de Timor-Leste.	-	Programas de rádio e TV publicados.	-	-
	Formação e encontros regulares com os cooperadores.	Consolidar a rede da prevenção.	Realização de encontros regulares de uma vez por quatro meses.	Díli e distritos.	Fixar a agenda da realização de actividades.	-	Actividades conjuntas realizadas.	Avaliação anual efectuada.
	Coordenação e cooperação com as ONGs.	Dinamizar as participações de ONG na campanha contra a corrupção na implementação das actividades conjuntas.	Números dos parceiros de ONGs identificados.	Díli e distritos.	Fixar o horário da realização de actividades e preparação das matérias que serão distribuídas pelas ONGs.	As matérias preparadas.	As matérias de Educação e campanha serão distribuídas junto das ONGs.	-
	Pesquisa do sector público e privado.	Obter informações no sentido de apoiar as	Produzido o relatório da pesquisa.	Díli e outros distritos.	Finalizado o plano da pesquisa.	Recolhido e recapitulado os dados da pesquisa.	Produzido o esboço do relatório.	Produzido o relatório final e publicação.

		actividades de prevenção e combate a corrupção.						
OBJECTIVO GERAL: **Elevar a capacidade institucional e efectivar os serviços da Comissão** (pela Direcção da Investigação).								
Obter capacidade e profissionalismo dos investigadores.	Formação dos Investigadores (M/H).	Os Investigadores com mais qualificação técnica no serviço da investigação.	Os dez Investigadores foram treinados.	Timor-Leste e estrangeiro.	Dois investigadores treinados.	Três investigadores treinados.	Três investigadores treinados.	Dois investigadores treinados.
	Realizar *workshops* e seminários relacionados com o serviço das instituições relevantes.	Aumentar e aprofundar os conhecimentos dos serviços das instituições e agências como parceiros da CAC.	Os dez investigadores obtêm informações suficientes sobre a natureza dos serviços das outras instituições.	Timor-Leste.	Preparação de *workshops* e seminários.	Realização do 1º *workshop*.	Realização do 2º *workshop*.	-
Estabelecer o sistema de informação adequado nos serviços de investigação.	Maximizar o atendimento de caso e utilização efectivo do sistema de base de dados.	Aos casos do crime de corrupção que foram investigados, serão registados na base de dados.	Casos bem organizados, beneficiará os serviços da investigação.	CAC.	Concluído o estabelecimento de base de dados.	Realizado o *workshop* e aplicado o sistema estabelecido.	Aplicado o sistema estabelecido.	Rever a implementação.
	Estabelecer o sistema de segurança das informações.	Ter informações suficientes e adequadas no sentido de ajudar os serviços de investigação.	Serviços da investigação em andamento eficaz e efectivo.	CAC.	Concluído o estabelecimento do sistema de segurança.	-	-	-
Prevenir e actuar as acções necessárias no acto de combater a corrupção.	Realizar investigações aos casos de corrupção.	Casos investigados e submetidos ao MP para apreciação e eventual acusação.	Realizados dez casos de investigação.	Timor-Leste.	Dois casos investigados.	Dois casos investigados.	Dois casos investigados.	Dois casos investigados.
Fortificar a rede do serviço de combate a corrupção.	Estabelecer cooperação a nível nacional, regional e internacional.	Ter boa ligação com as instituições ou agências relevantes no sentido de realizar investigação efectiva.	Rede a funcionar e acordos estabelecidos.	Timor-Leste.	Encontro e preparação de acordo com os parceiros relevantes.	Assinados alguns Memorandos de Entendimento (MdE) com as entidades no país.	Assinados alguns Memorandos de Entendimento (MdE) com as entidades no país e estrangeiro.	Assinados alguns Memorando de Entendimento (MdE) com as entidades no país.

Comissão da Função Pública

A CFP tem um Orçamento de 1,805 milhões de dólares para 2012.

Papel

Reforçar a capacidade da Função Pública através do desenvolvimento de serviços de Administração Pública imparciais, eficientes e eficazes, apoiados por elevados padrões de profissionalismo, com vista a melhoria contínua da gestão de recursos humanos e capacidade organizacional na Função Pública.

Prioridades

Aperfeiçoar a gestão da avaliação de desempenho da função pública em todas as instituições públicas

- Desenvolver sistemas, regulamentos e instruções para a gestão de desempenho do funcionário público.
- Desenvolver e estabelecer instruções/regulamentos de gestão da avaliação de desempenho dos funcionários públicos.
- As avaliações de desempenho de todos os funcionários públicos são objecto de registo na base de dados PMIS.
- Identificar os funcionários públicos que preenchem os requisitos para a progressão na carreira.

Criar um serviço público de qualidade e competente através de programas de desenvolvimento de recursos humanos vocacionados para os funcionários públicos

- Realizar uma análise de diagnóstico das necessidades de formação para a gestão de recursos humanos no serviço público (Direcções Nacionais e Chefes de Departamento).
- Concepção de um programa de desenvolvimento de executivos para todos os gestores do serviço público na óptica de abordagens estratégicas e de português.

Melhorar o planeamento da Força de Trabalho da Função Pública

- Fornecer apoio e instruções aos Ministérios, instituições e organizações estatais, no sentido de desenvolver planos de gestão de pessoal que tenham em conta o envelhecimento e a reforma de um número significativo de funcionários públicos nos próximos 20 anos.
- *Processo de recrutamento*: continuação do preenchimento das vagas abertas desde 2009-2010-2011 (aprovadas).
- Recolher informações sobre as necessidades de pessoal dos Ministérios e Secretarias de Estado e consequente abertura de vagas pertinentes.
- Coordenar e supervisionar o processo de avaliação documental.
- Planear, organizar e supervisionar o processo de recrutamento.
- Assegurar a fidedignidade dos dados relativos à progressão e promoção, assim como garantir que os funcionários públicos preenchem os requisitos para progredir na carreira.
- Submissão das listas de funcionários da Administração Pública que progridem na carreira à Comissão da Função Pública.

- Apresentar propostas de progressão e promoção dos funcionários públicos, no âmbito do Regime Especial de Carreiras, de modo a reflectir as decisões do Governo e que, após a aprovação da Comissão da Função Pública, serão publicadas no Jornal da República.
- Submeter as propostas de pagamento salarial na Folha de Pagamentos.
- Garantir a inserção dos dados de progressão e promoção dos funcionários públicos no PMIS, sistema este actualizado para a recepção dos novos requisitos do Regime Especial de Carreiras.
- Garantir a correcta aplicação dos termos de emprego na Função Pública.
- Assegurar os procedimentos disciplinares no sistema de PMIS.

Promover uma maior consciencialização e percepção do Código de Conduta da Função Pública, garantir a equidade na administração pública, seguindo Boas Práticas com eficiência, transparência e profissionalismo e que actua de acordo com a lei

- Realizar sessões de divulgação e informação sobre o Código de Conduta em todos os Ministérios e demais instituições do Estado.
- Instaurar procedimentos disciplinares, desenvolver processos de investigação, recolher dados, confirmar as listas de presença, relatar e propor penalidades em caso de ocorrerem irregularidades na conduta de funcionários à CFP.
- Prestar orientação e apoio aos Ministérios e às instituições do Estado no âmbito da gestão de assuntos disciplinares.

Garantir condições adequadas de trabalho na CFP

A CFP centraliza toda a actividade de gestão de recursos humanos na Função Pública, incluindo recrutamento, avaliação, promoção, formação, capacitação e disciplina. Portanto para tal precisa de garantir instalações adequadas para o desenvolvimento das actividades da CFP e Secretariado, assim como, garantir equipamentos e pessoal necessário para o cumprimento das missões da CFP e do Secretariado.

Orçamento Fontes Combinadas

Comissão da Função Pública ($'000)

	2010 Actual	2011 Orçamento	2012 Orçamento	2013 Projeção	2014 Projeção	2015 Projeção	2016 Projeção
Orçamento Geral do Estado	**1,104**	**1,506**	**1,805**	**1,878**	**1,953**	**2,031**	**2,112**
Recorrentes	**732**	**1,368**	**1,735**	**1,805**	**1,877**	**1,952**	**2,030**
Salários e Vencimentos	251	298	402	418	435	452	470
Bens e Serviços	480	1,070	1,333	1,386	1,442	1,500	1,560
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	**372**	**138**	**70**	**73**	**76**	**79**	**82**
Capital Minor	139	138	70	73	76	79	82
Capital Desenvolvimento	233	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	**-**	**-**	**14**	**-**	**-**	**-**	**-**
Recorrentes	-	-	14	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	**1,104**	**1,506**	**1,819**	**1,878**	**1,953**	**2,031**	**2,112**
Recorrentes	732	1,368	1,749	1,805	1,877	1,952	2,030
Capital	372	138	70	73	76	79	82

PLANO DE ACÇÃO ANUAL DA COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

OBJECTIVO GERAL: **Liderar a gestão e o desempenho da Função Pública** (pela Comissão da Função Pública).

Objectivo Especifico	Actividades	Resultados Esperados	Indicador de Desempenho	Local de Implementação	Resultados Esperados por Trimestre			
					Até 31 Março	Até 30 Junho	Até 30 Setembro	Até 31 Dezembro
Aperfeiçoar a gestão da avaliação de desempenho da função pública em todas as instituições públicas.	Desenvolver e estabelecer instruções de gestão da avaliação de desempenho da função pública.	As instituições públicas detêm instruções sobre a gestão da avaliação de desempenho de acordo com as regras e regulamentos da Função Pública.	Todos os directores e chefes (M/H) compreendem as etapas do processo de avaliação de desempenho.	DNPJFP.	25%	25%	25%	25%
	Registo dos dados de avaliação de desempenho de todas as instituições públicas na base de dados PMIS.	Os dados de todas as instituições públicas estão incluídos na base de dados.	Os dados de todas as instituições estão correctamente incluídos na base de dados.	DNPJFP.	40%	40%	10%	10%
	Identificar os funcionários públicos (M/H) que preenchem as condições para a progressão funcional.	Os funcionários públicos (M/H) que preenchem as condições progridem na carreira.	Todos os funcionários públicos (M/H) que preenchem as condições progridem na carreira.	DNPJFP. DNPPRH.		40%	40%	20%
Promover uma maior conscientização do código da conduta de FP, garantir uma administração pública imparcial, profissional, transparente, eficiente e cortês de acordo com a lei.	Instaurar procedimento disciplinar, fazer investigações, recolher dados, averiguar listas de presenças, relatar e propor penalidades em caso de má conduta dos funcionários (M/H) à CFP.	Uma função pública isenta, eficiente, imparcialidade, profissional e cortes.	Instrução e submissão à CFP de 60% dos processos disciplinares recebidos.	DNDPA.	15%	15%	15%	15%

	Encaminhar recomendações de reclamações e recursos em relação às decisões da CFP.	Uma função pública isenta, eficiente, imparcialidade, profissional e cortes.	100% Das reclamações e recursos instruídos e submetidos à CFP.	DNDPA.	25%	25%	25%	25%
	Fornecer orientações e apoio aos Ministérios e Instituições ou agências do Estado em matéria disciplinar.	Boas práticas de gestão RH no que refere as responsabilidades e tomada de decisões na Função Pública.	100% Dos requerimentos informados.	DNDPA.	25%	25%	25%	25%
	Registar as faltas e medidas disciplinares no PMIS.	As faltas e medidas disciplinares foram inseridas no PMIS.	100% Das faltas e medidas disciplinares registadas e inseridas no PMIS.	DNDPA.	25%	25%	25%	25%
	Legislação de protecção dos dados do PMIS.		Legislação de protecção de dados aprovada e implementada.	DNPPRH.	50%	50%		
	Implementar no PMIS decisões da CFP sobre os casos pendentes relativos a estrangeiros, e documentos alterados, em falta ou errados.		Assuntos pendentes de pessoais resolvidos no PMIS.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Módulos de processamento de salários e de férias, faltas e licenças.		Todos os ministérios executam a entrada de dados de pessoal no PMIS.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
			Todos os funcionários públicos (M/H) têm seu cartão de identificação	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%

			impresso.					
	Actualização de dados no PMIS realizada em cada Instituição.		Dados inseridos correctamente pelas instituições públicas.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Conexão dos documentos digitalizados ao PMIS.		100% dos documentos digitalizados estão relacionados na base de dados.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Acção de formação intensiva.		60% Dos administradores e operadores (M/H) do PMIS recebem formação.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Preparação do sistema informático para recepção de novas carreiras especiais.		100% Das carreiras especiais incluídas no PMIS.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Melhorar o quadro da gestão do trabalho da Função Pública.**								
Aperfeiçoar processo de recrutamento (M/H).	Desenvolvimento do capítulo do Manual de Recursos Humanos sobre procedimentos de recrutamento e selecção de pessoal e sobre licenças e faltas.	Instituições públicas utilizam o capítulo do Manual de Recursos Humanos sobre recrutamento.	O capítulo do Manual de Recursos Humanos desenvolvido e disseminado.	DNPPRH.	50%	50%		
	Acções de formação para o júri de selecção e recrutamento.	Equipas de verificação de documentos e membros do júri capacitados para o desempenho adequado das funções.	100% Dos painéis de júri demonstram competência no desempenho das funções de acordo com as regras e regulamentos previstos em lei e pela CFP.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%

	Desenvolver o Plano de Recrutamento Integrado.	Plano de recrutamento integrado desenvolvido de acordo com as necessidades identificadas de pessoal das instituições públicas.	100% dos recrutamentos realizados conforme o estabelecido no Plano de Recrutamento Integrado.	DNPPRH.	75%	25%		
	Assegurar a progressão.	Realizar a progressão dos funcionários que atendem os requisitos legais.	100% dos funcionários públicos que preenchem os requisitos legais recebem a progressão funcional.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
Aperfeiçoar o quadro de gestão de emprego da Função Pública.	Assegurar a promoção.	Realizar a promoção dos funcionários que obtiverem sucesso no processo de selecção por mérito para este fim.	100% Dos funcionários públicos (M/H) que obtiverem sucesso no processo de selecção por mérito são promovidos.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Assegurar dados precisos de pagamento ao *payroll* do MF.	Recolha de informação ao *payroll* relativas ao pagamento de salários e suplementos à Função Pública bem como os respectivos descontos.	100% Das informações são prestadas em tempo útil pela CFP são inseridas na folha de pagamento do MoF.	DNPPRH.	25%	25%	25%	25%
	Assegurar o processamento do pagamento do salário de funcionários públicos falecidos aos respectivos pensionistas de acordo com as decisões da CFP.	Os pensionistas dos funcionários públicos falecidos recebem o salário de acordo com as regras em vigor.	100% Dos pensionistas recebem de acordo com as regras em vigor.	DNPPRH.	25%	25%	25%	
	Assegurar a reactivação do pagamento dos salários dos funcionários suspensos da folha de pagamento de acordo com as decisões da	Os funcionários que retornam à folha de pagamento têm seus salários pagos de acordo com as	100% Dos funcionários públicos que retornam à folha de pagamento têm seus salários pagos.	DNPPRH.	25%	25%	25%	

	CFP.	decisões da CFP.						
	Assegurar o processamento do cancelamento de salários de acordo com as decisões da CFP.	São cancelados correctamente os salários dos funcionários de acordo com as decisões da CFP.	100% Dos cancelamentos de salário determinados pela CFP são implementados correctamente e em tempo útil.	DNPPRH.	25%	25%	25%	
Melhorar o planeamento da força de trabalho (M/H).	Analisar as necessidades de pessoal (M/H) de cada instituição do sector público.	Os mapas de pessoal de cada instituição reflectem de forma acurada as necessidades de pessoal.	Instituições que completaram e apresentaram os mapas de pessoal de forma adequada e em tempo.	DNPJFP.	70%	30%		
	Desenvolver e implementar instruções para preparação dos mapas de pessoal pelos serviços de recursos humanos de cada instituição.	Os mapas de pessoal de cada instituição reflectem de forma acurada as necessidades de pessoal, conforme as instruções.	50% Das instituições completaram e apresentaram os mapas de pessoal de acordo com as instruções determinadas.	DNPJFP.	70%	30%		
Melhorar o quadro de gestão do trabalho da Função Pública.	Desenvolver estudos para o aperfeiçoamento das regras e regulamentos de gestão de recursos humanos.	As instituições públicas apresentam melhor desempenho e obediência às práticas de gestão de recursos humanos na função pública.	100% Das instituições públicas compreendem e cumprem as regras e regulamentos da Função Pública.	DNPJFP. DNPPRH.	15 %	20 %	25 %	30 %
	Identificar dados estatísticos de pessoal para o sistema de pensões.	Dados de elegibilidade e financeiros para o sistema de pensões coleccionados e analisados.	Dados acurados entregues em tempo à instituição responsável pelo sistema de pensões.	DNPJFP.	50%	25%	25%	
OBJECTIVO GERAL: **Desenvolver e sustentar a capacidade dos funcionários públicos (M/H).**								

Realizar pesquisa para apoiar o desenvolvimento de políticas na CFP.	Pesquisas realizadas para apoiar as políticas de recursos humanos (M/H).	As pesquisas informam e servem de base a todas as políticas desenvolvidas.	100% Das políticas desenvolvidas são suportadas pela pesquisa.	DNFD.	25%	25%	25%	25%
Disseminação de políticas e decisões da CFP.	Desenvolvimento de material e realização de sessões de disseminação.	Funcionários absorvem conhecimentos básicos sobre a matéria disseminada.	100 % Das sessões de disseminação planeadas foram realizadas.	DNFD.	25%	25%	25%	25%
	Desenvolvimento de procedimentos e de plano de disseminação para a CFP.	Implementação do plano de disseminação.	100 % Das sessões de disseminação planeadas foram realizadas.	DNFD.	50%	50%		
Capacitar os recursos humanos (M/H) da Administração Pública.	Identificar e desenvolver a análise das necessidades de formação em gestão de recursos humanos.	A análise das necessidades orienta as acções de formação em gestão de recursos humanos.	100% Das acções de formação são orientadas pelos resultados da análise das necessidades.	DNFD.	25%	25%	25%	25%
OBJECTIVO GERAL: **Construir a capacidade da Comissão da Função Pública.**								
Apoiar a CFP e o DG em actividades de Relações Públicas e Protocolo.	Concretização da actividade de assessoria de imprensa.	Melhoria das relações entre a CFP e órgãos de comunicação social para construção de uma reputação positiva.	Maior visibilidade da CFP nos órgãos de comunicação social.	GAP.	25%	25%	25%	25%
	Garantir a comunicação institucional.	Edição e produção de material de comunicação.	Material produzido e distribuído em tempo útil ao público-alvo.	GAP.	25%	25%	25%	25%
	Campanhas de informação dirigidas aos funcionários públicos e ao público em geral.	Divulgação de informações pertinentes aos direitos e deveres da Função Pública bem como das	Divulgação da campanha esclarecimento e sensibilização a nível nacional.	GAP.	25%	25%	25%	25%

		decisões da CFP.						
	Produção de actas, minutas, agendas e apresentações para apoiar o trabalho da CFP.	O trabalho da CFP é correctamente relatado, produzido e publicado, de acordo com as leis e regulamentos em vigor.	Documentos produzidos e distribuídos no tempo previsto nos regulamentos da CFP.	GAP.	25%	25%	25%	25%
Aperfeiçoar a capacidade da CFP em tecnologia da Informação e conectividade com as instituições públicas que mantém funcionários públicos.	Recrutar, formar e construir as capacidades de uma equipa de técnicos em TI.	Uma equipa competente de TI estabelecida e formada ao serviço da missão da CFP.	100% Da equipa de TI recrutada e formada.	DNAF. DNPPRH.	50%	50%		
		Capacidade estabelecida em TI para abrigar e gerir as informações, publicações e outros componentes importantes da actividade da CFP.	Sítio de internet, servidor de *e-mail*, firewall, e outros programas associados estabelecidos e operacionais Conteúdo de Internet publicado e acessível.	DNAF DNPPRH	25%	50%	25%	
	Criar um sistema de tecnologia de Informação que permita a conexão ao PMIS por todas as instituições públicas por meio de uma intranet.	Acesso das instituições públicas aos dados do PMIS através da Intranet.	100% Das instituições públicas tem acesso em tempo real ao PMIS para entrada de dados e consultas.	DNAF. DNPPRH.	50%	50%		
	Instalar servidor para correio electrónico, rede, domínio, firewall, Windows Server Update System, PABX, VSAT.	Equipamentos e programas adquiridos e instalados para apoiar as actividades da CFP.	Equipamentos e programas adquiridos e instalados.	DNAF. DNPPRH.	50%	50%		
	Desenvolver, abrigar e manter o sítio de Internet	Sítio de Internet operacional e conteúdo	Sítio de Internet	DNAF.	50%	50%		

	da CFP.	publicado e disponível.	operacional.	DNPPRH.				
Providenciar serviços de aprovisionamento à CFP.	Aprovisionar e manter os equipamentos, veículos e materiais necessários à CFP.	Todos os equipamentos, veículos e materiais são adquiridos em tempo hábil com base na melhor oferta.	Todos os equipamentos, veículos e materiais são aprovisionados de acordo com as leis e regulamentos em vigor, inclusive os regulamentos internos da CFP.	DNAF.	25%	25%	25%	25%
	Gerir a logística da transferência para o novo edifício.	A transferência de móveis e equipamentos para o novo edifício é coordenada com sucesso.	O novo edifício está totalmente equipado e operacional na data prevista.	DNAF.	50%	50%		
Gerir e manter as práticas financeiras da CFP de acordo com a legislação em vigor.	Gerir a execução financeira de acordo com o orçamento aprovado para a CFP.	Orçamento gerido de acordo com as regras e regulamentos em vigor. Preparar relatórios de execução mensais, trimestrais, semestrais e anual.	Execução financeira de acordo com *o cash flow* previsto no PAA. 95% Do orçamento da CFP é executado. 70% Do orçamento relativo à construção do edifício é executado.	DNAF.	25%	25%	25%	25%
	Gerir a proposta orçamental da CFP e realizar *workshops* em preparação a proposta orçamental.	A proposta orçamental é completada e aprovada pela CFP.	A proposta orçamental é apresentada em tempo e de acordo com as regras e regulamentos em vigor.	DNAF	25%	50%	15%	10%
	Uma auditoria interna realizada na CFP.	As finanças da CFP estão de acordo com as leis, regras e regulamentos bem como de acordo com os regulamentos	98% De conformidade atingida.	DNAF	25%	25%	25%	25%

		internos da CFP.						
Garantir que os funcionários (M/H) compreendam as suas responsabilidades.	Facilitar a preparação de descrições de trabalho para todas as direcções nacionais da CFP.	Todos os funcionários do Secretariado compreendem as tarefas atribuídas a cada um.	Todas as descrições de trabalho estão completas até Junho de 2012.	DNAF.	50%	50%		
Garantir as actividades de recursos humanos (M/H) do Secretariado.	Estudar e implementar um mapa de pessoal adequado para o Secretariado.	Um mapa de pessoal desenvolvido para o Secretariado de acordo com as necessidades de pessoal e o orçamento aprovado.	Mapa de pessoal de acordo com o orçamento aprovado pela CFP.	DNAF.	50%	25%	15%	10%
	Recrutamento do Secretariado de acordo com o mapa de pessoal.	Pessoal para o Secretariado recrutado em tempo útil de acordo com os limites do mapa de pessoal.	Recrutamento executado conforme as regras em vigor.	DNAF.	50%	25%	15%	10%
	Imprimir e distribuir o relatório anual de actividades e outros documentos da CFP.	Relatório anual de actividades impresso e distribuído.	Relatório anual de actividades recebido pelo Parlamento Nacional até fim de Março.	DNAF.	40%	20%	20%	20%

MAPA PESSOAL ANO FISCAL de 2012

Presidente da República

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionários Publicos Actuais	0	4	11	8	10	10	23	66	Director Geral	1
	Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspector Geral	0
	Vagas por preencher 2011	4	6	1	6	3	1	0	21	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	3	6	23	26	48	56	0	162	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**7**	**16**	**35**	**40**	**61**	**67**	**23**	**249**	Chefe Departer	8
										Chefe Seccao	0

Parlamento Nacional

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	0	3	33	23	24	17	26	126	Director / Sec.G	4
	Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspetor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	11	29	16	5	0	0	61	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	0	3	6	10	2	1	0	22	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**17**	**68**	**49**	**31**	**18**	**26**	**209**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Gabinete do Primeiro Ministro

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	1	3	5	14	15	17	2	57	Director Geral	1
	Agente da Administracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	3	1	1	0	2	7	Director Nacior	1
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	2	1	1	1	1	6	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**3**	**10**	**16**	**17**	**18**	**5**	**70**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Gabinete do Vice Primeiro Ministro de Assuntos Sociais

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	0	5	4	4	4	5	2	24	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	2	0	2	1	0	0	5	Director Nacior	1
	Nova proposta de vagas 2012	0	2	0	2	4	0	0	8	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**9**	**4**	**8**	**9**	**5**	**2**	**37**	Chefe Departer	2
										Chefe Seccao	0

Gabinete do Inspector Geral

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	0	3	8	8	2	3	1	25	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	1	2	0	0	0	0	3	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**4**	**10**	**8**	**2**	**3**	**1**	**28**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado do Concelho de Ministro

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		

	Funcionarios Publicos Actuais	1	6	19	18	17	14	5	80	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	3	0	0	0	0	3	Director Nacior	4
	Nova proposta de vagas 2012	0	3	11	12	12	8	0	46	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**9**	**33**	**30**	**29**	**22**	**5**	**129**	Chefe Departer	8
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado da Juventude e Desporto

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	5	10	35	30	20	2	103	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	2	2	2	1	7	Director Nacior	6
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**5**	**10**	**37**	**32**	**22**	**3**	**110**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado de Recursos Naturais

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	0	6	6	10	23	5	2	52	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	1	0	8	1	0	10	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	0	2	1	4	10	3	1	21	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**8**	**8**	**14**	**41**	**9**	**3**	**83**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado da Politica Energetica

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	3	8	5	6	1	1	25	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	0	3	12	21	21	7	3	67	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**6**	**20**	**26**	**27**	**8**	**4**	**92**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado da Formacao Profissional do Emprego

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	3	13	38	126	14	18	213	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	2	2	2	6	3	0	15	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	14	29	54	49	75	37	26	284	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**15**	**34**	**69**	**89**	**207**	**54**	**44**	**512**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Secretaria do Estado da Promocao e Igualdade

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	3	8	13	8	7	1	41	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	0	1	0	0	1	Director Nacior	2
	Nova proposta de vagas 2012	1	6	24	9	1	1	0	42	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**2**	**9**	**32**	**22**	**10**	**8**	**1**	**84**	Chefe Departer	9

										Chefe Seccao	0

Comissao da Funcao Publica

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	1	14	8	15	35	7	2	82	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	2	3	3	0	3	3	2	16	Director Nacior	5
	Nova proposta de vagas 2012	1	11	14	13	20	4	3	66	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**4**	**28**	**25**	**28**	**58**	**14**	**7**	**164**	Chefe Departer	13
										Chefe Seccao	0

Comissao Nacional das Eleicoes

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	1	1	9	70	25	21	30	157	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	2	7	0	0	0	0	9	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	0	8	20	0	0	28	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**3**	**16**	**78**	**45**	**21**	**30**	194	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Comissao Anti-Corrupcao

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	3	3	12	8	0	0	0	26	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	3	9	20	24	5	2	1	64	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	3	9	20	24	5	2	1	64	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**9**	**21**	**52**	**56**	**10**	**4**	**2**	**154**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Provedoria de Direitos Humanos e Justica

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	0	2	9	20	8	10	3	52	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	1	2	12	12	20	0	1	48	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	0	2	29	1	0	2	0	34	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**6**	**50**	**33**	**28**	**12**	**4**	**134**	Chefe Departer	4
										Chefe Seccao	0

Procuradoria Geral da Republica

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia do Ministerio	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total		
	Funcionarios Publicos Actuais	0	5	14	12	33	19	14	97	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	2	18	8	5	0	7	0	40	Director Nacior	2
	Nova proposta de vagas 2012	2	7	12	17	18	8	0	64	Director Distrita	0
	Total Força de Trabalho	**4**	**30**	**34**	**34**	**51**	**34**	**14**	**201**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

SE da Defesa

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total

1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	Total
	Funcionarios Publicos Actuais	2	3	6	14	11	3	1	40	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	1	1	0	3	0	0	5	Director Nacior	4
	Nova proposta de vagas 2012	1	4	8	3	0	3	0	19	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**3**	**8**	**15**	**17**	**14**	**6**	**1**	**64**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

SE de Seguranca

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	0	13	20	84	183	271	437	1008	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	8	201	209	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	1	1	21	23	67	305	14	432	Director Nacior	7
	Nova proposta de vagas 2012	0	2	3	17	6	0	6	34	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**16**	**44**	**124**	**256**	**584**	**658**	**1683**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Ministerio dos Negocios Estrangeiros

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
1	Funcionarios Publicos Actuais	1	36	20	17	17	13	7	111	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	4	9	29	24	8	3	77	Director Nacior	9
	Nova proposta de vagas 2012	0	3	11	37	16	12	4	83	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**43**	**40**	**83**	**57**	**33**	**14**	**271**	Chefe Departer	0
										Embaixadas	23
										Consulados	4

Ministerio das Financas

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	3	17	57	193	189	157	80	696	Director Geral	4
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	1	19	29	88	75	23	1	236	Director Nacior	12
	Nova proposta de vagas 2012	10	32	206	41	22	6	0	317	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**14**	**68**	**292**	**322**	**286**	**186**	**81**	**1249**	Chefe Departer	56
										Chefe Seccao	0

Ministerio da Justica

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	0	47	73	111	146	246	51	674	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	3	1	2	2	3	1	5	17	Director Nacior	9
	Nova proposta de vagas 2012	6	42	57	85	79	58	19	346	Director Distrit	29
	Total Força de Trabalho	**9**	**90**	**132**	**198**	**228**	**305**	**75**	**1037**	Chefe Departer	33
										Chefe Seccao	0

Ministerio de Saude

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	11	78	184	503	1475	449	363	3063	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	4	17	55	9	43	14	14	156	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	4	99	19	222	49	6	0	399	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**19**	**194**	**258**	**734**	**1567**	**469**	**377**	**3618**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Ministerio da Educacao

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total

Perfil dos Funcionários Públicos, FDTL e PNTL

1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	5	40	126	4225	8010	252	448	13106	Director Geral	4
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	4	3	5	6	1	0	19	Director Nacior	25
	Nova proposta de vagas 2012	1	33	70	53	14	1	0	172	Director Distrit	12
	Total Força de Trabalho	**6**	**77**	**199**	**4283**	**8030**	**254**	**448**	**13297**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

UNTL

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	75	196	24	55	30	62	443	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	3	157	80	8	0	0	0	248	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**4**	**232**	**276**	**32**	**55**	**30**	**62**	**691**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

MAEOT

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	3	26	147	148	293	160	368	1145	Director Geral	3
	Agente da Admionistracao Publica	0	9	12	31	20	24	53	149	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Nacior	25
	Nova proposta de vagas 2012	5	43	72	190	52	176	7	545	Director Distrit	12
	Total Força de Trabalho	**8**	**78**	**231**	**369**	**365**	**360**	**428**	**1839**	Chefe Departer	117
										Chefe Seccao	5

MED

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	2	20	86	105	178	21	4	416	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Nacior	7
	Nova proposta de vagas 2012	9	7	13	4	8	0	0	41	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**11**	**27**	**99**	**109**	**186**	**21**	**4**	**457**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

MSS

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
1	Funcionarios Publicos Actuais	0	4	26	54	142	119	64	409	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	0	32	2	1	1	1	37	Director Nacior	6
	Nova proposta de vagas 2012	3	16	26	104	120	65	96	430	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**3**	**20**	**84**	**160**	**263**	**185**	**161**	**876**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

SETEC

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	7	25	80	172	214	57	556	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	2	29	36	33	37	28	165	Director Nacior	9
	Nova proposta de vagas 2012	1	13	90	169	181	6	7	467	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**2**	**22**	**144**	**285**	**386**	**257**	**92**	**1188**	Chefe Departer	15
										Chefe Seccao	8

SEAU

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total

Perfil dos Funcionários Públicos, FDTL e PNTL

1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	5	19	86	217	254	79	661	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	1	2	10	5	7	1	26	Director Nacior	3
	Nova proposta de vagas 2012	1	11	39	79	532	30	0	692	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**2**	**17**	**60**	**175**	**754**	**291**	**80**	**1379**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

SEOP

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	1	3	40	83	95	63	71	356	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	13	25	17	13	12	80	Director Nacior	4
	Nova proposta de vagas 2012	0	7	96	44	31	14	1	193	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**1**	**10**	**149**	**152**	**143**	**90**	**84**	629	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

M-Infrastrutura

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	0	4	11	26	24	13	9	87	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	1	0	1	0	1	0	0	3	Director Nacior	4
	Nova proposta de vagas 2012	4	12	47	49	28	0	0	140	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**5**	**16**	**59**	**75**	**53**	**13**	**9**	**230**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

MTCI

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	3	8	30	67	70	31	12	221	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	3
	Vagas por preencher 2011	1	0	4	1	1	1	0	8	Director Nacior	6
	Nova proposta de vagas 2012	5	32	49	82	77	23	8	276	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**9**	**40**	**83**	**150**	**148**	**55**	**20**	**505**	Chefe Departer	16
										Chefe Seccao	0

MAP

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	2	28	137	393	744	372	113	1789	Director Geral	1
	Agente da Administracao Publica	0	0	3	55	15	335	40	448	Inspeor Geral	1
	Vagas por preencher 2011	0	16	6	12	2	0	0	36	Director Nacior	12
	Nova proposta de vagas 2012	9	82	201	298	140	826	105	1661	Director Distrit	12
	Total Força de Trabalho	**11**	**126**	**347**	**758**	**901**	**1533**	**258**	**3934**	Chefe Departer	87
										Chefe Seccao	0

Tribunal de Recursos

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	0	0	12	18	14	12	18	74	Director Geral	0
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	0	0	0	4	3	0	7	Director Nacior	0
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**0**	**12**	**18**	**18**	**15**	**18**	**81**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

RTTL

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total

Perfil dos Funcionários Públicos, FDTL e PNTL

1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	Total
	Funcionarios Publicos Actuais	0	28	19	76	13	12	2	150	Director Geral	1
	Agente da Admionistracao Publica	0	0	0	0	0	0	0	0	Inspeor Geral	0
	Vagas por preencher 2011	0	1	4	0	0	0	0	5	Director Nacior	4
	Nova proposta de vagas 2012	0	0	21	17	83	0	0	121	Director Distrit	0
	Total Força de Trabalho	**0**	**29**	**44**	**93**	**96**	**12**	**2**	**276**	Chefe Departer	0
										Chefe Seccao	0

Total de Mapa Pessoal Ano 2012

No		Categoria/Grau								Cargo e Chefia	Total
1	Força de trabalho	TS Grau A	TS Grau B	TP Grau C	TP Grau D	TA Grau E	Ass.Grau F	Ass.Grau G	Total	do Ministerio	
	Funcionarios Publicos Actuais	47	507	1400	6582	12390	2849	2369	26144	Director Geral	36
	Agente da Admionistracao Publica	0	9	15	86	35	367	294	806	Inspeor Geral	12
	Vagas por preencher 2011	25	280	381	320	339	433	86	1864	Director Nacior	181
	Nova proposta de vagas 2012	79	509	1189	1642	1647	1356	288	6710	Director Distrit	65
	Total Força de Trabalho	**151**	**1305**	**2985**	**8630**	**14411**	**5005**	**3037**	**35524**	Chefe Departer	265
										Chefe Seccao	36

Perfil de Força Armadas - Falintil-FDTL

Efective FDTL FY 2011			Staffing profile FDTL FY 2012		
Posto	Total Pessoal	Scalao	Recruta / Promocao	Total Pesssoal	Scalao
Recruit	0	0	0	0	
Soldado	600	S1	(95)	505	S1
	474	S2	(223)	251	S2
	85	S3	(85)	0	S3
	22	S4	(22)	0	S4
Cabu	24	S1	60	84	S1
	119	S3	0	119	S3
	1	S4	0	1	S4
Furriel	0	S3	0	0	S3
Segundo Sarjento	48	S1	209	257	S1
	50	S2	0	50	S2
	173	S3	0	173	S3
Primeiro Sargento	0	S1	7	7	S1
	1	S2	0	1	S2
	36	S3	0	36	S3
	9	S4	0	9	S4
	8	S5	0	8	S5
Sargento Adjudante	0	S1	10	10	S1
	7	S2	0	7	S3
	6	S4	0	6	S4
	28	S5	0	28	S5
Sargento Chefe	5	S5	0	5	S5
Sargento Mor	1	S5	0	1	S4
Aspirante	0	S1	0	0	S1
Alferes	4	S1	98	102	S1
	63	S2	0	63	S2
	2	S3	0	2	S3
Tenente	5	S2	0	5	S1
	35	S2	0	35	S2
Capitao Tenente	1	S1	0	1	S1
Capitao	7	S1	25	32	S1
	16	S2	0	16	S1
	2	S3	0	2	S2
	8	S4	0	8	S4
	3	S5	0	3	S3
Major	0	S1	10	10	S1
	8	S2	0	8	S1
	1	S3	0	1	S3
	7	S7	0	7	S5
Tenente Coronel	4	S2	6	10	S2
	0	S3	0	0	S3
	0	S5	0	0	S5
Coronel	0	S1	0	1	S1
	8	S2	0	7	S2
Brigadeiro	1	S1	0	1	S1
Major General	1	S2	0	1	S1
Total	1,873	total		1,873	

Policia - Chefia i Naun ijolanu

STAFING PROFILE PNTL							
Posto	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*
Comissario							
Superintendente-Chefe	11	-	-	-			
Superintendente	15	-	-	-	-		
Superintendente-Assitente	21	-	-	-	-		
Inspector-Chefe	34	-	-	-	-	-	-
Inspector	35	-	6	2	-	-	-
Inspector-Assistente	111	-	-				
Sargento-Chefe	28	3	34	32	-	-	
1° Sargento	40	-	-	-	-	-	-
Sargento	283	-	-				
Agente-Chefe	1,020	-	-	-	-	-	
Agente-Principal	781	-	-	-			
Agente	310	53	167	16			
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas/Salario)	2,689	56	207	50	-	-	-
Total Naun Ijoladu (pessoas/salarios)	3,002						

Policia - Area ijoladu

Posto	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*
Comissario							
Superintendente-Chefe	-	-	-	-			
Superintendente	2	-	-	-	-		
Superintendente-Assitente	1	-	-	-	-		
Inspector-Chefe	2	-	-	-	-	-	-
Inspector	2	-	-	-	-	-	-
Inspector-Assistente	8	-	-				
Sargento-Chefe	-	-	3	1	-	-	
1° Sargento	2	-	-	-	-	-	-
Sargento	33	-	-				
Agente-Chefe	168	-	-	-	-	-	
Agente-Principal	136	-	-	-			
Agente	14	-	23	2			
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas/Salario)	368	-	26	3	-	-	-
Total Naun Ijoladu (pessoas/salarios)	397						

Cargo de Chefia (15%)	Comando Geral	Ijoladu
Comissario	2	-
Superintendente-Chefe	8	-
Superintendente	12	2
Superintendente-Assitente	20	2
Inspector-Chefe	32	4
Inspector	35	2
Inspector-Assistente	98	7
Sargento-Chefe	69	2
1° Sargento	34	2
Sargento	195	32
Agente-Chefe	151	90
Agente-Principal	21	3
Agente	1	-
	678	146

PNTL Falecidos	
Comissario	-
Superintendente-Chefe	-
Superintendente	-
Superintendente-Assitente	-
Inspector-Chefe	1
Inspector	4
Inspector-Assistente	1
Sargento-Chefe	13
1° Sargento	1
Sargento	2
Agente-Chefe	5
Agente-Principal	3
Agente	20
	50

Comadante Geral	1
2° Comadante Geral	1
Adicional PNTL (Plano 2012)	250
Total PNTL (Naun Ijoladu + Ijoladu)	3,399
Grand Total	3,651

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl